

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

LUCIANA PODLASEK

A NOMENCLATURA DE BENS PÚBLICOS EM CURITIBA: UM ESTUDO SOBRE
OS PROCESSOS DE NOMEAÇÃO E SUA RELAÇÃO COM MECANISMOS DE
DOMINAÇÃO SIMBÓLICA.

CURITIBA

2025

LUCIANA PODLASEK

A NOMENCLATURA DE BENS PÚBLICOS EM CURITIBA: UM ESTUDO SOBRE
OS PROCESSOS DE NOMEAÇÃO E SUA RELAÇÃO COM MECANISMOS DE
DOMINAÇÃO SIMBÓLICA.

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Sociologia, Setor de Ciências Humanas, Universidade
Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do
título de Doutora em Sociologia.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Mônica Helena Harrich Silva
Goulart.

CURITIBA

2025

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SISTEMA DE BIBLIOTECAS – BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS HUMANAS

Podlasek, Luciana

A nomenclatura de bens públicos em Curitiba: um estudo sobre os processos de nomeação e sua relação com mecanismos de dominação simbólica. / Luciana Podlasek. – Curitiba, 2025.

1 recurso on-line : PDF.

Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Mônica Helena Harrich Silva Goulart.

Bibliotecária: Fernanda Emanoéla Nogueira Dias CRB-9/1607



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO SOCIOLOGIA -
40001016032P2

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação SOCIOLOGIA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da tese de Doutorado de **LUCIANA PODLASEK**, intitulada: **A nomenclatura de bens públicos em Curitiba: um estudo sobre os processos de nomeação e sua relação com mecanismos de dominação simbólica**, sob orientação da Profa. Dra. MÔNICA HELENA HARRICH SILVA GOULART, que após terem inquirido a aluna e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de doutora está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 25 de Abril de 2025.


MÔNICA HELENA HARRICH SILVA GOULART
Presidente da Banca Examinadora


DENILSON ROBERTO SCHENA
Avaliador Externo (INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ)


ELENA CAMARGO SHIZUNO
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ)


RICARDO COSTA DE OLIVEIRA
Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)


MARIA TARCISA SILVA BEGA
Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

AGRADECIMENTOS

A conclusão de uma tese de doutorado representa quatro anos de estudos e pesquisas, que não seriam possíveis sem a participação e colaboração de diversas pessoas.

Por isso, agradeço inicialmente à minha família que sempre esteve a meu lado. Meu marido, Marcus, e meus filhos, Aluisio e Roberto, vivenciaram comigo este processo, e sou grata pela compreensão nos momentos mais difíceis, e pelo incentivo sempre presente. Agradeço também a meus dois netinhos, Daniel e Pedro, cuja presença doce e singela sempre garantiu mais leveza e alegria.

Agradeço ao trabalho primoroso da Professora Mônica Helena Goulart, a quem devo a valiosa orientação deste trabalho, realizada com dedicação e profissionalismo únicos, além da amizade que sempre me deixou honrada.

Expresso meus agradecimentos a todos os membros do Núcleo de Estudos Paranaenses (NEP) e a todos os professores e professoras dos Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Paraná, em especial à Professora Maria Aparecida da Cruz Bridi, a quem devo tanto em termos de aprendizado.

Agradeço aos atenciosos e dedicados membros de minhas bancas de qualificação e defesa, Professores Denilson Schena e Ricardo Costa de Oliveira e Professoras Maria Tarcisa Silva Bega e Elena Shizuno, pelas valiosas orientações e contribuições em ambas as ocasiões.

Expresso meus agradecimentos à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), responsável pelos recursos que financiaram este trabalho.

Finalmente, agradeço a todos que contribuem para que a democracia e as instituições de pesquisa sejam preservadas nesse país, bens que garantem o desenvolvimento da sociedade e o avanço da Ciência, os quais jamais podemos deixar de proteger.

RESUMO

A presente tese investiga os processos de nomeação de bens públicos em Curitiba, com foco nas dinâmicas elitistas que permeiam essas escolhas. Partindo de estudos anteriores sobre a nomeação de escolas estaduais (1985-2009), ampliou-se o recorte para incluir ruas, praças, unidades básicas de saúde e escolas municipais no entorno dessas instituições, totalizando 49 novos bens públicos analisados. A pesquisa, fundamentada nos referenciais teóricos de Pierre Bourdieu (1996), Ricardo Costa de Oliveira (2001), Michel Pollak (1989) e Letícia Bicalho Canêdo (1995), buscou identificar os agentes homenageados e os mecanismos legais e políticos que regulamentam essas nomeações. Por meio de análises prosopográficas e documentais, confirmou-se a hipótese de que os processos são dominados pela Classe Dominante Tradicional (CDT) e por agentes agregados, que perpetuam seu *habitus* de classe, através da reconversão de capitais de diversas naturezas em capitais simbólicos. A tese também explora as lacunas nas fontes documentais e a relação entre as homenagens e as comunidades locais, evidenciando a predominância de interesses elitistas na construção das memórias coletivas. Conclui-se que as nomeações refletem estruturas de poder que marginalizam as classes populares, reforçando a desigualdade simbólica no espaço urbano.

Palavras-chave: Bens públicos; nomenclaturas; capitais; memórias; classe dominante tradicional.

ABSTRACT

This thesis investigates the processes of naming public assets in Curitiba, focusing on the elitist dynamics that permeate these choices. Building on previous studies regarding the naming of state schools (1985-2009), the scope was expanded to include streets, squares, basic health units, and municipal schools in the vicinity of these institutions, totaling 49 new public assets analyzed. The research, grounded in the theoretical frameworks of Pierre Bourdieu (1996), Ricardo Costa de Oliveira (2001), Michel Pollak (1989), and Letícia Canêdo (1995), sought to identify the honored agents and the legal and political mechanisms regulating these naming processes. Through prosopographical and documentary analyses, the hypothesis was confirmed that these processes are dominated by the Traditional Dominant Class (TDC) and affiliated agents, who perpetuate their class habitus by converting various forms of capital into symbolic capital. The thesis also explores gaps in documentary sources and the relationship between the honors and local communities, highlighting the predominance of elitist interests in the construction of collective memories. It concludes that the naming practices reflect power structures that marginalize the popular classes, reinforcing symbolic inequality in urban spaces.

Keywords: Public assets; naming; capital; memories; traditional dominant class.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 01	CAPITAIS ACUMULADOS POR EDSON MÜLMANN.....	131
QUADRO 02	CAPITAIS ACUMULADOS POR ELIAS VIDAL.....	132
QUADRO 03	CAPITAIS ACUMULADOS POR FABIANO BRAGA CORTES JR.....	133
QUADRO 04	CAPITAIS ACUMULADOS POR HORÁRICO RODRIGUES.	134
QUADRO 05	CAPITAIS ACUMULADOS POR IVAN RIBAS.....	135
QUADRO 06	CAPITAIS ACUMULADOS POR JAIRO MARCELINO.....	136
QUADRO 07	CAPITAIS ACUMULADOS POR JOÃO CLÁUDIO DEROSSO.....	138
QUADRO 08	CAPITAIS ACUMULADOS JOÃO QUEIRÓZ MACIEL.....	139
QUADRO 09	CAPITAIS ACUMULADOS POR JÔNATAS PIRKIEL.....	140
QUADRO 10	CAPITAIS ACUMULADOS POR JOSÉ GORSKI.....	141
QUADRO 11	CAPITAIS ACUMULADOS POR JULIETA REIS.....	143
QUADRO 12	CAPITAIS ACUMULADOS POR LAURO DE CARVALHO CHAVES.....	144
QUADRO 13	CAPITAIS ACUMULADOS POR MARCOS ISFER.....	145
QUADRO 14	CAPITAIS ACUMULADOS POR MÁRIO CELSO PUGLIELLI.....	147
QUADRO 15	CAPITAIS ACUMULADOS POR NELY ALMEIDA.....	148
QUADRO 16	CAPITAIS ACUMULADOS POR NEY LEPREVOST.....	151
QUADRO 17	CAPITAIS ACUMULADOS POR RENATO GAÚCHO.....	152
QUADRO 18	CAPITAIS ACUMULADOS POR ROSA MARIA CHIAMULERA.....	154
QUADRO 19	CAPITAIS ACUMULADOS POR SABINO PICOLO.....	155
QUADRO 20	CAPITAIS ACUMULADOS POR SIDGLEY ANTÔNIO CLAUDINO.....	156
QUADRO 21	CAPITAIS ACUMULADOS POR WALDIR D'ANGELIS.....	157
QUADRO 22	CAPITAIS ACUMULADOS POR CÁSSIO TANIGUCHI.....	160
QUADRO 23	CAPITAIS ACUMULADOS POR JAIME LERNER.....	162
QUADRO 24	CAPITAIS ACUMULADOS POR LUCIANO DUCCI.....	164
QUADRO 25	CAPITAIS ACUMULADOS POR MAURICIO FRUET.....	166

QUADRO 26	CAPITAIS ACUMULADOS POR RAFAEL GRECA.....	168
QUADRO 27	CAPITAIS ACUMULADOS POR ROBERTO REQUIÃO.....	170
QUADRO 28	CAPITAIS ACUMULADOS POR HASDRUBAL BELLEGARD.....	172
QUADRO 29	CAPITAIS ACUMULADOS POR TEOBALDO LEONARDO KLETEMBERG.....	173
QUADRO 30	CAPITAIS ACUMULADOS POR INEZ VICENTE BOROCZ.	173
QUADRO 31	CAPITAIS ACUMULADOS POR FLÁVIO FERREIRA DA LUZ.....	174
QUADRO 32	CAPITAIS ACUMULADOS POR GUIDO ARZUA.....	175
QUADRO 33	CAPITAIS ACUMULADOS POR TEOTÔNIO VILELA.....	176
QUADRO 34	CAPITAIS ACUMULADOS POR RODOLPHO ZANINELLI..	177
QUADRO 35	CAPITAIS ACUMULADOS POR HILDEGARD SONDHAL..	177
QUADRO 36	CAPITAIS ACUMULADOS POR EURIDES BRANDÃO.....	178
QUADRO 37	CAPITAIS ACUMULADOS POR MARLI QUEIROZ AZEVEDO.....	179
QUADRO 38	CAPITAIS ACUMULADOS POR PILAR MATURANA.....	180
QUADRO 39	CAPITAIS ACUMULADOS POR NIRLEI MEDEIROS.....	181
QUADRO 40	CAPITAIS ACUMULADOS POR ERASMO PILOTTO.....	181
QUADRO 41	CAPITAIS ACUMULADOS POR IARA BERGMANN.....	182
QUADRO 42	CAPITAIS ACUMULADOS POR PAULO LEMINSKI.....	183
QUADRO 43	CAPITAIS ACUMULADOS POR GUILHERME ALBUQUERQUE MARANHÃO.....	184
QUADRO 44	CAPITAIS ACUMULADOS POR ANIBAL KHURY NETO....	186
QUADRO 45	CAPITAIS ACUMULADOS POR IZAAC FERREIRA DA CRUZ.....	190
QUADRO 46	CAPITAIS ACUMULADOS POR MARIO GASPARIN.....	192
QUADRO 47	CAPITAIS ACUMULADOS POR IGNÊS LOURDES GOMES DE MACEDO.....	194
QUADRO 48	CAPITAIS ACUMULADOS POR JOÃO CISLINSKY.....	195
QUADRO 49	CAPITAIS ACUMULADOS POR ROBERT REDZIMSKI.....	197
QUADRO 50	CAPITAIS ACUMULADOS POR ANTONIA MOLINA BELLA.....	199

QUADRO 51	CAPITAIS ACUMULADOS POR JOAQUIM DE SIQUEIRA CORTES.....	201
QUADRO 52	CAPITAIS ACUMULADOS POR JAIR COELHO.....	202
QUADRO 53	CAPITAIS ACUMULADOS POR CYRO CORREIA PEREIRA.....	204
QUADRO 54	CAPITAIS ACUMULADOS POR ANTONIO BERTOLDI.....	206
QUADRO 55	CAPITAIS ACUMULADOS POR EMILIANO PERNETA.....	210
QUADRO 56	CAPITAIS ACUMULADOS POR REINALDO DE CARVALHO – BOLA.....	213
QUADRO 57	CAPITAIS ACUMULADOS POR AUGUSTO DE ALMEIDA GARRET.....	214
QUADRO 58	CAPITAIS ACUMULADOS POR JOSÉ ANGELO MARTINS	216
QUADRO 59	CAPITAIS ACUMULADOS POR AVELINO MANTOVANI..	217
QUADRO 60	CAPITAIS ACUMULADOS POR EGYDIO JOSÉ BUSNARDO.....	220
QUADRO 61	CAPITAIS ACUMULADOS POR CARLOS RAUL HELLER..	222
QUADRO 62	CAPITAIS ACUMULADOS POR JOSÉ SOARES GROBE.....	224
QUADRO 63	CAPITAIS ACUMULADOS POR ANTONIO ALVES DA ROCHA LOURES.....	226
QUADRO 64	CAPITAIS ACUMULADOS POR HUMBERTO BERTOLDI..	228
QUADRO 65	CAPITAIS ACUMULADOS POR JOSÉ BÓRIO.....	229
QUADRO 66	CAPITAIS ACUMULADOS POR MATIAS ALENOR MARTINS.....	231
QUADRO 76	CAPITAIS ACUMULADOS POR PEDRO DE ALMEIDA.....	232
QUADRO 68	CAPITAIS ACUMULADOS POR ZACARIAS GÓES E VASCONCELOS.....	236
QUADRO 69	CAPITAIS ACUMULADOS POR FRANCISCA TONI MATHIAS.....	238
QUADRO 70	CAPITAIS ACUMULADOS POR SHINGO KUBA.....	239
QUADRO 71	CAPITAIS ACUMULADOS POR ALMIR SILVA.....	241
QUADRO 72	CAPITAIS ACUMULADOS POR JOÃO CÂNDIDO FERREIRA.....	250
QUADRO 73	CAPITAIS ACUMULADOS POR SALVADOR ALLENDE....	252

QUADRO 74	CAPITAIS ACUMULADOS POR CÂNDIDO PORTINARI.....	254
QUADRO 75	CAPITAIS ACUMULADOS POR RAPHAEL PARDINHO.....	256
QUADRO 76	CAPITAIS ACUMULADOS POR OSTERNACK.....	257
QUADRO 77	CAPITAIS ACUMULADOS POR AUGUSTA GLÜCK RIBAS.....	263
QUADRO 78	CAPITAIS ACUMULADOS POR MIRACY RODRIGUES DE ARAÚJO.....	264
QUADRO 79	CAPITAIS ACUMULADOS POR MARIA DA LUZ SEILER VEIGA – DONA LULU.....	267
QUADRO 80	CAPITAIS ACUMULADOS POR PAULO FREIRE.....	270
QUADRO 81	CAPITAIS ACUMULADOS POR REJANE MARIA SILVEIRA SACHETTE.....	273
QUADRO 82	CAPITAIS ACUMULADOS POR HEITOR DE ALENCAR FURTADO.....	275
QUADRO 83	CAPITAIS ACUMULADOS POR AMÉRICA DA COSTA SABOIA.....	277
QUADRO 84	CAPITAIS ACUMULADOS POR SIDÓNIO MURALHA.....	280
QUADRO 85	CAPITAIS ACUMULADOS POR ÁLVARO BORGES.....	283
QUADRO 86	CAPITAIS ACUMULADOS POR HELENA KOLODY.....	287
QUADRO 87	CAPITAIS ACUMULADOS POR JOÃO BATISTA BRANDÃO DE PROENÇA.....	290
QUADRO 88	CAPITAIS ACUMULADOS POR CARLOS DRUMMOND DE ANDRADE.....	294
QUADRO 89	CAPITAIS ACUMULADOS POR ENÉAS MARQUES DOS SANTOS.....	297
QUADRO 90	CAPITAIS ACUMULADOS POR POMPÍLIA LOPES DOS SANTOS – DONA POMPÍLIA.....	300
QUADRO 91	CAPITAIS ACUMULADOS POR RACHEL MADER GONÇALVES.....	302

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 01	AS DEZESSETE ESCOLAS ESTADUAIS ESTUDADAS E SUA LOCALIZAÇÃO NOS BAIRROS EM CURITIBA.....	40
FIGURA 02	FACHADA DO SUPERMERCADO GASPARIN EM 2023 – BACACHERI – CURITIBA (PR).....	191
FIGURA 03	BANQUETE OFERECIDO À EMILIANO PERNETA NA ILHA DA ILUSÃO, NO PASSEIO PÚBLICO – CURITIBA.	209
FIGURA 04	PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA DEROSSO NO LEGISLATIVO MUNICIPAL DE CURITIBA.....	138
FIGURA 05	CASA NA CIDADE DE VALENÇA ONDE NASCEU ZACARIA GÓES E VASCONCELOS.....	233

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 01	RANCKING DO RENDIMENTO NOMINAL MÉDIO MENSAL DOS DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES NAS REGIONAIS – 2010.....	92

LISTA DE TABELAS

TABELA 01	NÚMERO DE AGENTES A SEREM ESTUDADOS EM CADA TIPO DE BEM PÚBLICO.....	59
TABELA 02	EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO CURITIBANA NOS SÉCULOS XVIII, XIX E PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX.....	62
TABELA 03	EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO DE CURITIBA NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX.....	68
TABELA 04	EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO DE CURITIBA NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XX.....	70
TABELA 05	EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO DE CURITIBANO FINAL DO SÉCULO XX E INÍCIO DO SÉCULO XXI.....	73
TABELA 06	NÚMERO DE MATRÍCULAS EFETIVADAS NAS ESCOLAS DE REFERÊNCIA (2018 E 2024).....	75
TABELA 07	EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO NAS NOVE LOCALIDADES DE REFERÊNCIA (2010-2022).....	89
TABELA 08	RENDIMENTO NOMINAL MÉDIO DOS DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES EM 2010	92
TABELA 09	AGENTES HOMENAGEADOS SOB A ORIENTAÇÃO DA LEI 2.010/1961 E SUAS ALTERAÇÕES.....	107
TABELA 10	AGENTES HOMENAGEADOS SOB A ORIENTAÇÃO DA LEI 6.053/1979 E SUAS ALTERAÇÕES.....	113
TABELA 11	AGENTES HOMENAGEADOS SOB A ORIENTAÇÃO DA LEI 8.670/1995 E SUAS ALTERAÇÕES.....	128
TABELA 12	AS LEIS (E SUAS ALTERAÇÕES) SOBRE A NOMEAÇÃO DE BENS PÚBLICOS EM CURITIBA (1948-1995).....	129
TABELA 13	ORIGEM DAS INDICAÇÕES DE BENS PÚBLICOS EM CURITIBA.....	130
TABELA 14	INDICAÇÕES PARA A NOMEAÇÃO DE BENS PÚBLICOS FEITAS POR VEREADORES EM CURITIBA..	157
TABELA 15	INDICAÇÕES PARA A NOMEAÇÃO DE BENS PÚBLICOS FEITAS POR PREFEITOS EM CURITIBA.....	171

TABELA 16	INDICAÇÕES PARA NOMEAÇÕES DOS BENS PÚBLICOS ESTUDADOS, SEGUNDO AS LEGENDAS PARTIDÁRIAS.....	171
TABELA 17	PERCENTUAL DOS CAPITAIS ACUMULADOS PELOS 27 AGENTES QUE INDICARAM AS NOMEAÇÕES DOS BENS PÚBLICOS ESTUDADOS.....	305
TABELA 18	ESFERA DOS MANDATOS DOS 27 AGENTES POLÍTICOS RESPONSÁVEIS PELAS NOMEAÇÕES DOS BENS PÚBLICOS ANALISADOS.....	306
TABELA 19	NÚMERO DE MANDATOS DOS 27 AGENTES POLÍTICOS RESPONSÁVEIS PELAS NOMEAÇÕES DOS BENS PÚBLICOS ANALISADOS.....	306
TABELA 20	PATRIMÔNIO DECLARADO PELOS 27 AGENTES POLÍTICOS RESPONSÁVEIS PELAS NOMEAÇÕES ESTUDADAS.....	307
TABELA 21	ORIGEM DE NASCIMENTO DOS AGENTES HOMENAGEADOS NA NOMEAÇÃO DAS DEZESSETE ESCOLAS DE REFERÊNCIA.....	310
TABELA 22	ORIGEM DE NASCIMENTO DOS 47 NOVOS AGENTES HOMENAGEADOS.....	310
TABELA 23	ORIGEM DE NASCIMENTO DOS 64 AGENTES ESTUDADOS.....	310
TABELA 24	AGENTES QUE ATUARAM OU RESIDIRAM EM CURITIBA.....	311
TABELA 25	ÉPOCA EM QUE OS HOMENAGEADOS NAS ESCOLAS DE REFERÊNCIA NASCERAM.....	311
TABELA 26	ÉPOCA DE NASCIMENTO DOS 47 NOVOS AGENTES QUE NOMEIAM OS BENS PÚBLICOS ESTUDADOS.....	311
TABELA 27	ÉPOCA DE NASCIMENTO DOS 64 NOVOS AGENTES ESTUDADOS.....	312
TABELA 28	ÉPOCA DE NOMEAÇÃO DAS 17 ESCOLAS DE REFERÊNCIA.....	313

TABELA 29	ÉPOCA DE NOMEAÇÃO DOS 49 BENS PÚBLICOS ESTUDADOS.....	313
TABELA 30	ÉPOCA DE NOMEAÇÃO DOS 66 BENS PÚBLICOS ESTUDADOS.....	313
TABELA 31	CAPITAIS EDUCACIONAIS DOS 47 NOVOS AGENTES ESTUDADOS.....	315
TABELA 32	DADOS GERAIS LEVANTADOS SOBRE OS CAPITAIS EDUCACIONAIS DOS 47 NOVOS AGENTES ESTUDADOS.....	315
TABELA 33	CAPITAIS EDUCACIONAIS DOS AGENTES HOMENAGEADOS NAS ESCOLAS DE REFERÊNCIA.....	316
TABELA 34	DADOS GERAIS LEVANTADOS SOBRE OS CAPITAIS EDUCACIONAIS DOS 17 AGENTES QUE NOMEIAM AS ESCOLAS DE REFERÊNCIA.....	316
TABELA 35	PERCENTUAL DOS CAPITAIS EDUCACIONAIS DOS 64 AGENTES ESTUDADOS.....	317
TABELA 36	DADOS GERAIS LEVANTADOS SOBRE OS CAPITAIS EDUCACIONAIS DOS 64 NAGENTES ESTUDADOS.....	317
TABELA 37	CAPITAIS PROFISSIONAIS DOS AGENTES HOMENAGEADOS NAS ESCOLAS DE REFERÊNCIA.....	318
TABELA 38	DADOS GERAIS LEVANTADOS SOBRE OS CAPITAIS PROFISSIONAIS DOS AGENTES HOMENAGEADOS NAS ESCOLAS DE REFERÊNCIA.....	318
TABELA 39	CAPITAIS PROFISSIONAIS DOS 47 NOVOS AGENTES ESTUDADOS.....	318
TABELA 40	DADOS GERAIS LEVANTADOS SOBRE OS CAPITAIS PROFISSIONAIS DOS 47 NOVOS AGENTES ESTUDADOS.....	319
TABELA 41	RELAÇÃO ENTRE CAPITAIS PROFISSIONAIS E EDUCACIONAIS DOS 47 NOVOS AGENTES.....	319
TABELA 42	CAPITAIS EDUCACIONAIS E CAPITAIS PROFISSIONAIS ENTRE OS 64 AGENTES ESTUDADOS.....	321

TABELA 43	COLOCAÇÃO PROFISSIONAL DOS 64 AGENTES ESTUDADOS.....	322
TABELA 44	ALFABETIZAÇÃO DA POPULAÇÃO DE QUINZE ANOS E MAIS – BRASIL – 1900/1991.....	324
TABELA 45	AGENTES HOMENAGEADOS NAS ESCOLAS DE REFERÊNCIA QUE POSSUEM CAPITAIS ECONÔMICOS.....	327
TABELA 46	DADOS GERAIS LEVANTADOS SOBRE OS CAPITAIS ECONÔMICOS DOS 17 AGENTES QUE NOMEIAM AS ESCOLAS DE REFERÊNCIA.....	327
TABELA 47	CAPITAIS ECONÔMICOS DOS 47 NOVOS AGENTES PESQUISADOS.....	327
TABELA 48	DADOS GERAIS LEVANTADOS SOBRE OS CAPITAIS ECONÔMICOS DOS 47 NOVOS AGENTES ESTUDADOS.....	328
TABELA 49	PERCENTUAIS COMPARATIVOS ENTRE OS CAPITAIS EDUCACIONAIS, PROFISSIONAIS E ECONÔMICOS DOS 64 AGENTES ESTUDADOS.....	328
TABELA 50	AGENTES HOMENAGEADOS NAS ESCOLAS DE REFERÊNCIA QUE POSSUEM CAPITAIS POLÍTICOS.....	330
TABELA 51	DADOS GERAIS LEVANTADOS SOBRE OS CAPITAIS POLÍTICOS DOS 17 AGENTES QUE NOMEIAM AS ESCOLAS DE REFERÊNCIA.....	330
TABELA 52	AGENTES QUE POSSUEM CAPITAIS POLÍTICOS ENTRE OS 47 NOVOS AGENTES ESTUDADOS (SEGUNDO AS ESFERAS DE ATUAÇÃO ELENCADAS).	331
TABELA 53	DADOS GERAIS LEVANTADOS SOBRE OS CAPITAIS POLÍTICOS DOS 47 NOVOS AGENTES ESTUDADOS.....	331
TABELA 54	DADOS GERAIS LEVANTADOS SOBRE OS CAPITAIS POLÍTICOS DOS 64 AGENTES ESTUDADOS.....	332
TABELA 55	CAPITAIS FAMILIARES DOS 17 HOMENAGEADOS NAS ESCOLAS DE REFERÊNCIA.....	333

TABELA 56	DADOS GERAIS ACERCA DOS CAPITAIS FAMILIARES DOS 17 HOMENAGEADOS NAS ESCOLAS DE REFERÊNCIA.....	333
TABELA 57	CAPITAIS FAMILIARES DOS 47 NOVOS AGENTES ESTUDADOS.....	333
TABELA 58	DADOS GERAIS ACERCA DOS CAPITAIS FAMILIARES DOS 47 NOVOS AGENTES ESTUDADOS..	334
TABELA 59	DADOS GERAIS ACERCA DOS CAPITAIS FAMILIARES DOS 64 AGENTES ESTUDADOS.....	334
TABELA 60	PERCENTUAL DOS CAPITAIS IDENTIFICADOS ENTRE OS 64 AGENTES ESTUDADOS.....	335
TABELA 61	MÉDIA PERCENTUAL DOS CAPITAIS ACUMULADOS/RECONVERTIDOS SEGUNDO CADA TIPO DE BEM PÚBLICO.....	335
TABELA 62	PERFIL GERAL DOS 64 AGENTES HOMENAGEADOS...	336
TABELA 63	REGISTROS DAS FONTES QUANTO À DATA DE NASCIMENTO DOS 64 AGENTES ESTUDADOS.....	343
TABELA 64	REGISTROS DAS FONTES QUANTO À DATA DE FALECIMENTO DOS 64 AGENTES ESTUDADOS.....	343
TABELA 65	REGISTROS DAS FONTES QUANTO AO LOCAL DE NASCIMENTO DOS 64 AGENTES ESTUDADOS.....	344
TABELA 66	REGISTROS DAS FONTES QUANTO AO LOCAL DE FALECIMENTO- DOS 64 AGENTES ESTUDADOS.....	344
TABELA 67	REGISTROS ENCONTRADOS SOBRE AS DATAS E LOCALIDADES DE NASCIMENTO E FALECIMENTO DOS 64 AGENTES ESTUDADOS.....	345
TABELA 68	REGISTROS DAS FONTES QUANTO ÀS INFORMAÇÕES EDUCACIONAIS DOS 64 AGENTES ESTUDADOS.....	346
TABELA 69	DADOS GERAIS SOBRE OS REGISTROS ENCONTRADOS SOBRE A FORMAÇÃO EDUCACIONAL DOS 64 AGENTES ESTUDADOS.....	349

TABELA 70	REGISTROS DAS FONTES QUANTO ÀS INFORMAÇÕES PROFISSIONAIS DOS 64 AGENTES ESTUDADOS.....	349
TABELA 71	DADOS GERAIS SOBRE ÀS INFORMAÇÕES PROFISSIONAIS DOS 64 AGENTES ESTUDADOS.....	349
TABELA 72	REGISTROS DAS FONTES QUANTO ÀS INFORMAÇÕES ECONÔMICAS DOS 64 AGENTES ESTUDADOS.....	350
TABELA 73	DADOS GERAIS SOBRE ÀS INFORMAÇÕES ECONÔMICAS DOS 64 AGENTES ESTUDADOS.....	351
TABELA 74	REGISTROS DAS FONTES QUANTO ÀS INFORMAÇÕES POLÍTICAS DOS 64 AGENTES ESTUDADOS.....	351
TABELA 75	DADOS GERAIS SOBRE AS INFORMAÇÕES DE ATIVIDADES POLÍTICAS DOS 64 AGENTES ESTUDADOS.....	352
TABELA 76	REGISTROS DAS FONTES QUANTO ÀS INFORMAÇÕES FAMILIARES DOS 64 AGENTES ESTUDADOS.....	352
TABELA 77	DADOS GERAIS SOBRE AS INFORMAÇÕES FAMILIARES DOS 64 AGENTES ESTUDADOS.....	353
TABELA 78	REGISTROS DE RELAÇÕES DE PERTENÇA DOS 49 NOVOS AGENTES ESTUDADOS COM A COMUNIDADE ONDE A HOMENAGEM FOI PRESTADA.....	355
TABELA 79	REGISTROS DE RELAÇÕES DE PERTENÇA DOS 64 AGENTES ESTUDADOS COM A COMUNIDADE ONDE A HOMENAGEM FOI PRESTADA.....	355

LISTA DE SIGLAS

APPUC – Assessoria de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba
ARENA – Aliança Renovadora Nacional
CCJ – Comissão de Constituição e Justiça
CDT – Classe Dominante Tradicional
CEASA – Central de Abastecimento de Produtos Agrícolas
CIC – Cidade Industrial de Curitiba
CODEPAR – Companhia de Desenvolvimento do Paraná
COHAB-CT – Companhia de Habitação Popular de Curitiba
DEM – Democratas (Partido político)
IMAP – Instituto Municipal de Administração Pública
IPPUC – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba
LOM – Lei Orgânica Municipal
MDB – Movimento Democrático Brasileira
PDS – Partido Democrático Social
PDT – Partido Democrático Trabalhista
PFL – Partido da Frente Liberal
PL – Partido Liberal
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PMDU Plano Municipal de Desenvolvimento Urbano
PMN – Partido da Mobilização Nacional
PODE – Podemos (Partido político)
PP – Partido Progressista
PPB – Partido Progressista Brasileiro
PPU – Plano Preliminar de Urbanismo
PSB – Partido Socialista Brasileiro
PSD – Partido Social Democrático
PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira
PT – Partido dos Trabalhadores
SEED-PR – Secretaria de Estado da Educação do Paraná
SEPLAD – Secretaria Municipal de Planejamento e Administração
SMAD – Secretaria Municipal de Administração

SMAP – Secretaria Municipal de Administração, Gestão de Pessoal e Tecnologia da Informação

STF – Supremo Tribunal Federal

TSE – Tribunal Superior Eleitoral

UBS – Unidade Básica de Saúde

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	32
2	CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS E TEÓRICAS	38
2.1	NOMES, LUGARES, PODER E MEMÓRIA	38
2.2	DEFINIÇÃO DOS AGENTES A SEREM ESTUDADOS NAS BIOGRAFIAS INDIVIDUAIS E COLETIVAS	58
3	ASPECTOS HISTÓRICOS CONTEXTUAIS	60
3.1	CURITIBA: HISTÓRICO DA EXPANSÃO URBANA	60
3.1.1	AS ORIGENS DA CIDADE E A TRAJETÓRIA ATÉ O SÉCULO XIX	60
3.1.2	SÉCULOS XX E XXI: PLANOS URBANÍSTICOS E CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO	65
3.2	AS LOCALIDADES QUE COMPÕEM O RECORTE	74
3.2.1	A CIDADE INDUSTRIAL DE CURITIBA (CIC)	75
3.2.2	O SÍTIO CERCADO	78
3.2.3	O GANCHINHO	79
3.2.4	O CAMPO DE SANTANA	81
3.2.5	O TATUQUARA	82
3.2.6	O BAIRRO ALTO	83
3.2.7	O CENTRO	85
3.2.8	O TARUMÃ	86
3.2.9	O UBERABA	87
3.3	A VARIAÇÃO DEMOGRÁFICA NAS LOCALIDADES ESTUDADAS, SEGUNDO O CENSO DE 2022	89
3.4	A RENDA DAS POPULAÇÕES NAS LOCALIDADES ESTUDADAS	90
4	O PODER DE NOMEAR BENS PÚBLICOS – O PAPEL DA UNIÃO, DOS ESTADOS E DOS MUNICÍPIOS	93
4.1	A LEI ORGÂNICA MUNICIPAL DE CURITIBA	97
4.2	A LEI Nº 119/1948	102
4.3	A LEI Nº 1.140/1955	103
4.4	A LEI Nº 2.010/1961	104
4.5	A LEI Nº 6.053/1979	108
4.6	A LEI Nº 8.670/1995	114

5	BIOGRAFIAS INDIVIDUAIS	130
5.1	BIOGRAFIAS DOS AGENTES POLÍTICOS MUNICIPAIS RESPONSÁVEIS PELA INDICAÇÃO DOS HOMENAGEADOS	130
5.1.1	EDSON MÜHLMANN	131
5.1.2	ELIAS VIDAL	131
5.1.3	FABIANO BRAGA CORTES JUNIOR	132
5.1.4	HORÁCIO RODRIGUES	133
5.1.5	IVAN RIBAS	134
5.1.6	JAIRO MARCELINO	135
5.1.7	JOÃO CLÁUDIO DEROSSO	136
5.1.8	JOÃO QUEIRÓZ MACIEL	139
5.1.9	JÔNATAS PIRKIEL	140
5.1.10	JOSÉ GORSKI	141
5.1.11	JULIETA REIS	142
5.1.12	LAURO DE CARVALHO CHAVES	144
5.1.13	MARCOS ISFER	144
5.1.14	MÁRIO CELSO PUGLIELLI	146
5.1.15	NELY ALMEIDA	147
5.1.16	NEY LEPREVOST	149
5.1.17	RENATO GAÚCHO	152
5.1.18	ROSA MARIA CHIAMULERA	153
5.1.19	SABINO PICOLO	154
5.1.20	SIDGLEY ANTONIO CLAUDINO	155
5.1.21	WALDIR D'ANGELIS	156
5.1.22	CÁSSIO TANIGUCHI	158
5.1.23	JAIME LERNER	160
5.1.24	LUCIANO DUCCI	163
5.1.25	MAURÍCIO FRUET	164
5.1.26	RAFAEL GRECA	166
5.1.27	ROBERTO REQUIÃO	168
5.2	BIOGRAFIAS DOS AGENTES QUE NOMEIAM OS DEZESSETE COLÉGIOS ESTADUAIS QUE COMPÕEM O RECORTE DE REFERÊNCIA.	172
5.2.1	HASDRÚBAL BELLEGARD	172

5.2.2	TEOBALDO LEONARDO KLETEMBERG	173
5.2.3	INEZ VICENTE BOROCZ	173
5.2.4	FLÁVIO FERREIRA DA LUZ	174
5.2.5	GUIDO ARZUA	175
5.2.6	TEOTÔNIO VILELA	175
5.2.7	RODOLPHO ZANINELLI	177
5.2.8	HILDEGARD SONDHAL	177
5.2.9	EURIDES BRANDÃO	178
5.2.10	MARLI QUEIRÓZ DE AZEVEDO	179
5.2.11	PILAR MATURANA	180
5.2.12	NIRLEI MEDEIROS	180
5.2.13	ERAMSO PILOTTO	181
5.2.14	IARA BERGMANN	182
5.2.15	PAULO LEMINSKI	183
5.2.16	GUILHERME ALBUQUERQUE MARANHÃO	184
5.2.17	ANIBAL KHURY NETO	185
5.3	BIOGRAFIAS DOS AGENTES QUE NOMEIAM AS RUAS ONDE AS ESCOLAS DE REFERÊNCIA ESTÃO LOCALIZADAS	186
5.3.1	IZAAC FERREIRA DA CRUZ	188
5.3.2	MARIO GASPARIN	191
5.3.3	IGNÊS LOURDES GOMES DE MACEDO	193
5.3.4	JOÃO CISLINSKY	194
5.3.5	ROBERT REDZIMSKI	195
5.3.6	ANTONIA MOLINA BELLA	198
5.3.7	JOAQUIM DE SIQUEIRA CORTES	199
5.3.8	JAIR COELHO	201
5.3.9	CYRO CORREIA PEREIRA	202
5.3.10	ANTONIO BERTOLDI	205
5.3.11	EMILIANO PERNETA	206
5.3.12	REINALDO DE CARVALHO – BOLA	211
5.3.13	CORONEL AUGUSTO DE ALMEIDA GARRET	213
5.3.14	JOSÉ ANGELO MARTINS	215
5.3.15	AVELINO MANTOVANI	216

5.4	BIOGRAFIAS DOS AGENTES QUE NOMEIAM AS PRAÇAS OU JARDINETES MAIS PRÓXIMOS DE ONDE AS ESCOLAS DE REFERÊNCIA ESTÃO LOCALIZADAS	217
5.4.1	EGYDIO JOSÉ BUSNARDO	218
5.4.2	CARLOS RAUL HELLER	220
5.4.3	JOSÉ SOARES GROBE	222
5.4.4	MAJOR ANTONIO ALVES DA ROCHA LOURES	224
5.4.5	HUMBERTO BERTOLDI	226
5.4.6	JOSÉ BÓRIO	228
5.4.7	MATIAS ALENOR MARTINS.....	230
5.4.8	PEDRO DE ALMEIDA	231
5.4.9	ZACARIAS DE GÓES E VASCONCELOS	233
5.4.10	FRANCISCA TONI MATHIAS	236
5.4.11	CAPITÃO SHINGO KUBA	238
5.4.12	CORONEL ALMIR SILVA	240
5.5	BIOGRAFIAS DOS AGENTES QUE NOMEIAM AS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE (POSTOS DE SAÚDE) MAIS PRÓXIMAS DE ONDE AS ESCOLAS DE REFERÊNCIA ESTÃO LOCALIZADAS	242
5.5.1	JOÃO CÂNDIDO	247
5.5.2	SALVADOR ALLENDE	250
5.5.3	CÂNDIDO PORTINARI	252
5.5.4	OUVIDOR PARDINHO	255
5.5.5	OSTERNACK	256
5.6	BIOGRAFIAS DOS AGENTES QUE NOMEIAM AS ESCOLAS MUNICIPAIS MAIS PRÓXIMAS DE ONDE AS ESCOLAS DE REFERÊNCIA ESTÃO LOCALIZADAS.....	257
5.6.1	AUGUSTA GLÜCK RIBAS	261
5.6.2	MIRACY RODRIGUES DE ARAÚLO	263
5.6.3	DONA LULU (MARIA DA LUZ SEILER VEIGA)	265
5.6.4	PAULO FREIRE	267
5.6.5	REJANE MARIA SILVEIRA SACHETTE	272
5.6.6	HEITOR DE ALENCAR FURTADO	274
5.6.7	AMÉRICA DA COSTA SABÓIA	275

5.6.8	SIDÔNIO MURALHA	278
5.6.9	CÂNDIDO PORTINARI	281
5.6.10	ÁLVARO BORGES	281
5.6.11	ERASMO PILOTTO	283
5.6.12	HELENA KOLODY	284
5.6.13	JOÃO BATISTA BRANDÃO DE PROENÇA.....	288
5.6.14	CARLOS DRUMMOND DE ANDRADE	291
5.6.15	ENÉAS MARQUES DOS SANTOS	295
5.6.16	DONA POMPÍLIA (POMPÍLIA LOPES DOS SANTOS)	298
5.6.17	RACHEL MADER GONÇALVES	301
6	ANÁLISE PROSOPOGRÁFICA	303
6.1	CAPITAIS ACUMULADOS/RECONVERTIDOS PELOS AGENTES QUE NOMEARAM OS 49 NOVOS ESPAÇOS ESTUDADOS	304
6.2	AS ORIGENS DOS AGENTES HOMENAGEADOS	309
6.3	CAPITAIS EDUCACIONAIS	314
6.4	CAPITAIS PROFISSIONAIS	317
6.5	CAPITAIS ECONÔMICOS	326
6.6	CAPITAIS POLÍTICOS	329
6.7	CAPITAIS FAMILIARES	332
6.8	PANORAMA DOS CAPITAIS ACUMULADOS/RECONVERTIDOS PELOS AGENTES HOMENAGEADOS	335
7	ANÁLISE DOCUMENTAL: CONTEÚDOS E CARACTERÍSTICAS DAS FONTES CONSULTADAS	336
7.1	UMA ABORDAGEM PANORÂMICA DAS INFORMAÇÕES E DAS LACUNAS EXISTENTES NOS REGISTROS PESQUISADOS	342
7.2	OS AGENTES HOMENAGEADOS E AS RELAÇÕES DE PERTENÇA COM OS LOCAIS ONDE AS HOMENAGENS FORAM PRESTADAS	354
8	CONSIDERAÇÕES FINAIS	357
	REFERÊNCIAS	364
 APÊNDICES		
	APÊNDICE 01 – AGENTES QUE COMPÕEM O RECORTE DA PESQUISA	422

APÊNDICE 02 – UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE EM CURITIBA NOMEADAS A PARTIR DE TOPÔNIMOS ANTROPONÍMICOS	423
APÊNDICE 03 – PERCENTUAL DOS CAPITAIS ACUMULADOS/ RECONVERTIDOS PELOS 27 AGENTES POLÍTICOS RESPONSÁVEIS PELAS NOMEAÇÕES	424
APÊNDICE 04 – NÚMERO DE MANDATOS EXERCIDOS PELOS VEREADORES E PREFEITOS QUE INDICARAM AS NOMEAÇÕES DOS BENS PÚBLICOS ESTUDADOS.....	425
APÊNDICE 05 – PATRIMÔNIO DECLARADO AO TSE E CONEXÕES FAMILIARES IDENTIFICADAS COM A CLASSE DOMINANTE TRADICIONAL (CDT) E COM PROCESSOS IMIGRATÓRIOS ENTRE OS 27 AGENTES POLÍTICOS RESPONSÁVEIS PELAS INDICAÇÕES DAS NOMEAÇÕES.....	426
APÊNDICE 06 – AGENTES POLÍTICOS RESPONSÁVEIS PELAS HOMENAGENS E RESPECTIVAS FILIAÇÕES PARTIDÁRIAS.....	431
APÊNDICE 07 – ORIGENS, ANO DE NASCIMENTO E ATUAÇÃO (OU NÃO) DOS 49 AGENTES ESTUDADOS NA CIDADE DE CURITIBA	433
APÊNDICE 08 – ÉPOCA DE NOMEAÇÃO DAS ESCOLAS DE REFERÊNCIA	435
APÊNDICE 09 – ÉPOCA DE NOMEAÇÃO DOS 49 NOVOS BENS PÚBLICOS ESTUDADOS	436
APÊNDICE 10 – CAPITAIS EDUCACIONAIS DOS 47 NOVOS AGENTES ESTUDADOS	438
APÊNDICE 11 – RELAÇÃO ENTRE CAPITAIS PROFISSIONAIS E EDUCACIONAIS DOS 47 NOVOS AGENTES ESTUDADOS	440
APÊNDICE 12 – PROFISSÕES EXERCIDAS PELOS 64 AGENTES ESTUDADOS	442
APÊNDICE 13 – CAPITAIS ECONÔMICOS DOS 47 NOVOS AGENTES ESTUDADOS.....	444
APÊNDICE 14 – CAPITAIS POLÍTICOS DOS 47 NOVOS AGENTES ESTUDADOS	446
APÊNDICE 15 – PERCENTUAL DOS CAPITAIS ACUMULADOS/ RECONVERTIDOS PELOS 64 AGENTES ESTUDADOS	447

ANEXOS

ANEXO 01 – JUSTIFICATIVA PARA A ESCOLHA DO NOME DE IZAAC FERREIRA DA CRUZ PARA DESIGNAR UMA AVENIDA NO BAIRRO SÍTIO CERCADO – CURITIBA	449
ANEXO 02 – JUSTIFICATIVA PARA A ESCOLHA DO NOME DE MARIO GASPARIN PARA DESIGNAR UMA RUA NO BAIRRO SÍTIO CERCADO – CURITIBA	450
ANEXO 03 – JUSTIFICATIVA PARA A ESCOLHA DO NOME DE IGNÊS DE LOURDES GOMES DE MACEDO PARA DESIGNAR UMA RUA NO BAIRRO SÍTIO CERCADO – CURITIBA	451
ANEXO 04 – JUSTIFICATIVA PARA A ESCOLHA DO NOME DE JOÃO CISLINSKY PARA DESIGNAR UMA RUA NO BAIRRO SÍTIO CERCADO – CURITIBA	452
ANEXO 05 – JUSTIFICATIVA PARA A ESCOLHA DO NOME DE ROBERT REDZIMSKI PARA DESIGNAR UMA RUA NO BAIRRO CIC – CURITIBA	453
ANEXO 06 – JUSTIFICATIVA PARA A ESCOLHA DO NOME DE ANTONIA MOLINA BELLA PARA DESIGNAR UMA RUA NO BAIRRO CIC – CURITIBA	455
ANEXO 07 – JUSTIFICATIVA PARA A ESCOLHA DO NOME DE JOAQUIM DE SIQUEIRA CORTES PARA DESIGNAR UMA RUA NO BAIRRO CIC – CURITIBA	456
ANEXO 08 – JUSTIFICATIVA PARA A ESCOLHA DO NOME DE JAIR COELHO PARA DESIGNAR UMA RUA NO BAIRRO CIC – CURITIBA	458
ANEXO 09 – JUSTIFICATIVA PARA A ESCOLHA DO NOME DE CYRO CORREIA PEREIRA PARA DESIGNAR UMA RUA NO BAIRRO CIC – CURITIBA	459
ANEXO 10 – JUSTIFICATIVA PARA A ESCOLHA DO NOME DE ANTONIO BERTOLDI PARA DESIGNAR UMA RUA NO BAIRRO CIC – CURITIBA	460
ANEXO 11 – EMILIANO PERNETA	462

ANEXO 12 – JUSTIFICATIVA PARA A ESCOLHA DO NOME DE REINALDO DE CARVALHO – BOLA PARA DESIGNAR UMA RUA NO BAIRRO GANCHINHO – CURITIBA	463
ANEXO 13 – JUSTIFICATIVA PARA A ESCOLHA DO NOME DE AUGUSTO DE ALMEIDA GARRET DESIGNAR UMA RUA NO BAIRRO TARUMÃ – CURITIBA	464
ANEXO 14 – JUSTIFICATIVA PARA A ESCOLHA DO NOME DE JOSÉ ANGELO MARTINS PARA DESIGNAR UMA RUA NO BAIRRO TATUQUARA – CURITIBA	466
ANEXO 15 – JUSTIFICATIVA PARA A ESCOLHA DO NOME DE EGÝDIO JOSÉ BUSNARDO PARA DESIGNAR UMA PRAÇA NO SÍTIO CERCADO – CURITIBA	467
ANEXO 16 – JUSTIFICATIVA PARA A ESCOLHA DO NOME DE CARLOS RAUL HELLER PARA DESIGNAR UMA PRAÇA NO SÍTIO CERCADO – CURITIBA	469
ANEXO 17 – JUSTIFICATIVA PARA A ESCOLHA DO NOME DE JOSÉ SOARES GROBE PARA DESIGNAR UMA PRAÇA NO SÍTIO CERCADO – CURITIBA	472
ANEXO 18 – JUSTIFICATIVA PARA A ESCOLHA DO NOME DE ANTONIO ALVES DA ROCHA LOURES PARA DESIGNAR U PRAÇA NA CIDADE INDUSTRIAL DE CURITIBA	473
ANEXO 19 – JUSTIFICATIVA PARA A ESCOLHA DO NOME DE HUMBERTO BERTOLDI PARA DESIGNAR UMA PRAÇA NA CIDADE INDUSTRIAL DE CURITIBA	475
ANEXO 20 – JUSTIFICATIVA PARA A ESCOLHA DO NOME DE JOSÉ BÓRIO PARA DESIGNAR UMA PRAÇA NA CIDADE INDUSTRIAL DE CURITIBA	477
ANEXO 21 – JUSTIFICATIVA PARA A ESCOLHA DO NOME DE MATIAS ALENOR MARTINS PARA DESIGNAR UMA PRAÇA NA CIDADE INDUSTRIAL DE CURITIBA	478
ANEXO 22 – JUSTIFICATIVA PARA A ESCOLHA DO NOME DE PEDRO DE ALMEIDA PARA DESIGNAR UMA PRAÇA NO BAIRRO ALTO, EM CURITIBA	479

ANEXO 23 – JUSTIFICATIVA PARA A ESCOLHA DO NOME DE FRANCISCA TONI MATHIAS PARA DESIGNAR UM JARDINETE NO BAIRRO TARUMÃ, EM CURITIBA	481
ANEXO 24 – JUSTIFICATIVA PARA A ESCOLHA DO NOME DE SHINGO KUBA PARA DESIGNAR UM JARDINETE NO BAIRRO TATUQUARA, EM CURITIBA	482
ANEXO 25 – JUSTIFICATIVA PARA A ESCOLHA DO NOME DE ALMIR SILVA PARA DESIGNAR UM JARDINETE NO BAIRRO UBERABA, EM CURITIBA	484
ANEXO 26 – JUSTIFICATIVA PARA A ESCOLHA DO NOME DE AUGUSTA GLÜCK RIBAS PARA DESIGNAR UM ESCOLA MUNICIPAIS NO BAIRRO SÍTIO CERCADO, EM CURITIBA	486
ANEXO 27 – JUSTIFICATIVA PARA A ESCOLHA DO NOME DE MIRACY RODRIGUES DE ARAÚJO PARA DESIGNAR UM ESCOLA MUNICIPAIS NO BAIRRO SÍTIO CERCADO, EM CURITIBA	487
ANEXO 28 – JUSTIFICATIVA PARA A ESCOLHA DO NOME DE PAULO FREIRE PARA DESIGNAR UM ESCOLA MUNICIPAIS NO BAIRRO SÍTIO CERCADO, EM CURITIBA	488
ANEXO 29 – JUSTIFICATIVA PARA A ESCOLHA DO NOME DE REJANE MARIA SILVEIRA SECHETTE PARA DESIGNAR UM ESCOLA MUNICIPAIS NO BAIRRO SÍTIO CERCADO, EM CURITIBA.	489
ANEXO 30 – JUSTIFICATIVA PARA A ESCOLHA DO NOME DE AMÉRICA DA COSTA SABOIA PARA DESIGNAR UM LOGRADOURO NO BAIRRO CIDADE INDUSTRIAL DE CURITIBA (CIC)	494
ANEXO 31 – JUSTIFICATIVA PARA A ESCOLHA DO NOME DE ÁLVARO BORGES PARA DESIGNAR UM LOGRADOURO NO BAIRRO CIDADE INDUSTRIAL DE CURITIBA (CIC)	497
ANEXO 32 – JUSTIFICATIVA PARA A ESCOLHA DO NOME DE HELENA KOLODY PARA DESIGNAR UM LOGRADOURO NO BAIRRO CAMPO DE SANTANA, EM CURITIBA	498
ANEXO 33 – JUSTIFICATIVA PARA A ESCOLHA DO NOME DE ENÉAS MARQUES DOS SANTOS PARA DESIGNAR UM LOGRADOURO EM CURITIBA	500

ANEXO 34 – JUSTIFICATIVA PARA A ESCOLHA DO NOME DE RACHEL MADER GONÇALVES PARA DESIGNAR UMA ESCOLA MUNICIPAL EM CURITIBA	505
ANEXO 35 – PRIMEIRA COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA E REPOSTA DA SEÇÃO DE ARQUIVO E DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA	510
ANEXO 36 – RESPOSTA DA SEÇÃO DE ARQUIVO E DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA	511
ANEXO 37 – RESPOSTA DA SEÇÃO DE ARQUIVO E DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA, COM O ENVIO DA DOCUMENTAÇÃO SOLICITADA	512
ANEXO 38 – SOLICITAÇÃO DE NOVAS INFORMAÇÕES À SEÇÃO DE ARQUIVO E DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA	513
ANEXO 39 – RESPOSTA DA SEÇÃO DE ARQUIVO E DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA, COM O ENVIO DA DOCUMENTAÇÃO ENCONTRADA NO ACERVO DA CMC	514
ANEXO 40 – SOLICITAÇÃO DE INFORMAÇÕES SOBRE O HISTÓRICO DAS DESIGNAÇÕES DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE, JUNTO AO ARQUIVO GERAL DA SAÚDE DE CURITIBA	515
ANEXO 41 – RESPOSTA RECEBIDA DO ARQUIVO GERAL DA SAÚDE DE CURITIBA	

1- INTRODUÇÃO

Os nomes dos lugares públicos são parte integrante dos espaços de vivência em sociedade, constituindo-se em elementos do cotidiano das pessoas, naturalizados por meio de processos socioculturais, como uma forma de aprendizado primordial. Designações de ruas, praças e instituições de ensino, por exemplo, configuram-se como marcos referenciais fundamentais na organização espacial e simbólica das comunidades.

Embora o conhecimento dessas designações revele-se essencial para a orientação e interação social, a compreensão dos processos que levaram a tais nomeações, ou os fatores que motivaram estas escolhas, frequentemente assumem papel secundário, ainda que tais escolhas não sejam aleatórias, e estejam sujeitas a todo um trâmite legal, permeado por interesses sociais e políticos.

A ideia de desnaturalizar as nomeações de bens públicos, identificando quem são os agentes homenageados, foi o que impulsionou nosso projeto de pesquisa, iniciado com os estudos para o mestrado. Saber quem são os agentes que nomeiam escolas públicas estaduais em Curitiba, dentro de um recorte que abarcava um período histórico mais recente (1985-2009) e instituições de grande porte (com mais de mil alunos matriculados no ano de 2018), se constituiu no objeto de nossa análise para a escrita da dissertação defendida no ano de 2020. Esse trabalho consistiu na pesquisa a respeito da nomenclatura de 17 colégios estaduais da capital paranaense, investigando as trajetórias biográficas dos homenageados, os aspectos legais que levaram ao estabelecimento dessas homenagens, e a presença de interesses elitistas nesses processos. Para tanto, aliamos o estudo das biografias individuais com análises prosopográficas, além da pesquisa sobre os espaços onde as escolas estão localizadas, bem como sobre a legislação vigente para o estabelecimento das nomenclaturas (PODLASEK, 2020).

Nesse trabalho investigativo, levantamos a hipótese inicial de que os processos de nomeação das escolas elencadas foram influenciados por elementos elitistas, com o favorecimento das classes dominantes na definição das nomenclaturas. Para tanto, utilizamos o referencial teórico de Pierre Bourdieu (1996) na interpretação dos dados individuais e coletivos, lançando mão dos conceitos de capital, *habitus*, campo e manipulação ou violência simbólica. Além disso, o referencial de Ricardo Costa Oliveira (2001) nos guiou para a compreensão do conceito de Classe Dominante Tradicional (CDT), enquanto a classe formadora de uma elite que, em seu jogo de interesses no espaço social, acumula e reconverte capitais por meio dos poderes políticos, econômicos e

familiares desde o período colonial brasileiro. O resultado desse trabalho de pesquisa, confirmou nossa hipótese inicial, demonstrando que os homenageados nas 17 escolas estudadas eram membros da Classe Dominante Tradicional, ou agentes que viviam em sua órbita, os quais defendiam a ordem estabelecida pela CDT, apesar de possuir um volume um pouco menos significativo de capitais. Tais indivíduos, que classificamos como agregados, integram a elite local, se distanciando das classes populares.

A delimitação do recorte de pesquisa em nosso mestrado possibilitou a investigação de um número reduzido de biografias que definiam as nomenclaturas daqueles espaços, o que foi fundamental para que o estudo se tornasse viável. Contudo, nesse processo, a indagação sobre os demais espaços públicos nomeados naquelas regiões se constituía em um elemento constante em nossas reflexões. O estabelecimento da nomenclatura em bens públicos como ruas, praças, postos de saúde e escolas municipais seguiriam a mesma lógica das escolas estaduais estudadas naquelas comunidades? Os aspectos elitistas detectados na pesquisa de mestrado se repetiriam? Tais indagações foram as motivações iniciais para a continuidade de nossa pesquisa, que resulta na escrita da presente tese.

Para o andamento do trabalho investigativo, utilizamos como ponto de partida as escolas elencadas em nosso recorte de pesquisa no mestrado, que passamos a denominar como “escolas de referência”. Utilizamos a localização geográfica destas escolas para a escolha dos locais que definimos como o entorno das instituições. A partir dessa localização, estabelecemos quais seriam os bens públicos estudados, que designam as ruas (o próprio endereço das escolas), praças, postos de saúde (ou unidades básicas) e escolas municipais mais próximas.

Estas definições e recortes da pesquisa tiveram como principal aspecto de orientação a proximidade geográfica das escolas de referência, a partir do qual foi adotado um critério de quatro quilômetros de distância como parâmetro para a localização dos logradouros do entorno. A definição do recorte para a inclusão dos bens públicos mencionados não levou em consideração os mesmos parâmetros temporais da pesquisa de mestrado, o que ampliou este recorte, em relação ao que foi desenvolvido anteriormente.

Após concluída a delimitação dos bens públicos a serem investigados, selecionados a partir de uma amostra específica, a análise dos processos de nomeação foi orientada por referenciais teóricos e elementos conceituais previamente estabelecidos.

No segundo capítulo desta tese, intitulado “Considerações metodológicas e teóricas” apresentamos os conceitos que orientam nossas interpretações, a partir dos referenciais teóricos dos autores que adotamos. Tendo em Pierre Bourdieu (1996) e Ricardo Costa de Oliveira (2001) os referenciais centrais para a interpretação do trabalho prosopográfico, também utilizamos o referencial de autores que tratam dos conceitos de memória, como as memórias coletivas de Maurice Halbwachs (1990), memórias enquadradas e subterrâneas de Michel Pollak (1989), lugares de memória de Pierre Nora (1992) e genealogia e potencial eleitoral ligado às construções das memórias coletivas de Canêdo (1995).

Com o objetivo de aprofundar as reflexões em relação aos estudos do mestrado, a opção por analisar os conceitos de memória e suas implicações se tornou um caminho metodológico pertinente, na medida em que os bens públicos podem ter sido designados a partir de interesses elitistas, mas, ao mesmo tempo, estão inseridos em localidades ocupadas majoritariamente pelas camadas populares. Tal realidade tem o potencial, por um lado, de impactar o processo de construção das memórias coletivas para a perpetuação de *habitus* elitistas, mas também pode resultar na construção de ressignificações por parte dessas populações, a partir de suas vivências.

Entretanto, o objetivo central da presente tese não é realizar um profundo estudo etnográfico sobre as memórias e os lugares que as guardam, mas sim analisar a nomenclatura dos locais elencados pelo recorte inicialmente estabelecido, interpretando prosopograficamente os dados biográficos, e a legislação que definiu tais processos. No decorrer do capítulo 02 esclarecemos essas questões, além detalhar os critérios que orientaram a definição da nomenclatura dos 49 novos espaços públicos que passamos a pesquisar.

No capítulo 03, intitulado “Aspectos históricos e contextuais” apresentamos um breve relato sobre a trajetória do desenvolvimento político e urbano de Curitiba, com ênfase no período que vai do final do século XIX até o início do século XXI. Esta escolha se justifica, pois, a maioria dos bens públicos estudados foi nomeada dentro deste recorte temporal, ou seja, compreender o contexto de Curitiba dentro deste intervalo de mais ou menos um século contribui para o entendimento das próprias condições que permitiram a implantação das legislações, e o desenvolvimento da realidade política e urbana que orientaram sua execução.

Além da análise panorâmica do desenvolvimento político e urbano da capital paranaense, o capítulo 03 dedica-se ao exame das trajetórias históricas dos nove bairros

que abrigam as escolas de referência e, conseqüentemente, os demais logradouros investigados. A interpretação do desenvolvimento específico de cada uma dessas localidades tem como objetivo fornecer subsídios mais robustos para compreender a composição sócio-histórica desses espaços, buscando identificar o perfil das populações que contribuíram para sua formação, e que neles ainda residem.

Como etapa conclusiva do capítulo 03, são apresentados os dados demográficos dos bairros investigados, atualizados com base no Censo de 2022, com o intuito de analisar as variações populacionais ocorridas na última década e interpretar seus possíveis impactos nas reflexões propostas. Nesse contexto, também são descritas as informações referentes à renda média das populações, ainda que fundamentadas nos dados do Censo de 2010, devido às limitações das fontes disponíveis. Apesar dessa restrição, o cruzamento entre os indicadores demográficos mais recentes e os dados socioeconômicos disponíveis permite traçar um panorama da realidade social das localidades estudadas, fornecendo subsídios para a caracterização dessas populações como predominantemente integrantes das classes populares.

O capítulo 04, intitulado “O poder de nomear bens públicos – o papel da União, dos estados e dos municípios”, dedica-se à análise das legislações que regulamentaram no passado, e algumas que normatizam ainda hoje a definição das nomenclaturas dos bens públicos no país. Com ênfase na Constituição Federal (BRASIL, 1988) e no Código Civil Brasileiro (BRASIL, 2002), é apresentado inicialmente um resumo sobre os dispositivos legais que tratam dos processos de nomeações de bens públicos válidos em todo o país. Nestas leis, fica evidente que o tema é pouco detalhado pela legislação federal, o que implica na especificação das leis, dentro do âmbito estadual de municipal.

A Constituição do Paraná (PARANÁ, 1989), já analisada em nossos estudos de mestrado, fornece alguns elementos para a regulamentação da nomeação de bens públicos no estado, mas, a exemplo das legislações federais, também carece de maiores detalhamentos. Por isso, a pesquisa é completada com a análise da legislação municipal, que englobou o estudo sobre a Lei Orgânica de Curitiba (CURITIBA, 2011), bem como das legislações específicas que, ao longo da trajetória histórica da cidade no século XX, normatizaram os processos de nomeação dos bens públicos. É preciso ressaltar que as nomeações das escolas de referência não seguem esta normatização municipal, sendo um encargo do poder Legislativo Estadual e da Secretaria de Estado da Educação do Paraná – SEED – PR. Os bens públicos estudados que foram regulamentados segundo a

legislação municipal mencionada são os 49 novos espaços que integram ruas, praças, postos de saúde e escolas municipais.

A análise dos processos que fundamentaram a elaboração das legislações sobre a nomeação de bens públicos (capítulo 04), articulada aos estudos acerca da trajetória histórica de Curitiba (capítulo 03), busca estabelecer conexões entre o contexto de criação dos dispositivos legais e a utilização das nomeações como instrumentos estratégicos no campo de atuação e exercício do poder pelos agentes políticos. Essa reflexão constitui um dos eixos centrais dos capítulos subsequentes da tese, nos quais são apresentadas as análises prosopográfica e das fontes documentais consultadas.

A primeira parte do capítulo 05, intitulado “Biografias individuais”, traz um resumo das biografias dos 27 agentes identificados, responsáveis pela nomeação dos 49 novos bens públicos estudados. Este levantamento biográfico focou nos mesmos tipos de capitais elencados na pesquisa sobre os agentes homenageados, ou seja, os capitais educacionais, profissionais, políticos, econômicos e familiares. O propósito foi investigar sobre as origens (especialmente no que se refere às relações de parentesco) e sobre o processo de acumulação de capitais que tais sujeitos vivenciaram (ou ainda vivenciam), para poder classificar sua posição de classe. Tendo a maioria de agentes oriundos das camadas dominantes locais, muitos deles integrantes da Classe Dominante Tradicional, esse grupo é caracterizado por possuir condições de acumular maiores volumes de capitais, o que lhe garante maior poder, inclusive na reconversão dos recursos que acumulam.

Na sequência do capítulo 05, são apresentados os resultados da pesquisa sobre os 64 agentes estudados nesta tese, sendo que 17 deles são nomes das escolas de referência, e os outros 47¹ compõem o novo conjunto investigado. Esta foi a parte mais extensa da pesquisa documental, e utilizou os resultados das investigações de nosso estudo de mestrado no que se refere aos nomes das escolas de referência. Os demais 47 agentes tiveram suas trajetórias investigadas, especialmente a partir dos documentos oficiais enviados pela Seção de Arquivo e Documentação da Câmara Municipal de Curitiba². De maneira geral, as fontes consultadas englobaram, além do acervo já mencionado, fontes disponíveis virtualmente em páginas oficiais de órgãos governamentais, assim como

¹ Como é enfatizado na sequência, dois agentes aparecem em duplicidade, daí o resultado de 49 novos espaços públicos, mas 47 nomes a serem biografados.

² Optamos por anexar essa documentação, com o objetivo de facilitar o trabalho de futuros pesquisadores, uma vez que este material ainda não está disponível em acervos virtuais.

fontes de imprensa atuais e históricas, especialmente as que integram o acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional (BN DIGITAL BRASIL, 2024).

As biografias elaboradas no capítulo 05 se constituíram na base informacional para as análises coletivas dos dados, realizada no capítulo subsequente, intitulado “Análise prosopográfica”. A interpretação dos dados biográficos de maneira coletiva, observando as origens dos homenageados, e a acumulação/reconversão dos capitais educacionais, profissionais, econômicos, políticos e familiares, resultou na elaboração das tabelas e das interpretações prosopográficas. Esta etapa inicialmente se debruçou sobre a trajetória dos 27 agentes responsáveis pelas nomeações e, em um segundo momento, analisou coletivamente as biografias dos 64 agentes homenageados.

O cruzamento dos dados prosopográficos, e a interpretação de seus significados são instrumentos metodológicos para a corroboração da hipótese inicial de nosso estudo, ou seja, que as nomeações de bens públicos em Curitiba possuem caráter elitista.

Entretanto, apesar de as biografias individuais fornecerem dados suficientes para a análise prosopográfica e para a confirmação da hipótese inicial, as lacunas existentes nos documentos sobre a trajetória de vida dos agentes estudados (especialmente dos homenageados) fomentaram a necessidade de uma análise a respeito das fontes consultadas. Buscando mensurar as lacunas existentes de maneira recorrente nos registros investigados, o capítulo 07, intitulado “Análise documental: conteúdos e características das fontes consultadas”, se dedica ao exame sobre os recorrentes silêncios e omissões a respeito de determinados tipos de informação, e os impactos e interpretações que isso pode ocasionar. Na conclusão do capítulo 07, é analisada também a existência ou não de dados documentados sobre a relação de pertencimento dos agentes homenageados com as comunidades onde foram prestadas as homenagens. Tanto a análise das lacunas informacionais a respeito de determinados tipos de capitais presentes ou não na trajetória de vida dos agentes, bem como sobre as relações de pertencimento nas comunidades onde as homenagens foram prestadas, se constituíram em elementos fundamentais para ocorrer a corroboração da hipótese inicial da presente tese.

O último capítulo, dedicado às considerações finais, tem como objetivo sistematizar os dados expostos nos capítulos precedentes, articulando-os de modo a apresentar os resultados de forma abrangente e a mensurar, de maneira objetiva, as informações detalhadas em cada tópico. A hipótese inicial é confirmada, ainda que o elitismo inerente aos processos de nomeação dos bens públicos investigados se manifeste de formas distintas: seja por meio do poder político exercido pela Classe Dominante Tradicional

(CDT), que detém o controle dos espaços decisórios no âmbito do Legislativo e do Executivo, seja através dos agentes agregados (políticos e homenageados), indivíduos provenientes de contextos variados, mas que mantêm sua atuação vinculada às relações de proximidade e dependência com os membros da própria CDT.

2- CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS E TEÓRICAS

2.1- NOMES, LUGARES, PODER E MEMÓRIA

Nomear é uma atividade humana ancestral e básica. Os nomes que estão presentes no cotidiano das pessoas possuem significados diversos, com sentidos mais ou menos relevantes, dependendo a o que esses nomes se referem. O nome que os indivíduos recebem logo após o nascimento é um aspecto central em suas vidas, bem como os nomes escolhidos para seus filhos, ou as mudanças nos sobrenomes que podem ocorrer a partir de matrimônios e divórcios. A trajetória de vida dos seres humanos é transpassada pela escolha de nomes, seja para a identificação de cada sujeito, para o reconhecimento do grupo social primário ao qual pertence, ou para a definição de suas origens e seus papéis sociais. Nomear é um aspecto fundamental e uma necessidade para a vida em coletividade, e o ato de designar não se restringe somente à nomeação das pessoas, mas também engloba a designação dos objetos e dos lugares.

Os estudos da Linguística, dentro da Onomástica, que investigam esse tipo de atividade humana, pertencem à Toponímia, área que pesquisa os nomes de lugares, considerando sua origem, evolução e aspectos naturais e culturais. Em nossa pesquisa, utilizamos as classificações da Toponímia com a intenção de ordenar e justificar as escolhas para a inclusão ou não de determinados bens públicos no nosso processo de investigação.

No Brasil, os trabalhos de Dick (1990) são referência para os estudos da Toponímia, especialmente no que se refere à categorização organizada pela pesquisadora. Ao classificarmos os nomes que compõem o recorte de investigação do presente estudo, optamos por essa categorização, que ordena os nomes dos lugares em dois grupos: aqueles que fazem referência à aspectos físicos, e os que se relacionam com aspectos sociais e culturais (DICK, 1990). Em nosso recorte de pesquisa, elencamos somente os topônimos referentes à nomes próprios de pessoas, ou seja, topônimos que se relacionam com os aspectos sociais e culturais, chamados de antropotopônimos. Estes nomes, nos estudos

linguísticos, pertencem à Antroponímia, um dos ramos da Toponímia (BALDEZ E SILVA; MORAES, 2015).

Contudo, apesar de utilizarmos as classificações da Toponímia, nossa pesquisa não tem o objetivo de averiguar a dinâmica das nomeações especificamente dentro do aspecto linguístico. Quando nos propomos a pesquisar a nomenclatura de bens públicos na cidade de Curitiba, nosso interesse maior está em perceber as relações de poder que possibilitaram tais nomeações, identificando os agentes humanos que foram homenageados (daí o recorte em antropotopônimos), e as possíveis motivações para a concessão das honrarias. Para tanto, é necessário investigar os processos de designação dos bens públicos, observando a existência ou não de interesses (principalmente de classe), para além das justificativas oficiais, quanto ao reconhecimento devido aos feitos dos agentes homenageados.

Nosso problema central consiste em analisar a nomenclatura de determinados bens públicos, investigando as motivações para o estabelecimento destas homenagens, as legislações que possibilitaram e legitimaram estes atos, a existência (ou não) de relações destes nomes com as comunidades estudadas, e possíveis interesses de classe presentes nessa dinâmica.

A problemática proposta requer a pesquisa de alguns aspectos centrais que, metodologicamente, delimitamos em: i) Aspectos históricos que contextualizam o objeto da pesquisa; ii) A legislação histórica e atual que normatizou as nomeações estudadas; iii) As biografias individuais dos agentes responsáveis pelas nomeações e dos homenageados; iv) A análise prosopográfica; v) Análise das informações presentes nas fontes históricas consultadas.

Para o estabelecimento dos princípios metodológicos da pesquisa, tomamos como ponto de partida a definição dos recortes temporal e espacial, demarcados em nosso estudo de mestrado (PODLASEK, 2020), que elencou dezessete escolas públicas estaduais, distribuídas por dez bairros da capital paranaense. Daqui para frente, passamos a nos referir à estas instituições escolares como “escolas de referência”.

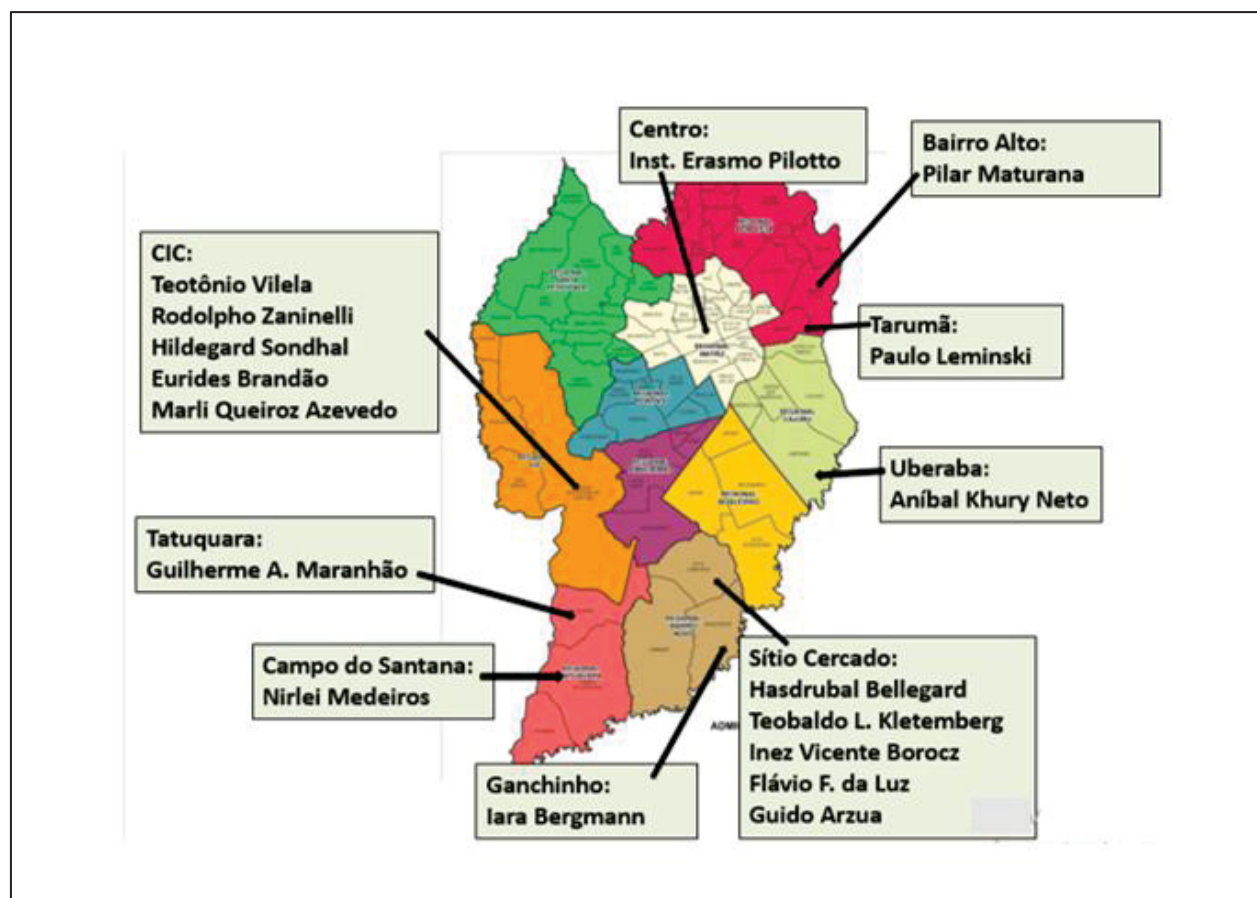
Neste recorte, foram estudadas as nomenclaturas de escolas fundadas ou renomeadas entre os anos de 1985 e 2009, e que possuíam mais de mil alunos matriculados no ano de 2018. Este recorte temporal foi definido, com a perspectiva de contemplar instituições de grande porte, nomeadas ou renomeadas em um período recente, marcado pelo processo de redemocratização no Brasil, e tendo como baliza final

o ano de 2009, data da última inauguração de uma escola pública estadual regular na capital paranaense.

Com o recorte temporal definido, organizamos o trabalho de pesquisa a partir da hipótese de que a nomeação das escolas possuía caráter elitista, ou seja, estava ligada à mecanismos de perpetuação de poder utilizados pelas classes dominantes, hipótese que foi comprovada por meio da análise de dados biográficos individuais dos homenageados, da legislação que normatiza a nomeação de escolas públicas no estado do Paraná, das interpretações prosopográficas, e da análise das fontes documentais.

Nesse sentido, o estudo das camadas dominantes, ou elites, e os recursos que elas possuem em diversas modalidades para manter as estruturas de dominação estabelecidas historicamente, foram parte essencial de nossa pesquisa de mestrado, e permanecem centrais na presente escrita.

FIGURA 01 – AS DEZESSETE ESCOLAS ESTADUAIS ESTUDADAS E SUA LOCALIZAÇÃO NOS BAIRROS EM CURITIBA.



FONTE: PODLASEK (2020).

Os estudos sobre as elites, das famílias que delas fazem parte e dominam o poder no Brasil, e a influência das relações de parentesco dentro da estrutura política e social do país, é um trabalho de grande densidade, que envolve uma série de pesquisadores, em áreas diversas das Ciências Humanas, como a História e a Sociologia.

O conceito de Classe Dominante Tradicional, elaborado pelo sociólogo Ricardo Costa de Oliveira (2001), nos forneceu instrumental teórico para analisar o conceito de elite e de relações de parentesco, sem nos remeter obrigatoriamente aos pressupostos de pensadores que fazem parte da clássica Teoria das Elites³.

Quando elaboramos nossa argumentação na dissertação de mestrado, a respeito do caráter elitista presente na nomeação de escolas públicas em Curitiba, nos referimos ao conceito de Classe Dominante Tradicional, como categoria definidora dos estratos superiores brasileiros, os quais não compõem necessariamente um grupo de indivíduos mais capacitados cognitivamente ou organizacionalmente, conforme postulavam os teóricos elitistas, mencionados anteriormente.

A Classe Dominante Tradicional é caracterizada como um segmento social integrado por indivíduos oriundos da antiga nobreza da terra, ou seja, daqueles que ocuparam o território brasileiro desde os primeiros tempos da exploração portuguesa no Brasil, e exerceram cargos de poder na colônia, ao mesmo tempo em que estabeleceram relações com as sociedades indígenas aqui existentes, com o objetivo de estruturar os espaços de poder colonial. Algumas destas relações eram pacíficas, mas a maioria delas era caracterizada por grande e contínua violência por parte dos colonizadores sobre as comunidades originárias (OLIVEIRA, 2018). Com o passar do tempo, estas estirpes coloniais aumentaram seus capitais, ocupando postos de comando dentro de diversas esferas do Estado, se fazendo presentes em instituições do governo de forma geral (burocracia, segurança, tribunais, etc.). Com o poder da terra, do domínio do sistema econômico, e da influência no organismo estatal, a nobreza da terra, que viria a formar a Classe Dominante Tradicional, além de se diversificar, passou a controlar diferentes espaços sociais, transmitindo para sua descendência os recursos acumulados dentro da lógica de perpetuação familiar de poder, na forma dos mais variados tipos de capitais. As

³ A Teoria das elites é uma corrente de pensamento que se desenvolveu entre o final do século XIX e início do século XX, especialmente no campo das Ciências Sociais. Nestes estudos, teóricos como Gaetano Mosca, Vilfredo Pareto e Robert Michels elaboraram teses que descrevem as elites como componentes essenciais na organização das sociedades, uma vez que estas classes possuiriam intrinsecamente uma superioridade organizacional e cognitiva, além de uma capacidade de se reproduzir em todos os espaços, inclusive nas organizações ligadas às camadas populares (BOBBIO *et al.*, 1998, p. 386; SAES, 1994, p. 11).

alianças das famílias, os matrimônios e as relações de parentesco, portanto, se constituíam (e continuam se constituindo) em importantes instrumentos de manutenção da dominação para a CDT, numa lógica que tende a reproduzir as vantagens acumuladas há alguns séculos por estas estirpes em diversos campos, como o político, o econômico e o cultural (OLIVEIRA, 2001).

Na presente pesquisa, trabalhamos com a hipótese de que os espaços públicos que compõem o entorno das dezessete escolas estudadas em Curitiba são lugares designados a partir de homenagens assentadas em dois tipos de interesses relacionados com a Classe Dominante Tradicional: o primeiro, se refere às homenagens prestadas diretamente aos membros desta classe, ou à agentes agregados que orbitam o espaço de poder desta elite; o segundo, se refere aos processos de nomeação controlados por agentes oriundos destas elites, que utilizam esta ferramenta dentro dos embates do campo político. Nos dois casos, as nomeações podem revelar um padrão de comportamento racional, que favorece grupos dominantes direta e indiretamente na acumulação e reconversão de capitais políticos e simbólicos.

Ao nos referirmos às elites que controlam o poder de designação dos bens públicos ora investigados, estamos tratando da Classe Dominante Tradicional. Esta classe, apesar de possuir certas características diversas regionalmente⁴, é um grupo dominante, formador dos estratos superiores da sociedade local e nacional e, historicamente, controla os mecanismos políticos, econômicos e simbólicos de dominação. Para tanto, as estruturas familiares perpetuadas por longas alianças genealógicas se constituem em estratégicos mecanismos de manutenção e transmissão do poder.

(...) Trazendo isso para nossa atualidade: se colocamos a questão que afinal a sociedade brasileira é uma das mais desiguais do mundo, devemos perceber que ela é extremamente desigual por ser uma sociedade com grandes inércias, com grandes continuidades. Todas as pesquisas, sejam elas de renda, patrimônio, *status*, benefícios educacionais, etc., seguem em boa parte a dimensão da reprodução familiar. É aquele tema dentro dessa discussão de família: **só entenderemos a estrutura social brasileira, se a compreendermos como uma estrutura genealógica** (OLIVEIRA, 2018, p. 33-31, grifos do autor).

⁴ Quando estuda o Legislativo paranaense durante a Primeira República, Goulart (2014) apresenta uma reflexão sobre os limites de poder que a Classe Dominante Tradicional deste estado aceitava, em relação aos estados mais poderosos no país. Em uma lógica que obedecia às regras do *coronelismo* e da *política dos governadores*, os agentes políticos do Paraná não conseguiam, e pareciam sequer almejar alcançar postos de poder no âmbito nacional, se restringindo ao controle do espaço do estado e dos municípios. Isso ilustra a diversidade que existe na classe dominante tradicional, mas não nega sua definição enquanto grupo dominante.

Para compreender a perpetuação de poder da CDT, é essencial pensar sobre as formas de acumulação e reconversão de capitais que estas linhagens utilizam, principalmente nas relações de poder que envolvem aspectos de reprodução dos capitais familiares. Por isso, os estudos acerca das biografias individuais e das biografias coletivas (prosopografia) são fundamentais, para que seja possível observar este processo dentro de suas manifestações empíricas. Em outras palavras, quando estudamos as biografias de cada um dos agentes integrantes do recorte proposto, e analisamos estas biografias de maneira coletiva, nos pressupostos da prosopografia, podemos enxergar os padrões presentes nas trajetórias dos indivíduos, de seus grupos familiares e dos estratos superiores que integram a Classe Dominante Tradicional, ou dos grupos emergentes e/ou agregados que orbitam em sua volta. Nesse processo, as análises do sociólogo francês Pierre Bourdieu (1996), e as pesquisas apresentadas pelos autores do Núcleo de Estudos Paranaenses (NEP) servem de referência.

A prosopografia é um método de pesquisa que remonta ao século XVI, mas que foi resgatado no campo da História e das Ciências Sociais, especialmente a partir dos anos 1970. Possuindo um leque de definições, que vão desde “técnica de pesquisa auxiliar” (ALMEIDA, 2011, p. 2), até “catalogação de todas as pessoas em um grupo definido temporal e espacialmente” (ALMEIDA, 2011, p. 2), a prosopografia possui um elemento comum nas reflexões sobre seus objetivos, qual seja, a análise da trajetória dos indivíduos em relação à totalidade da qual eles fazem parte. Nesse sentido, a prosopografia possui uma abrangência interessante, pois, ao mesmo tempo que possibilita a visualização dos microcosmos dos agentes estudados individualmente (através das biografias de cada sujeito), estabelece conexões mais amplas das redes das quais eles pertencem, propiciando reflexões sobre aspectos, influências e padrões da totalidade social, a partir das biografias coletivas (ALMEIDA, 2011).

Quando nos debruçamos sobre as trajetórias dos agentes pesquisados, os estudos prosopográficos nos permitem ir além da mera catalogação de histórias particulares, fornecendo um instrumental metodológico sobre os aspectos históricos e sociológicos das trajetórias destes indivíduos, ou seja, que remetem às estruturas sociais e de poder, das quais eles fazem parte.

(...)

Conhecer as informações básicas e essenciais de um indivíduo, tais como a data de nascimento, as origens sociais, a educação, o itinerário social, econômico, cultural e político do biografado, conhecer os principais eventos e, fundamentalmente, conhecer a construção do patrimônio como dinâmica do

empreendedorismo e das relações econômicas e políticas do ator social. Os dados básicos de uma biografia devem revelar as conexões de interesses, as relações matrimoniais, o nascimento dos filhos e a etapa final até o falecimento. O método prosopográfico é o estudo dos elementos comuns e compartilhados coletivamente por um grupo na sua história de vida coletiva. Biografia social, coletiva e quantitativa (...) (OLIVEIRA, 2012, p. 77).

Nesse sentido, os estudos prosopográficos são metodologia de pesquisa fundamental na análise da formação, dos comportamentos e das estratégias utilizadas pela CDT, na dinâmica de conquista e/ou perpetuação do poder, por meio da acumulação de recursos diversos, ou seja, dos capitais.

A acumulação e reconversão de capitais, enquanto instrumentos de dominação, é um processo estudado em seus diversos aspectos por Pierre Bourdieu (1996), em uma proposta analítica que é central em nossas reflexões, uma vez que a teoria dos capitais nos permite observar como um determinado grupo social acumula recursos econômicos, políticos, sociais e culturais, com o objetivo de se manter dominante dentro do espaço social. O espaço social que, segundo Bourdieu, não se organiza de forma estanque ou piramidal, é estruturado em diversos microcosmos, denominados de campos, locais de afirmação e enfrentamentos das diversas classes sociais, que disputam o poder, segundo a quantidade de recursos acumulados, ou capitais, que possuem. Quanto mais capitais um grupo ou classe dispõe, maior a dominação exercida por ele dentro de um determinado campo, espaços que, apesar de tenderem a reproduzir a ordem vigente, permitem transformações, a partir da lógica de acumulação e/ou reconversão (BOURDIEU, 1996).

No processo de disputas que existe dentro dos campos, há uma relativa autonomia entre cada um desses microcosmos, onde os embates determinam quais serão os agentes ou grupos dominantes. Não se trata de uma estrutura fixa ou imutável, pois as disputas são constantes e, apesar dessa autonomia, existe também espaços de intersecção e influência entre os diversos campos, e é nesse processo que enxergamos uma das possibilidades para a chamada “reconversão de capitais” (BOURDIEU, 1996).

O conjunto de recursos que os agentes e grupos possuem (capitais) são apresentados e utilizados nos campos como instrumentos de poder e dominação, e estes capitais podem se transfigurar de diversas formas, fornecendo as pretendidas vantagens para as necessidades dos agentes ou classes em cada um dos campos. Por isso, ao utilizarmos o conceito de capital, e levando em conta os processos para sua reconversão, estamos lançando mão de categorias de análise que permitem observar como se portam os agentes e as classes dominantes e dominadas, segundo os diversos recursos que

possuem, acumulam e reconvertem dentro dos processos de embates sociais (BOURDIEU, 1996).

Apesar de reconhecer a importância central do capital econômico nas sociedades contemporâneas, Pierre Bourdieu não reduz a análise do espaço social unicamente a este aspecto. Compreender as disputas pela hegemonia dentro dos campos significa analisar de forma mais aprofundada como são as relações entre os agentes e as classes dentro de diversos campos, sendo a instrumentalização dos capitais o recurso fundamental destas disputas.

As pesquisas coordenadas por Pierre Bourdieu na França constataram com robustas evidências empíricas que as disputas no interior dos campos não se dão, tão somente, por um tipo de “recurso” (o capital econômico por exemplo), mas por “recursos vários” que se traduzem em diversos tipos de capitais (econômico, político, cultural, social, religioso, simbólico, dentre outros). Evidenciaram que os capitais tornam-se centrais como “recursos”, operações de investimentos e aplicações materiais e simbólicas pensados como mecanismos que permitem elaborar as estratégias de manutenção, reprodução e transmissão do patrimônio dos agentes, grupos ou mesmo instituições (MONTEIRO, 2018, p.71).

Na organização da sociedade capitalista contemporânea, a burguesia (industrial e financeira) integra os estratos da classe dominante que, apesar de exercer seu poder, principalmente através do capital econômico, não se utiliza unicamente desse recurso, lançando mão de outros tipos de capitais para manter sua hegemonia. É um estrato quantitativamente minoritário da sociedade, mas que exerce a hegemonia dos capitais econômicos em todo o planeta, o que lhe permite também controlar outras formas de capitais para garantir e reproduzir sua dominação. Ainda que seja minoritária em relação ao restante da população, “observa-se que, mesmo dentro da classe dominante, é possível identificar frações de classe com estilos e *habitus* diferentes, não sendo, assim, uma classe homogênea e detentora apenas do capital econômico” (MONTEIRO, 2018, p. 72).

No Brasil, é a Classe Dominante Tradicional que, desde o período colonial, detém o maior volume de recursos econômicos e políticos para controlar o poder, transmitindo e ampliando estes capitais acumulados e reconvertidos através das relações de parentesco. Essa classe que, a princípio atuou como a nobreza da terra, se adaptou às transformações do sistema capitalista, acumulando a riqueza econômica herdada do período colonial, e incorporando os capitais do processo de industrialização do país (OLIVEIRA, 2001). Daí a heterogeneidade das classes dominantes na contemporaneidade, que ainda impõem muito de sua dominação através dos recursos econômicos, mas que também se constituem

de forma variada, segundo a própria diversidade intraclasse, decorrente dos diferenciados processos históricos.

Mesmo não possuindo o mesmo volume de capitais (principalmente os econômicos), para Bourdieu, a pequena burguesia se posiciona como classe intermediária nas sociedades contemporâneas. Os agentes dessa classe, mesmo sem os mesmos recursos materiais da grande burguesia, tentam se aproximar das classes dominantes, imitando seu estilo de vida, numa incessante busca de ascensão social. Para a pequena burguesia, os capitais culturais são recursos valiosos, que permitem a seus agentes disputarem cargos e profissões, tanto no mercado capitalista, como nas carreiras de Estado. Da mesma forma que as classes dominantes, a pequena burguesia não é homogênea, existindo frações distintas em seu meio (MONTEIRO, 2018).

Em nossa pesquisa, percebemos a existência dessa classe na figura dos grupos agregados à Classe Dominante Tradicional. Trata-se de agentes e grupos que não possuem propriamente grandes volumes de capitais econômicos, mas que se distinguem dos estratos menos ricos, e acumulam uma gama de outros tipos de capitais. Por isso, reconvertem estes recursos na forma de capitais simbólicos⁵, vivendo na órbita da classe dominante tradicional.

Os estratos sociais que detém o menor volume de capitais econômicos integram as classes populares que, por não disporem dos mesmos recursos materiais das outras duas classes, também possuem acesso restrito aos capitais culturais legitimados pelos grupos dominantes.

As classes populares, por sua vez, são definidas pelo desprovidimento do capital econômico e do capital cultural. Eis o motivo de Bourdieu perceber que as classes populares estão mais próximas dos valores de necessidades e de virilidade, fazendo-se, assim, uso do corpo em sua dimensão física. O trabalho relaciona-se ao uso da força física, o conhecido trabalho braçal. Claro que não há homogeneidade em nenhuma dessas classes sociais, mas, a partir de pesquisas empíricas, é possível mensurar valores que as unem, enquanto unidade grupal e práticas sociais que as distanciam enquanto classes que acumulam capitais e características, estilos de vida diferentes e diferenciadores que imprimem modos de atuar e operacionalizar no mundo social (MONTEIRO, 2018, p. 74).

Ao estudarmos os processos de nomeação dos bens públicos, estamos analisando como as classes dominantes e os grupos agregados se portam no sentido de acumular e reconverter capitais, objetivando a perpetuação da dominação.

⁵ como no exemplo das nomeações em espaços públicos.

Mesmo desprovidas de grandes volumes de capitais econômicos, as classes populares impõem, em certa medida, suas demandas nos diversos campos, pressionando as forças dominantes, para a obtenção de espaços e recursos que lhes são negados. Nesse sentido, podemos refletir sobre as nomeações de bens públicos como um processo que integra as lutas sociais, onde as classes dominantes reconvertem seus capitais econômicos, políticos e culturais em capitais simbólicos, mas não de maneira gratuita. É preciso sempre uma contrapartida nessa disputa, e a relação dos detentores do poder político local (que dominam os mecanismos de nomeação), com as classes populares (que terão seus espaços nomeados), certamente é permeada por processos de embates e negociação.

Ao estudar a trajetória dos agentes da Assembleia Legislativa do Paraná, Goulart (2016) utiliza o conceito de campo de Bourdieu para analisar a organização política do Poder Legislativo no estado, o que permite algumas aproximações com nosso objeto de pesquisa.

(...) de forma geral, Bourdieu procurou romper com as categorias centrais da Sociologia tradicional ao entender a realidade social constituída por *campos* específicos, como o *campo econômico*, o *campo intelectual*, o *campo religioso*, o *campo político*, entre outros. Nessa perspectiva, cada *campo*, segundo o autor, possui sua realidade, sua própria estrutura, sua forma e práticas de funcionamento, como também promove maneiras peculiares de seus agentes se posicionarem e agirem no interior do *campo*, o que previamente pode ser correlacionado ao *habitus* (GOULART, 2016, p. 236-237).

O poder para definir as nomeações de bens públicos que integram o recorte da presente pesquisa é exercido majoritariamente por agentes que pertencem ao campo político, especialmente no âmbito local. Segundo a legislação vigente, são os prefeitos e os vereadores que possuem a prerrogativa para as nomeações destes espaços⁶. Por isso, os processos de designação compõem um instrumento valorizado no campo político local, podendo, inclusive, funcionar como “moeda de troca” para a ampliação da influência de determinados agentes e grupos dominantes. Em outras palavras, os agentes que detém o poder dentro do campo político municipal podem utilizar suas prerrogativas para definir quem serão os homenageados nas nomeações honoríficas, lançando mão deste recurso (capital político) para manter ou ampliar sua influência dentro e fora do campo político, uma vez que o processo de designação também afeta outros campos, como o econômico, o cultural, o educacional, entre outros.

⁶ No capítulo 04, que trata da legislação histórica e vigente a respeito da nomeação de bens públicos no Brasil, detalhamos este aspecto.

O conceito de *jogo* de Pierre Bourdieu nos auxilia nas reflexões sobre este aspecto dos processos de nomeação, uma vez que o *jogo* é instrumento do campo político, tanto para a perpetuação do poder, como para a própria legitimação do sistema (BOURDIEU, 2004). “Segundo Bourdieu, os agentes políticos participam do jogo sabendo efetivamente qual capital político dispõem, e assim agem de acordo com as regras estabelecidas” (GOULART, 2014, p. 39).

No caso de nossa pesquisa, os agentes que dispõem de capital político, ou seja, dos recursos para indicar ou definir as nomeações, utilizam estes recursos para ampliar sua influência, em um processo duplo, que acumula e reconverte capitais, através dos interesses atendidos por meio das nomeações, e da criação de espaços públicos designados a partir desses interesses.

Quando agentes do Legislativo e do Executivo de Curitiba definem quais são as regras para o processo de designações, e agem segundo essas regras para atender os próprios interesses no campo político, eles estão participando do *jogo*, utilizando seus capitais políticos para acumular e reconverter capitais próprios e dos agentes e/ou grupos aliados.

Nesse processo de disputa pelo poder dentro dos campos, os diversos grupos e agentes constroem uma série de ideias e valores, que justificam suas posições de domínio, e servem, tanto para cristalizar o pensamento e a prática dos integrantes do grupo como agentes dominadores, como também para convencer os agentes dominados da legitimidade daquela situação. É o que Bourdieu denomina de *habitus* de classe, um dispositivo utilizado em relações de dominação ou violência simbólica, e que permite que os mecanismos de opressão sejam invisibilizados, onde os próprios agentes explorados defendem os valores daqueles que os dominam. É por meio do *habitus* de classe, que grupos reduzidos em quantidade, mas com capitais em abundância, podem exercer a hegemonia de classe, agindo a partir de comportamentos e posicionamentos peculiares, que são regidos pelo *habitus* (GOULART, 2016). Contudo, como têm um caráter subjetivo, o *habitus* está em constante contato e confronto com as estruturas objetivas dos campos e, por isso, não é intato aos agentes, nem permanece cristalizado em valores imutáveis.

[...] O *habitus* não obedece, por assim dizer, a um princípio inalterável. O agente não nasce com o *habitus*, adquire-o. A socialização assume centralidade nesse processo, quer seja a socialização primária (por meio da família) quer a socialização secundária (por meio da escola, por exemplo). A partir disso, os indivíduos realizam a aprendizagem das relações sociais entre os seres

humanos, o que lhes permite incorporar (trazer a cultura a impregnar-se no corpo) valores, normas e crenças do mundo externo (MONTEIRO, 2018, p. 57-58).

Em nossa proposta, os conceitos de capitais, campo, *jogo* e *habitus* são importantes categorias de análise na compreensão do estabelecimento da nomenclatura de bens públicos, enquanto manifestações do poder exercido pela Classe Dominante Tradicional. Quando utilizam os capitais acumulados nos campos político, econômico ou cultural para a perpetuação de seus nomes nos espaços de honra e prestígio (ou seja, em espaços públicos como escolas, ruas, praças e unidades de saúde), estes grupos reconvertem os capitais citados anteriormente em poderosos capitais simbólicos, que reafirmam a dominação e o reconhecimento social destes grupos familiares secularmente estabelecidos. A reduzida quantidade de informações sobre os processos que conduzem tais homenagens reforça a ideia de invisibilização dos mecanismos de poder, onde o *habitus* de classe é acionado para justificar tais práticas.

Ao utilizar os recursos disponíveis para manter os laços de dominação, os agentes dominadores valem-se do *habitus* de classe para justificar e perpetuar seus interesses, num processo de violência simbólica, onde ocorre o convencimento das classes dominadas a respeito da legitimidade das estruturas de opressão. Tal processo ocorre numa dinâmica incorporada aos valores mais básicos e primários da formação dos agentes, e contribui diretamente para o fortalecimento de certos mecanismos de poder, como nas complexas e imbrincadas redes de influência de parentesco.

A família organiza o “*habitus* de classe dominante”, os comportamentos e valores dominantes dos grupos superiores, desde a infância, a escolarização, a educação em todos os níveis, o aprendizado e reprodução dos códigos e linguagens sociais, a profissionalização, a existência de redes sociais e políticas dos sujeitos e atores sociais. Ter família com posições empresariais, militares e políticas prepara e facilita bastante o acesso aos cargos em uma sociedade como a brasileira (OLIVEIRA, 2019, p. 1).

A invisibilização e concomitante eficiência exercida pelo *habitus* de classe e pelos processos de dominação simbólica permitem que as classes dominantes perpetuem seu poder, inclusive moldando aspectos da estrutura mental coletiva, ou seja, interferindo diretamente na formação das memórias de determinados grupos ou comunidades. Quando reservam o lugar da honra e do prestígio social de ter um nome estampado na fachada de uma escola, de um posto de saúde, ou na placa de uma via pública, as classes dominantes garantem que, na mentalidade coletiva daquela população, seja criada uma memória de valorização e respeito aos membros de determinadas estirpes, ainda que tais membros

pouco ou nada sirvam de referencial na memória das comunidades onde as homenagens aconteceram. Em outras palavras, o cidadão comum de uma comunidade popular pode não saber quem são os sujeitos que nomeiam as escolas ou ruas de seu bairro, mas parece existir um imaginário coletivo, sugerindo que tais pessoas são importantes e respeitáveis, uma vez que tiveram o direito de ser homenageadas. Neste sentido, é necessário que a discussão sobre a formação da memória coletiva seja uma das reflexões teóricas do trabalho, uma vez que a quantidade e o conteúdo do acervo documental encontrado a respeito das nomeações dos espaços públicos sugerem práticas que invisibilizam os interesses orientados pelo *habitus* da classe dominante. Isso significa que os documentos de nomeação, que se convertem em elementos constituidores da memória coletiva, precisam ser analisados enquanto fontes históricas, que revelam (através de suas informações, ou pelas ausências delas) possíveis indícios de dominação elitista na formação e perpetuação de certas memórias.

Letícia Bicalho Canêdo (1994), quando estuda os aspectos do campo político em Minas Gerais, analisa o processo de ligação entre a memória coletiva daquela comunidade, e os rituais políticos organizados pela classe dominante da região. Numa dinâmica, onde a história das famílias pertencentes a estirpes do poder se confunde com a própria história da comunidade local, os aspectos da formação da memória coletiva se manifestam por meio de rituais (como cerimônias funerais), e da inscrição na burocracia do nome dos agentes integrantes das classes dominantes. Neste sentido, a escrita das genealogias se apresenta como interessante instrumento de formação destas memórias, uma vez que as genealogias das famílias dominantes fazem o papel de instrumento de homogeneização da trajetória daquelas estirpes, escamoteando os processos, onde o jogo político e as manipulações para a perpetuação do poder certamente estiveram presentes. Na escrita das genealogias oficiais, as famílias poderosas apresentam somente os traços que conferem lógica e respeitabilidade à trajetória de seus agentes, numa dinâmica onde esta trajetória se mescla aos eventos históricos da comunidade.

A genealogia é uma fonte de dados muito curiosa porque legitima determinada descendência, assegurando, no seu traçado, a continuidade e a coesão de diversas gerações de um a família. Dessa forma, torna verdadeiro muitos parentescos que, na verdade, foram construídos sobre a base de diversas manipulações. Trata-se de manipulações necessárias à acumulação de um capital simbólico: os elementos da experiência coletiva que um determinado grupo procura lembrar e ver lembrados são filtrados pelo genealogista que os transforma em símbolos. Sob símbolos de experiências sociais consideradas importantes, que devem ser transmitidas por meio de exemplos concretos, com capacidade de aglutinar pessoas para uma mesma visão do mundo, oferecendo a elas uma identidade. Na memória dos indivíduos passa a coabitar a memória

específica da família misturada com as lembranças ligadas à sociedade em geral. (CANÊDO, 1994, p. 99).

Além de legitimar as genealogias das classes dominantes, os rituais organizados por estes grupos, e aí se incluem as nomeações honoríficas em espaços públicos, dão maior visibilidade às práticas das famílias políticas, que utilizam este mecanismo “para manter e reativar o seu poder eleitoral pela distribuição (ou promessa de distribuição) de favores, condecorações e ofertas de políticas públicas” (CANÊDO, 1995, p. 88-89). Em outras palavras, além de fundir a memória das famílias políticas dominantes à memória coletiva das comunidades, a prática dos rituais empreendido por estes grupos também possui um objetivo prático, ao estimular o potencial eleitoral que tais rituais de cunho simbólico possuem.

Utilizar cerimônias rituais, como um cortejo fúnebre, ou uma homenagem de nomeação em um bem público, são estratégias das classes dominantes para naturalizar a presença dos nomes e da memória de seus membros junto à população, ações com intencionalidade política, que se mantêm opaca pela dinâmica dos próprios rituais, mas que são estrategicamente utilizadas por diversas gerações. Nestas cerimônias “estão escondidas as ações políticas importantes, aquelas capazes de tornar verdade o que não é verdade, legitimando fenômenos que estão já incorporados nos cérebros e nos corpos da população” (CANÊDO, 1995, p. 103).

Como mencionamos anteriormente, segundo Bourdieu existem espaços de interseção entre os campos, ou seja, possibilidades de transferência e reconversão de capitais entre um campo e outro. Isso significa que a análise da formação das memórias no campo político, proposta por Canêdo (1995), nos possibilita reflexões a respeito da nomeação dos espaços públicos, enquanto mecanismos da Classe Dominante Tradicional para a formação ou influência na composição das memórias coletivas. Trata-se do campo político atuando e abrindo espaço para a reconversão de capitais econômicos e políticos em capitais simbólicos, uma espécie de capital fluido, tácito, nem sempre reconhecido de maneira explícita, mas que se faz presente nos diversos campos.

O capital simbólico, por sua vez, configura-se para Bourdieu num capital denegado, desconhecido enquanto tal, mas que se apoia na crença e no reconhecimento. O capital simbólico é um capital que se sustenta, portanto, no conhecimento prático, na forma como as pessoas legitimam elementos de diferenciação dos indivíduos ou de uma classe; elementos que permitem legitimá-los enquanto tais (...)

É um capital que se realiza pelo olhar, pela fala do outro, em poucas palavras: por honra e reconhecimento. (...) Ele se torna capital essencial na medida em que os agentes reconhecem no mundo social um conhecimento prático a partir de títulos, nomes e rituais de consagração que permitem reconhecê-los; ao

tempo em que desconhecem enquanto capital e força o que torna eficaz as estratégias de reprodução e dominação (MONTEIRO, 2018, p. 79-80).

Isso ocorre, pois, além de funcionarem como ferramentas de barganha nas disputas políticas diretas⁷, as nomeações podem servir para ampliar a gama de recursos acumulados e reproduzidos (na forma do capital simbólico) por estas estirpes, em espaços pertencentes a comunidades essencialmente populares. Dentro de uma dinâmica de dominação do poder, esse tipo de processo pode influenciar diretamente na formação da memória destas localidades, e potencializar os poderes destes capitais para quem os detém.

Analisar as biografias coletivas permite observar certos aspectos da formação destas memórias, revelando aspectos estruturais da sociedade brasileira, que estão diretamente ligados à existência do poder familiar, acumulado e reproduzido por diversas gerações no Brasil. A utilização dos métodos prosopográfico e genealógico permite observar as características destas estruturas, revelando as conexões que a classe dominante tradicional possui, enquanto conexões genealógicas de longa duração, onde os capitais familiares são disponibilizados com o objetivo de perpetuar a dominação de maneira variada, em diversos campos do espaço social.

A genealogia é a ciência da história das famílias e fornece uma metodologia de pesquisa fundamental para a sociologia dos ricos e poderosos, revelando estruturas de parentescos e as relações de parentesco entre diferentes indivíduos e famílias ao longo do tempo. A genealogia consiste em uma estrutura social temporalmente organizada em termos reais, ou mesmo imaginários, de modo a conectar e estruturar vários indivíduos familiares em complexas redes de parentesco e de interesses unidas entre si (OLIVEIRA, 2012, p. 77).

Estudar as prosopografias e as estruturas genealógicas, portanto, nos permite enxergar as linhagens de longa duração, seus mecanismos de acumulação e reconversão de capitais e suas conexões com novas camadas emergentes e/ou agregadas que, longe de questionar as estruturas secularmente estabelecidas, se inserem em seu modelo.

Nessa dinâmica de perpetuação do *habitus* e da dominação, a construção das memórias individuais e coletivas é um processo que se integra o universo simbólico, e possui grande importância. Encarar a memória enquanto categoria histórica e sociológica,

⁷ Aqui nos referimos aos processos de nomeação como ferramenta de negociação entre a classe dominante tradicional (através de seus agentes no campo político) e grupos sociais menos poderosos (ou seja, grupos locais que atual essencialmente no espaço de Curitiba), os quais enxergam na concessão das honrarias uma forma de acumular novos capitais reconvertidos. Por exemplo, quando um vereador, pertencente à CDT, nomeia um determinado membro da pequena burguesia (os agregados) para designar um bem público, ele certamente está negociando a concessão deste capital junto à sua base, que o sustenta enquanto representante no campo político.

que tem grande relação com as categorias de narrativa e tempo, permite visualizar como o processo de formação destas memórias pode funcionar nos mecanismos utilizados pela CDT diante das classes populares (ou seja, na perpetuação do *habitus*, por meio da utilização da mais variada gama de capitais) como um fator de justificação e homogeneização a respeito de quem do passado é digno de lembrança e honrarias.

A narrativa, sendo a capacidade e a necessidade do ser humano de contar histórias que confirmem legitimidade à sua existência, é uma prática que remete às mais remotas sociedades. O tempo, dentro das narrativas, é uma categoria abstrata, uma vez que o tempo do passado é a memória, o tempo do futuro são as projeções, e o presente é o único tempo que acontece, com o passado da memória, e o futuro das projeções enquanto seus componentes (NERES, 2016). Para Bourdieu (2007), o conceito de *habitus* remete à formação das memórias, uma vez que o *habitus* é a voz do passado, incorporado (ou seja, marcado nos corpos) por meio das vivências e, especialmente, das heranças sociais, formadas na família, na escola e demais espaços sociais (NERES, 2016). Na formação das memórias coletivas, as noções de passado, presente e futuro, e as narrativas que daí se originam podem também ser consideradas expressões do *habitus*, que se manifesta como a memória construída por determinado grupo. Estas memórias possuem a marca dos embates sociais inerentes aos processos de disputa de poder nos diversos campos, e de acumulação e reconversão dos capitais. Nesta dinâmica, a nomeação de lugares públicos pode ser encarada como um instrumento eficiente e ao mesmo tempo sutil, empregado pela Classe Dominante Tradicional em suas estratégias de controle da formação das memórias, como parte integrante de um contínuo processo tácito de disputas e de violências simbólicas, que age objetivamente, mas nunca de maneira estanque nem fixa.

Elsa Peralta (2007) chama a atenção para essa dinâmica que permeia os processos de formação/construção/enquadramento/adaptação das memórias coletivas ou sociais, enfatizando que o conceito de *habitus* permite uma análise das memórias enquanto uma forma de conhecimento que fornece referenciais para a leitura e a atribuição de significados ao mundo. Segundo a autora, o conceito de *habitus*

refere-se ao sistema de disposições que compreende as estratégias e as práticas, pelas quais a ordem social se concretiza, tornando-a evidente e significativa à medida que estas disposições são incorporadas e interiorizadas mediante um processo de interação social e num contexto historicamente constituído. Refere-se, assim, ao “passado que sobrevive no presente e que se tende a perpetuar no futuro na medida em que se torna presente nas práticas estruturadas de acordo com os seus princípios” (Bourdieu, 2002:177). Trata-

se, portanto, de um sistema de criação de esquemas práticos que expressam memórias e identidades, organizando a forma como os indivíduos entendem o mundo e nele atuam, ainda que conceda espaço para a maleabilidade e a improvisação, permitindo, nesta medida, a adaptação à mudança social. O passado não é, portanto, uma entidade fixa e rígida (PERALTA, 2007, p. 17).

Maurice Halbwachs (1990), um dos autores clássicos nos estudos a respeito das memórias coletivas, entende que a construção das memórias é uma dinâmica que ocorre de maneira individual e coletiva, relacionada com todo um conjunto de elementos simbólicos e materiais que integram a vida dos sujeitos e dos grupos sociais. Halbwachs argumenta que os objetos fazem parte do processo de identificação e construção das lembranças de cada pessoa, e também da coletividade. A organização material do espaço e dos objetos que compõem nosso entorno diz muito sobre nossas trajetórias, sobre nossa relação com o passado, e com o grupo a qual pertencemos. Além disso, esta forma de organização material também revela aspectos do convívio social de forma mais ampla, podendo trazer informações acerca das vivências coletivas, e as maneiras com que elas construíram e constroem os referenciais das lembranças sobre o passado (HALBWACHS, 1990).

O conceito de memória coletiva se refere ao conjunto de lembranças geradas pelos grupos, conforme as necessidades e interesses de cada contexto, ainda que possam ser inseridas em uma temporalidade de longa duração em determinados espaços. Para Halbwachs, não existem memórias sem espaço, pois são justamente nestes espaços que, além de geradas, as memórias adquirem a permanência e a estabilidade que seu funcionamento exige (HALBWACHS, 1990).

O espaço das cidades, segundo Halbwachs, é um espaço de construção das memórias coletivas e representa, em diversos aspectos, as características que os grupos sociais imprimiram às suas organizações, e as formas que escolheram lembrar destas trajetórias.

Assim, não há memória coletiva que não se desenvolva num quadro espacial. Ora, o espaço é uma realidade que dura: nossas impressões se sucedem, uma à outra, nada permanece em nosso espírito, e não seria possível compreender que pudéssemos recuperar o passado, se ele não se conservasse, com efeito, no meio material que nos cerca. **É sobre o espaço, sobre o nosso espaço – aquele que ocupamos, por onde sempre passamos, ao qual sempre temos acesso, e que em todo o caso, nossa imaginação ou nosso pensamento é a cada momento capaz de reconstruir – que devemos voltar nossa atenção;** é sobre ele que nosso pensamento deve se fixar, para que reapareça esta ou aquela categoria de lembranças (HALBWACHS, 1990, p. 143, grifos nossos).

O espaço das ruas, praças, escolas e unidades de saúde, bem como as placas onde os nomes que designam estes lugares estão gravados, seriam manifestações desta

concretude da memória coletiva, uma forma de tornar a lembrança destes lugares palpáveis, homogêneas e estáveis, sem necessariamente evidenciar os processos pelos quais a construção destes espaços foi executada, seja no sentido material ou simbólico.

O sociólogo e historiador austríaco Michael Pollak (1989) propõe uma análise a respeito da construção das memórias coletivas um pouco diversa daquela estruturada por Halbwachs. Segundo Pollak, ao analisar os monumentos, o patrimônio arquitetônico, as ruas e praças, Halbwachs enfatiza que eles se constituem em pontos de referência para a formação das memórias individuais e as inserem no processo de construção das memórias coletivas. Nesse sentido, os diferentes pontos de referência da formação das memórias coletivas, como os lugares concretos mencionados anteriormente, são manifestações empíricas da memória de um determinado grupo, com suas características próprias, as quais favorecem a criação de sentimentos de pertencimento deste grupo, e diferenciação diante de outros grupos. Trata-se, segundo Pollak, de uma visão clássica, inspirada nas análises do sociólogo Émile Durkheim, que enxerga a formação das memórias coletivas como fatos sociais. Por sua vez, nesta ótica, os fatos sociais são encarados como coisas, que concedem uma força institucional às memórias coletivas, capazes de garantir a duração, a continuidade, a estabilidade e, portanto, a coesão social (POLLAK, 1989).

Porém, Pollak chama a atenção que, na análise da construção das memórias coletivas, vertentes teóricas mais contemporâneas trazem uma perspectiva diferente, onde os fatos sociais não devem ser encarados somente como coisas, mas sim estudados no processo que os transforma em coisas. Em outras palavras, além de verificar as manifestações empíricas da memória coletiva, presentes no patrimônio arquitetônico e público, por exemplo, e a coesão, estabilidade e sentimento de pertencimento que estes lugares proporcionam na formação da memória dos grupos, é preciso também refletir sobre os “processos e atores que intervêm no trabalho de constituição e de formalização das memórias” (POLLAK, 1989, p. 2).

As memórias coletivas oficiais seriam aquelas que apresentam a homogeneidade e fornecem a estabilidade e a coesão que as sociedades necessitam em determinados contextos. Porém, para Pollak, elas não são as únicas. Na verdade, o que existe é um processo em que as memórias estão em constante disputa. Certas lembranças coletivas do passado não são reconhecidas por determinadas narrativas oficiais e, portanto, não se inscrevem no arcabouço das memórias coletivas expressadas livremente em determinadas épocas. Isso não significa que elas deixem de existir, mas permanecem “subterrâneas”,

restritas à grupos menores, narrativas familiares, em silêncios que esperam por determinadas conjunturas favoráveis, em que possam ser expressadas (POLLAK, 1989).

Nesta dinâmica de embates sutis, o esforço das camadas dominantes em manter o discurso oficial, em detrimento das “memórias subterrâneas”, pode produzir um verdadeiro enquadramento do passado, ou seja, a construção de determinadas lembranças com objetivos claros sobre o que elas são, e para quem elas servem. Por isso, mais do que memória coletiva, Pollak defende a ideia de “memória enquadrada”, ou seja, a formação seletiva de determinadas lembranças coletivas, que representam, conforme o contexto, os interesses de determinadas camadas sociais.

Porém, mesmo que seja caracterizada pela seletividade, não significa que os mecanismos de construção da memória enquadrada não careçam de justificativas e coerência. Por isso não se trata de uma simples falsificação ou manipulação do passado, mas de mecanismos que necessitam de respaldo social, daí sua natureza complexa e delicada.

O trabalho de enquadramento da memória se alimenta do material fornecido pela história. Esse material pode sem dúvida ser interpretado e combinado a um sem-número de referências associadas; guiado pela preocupação não apenas de manter as fronteiras sociais, mas também de modificá-las, esse trabalho reinterpreta incessantemente o passado em função dos combates do presente e do futuro. Mas, assim como a exigência de justificação (...) limita a falsificação pura e simples do passado na sua reconstrução política, o trabalho permanente de reinterpretação do passado é contido por uma exigência de credibilidade que depende da coerência dos discursos sucessivos (POLLAK, 1989, p. 8).

Em nossa pesquisa, foi constante a identificação de lacunas nos documentos de justificativa que biografavam a trajetória de diversos agentes homenageados, bem como houve significativa dificuldade em encontrar um acervo documental que descrevesse o processo de tais nomeações. Por isso, a própria realidade desse acervo histórico nos sugere que estas memórias oficiais, no seu processo de enquadramento, sofreram as “adaptações” necessárias, para revelar ou ocultar o que é de interesse de determinado *habitus* de classe.

O historiador Pierre Nora (1992), assim como Halbwachs, ressalta a importância dos espaços na formação das memórias, discutindo o conceito de “lugar de memória”. Porém, em suas análises, Nora chama a atenção para os aspectos de efemeridade e de ruptura com o passado que caracterizam as sociedades contemporâneas. Divorciada das tradições do mundo pré-moderno, e da unidade proporcionada pelo conceito de nação (especialmente referindo-se ao caso da França), o autor enxerga a sociedade presente,

como uma organização voltada para o futuro, onde as memórias não são realmente vivenciadas, pois não possuem mais o sentido sacralizado do passado. Essa dessacralização teria, em boa parte, ocorrido por meio das transformações científicas da modernidade, especialmente no campo da história.

Memória, história: longe de serem sinônimos, tomamos consciência que tudo opõe uma à outra. A memória é a vida sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, **inconsciente de suas deformações sucessivas vulnerável a todos os usos e manipulações, suscetível a longas latências e de repentinas revitalizações**. A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais (...) Porque é afetiva e mágica, a memória não se acomoda a detalhes que a confortam; ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas, censura ou projeções. A história, porque operação intelectual e laicizante, demanda análise e discurso crítico. **A memória instala a lembrança no sagrado**, a história a liberta, e a torna sempre prosaica (NORA, 1993, p. 9, grifos nossos).

Em um tempo em que a memória já não possui mais o poder espontâneo da construção da homogeneidade e estabilidade (mencionadas por Halbwachs), resta às sociedades atuais encapsular estes vínculos com o passado em lugares específicos, ou seja, os lugares de memória. Daí a importância dos lugares materiais (ruas, escolas, praças, bibliotecas, arquivos etc.) e dos lugares simbólicos (festas e comemorações coletivas e particulares).

Apesar de estabelecer a diferenciação entre memória e história, Nora também chama a atenção para o fato de que o próprio discurso historiográfico e o conhecimento histórico são construídos com estreita ligação com a memória, inclusive nos lugares que preservam esses ruídos do passado nas sociedades atuais.

Os lugares de memória são, antes de tudo, restos. A forma extrema onde subsiste uma consciência comemorativa numa história que a chama, porque ela a ignora. É a desritualização de nosso mundo que faz aparecer a noção. O que secreta, veste, estabelece, constrói, decreta, mantém pelo artifício e pela vontade uma coletividade fundamentalmente envolvida em sua transformação e sua renovação. Valorizando, por natureza, mais o novo que o antigo, mais o jovem do que o velho, mais o futuro do que o passado. Museus, arquivos, cemitérios e coleções, festas, aniversários, tratados, processos verbais, monumentos, santuários, associações, são os marcos testemunhas de uma outra era, das ilusões de eternidade.

(...)

Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais (NORA, 1993, p. 13, grifos nossos).

Como hoje as memórias e os lugares de memória são transpassados pela organização, planejamento, intencionalidade e criticidade, eles são história. A verdadeira memória, como Nora chama, é aquela essencialmente caracterizada pela espontaneidade. O ato do cientista de procurar os sentidos, de desnaturalizar as formas de construção das memórias, transformando-as em história, destrói a espontaneidade. Nomear e catalogar os lugares públicos, por exemplo, pode ser encarado como um processo dessa construção desses lugares de memória, marcado pelas intencionalidades históricas. Nesse sentido, mais do que discutir a respeito da existência de uma “memória verdadeira”, perdida na efemeridade do tempo presente, nos interessa desnaturalizar o processo de construção dos lugares de memória, analisando-os histórica e sociologicamente.

Partindo da ideia de que os bens públicos nomeados se constituem em lugares de memória, analisar os mecanismos para o estabelecimento da nomenclatura destes espaços nos permite lançar alguns questionamentos: i) Os lugares de memória dos espaços que compõem o recorte ora proposto seriam espaços que representam quais tipos de interesse?; ii) Os conceitos de memória enquadrada e memória subterrânea são úteis no estudo, que revela pouca ou nenhuma identificação direta dos nomes da maioria dos bens públicos pesquisados com as comunidades onde se localizam?; iii) Seriam a manifestação de determinados *habitus* de classe?; iv) Como o acervo documental pode dialogar com essas categorias, uma vez que são a expressão do encapsulamento dos lugares de memória?

Assim sendo, o estudo do contexto histórico da cidade de Curitiba e das localidades onde as escolas de referência estão inseridas, a pesquisa sobre a legislação atual e histórica acerca da normatização dos processos de nomeação de bens públicos de Curitiba, a elaboração das biografias individuais, e a interpretação prosopográfica destes dados, e a reflexão sobre memórias e acervos históricos documentais são parte da metodologia que utilizamos, com o objetivo de confirmar ou refutar a hipótese de que os espaços públicos que investigamos nesta tese carregam elementos elitistas em seus processos de nomeação.

2.2- DEFINIÇÃO DOS AGENTES A SEREM ESTUDADOS NAS BIOGRAFIAS INDIVIDUAIS E COLETIVAS

A delimitação do recorte do estudo ora proposto foi estabelecido a partir da análise biográfica de locais públicos com nomeação antroponímica, que englobaram⁸:

- i) Dezessete agentes que designam colégios estaduais de Curitiba (escolas de referência), estudados em nossa dissertação de mestrado (PODLASEK, 2020);
- ii) Quinze agentes que designam as ruas, que constam no endereço oficial das escolas de referência;
- iii) Doze agentes que designam Praças ou jardinetes mais próximos das escolas de referência.
- iv) Cinco agentes que designam as Unidades Básicas de Saúde (UBS's) mais próximas das escolas de referência.
- v) Dezessete agentes que designam as Escolas Municipais mais próximas das escolas de referência.

TABELLA 01 – NÚMERO DE AGENTES A SEREM ESTUDADOS EM CADA TIPO DE BEM PÚBLICO

Nomes das escolas de referência	Nomes de ruas	Nomes de praças ou jardinetes	Nomes de postos de saúde	Nomes de escolas municipais
17	15	12	05	17

FONTE: A autora (2024).

Delimitamos uma distância de no máximo quatro quilômetros como parâmetro para estabelecer a proximidade das escolas de referência em relação aos demais espaços públicos estudados. Consideramos que esta distância contempla o quesito proposto, na medida em que abarca locais que não são excessivamente distantes, ao mesmo tempo em que não exclui um número elevado de lugares públicos nomeados oficialmente. Para a determinação desta localização, foram utilizadas informações do buscador *Google Maps* (GOOGLE, 2023).

Conforme os critérios elencados na presente pesquisa, e levando em conta as biografias individuais e coletivas dos 17 agentes que nomeiam as escolas de referência já analisadas nos estudos de mestrado, temos um quadro com 49 novos logradouros a serem estudados, e a totalização da análise de 66 espaços públicos na capital⁹.

⁸ O quadro com a relação completa dos agentes e especificação de qual lugar público cada um nomeia consta do apêndice 01.

⁹ O número total de agentes estudados foi reduzido para 64, pois entre as novas nomeações, dois agentes foram homenageados em dois bens públicos elencados – Cândido Portinari (nome de uma unidade básica de saúde e de uma escola municipal) e Erasmo Pilotto (nome de uma escola de referência e uma escola municipal).

3- ASPECTOS HISTÓRICOS E CONTEXTUAIS

3.1 – CURITIBA: HISTÓRICO DA EXPANSÃO URBANA

No dia 08 de novembro de 2023, Curitiba recebeu o prêmio de “Cidade mais inteligente do mundo” durante o *Smart City World Expo Congress*, fórum internacional realizado na cidade de Barcelona, na Espanha (PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA, 2023). A ampla divulgação desta premiação nos diversos canais de comunicação do governo municipal, fazia parte de uma estratégia de propaganda já utilizada há algum tempo, para a consolidar a imagem de Curitiba como uma cidade que foi capaz, no decorrer de sua história, de crescer através de um planejamento urbano diferenciado das demais cidades brasileiras.

Em que pesem as realizações governamentais na elaboração e execução de planos urbanísticos e de desenvolvimento, a importância da propaganda sobre a imagem que se construiu historicamente a respeito de Curitiba revela uma prática, muitas vezes usada pelos gestores municipais, para escamotear certas realidades que também compõem a história da cidade, especialmente aquelas ligadas às carências sociais, ao crescimento desordenado e à explosão demográfica na formação dos bairros da periferia – locais onde a maioria dos bens públicos que estudamos se situam.

Diante disso, contextualizar a trajetória histórica da cidade e de suas localidades é um aspecto importante nas análises da presente tese, não com a pretensão de apresentar um relato aprofundado acerca das origens e do desenvolvimento da cidade (tema complexo e com muitos enfoques possíveis), mas de trabalhar com alguns apontamentos, que permitam refletir sobre o contexto de crescimento populacional e da urbanização dos lugares onde foram prestadas as homenagens estudadas.

3.1.1 – AS ORIGENS DA CIDADE E A TRAJETÓRIA ATÉ O SÉCULO XIX

Fundada no ano de 1693, Curitiba é uma cidade localizada na região leste do Paraná, entre o litoral e o Primeiro Planalto Paranaense. Estas informações históricas se referem aos dados oficiais, que consideram o início da ocupação da região a partir das ações do elemento colonizador. Contudo, o fato é que a ocupação demográfica de Curitiba, assim como de todo o estado do Paraná, teve início muito antes do século XVII, e foi marcada por diversos tipos de deslocamentos populacionais, desde a época da

ocupação dos povos originários, com o posterior processo de colonização, até chegar à história mais recente da urbanização do município.

Povos indígenas, principalmente pertencentes à etnia Tupi-Guarani, foram os primeiros ocupantes da região, que, segundo Wachowicz (1995) mantinham relações pacíficas com os primeiros núcleos colonizadores. A ideia de uma convivência harmônica entre os indígenas locais e os brancos recém chegados é reforçada pela lenda da fundação da cidade, que relata a escolha das melhores terras para os colonos fundarem um arraial, feita a partir do conselho de um cacique Tingui. Mesmo sem documentação que comprove a veracidade desse relato, ele se disseminou através dos anos, incorporando-se ao discurso da história tradicional do município.

Existia em meados do século XVII, no primeiro planalto, chamado atualmente de curitibano, uma série de núcleos garimpeiros, provisoriamente instalados, sem nenhuma construção de pedra, com sua população habitando choças cobertas com folhas de palmeira. Esta população esparsa vasculhava os cascalhos dos riachos, à procura de pequenas pepitas de ouro, tão avaramente cobiçadas (...)

A participação dos indígenas no surgimento de Curitiba deve ser real, porque é o único argumento que explica as boas relações que sempre existiram entre os brancos portugueses e os indígenas na região. O fato explica a não beligerância entre os faiscadores de ouro com o gentio, sobretudo depois da fundação da vila (WACHOWICZ, 1995, p. 61, 63).

Embora a região fosse ocupada desde tempos remotos pelos povos indígenas, e, posteriormente, por populações de colonizadores esparsamente fixadas, por muito tempo existiu uma ideia entre as autoridades governamentais de “vazio demográfico” sobre estas terras, que deveriam ser ocupadas e exploradas. Tal percepção se acentuou com o processo de emancipação do Paraná, ocorrido no século XIX, conjuntamente com a expansão da cultura da erva-mate e do tropeirismo no estado (BONI, 2011).

Em meados do século XIX, após uma série de embates parlamentares, e com evidente oposição dos governantes da Província de São Paulo, ocorreu a emancipação política do Paraná. Denominada anteriormente de Comarca de Curitiba e Paranaguá, a nova província conseguiu sua emancipação através da Lei nº 704, sancionada pelo Imperador D. Pedro II em 29 de agosto de 1853, e instalada solenemente em 19 de dezembro do mesmo ano, com o reconhecimento de Curitiba como capital (WACHOWICZ, 1995).

Os números do crescimento demográfico de Curitiba revelam alguns dados interessantes sobre o processo de transformações trazidas pela emancipação política do Paraná, com elevação da cidade ao status de capital de província (e posteriormente do

estado), e com a dinamização das atividades econômicas, ainda que elas permanecessem baseadas na produção rural.

TABELA 02 – EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO CURITIBANA NOS SÉCULOS XVIII, XIX E PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX.

Ano	Número de habitantes
1720	1.400
1780	3.194
1817	10.652
1872	11.730
1900	50.124
1920	78.986

Fonte: Adaptado de WACHOWICZ (1995, p. 72).

A partir dos dados mencionados, é possível notar um crescimento tímido, em números absolutos, da população de Curitiba até a década de 1870. Entre 1720 e 1872, ou seja, em um período de 152 anos, a elevação do número de habitantes foi de apenas 10.330 indivíduos. Já após a emancipação, entre 1872 e 1920, em um período de 48 anos (menos de um terço do período anterior), a população teve um aumento de 67.256 habitantes¹⁰.

Nesse período pós emancipação política do Paraná, a dinamização da economia, com a produção e exportação da erva-mate, fez com que a capital sofresse algumas transformações, ocasionadas sobretudo pelo surgimento de uma indústria do mate, com empresas diretas e subsidiárias, e com a formação uma pequena burguesia local (BONI, 2011).

O crescimento da produção ervateira fez com que a produção de gêneros alimentícios, que já se pautava na subsistência, declinasse ainda mais em diversas regiões, inclusive na capital. Para aumentar o fornecimento de alimentos, a criação de colônias estrangeiras, com o incentivo à imigração europeia se apresentou como um caminho condizente com certa percepção da época, de necessidade de ocupação dos “vazios demográficos”, e de “branqueamento” da população local, através da miscigenação com etnias estrangeiras.

A solução apontada pelos membros da elite local, para que se atendesse esta demanda viria por meio do incentivo à vinda de imigrantes europeus e sua instalação se daria em colônias agrícolas nos arredores das cidades, em terras devolutas do Paraná. As populações imigrantes seriam direcionadas ao

¹⁰ Embora percentualmente os números possam apresentar uma interpretação diferente, uma vez que entre 1720 e 1872 o percentual de crescimento da população é de pouco menos de 900%, enquanto entre 1872 e 1920 esse percentual ficou em pouco menos de 670%, acreditamos ser essencial observar o significado dos números absolutos, e a diferença de tempo entre os dois períodos.

trabalho com a produção agrícola, maciçamente, e isso resgataria o valor positivo do trabalho braçal que ficou associado durante séculos ao estigma da escravidão. E além do trabalho com a agricultura, os imigrantes seriam também direcionados a trabalhos em obras de infraestrutura: como construção de estradas para melhor escoar a produção de erva mate, para projetar a economia paranaense para uma das principais e mais lucrativas do país, saindo da condição de subsistência na qual se encontrara (ROCHA, 2020, p. 319).

A vinda de um grande número de imigrantes, de diversas etnias (italianos, poloneses, portugueses, ucranianos, japoneses, entre outras), fez com que se disseminasse um discurso sobre o crescimento populacional e urbano do Paraná e, especificamente de Curitiba nessa época, como um processo diferenciado no país, onde os grupos oriundos majoritariamente da Europa construiriam um estado morigerado e essencialmente branco. Bairros de Curitiba como Santa Felicidade, Campina do Siqueira, Mercês, Pilarzinho, Santa Cândia, Orleans, são exemplos de localidades que receberam contingentes desses imigrantes, integrados a colônias agrícolas ou não.

Contudo, ainda que o discurso sobre a Curitiba europeia, descendente desses imigrantes, permaneça forte no imaginário popular, e seja reproduzido por certas narrativas oficiais, é necessário lembrar que a constituição demográfica do estado e da capital se fez por múltiplos fatores e agentes, característica que permanece em constante estado de transformação. Além disso, a própria chegada dos imigrantes não se deu unicamente de forma pacífica e harmoniosa, como muitos relatos descrevem. A presença de agentes advindos de países e culturas diferentes também foi fator de estranhamento para a população, e fonte de muitos problemas para as autoridades da capital.

As grandes levas de imigrantes estrangeiros, ocasionaram para Curitiba problemas de adensamento populacional que a cidade não tinha estrutura para sanar (...) agudizando problemas urbanísticos, desde dificuldades de sobrevivência e moradia a questões de higiene e salubridade, economia precária marcada pela carestia e desemprego, onde muitas pessoas viviam na limiaridade do trabalho e do crime (...)

O controle aos “comportamentos inadequados à ordem social”, foi de primordial importância uma vez que eram esperados imigrantes “morigerados e laboriosos” que logo passaram a ser representados no imaginário burguês como preguiçosos, anti-higiênicos, doentes, boêmios, desordeiros. E num segundo momento, quando já inseridos no mercado de trabalho, foram representados como grevistas ou anarquistas, lançando suas ideias subversivas (BONI, 2011, p. 5).

Mesmo com os problemas causados, o fato é que a presença de um número maior de habitantes na cidade fazia com que a necessidade de mudanças estruturais, com o remodelamento para a urbanização da capital, se tornasse um objetivo das autoridades, talvez menos para atender as demandas da população, e mais para agradar a uma elite que

pretendia se espelhar nos modelos civilizacionais das metrópoles da Europa e dos Estados Unidos.

Nesse sentido, é importante lembrar que as transformações que ocorriam durante este período em Curitiba não estavam ligadas à fatores puramente locais. Durante o final do século XIX e início do século XX, o mundo capitalista vivia uma fase de intensa modernização, com a expansão industrial e a exportação de capitais dos países industrializados para regiões consideradas periféricas, como a África e a América Latina. Fase conhecida como capitalismo monopolista, tal período consolidou o poder econômico de certas potências da Europa e dos Estados Unidos, que materializavam seu poder com a construção de grandes metrópoles, centros urbanos modernos, que encarnavam o modelo civilizacional da época.

Dentro desse contexto, a emancipação política do Paraná (1853), a abolição da escravidão (1888) e a proclamação da República (1889) foram três eventos que, ligados às decisões da esfera Federal, tiveram grande impacto na organização econômica, social e política das diversas regiões do país, inclusive no Paraná e em Curitiba. Isso não significa que as estruturas de poder pautadas em valores escravocratas, patriarcais e socialmente excludentes, e a secular centralização do poder na região Sudeste do país estivessem superadas. Na verdade, tais características estruturantes permaneciam dentro das engrenagens do poder, e na perpetuação de práticas racistas, machistas, exploratórias e autoritárias, que revelam a ambiguidade daquele contexto. Se, por um lado, Curitiba pretendia se modernizar, por meio da construção de novos edifícios, da expansão do comércio e da criação de novos espaços culturais, por outro lado, as estruturas arcaicas do poder político, econômico e social permaneciam praticamente intocadas (OLIVEIRA, 2001).

E dentro deste contexto ambíguo, quando as elites e as autoridades procuravam remodelar a cidade, possivelmente escondendo seus problemas sociais, que Curitiba viveu um processo de urbanização crescente, com a expansão de um projeto arquitetônico que visava transformar a capital do Paraná, se não na metrópole mais dinâmica economicamente do país, ao menos na cidade mais organizada e civilizada.

Algumas obras inauguradas nesse contexto refletem os anseios da época, como, por exemplo, a estrada de ferro Curitiba-Paranaguá, concluída em 1885, com a construção da estação ferroviária da cidade, no prolongamento da Rua da Liberdade (atual rua Barão do Rio Branco). Dez anos depois, em 1895, foi instituído o Primeiro Código de Posturas da capital, estabelecendo normas para o crescimento ordenado da cidade, como a

obrigatoriedade do recuo mínimo entre as edificações (medida que, além de remodelar esteticamente a cidade, também contribuiria para a higienização dos espaços) (CROCETTI, 2014). Era um processo de mudanças ainda tímidas, diante do que acontecia nas grandes metrópoles europeias ou nas cidades dos Estados Unidos, mas não deixava de ser uma expressão sobre os projetos para a capital paranaense, no novo século que se aproximava.

3.1.2 – SÉCULOS XX E XXI: PLANOS URBANÍSTICOS E CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO

Durante as décadas de 1920 e 1930, foram inauguradas em Curitiba três avenidas consideradas de grande porte para a época: a Avenida Visconde de Guarapuava, a Avenida Sete de Setembro e a Avenida Silva Jardim, vias públicas que ligavam a estação ferroviária com o bairro Batel, na região Oeste da cidade (CROCETTI, 2014).

Mesmo consideradas importantes para a época, as intervenções que ocorriam na cidade durante as primeiras décadas do século XX “resumiam-se a pequenos projetos e não a um estudo de desenvolvimento da cidade” (CARMO, 2013, p. 3). Foi com o chamado Plano Agache, durante a década de 1940, que a cidade recebeu o seu primeiro plano urbanístico, um instrumento de intervenção técnica no processo do crescimento e desenvolvimento urbano.

Inseridos no contexto do governo de Getúlio Vargas, os projetos de expansão das cidades brasileiras dessa época obedeciam a uma lógica nacionalista e higienista, com os conceitos do embelezamento, da monumentalidade e do controle social orientando a intervenção nos espaços (CARMO, 2013).

O arquiteto francês Alfred Agache (1875 – 1959) foi um dos idealizadores e executores desse tipo de intervenção urbanística no Brasil, sendo responsável pela elaboração do Plano Diretor da capital brasileira na época, o Rio de Janeiro, e da participação em planos de outras cidades, dentre elas, Curitiba.

O ponto essencial do Plano de Urbanização de Curitiba (nome oficial do comumente denominado Plano Agache) era constituído de cinco esferas de ação que assegurariam a reprodução do capital assim listadas: o Plano das Avenidas da Cidade, os centros funcionais, o código de obras e zoneamento, os espaços livres e reservas de áreas e a extensão da cidade, com intenção de intervir no espaço físico-territorial (...) a imagem da cidade moderna, impulsionada pela difusão do capitalismo, sobretudo nas capitais, evidenciava uma nova definição para suas funções, fossem elas de comando, de produção, de consumo ou sociais (CARMO, 2013, p. 9).

As cinco esferas do Plano Agache podem ser resumidas em três eixos centrais: saneamento (com a canalização dos rios Belém e Ivo), congestionamento (com o projeto de avenidas para resolver os problemas de acessibilidade no Centro) e a implantação de órgãos funcionais e administrativos (MARTINS, 2020).

Entregue ao prefeito Alexandre Beltrão, em 1943, o Plano Agache não foi totalmente concretizado. A concepção do plano, que previa um rígido controle do crescimento da cidade, e a crescente especulação imobiliária que estendia os limites do município para espaços muito além do que fora originalmente planejado, são considerados fatores essenciais para a falta de sucesso completo do Plano Agache (CARMO, 2013). Além disso os princípios desse tipo de intervenção urbanística, que privilegiariam as regiões centrais da cidade em detrimento das áreas periféricas, foram motivos de muitas críticas, fatores que também desabonaram muitas das iniciativas propostas (MARTINS, 2020).

Ainda que tenha sido implementado apenas parcialmente, o Plano Agache reflete o momento histórico em que vivia a capital do estado em meados do século XX, quando o remodelamento planejado e controlado se apresentava como uma necessidade (mesmo que não totalmente concretizável), diante da expansão imobiliária e de um crescimento populacional bastante significativo.

TABELA 03 – EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO DE CURITIBA NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX

Ano	Número de habitantes
1920	78.986
1940	142.185
1950	179.208

Fonte: Adaptado de WACHOWICZ (1995, p. 72).

No período de 30 anos, entre 1920 e 1950, a população de Curitiba teve um aumento, em números absolutos, de 100.222 habitantes, o que correspondia a um percentual de crescimento de pouco mais de 126%. Tal transformação no ritmo de crescimento populacional se refletia na expansão dos espaços da cidade, pois era necessário que estas populações tivessem lugar para trabalhar e viver.

Durante a década de 1960, a concentração das atividades comerciais e de serviços no Centro da capital¹¹, e a proliferação de cortiços em antigas edificações, fizeram com que o trânsito e a questão da moradia se tornassem temas centrais para as autoridades municipais. Nesse contexto, durante a gestão do Prefeito Ivo Arzua, a Companhia de Desenvolvimento do Paraná (CODEPAR) abriu uma concorrência nacional para a elaboração de um Plano Diretor para Curitiba, vencida pela Sociedade Serete de Estudos e Projetos Ltda, e pelo escritório de arquitetura Jorge Wilhelm Arquitetos Associados¹². Em 1965, as equipes destas duas empresas entregaram um plano denominado de Plano Preliminar de Urbanismo (PPU), que continha a proposta principal do redirecionamento do processo de expansão urbana de Curitiba.

Com base em dois grandes eixos que tangenciavam o centro principal, o plano previa a criação de subcentros, que potencializavam uma tendência em alguns bairros. Com isso, Curitiba apresentava-se definitivamente como uma cidade moderna, de fluxo contínuo, em grande escala, articulando sob novas bases os diversos bairros que antes dependiam da passagem pelo Centro (SANTOS; CASTRO, 2022, não p.).

Ainda em 1965, após a entrega do PPU, os técnicos que acompanharam sua elaboração desenvolveram a proposta do Plano Diretor da capital, projeto que foi encaminhado à Câmara Municipal da cidade em maio de 1966. Nesse plano, o Centro da cidade era encarado como local da preservação histórica, com a delimitação de sua área por meio de um anel perimetral, que impunha “tráfego lento em seu interior, tangenciado por avenidas rápidas estruturais, que possibilitariam o deslocamento em maior velocidade” (SANTOS; CASTRO, 2022, não p.).

Contudo, foi somente com a indicação de Jaime Lerner como prefeito de Curitiba, em 1971, que as propostas do Plano Diretor começaram a ser executadas, com a criação do setor histórico, a implementação do Anel de Tráfego Lento no Centro da cidade, e das vias estruturais Norte e Sul (SANTOS; CASTRO, 2022).

A figura de Jaime Lerner é central na construção da imagem da Curitiba como cidade modelo, e analisar o contexto de suas realizações é importante para a compreensão da criação e disseminação dessas ideias.

¹¹ O Centro de Curitiba comportava a maior parte das atividades comerciais e de serviços, sendo responsável por 50% do total de empregos gerados na cidade. Essa realidade acarretou um processo de verticalização nas regiões centrais, especialmente no núcleo da Rua XV de Novembro, agravando problemas já existentes de congestionamentos e acidentes de trânsito (RODRIGUES; CASTRO, 2022).

¹² Por determinação da CODEPAR, um grupo de engenheiros acompanhou a elaboração do plano, dentre eles, Jaime Lerner e Saul Raiz (RODRIGUES; CASTRO, 2022).

Jaime Lerner foi um engenheiro e arquiteto, que iniciou sua trajetória política por meio de indicações de agentes pertencentes ao regime militar que comandou o Brasil entre 1964 e 1985, fato que certamente influenciou nas decisões sobre como Curitiba e seus cidadãos deveriam ser governados.

O golpe civil-militar que encerrou o governo do Presidente João Goulart e iniciou um período ditatorial no país em 1964, está inserido no contexto da Guerra Fria, época em que os países precisavam se alinhar política e economicamente com uma das duas superpotências antagônicas ideologicamente da época: Estados Unidos ou União Soviética. Nesse contexto, o Brasil consolidou sua aliança com o bloco capitalista liderado pelos EUA, com o governo dos militares iniciado em 1964, o qual enxergava nas experiências populares e progressistas sérios riscos de “subversão comunista”. Em outras palavras, era um governo que pretendia manter a histórica dominação de classe e desigualdade social do país, com a exploração das classes populares, sob o discurso da defesa das “liberdades capitalistas”, utilizado como argumento ideológico.

Nesse sentido, uma vez que o golpe foi impetrado contra um governo democraticamente eleito, era necessário que o regime ditatorial instituído, não somente justificasse seus motivos, mas também apresentasse realizações que lhe conferissem credibilidade. Era o período do chamado “milagre econômico”, quando a redução das taxas de inflação e a conquista de altas taxas de crescimento econômico atestavam a eficiência dos militares, apesar da repressão política e da censura. Sob o ponto de vista urbanístico, as gestões de Jaime Lerner se enquadraram no modelo de eficiência propagandeado pelos militares, com a imagem de uma cidade governada por uma equipe técnica preparada e competente.

A trajetória de Lerner para construir essa imagem começou com a participação que ele teve no acompanhamento da elaboração do PPU em 1965, e aproximação com grupos políticos que se alinhariam ao regime militar.

Nesse contexto, após as eleições de 1965, o governo ditatorial extinguiu o multipartidarismo no país, mas, para sustentar uma imagem de preservação dos princípios democráticos, foi instituído o sistema bipartidário, onde uma oposição oficial era tolerada. A Aliança Renovadora Nacional (ARENA) era o grupo oficialmente alinhado ao regime, e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), era a oposição permitida.

Dentro do cenário paranaense, Ney Braga, que já havia governado a cidade de Curitiba e o estado do Paraná, se consolidou como nome da ARENA, organizando um

forte grupo político, que contava com o engenheiro Ivo Arzua¹³, uma figura muito próxima do engenheiro e arquiteto Jaime Lerner.

No princípio de sua atuação no setor público, Jaime Lerner aparece como um profissional (arquiteto-urbanista) diretamente vinculado ao engenheiro civil Ivo Arzua Pereira (PDC), Prefeito de Curitiba, eleito em 1962, graças ao peso eleitoral de Ney Braga, então Governador do Paraná. Lerner começou sua atividade integrando a Assessoria de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (APPUC) (DORIA, 2001, p. 24).

Desavenças políticas entre Ney Braga e Paulo Pimentel, lideranças da ARENA no Paraná, fizeram com que a cúpula do regime militar indicasse outro situacionista da ARENA, Haroldo Peres, para o governo do estado entre 1971 e 1975. Haroldo Peres, por sua vez, escolheu Jaime Lerner para comandar a prefeitura da capital, sob a mesma sigla, com o referendo oficial da Assembleia Legislativa em 1971.

Sob o regime militar e pertencendo a ARENA, Lerner governou a cidade por duas vezes, entre 1971 e 1975, e entre 1979 e 1983. Nestes períodos, sua administração teve um cunho tecnocrático¹⁴, com adaptações e atualizações do Plano Diretor elaborado na década anterior. O fechamento da rua XV de Novembro para automóveis, e a criação de Parques como Barigui e São Lourenço são exemplos de obras públicas implementadas por Lerner nessa época, que “combinavam obras de saneamento e infraestrutura, com recreação e lazer, modelo que contribuiu para a construção de uma marca identitária e uma imagem positiva da cidade junto à sua população” (OLIVEIRA, 2021, p. 58).

Além disso, a implementação de um projeto para a criação da Cidade Industrial de Curitiba¹⁵, e a centralização da formulação e implementação dos planos de desenvolvimento do município no Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano (IPPUC), criado na década de 1960, foram aspectos marcantes desta primeira fase da gestão Lerner (NAZARENO, 2005).

Em termos populacionais, foi constatado um significativo crescimento demográfico na cidade de Curitiba na segunda metade do século XX, que pode ser

¹³ Arzua foi eleito prefeito de Curitiba em 1962 pelo PDC, e reconduzido indiretamente ao cargo em 1967, pela ARENA.

¹⁴ Entende-se como tecnocracia a prática de escolher homens técnicos para ocupar cargos que, tradicionalmente, são exercidos por políticos. Esse tipo de prática já existia em governos anteriores, mas foi durante o regime militar instaurado em 1964 que a presença de analistas e planejadores se tornou central, fundamentando, durante o período, a ascensão da tecnocracia (NAZARENO, 2005).

¹⁵ A CIC é uma das localidades estudadas nesta tese e, por isso, maiores detalhes sobre sua criação e desenvolvimento são apresentados no decorrer do capítulo.

explicado, não somente pelo processo de modernização que a cidade vivia, mas também devido aos fluxos migratórios do interior que ocorreram principalmente durante a década de 1970. As geadas que assolaram as lavouras de café no interior do Paraná, juntamente com o processo de mecanização dos campos que ocorreu pouco depois, contribuíram para um forte êxodo rural. Centros urbanos como Curitiba foram o destino de boa parte dessas populações, o que, em certa medida, atendia às demandas de mão-de-obra que os distritos industriais planejados e em fase de implantação necessitavam (TAVARES, 2004).

TABELA 04 – EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO DE CURITIBA NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XX

Ano	Número de habitantes
1960	361.309
1970	624.362
1980	1.024.975
1991	1.315.035

Fonte: Adaptado de WACHOWICZ (1995, p. 72) (IPPUC, 2025).

Importante ressaltar que, nesse período, os projetos de modernização de Curitiba, com a instalação de equipamentos públicos e eixos viários, e a criação de áreas verdes e áreas industriais, contribuiu para uma paulatina e constante urbanização¹⁶, e para a impactante redução da população rural no município, que decresceu de 40 mil pessoas em 1950 para 10 mil pessoas em 1980, uma redução na ordem de 75% em quatro décadas (OLIVEIRA, 2021).

Além disso o processo de crescimento populacional e urbanização foi acompanhado de um constante movimento de expansão da ocupação da cidade, que se estendia cada vez mais para seus limites periféricos, por conta da necessidade de moradia para as populações que chegavam, integrantes essencialmente de camadas mais pobres.

No contexto de crescimento populacional de Curitiba durante a década de 1980, o Brasil viveu um período de redemocratização, com o fim da ditadura militar, e a vitória de muitos políticos de oposição nas eleições para o Legislativo e para o Executivo. O MDB, que tem sua designação alterada para Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) em 1980, foi uma das legendas que mais elegeu quadros para os cargos públicos da época da redemocratização.

¹⁶ com a transformação dos bairros com aspecto e atividades essencialmente rurais até meados do século XX, muitos dos quais pertencentes à análise que desenvolvemos neste capítulo

Porém, em 1982, quando ocorriam eleições municipais em todo o país, as capitais ainda permaneciam sem pleitos diretos, por conta da legislação imposta durante o regime militar. Por esse motivo, a vitória de Maurício Fruet do PMDB para a prefeitura da capital paranaense ocorreu de maneira indireta, mas sua gestão em meados da década de 1980 representou uma nova etapa na história e no desenvolvimento da cidade.

Em seu governo, Fruet não esvaziou o IPPUC, mas procurou direcionar as pesquisas de outra maneira. Na nova forma de encaminhar o planejamento da cidade, uma das propostas centrais era a revisão do Plano Diretor, elaborado na década de 1960. O Plano Municipal de Desenvolvimento Urbano (PMDU) foi um dos principais projetos nessa área, com a promoção de debates com as comunidades populares, e o desenvolvimento de estudos sobre as “freguesias”, estratégias que pretendiam estender o conhecimento sobre a cidade, compreendendo a maneira com que ela era ocupada. Fundamentada nos debates e estudos sobre as “freguesias”, ocorreu a criação das administrações regionais (NAZARENO, 2005).

Eleito em 1985, nas primeiras eleições diretas de Curitiba após os anos da ditadura militar, Roberto Requião, também do PMDB, apesar de não levar adiante a proposta do PMDU, promoveu uma reestruturação dos órgãos administrativos municipais, com o objetivo de descentralizar certas áreas da gestão, através da criação de quinze secretarias, que viriam a suprir a demanda técnica, anteriormente ocupada somente pelos agentes do IPPUC.

A divisão interna nas secretarias para atingir as regionais, por sua vez, obteve seu êxito e deixou história para as próximas gestões, principalmente em relação à Secretaria de Abastecimento que criou o “Mercadão Popular” e conseguiu atingir diretamente a população. Merece destaque a infância, com a criação de creches, atendendo a uma demanda há tempo reprimida (NAZARENO, 2005, p. 67).

Ambos os governos, de Fruet e Requião, são vistos como gestões que priorizaram as questões sociais, com a tentativa de promover fóruns para a participação popular, contrastando “com o padrão tecnocrata até então existente e que volta a aparecer, mesmo que diversificado, nos mandatos seguintes” (NAZARENO, 2005, p. 68).

Durante o final da década de 1980, Jaime Lerner retornou à prefeitura de Curitiba, agora eleito democraticamente para um terceiro mandato. Inaugurando uma estratégia de *City marketing*, Jaime Lerner, nesse período, implantou uma série de projetos com grande investimento em propaganda, e significativo impacto na consolidação da imagem positiva da cidade e de seu gestor. Obras como a Rua 24 horas, o Jardim Botânico, a Universidade Livre do Meio Ambiente e o Teatro Ópera de Arame integraram a proposta urbanística

de Curitiba na época, rendendo grande prestígio nacional e internacional, e reatualizando a imagem de cidade de vanguarda em termos urbanísticos (CROCETTI, 2014).

Entretanto, esse modelo de gestão recebeu uma série de críticas, principalmente devido à falta de iniciativas que favorecessem a participação popular nos processos decisórios (NAZARENO, 2005).

Os perfeitos que governaram Curitiba nos últimos anos do século XX e início do século XXI, Rafael Greca (1993-1996)¹⁷, Cássio Taniguchi (1997-2004) e Beto Richa (2005-2010)¹⁸, pautaram seus governos na lógica tecnocrática neoliberal. Nestas gestões, que pertenciam e/ou eram herdeiras do grupo político de Jaime Lerner¹⁹, a iniciativa privada tinha preponderância em relação ao poder e à atuação dos órgãos estatais. As ideias de “máquina enxuta” com a redução de órgãos públicos e de pessoal, e as privatizações, com a entrega de estruturas antes estatais para a iniciativa privada, foram a tônica desse tipo de gestão, que se tornou muito forte e influente não somente em Curitiba ou no Paraná, mas direcionou o sistema capitalista global.

A partir dos anos 90 o Brasil adotou um modelo diferente daquele utilizado entre as décadas de 30 e 70, pois segundo POCHMANN (2001), ao invés “da defesa da produção e do emprego nacional, privilegia-se a promoção da integração do sistema produtivo nacional à economia mundial”. Assim sendo, para ganhar competitividade, o papel do Estado foi revisto nesta década, quando várias empresas foram privatizadas, outras foram concedidas à iniciativa privada, e outros segmentos estatais terceirizados ou reformulados (LIMA, 2007, p. 76).

Nesse contexto do final do século XX e início do século XXI, Curitiba permaneceu com um significativo crescimento populacional, especialmente nas regiões Leste e Sul, impulsionado pela chegada de migrantes vindos de outras localidades do estado e do país. Como se tratavam de muitas pessoas e famílias pobres, boa parte delas passou a morar em regiões periféricas da cidade, muitas vezes em ocupações irregulares²⁰.

¹⁷ Rafael Greca voltou a ser reeleito prefeito de Curitiba por duas gestões – 2016 a 2020 e 2020 a 2024. Entretanto, esse período não é contemplado no recorte de nossa pesquisa.

¹⁸ Reelectionado no ano de 2008, Beto Richa deixou a prefeitura para assumir o cargo de governador do estado do Paraná, após sua vitória nas eleições de 2010.

¹⁹ Jaime Lerner, além de ser prefeito de Curitiba por três gestões, também governou o Paraná por dois mandatos consecutivos, entre 1995 e 2002, formando um grupo político poderoso juntamente com os prefeitos da capital, que atuavam na lógica política e econômica neoliberal.

²⁰ O detalhamento sobre esses processos é apresentado na análise sobre cada bairro que compõe o recorte, na sequência do capítulo.

TABELA 05 – EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO DE CURITIBANO FINAL DO SÉCULO XX E INÍCIO DO SÉCULO XXI

Ano	Número de habitantes
1996	1.476.253
2000	1.587.315
2010	1.751.907

Fonte: IPPUC (2025).

As periferias ocupadas se constituíam em novos espaços da cidade, com diversos tipos de bens públicos, como ruas, praças e escolas, que precisavam ser nomeados. Por isso, indicar homenageados para nomear estes bens, ato que sempre foi valorizado entre os agentes políticos municipais, se tornou uma tarefa ainda mais relevante, fato que se reflete nas legislações elaboradas sobre o assunto durante a década de 1990 e o início dos anos 2000.

Os dados atualizados do Censo de 2022 demonstram que a população de Curitiba continuou crescendo desde a última sondagem em 2010, mas em ritmo mais lento. Hoje, a capital tem 1.773.718 habitantes, o que corresponde a um crescimento de menos de 2% em termos percentuais (IPPUC, 2025). No entanto, nos bairros mais periféricos da cidade, como o Campo de Santana e o Ganchinho, o crescimento percentual foi mais acentuado, o que é indício de continuidade do deslocamento das populações mais pobres para esses locais, que permanecem sendo espaços para novas homenagens e nomeações.

No que se refere ao planejamento urbano, o Plano Diretor de Curitiba, parcialmente revisado na década de 1980, voltou a ser discutido no ano de 2004. Amparada pela Constituição de 1988, a política urbana passou a ser regulamentada pelo Estatuto da Cidade de 2001, que

reúne um conjunto de instrumentos urbanísticos destinados a induzir as formas de uso e ocupação do solo, ampliar a possibilidade de regularização das posses urbanas, definir bases para a elaboração dos Planos Diretores municipais, prevendo uma nova estratégia de gestão que incorpora a ideia de participação direta do cidadão em processos de decisão sobre o destino da cidade, através da construção do Plano Diretor (CESTARO; CESTARO, 2021).

Dentro da perspectiva do Estatuto da Cidade, os debates para a revisão do Plano Diretor de Curitiba, em 2004, deveriam contar com ampla participação popular que, no entanto, ficou restrita à convocação de servidores públicos para a discussão de certos temas, em comissões coordenadas pelo IPPUC. Esse aspecto pode ser considerado ainda uma herança da tecnocracia do período militar, responsável pela consolidação da imagem de Curitiba como cidade planejada, e pelos princípios do grupo político que governava a cidade na época (CESTARO; CESTARO, 2021).

Em 2013, uma nova revisão do Plano Diretor foi proposta, a partir da 5ª. Conferência da Cidade de Curitiba (COMCuritiba), resultando, dois anos depois, na apresentação do Plano Diretor revisado que permanece em vigência no município (CESTARO; CESTARO, 2021).

Nos mais de 300 anos de história que possui, Curitiba teve uma trajetória de cidade pequena, que passou a almejar a modernização e, posteriormente, consolidou algumas imagens de centro urbano planejado e diferenciado. Nesse processo, muitas transformações ocorreram, ao mesmo tempo em que estruturas seculares permaneceram inalteradas.

No sentido propagandístico, pode-se afirmar que Curitiba alcançou êxito ao disseminar uma imagem positiva através do *city marketing*, estratégia que, muitas vezes, não enfatiza ou até invisibiliza a história de certas localidades, especialmente das periferias. Por isso, com o objetivo de compreender melhor o histórico dos bairros que compõem o recorte, a maioria deles pertencente às regiões mais distantes do Centro da cidade, apresentamos na continuidade do capítulo alguns apontamentos sobre a trajetória de cada uma destas localidades, o que complementa a análise de contexto.

3.2 – AS LOCALIDADES QUE COMPÕEM O RECORTE

O estudo que apresentamos a respeito da trajetória histórica de Curitiba descreve o contexto de formação e expansão demográfica e urbana da cidade de maneira geral. Porém, para compreender as realidades das populações que vivem nas diversas regiões onde estão situados os bens públicos pesquisados nesta tese, também é necessária a análise específica da formação destes lugares, ou seja, dos bairros onde as escolas de referência foram fundadas ou renomeadas.

Os resultados dos estudos do mestrado sobre esse assunto indicaram que os grupos sociais destas localidades são majoritariamente integrantes das camadas populares, constatação sustentada por dados históricos e socioeconômicos obtidos através de diversos tipos de fontes e dados oficiais disponibilizados pela Prefeitura Municipal de Curitiba, segundo as informações do Censo de 2010 (AGÊNCIA CURITIBA, 2019).

O recorte temporal definido em nossa pesquisa de mestrado analisou os anos compreendidos no período de 1985 até 2009, época de expansão demográfica das localidades onde estão situadas as escolas de referência. Tal contexto histórico, inserido no processo de redemocratização política do Brasil após mais de duas décadas de ditadura

militar, foi também marcado pela aceleração de uma urbanização desordenada em muitas capitais brasileiras, dentre elas, Curitiba. Essa realidade se refletiu na formação de diversos bairros na periferia da cidade, onde as condições de vida e a presença do Estado na forma de serviços e políticas públicas era bastante diferente dos bairros centrais ou nobres da capital paranaense.

Das dezessete escolas de referência, treze delas estão inseridas em localidades que vivenciaram esta realidade durante as últimas décadas do século XX e início do século XXI, podendo ser classificadas como localidades com ocupação majoritária de populações pertencentes às camadas populares.

A reflexão sobre a formação histórica e socioeconômica destes bairros nos permite reforçar a premissa do elitismo presente nas nomeações destes bens públicos, e daqueles que foram inseridos no presente estudo. Se a maioria dos bairros estudados são bairros populares, e os bens públicos ali existentes foram nomeados para homenagear membros da CDT ou agregados, podemos verificar que o que se apresenta é indício significativo do mencionado elitismo.

Ao observar dados mais recentes sobre o número de matrículas efetivadas nas escolas de referência, é possível constatar que houve aumento geral do público discente em todas as instituições no período de 2018 a 2024. Isso demonstra que estas escolas permanecem como instituições de grande porte quanto ao número de estudantes atendidos, e é um indicativo que as regiões estudadas permanecem densamente povoadas.

TABELA 06 – NÚMERO DE MATRÍCULAS EFETIVADAS NAS ESCOLAS DE REFERÊNCIA (2018 E 2024)

Bairro	Escola	Matrículas - 2018	Matrículas - 2024	Percentual de crescimento
CIC	Eurides Brandão	1240	1833	47,8%
	Hildegard Sondhal	1014	1214	19,7%
	Marli Q. Azevedo	1609	2571	59,8%
	Rodolpho Zaninelli	1553	1780	14,6%
	Teotônio Vilela	1391	1665	19,7%
Sítio Cercado	Flávio Ferreira da Luz	1356	1837	35,4%
	Guido Arzua	1721	1916	11,3%
	Hasdrubal Bellegard	1840	2271	23,4%
	Inez Vicente Borocz	1423	2074	45,7%
	Teobaldo L. Kletemberg	1815	2053	13,1%
Ganchinho	Iara Bergmann	1213	1957	61,3%

Campo do Santana	Nirlei Medeiros	2019	3152	56,1%
Tatuquara	Guilherme A. Maranhão	2151	2616	21,6%
Bairro Alto	Pilar Maturana	1200	1700	41,6%
Centro	Instituto de Educação do Paraná Erasmo Pilotto	1501	1939	29,1%
Tarumã	Paulo Leminski	2059	3022	46,7%
Uberaba	Aníbal Khury Neto	1102	1496	35,7%

Fonte: Adaptado de PODLASEK (2020); SECRETARIA DA EDUCAÇÃO (2024).

Porém, para que este índice demográfico seja confirmado, consideramos importante atualizar as informações, utilizando alguns dados do Censo realizado no ano de 2022. Até o momento da escrita do presente capítulo, as informações do Censo que constam da plataforma do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC) fornecem os dados demográficos das regionais e dos bairros da capital. Porém, as demais informações sobre rendimento, desenvolvimento e outros índices socioeconômicos ainda se referem ao Censo de 2010, dados que já foram apresentados em nossa dissertação. Por isso, no presente texto apresentamos, de maneira resumida, informações sobre a formação histórica dos bairros estudados, com a atualização demográfica disponibilizada pelo Censo de 2022 (IPPUC, 2024).

A organização da escrita desse capítulo segue uma ordenação um pouco diferente daquela realizada na pesquisa de mestrado, pois, inicialmente, apresentamos a análise dos bairros pertencentes às regiões Sul e Oeste da cidade, por sua proximidade geográfica. CIC e Sítio Cercado são os primeiros bairros analisados, uma vez que são localidades onde se concentra o maior número de escolas de referência (cinco instituições em cada bairro). Ganchinho, Campo de Santana e Tatuquara são analisados na sequência, seguidos dos demais bairros das outras regiões de Curitiba, apresentados em ordem alfabética.

3.2.1 – A CIDADE INDUSTRIAL DE CURITIBA (CIC)

A Cidade Industrial de Curitiba é um bairro criado na segunda metade do século XX, que pertence às regiões Sul e Oeste da capital. Em sua história contemporânea, a CIC teve na produção agrícola em pequenas propriedades a base das suas atividades econômicas, especialmente durante o final do século XIX e a primeira metade do século XX (IPPUC, 2015). Dentro deste contexto, alguns grupos imigrantes, principalmente aqueles formados por poloneses oriundos da Colônia Dom Augusto (fundada em 1876)

aproveitavam a proximidade da região para cultivar extensas áreas, e aumentar a produção e a ocupação das terras onde hoje são os bairros Augusta e Cidade Industrial (STRAPASSON HOY, 2019).

A partir da década de 1960, a realidade marcada pelas atividades agrícolas e uma vida essencialmente rural na região começou a mudar, principalmente devido ao lançamento de alguns projetos para alavancar o processo de urbanização naquela área. Utilizando uma série de incentivos para a atração de indústrias, o Prefeito Ivo Arzua desapropriou uma área de 700 hectares, que dariam origem à Vila Nossa Senhora da Luz dos Pinhais, projeto de loteamento inaugurado em 1966, que se destinava a assentar moradores de baixa renda, oriundos de ocupações irregulares de outras regiões da cidade. Devido à falta de investimento na infraestrutura local, o projeto da Vila Nossa Senhora da Luz dos Pinhais enfrentou sérias dificuldades, não alcançando o principal objetivo de atrair, no curto prazo, indústrias geradoras de empregos (SANTOS; OLIVEIRA, 2010).

Apesar desse fracasso inicial, a ideia da criação de um distrito industrial na região não foi abandonada pelos governantes da capital, e os incentivos que viriam do Governo Federal, no contexto do “milagre econômico” da época do Regime Militar, contribuíram para que estes projetos fossem posteriormente concretizados. Com investimentos estatais de grandes proporções, o objetivo de transformar a região, nas décadas seguintes, em uma das áreas com maior expansão econômica (e consequente crescimento demográfico) foi satisfatoriamente alcançado, com a implantação de uma infraestrutura que contava com “obras viárias como o Contorno Sul, vias de serviços e vias conectoras; ramais ferroviários, iluminação pública, terminal de cargas, transporte urbano e saneamento básico” (TAVARES, 2004. P. 32).

A propaganda sobre a criação da CIC foi amplamente utilizada pelo governo da época para disseminar uma imagem de Curitiba como cidade planejada, onde o crescimento industrial e urbano não carregaria as mesmas mazelas sociais de outras partes do país. Em que pese as reais intenções da publicidade governamental, o fato é que em termos demográficos, a criação da CIC representou um grande crescimento para a região. Enquanto em 1970, a CIC possuía 21.973 habitantes, em 1980 esse número saltou para 45.904 habitantes, ou seja, a população mais que dobrou no período. Na década seguinte, o ritmo de crescimento populacional da CIC continuou ainda mais acelerando, passando para o número 114.558 habitantes, no ano de 1991. No ano 2000, foram computados 157.461 habitantes e, em 2010, a Cidade Industrial de Curitiba possuía 172.822 habitantes. No ano de 2022, a CIC sofreu uma pequena redução populacional, passando

a contar com o número de 172.510 habitantes, o que não alterou sua posição como o bairro mais populoso da capital paranaense (IPPUC, 2024).

Em 2024, as escolas de referência localizadas na CIC tiveram aumento médio de 32,3% nas matrículas efetivadas em relação ao ano de 2018, ou seja, um ritmo de crescimento discrepante em relação à redução populacional que o bairro vivenciou em relação à última sondagem do Censo. Para a compreensão desses eventos são necessários estudos específicos e detalhados, mas, para os objetivos da presente pesquisa, consideramos coerente inferir que o aumento nas matrículas nas escolas de referência são indicativo que elas permanecem como importantes centros para as comunidades que ali vivem, atendendo populações da própria localidade, bem como podendo também ser referência para estudantes de outros bairros próximos, populações que possuem características parecidas quanto à sua composição social.

3.2.2 – O SÍTIO CERCADO

O Sítio Cercado é um bairro que pertence à região Sul da capital e, segundo dados do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC), as origens da ocupação contemporânea desta localidade, de maneira semelhante à Cidade Industrial, estão ligadas às atividades agrícolas desenvolvidas sobretudo durante o final do século XIX e início do século XX (IPPUC, 2015).

Laurindo Ferreira de Andrade, descendente de portugueses, era o dono das terras que hoje compõem o Sítio Cercado, propriedade que permaneceu sob o comando da família Ferreira de Andrade até pelo menos a década de 1940.

O relevo do lugar o caracterizava como um banhado, fazendo a propriedade do senhor Laurindo ser cercada, de lado a lado, pelo córrego do Ribeirão dos Padilhas e os arroios Cercado e Boa vista – daí o nome Sítio Cercado (...) Na década de 1940, o senhor Laurindo fez a divisão do terreno entre seus filhos: Izaac Ferreira da Cruz, Sezinando Ferreira da Cruz, Jovita Ferreira da Cruz e Júlia Ferreira da Rocha (STRAPASSON HOY, 2019, p. 138)¹⁰.

A partir da década de 1950, as terras de Laurindo Ferreira de Andrade foram sendo gradativamente vendidas pelos seus descendentes, primeiramente para imigrantes alemães e, durante as décadas finais do século XX, para a formação de loteamentos. Este processo de aquisição de imóveis gerou um expressivo crescimento populacional na região do Sítio Cercado, fenômeno que estava ligado ao próprio processo histórico de

aumento demográfico ocorrido, sobretudo, nos bairros da região Sul de Curitiba durante o final do século XX.

Em 1970, o Sítio Cercado possuía 993 habitantes (CURITIBA, 1999), passando para 52.498 habitantes em 1991, e 115.525 habitantes em 2010. No entanto, este ritmo de crescimento constante foi interrompido na segunda década do século XXI, pois, no ano de 2022, constatou-se um decréscimo significativo desta população, que foi reduzida para o número de 102.293 habitantes (IPPUC, 2024)¹¹.

Mesmo com a diminuição demográfica constatada na última década, o Sítio Cercado permanece como o segundo bairro mais populoso de Curitiba, e a ocupação contemporânea desta localidade, apesar de certos discursos oficiais pretenderem contar uma história diferente, foi impactada decisivamente pela ação de movimentos populares que lutavam pelo direito à moradia. O precursor destes movimentos foi o XAPINHAL, ocupação que, em 1988, reuniu 3.200 famílias, compostas por pessoas oriundas dos bairros Xaxim, Pinheirinho, Alto Boqueirão e Sítio Cercado, que ocuparam uma área particular no próprio Sítio Cercado. O movimento saiu vitorioso e conseguiu que a Prefeitura de Curitiba, sob o comando de Jaime Lerner, negociasse a regularização da ocupação. Posteriormente, outras ocupações seguiram a mesma estratégia, como no Jardim Natal (1990), Jardim Cristo Rei (1990) e Vila Osternack (1991) (TONELLA, 2010).

A história das lutas dos movimentos por moradia contradiz muitas das versões oficiais sobre a ocupação demográfica do Sítio Cercado, mostrando que ela não se resume à venda da propriedade de Laurindo Ferreira de Andrade, nem à posterior criação ordenada de loteamentos. Ao contrário, a realidade das populações que ocupavam este bairro de Curitiba, demonstram a permanência de diversas mazelas sociais da capital e do país, encaradas pelo poder público somente a partir da pressão dos movimentos populares. Nesse sentido, a formação histórica do Sítio Cercado possui uma ligação direta da população que ali se formou com tais movimentos e com suas demandas.

Mesmo com a redução demográfica e a perda de mais de 13 mil habitantes, o Sítio Cercado ainda é um dos bairros mais populosos de Curitiba. O acréscimo no número de matrículas efetivadas em 2024 nas escolas de referência, que teve um aumento médio de 25,8% em relação a 2018, é um importante indicador dessa realidade, em uma dinâmica semelhante ao que ocorre na Cidade Industrial de Curitiba.

3.2.3 – O GANCHINHO

Localizado na região Sul de Curitiba, o bairro Ganchinho foi criado no ano de 1975, a partir do desmembramento de uma área do Umbará. Historicamente, a região onde hoje é o bairro Ganchinho integrou uma rota do tropeirismo, que atravessava diversas áreas da região Sul de Curitiba desde o século XVIII. Tropeiros, vindos do litoral paranaense, com passagem por Curitiba, reabasteciam seus suprimentos nos armazéns e passavam a noite em hospedarias da região, que eram identificadas por meio de arreios em forma de ganchos pendurados nas portas – daí o nome que foi dado ao bairro (STRAPASSON HOY, 2019).

Até a primeira metade do século XX, o Ganchinho era uma área completamente rural, ainda pertencente ao bairro Umbará, com forte presença de imigrantes europeus, e tendo na Paróquia São Pedro e na religiosidade católica um importante fator de coesão social. “A importância da paróquia na região está ligada ao processo e crescimento social, econômico e cultural do bairro” (STRAPASSOM HOY, 2019, p. 82).

Apesar de ter sua separação administrativa do Umbará no ano de 1975, o bairro não acompanhou o movimento de crescimento populacional de áreas próximas como o Sítio Cercado até o ano 2000. Nessa época, segundo os dados do Censo, o bairro era composto por apenas 7.325 habitantes. No entanto, nas sondagens seguintes, o aumento populacional da região foi significativo, passando para 11.178 habitantes em 2010 (aumento de 52,6% em relação à sondagem anterior), e 19.045 habitantes em 2022 (aumento de 70,3% em relação a sondagem anterior) (IPPUC, 2024).

Importante ressaltar que, no limite entre os bairros Ganchinho e Sítio Cercado, está situada a Vila Osternack, loteamento que até a década de 1990, recebia significativo número de famílias de baixa renda em busca de moradia. Mesmo carecendo de todo tipo de estrutura (pavimentação, escolas, postos de saúde, iluminação), as ocupações na Vila Osternack cresceram durante as décadas posteriores, e só passaram a ser regularizadas pelo poder público no início dos anos 2000 (PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA, 2015).

O Colégio Estadual Iara Bergmann, escola de referência que está localizada na região da Vila Osternack e pertence ao Ganchinho, apesar de integrar um bairro onde a população ainda é numericamente inferior diante dos outros bairros da região Sul, foi a escola onde houve o maior crescimento de matrículas efetivadas no ano de 2024 entre as instituições estudadas, com aumento de 61% no número de discentes em relação a 2018, estudantes oriundos provavelmente do próprio Ganchinho, mas também de áreas próximas da região.

3.2.4 – O CAMPO DE SANTANA

Também localizado na região Sul de Curitiba, o bairro Campo de Santana tem suas origens históricas contemporâneas ligadas ao tropeirismo e à agricultura em pequenas propriedades. Desde o século XVIII, as tropas de gado, advindas da região dos Campos Gerais, passavam por Araucária e por onde hoje são os bairros Caximba, Sítio Cercado, Umbará e Campo de Santana.

Em meados do século XIX, a família Santana tomou posse de extensas propriedades de terras naquela área, o que originou o nome do bairro que, de forma semelhante ao Ganchinho, teve na religiosidade católica e na Paróquia de São Pedro, no Umbará, importantes pontos de referência para a organização social.

Oficializado e com seu território delimitado no ano de 1975, o Campo de Santana permaneceu com baixa densidade populacional até as últimas décadas do século XX, quando a ocupação da região e o consequente aumento da população se intensificaram, processo especialmente protagonizado pelas classes populares, que procuravam nas regiões periféricas da cidade uma alternativa para poder alcançar um espaço de moradia.

A partir de 1981 até aproximadamente os anos 2000, o Campo de Santana foi se tornando o primeiro bairro de Curitiba a enfrentar os impactos do adensamento populacional, unindo as populações rurais e urbanas da região. Atualmente, o Campo de Santana é um dos bairros mais periféricos de Curitiba, sendo o lar do Parque Linear do Rio Barigui, implantando em 2015 para preservar as áreas de invasão às margens do rio Barigui e também de seus afluentes (STRAPASSOM HOY, 2019, p. 62).

Segundo os dados do Censo demográfico, em 1980 o Campo de Santana possuía 1.036 habitantes, número que aumentou para 4.142 habitantes em 1991, 7.335 habitantes em 2000, 26.657 habitantes em 2010, e 40.633 habitantes no ano de 2022 (IPPUC, 2024). Importante ressaltar que, enquanto o último estudo do Censo indicou decréscimo na população de bairros da região, como a CIC e o Sítio Cercado, nesse mesmo período, o Campo de Santana não somente manteve o crescimento, como o aumento em sua densidade populacional ficou em torno de 52,4% em relação à sondagem anterior.

O Colégio Estadual Nirlei Medeiros, escola de referência que se situa no Campo de Santana, teve um aumento de 56,1% no número de matrículas efetivadas em 2024 em relação a 2018, o que corrobora a informação sobre a expansão populacional na região. Tais dados são indicativos que populações mais pobres, muitas vezes expulsas de outras localidades, têm encontrado em regiões mais periféricas da capital, como o Campo de Santana, um espaço para poder sobreviver, mesmo com todas as dificuldades que tal tipo de situação costuma acarretar.

3.2.5 – O TATUQUARA

O nome Tatuquara tem origem no idioma Tupi, e significa “Toca do tatu”. O bairro, que pertence à região Sul de Curitiba, possui registros de ocupações que remontam ao século XVIII, quando aquela área “a partir de 1786, passou a ser considerada parte formante da então Vila de Nossa Senhora da Luz e Bom Jesus dos Pinhais, que veio a ser a cidade de Curitiba” (STRAPASSOM HOY, 2019, p. 143-144). De forma semelhante aos outros bairros da região, o Tatuquara também era uma área agrícola, que servia de passagem para as tropas de gado, e que, durante ao século XIX, tinha boa parte de suas terras como posse da família Santana, proprietária das áreas que, posteriormente formariam o bairro vizinho do Campo de Santana (SOUZA, 2002).

Até a década de 1960, a paisagem rural do Tatuquara não sofreu grandes alterações. A partir de 1970, a Companhia de Habitação Popular de Curitiba (COHAB-CT) começou a implantar projetos de loteamentos populares na região e, em 1976, a instalação do CEASA (Central de Abastecimento de Produtos Agrícolas) foi outra iniciativa do poder público que prometia impulsionar o desenvolvimento no Tatuquara. No entanto, até a década de 1980, a população do bairro permanecia em níveis consideravelmente baixos em relação aos bairros que mais cresciam na região. Segundo dados do Censo demográfico, no ano de 1980, o Tatuquara possuía 3.741 habitantes (IPPUC, 2024).

Porém, durante a década de 1990, quando movimentos populares por moradia passaram a ocupar diversas áreas na região Sul de Curitiba, a realidade começou a mudar. Através de um processo que forçou o poder público, por meio da COHAB, a aumentar o número de loteamentos, a paisagem do Tatuquara foi se transformando, com um aumento demográfico significativo causado pela vinda de famílias de baixa renda, instaladas nos novos loteamentos, ou em áreas ocupadas irregularmente. A Vila Pompéia, Vila Santo Antônio, Moradias Palmeiras, Jardim da Ordem, Santa Rita, Moradias Evangélicas, Moradias Monteiro Lobato, Vila Terra Santa, Gralha Azul e Beira Rio são loteamentos criados nessa época, muitos deles originados das ocupações populares (SOUZA, 2002).

Em 1991, a população do Tatuquara era de 8.168 habitantes, passando para 36.339 habitantes no ano 2000, 52.780 habitantes em 2010, e 56.054 em 2022 (IPPUC, 2024). Mesmo que a população do Tatuquara ainda seja bem inferior em relação aos dois bairros mais populosos da região, e o aumento populacional do último estudo do Censo ter alcançado um nível inferior a 10% em relação à sondagem anterior, se levarmos em

conta nos últimos trinta anos, é possível verificar que a população do bairro cresceu mais do que 500%.

O Colégio Estadual Desembargador Guilherme Albuquerque Maranhão, escola de referência situada no Tatuquara teve um aumento de matrículas efetivadas em 2024 de 21,6% em relação a 2018, o que corrobora os dados sobre o aumento demográfico no bairro, ainda que isso possa estar acontecendo em um ritmo mais lento.

3.2.6 – O BAIRRO ALTO

O Bairro Alto pertence a região Norte de Curitiba, e a história de sua formação se conecta a outros bairros próximos, como o Atuba e o Bacacheri. Estando localizado em uma das regiões geograficamente mais elevadas da cidade (daí a origem do nome), o Bairro Alto foi um lugar de passagem para colonizadores, que exploravam aquelas terras em busca de ouro e pedras preciosas. Durante o século XVII, mineradores fundaram um arraial nas imediações do rio Atuba, que seria considerado o primeiro núcleo populacional de Curitiba.

O povoado em torno do referido rio ficou conhecido como ‘Vilinha do Atuba’ e se estendia até onde hoje é o bairro Alto. Com a transferência dos garimpeiros para o Centro da capital, ao longo dos séculos posteriores a região tornou-se um descampado úmido e alagadiço (STRAPASSOM HOY, 2019, p. 39).

Durante o século XIX, no contexto da imigração no Paraná, famílias oriundas da Europa receberam terras na região do Bairro Alto, formando colônias agrícolas. As famílias Castilho e Weiss se tornaram muito conhecidas, por possuírem as maiores propriedades naquela localidade (STRAPASSOM HOY, 2019).

Até a primeira metade do século XX, a paisagem no Bairro Alto permaneceu essencialmente rural, com poucas edificações e equipamentos públicos para a urbanização da região. Na década de 1950, por meio da doação de um terreno público, aprovada pela Assembleia Legislativa do estado, foi construído e inaugurado o Colégio Sacré-Coeur de Jésus, instituição privada que pertencente à Ordem católica com o mesmo nome (COLÉGIO MADALENA SOFIA, 2024).

A partir da década de 1980, a construção do Terminal de ônibus do Bairro Alto e de casas e edifícios de alvenaria (pois eram as construções de madeira que predominavam na região desde o período das colônias imigrantes), proporcionou uma estrutura mais dinâmica para a localidade, com impulso das atividades comerciais (MORADAZ, 2024).

No entanto, assim como demais localidades de Curitiba, o Bairro Alto também teve sua história recente marcada pela pressão de movimentos populares, que buscavam soluções junto ao poder público para problemas de moradia. Mesmo que o discurso oficial enfatize a história da ocupação da região no período colonial, ou mesmo a história das colônias de imigrantes europeus, projetando uma ideia de desenvolvimento pacífico e ordenado, o fato é que durante as últimas décadas do século XX, a região do Bairro Alto foi espaço de um crescimento desordenado, com contingentes de famílias pertencentes às classes populares ocupando espaços irregulares devido à falta de alternativas para moradia. Exemplo dessa realidade é a Vila Joanita, localizada na divisa entre o Bairro Alto e o Tarumã, área de ocupação popular que carece de regulamentação desde a década de 1970. Com o crescimento dos bairros da capital, a especulação imobiliária tem pressionado cada vez mais as famílias dessas ocupações, que se mobilizam em associações para tentar garantir seus direitos (VILA, 2024).

De acordo com a voz dos moradores, as vilas e ocupações na região do Tarumã, Bairro Alto e Capão da Imbuia têm sofrido durante muito tempo com o crescimento especulativo ao redor de suas casas. Cobram da prefeitura um posicionamento nítido sobre a regularização fundiária (VILA, 2024).

Demograficamente, o Bairro Alto viveu um processo de crescimento populacional contínuo entre as últimas décadas do século XX e o ano de 2010. Segundo os dados do Censo, o Bairro Alto possuía 26.448 habitantes no ano de 1980, número que cresceu para 36.581 habitantes em 1991, 42.033 habitantes no ano 2000, e 46.106 em 2010. Contudo, na última sondagem do Censo, constatou-se um decréscimo de pouco mais de 7% em relação à contagem de 2010, com uma população de 42.767 habitantes no Bairro Alto em 2022 (IPPUC, 2024).

Apesar da diminuição da população, o Colégio Pilar Maturana, escola de referência no Bairro Alto, teve um crescimento de 41,6% nas matrículas efetivadas em 2024 em relação a 2018, dado discrepante quando pensamos que o bairro vive um processo de redução da população. Como já foi mencionado anteriormente, a realidade de redução populacional constatada em muitos bairros de Curitiba pelo Censo de 2022 carece de estudos específicos e detalhados. Porém inferimos que a mencionada discrepância possa ser explicada, de forma semelhante aos demais casos pesquisados, pelas escolas de referência se tratarem de instituições de grande porte, as quais recebem estudantes da própria localidade e de regiões próximas.

3.2.7 – O CENTRO

A história do Centro de Curitiba está relacionada com a própria história da fundação da cidade, pois foi no Centro em que as primeiras formas oficiais de organização administrativa se estabeleceram, após a transferência do pequeno arraial de faiscadores no bairro Atuba, durante o século XVII.

Em 1668, foi fundado o arraial onde hoje se encontra a Praça Tiradentes, com a construção de uma capela, e a autorização para a instalação do Pelourinho. Posteriormente, em 1693, a Vila de Nossa Senhora da Luz e Bom Jesus dos Pinhais foi oficialmente reconhecida naquela localidade, momento em que se instituíram as primeiras eleições para a escolha das autoridades administrativas e da justiça. Durante o século XVII, a Praça Tiradentes, chamada de Praça da Matriz era integrada a uma das Companhias de Milícia da vila, sendo nomeada como “Bairro Cidade” (IPPUC, 2015).

A Vila Nossa Senhora da Luz foi elevada para a categoria de cidade em 1842 e, em 1853, quando o Paraná foi emancipado de São Paulo, o nome da cidade foi alterado para Curitiba. Nessa mesma ocasião, foi definido que Curitiba seria a capital da Província do Paraná.

Em 1854, Curitiba possuía uma divisão em 27 quarteirões, sendo que o centro era denominado de “Quarteirão da Cidade” (STRAPASSOM HOY, 2019). Nesta época, os administradores da capital empreenderam uma série de reformas no Centro da cidade, com o objetivo de modernizar sua estrutura, nos moldes das grandes metrópoles da Europa e dos Estados Unidos (CUNHA, 2001).

A preocupação do poder público local com a paisagem do Centro e dos bairros próximos da região central de Curitiba levou à implementação de alguns projetos de planejamento urbano, o que era uma novidade para as cidades brasileiras da época. Na década de 1940, foi elaborado o primeiro plano diretor da capital paranaense, chamado de Plano Agache, já mencionado anteriormente.

Na década de 1960, o expressivo crescimento demográfico da cidade fez com que um novo planejamento tivesse que ser elaborado e implementado. Como já mencionamos anteriormente neste capítulo, diante de tal demanda, foi lançado o Plano Preliminar Urbano, ou Plano Wilhelm, que contava com a participação de figuras como o arquiteto Jaime Lerner.

A implementação do Plano Wilhelm fez com que algumas obras na área central da cidade fossem concluídas, como a construção da Nova Rodoviária, do Viaduto do Capanema, e o fechamento da Rua XV de Novembro para o tráfego de automóveis.

Posteriormente, a concretização da criação da Cidade Industrial de Curitiba, e a implementação de políticas de infraestrutura para os bairros mais periféricos direcionaram muito do fluxo populacional da época para essas regiões da cidade (MARTINS, 2022).

Os dados do Censo confirmam esse processo, demonstrando que as últimas décadas do século XX e início do século XXI foi um período em que o Centro de Curitiba teve uma constante redução populacional. Em 1980, o Centro possuía uma população de 42.371 habitantes, número que foi reduzido para 37.003 habitantes em 1991, e para 32.623 habitantes no ano 2000. Em 2010, a população do Centro teve um pequeno crescimento, passando para 37.283 habitantes, número que voltou a aumentar em ritmo lento em 2022, passando para 38.222 habitantes (IPPUC, 2024). Esses números sobre a variação populacional do Centro de Curitiba são indicativos de certas características inerentes à dinâmica de crescimento recente da cidade, ou seja, na época de explosão demográfica da capital, os maiores fluxos populacionais foram direcionados para as áreas periféricas, uma vez que se tratavam de contingentes populacionais formados por família pobres. Nesse processo, as áreas centrais permaneceram com baixo crescimento, estabilidade ou mesmo redução no número de habitantes. Em outras palavras, os números indicam um processo de elitização da cidade, onde o Centro parece ter se tornado um local menos acessível para morar, apesar de ser uma localidade de grande circulação de pessoas, desenvolvimento do comércio e oferta de empregos.

O Instituto de Educação do Paraná Professor Erasmo Pilotto, escola de referência que se situa no Centro de Curitiba, teve em 2024 um aumento de 29,1% de matrículas efetivadas em relação a 2018. De maneira semelhante à outras escolas onde o crescimento populacional foi baixo, ou mesmo houve redução no número de habitantes, inferimos que o aumento no número de matrículas no Instituto de Educação se deva ao fato de ser uma escola de grande porte. Entretanto, possuir prestígio e tradição singulares na cidade, e se localizar em uma área de maior acessibilidade, faz com que o Instituto de Educação também tenha o poder de atrair um número maior de estudantes de diversas localidades, sendo necessário um estudo específico para que seja possível levantar qualquer hipótese a respeito das origens de seu público discente, pesquisa essa que extrapolaria os objetivos do presente estudo.

3.2.8 – O TARUMÃ

O bairro Tarumã se localiza na região Norte de Curitiba, e a origem de sua denominação se relaciona com a existência de um tipo de árvore na região, a *vitex montevidensis*, popularmente conhecida como Tarumã.

Entre o final do século XIX e início do século XX, o bairro Tarumã era uma região rural, composta por um grande número de chácaras, campos e banhados. Como a área era repleta de terrenos alagadiços, no ano de 1945 foi construída ali a primeira estação de tratamento de água de Curitiba. A construção do Jockey Clube do Tarumã durante a década de 1950, e a inauguração do Ginásio Professor Almir Nelson de Almeida, primeiro ginásio de esportes do Paraná, foram dois eventos que contribuíram para o desenvolvimento do Tarumã que, nessa época, se expandia “demograficamente embalado pelo crescimento do bairro Cajuru e pelo atual bairro Alto da XV” (STRAPASSOM HOY, 2019, p. 142).

A criação oficial do bairro se deu no ano de 1975, época em que ocorreu uma significativa expansão demográfica em Curitiba. No entanto, entre o final do século XX e as primeiras décadas do século XXI, o crescimento demográfico do Tarumã aconteceu de forma tímida, se comparada a outras regiões da cidade. Segundo dados do Censo, em 1980 a população do Tarumã era de 5.586 habitantes, passando para 5.997 habitantes em 1991, 7.045 no ano 2000, e 8.072 em 2010. Isso significa que a população do Tarumã cresceu mais de 40% em 30 anos, o que pode parecer expressivo em termos percentuais, mas esse movimento representou um acréscimo de apenas 2.486 habitantes em números absolutos. No ano de 2022, a população do Tarumã teve uma redução, passando para 7.073 habitantes, número muito próximo daquele que existia no início dos anos 2000 (IPPUC, 2024).

O Colégio Estadual Paulo Leminski, escola de referência situada no Tarumã, é uma instituição educacional antiga, originariamente construída como um educandário para jovens infratoras, que hoje atende estudantes do Ensino Básico. Mesmo em um contexto de redução populacional do bairro, o Colégio Paulo Leminski, assim como as demais instituições estudadas, teve aumento no número de matrículas efetivadas em 20204, crescendo 46,7% em relação a 2018. Inferimos que ser uma escola de grande porte, em um bairro com boa estrutura urbana, contribuiu para o aumento do público discente, apesar do decréscimo populacional que ocorreu na localidade.

3.2.9 – O UBERABA

O Uberaba é um bairro que integra a região Leste de Curitiba, e a origem de sua denominação está no idioma Tupi, pois a palavra Uberaba significa “água límpida”.

Historicamente, desde o século XVII, as terras do Uberaba eram mencionadas nos documentos oficiais como parte de uma extensa propriedade rural, conhecida como Fazenda Cahajuru. Em 1854, quando a capital foi dividida em 27 quarteirões, o Uberaba foi reconhecido como um deles (STRAPASSOM HOY, 2019). Com a inauguração do Matadouro Municipal do Guabirota, em 1899, as atividades comerciais foram favorecidas na região, com o aumento da integração com o Centro da capital, uma vez que foram instaladas linhas de bondes elétricos, e iniciou-se a construção de uma estrada de ligação com a cidade de São José dos Pinhais, a atual Avenida Senador Salgado Filho (CASTRO; POSSE, 2015).

Apesar de certo crescimento entre o final do século XIX e a primeira metade do século XX, o Uberaba permaneceu como uma região essencialmente rural ao menos até a década de 1970. Contudo, nas décadas posteriores ocorreu uma significativa expansão imobiliária, que não foi acompanhada do devido planejamento por parte das autoridades governamentais. A explosão populacional advinda desse processo foi acompanhada pelo surgimento de muitos loteamentos clandestinos, formados por comunidades extremamente carentes. A falta de estrutura e de atenção do poder público também fez com que o Uberaba se tornasse um bairro com sérios problemas de criminalidade urbana²¹ (FERNANDES, 2012).

No final da década de 1990, movimentos populares por moradia começaram a organizar diversas ocupações na região Leste de Curitiba, processo que resultou na formação da comunidade conhecida como complexo Bolsão Audi-União, no bairro Uberaba. Estas comunidades se espalharam por áreas no entorno da BR-277, abrigando um grande contingente populacional, negligenciado pelas políticas públicas habitacionais dos governos da capital (TEIXEIRA; BEGA, 2018).

Demograficamente, o Uberaba registrou um expressivo crescimento desde o final do século XX. Em 1980, o bairro possuía 30.105 habitantes, passando para 35.897 habitantes em 1991, 60.338 habitantes no ano 2000, 72.056 habitantes em 2010 e 73.241 habitantes em 2022. Mesmo que o Uberaba tenha crescido muito menos do que as

²¹ Apesar de registrar queda no número de ocorrências em relação aos períodos anteriores, em 2023 o bairro Uberaba ainda permanecia como a quarta localidade mais violenta na capital, no que se refere ao número de homicídios cometidos, ficando atrás apenas dos bairros CIC, Cajuru e Tatuquara (RIBEIRO; NASCIMENTO, 2023).

populações dos grandes bairros da região Sul, o bairro permanece como um dos mais populosos da região Leste da cidade, sem a redução demográfica que atingiu muitas localidades de Curitiba percebida pelo Censo de 2022 (IPPUC, 2024).

Localizado próximo da divisa com o bairro Cajuru, a escola de referência Aníbal Kury Neto é uma instituição que, segundo dados do Projeto Político Pedagógico elaborado em 2010, atende um público pertencente às classes populares, com muitas famílias em situação de risco social (COLÉGIO ESTADUAL ANIBAL KHURY NETO, 2010). Nesse contexto, de maneira semelhante às demais instituições estudadas, o Colégio Aníbal Khury Neto registrou um aumento expressivo nas matrículas efetivadas no ano de 2024 em relação a 2018, que ficou na ordem de 35,7%. Inferimos que esse aumento se explique por fatores como o bairro ter permanecido em processo de crescimento populacional, e a escola de referência ser uma instituição de grande porte, que atende uma população formada essencialmente por discentes oriundos das comunidades populares da região.

3.3 – A VARIAÇÃO DEMOGRÁFICA NAS LOCALIDADES ESTUDADAS, SEGUNDO O CENSO DE 2022

Segundo os dados do Censo de 2022, dos 75 bairros de Curitiba, 39 sofreram redução populacional em relação a última sondagem realizada em 2010, ou seja, 52% dos bairros da capital. Entre os 9 bairros que estudamos, 4 deles tiveram redução demográfica nesse período, representando 44,4% do total, tendência menos acentuada do que aquela verificada em Curitiba como um todo.

TABELA 07 – EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO NAS NOVE LOCALIDADES DE REFERÊNCIA – 2010-2022

Bairro	População em 2010	População em 2022	Percentual de variação
CIC	172.822	172.510	- 0,2%
Sítio Cercado	115.525	102.293	- 11,4%
Ganchinho	11.178	19.045	+ 70,3%
Campo de Santana	26.657	40.633	+ 52,4%
Tatuquara	52.780	56.054	+ 6,2%
Bairro Alto	46.106	42.767	- 7,2%
Centro	37.283	38.671	+ 3,72%
Tarumã	8.072	7.073	- 12,3%
Uberaba	72.056	73.241	+ 1,6%

Fonte: IPPUC (2024); A Autora (2024).

A análise da evolução populacional nos bairros estudados mostra que os maiores índices de crescimento ocorreram nos bairros Ganchinho, Campo de Santana e Tatuquara, três bairros periféricos, pertencentes à região Sul de Curitiba.

Por outro lado, na mesma região ocorreu também uma pequena redução populacional na CIC, e uma acentuada diminuição demográfica no Sítio Cercado, os dois bairros mais populosos de Curitiba.

As causas desta transformação precisam ser analisadas por estudos específicos, mas a proximidade da CIC e do Sítio Cercado com os bairros Tatuquara, Ganchinho e Campo de Santana sugere um processo de deslocamento das populações mais pobres para as regiões mais distantes e periféricas da cidade, processo esse que tem se repetido historicamente na capital.

3.4 – A RENDA DAS POPULAÇÕES NAS LOCALIDADES ESTUDADAS

Os nove bairros analisados neste capítulo fazem parte de uma divisão administrativa da Prefeitura Municipal de Curitiba, denominada de regional. De maneira geral, uma regional pode ser compreendida como “a área de abrangência de cada território em que a cidade está dividida administrativamente. Curitiba possui dez Regionais, destinadas a operacionalizar, integrar e controlar as atividades descentralizadas da Prefeitura pelos 75 bairros da cidade” (PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA, 2025).

Os bairros que são estudados na presente pesquisa estão na área de abrangência de 06 regionais:

- 1) Regional Bairro Novo: Sítio Cercado e Ganchinho;
- 2) Regional Boa Vista: Bairro Alto;
- 3) Regional Cajuru: Uberaba e Tarumã;
- 4) Regional CIC: CIC;
- 5) Regional Matriz: Centro;
- 6) Regional Tatuquara: Campo de Santana e Tatuquara.

Para aumentar a eficiência da gestão, a administração municipal costuma elaborar estudos sobre as realidades específicas de cada região da cidade, a partir de dados obtidos por meio de diversas fontes de pesquisa, inclusive do Censo, os quais apresentam uma variedade e riqueza de detalhes importantes para a compreensão das realidades mais amplas, e da especificidade de cada localidade. Entretanto, ao que parece, é necessário

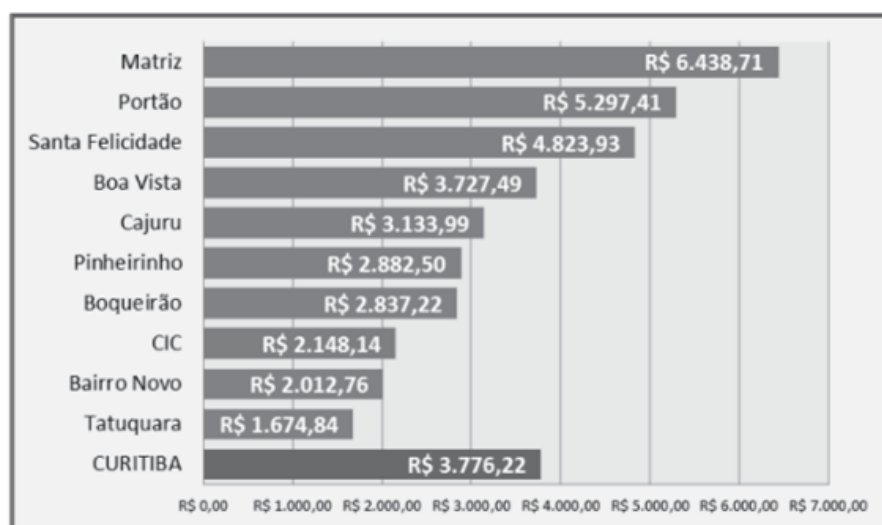
um tempo para que os órgãos públicos municipais tenham condições de atualizar os dados, segundo as informações mais recentes, como aquelas coletadas no Censo de 2022. A plataforma da prefeitura que atualmente disponibiliza uma série de informações sobre a cidade e os bairros que a integram (Infocuritiba, que pertence ao IPPUC), apresenta estes dados por meio de temas, que podem ser cruzados, e possuem uma abrangência histórica que remete à década de 1980 na maior parte dos casos. No entanto, as informações mais recentes do Censo de 2022, como já foi mencionado, estão ainda restritas aos dados demográficos, permanecendo os demais aspectos pesquisados nesse levantamento com as informações do Censo de 2010 (IPPUC, 2024).

Considerando os dados do Censo de 2010, um levantamento da Prefeitura Municipal de Curitiba disponibilizado no ano de 2017 (utilizado em nossa pesquisa de mestrado) apresentava o perfil socioeconômico das diversas localidades da cidade, levando em conta os dados demográficos, a renda, e os estabelecimentos econômicos existentes em cada bairro e em cada regional. Apesar de ser um estudo mais antigo, consideramos pertinente a apresentação destas informações, pelo panorama que elas fornecem a respeito da realidade das classes que vivem nas localidades que estudamos.

O gráfico a seguir, retirado da fonte anteriormente mencionada, apresenta os dados referentes à renda média nos domicílios particulares, organizados segundo um *rancking* das dez regionais da cidade. Importante observar que os rendimentos médios por domicílio analisados no período são expressivamente mais baixos nas regionais dos bairros que compõem as regiões Sul e Oeste da cidade – CIC, Bairro Novo e Tatuquara, ou seja, justamente onde o número de escolas de referência é mais alto. São 13 escolas de referência nestas localidades, o que implica em um total de 50 bens públicos estudados nesses bairros²² que, segundo os dados apresentados, integravam as regiões onde os rendimentos das famílias eram, em média, os mais baixos da cidade, indicando, de forma consistente, que se tratavam de localidades formadas essencialmente por camadas mais pobres da população.

²²²² Os 50 nomes estudados nas regiões Sul e Oeste da cidade incluem 13 escolas de referência, 12 ruas, 04 postos de saúde, 13 escolas municipais e 08 praças e, correspondem a 75,7% do total de 66 bens públicos estudados.

GRÁFICO 01 – *RANKING* DO RENDIMENTO NOMINAL MÉDIO MENSAL DOS DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES NAS REGIONAIS - 2010



Fonte: AGÊNCIA CURITIBA (2017, p.7).

Quando observamos os dados sobre os nove bairros estudados, a partir da mesma fonte citada anteriormente, é possível perceber que, com exceção dos bairros Centro e Tatumã, todos os outros possuíam renda abaixo de média da capital, com destaque para o bairro Tatuquara, onde o rendimento de R\$ 1.657,30 representava menos da metade do rendimento médio de Curitiba, que era de R\$ 3.776,22.

TABELA 08 – RENDIMENTO NOMINAL MÉDIO DOS DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES EM 2010

Regional	Bairro	Renda
Regional Bairro Novo	Ganchinho	1.735,16
	Sítio Cercado	2.013,23
Regional Boa Vista	Bairro Alto	3.034,15
	Uberaba	3.051,02
Regional Cajuru	Tatumã	6.009,70
Regional CIC	CIC	2.163,42
Regional Matriz	Centro	4.695,13
	Campo de Santana	1.713,77
Regional Tatuquara	Tatuquara	1.657,30

Fonte: Adaptado de AGÊNCIA CURITIBA (2017); A Autora (2025).

Ainda que estas informações se baseiem no Censo de 2010, acreditamos ser pertinente concluir que não ocorreram mudanças significativas no contexto local e nacional a ponto de mudar radicalmente esse cenário. Mesmo que os dados do Censo 2022 possam apresentar algumas transformações, é coerente pensar que as regiões Sul e Oeste da cidade de Curitiba permanecem regiões que se caracterizam por uma formação essencialmente popular, confirmando, em parte, nossa hipótese inicial.

4- O PODER DE NOMEAR BENS PÚBLICOS – O PAPEL DA UNIÃO, DOS ESTADOS E DOS MUNICÍPIOS.

Nas últimas décadas do século XX e início do século XXI, a cidade de Curitiba viveu um intenso processo de crescimento populacional e expansão urbana, com ampliação acentuada da ocupação nas regiões periféricas da cidade, realizada por grupos pertencentes, sobretudo, às classes populares. Nesse processo, como já foi pontuado em passagens anteriores, a necessidade de organizar e formalizar novos espaços era permanente e, na dinâmica da formalização das localidades, as nomeações dos bens públicos se constituíam em atos primordiais, e de relevante interesse e valor político. Dessa maneira, não é possível dissociar as nomeações dos interesses políticos, uma vez que esse processo faz parte da dinâmica de acumulação e/ou reconversão de capitais, tanto para os agentes homenageados, como para aqueles que foram responsáveis pela concessão das honrarias.

Como um dispositivo que pode garantir o acúmulo de capitais para os agentes políticos, é evidente que a nomeação de bens públicos se configure em um tema de importância para esses mesmos agentes. Daí que compreender a legislação que normatiza os processos de nomeação é relevante, uma vez que ela reflete, não somente a centralidade do assunto na esfera política local, mas também fornece indícios sobre os contextos em que foi instituída.

Segundo a legislação brasileira, espaços como ruas, praças, jardinetes, unidades básicas de saúde e escolas públicas são considerados *bens públicos*. No Artigo 98 do Código Civil Brasileiro, é estabelecido que “São públicos os bens do domínio nacional pertencentes às pessoas jurídicas de direito público interno; todos os outros são particulares, seja qual for a pessoa a que pertencerem” (BRASIL, 2002).

Os bens públicos, ainda segundo o Código Civil, podem ser classificados de três maneiras: bens públicos de uso comum do povo (ruas, praças, estradas, rios, mares); bens públicos de uso especial (edifícios de repartições, cemitérios, hospitais, escolas); e bens públicos dominicais (utilizados pelo Estado com fins econômicos, mas que possuem proprietários)²³ (BRASIL, 2002). Os espaços que estudamos na presente pesquisa pertencem a classificação de bens públicos de uso comum do povo (ruas, praças e

²³ Os bens públicos de uso comum do povo e de uso especial são inalienáveis e, de forma geral, os bens públicos não estão sujeitos a usucapião (BRASIL, 2002).

jardinetes) e bens públicos de uso especial (escolas estaduais e municipais e postos de saúde).

Apesar de definir o que são os bens públicos, o Código Civil brasileiro não estabelece uma normatização para o processo de nomeação destes espaços em todo o território nacional, fato que se repete no texto da Constituição Federal. Apenas de maneira breve e indireta, o tema é abordado no Artigo Art. 37, Parágrafo 1º da Carta Magna brasileira.

A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos (BRASIL, 1988, p. 38).

Neste trecho do texto constitucional fica clara a intenção de vedar o processo de promoção propagandística de agentes do Estado por meio da publicidade “dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos” (BRASIL, 1988, p. 38), preocupação que, mesmo de maneira indireta, diz respeito à nomeação dos espaços que ora estudamos. Apesar dessa preocupação, a Carta Constitucional não detalha quais seriam os critérios para o estabelecimento das nomenclaturas dos bens públicos nas esferas nacional, estadual e municipal.

Uma das leis que no âmbito nacional estabelece alguns parâmetros mais precisos para a designação dos bens públicos é a Lei 6.454, de 1977. O conteúdo desta norma trata da denominação de logradouros, obras, serviços e monumentos públicos, estabelecida de forma direta ou indireta a qualquer bem ou entidade que pertença ou receba verbas da União. Na redação original da Lei 6.454/1977, existe a proibição de designar bens públicos da União ou que contam com a contribuição de recursos federais, com nomes de pessoas vivas. Além disso, a mesma norma estabelece ser “igualmente vedada a inscrição dos nomes de autoridades ou administradores em placas indicadores de obras ou em veículo de propriedade ou a serviço da Administração Pública direta ou indireta” (BRASIL, 1977). A infração de qualquer uma destas proibições pode acarretar a perda do cargo ou função pública exercida, ou a suspensão da verba federal concedida (BRASIL, 1977).

No ano de 2013, a Lei federal 12.781 estendeu a proibição no estabelecimento das nomeações de espaços públicos da União (ou que contem com auxílios ou verbas federais) para pessoa “que tenha se notabilizado pela defesa ou exploração de mão de obra escrava, em qualquer modalidade, a bem público, de qualquer natureza, pertencente à União ou às

pessoas jurídicas da administração indireta” (BRASIL, 2013)²⁴. Apesar de ressaltar a importância do combate à exploração do trabalho escravo no país, a nova lei destina-se somente às homenagens conferidas a partir de sua publicação, ficando de fora as nomeações que, mesmo ferindo o princípio da nova lei, designem locais públicos pertencentes ou subvencionados pela União anteriormente à 2013 (CUNHA FILHO; MAGALHÃES, 2021).

Como na esfera nacional não existe uma legislação que estabeleça parâmetros claros a respeito da normatização para o processo de designação dos bens públicos para todos os entes da federação, cabe às constituições dos estados e às legislações municipais normatizar detalhadamente tais procedimentos. Por esse motivo, existe significativa variação nos critérios adotados nas diversas localidades do país.

A respeito da hierarquia legal, que define as atribuições das leis geridas pela União, pelos estados e pelo Distrito Federal, o Artigo 24 da Constituição Brasileira estabelece que:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre: (EC nº 85/2015):
 (...)
 VII—proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico;
 (...)
 IX—educação, cultura, ensino, desporto, ciência, tecnologia, pesquisa, desenvolvimento e inovação;
 (...) (BRASIL, 1988, P. 29).

Neste trecho do texto constitucional podemos perceber que existe referência geral e indireta sobre as competências da União e dos estados na possibilidade destas instâncias participarem dos processos de nomeações de bens públicos, uma vez que estes processos são ligados a questões de preservação das memórias²⁵. Quando menciona que compete aos estados legislarem de forma concorrente à União sobre a proteção dos diversos tipos de patrimônio, bem como a respeito de questões ligadas à cultura, é possível concluir que o texto constitucional abre espaço para a atuação da União e dos estados no processo legal de estabelecimento das designações dos bens públicos.

²⁴ A alteração na Lei 6.454/1977 foi originada pelo Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 377/2005, de autoria do senador Marcelo Crivella, que justifica a mudança na necessidade do combate à escravidão fática, com o objetivo de mobilizar a sociedade e os demais entes da Federação a adotarem medida semelhante. A alteração da mencionada lei foi consolidada com a aprovação da Lei 12.781, de 10 de janeiro de 2013 (CUNHA FILHO; MAGALHÃES, 2021).

²⁵ Nomear um bem público significa transformar aquele nome em um referencial da memória coletiva (HALBWACHS, 1990) (POLLAK, 1989), bem como pode representar a reconversão de capitais de diversas naturezas de um agente ou uma classe, em capital cultural/simbólico (BOURDIEU, 1996).

Um exemplo da atuação dos estados nestes processos pode ser percebido em uma norma recorrente em algumas unidades da federação em proibir a designação de bens públicos com nomes de pessoas vivas. Tal critério está presente em textos constitucionais de oito estados: Amapá, Amazonas, Bahia, Ceará, Pará, Paraná, Pernambuco e São Paulo (CUNHA FILHO; MAGALHÃES, 2021).

Além disso, no estado do Paraná existe uma preocupação legal quanto ao processo de alteração da nomenclatura dos bens públicos. A Lei 8.761/1988 “veda a alteração de próprios públicos estaduais como forma de preservar a memória tradicionalista paranaense” (PARANÁ, 1988, não p.). Entretanto, o Artigo 238 da Constituição do estado do Paraná (1989), estabeleceu alguns critérios diferentes daquele definido pela Lei 8.761/1988.

Art. 238. É vedada a alteração de nomes dos próprios públicos estaduais e municipais que contenham nomes de pessoas, fatos históricos ou geográficos, **salvo para correção ou adequação aos termos da lei**; é vedada também a inscrição de símbolos ou nomes de autoridades ou administradores em placas indicadoras de obras ou em veículo de propriedade ou a serviço da administração pública direta, indireta ou fundacional do Estado, a partir da promulgação desta Constituição, inclusive a atribuição de nome de pessoa viva a bem público de qualquer natureza, pertencente ao Estado ou ao Município (PARANÁ, 1989, não p., grifos nossos).

Quando estabelece a ressalva que as alterações são proibidas “salvo para correção ou adequação aos termos da lei”, a constituição estadual permite que tais mudanças ocorram, uma vez que não há clareza sobre o que seriam estas correções ou adequações legais mencionadas. Interessante perceber que, tanto as normas estabelecidas pela Constituição Estadual de 1989, como a Lei 8.761 de 1988 permanecem vigentes no Paraná, apesar da ambiguidade que suscitam, o que mais uma vez pode servir para ilustrar as imprecisões que caracterizam o estabelecimento das legislações acerca das nomeações dos bens públicos nos diversos entes da federação (PODLASEK, 2020).

Porém, se a Constituição Federal menciona de forma geral a possível competência da União e dos estados no processo de nomeação de bens públicos, também estabelece a competência dos municípios, ressaltando no Artigo 30 que:

Art. 30. Compete aos Municípios: (EC nº 53/2006):
I—legislar sobre assuntos de interesse local;
II—suplementar a legislação federal e a estadual no que couber;
(...)
VIII—promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano;
IX—promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual (BRASIL, 1988, p. 34).

Fica claro nesse artigo constitucional que a competência sobre a proteção do patrimônio local também é de responsabilidade dos municípios, sendo ressaltado, no Inciso I, a atribuição de “legislar sobre assuntos de interesse local” (BRASIL, 1988, p. 34), o que certamente se refere à nomeação dos bens públicos das localidades. Por esse motivo, as legislações municipais são aquelas que normatizam de maneira mais detalhada o processo de designações de bens públicos no país, a despeito das Leis 6.454/1977 e 12.781/2013, que se referem somente aos bens públicos pertencentes à União, ou que tenham contato com subvenções federais.

No que concerne à atribuição de legislar sobre a nomeação de bens públicos nos municípios, uma decisão de 2019, referente a um processo acerca da Lei Orgânica da cidade de Sorocaba (SP), estabeleceu que, tanto a Câmara Municipal, como o Prefeito possuem a prerrogativa de atuar nesse sentido.

O Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu (...) que tanto o prefeito quanto a Câmara Municipal de Sorocaba (SP) têm competência normativa para a denominação de vias, logradouros e prédios públicos. Por maioria, ao declarar a constitucionalidade de dispositivo da Lei Orgânica do Município, foi assentada a existência de uma coabitação normativa entre os Poderes Executivos (por meio de decreto) e do Legislativo (por meio de lei) para o exercício dessa competência, cada qual no âmbito de suas atribuições. A decisão foi tomada nesta quinta-feira (3) no exame do Recurso Extraordinário (RE) 1151237, **que teve repercussão geral reconhecida na sessão de julgamento** (JUSBRASIL, 2019, não p., grifos nossos).

Dessa forma, é entendimento do STF que a competência das Câmaras Municipais na nomeação de bens públicos coabita com a competência da liderança do Poder Executivo para esse mesmo fim, e isso deve impactar de forma geral nos diversos municípios do país, por meio das normatizações estabelecidas nas Leis Orgânicas Municipais de cada cidade.

4.1 – A LEI ORGÂNICA MUNICIPAL DE CURITIBA

Lei Orgânica Municipal (LOM) é o conjunto de leis mais importantes elaboradas pelos representantes governamentais nas cidades. Estas leis regem o funcionamento dos poderes, dos espaços e das instituições dentro do âmbito local, em consonância com as constituições estaduais e com a Constituição Federal. Por definirem os princípios para o desenvolvimento das atividades básicas de cada município, as leis orgânicas possuem

características próprias, seguindo orientações embasadas nas realidades regionais e locais.

A importância das leis orgânicas é evidente para a administração das cidades, uma vez que os princípios nelas contidos orientam as ações responsáveis pelo bom funcionamento, ou não, dos poderes, instituições e serviços municipais.

A Lei Orgânica Municipal (LOM) é a correspondente local da Constituição Federal. Ou seja, é a norma que rege a cidade. Ela é feita pela Câmara Municipal e legisla sobre assuntos importantes para o município. Entre eles estão as relações entre a prefeitura e a câmara dos vereadores; os princípios que regem a administração pública e especifica quais são os tributos municipais. Todo o conteúdo da LOM deve respeitar as determinações das Constituições Federal e Estadual (SALAMUNI, 2023, não p.).

A Lei Orgânica Municipal em vigor atualmente na cidade de Curitiba foi aprovada em 1990, sendo revisada posteriormente, no ano de 2011, quando seu texto sofreu uma série de alterações (CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA, 2011).

No que se refere à hierarquia legal, a LOM de Curitiba define como uma de suas competências a complementação das legislações federal e estadual, quando for necessário e de interesse para as questões locais.

Artigo 12 - Compete ao Município suplementar a legislação federal e estadual, no que couber.

Parágrafo Único - O município no exercício da competência suplementar: (...)

II - poderá legislar nos casos de matérias de competência da União e do Estado, de modo a suplementá-las nas hipóteses em que houver fundado interesse de âmbito local. (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 15/2011) (CURITIBA, 2011, p. 05).

Como se trata de uma legislação ampla para o município, a LOM aborda as questões referentes à definição e processo de nomeação dos bens públicos de forma geral. O conceito de bem público é definido pela Lei Orgânica Municipal de Curitiba da mesma maneira daquela que consta no Código Civil Brasileiro, inclusive utilizando a classificação que conceitua esses bens de três formas: bens públicos de uso comum do povo, de uso especial e dominicais (CURITIBA, 2011, p. 42).

A respeito do processo de nomeação de bens públicos, a LOM da capital paranaense estabelece, no Capítulo II, Seção II, que trata da competência da Câmara

Municipal, a atribuição para a designação aos logradouros públicos como uma função dos membros do Poder Legislativo²⁶.

Art. 19 - Compete à Câmara Municipal deliberar, sob forma de projetos de lei, sujeitos à sanção do Prefeito, sobre as matérias de competência do Município, especialmente sobre:

(...)

II - matéria urbanística, especialmente o Plano Diretor, matéria relativa ao uso e ocupação do solo, parcelamento, edificações, **denominação de logradouros públicos** e estabelecimento do perímetro urbano e dos bairros. (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 15/2011) (CURITIBA, 2011, p. 08, grifos nossos).

Importante perceber que o Artigo 19 menciona a necessidade da sanção do Prefeito para os projetos de lei aprovados pela Câmara Municipal, o que significa a participação do Poder Executivo nesse processo, inclusive no que tange à nomeação dos logradouros.

Contudo, não é apenas o poder de sancionar ou vetar os projetos de lei que definem a responsabilidade do Poder Executivo na elaboração de leis. O Artigo 72 da LOM, inciso II, que trata das atribuições do Prefeito, define que é função do chefe do Executivo “iniciar processo legislativo, na forma e nos casos previstos nessa lei” (CURITIBA, 2011, p. 26). O conteúdo desse artigo deixa claro que o prefeito tem a atribuição de legislar em casos específicos, fato que percebemos na pesquisa a respeito do processo legal de nomeação de diversos bens públicos, onde muitos logradouros receberam sua denominação através de decretos do Executivo municipal. Dessa forma, é possível perceber que, tanto o Legislativo, quanto o Executivo têm o poder de elaborar leis para a designação de bens públicos em Curitiba, princípio que está em consonância com recente decisão do STF mencionada anteriormente.

No Capítulo III, que trata da educação, da cultura e do desporto, a LOM aborda questões a respeito do acesso à cultura e da preservação do patrimônio cultural da cidade de maneira geral.

Art. 178 – A lei estabelecerá:

I - A administração, a gestão da documentação e as providências para franquear a consulta a quantos dela necessitem.

II - Incentivos para a produção do patrimônio cultural do Município, e a participação da comunidade neste processo.

III - A forma de proteção e promoção do patrimônio cultural do Município, e a participação da comunidade neste processo.

²⁶ Na língua portuguesa, logradouros podem ser entendidos como “Locais que se destinam à diversão pública ou podem ser usados pela população (...) [Por Extensão] Designação atribuída à rua, à praça, à via, ao parque ou a qualquer lugar de utilização pública” (DICIO. Dicionário online de português, 2023, não p.). Neste entendimento, logradouros são todos os bens públicos estudados na presente pesquisa.

IV - O processo de tratamento dos documentos, edificações e sítios detentores de reminiscências históricas.

V - A fixação de datas comemorativas de significação cultura (CURITIBA, 2011, p. 61-62).

Os termos do Artigo 178 ressaltam a importância da produção e preservação do patrimônio cultural municipal, e a participação da comunidade nessa dinâmica. Mesmo que de maneira ampla, essa previsão legal permite a aplicação dos princípios de produção, preservação e participação da comunidade no processo de denominação dos bens públicos, uma vez que o ato de nominar se constitui em gesto de produção e preservação da memória coletiva e histórica. Nesse sentido, o Artigo 52 da LOM, que estabelece que “A iniciativa de leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Câmara Municipal, ao Prefeito **e aos cidadãos, mediante iniciativa popular**, na forma e nos casos previstos nesta Lei Orgânica” (CURITIBA, 2011, p. 20, grifos nossos), abre espaço para que a comunidade também tenha o direito de participar das indicações de nomeações de bens públicos, como agente da construção da memória coletiva.

Portanto, o processo de designação de bens públicos em Curitiba é uma atividade compartilhada pelos poderes Legislativo e Executivo, podendo ser realizada também por meio de iniciativas populares.

Uma vez que as normas legais sejam atendidas na escolha da nomenclatura dos espaços públicos, é o Departamento de Cadastro Técnico, pertencente à Secretaria de Urbanismo da Prefeitura Municipal, que dá continuidade ao processo burocrático para a organização das designações definidas.

Na nominação dos logradouros (seja através do Legislativo, do Executivo ou de iniciativas populares), existem duas formas legais possíveis: as leis genéricas (que podem ser aplicadas em variados contextos), ou através de leis específicas (que regulam matérias com critérios particulares). Quando a designação é feita por meio da lei genérica, é indicado apenas o nome do homenageado, sem especificação da localização ou do tipo de logradouro municipal que irá ser nominado. Nesse caso, é o próprio Departamento de Cadastro Técnico que determina em qual local será estabelecida a nomenclatura escolhida. No caso da lei específica, são estabelecidos de antemão o local e o tipo do logradouro que deve ser nominado. Em ambos os casos, o Departamento de Cadastro Técnico faz os devidos encaminhamentos para o registro e a ordenação da nominação dos bens públicos da cidade (PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA, 2023).

No ano de 2021, por iniciativa dos vereadores Denian Couto (PODEMOS), Professor Euler (PSD) e Herivelto Oliveira (CIDADANIA), foi apresentado um projeto

de lei suspendendo por dois anos as proposições de denominações de bens públicos não especificados, ou seja, aqueles que são indicados através de leis genéricas. Uma proposição semelhante já havia sido apresentada no ano de 2020 pela vereadora Julieta Reis (DEM), mas foi arquivada pela própria proponente, alegando que trâmites internos da Câmara Municipal deveriam ser modificados para a apresentação da matéria. As justificativas para as duas proposições seguem a mesma argumentação, explicada nas palavras da própria vereadora Julieta Reis:

A disponibilidade de bens públicos a serem nominados não vem acompanhando a quantidade de leis aprovadas nesse sentido, culminando, na maioria das vezes, em efeito indesejado: o homenageado, em vez de ser lembrado, permanece esquecido na extensa lista de nomes disponibilizados à Prefeitura (BARROS, 2021, não p.).

Não conseguimos encontrar informações a respeito da votação em plenário desta proposição, mas a sua apresentação demonstra como o ato de denominar bens públicos de forma genérica se constitui em uma atividade corriqueira, tanto no Legislativo, como no Executivo municipais, o que teria acarretado na formação de uma longa lista de nomes que aguardam a definição de onde e em qual tipo de bem público serão estabelecidas as homenagens. Como essa lista de espera é referente somente aos bens públicos não especificados, concluímos que são poucas as preocupações dos legisladores com os locais onde as homenagens são definidas.

Além da LOM que vigora atualmente, a Lei 8.670, de 1995 “Regula a denominação de bens públicos no município de Curitiba” (CURITIBA, 1995). Esta lei, que detalha os critérios para o processo de nomeação de bens públicos na capital paranaense, foi alterada/complementada por outras treze leis ordinárias, entre os anos de 1996 e 2021.

Contudo, antes de analisarmos os termos da Lei 8.670/1995 e suas alterações, examinaremos algumas leis anteriores, que tratam da designação de bens públicos na capital paranaense, a partir do ano de 1948²⁷. Optamos por essa ordenação da escrita, pois alguns logradouros que fazem parte de nosso recorte foram definidos com base em normas anteriores à legislação vigente. Além disso, é importante observar como parte dessa legislação, elaborada principalmente na segunda metade do século passado, já continha critérios específicos, que poderiam fornecer maiores informações sobre os

²⁷ Estabelecemos essa baliza por ser a data em que encontramos a legislação sobre a nomeação de bens públicos em Curitiba mais antiga, com critérios específicos para esse fim.

agentes homenageados, critérios estes que parecem não ter sido obedecidos integralmente.

Quando discorremos sobre as ligações entre as fontes históricas e as memórias construídas a partir delas, tocamos em alguns pontos que sinalizam os motivos dessa “negligência”, enquanto uma ferramenta de ocultamento dos mecanismos de formação da memória coletiva curitibana, eficaz e sutilmente utilizada pelas classes dominantes.

4.2 – A LEI Nº119/1948

Sancionada no dia 05 de agosto de 1948, a Lei nº 119 “estabelece normas regulando a nomeação de ruas” (CURITIBA, 1948, não p.). No texto da referida lei, é delimitado que esta norma deveria regulamentar o processo de designação de ruas e bairros na capital paranaense, não sendo citados outros tipos de logradouros. O artigo 1º lista uma série de critérios que devem ser obedecidos no ato do estabelecimento das homenagens, sejam elas para agentes humanos ou eventos históricos.

- a) - Não devem ser demasiado extensas de modo que prejudiquem a clareza e precisão das indicações;
- b) - Não devem ser repetidas;
- c) - Não devem conter nome de pessoa viva ou que haja falecido a menos de um ano;
- d) - Quando lembrar fato histórico este deverá ter ocorrido há mais de 25 anos;
- e) - Devem guardar, tanto quanto possível, as tradições locais e lembrar os nomes de figuras, fatos e datas representativas das histórias local, nacional e geral;
- f) - Não devem lembrar fatos que se tornem incompatíveis com o espírito de fraternidade universal e especialmente americana (CURITIBA, 1948, p.1).

Dentre os critérios listados, chamamos a atenção, na alínea “c”, para a proibição da homenagem ser prestada à pessoa viva ou falecida recentemente (menos de um ano), sem nenhum tipo de exceção. Isso demonstra existir na época a preocupação, ainda hoje presente em muitas legislações, em não permitir que o ato das designações fosse utilizado para favorecimentos, principalmente de caráter político.

A referência às figuras, datas e fatos, mencionados nas alíneas “d” e “e”, salientam a importância do distanciamento histórico (quando se trata de evento do passado), e da representatividade de figuras, datas e fatos para a história local, nacional e geral. Porém, apesar de citar estes parâmetros, a lei não especifica o que seria a mencionada representatividade histórica.

Finalmente, a alínea “f” traz informação interessante, quando ressalta a importância de o homenageado ter trajetória compatível com o “espírito da fraternidade universal e especialmente americana” (CURITIBA, 1948, p.1), conteúdo que permite a inferência sobre a sua ligação com o contexto da época, imediatamente posterior ao fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), quando discursos favoráveis ao comando dos Estados Unidos da América no mundo capitalista eram a tônica na maioria dos países da América Latina.

De qualquer maneira, este trecho da lei deixa claro que a escolha dos homenageados deveria seguir critérios compatíveis com ideias de fraternidade e que, portanto, não permitiriam a homenagem a pessoas com histórico ligado a atos de violência ou que atentassem contra os direitos dos demais cidadãos. Resta saber em que medida este critério foi levado em consideração pelos agentes que comandaram os processos de nomeação.

No ano de 1953, o critério presente no Inciso “c” da Lei 119/1948 foi alterado pela Lei 687/1953, que estabelecia exceções para:

- I - Presidente da República.
- II - Governador de Estado.
- III - Ministro de Estado
- IV - Prefeito Municipal
- V - Representante legislativo, do Paraná, federal, estadual e municipal de Curitiba (CURITIBA, 1953, p.1).

A alteração estabelecida pela Lei 687/1953 definia que esta exceção deveria se referir somente ao tempo de espera para a homenagem, podendo esta ser prestada com menos de um ano, desde que o falecimento ocorresse durante o mandato dos agentes nos cargos mencionados, ainda vetando a possibilidade de se homenagear agentes vivos (CURITIBA, 1953).

Nenhuma das homenagens prestadas aos agentes que compõem o recorte de nossa pesquisa foi realizada sob orientação da Lei 119/1948.

4.3 – A LEI Nº 1.140/1955

Em 20 de outubro de 1955, o Prefeito Ney Braga sancionou a Lei nº 1.140, que dispunha “sobre a denominação de vias e logradouros públicos da cidade” (CURITIBA, 1955, p.1). A nova norma não revogava a Lei de 1948, pois mantinha em vigor a legislação existente sobre a matéria, desde que não colidisse com o novo texto.

A norma de 1955 possuía efeitos mais amplos do que a legislação de 1948, uma vez que se referia a vias e logradouros de Curitiba de forma geral, e não somente às ruas e aos bairros.

A nova lei não alterou nenhum dos critérios para as homenagens estabelecidos na legislação anterior, ressaltando apenas, no Artigo 1º, que as homenagens deveriam ser de “nomes de personalidades ilustres, que houverem prestado, em vida, relevantes serviços à Curitiba, ao Estado, ao País ou ao seu povo” (CURITIBA, 1955, p.1). Mais uma vez o texto carece de detalhamento a respeito de quem poderia ser reconhecido como “personalidade ilustre”, e quais seriam os “relevantes serviços prestados em vida para a cidade, estado, país ou seu povo” que rendessem o direito à honraria.

Os demais artigos da Lei 1.140/1955 se dedicam a normatizar o registro dos dados básicos dos homenageados nos locais públicos.

Artigo 2º - A lei respectiva deverá conter, em síntese, o ato ou o mérito do cidadão, que justificou tal homenagem do Município.

Artigo 3º - As placas fixadas deverão conter a frase qualificativa, bem assim a data do nascimento e do falecimento do homenageado.

Artigo 4º - A Prefeitura, na substituição das placas, irá adotando, com relação às ruas já com denominação, as menções determinadas pela presente Lei (CURITIBA, 1955, p.1).

Importante observar a preocupação da Lei 1.140/1955 que ressaltava a necessidade de catalogação das informações, registrando os feitos que justificassem as honrarias prestadas, bem como os dados básicos de nascimento e falecimento dos homenageados. Tais informações deveriam constar das placas nos logradouros, em um trabalho feito pelos órgãos do governo local de maneira paulatina. Não conseguimos encontrar indicações se esse trabalho começou a ser executado, mas o fato é que a constatação empírica mostra que ele não chegou a se tornar uma prática efetiva na cidade, ao menos que sobrevivesse até os dias atuais.

Nenhuma das homenagens prestadas aos agentes que compõem o recorte de nossa pesquisa foi realizada sob orientação da Lei 1.140/1955.

4.4 – A LEI Nº 2.010/1961

Sancionada pelo Prefeito Iberê de Mattos, em 5 de maio de 1961, a Lei 2.010/1961 “Estabelece normas e condições para a nomenclatura de logradouros públicos na forma que especifica, revogando as leis nº 119/48, 687/53, 1140/55” (CURITIBA, 1961, p.1). Apesar de substituir a legislação anterior, a nova lei conservava, de maneira geral, muitos

de seus princípios. No Artigo 1º, que tratava dos critérios para o estabelecimento das homenagens, consta:

Artigo 1º - As denominações dos logradouros públicos da cidade deverão obedecer às seguintes condições:

- a) Não devem ser demasiado extensas, assim se evitando prejuízo à clareza e precisão das indicações;
- b) Não devem ser repetidas;
- c) Não devem conter o nome de pessoa viva;
- d) Não devem conter nome de pessoa que haja falecido há menos de um ano, exceto quando se tratar de:

I - Presidente da República

II - Governador do Estado

III - Ministro do Estado

IV - Prefeito Municipal

V - Representante legislativo do Paraná, as esferas federal, estadual e municipal de Curitiba.

VI - Personalidade célebre de reconhecida reputação nacional.

e) Lembrando fato histórico, este deverá ter ocorrido há mais de vinte e cinco anos;

f) Devem guardar, tanto quanto possível, as tradições locais e lembrar figuras, fatos e datas representativas das História local, nacional e geral;

g) Não devem lembrar fatos incompatíveis com o espírito de fraternidade universal.

§ Único - As exceções constantes da alínea -d-, serão aplicáveis quando o falecimento ocorrer estando o homenageado no exercício do cargo, ou em qualquer tempo, já o tenha exercido (CURITIBA, 1961, p.1,2).

Como já foi mencionado, muitos critérios indicados nas legislações anteriores permaneceram presentes no conteúdo da Lei 2.010/1961. Entretanto, a alínea “d”, do Artigo 1º acrescenta a possibilidade de a homenagem acontecer com menos de um ano de falecimento do homenageado, também para “personalidade célebre de reconhecida reputação nacional” (CURITIBA, 1961, p.1). Esta exceção permitia a inclusão de um número maior de agentes a serem homenageados em contextos próximos de seus falecimentos, uma vez que o texto não deixa claro o que seria especificamente uma “reconhecida reputação nacional”.

Nos artigos seguintes, a Lei 2.010/1961 lista algumas normas que se referem aos critérios para o estabelecimento e registro das designações dos bens públicos. O Artigo 2º prevê que “As leis respectivas deverão conter, em síntese, as razões que justifiquem a homenagem prestada” (CURITIBA, 1961, p.2). Essa normatização determina que as homenagens deveriam ser justificadas, com o registro dessa justificativa constando no próprio texto da lei, ou seja, uma forma de legitimar a escolha do homenageado, com a elaboração de um documento histórico permanente.

A respeito da organização do processo para a escolha dos homenageados, o Artigo 3º da Lei 2.010/1961 determina que “O Poder Executivo fará organizar, anualmente, uma

relação completa de todos os logradouros públicos ainda não denominados, encaminhando-a ao Poder Legislativo até o dia 15 de fevereiro de cada ano” (CURITIBA, 1961, p.2). Esta especificidade organizacional não constava da legislação anterior, e demonstra a preocupação dos legisladores da época com a matéria, definindo um calendário específico para o assunto.

O Artigo 5º da Lei 2.010/1961 estabelecia que “A Câmara instituirá um Serviço, organizando de cadastro onde conste, clara e minuciosamente, a justificativa da proposição segundo a qual aprovou a nomenclatura de todos os logradouros públicos da Cidade” (CURITIBA, 1961, p.3). Um aspecto interessante deste artigo se refere à preocupação da criação de um acervo, com justificativas elaboradas de forma clara e minuciosa sobre os argumentos que viriam a legitimar as honrarias prestadas. O resultado da pesquisa que empreendemos demonstrou que esta intenção não foi inteiramente alcançada, uma vez que as legislações estabelecendo as designações dos bens públicos na cidade carecem de padronização quanto as informações fornecidas sobre os homenageados. Enquanto em alguns textos encontra-se minuciosa biografia a respeito da trajetória do agente (ou em documento em anexo), em outras leis aprovadas as informações são escassas, algumas vezes carecendo até mesmo de dados básicos como local e data de nascimento e falecimento²⁸. De qualquer maneira, esta preocupação presente na lei 2.010/1961 demonstra a necessidade da formação de um acervo devidamente catalogado a respeito do processo de criação deste tipo de memória histórica da cidade, ainda que de fato não tenha se concretizado.

O Artigo 6º da Lei 2.010/1961 segue a mesma orientação do artigo anterior, enfatizando a importância das informações sobre os agentes homenageados, pois previa que “Nenhuma proposição a Câmara conhecerá, em caso de homenagem a pessoa, se não constar, no mínimo, dados biográficos e expressamente a data do nascimento e a do falecimento do homenageado” (CURITIBA, 1961, p.3).

²⁸ Cabe ressaltar que os documentos disponibilizados virtualmente fornecem apenas o texto das leis aprovadas, sendo que a documentação com as justificativas permanece anexada em arquivo próprio (não digitalizado e muitas vezes incompleto) da Câmara Municipal de Curitiba, o que dificulta o acesso mais amplo a estas informações. Quando se trata de legislação elaborada pelo Poder Executivo, o acesso é ainda mais restrito, uma vez que não encontramos, até o momento, um órgão do referido poder que nos indicasse o caminho para pesquisar o acervo desta documentação. Isso é um indicativo que os princípios do Artigo 5º da Lei 2.010/1961, que previa uma catalogação clara e minuciosa das justificativas sobre as homenagens nas nomeações de bens públicos em Curitiba, não foram cumpridos na íntegra no passado, e permanecem deficitários ainda hoje.

A Lei 2.010/1961 sofreu duas alterações antes de sua revogação no ano de 1979. A primeira foi estabelecida por meio da Lei 2.463/1965, que modificava alguns aspectos do Artigo 1º, determinando que nenhuma homenagem poderia ser prestada à agentes humanos, com menos de trinta dias da data do falecimento. Além disso, a nova norma trazia uma interessante modificação quanto à proibição de se homenagear pessoas vivas, afirmando que “Excepcionalmente, tratando-se de vulto de reconhecida e irretorquível fama e reputação nacional ou internacional, e que conte mais de 70 anos de idade, poderá ser relevada a exigência a que se refere a letra c do presente artigo” (CURITIBA, 1965, p. 1.). A alínea “c” era a que vedava, sem nenhum tipo de exceção, a homenagem para pessoas vivas. Portanto, é possível observar que a alteração proposta proporcionava a inclusão de agentes vivos no processo de designação dos bens públicos, talvez até de maneira pouco criteriosa, uma vez que as duas únicas exigências especificadas são a idade superior a 70 anos, e personalidades de “reconhecida e irretorquível fama e reputação nacional ou internacional”. Definir quem seriam estes homenageados famosos e ilustres nos parece um processo complexo, que dificulta a objetividade das escolhas e da apresentação das justificativas²⁹.

A segunda normatização que alterou a Lei 2.010/1961, foi a Lei 3.613/1969. Modificando o Artigo 6º da primeira norma, a nova lei estabelece que “Nenhuma proposição a Câmara conhecerá, em caso de homenagem a pessoa, se não constar da justificativa, dados biográficos e expressamente a data do nascimento e a do falecimento do homenageado” (CURITIBA, 1969, p.1).

Dentro do recorte da presente pesquisa, contamos que os nomes de dois agentes foram indicados e aprovados sob a Lei 2.010/1961 e suas alterações.

TABELLA 09 – AGENTES HOMENAGEADOS SOB A ORIENTAÇÃO DA LEI 2.010/1961 E SUAS ALTERAÇÕES

Nome do (a) agente	Tipo de bem público	Bairro	Ano da aprovação da lei
Izaac Ferreira da Cruz	Rua	Sítio Cercado	1968
Coronel Augusto de Almeida Garret	Rua	Tarumã	1978

Fonte: A autora (2024).

²⁹ No ano de 1960, a expectativa média de vida para os brasileiros era de 52,5 anos (AGÊNCIA IBGE NOTÍCIAS, 2019), o que nos leva a concluir que o número de pessoas que tinham a possibilidade de ser beneficiados pela exceção estabelecida através da Lei 2.463/1965 deveria ser reduzido. Esse dado, aliado ao fato que a modificação da lei foi efetivada justamente no ano posterior ao Golpe de 1964, sugere que interesses políticos podem ter envolvido a alteração legal, com a intenção de beneficiar determinados agentes ligados ao novo regime e ao círculo minoritário de pessoas que chegavam a essa idade, com as prestações honoríficas excepcionais.

Importante observar que, no caso de Izaac Ferreira da Cruz, as exigências de fornecimento de informações biográficas mínimas são obedecidas³⁰. No entanto, no caso do Coronel Augusto de Almeida Garret, foi encaminhado pela Seção de Arquivo de Documentação da Câmara Municipal de Curitiba uma breve anotação feita a mão, com pouquíssimas informações biográficas do agente³¹.

4.5 – A LEI Nº 6.053/1979

Sancionada pelo Prefeito Jaime Lerner, em 18 de setembro de 1979, a Lei nº 6.053 “Regula a identificação dos logradouros públicos no município de Curitiba, e revoga as Leis nº 2010/61, 2643/65, 3519/69 e 3613/69” (CURITIBA, 1979, p.1). A nova legislação, apesar de revogar as normas existentes até então, conservava muito dos princípios elaborados anteriormente, bem como apresentava alguns critérios inéditos.

No Artigo 2º desta lei, são apresentadas especificações quanto às formas de identificação dos logradouros na capital, preocupação inexistente na legislação anterior:

Art. 2º São formas de identificação dos logradouros públicos:

I - a nomenclatura ou denominação; e,

II - a codificação.

§ 1º - Nomenclatura ou denominação é a forma de identificação dos logradouros com nomes de pessoas ou referências a fatos, datas, lugares, animais, vegetais e coisas.

§ 2º - Codificação é a forma de identificação dos logradouros com números expressos em algarismos arábicos, em combinação ou não com letras do alfabeto, ou com a indicação de pontos cardeais e colaterais ou respectivas siglas (CURITIBA, 1979, p.1).

Tal preocupação se relaciona não somente com o processo de nomeação dos logradouros, mas também com as formas de registro e ordenamento desses dados na organização do espaço urbano municipal. Em outras palavras, na legislação elaborada em 1979, fica clara a preocupação do Poder Legislativo e do Poder Executivo em nomear os bens públicos, ou identifica-los por meio de códigos, procedendo com a organização de um acervo de dados sobre essas designações, para que os espaços da cidade fossem corretamente ordenados, evitando designações duplicadas e/ou incorretas.

³⁰ Ver anexo 01.

³¹ Ver anexo 13.

No Artigo 3º da Lei 6.053/1979 são listados os critérios exigidos no processo de nomeação dos bens públicos da capital, muitos dos quais já constavam das legislações anteriores.

Art. 3º A nomenclatura ou denominação de logradouros públicos obedecerá às seguintes regras:

- I - As denominações não devem ser extensas;
- II - Não devem ser repetidas;
- III - Não devem conter nome de pessoa viva;
- IV - Não devem conter nome de pessoa que haja falecido há menos de noventa (90) dias, exceto quando se tratar de:
 - a) Presidente da República;
 - b) Governador do Estado;
 - c) Ministro de Estado;
 - d) Prefeito Municipal de Curitiba;
 - e) Senador, Deputado Federal ou Deputado Estadual;
 - f) Vereador à Câmara Municipal de Curitiba. (Redação dada pela Lei nº 6881/1986)
- V - Referindo-se a fato histórico, este deverá ter ocorrido há mais de vinte e cinco (25) anos;
- VI - Devem guardar, tanto quanto possível, as tradições locais e lembrar figuras, fatos e datas representativas da história local, nacional ou geral;
- VII- Não devem lembrar fatos incompatíveis com o espírito de fraternidade universal;
- VIII - Não será permitida a designação com nomes de pessoas jurídicas, de associações ou crenças religiosas, partidos políticos ou com nomes de produtos visando finalidade propagandística;
- IX - Não será permitida mais de uma denominação oficial para o mesmo logradouro público. (Redação acrescida pela Lei nº 6518/1984) (CURITIBA, 1979, p.1,2)³².

Importante ressaltar as determinações do Inciso III, que volta a proibir nomeações de pessoas vivas, sem nenhum tipo de exceção, diferentemente da Lei 2.463/1965, que vigorava até então.

No Inciso IV, é reduzido o período mínimo de um ano para noventa dias, entre a data de falecimento do agente e o estabelecimento da homenagem. As exceções, nesse caso, permanecem as mesmas da legislação anterior, exceto para “Personalidade célebre de reconhecida reputação nacional” (CURITIBA, 1961, p.1), que não constava do texto de 1969.

O Inciso VIII fornece uma novidade para os critérios no processo de nomeação dos logradouros em Curitiba, pois proíbe de maneira clara “a designação com nomes de pessoas jurídicas, de associações ou crenças religiosas, partidos políticos ou com nomes de produtos visando finalidade propagandística” (CURITIBA, 1979, p.2). O detalhamento deste inciso demonstra a preocupação dos legisladores em vedar

³² As exceções para as homenagens à pessoas falecidas a menos de 90 dias têm redação da Lei 6.518/1984, não ficando clara no acervo disponibilizado virtualmente qual seria a redação original.

homenagens ligadas à interesses e favorecimentos, de maneira mais direta do que a legislação que existia até então.

O Artigo 4º da Lei 6.053/1979 regulamentava os trâmites regimentais na Câmara Municipal para as indicações de homenagens feitas pelos vereadores. Nesse trecho do texto, a lei introduz um novo agente político: a Comissão de Educação, Cultura, Bem Estar Social e Turismo. Formada por um grupo de vereadores escolhidos pela própria Câmara, a Comissão de Educação, Cultura, Bem Estar Social e Turismo tinha amplos poderes no processo de escolha de nomes homenageados para designar bens públicos na capital, pois era encarregada de examinar o mérito das indicações, sendo responsável posteriormente pela apresentação de projeto de lei, se a indicação fosse aprovada, ou opinar pelo arquivamento da matéria (CURITIBA, 1979, p.2). Dessa maneira, diferentemente dos vereadores que poderiam aprovar leis com a indicação de apenas um nome para os bens públicos por vez, a Comissão de Educação, Cultura, Bem Estar Social e Turismo poderia apresentar projeto de lei designando, simultaneamente, mais de um logradouro. (CURITIBA, 1979, p.2.). Em síntese, a Comissão de Educação, Cultura, Bem Estar Social e Turismo tinha o poder de aprovar ou vetar propostas de homenagens feitas pelos vereadores, bem como fazer as próprias proposições, inclusive de vários logradouros no mesmo projeto de lei.

Além da introdução do trabalho da Comissão de Educação, Cultura, Bem Estar Social e Turismo, no Artigo 4º, Parágrafo 4º, da Lei 6.053/1979 é definido que “Acompanharão os projetos de lei, como justificativa, as indicações respectivas, deles passando a fazer parte integrante” (CURITIBA, 1979, p.2). Nesse trecho da lei não fica claro se essas indicações, que devem ser registradas, são dos vereadores proponentes que passaram pela verificação da Comissão de Educação, Cultura, Bem Estar Social e Turismo, ou da própria Comissão. O fato é que nos registros de muitos processos compartilhados pela Seção de Arquivo e Documentação da Câmara Municipal de Curitiba, consta apenas o nome da Comissão de Educação, Cultura, Bem Estar Social e Turismo como indicadora de homenagens em designações de bens públicos, sem especificar se a iniciativa foi de um vereador, do Poder Executivo ou mesmo de uma iniciativa popular. Da mesma forma, o Sistema de Proposições Legislativas do Paraná (PARANÁ, 2023)³³, ferramenta virtual que permite o levantamento de documentações sobre diversos tipos de leis e normas, fornece registros de indicações de nomeação, em

³³ Para consultar a ferramenta acessar: <https://www.cmc.pr.gov.br/wspl/>.

que constam, em diversos casos, apenas o nome da Comissão de Educação, Cultura, Bem Estar Social e Turismo, omitindo inclusive quais eram os parlamentares integrantes desse órgão no período. Isso demonstra que, apesar de serem complementadas, as legislações mais recentes sobre a matéria das designações de bens público ainda careciam de maior especificação, tanto para os critérios de escolha, como para o real trabalho de arquivamento.

No Artigo 5º da Lei 6.053/1979, são definidos os critérios para o registro dos nomes indicados na designação dos bens públicos, de forma mais detalhada e completa do que constava nas legislações anteriores.

Artigo 5º - A proposição que vise denominar logradouros públicos com nome de pessoa deverá obrigatoriamente ser instruída com justificativa escrita, firmada pelo autor, dela devendo constar:

I - Biografia do homenageado, com dados suficientes para evidenciar o seu mérito, nos campos da educação e cultura, ciências, letras e artes, política, atividade empresarial, profissional ou filantrópica, ou em outras formas da atividade humana;

II - Datas de Nascimento e Falecimento do homenageado, comprovadas, uma e outra, com certidões dos registros públicos competentes, dispensadas estas nos seguintes casos:

- a) quando se tratar de figura de indiscutível projeção no passado histórico nacional, regional ou local;
- b) quando se tratar de personagem de irretorquível fama e reputação nacional ou internacional (CURITIBA, 1979, p. 4).

Importante observar a exigência dos dados biográficos, ainda que estes acabem limitados de fato às datas de nascimento e falecimento, comprovadas com a documentação oficial. Os termos do Inciso II, que solicitam “Biografia do homenageado, com dados suficientes para evidenciar o seu mérito, nos campos da educação e cultura, ciências, letras e artes, política, atividade empresarial, profissional ou filantrópica, ou em outras formas da atividade humana” (CURITIBA, 1979, não p.) abrem a possibilidade para a escrita de justificativas variadas e fora de padrão. Verificamos isso na pesquisa empírica sobre a biografia individual dos homenageados, quando encontramos alguns registros documentados de maneira muito completa, ou outros em que apenas são exaltadas as virtudes dos homenageados, sem realmente descrever sua trajetória biográfica.

Em complementação feita pela Lei 6.531/1984, é incluído um parágrafo único no Artigo 5º da Lei 6.053/1979, determinando que

Do corpo da proposição de que trata este artigo deverá constar o nome completo do homenageado ou o nome pelo qual era mais conhecido, com o apelido, o apodo, a alcunha ou o cognome, desde que não considerados pejorativos, e se for o caso do

título principal, que deverá constar das placas de nomenclatura (CURITIBA, 1984, p.1).

A inclusão de apelidos ou alcunhas na designação de bens públicos foi percebida em algumas das designações estudadas na presente pesquisa, como a de Reinaldo de Carvalho (conhecido como Bola, homenageado em 1995), Pompília Lopes dos Santos (conhecida como Dona Pompília, homenageada em 1993) e Maria da Luz Seiler Veiga (conhecida como Dona Lulu, homenageada em 1992).

O Artigo 7º da Lei 6.053/1979 introduz um critério interessante a respeito de bens públicos nomeados, em se tratando de loteamentos próximos a parques e áreas verdes, dando preferência, nesses casos, a

proposições que se refiram a espécimes de fauna, avifauna e flora habitais, pela ordem:

I - local;

II - regional;

III - nacional;

IV - de outros países (CURITIBA, 1979, p. 3).

Os termos desse artigo não proíbem a indicação de nomes de pessoas para os loteamentos próximos de parques e áreas verdes, mas indicam preferência por designações referentes a elementos da natureza.

Nos Artigos 9º, 10º, 11º e 12º são estabelecidos critérios para a alteração da designação de bens públicos na capital, dinâmica bastante complexa, em que a referida lei determinava que “Os logradouros públicos somente poderão sofrer alteração em sua nomenclatura por iniciativa do Executivo ou indicação subscrita por dois terços (2/3) dos membros da Câmara” (CURITIBA, 1979, p. 3). Isso demonstra que as nomeações deveriam ter caráter permanente, sendo exigida a participação efetiva do Legislativo e do Executivo em processos de modificação.

No Artigo 16º da Lei 6.053/1979, é especificado que os logradouros aos quais a lei se refere também incluem os bens públicos de uso especial, englobando, portanto, as escolas municipais e unidades básicas de saúde que integram a presente pesquisa.

No Artigo 18º da Lei 6.053/1979, é definido que

Art. 18 - A Câmara manterá, no Departamento competente, livro ou fichário de cadastro da nomenclatura dos logradouros públicos do Município, de que conste a denominação, nome do autor da proposição que a originou, número e data da Lei e demais elementos que se fizerem necessários, desde a instalação da primeira legislatura (CURITIBA, 1979, p. 4).

Os termos deste artigo demonstram novamente a preocupação com a criação de um acervo a respeito dos logradouros públicos da cidade, ressaltando ser necessária a

inclusão de informações sobre o próprio processo de indicação, como o “nome do autor da proposição, número e data Lei e demais elementos que se fizerem necessários, desde a instalação da primeira legislatura” (CURITIBA, 1979, p. 4). Segundo os dados que obtivemos da Seção de Arquivo e Documentação da Câmara Municipal de Curitiba, esta intenção legal parece não ter sido plenamente concretizada.

Segundo dados levantados na presente pesquisa, os nomes de 26 agentes que integram nosso recorte de estudos foram designados sob a orientação da Lei 6.053/1979 e suas alterações.

TABELLA 10 – AGENTES HOMENAGEADOS SOB A ORIENTAÇÃO DA LEI 6.053/1979 E SUAS ALTERAÇÕES

Nome do (a) agente	Tipo de bem público	Bairro	Ano da aprovação da lei
José Angelo Martins	Rua	Tatuquara	1982
Cyro Correia Pereira	Rua	CIC	1983
Avelino Montavani	Rua	Uberaba	1985
Robert Redzinski	Rua	CIC	1985
João Cislinsky	Rua	Sítio Cercado	1986
Mario Gasparin	Rua	Sítio Cercado	1988
Ignês Lourdes Gomes de Macedo	Rua	Sítio Cercado	1988
Joaquim de Siqueira Cortes	Rua	CIC	1992
Jair Coelho	Rua	CIC	1992
Major Antonio Alves da Rocha Loures	Praça	CIC	1981
Pedro de Almeida	Praça	CIC	1985
Francisca Toni Mathias	Praça	Tarumã	1987
Matias Alenor Martins	Praça	CIC	1994
José Bório	Praça	CIC	1994
Salvador Allende Grossens	Unidade Básica de Saúde	Sítio Cercado	1989
Augusta Glück Ribas	Escola Municipal	Sítio Cercado	1979
Heitor Cavalcanti de Alencar Furtado	Escola Municipal	CIC	1983
Sidônio Muralha	Escola Municipal	CIC	1988
Erasmio Pilloto	Escola Municipal	Bairro Alto	1988
América da Costa Sabóia	Escola Municipal	CIC	1991
Miracy Rodrigues de Araújo	Escola Municipal	Sítio Cercado	1992
Maria da Luz Seiler Veiga – Dona Lulu	Escola Municipal	Sítio Cercado	1992
Carlos Drummond de Andrade	Escola Municipal	Ganchinho	1992
Pompília Lopes dos Santos – Dona Pompília	Escola Municipal	Tatuquara	1993
Cândido Portinari	Escola Municipal	CIC	1994
Alvaro Borges	Escola Municipal	CIC	1995

Fonte: A autora (2023).

A respeito da documentação fornecida pela Seção de Arquivo e Documentação da Câmara Municipal de Curitiba sobre a biografia destes agentes, constatamos mais uma vez a falta de padronização acerca dos dados disponibilizados, com alguns textos biográficos bastante completos, fornecendo importantes informações sobre a trajetória do agente, enquanto outros carecem de informações básicas.

4.6 – A LEI Nº 8.670/1995

Sancionada em 29 de junho de 1995, pelo Vice Prefeito em exercício, José Carlos Gomes Carvalho, a Lei 8.670, que permanece vigente até hoje, “Regula a denominação de bens públicos no município de Curitiba” (CURITIBA, 1995, p. 1). Desde sua publicação até o presente momento, a referida lei recebeu alterações de outras treze regulamentações, entre os anos de 1996 e 2021. Trataremos em nossa análise, do conteúdo destas alterações em concomitância com o texto original, quando o assunto for de interesse para a presente pesquisa.

Como se trata de uma legislação específica para designação dos bens públicos na capital, a Lei 8.670/1995 é considerada uma complementação da legislação que a regulamenta, orienta e ampara, ou seja, da Lei Orgânica Municipal de Curitiba, da Constituição Estadual do Paraná, e da Constituição Federal do Brasil.

No Artigo 1º da Lei 8.670/1995, é definido que “A identificação dos bens públicos do Município de Curitiba regula-se pelas disposições desta lei” (CURITIBA, 1995, p. 1), sem especificar quais são os bens públicos englobados nessa determinação (de uso comum do povo, de uso especial, ou dominicais), o que nos conduz a inferir que se tratam de todos os tipos de bens públicos.

Nos Artigos 2º e 3º, a referida lei define que as identificações dos bens públicos no município podem ser feitas por meio de nominação, ou de codificação (CURITIBA, 1995), trechos que reproduzem as ideias da legislação anterior de 1979.

No Artigo 3º da Lei 8.670/1995, são definidos os critérios para o estabelecimento da nomenclatura dos bens públicos, sendo que este foi um dos artigos que mais sofreu alterações por leis posteriores. Inicialmente esta parte do texto da Lei 8.670/1995 define a forma, e parte do conteúdo que devem possuir as designações:

Art. 3º A nomenclatura ou denominação de bens públicos obedecerá às seguintes regras:

- I - as denominações não devem ser extensas;
- II - não devem ser repetidas;

III - não devem conter nome de pessoa viva (CURITIBA, 1995, p. 1).

Importante observar que a lei em vigor na capital paranaense não permite nenhum tipo de homenagem na designação de bens públicos para pessoa viva, mantendo a restrição nos moldes da legislação de 1979.

O Inciso IV do Artigo 3º da Lei 8.670/1995 estabelecia que deveria ser respeitado um prazo entre a data de falecimento e a indicação para a homenagem (90 dias), abrindo exceção para agentes que ocupassem alguns cargos governamentais:

IV - não devem conter nome de pessoas que haja falecido há menos de 90 (noventa) dias, exceto quando se tratar de:

- a) Presidente da República;
- b) Governador do Estado;
- c) Ministro do Estado;
- d) Prefeito Municipal de Curitiba;
- e) Senador, Deputado Federal ou Deputado Estadual;
- f) Vereador à Câmara Municipal de Curitiba; (CURITIBA, 1990, p. 1).

No entanto, este trecho da Lei 8.670/1995 foi revogado pela Lei 10.930/2004, que suprimiu o conteúdo do inciso, sem substituí-lo por nenhum outro conteúdo (CURITIBA, 2004). Disso concluímos que a Lei 8.670/1995 passou a não estabelecer nenhum prazo em relação ao início do processo de homenagens para pessoas falecidas, sejam elas quem forem.

Entre o Inciso V e o Inciso X, do Artigo 3º da Lei 8.670/1995, são definidos os critérios para a escolha das designações, seguindo alguns princípios das legislações anteriores, tais como o respeito a um distanciamento histórico na designação a partir de fatos do passado, a valorização das tradições locais, regionais e nacionais, e a proibição de designações que pudessem promover efeito propagandístico de pessoas, entidades ou produtos³⁴.

³⁴ Recentemente, legislações estaduais e municipais têm admitido a vinculação de nomes de empresas e demais instituições privadas a determinados bens públicos, dentro de uma prática conhecida como *naming rights*. Neste tipo de ação, o Estado concede o direito à iniciativa privada, para efeitos de publicidade e por tempo limitado, em vincular seu nome a determinados bens públicos, tendo em contrapartida um pagamento que se destinaria à preservação do espaço, ou melhor funcionamento de um determinado serviço público (IKENAGA, 2012). Em Curitiba, o vereador Professor Euler, do MDB apresentou, no ano de 2023, o Projeto de Lei Ordinária nº 005.00212.2023, que instituía a “Política Municipal de cessão onerosa de direito à nomeação (*Naming Rights*) de eventos, estabelecimentos, instalações, equipamentos, edificações e espaços públicos da administração direta e indireta da cidade de Curitiba” (CURITIBA, 2023), proposição que, se aprovada, poderia afetar a nomenclatura de todos os espaços públicos municipais da capital. Porém, em 2024, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara Municipal de Curitiba alertou para o conflito existente entre esta proposição e os termos da LOM e da Lei 8.670/1995, motivo pelo qual ele foi modificado, por iniciativa do próprio vereador, por um substitutivo geral, limitando as parcerias exclusivamente para eventos públicos (CURITIBA, 2024). Dessa forma, a nomeação de equipamentos, instalações, edificações e espaços públicos da administração direta e indireta de Curitiba permanece

- V - referindo-se a fato histórico, este deverá ter ocorrido há mais de 25 (vinte e cinco) anos;
- VI - devem guardar, tanto quanto possível, as tradições locais e lembrar figuras, fatos e datas representativas da história local, nacional ou geral;
- VII - não devem lembrar fatos incompatíveis com o espírito de fraternidade universal;
- VIII - não será permitida a designação com nomes de pessoas jurídicas, de associações ou crenças religiosas, partidos políticos ou com nomes de produtos visando finalidade propagandística;
- IX - não será permitida mais de uma denominação oficial para o mesmo bem público;
- X - não será permitida a identificação de bens públicos de uso especial com a mesma denominação ou nomenclatura utilizada para a identificação de bens públicos de uso comum e vice-versa (CURITIBA, 1995, p. 2).

A Lei 15.085/2017 acrescentou dois incisos ao Artigo 3º da Lei 8.670/1995, que se referem às formas de registro das biografias dos homenageados nas designações de logradouros como ruas, avenidas, alamedas e travessas. A partir da nova legislação, são exigidas que as biografias não constem somente dos projetos de lei que as determinam, mas que também sejam disponibilizadas nas próprias placas de identificação destes logradouros, podendo ser implementadas através da tecnologia de Código QR. Porém, a lei não especifica se esta exigência se estende aos outros tipos de bens públicos municipais.

- XI - as placas de Ruas, Avenidas, Alamedas e Travessas com denominação de nomes próprios, implementadas a partir da publicação da presente lei, deverão constar a biografia resumida do homenageado;
- XII - a biografia que trata o inciso anterior, poderá ser implantada através da ferramenta Código QR (CUITIBA, 2017, p. 1).

A Lei 15.856/2021 inseriu um Parágrafo Único ao Artigo 3º da Lei 8.670/1995, tratando de restrições impostas às homenagens, em consonância com a legislação federal mencionada anteriormente³⁵, e incluindo outros tipos de restrição:

atribuição dos agentes do Estado, sem parcerias de *naming rights* com a iniciativa privada (LÁZARO JR, 2024, não p.). Cabe ressaltar que, apesar da proposta de *naming rights* ter sido rejeitada pela CCJ da Câmara Municipal de Curitiba, já consta da legislação municipal uma norma datada de 2005, que possibilita a “adoção” de logradouros públicos na capital. Trata-se da Lei 11.642/2005, que, apesar de não apresentar nenhuma possibilidade de alteração das nomenclaturas dos bens públicos, “Dispõe sobre a permissão de uso para publicidade, com encargos de conservação de logradouros públicos, e dá outras providências” (CURITIBA, 2005, não p.). A referida lei considera que são logradouros públicos passíveis do processo de adoção, as “praças, parques, bosques, jardinetes, largos, jardins ambientais, eixos de animação, núcleos ambientais, centros esportivos, relógios e canteiros centrais de ruas e avenidas” (CURITIBA, 2005, não p.) e, na prática, concede aos proponentes da adoção, que podem ser pessoas físicas ou jurídicas, o direito de utilizar o espaço adotado para “veicular publicidade alusiva ao acordo celebrado, conforme padrões e modelos a serem estabelecidos pelo Poder Público Municipal” (CURITIBA, 2005, não p.).

³⁵ Tratamos aqui da Lei 12.768/2013, que proíbe homenagens a agentes responsáveis pela prática de trabalho escravo em designações de espaços públicos pertencentes à União ou que contaram com verbas federais (BRASIL, 2013)

Parágrafo único. Fica proibida, no âmbito do Município de Curitiba, a nomenclatura ou denominação de logradouros públicos e bens públicos em homenagem a pessoas que tenham praticado atos de lesa-humanidade, tortura, exploração do trabalho escravo ou infantil ou violação dos direitos humanos, com sentença transitada em julgado. (CURITIBA, 2021, p.1).

Este tipo de complemento demonstra a preocupação dos legisladores com as trajetórias biográficas das pessoas escolhidas para designarem os bens públicos, nomes inscritos na memória coletiva da cidade, que não podem estar ligados a práticas de violação aos direitos humanos. Destacamos que no parágrafo mencionado, as restrições aplicam-se somente para agentes condenados com “sentença transitada em julgado”, ou seja, para aqueles que tiveram direito à ampla defesa segundo as leis brasileiras.

Na continuidade da Lei 8.670/1995, o Artigo 4º detalhava os critérios e trâmites burocráticos para a indicação de homenageados na designação de bens públicos, no que concerne à atuação da Câmara de Vereadores.

Art. 4º - A proposta de denominação de bens públicos será objeto de indicação, apresentada nos termos do art. 116, do Regimento Interno da Câmara Municipal.

§ 1º - A indicação não poderá ter por objeto mais de uma denominação.

§ 2º - A indicação, que deverá atender as exigências dos arts. 3º e 5º desta lei, será encaminhada à Comissão de Educação, Cultura, Bem Estar Social e Ecologia, a qual examinando o mérito, apresentará projeto de lei ou opinará pelo arquivamento da matéria.

§ 3º - A Comissão de Educação, Cultura, Bem Estar Social e Ecologia poderá apresentar projeto de lei denominando, simultaneamente, mais de um bem público.

§ 4º - Acompanharão os projetos de lei, como justificativa, as indicações, deles passando a fazer parte integrante (CURITIBA, 1995, p. 2).

Vale ressaltar as responsabilidades da Comissão de Educação, Cultura, Bem Estar Social e Ecologia³⁶ que, segundo o Artigo 4º da Lei 8.670/1995, atuava como mediadora e autora dos processos de indicação, tendo amplos poderes na designação dos logradouros na cidade. No entanto, apenas dois anos depois, a Lei 9.223/1997 modificou o texto desse artigo, suprimindo as funções da mencionada comissão.

Art. 4º A proposta de denominação de bens públicos será objeto de projeto de lei apresentado nos termos do Art. 110, do Regimento Interno da Câmara Municipal, **estando cada Vereador limitado a apresentar até 12 (doze) projetos de lei por Sessão Legislativa.**

§ 1º Em caso da não utilização do limite estabelecido neste Artigo, poderá o Vereador autorizar, por escrito, a utilização desse limite, em sua totalidade ou não, por parte de outro Vereador.

³⁶ O Artigo 4º da Lei 6.053/1979 havia introduzido a Comissão de Educação, Cultura, Bem Estar Social e Turismo com as mesmas funções. Como a Lei 8.670/1995 não menciona nada em relação à alteração da designação dessa comissão, deduzimos que se trata de uma entidade similar, que teve seu nome alterado.

§ 2º O projeto de lei não poderá ter por objeto mais de uma denominação (CURITIBA, 1997, p. 1, grifos nossos).

Importante destacar que, com o fim da atuação da Comissão de Educação, Cultura, Bem Estar e Ecologia na designação de bens públicos, o poder para indicar os homenageados voltou diretamente para os vereadores, que tinham o direito de apresentar até doze projetos de lei em cada sessão legislativa. Além disso, o Parágrafo 1º do referido artigo detalhava que, caso o vereador não utilizasse essa prerrogativa, poderia cedê-la a outro parlamentar, em parte ou integralmente. Se levarmos em conta que os vereadores de Curitiba se reúnem em sessão plenária duas vezes por semana, o parlamentar que comparecesse em todas as sessões poderia apresentar por mês um total de 96 indicações para designações de bens públicos na capital, sendo que este direito poderia ser cedido no todo ou em parte para outro vereador.

Em 2001, o Artigo 4º da Lei 8.670/1995 sofreu nova alteração por meio da Lei 10.256/2001, que ampliava ainda mais o número de indicações asseguradas para os vereadores nas sessões plenárias.

Art. 4º - A proposta de denominação de bens públicos será objeto de projeto de lei apresentado nos termos do art. 110 do Regimento Interno da Câmara Municipal, **estando cada Vereador limitado a apresentar até 24 (vinte e quatro) projetos de lei por Sessão Legislativa.**

§ 1º - **Em caso de não utilização do limite estabelecido neste artigo, poderá o Vereador autorizar, por escrito, a utilização desse limite, em sua totalidade ou não, por parte de outro Vereador.**

§ 2º - O projeto de lei não poderá ter por objeto mais de uma denominação (CURITIBA, 2001, p. 1, grifos nossos).

Com a possibilidade de indicar até 24 homenageados por sessão legislativa, através dessa normatização os vereadores garantiam o direito de fazer até 192 indicações mensais, permanecendo a prerrogativa de cedê-las a outro parlamentar integral ou parcialmente. Importante ressaltar que, conforme abordado no capítulo 03, que trata da contextualização e do histórico das localidades estudadas, a década de 1990 e o início dos anos 2000 foram períodos em que a cidade teve um grande aumento populacional, o que resultou na expansão urbana para novos limites das periferias, espaços que precisavam ser organizados, nomeados e catalogados. As alterações na legislação permitindo um número tão elevado de indicações de nomeações para os vereadores da capital, demonstra que eles, valorizando esse tipo de tarefa legislativa, não perderam a oportunidade oferecida pelo contexto.

Porém, no ano de 2011, o Artigo 4º da Lei 8.670/1995 sofreu uma nova alteração, através da Lei 13.721/2011, que modificou o texto inicial, reduzindo o número de indicações por vereador para menos da metade do que garantia a Lei de 2001.

Art. 1º O artigo 4º da Lei nº 8.670, de 29 de junho de 1995, alterado pelas Leis nº 9.223, de 15 dezembro de 1997 e 10.256, de 23 de outubro de 2001, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 4º A proposta de denominação de bens públicos será objeto de lei apresentado nos termos do art. 110 do Regimento Interno da Câmara Municipal, **estando cada Vereador limitado a apresentar até 05 (cinco) projetos de lei deste tipo por Sessão Legislativa** (CURITIBA, 2011, p. 1, grifos nossos).

A alteração de 2011 é a que permanece vigente até hoje para a regulamentação de bens públicos em Curitiba, ou seja, cada vereador da cidade possui o direito de indicar até cinco homenageados por sessão plenária, o que resulta em um número de 40 indicações possíveis por mês. A atual legislação manteve a prerrogativa do vereador ceder para outro parlamentar o direito às indicações integral ou parcialmente, caso seja de sua vontade. Ainda que o número de indicações possíveis tenha sido reduzido significativamente diante do que era regulamentado pela Lei 10.256/2001, ele permanece, ao nosso ver, bastante substancial, o que denota a importância dessa matéria para os legisladores locais.

Além das modificações referentes ao papel do Legislativo nas indicações para as designações de bens públicos na capital, o Artigo 4º da Lei 8.670/1995 também teve acrescidos quatro parágrafos complementares, por meio da Lei 10.974/2004. Essa complementação se refere ao processo de registro das nomeações, com a catalogação e divulgação das informações sobre os homenageados.

§ 3º - Acompanharão os projetos de lei justificativa escrita, bem como texto com a descrição sintética da denominação, que deverá constar das placas de nomenclatura.

§ 4º - Quando da substituição das placas de nomenclatura, as novas placas deverão conter texto com a descrição sintética da denominação. Nas avenidas, ruas, travessas e alamedas somente será obrigatório constar a descrição do logradouro na placa da primeira e última quadra.

§ 5º - Os logradouros já denominados terão sua descrição estabelecida a critério do órgão competente o qual deverá elaborar seu texto, e através de instrumento próprio fazer publicar no Diário Oficial do Município, por duas vezes, com intervalo não inferior a 30 dias.

§ 6º - A descrição do logradouro público poderá constar no mobiliário urbano, conforme regulamentação do Executivo Municipal (CURITIBA, 2004, p.1).

A exigência da justificativa por escrito nos projetos de lei para a indicação de homenageados permanece na legislação em vigor de forma semelhante ao que existia na

Lei 6.053/1979. Contudo, o requisito de divulgação desses dados, por meio de “descrição sintética da denominação, que deverá constar das placas de nomenclatura” (CURITIBA, 2004, p. 1), é uma novidade da Lei de 2004, que demonstra uma preocupação com o acesso destas informações para um público mais amplo. Ainda que essa “descrição sintética” do logradouro não esclareça em detalhes quais são as informações devem constar (dados biográficos do homenageado? descrição do evento quando se tratar de fato histórico? caracterização de espécies quando se tratar da fauna ou flora locais?), este é um requisito que complementa e proporciona maior difusão sobre os nomes escolhidos, podendo elucidar, ao menos em parte, o processo de construção dessa memória coletiva.

No Parágrafo 5º, que se refere aos logradouros já denominados, é estabelecido que os “órgãos competentes” devem elaborar um texto descritivo sobre cada um dos bens públicos já designados na capital. Apesar não se esclarecer qual seria o conteúdo desta descrição, nem quais seriam os “órgãos competentes”, os princípios deste parágrafo reforçam a ideia da construção de um acervo mais acessível a respeito da nomenclatura dos bens públicos em Curitiba.

O Artigo 5º da Lei 8.670/1995 trata especificamente da nomeação de pessoas para a designação de diversos tipos de logradouros da cidade. No texto original, a Lei de 1995 reforçava a exigência da apresentação de justificativas para as homenagens, listando alguns requisitos que deveriam constar dos textos biográficos³⁷.

Art. 5º A proposição que vise denominar bens públicos com nome de pessoa, deverá, obrigatoriamente, ser instruída com justificativa escrita, firmada pelo autor, dela devendo constar:

I - a biografia da pessoa homenageada, com dados suficientes para evidenciar seus méritos nos campos da educação, cultura, ciência, letras e artes, política, atividade empresarial, profissional ou filantrópica, ou ainda, em outra forma de atividade humana que, em se tratando de denominação de bem de uso especial, deverá guardar íntima relação, através de atos praticados ou profissões exercidas, com a finalidade a que se destina o uso do bem público a ser nominado;

II - datas de nascimento e falecimento da pessoa homenageada, comprovadas por certidões dos registros públicos competentes, exceto quando a pessoa homenageada se tratar de:

- a) Presidente da República;
- b) Governador do Estado do Paraná;
- c) Prefeito Municipal de Curitiba;
- d) Senador, Deputado Federal ou Deputado Estadual pelo Estado do Paraná;
- e) Vereador à Câmara Municipal de Curitiba;
- f) personagem de irretorquível fama e reputação nacional ou internacional;
- g) quando se tratar de figura de indiscutível projeção no passado histórico nacional, regional ou local (CURITIBA, 1995, p. 3,4).

³⁷ Um número considerável dos homenageados que estudamos, principalmente daqueles que designam bens públicos de uso especial (escolas municipais e postos de saúde), possuem amparo legal da escolha de seu nome segundo os critérios estabelecidos por este artigo da Lei 8.670/1995.

Mesmo que o texto da Lei 8.670/1995 mencione, no Inciso I, que as informações apresentadas nas justificativas devem conter informações biográficas ratificando a homenagem, a definição das áreas em que esse agente poderia atuar para receber a honraria é tão genérica, e o conteúdo do texto é também tão amplo, que pouco se especifica sobre quais são os reais dados biográficos que devem obrigatoriamente constar nos textos de justificativa. Porém, ao tratar dos bens públicos de uso especial, que em nosso recorte de pesquisa englobam as escolas municipais e as unidades básicas de saúde, o Inciso I do Artigo 5º especifica que “em se tratando de denominação de bem de uso especial, [o agente homenageado] deverá guardar íntima relação, através de atos praticados ou profissões exercidas, com a finalidade a que se destina o uso do bem público a ser nominado” (CURITIBA, 1995, p. 3). Esse é um trecho interessante de lei, uma vez que determina um critério de relação para as homenagens entre a trajetória dos agentes agraciados com a honraria, e a função do lugar a ser nomeado.

As exigências do Inciso II, presentes no Artigo 5º da Lei 8.670/1995, definem dados específicos para os textos biográficos, estabelecendo que as datas de nascimento e falecimento devem obrigatoriamente constar dos textos de justificativas, acompanhadas da documentação oficial. Porém, uma alteração da Lei 14.143/2012 reduziu esse detalhamento, exigindo, a partir de então, somente os dados a respeito do falecimento do agente a ser homenageado (CURITIBA, 2012, p. 1). Além disso, o próprio Inciso II abre exceções para este requisito, afirmando que não seria necessário o fornecimento das informações sobre nascimento e falecimento, caso se tratasse de agentes políticos com ligação com o estado do Paraná, ou pessoas de grande reputação e projeção histórica no nível nacional e/ou internacional. Esse tipo de exceção, citada especificamente nas Alíneas “f” e “g”, e que constava também de legislações anteriores, possui princípios abrangentes, que, a nosso ver, permitem a inclusão de uma série de agentes no processo de designação de bens públicos, sem a exigência de uma pesquisa detalhada e da apresentação de dados biográficos específicos, que padronizem a produção deste acervo memorialístico e histórico da cidade.

A Lei 12.555/2007 inseriu a alínea “h”, no Inciso II do Artigo 5º, definindo que “personagem que pelo seu passamento, tenha proporcionado comoção nacional, estadual ou municipal” não necessitaria de apresentação de dados biográficos precisos na justificativa biográfica, e assim ampliou ainda mais esse tipo de exceção nos termos da regulamentação que permanece vigente (CURITIBA, 2007, p. 1).

A Lei 12.657/2008 acrescentou um parágrafo único ao Artigo 5º da Lei 8.670/1995, estabelecendo que “Na proposição de que trata este artigo, deverá constar o nome completo do homenageado, que poderá ser seguido do nome pelo qual era mais conhecido ou como apelido, desde que não considerados pejorativos” (CURITIBA, 2008, p. 1). Esse tipo de consideração já constava da legislação anterior, e foi mantida para a normatização atual.

O Artigo 6º da Lei 8.670/1995, determinava que “As proposições que versem sobre denominação de bens públicos com nome de pessoas compreendidas nas exceções do inciso IV, do art. 3º, somente terão andamento após decorridos 30 (trinta) dias de seu falecimento” (CURITIBA, 1995, p. 4). Contudo, esse trecho da normatização de 1995 foi revogado pela Lei 10.930/2004, sem nenhum tipo de substituição de seu conteúdo, de onde concluímos que atualmente é permitida a designação de bens públicos com o nome de pessoas falecidas, sem nenhum tipo de restrição quanto à data de falecimento. (CURITIBA, 2004).

O Artigo 7º da Lei 8.670/1995 não sofreu nenhum tipo de modificação desde que a norma foi sancionada, e manteve os mesmos princípios da legislação anterior, de 1979.

Art. 7º Terão preferência sobre as demais, para a denominação de logradouros públicos em loteamentos próximos a parques e áreas verdes, as proposições que se referirem a espécimes da fauna, avifauna e flora habitats, pela ordem:

I - local;

II - regional;

III - nacional;

IV - de outros países (CURITIBA, 1995, p. 4).

O Artigo 8º da Lei 8.670/1995 se referia à restrição nas designações de homônimos, estabelecendo que:

Art. 8º Não se denominará bem público com nome de pessoa homônima ou com idêntico patrocínio de outra já homenageada, salvo quando se tratar de pessoa de inquestionável proeminência, caso em que a denominação incorporará o título com que o homenageado era mais conhecido, para efeito de identificação (CURITIBA, 1995, p. 4).

Porém, este artigo sofreu uma alteração, um ano após a publicação da norma de 1995, através da Lei 8.992/1996.

Art. 8º Não se denominará bem público com nome de pessoa homônima ou com idêntico **patronímico** de outra já homenageada, salvo quando se tratar de pessoa de inquestionável proeminência, caso em que a denominação incorporará o título com que o homenageado era mais conhecido, para efeito de identificação (CURITIBA, 1996, p. 1, grifos nossos).

Interessante perceber que a única mudança na nova lei foi da palavra “patrocínio”, substituída pela palavra “patronímico”. Para analisar esta mudança, que suscitou a

elaboração de uma nova lei, recorreremos à definição destes termos, segundo o que consta em um dicionário da língua portuguesa, disponível virtualmente. Nesta fonte, a definição de patrocínio na língua portuguesa se refere a:

Ato de patrocinar, de dar proteção; auxílio, apoio.
 Custeio de um programa, de um espetáculo, de uma disputa esportiva etc; financiamento.
 Ajuda que, normalmente em dinheiro, é oferecida com fins publicitários ou para efeitos de marketing.
 Apoio direcionado às letras, às ciências e às belas-artes, concedido por pessoas ricas; mecenato (DICIO, 2023, não p.).

Já a definição de patronímico, segundo a mesma fonte, se refere a:

Adjetivo - relativo a pai, especialmente ao nome do pai ou a nomes de família.
 Substantivo masculino - sobrenome derivado do nome do pai.
 Designação de cada um dos nomes que exprimem filiação ou descendência. (Rodrigues, filho de Rodrigo, é um patronímico.).
 Nome de família ou dinastia (por opos. a prenome): Afonsinos, dinastia port. dos Afonsos, e Antoninos, dinastia romana, são exemplos de patronímicos. Ver pátrio e gentílico (DICIO, 2023, não p.).

Apesar de terem grafias semelhantes, as duas palavras possuem significados bem diferentes. Nos questionamos se ocorreu um erro no momento do registro do texto da legislação em 1995, corrigido um ano depois, ou se os legisladores inicialmente pensaram no termo patrocínio, e depois avaliaram que patronímico seria mais adequado. Diante da significativa diferença entre os sentidos de ambos os termos, nos parece que a primeira hipótese é mais plausível.

De qualquer forma, o que a normatização atual determina, por meio da utilização da palavra “patronímico”, é que a designação de bens públicos deve evitar a nomeação de homônimos, mesmo se tratando de pessoas diferentes, que tenham o mesmo nome e sobrenome, e pertençam à mesma família. Esta determinação pode reduzir o número de nomeações destinadas a famílias pertencentes à Classe Dominante Tradicional, que costuma preservar laços de tradição e parentesco através da perpetuação de homônimos entre seus membros³⁸. Porém, a ressalva feita no próprio Artigo 8º, estabelecendo que esta restrição se dará “salvo quando se tratar de pessoa de inquestionável proeminência” (CURITIBA, 1996, p. 1), abre espaço para que nomes homônimos de figuras consideradas relevantes sejam permitidos, desde que a denominação incorpore “o título com que o homenageado era mais conhecido, para efeito de identificação” (CURITIBA,

³⁸ Baseamos esta afirmação na constatação empírica das fontes, especialmente de imprensa, onde muitas vezes é difícil identificar um determinado agente de uma família, devido à repetição de seu nome e sobrenome por diversas gerações.

1996, p. 1). Mais uma vez, como é difícil estabelecer um critério claro para o que seria uma “pessoa de inquestionável proeminência”, avaliamos que este artigo, apesar de se propor a evitar nomes homônimos, ainda deixa brechas para que estirpes “proeminentes” perpetuem os nomes de seus membros pertencentes há diversas gerações nas designações de bens públicos de Curitiba.

Os Artigos 9º, 10º, 11º e 12º da Lei 8.670/1995, e suas alterações, tratam dos critérios para a modificação da nomenclatura de bens públicos em Curitiba, estabelecendo, a exemplo da legislação anterior, normas rígidas para este procedimento, dentre as quais destacamos:

- A iniciativa para a alteração deve partir do Poder Executivo ou de projeto de lei subscrito por dois terços da Câmara Municipal (CURITIBA, 1997, p. 1).
- Quando se trata de logradouros como parques, praças, largos, jardinetes, passeios, avenidas, ruas, travessas, alamedas, passarelas, viadutos, trincheiras, pontes ou quaisquer outros espaços destinados ao lazer ou circulação de pessoas ou veículos (espaços que esta legislação denomina de “logradouros públicos”) (CURITIBA, 2008, P. 1) e da nomenclatura de bairros, o projeto de lei para alteração da designação deve conter um documento de concordância assinado por, no mínimo, dois terços dos proprietários de imóveis situados no local, acompanhado de comprovante de propriedade e residência dos signatários (CURITIBA, 1995, p. 5);
- A nova denominação será acrescentada à nomenclatura antiga, que deverá ser precedida do termo “ex”, a não ser em caso de logradouro ainda não emplacado pela Prefeitura (CURITIBA, 1995, p. 5).

O Artigo 16º da Lei 8.670/1995 trata do processo de registro das designações dos bens públicos da capital, determinando que:

Art. 16 - A Câmara manterá, no departamento competente, cadastro atualizado da nomenclatura dos bens públicos do Município, no qual conste a denominação, nome do autor da proposição que a originou, número e data da lei e demais elementos que se fizerem necessários, desde a instalação da primeira legislatura.

§ 1º - A Secretaria Municipal de Administração - SMAD, manterá cadastro geral da nomenclatura dos bens públicos de uso especial da Administração Pública Municipal, Direta ou Indireta, registrando a denominação, o endereço e o bairro de sua localização, o nome do autor da proposição, o número e a data da lei.

§ 2º - Independentemente do que dispõe o § 1º deste artigo, cada unidade da Administração Pública Municipal, Direta ou Indireta, manterá cadastro dos

bens públicos de uso especial diretamente subordinados às suas respectivas áreas de ação, no qual serão registrados os mesmos dados do cadastro geral (CURITIBA, 1995, p. 5,6).

A parte inicial deste trecho da Lei 8.670/1995 aborda a questão do registro e catalogação da documentação sobre a nomeação de bens públicos em Curitiba, fornecendo alguns detalhes administrativos, como a identificação de órgãos responsáveis pela manutenção e/ou criação deste acervo (Câmara Municipal e Secretaria Municipal de Administração – SMAD).

Quando se refere à Câmara Municipal, o Artigo 16º especifica que ela é responsável pela preservação da documentação dos bens públicos, onde conste a denominação, o nome do autor da proposição, a data da lei e “demais elementos que se fizerem necessários, desde a instalação da primeira legislatura” (CURITIBA, 1995, p. 5). Importante perceber que este artigo não especifica a origem da proposição de designação, incumbindo a Câmara Municipal da criação de um cadastro atualizado dos bens públicos do município. Diante disso, é de se esperar que a Câmara, através do seu “órgão competente” possua um acervo de todas as designações, sejam elas projetos do Legislativo, do Executivo ou de iniciativas populares. Porém, segundo a Seção de Arquivo e Documentação Histórica da Câmara Municipal de Curitiba, iniciativas de designações feitas por meio de decreto, e que, portanto, não partiram do Legislativo, não constam de seu acervo³⁹. Como a Lei 8.670/1995 não especifica que a CMC, através de seu órgão competente, teria a responsabilidade de manter um cadastro atualizado somente das designações determinadas por iniciativas do Poder Legislativo, nos parece que esta realidade é uma falha do poder público diante do que determina a legislação.

O Parágrafo 1º do Artigo 16º aponta a Secretaria Municipal de Administração (SMAD) como órgão responsável pela manutenção do registro e acervo de documentos da designação de bens públicos de uso especial que, no caso de nossa pesquisa, compreendem as escolas municipais e as unidades básicas de saúde. Entretanto, a referida secretaria não existe mais na listagem da Prefeitura Municipal de Curitiba, o que acarretou grandes dificuldades em averiguarmos para qual órgão foi transferida a responsabilidade constante do Parágrafo 1º, Artigo 16º, da Lei 8.670/1995 que permanece vigente.

Em comunicação eletrônica, a assessoria no Gabinete Virtual da Prefeitura de Curitiba nos informou que a Secretaria Municipal de Administração (SMAD) foi extinta

³⁹ Ver anexo 39.

e substituída pela Secretaria Municipal de Planejamento e Administração (SEPLAD), por meio da Lei 14.422/2014 (CURITIBA, 2014). Posteriormente, com nova estruturação das secretarias do Executivo curitibano, a SEPLAD também foi extinta através da Lei 15.461/2019, sendo substituída pela Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Pessoal (SMAP) (CURITIBA, 2019)⁴⁰. Em 2021, a Lei 15.906/2021 alterou novamente a legislação, estabelecendo que a SMAP permaneceria com a mesma sigla, porém teria sua denominação alterada para “Secretaria Municipal de Administração, Gestão de Pessoal e Tecnologia da Informação”, possuindo as atribuições de “promover a integração e articulação da gestão administrativa com os demais órgãos do Município, bem como definir, planejar e executar a política geral de recursos humanos e a política de tecnologia da informação do Município” (CURITIBA, 2021, p. 1). O Artigo 10º da Lei 15.461/2019 especifica, por meio de dezenove incisos, quais são as atribuições da Secretaria Municipal de Administração, Gestão de Pessoal e Tecnologia da Informação. Os Incisos V e XVII, do Artigo 10º são os que se referem às atribuições desta secretaria, quanto à preservação da documentação histórica e ao acesso a informações referentes ao município.

(...)

V - implementar e acompanhar a política municipal de arquivos, bem como **garantir o acesso e a proteção ao conjunto de documentos produzidos e recebidos pelos órgãos da administração direta, autárquica e fundacional do Município;**

(...)

XVII - garantir a disponibilidade, a operacionalidade, a segurança e o **acesso aos sistemas de informação e às bases de dados do Município**, de forma a assegurar o seu suporte ao bom funcionamento da Administração Pública Municipal (CURITIBA, 2019, p. 4,5, grifos nossos).

Em contato telefônico estabelecido com a Secretaria Municipal de Administração, Gestão de Pessoal e Tecnologia da Informação, foi relatado que é o Instituto Municipal de Administração Pública (IMAP), através de seu Departamento Institucional, o responsável pela organização do acervo mencionado na Lei 8.670/1995. Apesar dos constantes contatos estabelecidos, não recebemos retorno deste órgão para maiores esclarecimentos.

O Parágrafo 2º do Artigo 16º especifica que, além da Câmara Municipal e da Secretaria Municipal de Administração, “cada unidade da Administração Pública Municipal, Direta ou Indireta, manterá cadastro dos bens públicos de uso especial diretamente subordinados às suas respectivas áreas de ação, no qual serão registrados os

⁴⁰ GABINETE DO PREFEITO. **Pesquisa de doutorado.** Mensagem recebida por lucianabenario@gmail.com 27 out. 2023.

mesmos dados do cadastro geral” (CURITIBA, 1995, p. 6). Isso significa que o acervo a respeito da nomenclatura de escolas municipais e unidades básicas de saúde em Curitiba, deve ser mantido pelas unidades de administração subordinadas direta ou indiretamente às áreas de ação, no nosso entender, a Secretarias Municipal de Educação e a Secretaria Municipal de Saúde.

No que se refere à Secretaria Municipal de Educação, a entidade mantém, em sua página oficial, uma aba denominada “Memória da RME” (Rede Municipal de Educação), onde existe uma listagem dos centros municipais de educação infantil e das escolas municipais de Curitiba. Ao acessar as páginas destas instituições, em alguns casos aparece um histórico com informações detalhadas a respeito do processo de designação, bem como da trajetória do homenageado que nomeia a escola. Em outros casos, entretanto, existem poucas ou nenhuma informação sobre a instituição, seja sobre o processo que culminou em sua designação, ou sobre o agente que foi homenageado neste ato. Por isso, inferimos que a elaboração dos textos mencionados possa ser de responsabilidade das próprias unidades escolares, o que acarretou significativa falta de padronização das informações disponibilizadas (SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO, 2023). Mesmo assim, as informações levantadas nessa fonte foram de grande importância na elaboração das biografias individuais dos homenageados neste tipo de bem público.

A Secretaria Municipal da Saúde também mantém em sua página oficial uma aba denominada “Secretaria”, onde é possível acessar um texto com o histórico da instituição. Apesar de fornecer informações detalhadas sobre a evolução dos serviços de saúde na capital, esta fonte não apresenta nenhuma informação sobre o histórico e os processos de designação das unidades de saúde de Curitiba. Recorremos então ao Arquivo Geral de Saúde, órgão subordinado à Secretaria Municipal de Saúde de Curitiba, mas fomos informados que esta é uma entidade que trabalha somente com o cadastro e catalogação de prontuários de saúde, sem ligação com o acervo sobre o histórico das UBS’s⁴¹. Portanto, apesar dos esforços e insistentes contatos mantidos junto ao poder público, não foi possível determinar junto aos órgãos oficiais do setor da saúde da cidade, se existe uma instituição responsável por cumprir o que determina o Parágrafo 2º, Artigo 16º, da Lei 8.670/1995, e qual instituição seria essa.

Segundo dados levantados na presente pesquisa, os nomes de 18 agentes que integram nosso recorte de estudos foram designados sob a orientação da Lei 8.670/1995:

⁴¹ Ver anexo 41.

TABELLA 11 – AGENTES HOMENAGEADOS SOB A ORIENTAÇÃO DA LEI 8.670/1995 E SUAS ALTERAÇÕES

Nome do (a) agente	Tipo de bem público	Bairro	Ano da aprovação da lei
Reinaldo de Carvalho – Bola	Rua	Ganchinho	1995
Antonia Molina Bella	Rua	CIC	1999
Antonio Bertoldi	Rua	Campo de Santana	2000
José Soares Grobe	Praça	Sítio Cercado	1996
Egídio José Busnardo	Praça	Sítio Cercado	1998
Shingo Kuba	Praça	Tatuquara	1998
Humberto Bertoldi	Praça	CIC	1999
Almir Silva	Praça	Uberaba	2002
Carlos Raul Heler	Praça	Sítio Cercado	2003
João Cândido	Unidade Básica de saúde	Sítio Cercado	2001
Cândido Portinari	Unidade básica de saúde	CIC	1998
Osternack	Unidade básica de saúde	Ganchinho	1998
Rejane Maria Sachette	Escola Municipal	Sítio Cercado	1996
Paulo Freire	Escola municipal	Sítio Cercado	1997
Enéas Marques dos Santos	Escola Municipal	Tarumã	2002
Rachel Mader Gonçalves	Escola Municipal	Uberaba	2002
Helena Kolody	Escola municipal	Campo de Santana	2004
João Batista Brandão Proença – Prof. Brandão	Escola municipal	Alto da Glória	2012

Fonte: A autora (2024).

A legislação vigente a respeito da designação de bens públicos em Curitiba demonstra preocupação das autoridades públicas no estabelecimento de critérios para o rito das nomeações, bem como com a criação de acervos institucionais a respeito dessa memória histórica da cidade. Entretanto, percebemos que, por mais aperfeiçoada que a lei atual seja diante das legislações anteriores, ela ainda é marcada por critérios amplos no que concerne aos princípios sobre quem concede a homenagem, quem recebe a honraria, as informações biográficas exigidas, e as formas e responsabilidades a respeito dos registros e da preservação do acervo. Certamente, as imprecisões aqui apontadas impactam no acesso às informações a respeito da formação destas memórias, ocultamentos que, muitas vezes, podem favorecer práticas de perpetuação de legados e capitais somente a determinadas classes e grupos sociais.

Na presente pesquisa, não encontramos a data precisa de nomeação de um dos bens públicos: a Unidade Básica de Saúde Ouvidor Pardinho (no Centro). A rua Emiliano Perneta e a Praça Zacarias Góes e Vasconcelos (ambas no Centro) foram nomeadas por legislações anteriores a 1948, data que baliza nossa análise.

Para observar a evolução das leis em Curitiba no que se refere a certos critérios estabelecidos com o decorrer do tempo, elaboramos a tabela a seguir, que apresenta cada uma das leis analisadas:

TABELLA 12 – AS LEIS (E SUAS ALTERAÇÕES) SOBRE A NOMEAÇÃO DE BENS PÚBLICOS EM CURITIBA (1948-1995)

Critérios	Leis				
	119/1948	1.140/1955	2.010/1961	6.053/1979	8.670/1995
Engloba todos os tipos de bem públicos	Não	Sim	Sim	Sim	Sim
Determina que as denominações não devem ser extensas	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Estabelece a obrigatoriedade de homenagens póstumas	Sim	Sim	Não	Sim	Sim
Estabelece exceções no prazo para homenagens póstumas	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Define que as homenagens devem ser para pessoas relevantes para a cidade, estado ou país	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Estabelece a necessidade de justificativas por escrito para as homenagens	Não	Sim	Sim	Sim	Sim
Estabelece a necessidade da criação e manutenção de um acervo documental	Não	Sim	Sim	Sim	Sim
Estabelece a identificação por codificação	Não	Não	Não	Sim	Sim
Veta a homenagem para pessoas jurídicas	Não	Não	Não	Sim	Sim

Fonte: A autora (2024).

5- BIOGRAFIAS INDIVIDUAIS

5.1 – AGENTES POLÍTICOS MUNICIPAIS RESPONSÁVEIS PELA INDICAÇÃO DOS HOMENAGEADOS.⁴²

Como foi constatado no capítulo 4, que trata da legislação sobre a nomeação de bens públicos em Curitiba, nomear espaços da cidade é uma atividade importante para os agentes do Poder Legislativo e do Poder Executivo. Por isso, o capítulo sobre as biografias individuais é iniciado com o levantamento dos dados a respeito destes agentes, com o objetivo de compreender quem foram os responsáveis por esses processos, dentro da lógica da acumulação e reconversão de capitais, e da formação do *habitus* da Classe Dominante Tradicional.

TABELA 13 – ORIGEM DAS INDICAÇÕES DE BENS PÚBLICOS EM CURITIBA

PODER EXECUTIVO	PODER LEGISLATIVO	AUSÊNCIA DE DADOS	TOTAL
14	31	4	49

Fonte: A autora (2024).

Apesar da disponibilidade do Setor de Arquivo e Documentação da Câmara Municipal de Curitiba em fornecer os dados requisitados sobre os processos estudados, não foram encontrados nesse acervo informações sobre a origem das indicações de quatro bens públicos da capital: Rua Izaac Ferreira da Cruz, Rua Emiliano Pernet, Praça Zacarias de Góes e Vasconcelos e Unidade Básica de Saúde Ouvidor Pardinho.

Os resumos das trajetórias biográficas dos agentes responsáveis pelas nomeações dos homenageados pertencentes ao recorte da presente pesquisa são apresentados a seguir, listados em ordem alfabética, inicialmente dos membros do poder Legislativo e, posteriormente, dos agentes do poder Executivo.

MEMBROS DO LEGISLATIVO:

Sete nomes de homenageados foram indicados pela Comissão de Educação, Cultura e Turismo: 1981 – Major Antônio Alves da Rocha Loures (nome de praça); 1982

⁴² Nesta parte do texto, apresentamos os resultados da pesquisa referente às biografias dos agentes públicos que indicaram a nomeação dos 49 bens públicos investigados nesta tese, sem englobar os responsáveis pela indicação dos nomes das 17 escolas de referência, uma vez que estes dados não estavam disponíveis quando realizamos a pesquisa para a dissertação de mestrado (PODLASEK, 2020).

– José Angelo Martins (nome de rua); 1983 – Cyro Correia Pereira (nome de rua); 1985 – Avelino Mantovani (nome de rua); 1985 – Robert Redzimski (nome de rua); 1993 – Pompília Lopes dos Santos (Dona Pompília) (nome de escola municipal); 1996 – José Soares Grobe (nome de praça). Por não conseguirmos encontrar informações precisas sobre o agente responsável por estas indicações, elas permanecem sem este tipo de análise.

5.1.1– EDSON MÜHLMANN

Edson Antonio Mühlmann nasceu em Curitiba (PR), no dia 16 de dezembro de 1948. Possuía o Ensino Médio completo (EDSON, 2020), e foi eleito vereador pela primeira vez em 1982, para a 9ª Legislatura (1983-1988), pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), e foi reeleito para a 10ª Legislatura (1989-1992), pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT). No ano de 2020, Mühlmann se candidatou a prefeito na cidade de Peruíbe, no estado de São Paulo, onde residia. Sua candidatura foi pela Partido Rede, e alcançou um total de 103 votos, não conseguindo se eleger (DIÁRIO DA CIDADE, 2024). Nesta eleição, Mühlmann declarou um patrimônio de R\$465.000,00 (quatrocentos e sessenta e cinco mil reais), provenientes de um imóvel (EDSON, 2020).

Edson Mühlmann faleceu em Curitiba, em 31 de janeiro de 2021 (PEREIRA, 2021).

QUADRO 01 – CAPITAIS ACUMULADOS POR EDSON MÜLMANN, A PARTIR DE SUAS ORIGENS E CONEXÕES DE PARENTESCO E SOCIABILIDADES.

IDENTIFICAÇÃO	Nome: Edson Muhlmann Nascimento: Curitiba (PR) – 1948. Falecimento: Curitiba (PR) – 2021.	
CAPITAIS EDUCACIONAIS	Ensino Médio Completo	
CAPITAIS PROFISSIONAIS	Aposentado	
CAPITAIS ECONÔMICOS	2020: Patrimônio de R\$465.000,00, provenientes de um imóvel.	
CAPITAIS POLÍTICOS	1982: eleito vereador em Curitiba pela primeira vez, pelo PMDB. 1989: eleito vereador em Curitiba, pelo PDT. 2020: se candidatou a prefeito em Peruíbe (SP), mas não foi eleito.	
PROPOSIÇÕES	Responsável pela proposição da homenagem a Francisca Toni Mathias (nome de praça)	

FONTE: A autora (2024).

5.1.2 – ELIAS VIDAL

Elias Vidal nasceu em Cerro Azul (PR), no dia 22 de junho de 1937. Foi eleito vereador em Curitiba para a 12ª (1997-2000) e 13ª (2001-2002) legislaturas, respectivamente pelo Partido do Povo Brasileiro (PPB) e Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Em 2006, assumiu como suplente de vereador na 14ª legislatura. Formado em Estudos Sociais e Contabilidade, é apicultor e militar da reserva, e foi presidente da Associação dos Militares da Reserva e Pensionistas das Forças Armadas (PEREIRA, 2021). Em 2008, declarou um patrimônio de R\$771.000,00 (setecentos e setenta e um mil reais), proveniente dos seguintes bens: apiário, casa, dinheiro em espécie, empréstimo, lote, sítio, terreno com casa e automóvel Vectra 2008 (ELIAS, 2008)

No ano de 2009, Elias Vidal e seu filho Edenilson Marcos Vidal foram condenados pela 5ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Paraná por atos de improbidade administrativa, o que resultou no pagamento de multas e na suspensão dos direitos políticos de ambos pelo prazo de oito anos (MPPR, 2009).

QUADRO 02 – CAPITAIS ACUMULADOS POR ELIAS VIDAL A PARTIR DE SUAS ORIGENS E CONEXÕES DE PARENTESCO E SOCIABILIDADES.

IDENTIFICAÇÃO	Nome: Elias Vidal Nascimento: Cerro Azul (PR) – 1937.	
CASAMENTO/ CAPITAIS FAMILIARES	Filho: Edenilson Marcos Vidal.	
CAPITAIS EDUCACIONAIS	Formado em Estudos Sociais e Contabilidade.	
CAPITAIS / PROFISSIONAIS	Apicultor. Militar da reserva. Presidente da Associação dos Militares da Reserva e Pensionistas das Forças Armadas.	
CAPITAIS ECONÔMICOS	Patrimônio de R\$771.000,00, declarado em 2008, proveniente dos seguintes bens: apiário, casa, dinheiro em espécie, empréstimo, lote, sítio, terreno com casa e automóvel Vectra 2008	
CAPITAIS POLÍTICOS	1997: eleito vereador em Curitiba pelo PPB. 2001: reeleito vereador em Curitiba pelo PSDB. 2006: assumiu como suplente de vereador.	
POLÊMICAS	2009: foi condenado juntamente com seu filho, Edenilson Marcos Vidal, por atos de improbidade administrativa, o que resultou no pagamento de multas e na suspensão dos direitos políticos de ambos pelo prazo de oito anos.	
PROPOSIÇÕES	Responsável pela proposição da homenagem ao capitão Shingo Kuba (nome de praça).	

FONTE: A autora (2024).

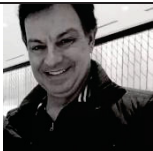
5.1.3 – FABIANO BRAGA CORTES JUNIOR

Fabiano Braga Cortes Junior nasceu em Curitiba, em 26 de setembro de 1958. Era filho do vereador e deputado estadual e federal Fabiano Braga Cortes, primo em segundo

grau do ex-governador Ney Braga, e irmão do vereador de Curitiba Felipe Braga Côrtes (EX-VEREADOR, 2020). Além disso, o agente a quem Fabiano Braga Cortes Júnior indicou a nomeação de uma rua (Joaquim de Siqueira Cortes) era irmão de seu bisavô, Manoel Eufrásio de Siqueira Cortes (GENI, 20204) (MY HERITAGE, 2024).

Formado em Engenharia Florestal, Fabiano Braga Cortes Jr foi eleito vereador por dois mandatos consecutivos (1989-1992 e 1993-1996), pelo Partido da Frente Liberal (PFL). Posteriormente, exerceu os cargos de Secretário Municipal da Comunicação Social (1999-2003), assessor da Casa Civil (2006) e Diretor de Planejamento e Desenvolvimento da URBS (2011-2013). Faleceu em Curitiba, no dia 22 de março de 2020 (PEREIRA, 2021).

QUADRO 03 – CAPITAIS ACUMULADOS POR FABIANO BRAGA CORTES JR, A PARTIR DE SUAS ORIGENS E CONEXÕES DE PARENTESCO E SOCIABILIDADES.

IDENTIFICAÇÃO	Nome: Fabiano Braga Cortes Jr Nascimento: Curitiba (PR) – 1958. Falecimento: Curitiba (PR) – 2020.	
ORIGINES/ CAPITAIS FAMILIARES	Pai: Fabiano Braga Cortes – vereador em Curitiba, e deputado estadual e federal pelo Paraná. Irmão: Felipe Braga Cortes – vereador em Curitiba. Primo em segundo grau – Ney Braga (ex-governador do Paraná). O homenageado (Joaquim de Siqueira Cortes) era irmão de seu bisavô.	
CAPITAIS EDUCACIONAIS	Formado em Engenharia Florestal.	
CAPITAIS ECONÔMICOS	Pertencente à uma tradicional família política, proprietária de terras na cidade da Lapa – PR.	
CAPITAIS POLÍTICOS	1989: eleito vereador em Curitiba pelo PFL. 1993: Reeito vereador em Curitiba pelo PFL. 1999-2003: Secretário Municipal da Comunicação Social 2006: Assessor da Casa Civil. 2011-2013: Diretor de Planejamento e Desenvolvimento da URBS.	
PROPOSIÇÕES	Responsável pela proposição da homenagem para Joaquim de Siqueira Cortes (nome de rua).	

FONTE: A autora (2024).

5.1.4 – HORÁCIO RODRIGUES

Horácio Rodrigues Sobrinho nasceu no Rio de Janeiro (RJ), no dia 29 de agosto de 1938. Filho de Lauro Tavares Rodrigues e Julieta Barbosa Rodrigues, Horácio Rodrigues era empresário do ramo da construção civil e iluminação pública. Em sua carreira política, foi eleito vereador por Curitiba por quatro mandatos (1969-1972/ 1983-1988/ 1989-1992/ 1993-1996), respectivamente pelos partidos: Aliança Renovadora Nacional (ARENA), Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), e Partido

Liberal (PL) nos dois últimos mandatos. Ocupou o cargo de Presidente da Câmara Municipal por três legislaturas e foi eleito suplente de deputado estadual, assumindo o cargo entre os anos de 1997 e 1999 (PEREIRA, 2021) (CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA, 2024).

No ano de 2007, apesar de não possuir mais mandato de vereador, Horácio Rodrigues permanecia na folha de pagamento da Câmara de Curitiba, atuando em cargo comissionado. O então presidente da Casa, João Cláudio Derosso, a princípio negou que o ex-vereador trabalhasse como comissionado, mas, posteriormente, confirmou, juntamente com Departamento de Recursos Humanos da CMC, a nomeação do ex-vereador: “Ele também trabalha com a gente” (LIMA, 2007, não p.).

Casado com Durvalina Amália Fernandes Rodrigues, Horácio Rodrigues teve sete filhos: Lauro (empresário), Alessandra Rodrigues, Paula Rodrigues, Luiz Rodrigues, Ana Paula Rodrigues, Andréia Rodrigues e Alessandro Rodrigues (CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA, 2024) (LISTA, 2019).

Horácio Rodrigues faleceu em Curitiba, no dia 22 de março de 2009 (PEREIRA, 2021).

QUADRO 04 – CAPITAIS ACUMULADOS POR HORÁRICO RODRIGUES, A PARTIR DE SUAS ORIGENS E CONEXÕES DE PARENTESCO E SOCIABILIDADES.

IDENTIFICAÇÃO	Nome: Horácio Rodrigues Nascimento: Rio de Janeiro (RJ) – 1938. Falecimento: Curitiba (PR) – 2009.	
ORIGENS/ CAPITAIS FAMILIARES	Pai: Lauro Tavares Rodrigues. Mãe: Julieta Barbosa Rodrigues.	
CASAMENTO/ CAPITAIS FAMILIARES	Esposa: Durvalina Amália Fernandes Rodrigues. filhos: Lauro (empresário), Alessandra Rodrigues, Paula Rodrigues, Luiz Rodrigues, Ana Paula Rodrigues, Andréia Rodrigues e Alessandro Rodrigues.	
CAPITAIS / PROFISSIONAIS	Empresário do ramo da construção civil e iluminação pública	
CAPITAIS POLÍTICOS	1969: eleito vereador em Curitiba pela ARENA. 1983: eleito vereador em Curitiba pelo PMDB. 1989: eleito vereador em Curitiba pelo PFL 1993: Reeleito vereador em Curitiba pelo PFL. Ocupou o cargo de Presidente da Câmara Municipal por três legislaturas. 1997-1999: assumiu o cargo de suplente de deputado estadual. 2007: nomeado para trabalhar em cargo comissionado da Câmara Municipal de Curitiba.	
PROPOSIÇÕES	Responsável pela proposição da homenagem a Miracy Rodrigues de Araújo (nome de escola municipal)	

FONTE: A autora (2024).

5.1.5 – IVAN RIBAS

Ivan Ribas nasceu em Curitiba (PR), no dia 02 de janeiro de 1938. Foi eleito vereador duas vezes (1977-1983 e 1983-1988), pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que depois se tornou Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) (PEREIRA, 2021). A família de Ivan Ribas pertence à linhagem de Manoel Ribas, político que atuou como interventor e governador do estado do Paraná, entre 1932 e 1937 (MANOEL, 2023) (A MINHA, 2023).

QUADRO 05 – CAPITAIS ACUMULADOS POR IVAN RIBAS, A PARTIR DE SUAS ORIGENS E CONEXÕES DE PARENTESCO E SOCIABILIDADES.

IDENTIFICAÇÃO	Nome: Ivan Ribas Nascimento: Curitiba (PR) – 1938.	
ORIGINES/ CAPITAIS FAMILIARES	A família de Ivan Ribas pertence à linhagem de Manoel Ribas, político que atuou como interventor e governador do estado do Paraná, entre 1932 e 1937.	
CAPITAIS POLÍTICOS	1977: eleito vereador em Curitiba pelo MDB. 1983: Reeleito vereador em Curitiba pelo PMDB. Integrante da linhagem de Manoel Ribas, político que atuou como interventor e governador do estado do Paraná, entre 1932 e 1937	
PROPOSIÇÕES	Responsável pela proposição da homenagem para o Coronel Augusto de Almeida Garret (nome de rua).	

FONTE: A autora (2024).

5.1.6 – JAIRO MARCELINO

Jairo Marcelino nasceu em Curitibanos (SC), em 18 de julho de 1943. Líder comunitário, exerceu o cargo de despachante oficial do DETRAN e foi motorista de ônibus. Eleito pela primeira vez no ano de 1982, permaneceu por 37 anos como vereador, sendo reeleito de forma ininterrupta até seu falecimento no ano de 2020.

Mandatos de Jairo Marcelino: 1983-1988, pelo Partido Democrático Social (PDS); 1989-1992, pelo Partido Liberal (PL); 1993-1996, pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT); 1997-2000, pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT); 2001-2004, pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB); 2005-2008, pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT); 2009-2012, pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT); 2013-2016, pelo Partido Social Democrático (PSD); 2017-2020, pelo Partido Social Democrático (PSD).

Apesar de, nas eleições de 2012, um veículo de imprensa ter publicado que Jairo Marcelino possuía um patrimônio de 3 milhões de reais (CURITIBA, 2012), os arquivos do site do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) não corroboram estes dados, informando que

o patrimônio declarado do vereador na época era de pouco mais de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), patrimônio esse composto por dois terrenos, dois automóveis e um valor depositado em conta bancária (TSE, 2012). Na eleição de 2020, o vereador declarou o valor de R\$395.000,00 (trezentos e noventa e cinco mil reais), patrimônio composto por um automóvel, um sobrado e dinheiro depositado em conta bancária (TSE, 2020).

Jairo Marcelino faleceu em Curitiba, no dia 20 de outubro de 2020 (PEREIRA, 2021).

QUADRO 06 – CAPITAIS ACUMULADOS POR JAIRO MARCELINO, A PARTIR DE SUAS ORIGENS E CONEXÕES DE PARENTESCO E SOCIABILIDADES.

IDENTIFICAÇÃO	Nome: Jairo Marcelino Nascimento: Curitiba (SC) – 1943. Falecimento: Curitiba (PR) – 2020.	
CAPITAIS / PROFISSIONAIS	Despachante oficial do DETRAN. Motorista de ônibus.	
CAPITAIS ECONÔMICOS	2012: possuía um patrimônio de pouco mais de R\$ 300.000,00, composto por dois terrenos, dois automóveis e um valor depositado em conta bancária. 2020: possuía um patrimônio de R\$395.000,00, composto por um automóvel, um sobrado e dinheiro depositado em conta bancária.	
CAPITAIS POLÍTICOS	1983: eleito vereador em Curitiba pelo PDS 1989: eleito vereador em Curitiba pelo PL. 1993: eleito vereador em Curitiba pelo PDT. 1997: eleito vereador em Curitiba pelo PDT. 2001: eleito vereador em Curitiba pelo PSB. 2005: eleito vereador em Curitiba pelo PDT. 2009: eleito vereador em Curitiba pelo PDT. 2013: eleito vereador em Curitiba pelo PSD. 2017: eleito vereador em Curitiba pelo PSD. Permaneceu 37 anos como vereador.	
PROPOSIÇÕES	Responsável pela proposição da homenagem para Jair Coelho (nome de rua).	

FONTE: A autora (2024).

5.1.7 – JOÃO CLAUDIO DEROSSO

João Claudio Derosso nasceu em Curitiba, no dia 15 de abril de 1957. Era neto de Francisco Derosso (imigrante italiano, dono de uma propriedade rural no bairro Xaxim em Curitiba) (O PARANÁ, 1949), e filho de João Derosso (vereador que exerceu o mandato por mais de 25 anos na capital paranaense) (OLIVEIRA, 2012, p. 183).

João Claudio Derosso é formado em Engenharia Cartográfica pela Universidade Federal do Paraná e em Administração de Empresas pela Universidade Tuiuti do Paraná. Ingressou na vida política em 1988, quando foi eleito vereador em Curitiba pelo Partido Liberal (PL), conseguindo a reeleição para o cargo em 1992 (pelo Partido Democrático Trabalhista – PDT), 1996 (pelo Partido Democrático Trabalhista – PDT), 2000 (pelo Partido da Frente Liberal – PFL), 2004 (pelo Partido da Social Democracia Brasileira –

PSDB) e 2008 (pelo Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB). Durante seis mandatos, João Cláudio Derosso exerceu o cargo de Presidente da Câmara Municipal entre 1997 e 2012, tendo também atuado como Primeiro Secretário do Legislativo Municipal, Presidente da Comissão que elaborou a Lei Orgânica do Município, e Presidente da Comissão de Urbanismo (CARRICONDE, 2022) (OLIVEIRA, 2012) (PEREIRA, 2021).

João Claudio Derosso foi casado com a jornalista Claudia Queiroz Guedes, proprietária da agência de publicidade *Oficina da Notícia*, e nomeada para cargo comissionado na TV Educativa do Paraná, durante o governo de Carlos Alberto Richa (OLIVEIRA, 2012, p. 184).

No ano de 2011, Derosso e sua então esposa foram denunciados por um esquema de nepotismo, que também envolvia a sogra do parlamentar, Noêmia Queiroz Gonçalves dos Santos, e a sua cunhada, Renata Queiroz Gonçalves dos Santos (BENDLIN, 2011). Neste mesmo contexto, Cláudia Guedes foi acusada de participar de um esquema de corrupção com Derosso, através de sua empresa de publicidade.

Em 2012, escândalo revelado na imprensa mostrou que contratou agência de publicidade pertencente a Cláudia Guedes (esposa dele à época), de 2006 a 2011, pagando cerca de R\$ 34 milhões em verba pública, segundo o Tribunal de Contas do Estado (TCE) (CARRICONDE, 2022, não p.).

As denúncias resultaram na criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, e no julgamento do vereador pelo Conselho de Ética da Câmara Municipal de Curitiba, que decidiu inocentá-lo. Contudo, posteriormente, em 2012, Derosso teve seu mandato cassado pela Justiça Eleitoral, por infidelidade Partidária (CARRICONDE, 2022).

No ano de 2012, exerciam cargos como servidores na Câmara Municipal de Curitiba quatro agentes com o sobrenome Derosso: Fábio Derosso Teixeira (analista de sistemas), Fátima Aparecida Derosso Chu (procuradora jurídica), Jucilene Derosso (assessora parlamentar) e Maria Helena Derosso (bibliotecária) (OLIVEIRA, 2012, p. 186). Em 2016, Maria Helena Derosso, irmã de João Cláudio Derosso, concorreu ao cargo de vereadora na capital paranaense, pelo Partido Humanista da Solidariedade (PHS), quando obteve o total de 1.413 votos, não conseguindo se eleger (G1, 2016).

Na história do Executivo municipal, “A família Derosso esteve continuamente no legislativo curitibano por 49 anos, constituindo-se no maior período em que uma família permaneceu com influência no legislativo municipal neste período estudado (...)” (BERNARDI, 2015, p. 29).

FIGURA 04 – PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA DEROSSO NO LEGISLATIVO MUNICIPAL DE CURITIBA

FAMÍLIA DEROSSO			
	LEGISLATURA	PERÍODO	CARGOS NA MESA
JOÃO DEROSSO (Pai)	5ª.	1963 a 1968	Nenhum
	6ª.	1968 a 1973	2º. Vice-Presidente 1º. Suplente de Secretaria
	7ª.	1973 a 1977	2º. Vice-Presidente 1º. Secretário
	8ª.	1977 a 1981	1º. Vice-Presidente
	Leg. Especial	1981 a 1983	Nenhum
	9ª.	1983 a 1988	2º. Vice Presidente
JOÃO CLAUDIO (CAIO) DEROSSO (Filho)	10ª.	1989 a 1992	1º. Secretário
	11ª.	1993 a 1996	Nenhum
	12ª.	1997 a 2000	Presidente Presidente
	13ª.	2001 a 2004	Presidente Presidente
	14ª.	2005 a 2008	Presidente Presidente
	15ª.	2009 a 2012	Presidente Presidente (cassado)

FONTE: BERNARDI, 2015, P. 29

No ano de 2009, quando era Presidente da Câmara Municipal de Curitiba, João Cláudio Derosso possuía o maior patrimônio declarado ao Tribunal Superior Eleitoral, com o total equivalente a R\$1,93 milhão (um milhão novecentos e trinta mil reais), entre os 22 bens declarados. Além desse patrimônio, o vereador recebia por mês o salário de R\$15.000,00 (quinze mil reais) (KOHLBACH, 2009).

Interessante pontuar que, nos dados declarados ao TSE na eleição de 2008, onde normalmente os candidatos assinalam a profissão exercida no quesito “ocupação”, João Claudio Derosso assinalou “vereador”, do que deduzimos que ele encarava esse cargo político como sua principal ocupação profissional (TSE, 2008). Sobre esse mesmo quesito, nos dados referentes à eleição de 2004, os registros do agente apontam que ele assinalou a ocupação como “Senador, deputado e vereador”. No entanto, não encontramos nenhum registro sobre a atuação de Derosso nos dois primeiros cargos políticos ali mencionados (TSE, 2004).

QUADRO 07 – CAPITAIS ACUMULADOS POR JOÃO CLÁUDIO DEROSSO, A PARTIR DE SUAS ORIGENS E CONEXÕES DE PARENTESCO E SOCIABILIDADES.

IDENTIFICAÇÃO	Nome: João Cláudio Derosso Nascimento: Curitiba (PR) – 1957.	
ORIGINES/ CAPITAIS FAMILIARES	Pai: João Derosso – vereador que exerceu o mandato por mais de 25 na capital paranaense.	

	Avô: Francisco Derosso - imigrante italiano, dono de uma propriedade rural no bairro Xaxim em Curitiba.
CASAMENTO/ CAPITAIS FAMILIARES	Esposa: Claudia Queiroz Guedes – jornalista, proprietária da agência de publicidade Oficina da Notícia, e nomeada para cargo comissionado na TV Educativa do Paraná, durante o governo de Carlos Alberto Richa.
CAPITAIS EDUCACIONAIS	Formado em Engenharia Cartográfica pela Universidade Federal do Paraná e em Administração de Empresas pela Universidade Tuiuti do Paraná.
CAPITAIS PROFISSIONAIS	Na eleição de 2008, declarou que sua ocupação profissional era o cargo de vereador de Curitiba.
CAPITAIS ECONÔMICOS	2008: R\$1,93 milhão de patrimônio composto por 22 bens declarados ao TSE (20 imóveis e 02 automóveis).
CAPITAIS POLÍTICOS	1988: eleito vereador em Curitiba pelo PL. 1992: eleito vereador em Curitiba pelo PDT. 1996: eleito vereador em Curitiba pelo PDT. 2000: eleito vereador em Curitiba pelo PFL. 2004: eleito vereador em Curitiba pelo PSDB. 2008: eleito vereador em Curitiba pelo PSDB. 1997 – 2012: Presidente da Câmara Municipal de Curitiba. Também foi Primeiro Secretário do Legislativo Municipal, Presidente da Comissão que elaborou a Lei Orgânica do Município, e Presidente da Comissão de Urbanismo.
POLÊMICAS	2011: Derosso e sua então esposa foram denunciados por um esquema de nepotismo. 2011: Cláudia Guedes foi acusada de participar de um esquema de corrupção com Derosso, através de sua empresa de publicidade. As denúncias resultaram na criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, e no julgamento do vereador pelo Conselho de Ética da Câmara Municipal de Curitiba, que decidiu inocentá-lo. 2012: Derosso teve seu mandato cassado pela Justiça Eleitoral, por infidelidade Partidária.
PROPOSIÇÕES	Responsável pela proposição da homenagem para Antônio Bertoldi (nome de rua) e para Rejane Maria Silveira Sachette (nome de escola municipal).

FONTE: A autora (2024).

5.1.8 – JOÃO QUEIRÓZ MACIEL

João Queiróz Maciel nasceu em Piraí do Sul (PR), em 1924. Era formado em Farmácia e Direito, e foi delegado da Polícia Civil. Eleito vereador pela primeira vez em 1973, pela Aliança Renovadora Nacional (ARENA), foi reeleito em 1982, permanecendo no cargo até o ano de 1988 (mandato concluído no Partido Democrático Social – PDS) (EX-VEREADOR, 2008).

João Queiróz Maciel faleceu em Curitiba, no dia 23 de maio de 2008 (EX-VEREADOR, 2008).

QUADRO 08 – CAPITAIS ACUMULADOS JOÃO QUEIRÓZ MACIEL, A PARTIR DE SUAS ORIGENS E CONEXÕES DE PARENTESCO E SOCIABILIDADES.

IDENTIFICAÇÃO	Nome: João QUEIRÓZ MACIEL Nascimento: Piraí do Sul (PR) – 1924. Falecimento: Curitiba (PR) – 2008.	

CAPITAIS EDUCACIONAIS	Formado em Farmácia e Direito
CAPITAIS / PROFISSIONAIS	Foi delegado da Polícia Civil
CAPITAIS POLÍTICOS	1973: eleito vereador em Curitiba pela ARENA 1982: reeleito vereador em Curitiba pela ARENA, com o mandato concluído no PDS.
PROPOSIÇÕES	Responsável pela proposição da homenagem para Ignês Lourdes Gomes de Macedo (nome de rua)

FONTE: A autora (2024).

5.1.9 – JÔNATAS PIRKIEL

Jônatas Pirkiel nasceu em Curitiba (PR), no dia 1º de fevereiro de 1959. É advogado, formado pela Faculdade de Direito de Curitiba, eleito vereador para a 10ª Legislatura da capital paranaense (1989-1992), pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Como suplente de vereador na capital, tomou posse na 12ª (1999), 13ª (2003), 14ª (2005) e 15ª (2009) legislaturas. Nas eleições de 2008, Jonatas Pirkiel declarou ao Tribunal Superior Eleitoral possuir um patrimônio de pouco mais de R\$ 155.000,00 (cento e cinquenta e cinco mil reais), composto por dois imóveis, um automóvel e recursos em dinheiro provenientes da atuação como advogado (TSE, 2008).

Atualmente, Pirkiel está sem mandato, e atua como advogado em Curitiba (PEREIRA, 2021) (VEREADOR, 2003). No ano de 2007, apesar de não possuir mais mandato de vereador, Pirkiel continuava trabalhando na Câmara Municipal em um cargo comissionado, por indicação do então presidente da casa, João Cláudio Derosso. Na época, o próprio ex-vereador comentou sobre sua atuação na Câmara:

Trabalho direto com os vereadores. Aceitei o convite do Derosso e venho todos os dias à Câmara. Trabalhei na campanha do ex-prefeito Cássio Taniguchi no ano passado, quando ele foi candidato a deputado federal. Tinha uma expectativa de ir para a prefeitura, mas não ocorreu e o Derosso me chamou para trabalhar com ele (LIMA, 2007, não p.).

QUADRO 09 – CAPITAIS ACUMULADOS POR JÔNATAS PIRKIEL, A PARTIR DE SUAS ORIGENS E CONEXÕES DE PARENTESCO E SOCIABILIDADES.

IDENTIFICAÇÃO	Nome: Jonatas Pirkiel Nascimento: Curitiba (PR) – 1959.	
CAPITAIS EDUCACIONAIS	Graduado pela Faculdade de Direito de Curitiba.	
CAPITAIS / PROFISSIONAIS	Atualmente está sem mandato, e atua como advogado em Curitiba.	

CAPITAIS ECONÔMICOS	2008: declarou ao Tribunal Superior Eleitoral possuir um patrimônio de pouco mais de R\$ 155.000,00, composto por dois imóveis, um automóvel e recursos em dinheiro provenientes da atuação como advogado.
CAPITAIS POLÍTICOS	1989: eleito vereador em Curitiba pelo PMDB. 1999-2005: tomou posse como suplente de vereador em Curitiba. 2006: trabalhou na campanha do ex-prefeito de Curitiba, Cássio Taniguchi, para deputado federal. 2007: trabalhou em cargo comissionado na Câmara Municipal de Curitiba, a convite do então presidente da casa, João Cláudio Derosso.
PROPOSIÇÕES	Responsável pela proposição da homenagem a Humberto Bertoldi (nome de praça)

FONTE: A autora (2024).

5.1.10 – JOSÉ GORSKI

Filho de Alberto Gorski e Anna Gorski, imigrantes poloneses, José Gorski nasceu em Curitiba, no dia 26 de março de 1934. Eleito vereador em Curitiba no ano de 1973, tomou posse pela primeira vez na 7ª Legislatura (1973-1976), sendo reeleito consecutivamente para outro cinco mandatos, respectivamente pelos seguintes partidos: Aliança Renovadora Nacional (ARENA) por duas legislaturas, Partido Democrático Social (PDS), Partido Democrático Trabalhista (PDT) por três legislaturas (PEREIRA, 2021) (GARCIA, 2021). Em 2004 e 2012 foi eleito suplente de vereador, tendo declarado neste último ano o patrimônio de pouco mais de R\$115.000,00 (cento e quinze mil reais), patrimônio esse composto por três imóveis (TSE, 2012).

José Gorsky se casou com Wilma Gorsky na década de 1950, possuía o Ensino Médio incompleto (UOL, 2012) (FERNANDES, 2010), e exercia a profissão de servidor público municipal (TSE, 2012)⁴³. No ano de 2007, apesar de não possuir mais mandato de vereador, José Gorsky permanecia na folha de pagamento da Prefeitura de Curitiba, registrado em cargo comissionado (LIMA, 2007).

QUADRO 10 – CAPITAIS ACUMULADOS POR JOSÉ GORSKI, A PARTIR DE SUAS ORIGENS E CONEXÕES DE PARENTESCO E SOCIABILIDADES.

IDENTIFICAÇÃO	Nome: José Gorski Nascimento: Curitiba (PR) – 1934	
ORIGINES/ CAPITAIS FAMILIARES	Pai: Alberto Gorsky – imigrante polonês. Mãe: Anna Gorski – imigrante polonesa.	
CASAMENTO/ CAPITAIS FAMILIARES	Esposa: Wilma Gorski	

⁴³ Na fonte consultada, não existiam maiores informações a respeito de qual tipo de ocupação o referido agente exercia no serviço público municipal (TSE, 2012).

CAPITAIS EDUCACIONAIS	Ensino Médio incompleto
CAPITAIS PROFISSIONAIS	Servidor público municipal. Ocupou cargo comissionado na Prefeitura de Curitiba em 2007.
CAPITAIS ECONÔMICOS	2012: patrimônio de pouco mais de R\$115.000,00, composto por três imóveis.
CAPITAIS POLÍTICOS	1973: eleito vereador em Curitiba pela ARENA. 1977: reeleito vereador em Curitiba pela ARENA. 1983: reeleito vereador em Curitiba pelo PDS. 1989: reeleito vereador em Curitiba pelo PDT. 1993: reeleito vereador em Curitiba pelo PDT. 1997: reeleito vereador em Curitiba pelo PDT. Permaneceu 28 anos consecutivos como vereador. 2007: nomeado em cargo comissionado da Prefeitura de Curitiba.
PROPOSIÇÕES	Responsável pela proposição da homenagem a Egydio José Busnardo (nome de praça).

FONTE: A autora (2024).

5.1.11 – JULIETA REIS

Julieta Maria Braga Cortes Fialho dos Reis nasceu no dia 29 de agosto de 1947, em Curitiba. Filha de Ester Salomon Braga Cortes e João Antônio Braga Cortes, faz parte de uma tradicional família política do Paraná. O pai de Julieta Reis foi deputado estadual e era primo de Ney Braga (político paranaense, foi prefeito de Curitiba, deputado, senador e governador do estado) (MEMÓRIAS PARANÁ, 2023) (CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA, 2021) (PARANÁ, 2023). Julieta Reis é trineta do Coronel Euphrasio de Siqueira Cortes, político e proprietário de terras na cidade da Lapa (PR).

Segundo Oliveira (2012, p. 226), Julieta Reis faz parte de um importante grupo político familiar do Paraná, a família Braga, composta por figuras de destaque no campo político local, como o governador Ney Braga, o Deputado estadual e federal Fabiano Braga Cortes, o vereador Felipe Braga Cortes, o vereador e membro da diretoria de Planejamento e Desenvolvimento da URBS de Curitiba Fabiano Braga Cortes Junior, a funcionária do Tribunal de Contas do Paraná Nice Maria Braga e o deputado estadual Tony Garcia.

Julieta Reis estudou no Colégio Professor Cleto, no Colégio Nossa Senhora de Sion, e se formou em Artes Plásticas pela Escola de Música e Belas Artes do Paraná e em Didática do Desenho pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR). No ano de 1974, começou a carreira no funcionalismo público municipal, atuando na Diretoria de Relações Públicas e Promoções da Prefeitura de Curitiba (MEMÓRIAS PARANÁ, 2023) (CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA, 2021).

A carreira política de Julieta Reis teve início em 1996, quando foi eleita vereadora em Curitiba na 12ª legislatura, sendo reeleita consecutivamente para outros cinco mandatos, respectivamente pelo Partido da Frente Liberal (PFL), por três legislaturas, e pelo Partido Democratas (DEM), em outras três legislaturas. Ao todo, Julieta Reis permaneceu como vereadora em Curitiba entre os anos de 1997 e 2020 (PEREIRA, 2021). Nas eleições de 2020, Julieta Reis declarou possuir um patrimônio de pouco mais de R\$1.599.000,00 (um milhão quinhentos e noventa e nove mil reais), composto por dois imóveis, dois automóveis e valores depositados em uma conta bancária (TSE, 2020). Apesar da carreira no funcionalismo público, nos dados de 2020, Julieta Reis assinalou “vereador” como sua ocupação, o que denota a compreensão do cargo político como uma ocupação profissional (TSE, 2020).

Julieta Reis casou-se com José Amorim Fialho dos Reis (engenheiro), com quem teve três filhos: Tatiana Braga Côrtes Reis, Roberto Braga Côrtes Reis e Rodrigo Braga Côrtes Reis (advogado e economista, eleito vereador em Curitiba para a 18ª legislatura, pelo Partido União Brasil) (MEMÓRIAS PARANÁ, 2023) (CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA, 2023).

QUADRO 11 – CAPITAIS ACUMULADOS POR JULIETA REIS, A PARTIR DE SUAS ORIGENS E CONEXÕES DE PARENTESCO E SOCIABILIDADES.

IDENTIFICAÇÃO	Nome: Julieta Maria Braga Cortes Fialho dos Reis. Nascimento: Curitiba (PR) – 1947. 
ORIGINES/ CAPITAIS FAMILIARES	Pai: João Antônio Braga Cortes – deputado estadual Mãe: Ester Salomon Braga Cortes. Demais membros da família de Julieta Reis com destaque no campo político paranaense: governador Ney Braga, o deputado estadual e federal Fabiano Braga Côrtes, o vereador Felipe Braga Côrtes, o vereador e membro da diretoria de Planejamento e Desenvolvimento da URBS de Curitiba Fabiano Braga Cortes Junior, a funcionária do Tribunal de Contas do Paraná Nice Maria Braga e o deputado estadual Tony Garcia.
CASAMENTO/ CAPITAIS FAMILIARES	Esposo: José Amorim Fialho dos Reis – engenheiro. Filhos: Tatiana Braga Côrtes Reis, Roberto Braga Côrtes Reis e Rodrigo Braga Côrtes Reis (advogado e economista, eleito vereador em Curitiba para a 18ª legislatura, pelo Partido União Brasil).
CAPITAIS EDUCACIONAIS	Estudou no Colégio Professor Cleto, no Colégio Nossa Senhora de Sion, e se formou em Artes Plásticas pela Escola de Música e Belas Artes do Paraná e em Didática do Desenho pela PUC-PR.
CAPITAIS / PROFISSIONAIS	1974: ingressou no funcionalismo público municipal, atuando na Diretoria de Relações Públicas e Promoções da Prefeitura de Curitiba. Atua como vereadora na capital.
CAPITAIS ECONÔMICOS	2020: declarou possuir um patrimônio de pouco mais de R\$1.599.000,00, composto por dois imóveis, dois automóveis e valores depositados em uma conta bancária.

CAPITAIS POLÍTICOS	1996: eleita vereadora em Curitiba pelo PFL. 2000: reeleita vereadora em Curitiba pelo PFL. 2004: reeleita vereadora em Curitiba pelo PFL. 2008: reeleita vereadora em Curitiba pelo DEM. 2012: reeleita vereadora em Curitiba pelo DEM. 2016: reeleita vereadora em Curitiba pelo DEM. Permaneceu como vereadora por 27 anos.
PROPOSIÇÕES	Responsável pela proposição da homenagem a Rachel Mader Gonçalves (nome de escola municipal)

FONTE: A autora (2024).

5.1.12 – LAURO DE CARVALHO CHAVES

Lauro Chaves nasceu no ano de 1920, e exerceu o cargo de vereador durante 26 anos em Curitiba. Era tenente da aeronáutica, e iniciou sua carreira política no MDB (Movimento Democrático Brasileiro), como suplente de vereador, em 1959. Em sua trajetória, Lauro de Carvalho Chaves exerceu o cargo de vereador por várias legislaturas, foi vice-presidente da Câmara por duas vezes, e de líder do MDB (posteriormente denominado PMDB). Era um vereador atuante na região do bairro Bacacheri, em Curitiba, sendo considerado um dos responsáveis pela criação do Parque Iberê de Matos (Parque Bacacheri). Lauro Chaves faleceu no ano de 2003 (SCHÄFER, 2003).

QUADRO 12 – CAPITAIS ACUMULADOS POR LAURO DE CARVALHO CHAVES, A PARTIR DE SUAS ORIGENS E CONEXÕES DE PARENTESCO E SOCIABILIDADES.

IDENTIFICAÇÃO	Nome: Lauro de Carvalho Chaves Nascimento: 1920 Falecimento: 2003
CAPITAIS / PROFISSIONAIS	Tenente da Aeronáutica.
CAPITAIS POLÍTICOS	1959: iniciou sua carreira política no MDB, como suplente de vereador. Foi vice-presidente da Câmara por duas vezes, e de líder do MDB. Era um vereador atuante na região do bairro Bacacheri, em Curitiba, sendo considerado um dos responsáveis pela criação do Parque Iberê de Matos. Exerceu o cargo de vereador por 26 anos (ao menos 5 mandatos).
PROPOSIÇÕES	Responsável pela proposição da homenagem para Mário Gasparin (nome de rua)

FONTE: A autora (2024).

5.1.13 – MARCOS ISFER

Marcos Valente Isfer nasceu em Curitiba (PR), no dia 03 de outubro de 1955. É filho de Luyr e Eliete Isfer, e neto de Abib Isfer⁴⁴ (PEREIRA, 2021) (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, 2023).

Marcos Isfer estudou no Colégio Militar de Curitiba, e se graduou em Direito pela Faculdade de Direito de Curitiba (ISFER, 2024).

A carreira política de Marcos Isfer se iniciou na Câmara Municipal de Curitiba em 1987, quando ele assumiu o cargo de suplente de vereador. Posteriormente, foi eleito vereador na 10ª e 11ª legislaturas, em ambas as vezes pelo Partido da Frente Liberal (PFL). Em 2002, foi eleito deputado estadual pelo Paraná na 15ª Legislatura (2003-2006) pelo Partido Popular Socialista (PPS), atual CIDADANIA, e foi Presidente da Urbanização de Curitiba S/A (URBS) entre 2009 e 2012 (PEREIRA, 2021).

Nas eleições de 2006, Isfer declarou possuir um patrimônio de pouco mais de R\$ 1.409.000,00 (um milhão quatrocentos e nove mil reais), composto por 15 imóveis, 2 automóveis e 50% das cotas da empresa Valentes Participações Societárias Ltda. Nesta mesma declaração, o agente assinalou a ocupação principal como “deputado”. Anteriormente, nas eleições de 2008, havia assinalado a profissão de advogado como ocupação principal (MARCOS, 1998) (MARCOS, 2006).

QUADRO 13 – CAPITAIS ACUMULADOS POR MARCOS ISFER, A PARTIR DE SUAS ORIGENS E CONEXÕES DE PARENTESCO E SOCIABILIDADES.

IDENTIFICAÇÃO	Nome: Marcos Valente Isfer Nascimento: Curitiba (PR) – 1955.	
ORIGINES/ CAPITAIS FAMILIARES	Pai: Luyr Isfer. Mãe: Eliete Isfer. Avô: Abib Isfer – trabalhou como guarda-livros, se dedicou ao ramo de seguros, fundando com outros integrantes da família as empresas <i>Piratininga Cia. de Seguros Gerais</i> e <i>Cia. de Seguros Aliança Brasileira</i> ; foi um renomado membro da Federação Espírita do Paraná.	
CAPITAIS EDUCACIONAIS	estudou no Colégio Militar de Curitiba. Graduou-se em Direito pela Faculdade de Direito de Curitiba	
CAPITAIS PROFISSIONAIS	1998: assinalou o cargo de advogado como ocupação principal. 2006: assinalou o cargo de deputado como ocupação principal.	
CAPITAIS ECONÔMICOS	2006: declarou possuir um patrimônio de pouco mais de R\$ 1.409.000,00 (um milhão quatrocentos e nove mil reais), composto por 15 imóveis, 2 automóveis e 50% das cotas da empresa Valentes Participações Societárias Ltda.	
CAPITAIS POLÍTICOS	1987: tomou posse como suplente de vereador em Curitiba. 1988: eleito vereador em Curitiba pelo PFL.	

⁴⁴ A família Isfer é originária da imigração libanesa e, em Curitiba, o avô de Marcos Isfer, Abib Isfer trabalhou como guarda-livros e, posteriormente, se dedicou ao ramo de seguros, fundando com outros integrantes da família as empresas *Piratininga Cia. de Seguros Gerais* e *Cia. de Seguros Aliança Brasileira*. Abib Isfer foi um renomado membro da Federação Espírita do Paraná (PILOTO, 2013).

	1992: reeleito vereador em Curitiba pelo PFL. 2002: eleito deputado estadual pelo Paraná pelo PPS. 2009-2012: Presidente da Urbanização de Curitiba S/A (URBS) entre 2009 e 2012.
PROPOSIÇÕES	Responsável pela proposição da homenagem a José Bório (nome de praça) e Matias Alenor Martins (nome de praça).

FONTE: A autora (2024).

5.1.14 – MÁRIO CELSO PUGLIELLI

Mario Celso Puglielli da Cunha nasceu em Curitiba (PR), no dia 17 de julho de 1946, filho de Jacinto Manoel da Cunha (radialista pioneiro no Paraná) e Lyzete Ribas Puglielli da Cunha (conhecida como Zezé Ribas, era cantora e apresentadora de programas de rádio no Paraná, e funcionária da Secretaria de Estado da Saúde Pública, do Tribunal de Contas e da Assembleia Legislativa do Paraná) (CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA, 2024) (PEREIRA, 2021) (INSPIRAÇÃO SUBSTANTIVO FEMININO, 2022).

Mário Celso é jornalista, radialista e, desde 1988, exerce cargo de funcionário de carreira na Companhia de Saneamento do Paraná (SANEPAR). Foi eleito vereador pela primeira vez em 1977 (pelo Movimento Democrático Brasileiro - MDB), renunciando em 1979 para assumir o cargo de deputado estadual. Posteriormente foi eleito vereador por mais cinco vezes (entre 1989 e 2012), respectivamente pelos seguintes partidos: Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), Partido Liberal (PL), Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e Partido Socialista Brasileiro (PSB) – por duas vezes (PEREIRA, 2021).

No ano de 2010, Mario Celso declarou ao TSE possuir um patrimônio de pouco mais de 897.440,00 (oitocentos e noventa e sete mil quatrocentos e quarenta reais), composto por 3 imóveis, 2 automóveis e valores depositados em contas bancárias. Na mesma fonte, conta que o vereador possuía na época o grau de instrução do Ensino Superior incompleto (TSE, 2010).

Mário Celso é casado com Leni Mendes da Cunha, e tem três filhos: Rosângela do Rocio, Margareth do Rocio e Mario Celso Junior (advogado, concorreu ao cargo de vereador em Curitiba nas eleições de 2012, mas não foi eleito) (UOL, 2024) (CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA, 2024).

QUADRO 14 – CAPITAIS ACUMULADOS POR MÁRIO CELSO PUGLIELLI, A PARTIR DE SUAS ORIGENS E CONEXÕES DE PARENTESCO E SOCIABILIDADES.

IDENTIFICAÇÃO	Nome: Mario Celso Puglielli da Cunha Nascimento: Curitiba (PR) – 1946. 
ORIGINES/ CAPITAIS FAMILIARES	Pai: Jacinto Manoel da Cunha – radialista pioneiro no Paraná. Mãe: Lizete Ribas Puglielli da Cunha – conhecida como Zezé Ribas, era cantora e apresentadora de programas de rádio no Paraná, e funcionária da Secretaria de Estado da Saúde Pública, do Tribunal de Contas e da Assembleia Legislativa do Paraná.
CASAMENTO/ CAPITAIS FAMILIARES	Esposa: Leni Mendes Cunha Filhos: Rosângela do Rocio, Margareth do Rocio e Mario Celso Junior (advogado, concorreu ao cargo de vereador em Curitiba nas eleições de 2012, mas não foi eleito).
CAPITAIS EDUCACIONAIS	Ensino Superior incompleto
CAPITAIS / PROFISSIONAIS	Jornalista e radialista. Desde 1988 é funcionário da Companhia de Saneamento do Paraná (SANEPAR).
CAPITAIS ECONÔMICOS	2010: possuía um patrimônio de pouco mais de 897.440,00, composto por 3 imóveis, 2 automóveis e valores depositados em contas bancárias.
CAPITAIS POLÍTICOS	1977: eleito vereador em Curitiba pelo MDB, renunciando em 1979 para assumir o cargo de deputado estadual. 1988: foi eleito vereador em Curitiba pelo PMDB 1992: eleito vereador em Curitiba pelo PL. 1996: eleito vereador em Curitiba pelo PSDB. 2000: eleito vereador em Curitiba pelo PSB. 2004: eleito vereador em Curitiba pelo PSB.
PROPOSIÇÕES	Responsável pela proposição da homenagem para Reinaldo de Carvalho (Bola) (nome de rua) e José Soares Grobe (nome de praça).

FONTE: A autora (2024).

5.1.15 – NELY ALMEIDA

Nely Lidia Valente de Almeida nasceu no dia 3 de março de 1935, na cidade de Bom Retiro (SC). Era filha de Nelson Valente e Ilda Schafer Valente. A família de Nely Almeida se mudou de Santa Catarina para Curitiba no ano de 1953, época em que ela iniciou a graduação em História e Geografia na Universidade Federal do Paraná (UFPR). (CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA, 2018).

Nely Almeida era casada com Félix do Rego Almeida, médico formado pela Universidade Federal do Paraná, e irmão de Cecílio do Rego Almeida, de quem foi sócio na construtora *CR Almeida*. Apesar de pertencer à uma família influente na área da construção civil, Félix do Rego Almeida

(...) dedicou sua vida à medicina: foi médico cirurgião, Diretor Clínico e Vice-provedor na Santa Casa de Misericórdia (Curitiba/PR), além de professor titular de Clínica Cirúrgica da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC/PR) de 1979 a 1991. Foi membro titular da Academia Paranaense de Medicina, membro do Colégio de Cirurgiões da França, membro do Colégio

Brasileiro de Cirurgiões, presidente do Conselho Regional de Medicina (de novembro de 1968 a outubro de 1973), recebeu o título de “Cidadão Honorário do Paraná” da Assembleia Legislativa do estado em 1973, além do título de “Cidadão Honorário de Curitiba” da Câmara Municipal da cidade em 1973 (COELHO, 2022, p. 27).

Nely Almeida foi eleita vereadora por Curitiba pela primeira vez na 10ª Legislatura, sendo reeleita consecutivamente para outros dois mandatos (1989-2000). Os partidos aos quais Nely Almeida pertencia nesses mandatos eram respectivamente o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), e Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) por duas vezes. Na 13ª Legislatura foi eleita suplente, assumindo o cargo de vereadora entre 2003 e 2004, e foi eleita vereadora mais uma vez para a 14ª Legislatura (2005-2008). Na 15ª Legislatura, foi novamente eleita como suplente, e em todas as atividades políticas desse período, a vereadora integrou os quadros do PSDB (PEREIRA, 2021).

Na eleição de 2008, Nely Almeida declarou ao TSE que possuía um patrimônio de R\$25.303,65 (vinte e cinco mil trezentos e três reais e sessenta e cinco centavos), composto pela metade de dois bens imóveis. Nos chamou a atenção o valor baixo dessa declaração diante das declarações de outros agentes, e da própria trajetória da vereadora, que era cunhada de Cecílio do Rêgo Almeida, proprietário de uma das maiores construtoras do país. Nesta mesma fonte, a agente identifica sua principal ocupação como “vereador” (TSE, 2008).

Nely Almeida faleceu em Curitiba, no dia 29 de outubro de 2012, quando ainda exercia suas atividades legislativas na capital paranaense.

QUADRO 15 – CAPITAIS ACUMULADOS POR NELY ALMEIDA, A PARTIR DE SUAS ORIGENS E CONEXÕES DE PARENTESCO E SOCIABILIDADES.

IDENTIFICAÇÃO	Nome: Nely Lidia Valente de Almeida Nascimento: Bom Retiro (SC) – 1935. Falecimento: Curitiba (PR) – 2012.	
ORIGES/ CAPITAIS FAMILIARES	Pai: Nelson Valente. Mãe: Ilda Schafer.	
CASAMENTO/ CAPITAIS FAMILIARES	Esposo: Félix do Rego Almeida – médico formado pela Universidade Federal do Paraná. Cunhado: Cecílio do Rego Almeida – fundou a construtora CR Almeida com o Irmão Félix.	
CAPITAIS EDUCACIONAIS	1953: iniciou a graduação em História e Geografia na Universidade Federal do Paraná.	
CAPITAIS PROFISSIONAIS	Identificou o cargo de “vereador” como sua principal ocupação.	

CAPITAIS ECONÔMICOS	2008: declarou possuir um patrimônio de R\$25.303,65 (vinte e cinco mil trezentos e três reais e sessenta e cinco centavos), composto pela metade de dois bens imóveis.
CAPITAIS POLÍTICOS	1988: eleita vereadora em Curitiba pelo PMDB 1992: reeleita vereadora em Curitiba pelo PSDB. 1996: reeleita vereadora em Curitiba pelo PSDB. 2003-2004: assumiu a suplência na Câmara Municipal de Curitiba, pelo PSDB. 2004: eleita vereadora em Curitiba pelo PSDB. 2012: eleita suplente pelo PSDB.
PROPOSIÇÕES	Responsável pela proposição da homenagem a Helena Kolody (nome de escola municipal)

FONTE: A autora (2024).

5.1.16 – NEY LEPREVOST

Ney Leprevost Neto nasceu em Curitiba, no dia 26 de outubro de 1973. A família Leprevost é de origem francesa, tendo no padre George Achilles Leprevost um de seus mais antigos antepassados, que chegou ao Paraná no século XIX, e abandonou o sacerdócio para se casar com Sophie, uma viúva que conhecera na viagem rumo ao Brasil. “O casal (...) se casou e se instalou inicialmente na Colônia Assungüi (atual município de Cerro Azul, na região do Vale do Ribeira), antes de se estabelecer em definitivo na comunidade de Tijucas (hoje Tijucas do Sul)” (NEY LEPREVOST, 2024, não p.).

Ney Leprevost é filho de da psicóloga Jussara Leprevost e do advogado Luiz Antônio Leprevost. O pai de Ney Leprevost, graduado pela Faculdade de Direito de Curitiba, atuou profissionalmente em diversas instituições bancárias, chegando ao cargo de Diretor Administrativo Financeiro do Banestado S/A. Posteriormente, Luiz Antônio Leprevost ocupou o cargo de Diretor de Recursos Humanos e Diretor de Serviços da Telecomunicações do Paraná S/A – TELEPAR, Diretor Técnico e de Operações da Companhia de Desenvolvimento de Curitiba, membro do conselho de administração da SANEPAR, Diretor da subsidiária Copel Renováveis, entre outras funções que desempenhou (PEREIRA, 2016).

Irmão de Luiz Antônio Leprevost e tio de Ney Leprevost Neto, José Carlos Leprevost formou-se em Direito pela Universidade Federal do Paraná, foi deputado federal, pela Aliança Renovadora Nacional (ARENA) por dois mandatos, e fundou a Leprevost e Cia Ltda, companhia mineradora (NEY LEPREVOST NETO, 2017) (PEREIRA, 2016).

O avô paterno de Ney Leprevost, que tinha o mesmo nome, graduou-se em Direito pela Universidade do Paraná, foi suplente de deputado durante a década de 1940, Prefeito

de Curitiba entre 1948 e 1949, Procurador-Geral do Paraná, Procurador Fiscal, Procurador do Tribunal de Contas e empresário (PEREIRA, 2016).

A formação educacional de Ney Leprevost Neto começou na Escola Municipal Nice Braga (instituição escolar pública), tendo continuidade no Colégio Bom Jesus, Marista Paranaense e Positivo (instituições privadas) (NEY LEPREVOST, 2017). Ney Leprevost concluiu o bacharelado em administração de empresas pela Fundação Universidade do Tocantins (Palmas - TO) no ano de 2011 (NEY LEPREVOST, 2023). Profissionalmente, atuou como jornalista e comentarista esportivo (PEREIRA, 2021). Aos 15 anos, Leprevost já possuía um programa próprio na Rádio Difusora 590 (PEREIRA, 2016).

Ney Leprevost foi eleito vereador pela primeira vez em Curitiba na 12ª Legislatura (1997-2000), sendo reeleito consecutivamente outras duas vezes (2001-2004 e 2005-2008). Os partidos pelos quais Ney Leprevost concorreu e venceu para a vereança na capital foram respectivamente: Partido do Povo Brasileiro (PPB) por duas vezes, e Partido Progressistas (PP) (PEREIRA, 2021). No ano de 1999, entre os mandatos para vereador, Leprevost assumiu a Secretaria De Estado e Turismo a convite do então governador do Paraná, Jaime Lerner (PEREIRA, 2016).

Em 2007, Ney Leprevost renunciou ao mandato de vereador para assumir o cargo de deputado estadual no Paraná, posição para a qual foi reeleito por mais duas vezes (2007-2018). No ano de 2016 foi candidato à prefeitura de Curitiba, mas não conseguiu se eleger. Em 2018, foi eleito deputado federal pelo Paraná, pelo Partido União (PEREIRA, 2021). Em 2022, Ney Leprevost foi eleito para seu quarto mandato como deputado estadual no Paraná (pelo Partido União) com 76.592 votos (GUARESKI, 2022), época em que declarou ao TSE possuir um patrimônio de pouco mais de R\$ 2.000.000 (dois milhões de reais), composto por 28 bens de diversas naturezas⁴⁵ (TSE, 2022).

Segundo Oliveira (2016), Ney Leprevost pertence à uma família tradicional na política paranaense, que possui conexões com o setor empresarial. Os irmãos de Ney Leprevost, João Guilherme e Alexandre Leprevost eram em 2016 “sócios da CWB Brasil, empresa de entretenimento e organizadora de eventos musicais e culturais, alguns financiados pela Prefeitura Municipal de Curitiba e pelo Instituto Pró-Cidadania de

⁴⁵ Desses diversos imóveis, nos chamou a atenção o agente ter listado os títulos do Graciosa Country Club, do Iate Club de Guaratuba e do Clube Curitibano, tradicionais espaços de sociabilidades da classe dominante tradicional do Paraná (TSE, 2022).

Curitiba” (OLIVEIRA, 2016, não p.). Tal instituto da Prefeitura de Curitiba era, na época, dirigido pela Primeira Dama, Fernanda Richa, esposa do então Prefeito Beto Richa.

Ney Leprevost é casado com Carina Zanier Leprevost e tem um filho, Pedro Zanier Leprevost (GUARESKI, 2022).

Em 2024, Ney Leprevost se candidatou a prefeito de Curitiba, pelo Partido União Brasil, mas não conseguiu se eleger.

QUADRO 16 – CAPITAIS ACUMULADOS POR NEY LEPREVOST, A PARTIR DE SUAS ORIGENS E CONEXÕES DE PARENTESCO E SOCIABILIDADES.

IDENTIFICAÇÃO	Nome: Ney Leprevost Neto Nascimento: Curitiba (PR) – 1973. 
ORIGINES/ CAPITAIS FAMILIARES	Família de origem francesa. Pai: Luiz Antônio Leprevost – advogado, graduado pela Faculdade de Direito de Curitiba, foi Diretor Administrativo Financeiro do Banestado S/A., Diretor de Recursos Humanos e Diretor de Serviços da Telecomunicações do Paraná S/A – TELEPAR, Diretor Técnico e de Operações da Companhia de Desenvolvimento de Curitiba, membro do conselho de administração da SANEPAR, Diretor da subsidiária Copel Renováveis. Mãe: Jussara Leprevost – psicóloga. Tio: José Carlos Leprevost – formou-se em Direito pela Universidade Federal do Paraná, foi deputado federal, pela Aliança Renovadora Nacional (ARENA) por dois mandatos, e fundou a Leprevost e Cia Ltda, companhia mineradora. Avô paterno: Ney Leprevost – graduou-se em Direito pela Universidade do Paraná, foi suplente de deputado durante a década de 1940, Prefeito de Curitiba entre 1948 e 1949, Procurador-Geral do Paraná, Procurador Fiscal, Procurador do Tribunal de Contas e empresário. Irmãos: João Guilherme e Alexandre Leprevost – a sócios da CWB Brasil, empresa de entretenimento e organizadora de eventos musicais e culturais.
CASAMENTO/ CAPITAIS FAMILIARES	Esposa: Carina Zanier Leprevost. Filho: Pedro Zanier Leprevost
CAPITAIS EDUCACIONAIS	Formação Primária: Escola Municipal Nice Braga (instituição escolar pública), Formação do Ensino Fundamental e do Ensino Médio: Colégio Bom Jesus, Marista Paranaense e Positivo (instituições privadas). Formação Superior: Bacharelado em Administração de Empresas pela Fundação Universidade do Tocantins (2011).
CAPITAIS / PROFISSIONAIS	Atuou como jornalista e comentarista esportivo. Com 15 anos já tinha um programa próprio na Rádio Difusora 590.
CAPITAIS ECONÔMICOS	2022: declarou ao TSE possuir um patrimônio de pouco mais de R\$ 2.000.000 (dois milhões de reais), composto por 28 bens de diversas naturezas.
CAPITAIS POLÍTICOS	1996: eleito vereador em Curitiba pelo PPB. 2000: reeleito vereador em Curitiba pelo PP. 2004: reeleito vereador em Curitiba pelo PP. 2007: renunciou ao mandato de vereador para assumir o cargo de deputado estadual no Paraná, posição para a qual foi reeleito por mais duas vezes (2007-2018). 2018: eleito deputado federal pelo Paraná. 2022: eleito para seu quarto mandato de deputado estadual no Paraná. 2024: candidato à prefeitura de Curitiba, mas não conseguiu se eleger.
PROPOSIÇÕES	Responsável pela proposição da homenagem a Carlos Raul Heller (nome de praça) e ao Coronel Almir Silva (nome de praça)

FONTE: A autora (2024).

5.1.17 – RENATO GAÚCHO

Renato Luiz Loss nasceu em Porto Alegre (RS), no dia 04 de junho de 1958. Iniciou sua carreira como comunicador de rádio no Rio Grande do Sul, se transferindo mais tarde para Curitiba, onde começou a trabalhar na Rádio Caiobá FM. Posteriormente, passou a integrar o *Show da manhã*, na rádio 98FM, onde apresenta o programa *Música da minha vida* (LIMA, 2019) (98FM, 2023).

Em sua carreira Política, Renato Loss, que ficou conhecido como Renato Gaúcho, foi eleito vereador em Curitiba para a 12ª Legislatura (1997-2000) pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), renunciando em 1999 para assumir o mandato de deputado estadual, para o qual foi reeleito (1999-2006) (PEREIRA, 2021). No ano de 2006, Renato Gaúcho resolveu abandonar a carreira política (RADIALISTA, 2006). Morador de uma cobertura no bairro Bacacheri, em Curitiba, Renato Gaúcho afirmou em entrevista concedida no ano de 2019, que sua principal contribuição legislativa foi a criação do Código o Código de Defesa dos Animais (MOSER, 2019).

No ano de 2002, Renato Gaúcho declarou ao TSE possuir um patrimônio de pouco mais de R\$ 885. 702,00 (oitocentos e oitenta e cinco mil setecentos e dois reais), composto cinco imóveis, uma linha telefônica e valores depositados em contas bancárias. Nesta mesma fonte, consta que nessa época o agente possuía o Ensino Superior incompleto (RENATO, 2002).

QUADRO17 – CAPITAIS ACUMULADOS POR RENATO GAÚCHO, A PARTIR DE SUAS ORIGENS E CONEXÕES DE PARENTESCO E SOCIABILIDADES.

IDENTIFICAÇÃO	Nome: Renato Luiz Loss Nascimento: Porto Alegre (RS) – 1958. 
CAPITAIS EDUCACIONAIS	Ensino Superior Incompleto.
CAPITAIS ECONÔMICOS	2002: TSE possuir um patrimônio de pouco mais de R\$ 885. 702,00 (oitocentos e oitenta e cinco mil setecentos e dois reais), composto cinco imóveis, uma linha telefônica e valores depositados em contas bancárias.
CAPITAIS / PROFISSIONAIS	Iniciou sua carreira como comunicador de rádio no Rio Grande do Sul e, posteriormente, se transferiu para Curitiba, onde começou a trabalhar na rádio Jovem Pan. Hoje, integra o Show da manhã, na rádio 98FM, onde apresenta o programa Música da minha vida.
CAPITAIS POLÍTICOS	1996: eleito vereador em Curitiba pelo PSDB. 1999: renunciou ao mandato de vereador para assumir ao mandato de deputado estadual, para o qual foi reeleito em 1998.

PROPOSIÇÕES	Responsável pela proposição da homenagem a Paulo Freire (nome de escola municipal)

FONTE: A autora (2024).

5.1.18 – ROSA MARIA CHIAMULERA

Rosa Maria Chiamulera nasceu em Joaçaba (SC), no dia 25 de fevereiro de 1946. Era filha de Armando Valentim Chiamulera (filho de imigrantes italianos) e Vitória Brancher Chiamulera. O pai de Rosa Maria Chiamulera fundou, juntamente com outros quatro sócios, a *Imobiliária Nova Londrina Ltda*, empreendimento que deu início à fundação da cidade de Nova Londrina, no Norte do Paraná (BLOG DO PROFESSOR OSMAR FERNANDES, 2009). Pertencente à uma família originária da imigração italiana, Rosa Maria Chiamulera tinha dez irmãos, e nunca se casou (CHIAMULERA, 2024) (CNN BRASIL, 2024).

Rosa Maria Chiamulera, é graduada em Pedagogia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), e em Direito pela Universidade Tuiuti do Paraná, além de possuir especialização em Saúde Pública pela Universidade de São Paulo (USP) (CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA, 2018).

De 1973 a 1976, Rosa Maria Chiamulera fez parte da Secretaria de Saúde do estado do Paraná e, entre 1978 e 1979, trabalhou no Departamento de Meio Ambiente da Itaipu Binacional. Foi eleita vereadora em Curitiba por três legislaturas consecutivas, entre os anos de 1983 e 1993, respectivamente pelo Partido Democrático Social (PDS), Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e Partido Democrático Trabalhista (PDT) (PEREIRA, 2021). Rosa Maria Chiamulera não se casou, nem tem filhos.

No ano de 2022, Chiamulera concorreu ao cargo de deputada estadual pelo Partido Liberal (PL), mas não conseguiu se eleger, obtendo o total de 1.757 votos (APURAÇÃO, 2023). Nesse ano, a agente declarou ao TSE possuir um patrimônio de pouco mais de R\$ 2. 578.000,00 (dois milhões quinhentos e setenta e oito mil reais), composto por 8 imóveis, um automóvel e valores depositados em contas bancárias. Nessa mesma fonte, Chiamulera assinalou como ocupação principal a profissão de médica (ROSA, 2022).

QUADRO 18 – CAPITAIS ACUMULADOS POR ROSA MARIA CHIAMULERA, A PARTIR DE SUAS ORIGENS E CONEXÕES DE PARENTESCO E SOCIABILIDADES.

IDENTIFICAÇÃO	Nome: Rosa Maria Chiamulera Nascimento: Joaçaba (SC) – 1946. 
ORIGINES/ CAPITAIS FAMILIARES	Pai: Armando Valentim Chiamulera, filho de imigrantes italianos, fundou, juntamente com outros quatro sócios, a <i>Imobiliária Nova Londrina Ltda</i>, empreendimento que deu início à fundação da cidade de Nova Londrina, no Norte do Paraná Mãe: Vitória Brancher Chiamulera.
CAPITAIS EDUCACIONAIS	Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Graduada em Direito pela Universidade Tuiuti do Paraná. Especialista em Saúde Pública pela Universidade de São Paulo (USP).
CAPITAIS / PROFISSIONAIS	1973 – 1976: fez parte da Secretaria de Saúde do estado do Paraná. 1978 – 1979: trabalhou no Departamento de Meio Ambiente da Itaipu Binacional. 2022: Assinalou a ocupação principal como médica nos dados do TSE.
CAPITAIS ECONÔMICOS	2022: declarou ao TSE possuir um patrimônio de pouco mais de R\$ 2. 578.000,00 (dois milhões quinhentos e setenta e oito mil reais), composto por 8 imóveis, um automóvel e valores depositados em contas bancárias.
CAPITAIS POLÍTICOS	1983: eleita vereadora em Curitiba pelo PDS. 1988: reeleita vereadora em Curitiba pelo PTB. 1992: reeleita vereadora em Curitiba pelo PDT.
PROPOSIÇÕES	Responsável pela proposição da homenagem a Álvaro Borges (nome de escola municipal)

FONTE: A autora (2024).

5.1.19 – SABINO PICOLO

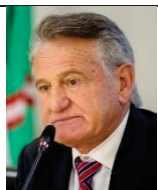
Sabino Picolo nasceu em Vitorino (PR), em 10 de dezembro de 1950. Filho de pais imigrantes, trabalhou, junto à família em atividades ligadas à agricultura. Em 1976, ingressou, por meio de concurso público, no Banco do Estado do Paraná S/A – BANESTADO. É graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) (CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA, 2024).

Picolo foi eleito vereador pela primeira vez em 1996, pelo Partido Progressista Brasileiro (PPB, hoje com o nome de Progressistas). Posteriormente, foi reeleito outras seis vezes (mandatos de 2001 a 2004, 2005 a 2008, 2009 a 2012, 2013 a 2016, 2017 a 2020 e 2021 a 2024), respectivamente pelo PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira), PFL (Partido da Frente Liberal) e DEM (Democratas) – por quatro mandatos. Foi presidente da Câmara Municipal de Curitiba entre 2019 e 2020, e assumiu interinamente a Prefeitura da cidade em 2004 e em 2012 (PEREIRA, 2021) (CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA, 2024).

Sabino Picolo é casado com Alessandra Campelo Diniz Picolo, presidente do Instituto Madalena Sofia, que é o órgão mantenedor do Hospital Santa Madalena Sofia, no Bairro Alto, em Curitiba (VEREADOR, 2012).

No ano de 2020, Picolo declarou ao TSE possuir um patrimônio de pouco mais de R\$ 2.465.000,00 (dois milhões quatrocentos e sessenta e cinco mil reais), composto por quatro bens imóveis (entre eles duas fazendas), um automóvel e valores investidos e depositados em instituições financeiras e bancárias. Na mesma fonte, o agente assinalou o cargo de “vereador” como ocupação principal (TSE, 2020).

QUADRO 19 – CAPITAIS ACUMULADOS POR SABINO PICOLO, A PARTIR DE SUAS ORIGENS E CONEXÕES DE PARENTESCO E SOCIABILIDADES.

IDENTIFICAÇÃO	Nome: Sabino Picolo Nascimento: Vitorino (PR) – 1950. 
CASAMENTO/ CAPITAIS FAMILIARES	Sabino Picolo é casado com Alessandra Campelo Diniz Picolo, presidente do Instituto Madalena Sofia, que é o órgão mantenedor do Hospital Santa Madalena Sofia, no Bairro Alto, em Curitiba.
CAPITAIS EDUCACIONAIS	Graduado em Ciências Econômicas pela UFPR.
CAPITAIS / PROFISSIONAIS	1976: iniciou carreira no BANESTADO. 2020: assinalou o cargo de “vereador” como ocupação principal.
CAPITAIS ECONÔMICOS	2020: declarou ao TSE possuir um patrimônio de pouco mais de R\$ 2.465.000,00 (dois milhões quatrocentos e sessenta e cinco mil reais), composto por quatro bens imóveis (entre eles duas fazendas), um automóvel e valores investidos e depositados em instituições financeiras e bancárias.
CAPITAIS POLÍTICOS	1996: eleito vereador em Curitiba pelo PPB. 2000: reeleito vereador em Curitiba pelo PSDB. 2004: reeleito vereador em Curitiba pelo PFL. 2008: reeleito vereador em Curitiba pelo DEM. 2012: reeleito vereador em Curitiba pelo DEM. 2016: reeleito vereador em Curitiba pelo DEM. 2020: reeleito vereador em Curitiba pelo DEM. Atua como vereador em Curitiba há 27 anos. 2004/ 2012: Assumiu interinamente a Prefeitura de Curitiba. 2019-2020: Foi Presidente da Câmara Municipal de Curitiba.
PROPOSIÇÕES	Responsável pela proposição da homenagem para Antônia Molina Bella (nome de rua)

FONTE: A autora (2024).

5.1.20 – SIDGLEY ANTONIO CLAUDINO

Sidgley Antônio Claudino nasceu em Agudos do Sul (PR), em 9 de junho de 1943. Foi eleito vereador em Curitiba no ano de 1983, pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), assumindo o cargo de Vice-Presidente da Câmara Municipal no

biênio 1985/1986. Em 1988, 10ª Legislatura, foi eleito para o cargo de suplente (PEREIRA, 2021).

Sidgley Antônio Claudino faleceu em 30 de outubro de 1991.

QUADRO 20 – CAPITAIS ACUMULADOS POR SIDGLEY ANTÔNIO CLAUDINO, A PARTIR DE SUAS ORIGENS E CONEXÕES DE PARENTESCO E SOCIABILIDADES.

IDENTIFICAÇÃO	Nome: Sidgley Antônio Claudino Nascimento: Agudos do Sul (PR) – 1943. Falecimento: 1991
CAPITAIS POLÍTICOS	1983: Eleito vereador em Curitiba pelo MDB. 1985/86: assumiu a Vice-presidência da Câmara. 1991: eleito suplente de vereador em Curitiba.
PROPOSIÇÕES	Responsável pela proposição da homenagem para João Cislinsky (nome de rua)

FONTE: A autora (2024).

5.1.21 – WALDIR D’ANGELIS

Waldir Rocha D’Angelis nasceu em Jacarezinho (PR), em 12 de dezembro de 1952. É irmão de Wagner R. D’Angelis (advogado, Doutor em Direito Internacional e Professor universitário), Wilmar R. D’Angelis (linguista e indigenista, professor do Departamento de Linguística da UNICAMP), Wirmond R. D’Angelis (médico psiquiatra e homeopata), e Gisele D’Angelis Bogoni (professora) (PARANÁ, 2008).

Waldir D’Angelis Iniciou sua vida política na década de 1970, quando integrou o movimento estudantil paranaense, tendo exercido o cargo de presidente do Movimento Universitário Cristão (MUC) (CHAPA, 1975). Foi eleito vereador por Curitiba uma única vez, na 9ª Legislatura (1983-1988), pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Posteriormente, em 2003, ocupou o cargo de Secretário Municipal de Planejamento em Matinhos (PR). É servidor público estadual, tendo trabalhado na Secretaria de Estado da Saúde (2007), na Penitenciária Central do Estado (2012-2013), no Hospital do Trabalhador (2013-2020) e no Centro Hospitalar de Reabilitação (2021) (PEREIRA, 2021).

Em 2014, Waldir D’Angelis concluiu a graduação em Filosofia pela Universidade Federal do Paraná, e em 2015, concluiu o curso de Tecnólogo em Gestão Pública pela Universidade do Sul de Santa Catarina (D’ANGELIS, 2024).

Waldir D’Angelis faleceu em Curitiba, no dia 25 de janeiro de 2025 (MORRE, 2025).

QUADRO 21 – CAPITAIS ACUMULADOS POR WALDIR D'ANGELIS, A PARTIR DE SUAS ORIGENS E CONEXÕES DE PARENTESCO E SOCIABILIDADES.

IDENTIFICAÇÃO	Nome: Waldir Rocha D'Angelis. Nascimento: Jacarezinho (PR) – 1952 Falecimento: Curitiba (PR) – 2025. 
ORIGINES/ CAPITAIS FAMILIARES	Irmãos: Wagner R. D'Angelis (advogado, Doutor em Direito Internacional e Professor universitário); Wilmar R. D'Angelis (linguista e indigenista, professor do Departamento de Linguística da UNICAMP); Wirmond R. D'Angelis (médico psiquiatra e homeopata); Gisele D'Angelis Bogoni (professora).
CAPITAIS EDUCACIONAIS	2014: concluiu a graduação em Filosofia pela UFPR. 2015: concluiu o curso de Tecnólogo em Gestão Pública pela UNISUL.
CAPITAIS / PROFISSIONAIS	É servidor público estadual, tendo trabalhado na Secretaria de Estado da Saúde (2007), na Penitenciária Central do Estado (2012-2013), no Hospital do Trabalhador (2013-2020) e no Centro Hospitalar de Reabilitação (2021).
CAPITAIS POLÍTICOS	1970: integrou o movimento estudantil paranaense, tendo exercido o cargo de presidente do Movimento Universitário Cristão. 1983: eleito vereador em Curitiba pelo PMDB. 2003: ocupou o cargo de Secretário Municipal de Planejamento em Matinhos (PR).
PROPOSIÇÕES	Responsável pela proposição da homenagem a Pedro de Almeida (nome de praça)

FONTE: A autora (2025).

Os agentes públicos do poder Legislativo, responsáveis pelas indicações de 31 homenageados estudados na presente tese, se distribuem em um panorama diversificado de origens e agremiações políticas, tendo muitos deles exercido o cargo público por diversas legislaturas e em variados partidos. É possível observar, na tabela a seguir, que a maioria dos vereadores analisados fez apenas uma indicação dentro do recorte que estudamos. Exceções são os vereadores João Cláudio Derosso, Marcos Isfer e Ney Leprevost, contando cada um com duas indicações. Além disso, a Comissão da Educação, Cultura e Turismo é responsável por sete das indicações estudadas, sem termos conseguido levantar informações sobre a origem específica de cada uma delas.

TABELA 14 – INDICAÇÕES PARA A NOMEAÇÃO DE BENS PÚBLICOS FEITAS POR VEREADORES EM CURITIBA

VEREADORES	RUAS	PRAÇAS/ JARDINETES	UNIDADES DE SAÚDE	ESCOLAS MUNICIPAIS	TOTAL
COMISSÃO DA EDUCAÇÃO, CULTURA E TURISMO	4	2		1	7
EDSON MÜHLMANN		1			1
ELIAS VIDAL		1			1
IVAN RIBAS	1				1
FABIANO BRAGA CORTES JUNIOR	1				1
HORÁCIO RODRIGUES				1	1
JAIRO MARCELINO	1				1

JOÃO CLÁUDIO DEROSSO	1	1	2
JOÃO QUEIRÓZ MACIEL	1		1
JÔNATAS PIRKIEL		1	1
JOSÉ GORSKI		1	1
JULIETA REIS		1	1
LAURO DE CARVALHO CHAVES	1		1
MARCOS ISFER		2	2
MÁRIO CELSO	1		1
NELY ALMEIDA		1	1
NEY LEPREVOST		2	2
RENATO GAÚCHO		1	1
ROSA MARIA CHIAMULERA		1	1
SABINO PICOLO	1		1
SIDGLEY ANTÔNIO CLAUDINO	1		1
WALDIR D'ANGELIS		1	1

Fonte: A Autora (2024).

MEMBROS DO EXECUTIVO:

5.1.22 – CÁSSIO TANIGUCHI

Cássio Taniguchi nasceu em Paraguaçu Paulista (SP), no dia 30 de outubro de 1941, é filho de Masaji e Massako Taniguchi, imigrantes japoneses, que vieram para o Brasil na década de 1930. No Japão, o pai de Cássio Taniguchi era professor de Filosofia, passando a trabalhar no setor bancário no Brasil depois da família emigrar (PORTAL NIPPOBRASIL, 2004).

Na infância, Cássio Taniguchi estudou no Colégio Estadual de São Paulo, onde fez o curso ginásial e o científico. Posteriormente, ingressou no curso de Engenharia Eletrônica, no Instituto Tecnológico de Aeronáutica - ITA, de São José dos Campos (SP). Em 1965, mudou-se para o Paraná, iniciando uma carreira profissional na Companhia de Desenvolvimento Regional (CODEPAR), onde conheceu Marina Klamas, com quem se casou no ano de 1966. Dessa união nasceram dois filhos: Kerstin Taniguchi (médica) e Gustavo Taniguchi (engenheiro) (PORTAL NIPPOBRASIL, 2004).

Logo que chegou a Curitiba, Cássio Taniguchi se aproximou do arquiteto Jaime Lerner. Em 1972, quando Lerner já era prefeito de Curitiba, Taniguchi assumiu a presidência da Companhia de Urbanização de Curitiba (URBS), onde permaneceu até 1975. Entre 1975 e 1980, Taniguchi atuou em projetos da área de urbanização em grandes cidades como São Paulo, Niterói e Recife. Entre 1980 e 1983, voltou ao serviço público da capital paranaense, durante a nova gestão de Jaime Lerner, quando ocupou a

presidência do Instituto de Pesquisa e Planejamento de Curitiba (IPPUC). Entre 1989 e 1994, assumiu a presidência do IPPUC pela segunda vez, durante a terceira gestão de Lerner na prefeitura de Curitiba (PORTAL NIPPOBRASIL, 2004). Posteriormente, entre os anos de 1995 e 1996, foi Secretário de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, e Secretário de Estado da Indústria e Comércio, quando Jaime Lerner era governador do Paraná (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2023).

No ano de 1996, Cássio Taniguchi foi eleito prefeito de Curitiba pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT), e reeleito no ano de 2000, pelo Partido da Frente Liberal (PFL). Em 2006 foi eleito deputado federal, reeleito para o mesmo cargo no ano de 2010, em ambas as ocasiões pelo Partido Democratas (DEM) (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2023).

Em 2010, Taniguchi foi condenado pelo Supremo Tribunal Federal por crimes de responsabilidade cometidos em 1997, quando era prefeito de Curitiba. Contudo, os crimes foram considerados prescritos em 2004, o que livrou o parlamentar da prisão e da inelegibilidade (JUSBASIL, 2010).

No ano de 2017, Cássio Taniguchi e sua esposa foram condenados em pelo Tribunal de Justiça do Paraná por improbidade administrativa, o que acarretou na suspensão de seus direitos políticos por oito anos (CÁSSIO TANIGUCHI, 2017).

Em entrevista concedida no ano de 2004, Taniguchi mencionou a importância de suas origens na imigração japonesa, inclusive para a carreira política

(...) É importante não esquecer da origem e das tradições. O fato de ser descendente de japoneses dá uma credibilidade muito grande, conquistada por nossos pais e avós, que trabalharam ativamente pelo desenvolvimento do Brasil. O bom conceito que a sociedade brasileira tem dos japoneses é um patrimônio que temos e que devemos consolidar a cada dia. Por isso, sugiro à nova geração de nipo-brasileiros que conquiste espaços trabalhando pelo bem comum, agindo no momento certo, sem perder oportunidades (PORTAL NIPPOBRASIL, 2004, não p.).

Segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral, no ano de 2006, Taniguchi possuía um patrimônio de pouco mais de R\$ 1.695.000,00 (um milhão seiscentos e noventa e cinco mil reais), composto por 12 imóveis, valores aplicados em contas e investimentos, e “obras de arte e joias diversas” (TSE, 2006).

QUADRO 22 – CAPITAIS ACUMULADOS POR CÁSSIO TANIGUCHI, A PARTIR DE SUAS ORIGENS E CONEXÕES DE PARENTESCO E SOCIABILIDADES.

IDENTIFICAÇÃO	Nome: Cássio Taniguchi Nascimento: Paraguaçu Paulista (SP) – 1941. 
ORIGENS/ CAPITAIS FAMILIARES	Pai: Masaji Taniguchi – imigrante japonês, era professor de Filosofia no Japão, e passou a trabalhar no setor bancário quando se estabeleceu no Brasil. Mãe: Massako Taniguchi – imigrante japonesa.
CASAMENTO/ CAPITAIS FAMILIARES	Esposa: Marina Klamas. Filhos: Kerstin Taniguchi (médica) e Gustavo Taniguchi (engenheiro).
CAPITAIS EDUCACIONAIS	Estudou no Colégio Estadual de São Paulo, onde fez o curso ginásial e o científico. Posteriormente, ingressou no curso de Engenharia Eletrônica, no Instituto Tecnológico de Aeronáutica - ITA, de São José dos Campos (SP).
CAPITAIS / PROFISSIONAIS	1965: mudou-se para o Paraná, iniciando uma carreira profissional na Companhia de Desenvolvimento Regional (CODEPAR). 1975 – 1980: atuou em projetos da área de urbanização em grandes cidades como São Paulo, Niterói e Recife
CAPITAIS ECONÔMICOS	2006: possuía um patrimônio de pouco mais de R\$ 1.695.000,00, composto por 12 imóveis, valores aplicados em contas e investimentos, e “obras de arte e joias diversas”
CAPITAIS POLÍTICOS	1972: assumiu a presidência da Companhia de Urbanização de Curitiba (URBS), onde permaneceu até 1975, sob a gestão do Prefeito Jaime Lerner. 1980 – 1983: ocupou a presidência do Instituto de Pesquisa e Planejamento de Curitiba (IPPUC), em nova gestão de Jaime Lerner. 1989 – 1994: assumiu a presidência do IPPUC pela segunda vez, durante a terceira gestão de Lerner na prefeitura de Curitiba. 1995 – 1996: foi Secretário de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, e Secretário de Estado da Indústria e Comércio, quando Jaime Lerner era governador do Paraná. 1996: eleito prefeito de Curitiba pelo PDT. 2000: reeleito prefeito de Curitiba pelo PFL. 2006: eleito deputado federal pelo DEM. 2010: reeleito deputado federal pelo DEM.
POLÊMICAS	2010: condenado pelo Supremo Tribunal Federal por crimes de responsabilidade cometidos em 1997. Contudo, os crimes foram considerados prescritos em 2004, o que livrou o parlamentar da prisão e da inelegibilidade 2017: Cássio Taniguchi e sua esposa foram condenados em pelo Tribunal de Justiça do Paraná por improbidade administrativa, o que acarretou na suspensão de seus direitos políticos por oito anos.
DECRETOS DE NOMEAÇÕES	Assinou os decretos em homenagem a João Cândido Ferreira (nome de unidade básica de saúde), Osternack (nome de unidade básica de saúde), Cândido Portinari (nome de unidade básica de saúde) e Enéas Marques dos Santos (nome de escola municipal).

FONTE: A autora (2024).

5.1.23 – JAIME LERNER

Jaime Lerner Gomm nasceu em Curitiba, no dia 17 de dezembro de 1937. Era filho de Elza Lerner e Félix Lerner, imigrantes de origem judaico-polonesa, que se dedicaram às atividades comerciais na capital paranaense. Jaime Lerner possuía quatro irmãos: Júlio Lerner (engenheiro), Henrique Lerner (biólogo), Clarita Lerner (advogada) e Lea Lerner

(dentista). O pai de Jaime Lerner era proprietário da Casa Félix, uma loja de roupas situada na Rua Barão do Rio Branco, no Centro de Curitiba (SILVA, 2018).

A formação escolar de Jaime Lerner se iniciou na Escola Israelita Salomão Guelmann, em Curitiba. Posteriormente, em 1960, concluiu a graduação em Engenharia Civil pela Universidade Federal do Paraná. Após a conclusão da graduação, Lerner se mudou para São Paulo, onde passou a conviver com muitos arquitetos reconhecidos, como David Libeskind.

No ano de 1964, Lerner casou-se com Fani Woller Proveller (filha de imigrantes judeus-poloneses, e falecida em 2009), com quem teve duas filhas: Ilana (jornalista e diretora da Biblioteca Pública do Paraná) e Andrea (advogada e esposa de Claudio Prosdócimo Hoffmann) (IAROCHINSKI, 2009) (DONATTI, 2019) (NUNES, 2021).

Em 1965, Jaime Lerner formou-se no primeiro curso de Arquitetura da Universidade Federal do Paraná, mesma época em que participou da criação do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC) (SILVA, 2018) (ENCICLOPEDIA ITAÚ CULTURAL, 2021).

Jaime Lerner foi indicado duas vezes, durante o Regime Militar, para o cargo de prefeito de Curitiba, função que exerceu entre 1971 e 1975, e 1979 e 1983, quando era filiado a Aliança Renovadora Nacional (ARENA). Nesse período, Lerner implementou inovações no planejamento e no transporte da cidade, o que projetou seu nome politicamente. Em 1988, se tornou novamente prefeito de Curitiba, só que dessa vez pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT), e por meio de eleições diretas. Em 1994, foi eleito governador do Paraná pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT), sendo reeleito no ano de 1998 pelo Partido da Frente Liberal (PFL). Além da carreira política, Jaime Lerner também se destacou na área da arquitetura e urbanismo (SILVA, 2018) (EX-GOVERNADOR, 2011).

Segundo Oliveira (2012, p. 222), a família Lerner, proveniente da imigração judaico-polonesa, estabeleceu e reproduziu os vínculos com a classe dominante tradicional, tendo nos matrimônios uma ferramenta eficaz para a acumulação e reconversão de capitais. Exemplo disso está no parentesco estabelecido com Henrique Naigeboren (cunhado de Jaime Lerner, foi Conselheiro e Presidente do Tribunal de Contas do Paraná e Presidente do Conselho de Administração do Paraná-Previdência durante o governo de Carlos Alberto Richa), e Claudio Prosdócimo Hoffmann (genro de Jaime Lerner, foi funcionário do Tribunal de Contas do Paraná e Assessor de Planejamento na Inspeção Gabinete Conselheiro Caio Marcio Nogueira Soares).

Em 1998, Jaime Lerner declarou ao Tribunal Regional Eleitoral (TER/PR) possuir um patrimônio avaliado em pouco mais de R\$ 1.349.000,00 (um milhão trezentos e quarenta e nove mil reais), composto por 24 imóveis e valores investidos em ações e contas bancárias (JAIME, 1998).

No ano de 2011, Jaime Lerner foi condenado a três anos e seis meses de detenção, mais multa, pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), devido a irregularidades em contratos de licitações durante seu segundo mandato como governador (EX-GOVERNADOR, 2011). Porém, a prisão foi revogada, sendo mantido somente o pagamento de multa nesta condenação. (ROSSI, 2021).

Em 2013, Lerner foi condenado pelo Tribunal de Justiça do Paraná a pagar o valor de 4,3 milhões de reais por improbidade administrativa, além de perder os direitos políticos. Contudo, essa decisão foi revertida alguns meses depois, quando foi revogada a pena de pagamento de multa e de inelegibilidade (ROSSI, 2021) (MORAIS, 2014).

Jaime Lerner faleceu em 27 de maio de 2021, em Curitiba (PEDRUZZI, 2021).

QUADRO 23 – CAPITAIS ACUMULADOS POR JAIME LERNER, A PARTIR DE SUAS ORIGENS E CONEXÕES DE PARENTESCO E SOCIABILIDADES.

IDENTIFICAÇÃO	Nome: Jaime Lerner Gomm Nascimento: Curitiba (PR) – 1937. Falecimento: Curitiba (PR) – 2021.	
ORIGES/ CAPITAIS FAMILIARES	Pai: Félix Lerner – imigrante judeu-polonês – proprietário da Casa Félix, uma loja de roupas situada no Centro de Curitiba. Mãe: Elza Lerner – imigrante judeu-polonesa. Irmãos: Júlio Lerner (engenheiro), Henrique Lerner (biólogo), Clarita Lerner (advogada) e Lea Lerner (dentista).	
CASAMENTO/ CAPITAIS FAMILIARES	Esposa: Fani Woller Proveller – filha de imigrantes judeus-poloneses. Filhas: Ilana (jornalista e diretora da Biblioteca Pública do Paraná) e Andrea (advogada e esposa de Claudio Prosdócimo Hoffmann).	
CAPITAIS EDUCACIONAIS	Início da formação escolar: Escola Israelita Salomão Guelmann – Curitiba. 1960: concluiu a graduação em Engenharia Civil pela Universidade Federal do Paraná. 1965: formou-se no primeiro curso de Arquitetura da Universidade Federal do Paraná.	
CAPITAIS / PROFISSIONAIS	1965: participou da criação do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC).	
CAPITAIS ECONÔMICOS	1998: declarou ao Tribunal Regional Eleitoral (TER/PR) possuir um patrimônio avaliado em pouco mais de R\$ 1.349.000,00 (um milhão trezentos e quarenta e nove mil reais), composto por 24 imóveis e valores investidos em ações e contas bancárias.	
CAPITAIS POLÍTICOS	1971 – 1975: indicado pra o cargo de prefeito de Curitiba pela ARENA. 1979 – 1983: indicado pela segunda vez para ocupar o cargo de prefeito de Curitiba pela ARENA. Durante estas gestões, Lerner implementou inovações no planejamento e no transporte da cidade, o que projetou seu nome politicamente. 1988: eleito prefeito de Curitiba pelo PDT.	

	1994: eleito governador do Paraná pelo PDT. 1998: reeleito governador do Paraná pelo PFL.
POLÊMICAS	2011: condenado a três anos e seis meses de detenção, mais multa, pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), devido a irregularidades em contratos de licitações durante seu segundo mandato como governador. Porém, a prisão foi revogada, sendo mantido somente o pagamento de multa nesta condenação. 2013: condenado pelo Tribunal de Justiça do Paraná a pagar o valor de 4,3 milhões de reais por improbidade administrativa, além de perder os direitos políticos. Contudo, essa decisão foi revertida alguns meses depois, quando foi revogada a pena de pagamento de multa e de inelegibilidade (ROSSI, 2021) (MORAIS, 2014).
DECRETOS DE NOMEAÇÕES	Assinou os decretos em homenagem a Salvador Allende (nome de unidade básica de saúde), Augusta Glück Ribas (nome de escola municipal) e Carlos Drummond de Andrade (nome de escola municipal).

FONTE: A autora (2024).

5.1.24 – LUCIANO DUCCI

Luciano Ducci nasceu no dia 23 de março de 1955, na cidade de Curitiba (PR). Era filho de Giancarlo Ducci (dono de um box de hortifruti no Mercado Municipal em Curitiba) e Splendor Ducci. Pertencente à uma família de imigrantes, formou-se em Medicina pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR), com especialização em Pediatria na Universidade de Roma (La Sapienza), na Itália (LUCIANO DUCCI, 2023).

Luciano Ducci iniciou a carreira no serviço público como médico da Prefeitura Municipal de Curitiba no ano de 1988. Entre 1995 e 1998, foi Diretor Geral da Secretaria da Saúde da capital paranaense e, em 1998 assumiu o cargo de Secretário Municipal de Saúde de Curitiba, permanecendo até o ano de 2002. No ano de 2003 assumiu o mandato de deputado estadual no Paraná, permanecendo no cargo até 2005, quando assumiu o cargo de vice-prefeito em Curitiba, onde permaneceu até 2010. Entre 2010 e 2012, assumiu a prefeitura da capital paranaense, pois o então prefeito, Carlos Alberto Richa, se licenciou para disputar as eleições para o governo do estado. Em 2014, Luciano Ducci foi eleito deputado federal pelo Paraná, sendo reeleito em outros dois pleitos consecutivos (2018 e 2022). Desde 2003, Luciano Ducci disputou as eleições e exerceu os cargos públicos como quadro do Partido Socialista Brasileiro (PSB) (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2023).

Em 2022, Luciano Ducci declarou ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) possuir um patrimônio de pouco mais de R\$ 613.690,00 (seiscentos e treze mil seiscentos e noventa reais) composto por 4 bens imóveis e valores investidos em aplicações e contas bancárias (LUCIANO, 2022).

Luciano Ducci é casado com Marry Salette Dal Pra Ducci (médica), com quem teve dois filhos: Renata Ducci (neurologista e professora da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Paraná), e Ricardo Ducci (oftalmologista do Hospital de Olhos do Paraná) (LUCIANO DUCCI, 2024).

Em 2024, Luciano Ducci foi candidato a prefeito de Curitiba pelo PSB, mas não conseguiu se eleger.

QUADRO 24 – CAPITAIS ACUMULADOS POR LUCIANO DUCCI, A PARTIR DE SUAS ORIGENS E CONEXÕES DE PARENTESCO E SOCIABILIDADES.

IDENTIFICAÇÃO	Nome: Luciano Ducci Nascimento: Curitiba – 1955. 
ORIGINES/ CAPITAIS FAMILIARES	Pai: Giancarlo Ducci – imigrante italiano, se tornou dono de um box de hortifruti no Mercado Municipal de Curitiba. Mãe: Splendora Ducci – imigrante italiana.
CASAMENTO/ CAPITAIS FAMILIARES	Esposa: Marry Salette Dal Pra Ducci (médica). Filhos: Renata Ducci (neurologista e professora da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Paraná), e Ricardo Ducci (oftalmologista do Hospital de Olhos do Paraná).
CAPITAIS EDUCACIONAIS	Formou-se em Medicina pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR), com especialização em Pediatria na Universidade de Roma (La Sapienza), na Itália.
CAPITAIS / PROFISSIONAIS	Iniciou a carreira no serviço público como médico da Prefeitura Municipal de Curitiba no ano de 1988
CAPITAIS ECONÔMICOS	2022: declarou ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) possuir um patrimônio de pouco mais de R\$ 613.690,00 (seiscentos e treze mil seiscentos e noventa reais) composto por 4 bens imóveis e valores investidos em aplicações e contas bancárias.
CAPITAIS POLÍTICOS	1998: assumiu o cargo de Secretário Municipal de Saúde de Curitiba, permanecendo até o ano de 2002. 2003: assumiu o mandato de deputado estadual no Paraná, permanecendo no cargo até 2005. 2005: assumiu o cargo de vice-prefeito em Curitiba, onde permaneceu até 2010. 2010 – 2012: assumiu a prefeitura de Curitiba, pois o então prefeito, Carlos Alberto Richa, se licenciou para disputar as eleições para o governo do estado. 2014: foi eleito deputado federal pelo Paraná. 2018: foi reeleito deputado federal pelo Paraná. 2022: foi reeleito deputado federal pelo Paraná. Desde 2003, Luciano Ducci disputou as eleições e exerceu os cargos públicos como quadro do Partido Socialista Brasileiro (PSB)
DECRETOS DE NOMEAÇÕES	Assinou o decreto em homenagem a João Batista Brandão de Proença (Professor Brandão) (nome de escola municipal).

FONTE: A autora (2024).

5.1.25 – MAURÍCIO FRUET

Mauricio Roslindo Fruet nasceu em Curitiba, no dia 12 de agosto de 1939. Integrante de uma família originária da imigração italiana, era filho de Constante Eugênio

Fruet (advogado, dirigente da Escola Dominical da Igreja Presbiteriana Independente Curitiba, presidente do Curitiba Futebol Clube, e Diretor do Departamento de Assistência Social do Paraná durante a gestão do governador Moysés Lupion), e Geni Roslindo Fruet (também dirigente da Escola Dominical da Igreja Presbiteriana Independente Curitiba), (PERIRA, 2016) (LOTES, 1978) (PINGOS, 1950).

Mauricio Fruet teve uma boa formação educacional, concluindo o bacharelado no curso de Ciências Jurídicas e Sociais da Universidade Federal do Paraná, em 1962 (MEMÓRIAS PARANÁ, 2023). Nos arquivos da Justiça Eleitoral, o agente declarou que sua profissão era de advogado (MAURICIO, 1998).

O início da carreira política de Maurício Fruet aconteceu com sua eleição para o cargo de vereador em Curitiba no ano de 1968. Posteriormente, ele concorreu e venceu as eleições para deputado estadual por dois mandatos (1970 e 1974), e deputado federal (1978-1982). Em 1982, foi eleito prefeito de Curitiba (para o mandato de 1983 a 1985), voltando a ser eleito deputado federal para o mandato de 1986 a 1990. Ainda na década de 1990, comandou a Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia, no primeiro governo de Roberto Requião no Paraná (1991-1994). (MEMÓRIAS PARANÁ, 2023).

Mauricio Fruet disputou e perdeu as eleições para a prefeitura de Curitiba nas eleições de 1988 e 1992. Em 30 de agosto de 1998, quando estava em campanha para o cargo de deputado federal, foi acometido por um ataque cardíaco em Curitiba, que culminou em seu falecimento. Em toda sua trajetória política, Maurício Fruet foi filiado ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB, antigo MDB) (MEMÓRIAS PARANÁ, 2023) (PACHECO, 2018) (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2024).

O filho de Maurício Fruet, Gustavo Fruet, que havia sido eleito vereador por Curitiba no ano de 1996, se licenciou de seu mandato para concorrer no lugar do pai, conseguindo ser eleito para dois mandatos consecutivos na Câmara Federal (PACHECO, 2018). Em 2012, Gustavo Fruet foi eleito prefeito de Curitiba, mas foi derrotado no pleito seguinte, em 2016, quando tentava a reeleição.

Casado com Ivete Ana Bontato Fruet, Mauricio Fruet teve, além de Gustavo, outros dois filhos: Eleonora Fruet (economista formada pela Universidade Federal do Paraná, foi Professora na mesma instituição, Sócia-diretora da empresa Macro dinâmica, Secretária de Estado do Planejamento e Coordenação Geral do Paraná e Secretária da Educação de Curitiba) e Claudio Bonato Fruet (Bacharel em Direito pela Universidade de Brasília, é Advogado do Escritório Caputo Bastos & Fruet) (PEREIRA, 2016, não p.).

QUADRO 25 – CAPITAIS ACUMULADOS POR EDSON MAURICIO FRUET, A PARTIR DE SUAS ORIGENS E CONEXÕES DE PARENTESCO E SOCIABILIDADES.

IDENTIFICAÇÃO	Nome: Mauricio Roslindo Fruet Nascimento: Curitiba (PR) – 1939. Falecimento: Curitiba (PR) – 1988. 
ORIGINES/ CAPITAIS FAMILIARES	Pai: Constante Eugênio Fruet – (advogado, foi dirigente da Escola Dominical da Igreja Presbiteriana Independente Curitiba, presidente do Curitiba Futebol Clube, e Diretor do Departamento de Assistência Social do Paraná durante a gestão do governador Moysés Lupion). Mãe: Geni Roslindo Fruet – dirigente da Escola Dominical da Igreja Presbiteriana Independente Curitiba.
CASAMENTO/ CAPITAIS FAMILIARES	Esposa: Ivete Ana Bontato. Filhos: Gustavo Fruet (vereador, deputado federal e prefeito de Curitiba), Eleonora Fruet (economista formada pela Universidade Federal do Paraná, foi Professora na mesma instituição, Sócia-diretora da empresa Macro dinâmica, Secretária de Estado do Planejamento e Coordenação Geral do Paraná e Secretária da Educação de Curitiba), e Claudio Bonato Fruet (Bacharel em Direito pela Universidade de Brasília, é Advogado do Escritório Caputo Bastos & Fruet).
CAPITAIS EDUCACIONAIS	1962: concluiu o bacharelado no curso de Ciências Jurídicas e Sociais da Universidade Federal do Paraná.
CAPITAIS PROFISSIONAIS	Exerceu a profissão de advogado.
CAPITAIS POLÍTICOS	1968: eleito vereador em Curitiba pelo MDB 1970: eleito deputado estadual no Paraná pelo MDB. 1974: reeleito deputado estadual no Paraná pelo MDB. 1978: eleito deputado federal no Paraná pelo MDB. 1982: eleito prefeito de Curitiba pelo PMDB. 1986: reeleito deputado federal no Paraná pelo 1991-1994: comandou a Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia, no primeiro governo de Roberto Requião no Paraná. Em toda sua trajetória política, Mauricio Fruet foi filiado ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB, antigo MDB).
DECRETOS ASSINADOS	Assinou o decreto em homenagem a Heitor de Alencar Furtado (nome de escola municipal).

FONTE: A autora (2024).

5.1.26 – RAFAEL GRECA

Rafael Valdomiro Greca de Macedo nasceu em Curitiba, no dia 17 de março de 1956. Filho da professora Terezinha Greca de Macedo e de Eurico Dacheux de Macedo, engenheiro do Departamento de Estradas e Rodagem (DER) do Paraná, Rafael Greca é formado em Economia pela Fundação de Estudos Sociais do Paraná (FESP - 1977), e em Engenharia Civil, com especialização em Urbanismo pela Universidade Federal do Paraná em (UFPR – 1978). Era casado com a jornalista Margarita Pericás Sansone, falecida em agosto de 2024 (PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA, 2023) (GIOMBELLI, 2024, não p.).

Em sua carreira política, Rafael Greca foi eleito vereador em 1983 pelo Partido Democrático Social (PDS), deputado estadual em 1987 e reeleito em 1990 pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT), prefeito de Curitiba em 1992 pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), deputado federal em 1998 pelo Partido da Frente Liberal (PFL), deputado estadual em 2002 pelo PFL, além da indicação para o cargo de Ministro de Estado do Esporte e Turismo em 1999. Em 2016, Greca foi eleito prefeito de Curitiba pela segunda vez pelo Partido da Mobilização Nacional, sendo reeleito no ano de 2020 para o mesmo cargo pelo Partido Democratas (DEM) (PEREIRA, 2021) (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2023) (PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA, 2023) (TOSI, 2020).

A família de Rafael Greca pertence à um dos ramos mais antigo da classe dominante tradicional do Paraná.

A família Macedo tem grande poder e influência, sendo uma das mais antigas oligarquias do Paraná. Um dos sobrenomes que continua comum entre as classes dominantes. Muito influente na Associação Comercial e no Tribunal de Justiça. Tem poder desde o período colonial, atravessando o Império e a Primeira República, no século XX (PEREIRA, 2016, não p.).

Segundo Oliveira (2012, p. 225), a família Macedo, a qual pertence Rafael Greca, integra um dos ramos mais antigos da classe dominante tradicional paranaense, com agentes que se destacam em diversos campos, em especial no campo jurídico, com nomes como Celso Rotoli de Macedo (Desembargador), Marcel Guimarães Rotoli de Macedo (Juiz de Direito), Nahor Ribeiro de Macedo Neto (Juiz de Direito), Lídio José Rotoli de Macedo (Desembargador), Clotário Macedo Portugal (Patrono do Poder Judiciário paranaense) e Milton Riquelme de Macedo (Procurador-Geral do Ministério Público do Estado do Paraná entre 2004 e 2008).

Em 2020, Rafael Greca declarou ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) possuir um patrimônio de pouco mais de R\$ 864.720,00 (oitocentos e sessenta e quatro mil setecentos e vinte reais), composto por 5 imóveis, valores depositados em contas bancárias, e 32 bens classificados como “joia, quadro, objeto de arte, de coleção, antiguidade etc.”. Na mesma fonte, o agente declara que sua ocupação principal é a de engenheiro (RAFAEL, 2020).

QUADRO 26 – CAPITAIS ACUMULADOS POR RAFAEL GRECA, A PARTIR DE SUAS ORIGENS E CONEXÕES DE PARENTESCO E SOCIABILIDADES.

IDENTIFICAÇÃO	Nome: Rafael Valdomiro Greca de Macedo Nascimento: Curitiba (PR) – 1948. Falecimento: Curitiba (PR) – 2021. 
ORIGINES/ CAPITAIS FAMILIARES	Família originária da Monarquia Portuguesa do século XI, seus membros ocupam espaços de poder no Paraná desde o período colonial. Pai: Eurico Dacheux de Macedo, engenheiro do Departamento de Estradas e Rodagem (DER) do Paraná Mãe: Terezinha Greca de Macedo (professora). Demais membros da família Macedo que ocupam cargos públicos no Paraná: Celso Rotoli de Macedo (Desembargador), Marcel Guimarães Rotoli de Macedo (Juiz de Direito), Nahor Ribeiro de Macedo Neto (Juiz de Direito), Lídio José Rotoli de Macedo (Desembargador), Clotário Macedo Portugal (Patrono do Poder Judiciário paranaense) e Milton Riquelme de Macedo (Procurador-Geral do Ministério Público do Estado do Paraná entre 2004 e 2008).
CASAMENTO/ CAPITAIS FAMILIARES	Esposa: Margarita Pericás Sansone (jornalista).
CAPITAIS EDUCACIONAIS	1977: concluiu a graduação em Economia pela Fundação de Estudos Sociais do Paraná (FESP - 1977). 1978: concluiu a graduação em Engenharia Civil, com especialização em Urbanismo pela Universidade Federal do Paraná.
CAPITAIS PROFISSIONAIS	Exerceu a profissão de engenheiro
CAPITAIS ECONÔMICOS	2020: declarou ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) possuir um patrimônio de pouco mais de R\$ 864.720,00 (oitocentos e sessenta e quatro mil setecentos e vinte reais), composto por 5 imóveis, valores depositados em contas bancárias, e 32 bens classificados como “joia, quadro, objeto de arte, de coleção, antiguidade etc.”.
CAPITAIS POLÍTICOS	1983: eleito vereador em Curitiba pelo PDS. 1987: eleito deputado estadual no Paraná pelo PDT. 1990: reeleito deputado estadual no Paraná pelo PDT. 1992: eleito prefeito de Curitiba pelo PMDB. 1998: eleito deputado federal no Paraná pelo PFL. 1999: indicado como Ministro de Estado do Esporte e Turismo. 2002: eleito deputado estadual no Paraná pelo PFL. 2016: eleito prefeito de Curitiba pelo PMN. 2020: reeleito prefeito de Curitiba pelo DEM.
DECRETOS ASSINADOS	Assinou os decretos em homenagem a Maria da Luz Seiler Veiga (Dona Lulu) (nome de escola municipal) e a Cândido Portinari (escola municipal).

FONTE: A autora (2024).

5.1.27 – ROBERTO REQUIÃO

Roberto Requião de Mello e Silva nasceu em Curitiba, no dia 5 de março de 1941. Era e filho de Wallace Tadeu de Mello e Silva (médico e ex-prefeito de Curitiba) e Lucy Requião de Mello e Silva, neto de Wallace de Melo e Silva (camarista em Curitiba e deputado estadual no Paraná), e bisneto de Justiniano de Melo e Silva (bacharel em Direito, foi secretário do governo de Laménha Lins e fundador do Colégio Paranaense) (RESENDE LAIBIDA, 2015) (PEREIRA, 2016) (PARANÁ, 2024).

Roberto Requião iniciou sua formação escolar no Colégio Belmiro César. Posteriormente, estudou no Instituto de Educação do Paraná, no Grupo Escolar Dezenove de Dezembro e no Internato Paranaense, em Curitiba. Na formação superior, Roberto Requião concluiu a faculdade de Jornalismo na Pontifícia Universidade Católica do Paraná em 1964, e o curso de Direito na Universidade Federal do Paraná, no ano de 1966 (RESENDE LAIBIDA, 2015).

A família de Roberto Requião pertence à uma linhagem tradicional da política paranaense, integrando os círculos da classe dominante tradicional.

Originária da Bahia, a família Requião destacou-se, no Paraná, no ramo comercial. Euclides Requião foi o primeiro desse nome na região. Já os Mello e Silva, também de origem nordestina, tiveram pequena notoriedade no campo da política local, tendo um maior destaque no campo intelectual. A começar por Justiniano de Mello e Silva, doutor em Ciências Sociais pela Universidade de Córdoba, primeiro da família no Paraná (PEREIRA, 2016, não p.).

Na década de 1970, Roberto Requião se casou com Maristela Quarenghi de Mello e Silva, com quem tem três filhos: Maurício (deputado estadual eleito por três mandatos consecutivos), Roberta e Ricardo.

Em 1982, Roberto Requião ingressou na carreira política, sendo eleito deputado estadual pelo Paraná. Em 1985, foi eleito prefeito de Curitiba e, em 1990, foi eleito governador do Paraná. No ano de 1994, foi eleito senador pelo Paraná, voltando a concorrer e vencer a disputa pelo cargo de governador do estado, em 2002. Em 2006, concorreu à reeleição ao governo do estado e novamente conseguiu ser eleito. Em 2010, se elegeu senador para mais um mandato pelo Paraná. Nas eleições de 2018 tentou a reeleição ao Senado Federal, mas acabou derrotado (RESENDE LAIBIDA, 2015) (ROBERTO REQUIÃO, 2010).

Nos mandatos de deputado, prefeito, senador e governador, Roberto Requião integrou os quadros do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). No ano de 2022, filiou-se ao Partido dos Trabalhadores (PT) (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 2022).

Em 2022, Roberto Requião declarou ao Tribunal Superior Eleitoral possuir um patrimônio de pouco mais de R\$ 896.926,00 (oitocentos e noventa e seis mil novecentos e vinte e seis reais), composto por 2 imóveis e valores investidos em contas bancárias. Na mesma fonte consta que o agente declarou como ocupação principal a profissão de advogado (REQUIÃO, 2022).

Em 2024, Roberto Requião deixou o Partido dos Trabalhadores e se filiou ao Partido da Mobilização Nacional, sigla pela qual concorreu à prefeitura de Curitiba, mas não conseguiu se eleger.

QUADRO 27 – CAPITAIS ACUMULADOS POR ROBERTO REQUIÃO, A PARTIR DE SUAS ORIGENS E CONEXÕES DE PARENTESCO E SOCIABILIDADES.

IDENTIFICAÇÃO	Nome: Roberto Requião de Mello e Silva Nascimento: Curitiba (PR) – 1941. 
ORIGINES/ CAPITAIS FAMILIARES	Família de origem nordestina, se destacou no campo político e intelectual. Pai: Wallace Tadeu de Mello e Silva (médico e ex-prefeito de Curitiba). Mãe: Lucy Requião de Mello e Silva Avô paterno: Wallace de Melo e Silva (camarista em Curitiba e deputado estadual no Paraná). Bisavô paterno: Justiniano de Melo e Silva (bacharel em Direito, foi secretário do governo de Lamenha Lins e fundador do Colégio Paranaense).
CASAMENTO/ CAPITAIS FAMILIARES	Esposa: Maristela Quarenghi de Mello e Silva. Filhos: Maurício Requião (conhecido como Requião Filho, é deputado estadual eleito por três mandatos consecutivos), Roberta Requião e Ricardo Requião.
CAPITAIS EDUCACIONAIS	Início da formação escolar: Colégio Belmiro César. Posteriormente, estudou no Instituto de Educação do Paraná, no Grupo Escolar Dezenove de Dezembro e no Internato Paranaense, em Curitiba. 1964: Formou-se em Jornalismo na PUC – PR. 1966: Formou-se em Direito na UFPR.
CAPITAIS PROFISSIONAIS	Exerceu a profissão de advogado.
CAPITAIS ECONÔMICOS	2022: declarou ao Tribunal Superior Eleitoral possuir um patrimônio de pouco mais de R\$ 896.926,00 (oitocentos e noventa e seis mil novecentos e vinte e seis reais), composto por 2 imóveis e valores investidos em contas bancárias.
CAPITAIS POLÍTICOS	1982: eleito deputado estadual no Paraná pelo PMDB. 1985: eleito prefeito de Curitiba pelo PMDB. 1990: eleito governador do Paraná pelo PMDB. 1994: eleito senador no Paraná pelo PMDB. 2002: eleito governador do Paraná pelo PMDB. 2006: reeleito governador do Paraná pelo PMDB. 2010: eleito senador no Paraná pelo PMDB.
DECRETOS ASSINADOS	Assinou o decreto em homenagem a Sidônio Muralha (nome de escola municipal) e a Erasmo Pilotto (nome de escola municipal).

FONTE: A autora (2024).

Totalizando 14 indicações para as nomeações dos bens públicos estudados, a participação de agentes do Poder Executivo nesse processo apresenta um dado interessante: as indicações se concentram nos processos referentes à escolha de nomes para unidades básicas de saúde e, sobretudo, para escolas municipais. Não conseguimos encontrar uma explicação para isso nos termos da legislação histórica e/ou vigente, mas, observando os números da tabela a seguir, o fato se torna evidente:

TABELA 15 – INDICAÇÕES PARA A NOMEAÇÃO DE BENS PÚBLICOS FEITAS POR PREFEITOS EM CURITIBA

PREFEITOS	RUAS	PRAÇAS/ JARDINETES	UNIDADES DE SAÚDE	ESCOLAS MUNICIPAIS	TOTAL
Cássio Taniguchi	0	0	3	1	4
Jaime Lerner	0	0	1	3	4
Luciano Ducci	0	0	0	1	1
Maurício Fruet	0	0	0	1	1
Rafael Greca	0	0	0	2	2
Roberto Requião	0	0	0	2	2

Fonte: A autora (2023).

Quando analisamos a atuação dos agentes políticos de maneira geral (pertencentes ao Poder Legislativo e ao Poder Executivo), percebemos que existe uma variada composição quanto às filiações partidárias nas diversas épocas em que as homenagens foram prestadas. Acreditamos que isso aconteça, devido ao recorte das nomeações estudadas (que abrange algumas décadas), bem como inferimos que a histórica mudança de filiações partidárias, característica da trajetória de muitos agentes políticos brasileiros, contribua para o processo.

TABELA 16 – INDICAÇÕES PARA NOMEAÇÕES DOS BENS PÚBLICOS ESTUDADOS, SEGUNDO AS LEGENDAS PARTIDÁRIAS⁴⁶

PARTIDO	NÚMERO DE INDICAÇÕES
ARENA	1
PDS	1
PDT	10
PFL	7
PL	1
PMDB/MDB	9
PP	2
PPB	2
PSB	1
PSDB	3
SEM INFORMAÇÃO	12

Fonte: A autora (2024).

As trajetórias biográficas descritas até aqui apresentam dados a respeito dos capitais herdados, acumulados e/ou reconvertidos pelos agentes responsáveis pelas nomeações dos bens públicos pesquisados, ou seja, pelos agentes do campo político que utilizaram seus capitais nesse jogo de poder. Posteriormente, a análise prosopográfica destas informações, em conjunto com a análise das biografias coletivas dos agentes

⁴⁶ Para informações detalhadas a respeito da filiação partidária de cada um dos agentes na época da indicação dos homenageados, consultar apêndice 03.

homenageados, completa a proposta metodológica de presente tese, avaliando as possibilidades de a hipótese inicial lançada ser confirmada, refutada ou reposicionada.

A seguir, apresentamos as biografias dos agentes homenageados, iniciando com as biografias individuais dos 17 agentes que nomearam as escolas de referência e, posteriormente, dos 47 agentes que nomearam os demais tipos de bens públicos.

5.2 – BIOGRAFIAS DOS AGENTES QUE NOMEIAM OS DEZESSETE COLÉGIOS ESTADUAIS QUE COMPÕEM O RECORTE DE REFERÊNCIA:

A seguir, apresentamos de maneira resumida os quadros biográficos individuais dos agentes estudados em nossa dissertação de mestrado, com a intenção de observar, de maneira sucinta, os capitais acumulados e reconvertidos por destes indivíduos em suas trajetórias (PODLASEK, 2020).

ESCOLAS DO SÍTIO CERCADO:

5.2.1 – COLÉGIO ESTADUAL HASDRÚBAL BELLEGARD

QUADRO 28- CAPITAIS ACUMULADOS POR HASDRUBAL BELLEGARD A PARTIR DE SUAS ORIGENS E CONEXÕES DE PARENTESCO E SOCIABILIDADES

IDENTIFICAÇÃO	Hasdrubal Bellegard  Nascimento: Paranaguá – 1896. Falecimento: ? – 1977.
ORIGENS/ CAPITAIS FAMILIARES	Pai: Amélio Ferreira Bellegard. Mãe: Maria Cândida Negrão Bellegard.
CASAMENTO/ CAPITAIS FAMILIARES	Esposa: Olinda Araújo Bellegard. Filha: Maria Tereza Bellegard. Filha: Raquel Olinda Bellegard.
CAPITAIS EDUCACIONAIS	1922: formou-se engenheiro agrônomo pela Escola de Agronomia do Paraná (numa turma com figuras de destaque da sociedade paranaense como Oswaldo Pilotto).
CAPITIAS PROFISSIONAIS	Década de 1930: integrou o Sindicato Patronal dos Madeireiros do Paraná, ocupando o cargo de secretário A partir de 1939: compôs a diretoria da Associação Comercial do Paraná, nos Departamentos de Madeira, de Erva Mate, no cargo de secretário geral da entidade. 1960: tornou-se vice-presidente da Associação Comercial do Paraná/ membro do Conselho Fiscal do Clube do Comércio/ diretor-presidente da Distribuidora Cummins Diesel do Paraná. 1961: representante da Federação das Indústrias do Paraná – FIEP. 1974: passou a integrar o Conselho Administrativo do Banco Bamerindus do Brasil.

CAPITAIS POLÍTICOS	1947: foi suplente de deputado estadual pelo Partido Social Progressista. 1960: apoio à candidatura de Ney Braga ao governo do Paraná.
CAPITAIS SIMBÓLICOS	Além de nomear um colégio estadual no bairro Sítio Cercado, Bellegard também é homenageado batizando uma rua no bairro da Cidade Industrial (CIC) em Curitiba.

FONTE: PODLASEK (2020, p. 113-114).

Apesar de não conseguirmos levantar maiores informações sobre os capitais econômicos do agente, os dados que encontramos a respeito da acumulação e reconversão de outras formas de capitais (educacionais, profissionais e políticos) nos permitem classificá-lo como um membro da Classe Dominante Tradicional.

5.2.2 – COLÉGIO ESTADUAL PROFESSOR TEOBALDO LEONARDO KLETEMBERG

QUADRO 29- CAPITAIS ACUMULADOS POR TEOBALDO LEONARDO KLETEMBERG A PARTIR DE SUAS ORIGENS E CONEXÕES DE PARENTESCO E SOCIABILIDADES

IDENTIFICAÇÃO	Teobaldo Leonardo Kletemberg Nascimento: Bom Retiro (SC) – 1937. Falecimento: – 1995.
CAPITAIS EDUCACIONAIS	Formação no magistério na disciplina de História.
CAPITAIS PROFISSIONAIS	Professor em diversas escolas estaduais do Paraná. Professor no Colégio Bom Jesus, no Colégio Nossa Senhora Medianeira e na Faculdade de Administração e economia (FAE). Diretor dos Colégios Estaduais Dom Orione, Santa Isabel e Silvestre Kandora, Coordenador da Comissão Executiva Regional de Curitiba dos Exames Supletivos. Coordenador da Área de Estudos Sociais do Colégio Estadual do Paraná. Assistente do Núcleo Regional de Educação em Curitiba.
CAPITAIS SIMBÓLICOS	Além de nomear o colégio estadual no bairro Sítio Cercado, Teobaldo Leonardo Kletemberg também nomeia uma rua na Cidade Industrial de Curitiba (CIC)

FONTE: PODLASEK (2020, p. 128).

Apesar da escassez de dados obtidos sobre a trajetória de Teobaldo Kletemberg, as informações levantadas nos permitem observar que ele teve uma sólida carreira no magistério do Ensino Básico, atuou como professor no Ensino Superior e ocupou cargos de coordenação junto a órgãos educacionais públicos do estado. Por esses motivos, podemos inferir que, mesmo não possuindo capitais que o insiram na Classe Dominante Tradicional, o agente é um indivíduo que orbita os espaços das elites.

5.2.3 – COLÉGIO ESTADUAL PROFESSORA INEZ VICENTE BOROCZ

QUADRO 30- CAPITAIS ACUMULADOS POR INEZ VICENTE BOROCZ A PARTIR DE SUAS ORIGENS E CONEXÕES DE PARENTESCO E SOCIABILIDADES

IDENTIFICAÇÃO	Nome: Inez Vicente Borocz Nascimento: ? – 1946 Falecimento: ? – 1991.
ORIGENS/ CAPITAIS FAMILIARES	Esposo: Vitor Borocz

FONTE: A autora (2024.)

A ausência de dados obtidos sobre a trajetória de Inez Vicente Borocz não permite uma avaliação a respeito dos capitais que ela acumulou/reconverteu, nem sua classificação dentro de uma hierarquia de classes.

5.2.4 – COLÉGIO ESTADUAL FLÁVIO FERREIRA DA LUZ

QUADRO 31- CAPITAIS ACUMULADOS POR FLÁVIO FERREIRA DA LUZ A PARTIR DE SUAS ORIGENS E CONEXÕES DE PARENTESCO E SOCIABILIDADES

IDENTIFICAÇÃO	Flávio Ferreira da Luz Nascimento: Curitiba – 18 de agosto de 1887. Falecimento: Curitiba – 20 de março de 1954	
ORIGENS/ CAPITAIS FAMILIARES	Avô paterno: Vicente Ferreira da Luz – proprietário de terras, major do Exército e juiz municipal em Curitiba durante o século XIX. Pai: José Ferreira da Luz – delegado de polícia e tabelião em Curitiba. Mãe: Bertholina Pereira da Luz.	
CASAMENTO/ CAPITAIS FAMILIARES	Esposa: Sarah Lopes da Luz Sogro: Coronel Jesuíno Lopes - proprietário da Impressora Paranaense, em sociedade com Ildefonso Pereira Correia, o Barão do Serro Azul. O Coronel Jesuíno Lopes era filho de Cândido Martins Lopes, fundador da “Typografia Paranaense” e do jornal “O Dezenove de Dezembro”. Cândido Lopes é homenageado nomeando uma rua no Centro de Curitiba.	
CAPITAIS / EDUCACIONAIS	Formação educacional primária na escola do Professor Raymundo Ramos. Formação educacional propedêutica no Colégio Vianna em Curitiba. 1904: Ingresso na Faculdade de Direito do Rio de Janeiro. Conclusão da graduação: 1909	
CAPITAIS PROFISSIONAIS	1917 – 1921/ 1927: foi Presidente da Federação Espírita do Paraná, tendo exercido diversos outros cargos continuamente na instituição. 1920 – 1950: exerceu o ofício de tabelião do Cartório de Imóveis do 1º Distrito de Curitiba. 1924: participou da fundação da PRB-2, a Rádio Clube Paranaense.	
CAPITAIS ECONÔMICOS	Herdou de seu pai o cargo de titular do Cartório de Registro de Imóveis do 1º Distrito de Curitiba 1920 – 1930: foi proprietário e diretor do Ginásio Curitibano	
CAPITAIS POLÍTICOS	1923: Integrou a diretoria fundadora do Partido Republicano Liberal.	
CAPITAIS SIMBÓLICOS	É homenageado nomeando o Colégio Estadual Flávio Ferreira da Luz, no bairro Sítio Cercado, em Curitiba.	

FONTE: PODLASEK (2020, p. 109-110).

As informações sobre a biografia do agente indicam um processo importante de acumulação e reconversão de capitais (familiares, educacionais, profissionais e econômicos), o que permite classificá-lo como indivíduo pertencente à Classe Dominante Tradicional.

5.2.5 – COLÉGIO ESTADUAL PROFESSOR GUIDO ARZUA

QUADRO 32- CAPITAIS ACUMULADOS POR GUIDO ARZUA A PARTIR DE SUAS ORIGENS E CONEXÕES DE PARENTESCO E SOCIABILIDADES

IDENTIFICAÇÃO	Guido Arzua Nascimento: Curitiba – 1916. Falecimento: Curitiba – 2004. 
ORIGENS/ CAPITAIS FAMILIARES	Pai: Militão Arzua – contador da empresa “João Eugênio & C.” e industrial madeireiro. Mãe: Etelvina Arzua. Primo: Ivo Arzua – Prefeito de Curitiba entre 1962 e 1967. Em sua homenagem foi nomeado um Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI) no bairro Sítio Cercado, em Curitiba.
CASAMENTO/ CAPITAIS FAMILIARES	Esposa: Stella Camargo Arzua. Em sua homenagem foi nomeada uma rua no bairro Tatuquara, em Curitiba. Filho: Heron Arzua – graduado em Direito na UFPR, secretário da fazenda durante três gestões do governo Requião no Paraná (1991-1994 e 2003-2010).
CAPITAIS EDUCACIONAIS	Formação educacional secundária no Colégio Novo Atheneu em Curitiba. Intensa participação em atividades esportivas, atuando principalmente como atleta de basquete (BOLA, 1934), e colunista esportivo do jornal paranaense O Estado (PR). 1938: Graduação em Direito da Universidade do Paraná.
CAPITAIS PROFISSIONAIS	1940: Ingressou na carreira militar, como aspirante a oficial, e na mesma época foi um dos fundadores e também diretor da Escola Normal da cidade de Jacarezinho. Integrou o quadro docente do Colégio Estadual do Paraná (antigo Ginásio Paranaense). Final da década de 1960: passou a integrar o quadro docente da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná. 1983 a 1985: foi diretor do Rotary Clube de Curitiba.
CAPITAIS POLÍTICOS	1974: foi nomeado Diretor de Cultura da Secretaria de Estado da Educação do Paraná. O filho, Heron Arzua, foi Secretário da Fazenda durante três gestões do governo Roberto Requião no Paraná.
CAPITAIS SIMBÓLICOS	Nomeia um colégio estadual no bairro Sítio Cercado, em Curitiba

FONTE: PODLASEK (2020, p. 111).

Os dados levantados indicam uma importante acumulação e reconversão de capitais na trajetória do agente (especialmente os capitais familiares), o que permite classificá-lo como integrante da Classe Dominante Tradicional.

ESCOLAS DA CIDADE INDUSTRIAL DE CURITIBA (CIC):

5.2.6 – COLÉGIO ESTADUAL TEOTÔNIO VILELA

QUADRO 33- CAPITAIS ACUMULADOS POR TEOTÔNIO VILELA A PARTIR DE SUAS ORIGENS E CONEXÕES DE PARENTESCO E SOCIABILIDADES

IDENTIFICAÇÃO	Teotônio Brandão Vilela Nascimento: Viçosa (AL) - 1917. Falecimento: Maceió (AL) - 1983. 
ORIGENS/ CAPITAIS FAMILIARES	Pai: Elias Brandão Vilela – proprietário rural. Mãe: Isabel Brandão Vilela. Irmão: Avelar Brandão Vilela - Cardeal-Arcebispo de Salvador (BA) e primaz do Brasil. Em sua homenagem foram nomeadas ruas nas cidades de Cascavel (PR), Maceió (AL), Bragança Paulista (SP) e Alagoinhas (BA).
CASAMENTO/ CAPITAIS FAMILIARES	Esposa: Helena Quintela Brandão Vilela. Filhos: Teotônio Vilela teve sete filhos com Helena Quintela Brandão Vilela, dentre os quais conseguimos levantar informações sobre: Teotônio Brandão Vilela Filho - eleito Senador pelo PMDB em 1986 e reeleito pelo PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira) em 1994. Em 2006, foi eleito governador de Alagoas. Em 2017, foi denunciado pelo Ministério Público Federal (MPF) por denúncias de corrupção, fatos que negou ter qualquer ligação. Elias Brandão Vilela Neto - produtor agrícola em Alagoas, diretor das Usinas Reunidas Seresta, formado em Agronomia pela Universidade Federal de Alagoas, foi denunciado pelo Ministério Público Federal (MPF), juntamente com seu irmão, Teotônio Brandão Vilela Filho, por esquemas de corrupção no ano de 2017.
CAPITAIS ECONÔMICOS	Herança de propriedades rurais.
CAPITAIS CULTURAIS/ SOCIAIS/ EDUCACIONAIS	Iniciou sua formação escolar no Ginásio de Maceió (AL). Posteriormente, cursou o Colégio Nóbrega (PE) em sua formação secundária. Frequentou as faculdades de Engenharia no Recife (PE), e de Direito no Rio de Janeiro (RJ), além de prestar exames para a Escola Militar do Realengo (RJ), mas nunca chegou a concluir nenhum curso universitário.
CAPITAIS POLÍTICOS	1954: foi eleito deputado estadual em Alagoas pela UDN (União Democrática Nacional), partido em que foi um dos fundadores. Entre 1961 e 1966: foi vice-governador na gestão do alagoano udenista General Luís Cavalcante. 1964: apoiou o golpe de Estado que derrubou o Presidente João Goulart e instaurou um Regime Militar no país. 1966: com a instituição do bipartidarismo, se filiou à ARENA (Aliança Renovadora Nacional – partido governista), se elegendo no mesmo ano ao Senado pelo estado de Alagoas. Mesmo tendo se alinhado ao governo militar, Vilela, já no início de seu mandato de senador, tomou um posicionamento crítico diante do autoritarismo do regime. 1974: foi reeleito senador pela ARENA, período em que iniciou uma campanha pública pela redemocratização nacional. 1978: aderiu à Frente Nacional pela Redemocratização, movimento que reunia boa parte do MDB (Movimento Democrático Brasileiro – partido de oposição oficial), setores militares descontentes com o regime, e dissidentes da ARENA. 1979: com a posse do General Figueiredo, Teotônio Vilela deixou a ARENA e ingressou no MDB. 1982: assumiu a vice-presidência do PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro), e se afastou da vida parlamentar, devido a problemas de saúde.
CAPITAIS SIMBÓLICOS	Além de nomear o Colégio Estadual Teotônio Vilela, O político é homenageado nomeando diversas ruas e avenidas em cidades brasileiras – Manaus (AM), Osasco (SP), Bento Gonçalves (RS), Chapecó (SC), Salvador (BA), Bertioga (SP), Gravataí (RS), São Paulo (SP). Um município no estado de Alagoas também é nomeado em homenagem ao Senador. Diversas praças também são nomeadas em homenagem a Teotônio Vilela em Barueri (SP), Varginha (MG),

	Caruaru (PE), Bertiooga (SP), Juiz de Fora (MG), entre outras cidades. Outras instituições de ensino também são nomeadas com o nome de Vilela no estado do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, entre outros. No estado de São Paulo, um conjunto habitacional também leva seu nome.

FONTE: PODLASEK (2020, p. 130-131).

As informações levantadas indicam um importante processo de acumulação e reconversão de capitais, o que permite classificar o agente como um membro da Classe Dominante Tradicional. No entanto, este agente não integra o campo político paranaense, sendo membro da CDT alagoana, com destaque no nível nacional.

5.2.7 – COLÉGIO ESTADUAL RODOLPHO ZANINELLI

QUADRO 34- CAPITAIS ACUMULADOS POR RODOLPHO ZANINELLI A PARTIR DE SUAS ORIGENS E CONEXÕES DE PARENTESCO E SOCIABILIDADES

IDENTIFICAÇÃO	Rodolpho Zaninelli Nascimento: – 1898. Falecimento: – 1941.
ORIGENS/ CAPITAIS FAMILIARES	Pai: José Zaninelli. Mãe: Eliza Zaninelli
CASAMENTO/ CAPITAIS FAMILIARES	Esposa: Joana Daldegan Zaninelli
CAPITAIS ECONÔMICOS	Artesão, criou uma empresa especializada na confecção de sapatos para pessoas com deficiência física.
CAPITAIS SIMBÓLICOS	Além de nomear o Colégio Estadual Rodolpho Zaninelli, o artesão curitibano também é homenageado nomeando uma rua no bairro Mossunguê em Curitiba.

FONTE: PODLASEK (2020, p. 127).

O volume escasso de informações não permitiu que fosse possível a classificação de classe do agente, segundo os critérios estabelecidos na pesquisa. De qualquer maneira, os capitais profissionais e simbólicos sugerem uma integração ao grupo dos emergentes/agregados que vivem da proximidade com a Classe Dominante Tradicional.

5.2.8 – COLÉGIO ESTADUAL PROFESSORA HILDEGARD SONDHAL

QUADRO 35- CAPITAIS ACUMULADOS POR HILDEGARD SONDHAL A PARTIR DE SUAS ORIGENS E CONEXÕES DE PARENTESCO E SOCIABILIDADES

IDENTIFICAÇÃO	Hildegard Sondhal Nascimento: Curitiba – 1940. Falecimento: Curitiba – 1994.	
ORIGENS/ CAPITAIS FAMILIARES	Pai: Ricardo Schmäh - comerciante na capital paranaense, foi proprietário do “Depósito Atlântica” em Curitiba. Mãe: Irma Schmäh	

CASAMENTO/ CAPITAIS FAMILIARES	Esposo: Odinir Sondhal era atleta reconhecido em Curitiba, sendo eleito Presidente da Federação Paranaense de Vôlei em 1961.
CAPITAIS EDUCACIONAIS	Iniciou sua formação escolar no Jardim de Infância da Igreja Luterana. Formação primária, ginásial e colegial se deu no Colégio da Divina Providência, onde concluiu o curso do magistério. Frequentava a Sociedade Duque de Caxias, onde praticava voleibol, se destacando como atleta de alto nível. Cursou História e Geografia na Universidade Federal do Paraná.
CAPITAIS PROFISSIONAIS	1958: quando ainda cursava o magistério, Hildegard Sondhal iniciou estágio de docência no Grupo Escolar Caramuru. Durante muito tempo trabalhou na Escola Imaculada Conceição em Curitiba, que teria seu nome alterado para Colégio Padre João Bagozzi, no ano de 1973, época em que Hildegard Sondhal passou a dirigir a instituição.
CAPITAIS SIMBÓLICOS	Nomeia um colégio estadual no bairro Cidade Industrial de Curitiba.

FONTE: A PODLASEK (2020, p. 117).

Apesar das informações sobre a trajetória da agente serem escassas, é possível observarmos que ela acumulou e reconverteu capitais, especialmente no campo educacional. Por isso, apesar de não podermos classificá-la como membro da Classe Dominante Tradicional, certamente ela integra a camada dos agregados que orbitavam os espaços das elites.

5.2.9 – COLÉGIO ESTADUAL EURIDES BRANDÃO

QUADRO 36- CAPITAIS ACUMULADOS POR EURIDES BRANDÃO A PARTIR DE SUAS ORIGENS E CONEXÕES DE PARENTESCO E SOCIABILIDADES

IDENTIFICAÇÃO	Eurides Brandão
CASAMENTO/ CAPITAIS FAMILIARES	Esposa: Ercília Fioravante Brandão Filho: Hermas Eurides Brandão - nasceu em 1943, formado em Direito pela Faculdade Brasileira de Ciências Jurídicas do Rio de Janeiro, foi serventuário da justiça como titular do Cartório de Registro de Imóveis de Andirá e empresário pecuarista. Foi prefeito de Andirá entre 1977 e 1982, Secretário de Estado da Agricultura e Abastecimento do Paraná entre 1995 e 1998. Foi vice-presidente da Assembleia Legislativa no período de 1993/1994, tendo exercido sua presidência em diversas oportunidades. Em 2000 assumiu a Presidência da Assembleia Legislativa do Paraná – ALEP. Em 2002 foi reeleito com 123.385 votos. Neto: Hermas Brandão Junior - Bacharel em Direito e serventuário da Justiça na Comarca de Fazenda Rio Grande, na Região Metropolitana de Curitiba, filho do conselheiro do Tribunal de Contas e ex-presidente da ALEP Hermas Brandão, é natural de Ourinhos (SP), onde nasceu em 16 de outubro de 1970.
CAPITAIS PROFISSIONAIS	Serventuário da justiça como titular do Cartório de Registro de Imóveis de Andirá.
CAPITAIS ECONÔMICOS	Acionista da Rádio e Televisão Coroados S/A (PR).
CAPITAIS POLÍTICOS	Foi Primeiro Secretário do Diretório Municipal do PSD (Partido Social Democrático) em Andirá na década de 1940. Vereador em Andirá nas décadas de 1940 e 1960.
CAPITAIS SIMBÓLICOS	Além de nomear o Colégio Estadual Eurides Brandão em Curitiba, o renomado serventuário e empresário também é homenageado batizando uma avenida no bairro Jardim Nova Andirá, na cidade de Andirá (PR).

FONTE: PODLASEK (2020, p. 107.)

Apesar das informações levantadas não serem completas, observamos que o agente possui relevantes recursos acumulados (especialmente nos campos econômico e político), e reconvertidos (por meio dos capitais familiares dos filhos), o que nos permite classificá-lo como integrante da Classe Dominante Tradicional, enquanto membro que assegurou condições para que os descendentes (filho e neto) alcançassem postos importantes nos campos jurídico (cartórios) e político (ALEP).

5.2.10 – COLÉGIO ESTADUAL PROFESSORA MARLI QUEIROZ AZEVEDO

QUADRO 37- CAPITAIS ACUMULADOS POR MARLI QUEIROZ AZEVEDO A PARTIR DE SUAS ORIGENS E CONEXÕES DE PARENTESCO E SOCIABILIDADES

IDENTIFICAÇÃO	Marli Queiroz Azevedo Nascimento: Curitiba - 1947 Falecimento: Curitiba – 2003.	
ORIGENS/ CAPITAS FAMILIARES	Pai: Ary Camargo de Queiroz – engenheiro, homenageado nomeando uma rua no bairro Centro Cívico, em Curitiba. Mãe: Diva Veloso Queiroz - diretora da ‘Casa do Pequeno Jornaleiro’, instituição de assistência social em Curitiba. Irmão: Ary Veloso Queiroz - engenheiro civil, diretor da Habitação S/A, e empresário do ramo da construção civil. Entre 1983 e 1986, foi Presidente da Companhia Paranaense de Energia (COPEL) e, ao deixar o cargo na Copel, foi eleito vice-governador do Paraná (1987 a 1991), quando acumulou a função, com o comando da Secretaria do Interior do Estado. Cunhada: Vera Lucia Conti - filha do Secretário da Segurança Pública do Paraná, Ítalo Conti, e sobrinha do deputado Aníbal Khury.	
CASAMENTO/ CAPITAS FAMILIARES	Esposo: Ney Fernando Perracini de Azevedo - formou-se em Engenharia Civil pela Universidade Federal do Paraná, em 1965. Foi engenheiro do Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná, da Companhia Paranaense de Energia (COPEL), professor na Universidade Federal do Paraná e na Faculdade Católica de Administração e Economia, em Curitiba, exerceu diversos cargos até chegar à Presidência do Instituto de Engenharia do Paraná, integrou o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná (CREA/PR) como conselheiro e como Diretor-secretário, foi Presidente do Rotary Club de Curitiba, integrou o Conselho Consultivo do Curitiba Foot Ball Club, foi Diretor-secretário do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná e Presidente do Centro de Letras do Paraná	
CAPITAS EDUCACIONAIS	Formação educacional básica no Colégio Nossa Senhora de Lourdes. 1966: conclusão do magistério na Escola Normal do Colégio Nossa Senhora de Lourdes. 1982: conclusão da graduação em Letras/Português na Universidade Federal do Paraná.	
CAPITAS PROFISSIONAIS	1970: aprovação em concurso para o quadro do magistério do estado do Paraná. Exerceu o cargo de professora nas escolas: Dom Ático, Eusébio da Rocha, João Loyola, Escola Paroquial São Francisco de Paula, Bom Pastor e Professor Cleto. Diretora Social da Associação de Pais e Mestres do Colégio Marista Santa Maria. Coordenou atividades para esposas no Instituto de Engenharia do Paraná e na Associação Brasileira de Engenheiros Civis, e participou de atividades assistenciais no Rotary Club de Curitiba.	
CAPITAS POLÍTICOS	Irmão: Ary Veloso Queiroz - Vice-governador do Paraná entre 1987 e 1991, quando acumulou a função, com o comando da Secretaria do Interior do Estado. Cunhada: Vera Lucia Conti - filha do Secretário da Segurança Pública do Paraná, Ítalo Conti, e sobrinha do deputado Aníbal Khury.	

CAPITAIS SIMBÓLICOS	Além de nomear o Colégio Estadual Marly Queiroz Azevedo, a professora também é homenageada batizando uma rua no bairro Cajuru, e uma praça no bairro Sítio Cercado, ambas em Curitiba

FONTE: PODLASEK (2020, p. 120-121).

A grande quantidade de informações levantada sobre a trajetória de Marly Queiroz Azevedo nos permite enxergar uma série de capitais acumulados pela agente, condizentes com as camadas agregadas, que orbitam os espaços da Classe Dominante Tradicional, sem necessariamente partilhar de todos os seus capitais ou poder.

ESCOLA DO BAIRRO ALTO:

5.2.11 – COLÉGIO ESTADUAL PILAR MATURANA

QUADRO 38- CAPITAIS ACUMULADOS POR PILA MATURANA A PARTIR DE SUAS ORIGENS E CONEXÕES DE PARENTESCO E SOCIABILIDADES

IDENTIFICAÇÃO	Maria Del Pilar Maturana Nascimento: Madri (Espanha) - 1895 Falecimento: Rio de Janeiro – 1996.
ORIGENS/ CAPITAS FAMILIARES	Pai: Carlos Gutierrez Maturana (Marquês de Medina) Mãe: Maria Matheus Arias Dávila
CAPITAIS EDUCACIONAIS	Formação educacional no Colégio do Sagrado Coração de Jesus – Madri – Espanha. Formação religiosa na mesma instituição.
CAPITAIS PROFISSIONAIS	Atuou como educadora no Colégio do Sagrado Coração de Jesus em Madri – Espanha. Atuou como educadora no Colégio do Sagrado Coração de Jesus em Belo Horizonte (MG) entre os anos de 1951 e 1975. Atuou como educadora no Colégio Cônego Camargo em Curitiba entre os anos de 1984 e 1995.
CAPITAIS SIMBÓLICOS	Nomeia um colégio estadual no Bairro Alto, em Curitiba.

FONTE: PODLASEK (2020, p. 118-119).

Pilar Maturana é uma agente estrangeira, que veio para o Brasil devido as relações que possuía com o clero católico. As poucas informações conseguidas indicam que ela era oriunda de uma família abastada na Espanha, mas os capitais que acumulou e reconverteu no Brasil não nos permitem classificá-la como integrante da Classe Dominante Tradicional, sendo mais próxima da camada agregadas e emergentes.

ESCOLA DO CAMPO DE SANTANA:

5.2.12 – COLÉGIO ESTADUAL NIRLEI MEDEIROS

QUADRO 39- CAPITAIS ACUMULADOS POR NIRLEI MEDEIROS A PARTIR DE SUAS ORIGENS E CONEXÕES DE PARENTESCO E SOCIABILIDADES

IDENTIFICAÇÃO	Nirlei Medeiros Nascimento: Falecimento:
CAPITAIS EDUCACIONAIS	1965: Ingressou no Colégio Estadual do Paraná 1968: Ingressou no curso de Arquitetura e Urbanismo na Universidade Federal do Paraná
CAPITAIS PROFISSIONAIS	Trabalhou na FUNDEPAR, atual Instituto Paranaense de Desenvolvimento Educacional.
CAPITAIS SIMBÓLICOS	Nomeia um colégio estadual no Bairro Alto, em Curitiba.

Fonte: A autora (2024).

ESCOLA DO CENTRO:

5.2.13 – INSTITUTO DE EDUCAÇÃO DO PARANÁ PROFESSOR ERASMO PILOTTO

QUADRO 40- CAPITAIS ACUMULADOS POR ERASMO PILOTTO A PARTIR DE SUAS ORIGENS E CONEXÕES DE PARENTESCO E SOCIABILIDADES

NOME	Erasmio Pilotto Nascimento: Rebouças (PR) – 1910. Falecimento: Curitiba – 1992.	
ORIGEM/ CAPITAIS FAMILIARES	Pai: José Pilotto Sobrinho – originário da imigração italiana. Mãe: Ernestina Gonçalves da Motta Pilotto – originária de uma tradicional família de comerciantes de Guarapuava. Também era professora. Primos: Osvaldo Pilotto - engenheiro agrônomo, professor, jornalista e historiador. Trabalhou como docente na Escola Normal de Curitiba e na Universidade Federal do Paraná. É autor da obra “Cem Anos de Imprensa no Paraná” e integrante da Academia Paranaense de Letras. Recebe a homenagem de nomear uma rua no bairro Borda do Campo, em São José dos Pinhais (PR). Valfrido Pilotto - delegado de polícia, advogado, jornalista, escritor, poeta, historiador e filósofo.	
CASAMENTO/ CAPITAIS FAMILIARES	Esposa: Anita Camargo Pilotto - formada normalista, exerceu a profissão docente e também foi escritora, destacando-se em sua produção a obra Casa de Zinco.	
CAPITAIS ECONÔMICOS	Fundador e proprietário do Instituto Pestalozzi, escola privada em Curitiba.	
CAPITAIS EDUCACIONAIS	Iniciou sua formação educacional nas escolas Xavier da Silva, 19 de Dezembro e na Escola de Júlio Teodorico Guimarães. A formação ginasial de Pilotto foi concluída no Ginásio Paranaense. 1927: iniciou o curso para o magistério na Escola Normal de Curitiba, concluído em 1929.	
CAPITAIS / PROFISSIONAIS	1929: ingressou na Escola Normal de Paranaguá, permanecendo no cargo de formador de professores dessa instituição até 1930. Nos anos posteriores, trabalhou como professor em escolas normais de Ponta Grossa (PR) e Curitiba, e foi na instituição da capital paranaense onde desenvolveu a maior parte de seu trabalho na formação de docentes, permanecendo no cargo do ano de 1933 até 1946.	

	Também desenvolvia nessa época uma série de atividades de apoio e produção artística, transformando a Escola Normal em um importante centro cultural da capital. Posteriormente, Pilotto participou da fundação do Centro de Cultura Filosófica (CCF), e da criação da Sociedade de Cultura Artística Brasília Itiberê (SCABI), instituição que posteriormente reuniria intelectuais para a criação da Escola de Música e Belas Artes do Paraná. 1943: fundou o Instituto Pestalozzi, uma escola privada que seguia as mesmas orientações pedagógicas que o professor aplicava no ensino público. 1940: publicou seu primeiro livro intitulado Emílio (1944), além de iniciar atividades jornalísticas, escrevendo para jornais curitibanos como O Dia e Diário da Tarde. Década de 1950: atuou na Escola Moderna Dario Vellozo, e participou da criação da Escola Paranaense de Pedagogia. 1952: publicou a obra A educação é um direito de todos. 1956: fundou a Associação de Estudos Pedagógicos (AEP). 1982: foi agraciado com o título Professor <i>Honoris Causa</i> pela Universidade Federal do Paraná. Após seu falecimento em 1992, a esposa, Anita Camargo Pilotto, doa todo o acervo bibliográfico do Professor para a Universidade Federal do Paraná. 1992: Renomeação do Instituto de Educação do Paraná, que passou a se chamar Instituto de Educação Professor Erasmo Pilotto, em homenagem ao renomado professor.
CAPITAIS POLÍTICOS	1949-1951: foi Secretário de Educação do estado do Paraná durante o governo de Moisés Lupion, quando desenvolveu o projeto das Escolas Normais regionais. 1951: foi transferido para o Tribunal de Contas do estado, no cargo de auditor, por provável influência de Lupion no final de seu mandato.
CAPITAIS SIMBÓLICOS	Além do Instituto de Educação em Curitiba, outras duas instituições escolares foram nomeadas em homenagem ao Professor Erasmo Pilotto: uma escola municipal no Bairro Alto, na capital paranaense, e uma escola municipal no Centro da cidade de Rebouças (PR). O agente também é homenageado nomeando um jardinete no bairro Água Verde, em Curitiba.

FONTE: PODLASEK (2020, p. 105-106).

O grande número de informações levantado sobre a trajetória do agente, revelam a existência de diversos capitais acumulados e reconvertidos por ele e por sua família. Porém, isso não parece suficiente para classificá-lo como membro da Classe Dominante Tradicional, sendo mais adequado enquadrá-lo nas camadas agregadas que orbitavam os espaços das elites.

ESCOLA DO GANCHINHO:

5.2.14 – COLÉGIO ESTADUAL PROFESSORA IARA BERGMANN

QUADRO 41- CAPITAIS ACUMULADOS POR IARA BERGMANN A PARTIR DE SUAS ORIGENS E CONEXÕES DE PARENTESCO E SOCIABILIDADES

IDENTIFICAÇÃO	Iara Bergmann
CAPITAIS PROFISSIONAIS	Exerceu a profissão de professora.

FONTE: A autora (2024).

A única informação que conseguimos levantar sobre a homenageada se resume ao fato de que ela exerceu a profissão docente, o que consta da nomenclatura da referida escola. A completa falta de informações sobre esta agente é bastante relevante, pois tal silenciamento se refere à nomeação de uma instituição escolar inaugurada num período relativamente recente (1996), dentro de uma comunidade periférica populosa (a Vila Osternack), onde problemas de ordem social são bastante relevantes. Nem mesmo os componentes da direção ou da secretaria da escola puderam fornecer qualquer informação sobre a Professora Iara Bergmann, apontando para um indício de total desconhecimento e desconexão da comunidade local com aquela que nomeia a instituição.

ESCOLA DO TARUMÃ:

5.2.15 – COLÉGIO ESTADUAL PAULO LEMINSKI

QUADRO 42- CAPITAIS ACUMULADOS POR PAULO LEMINSKI A PARTIR DE SUAS ORIGENS E CONEXÕES DE PARENTESCO E SOCIABILIDADES

IDENTIFICAÇÃO	Paulo Leminski Filho Nascimento: Curitiba – 24 de agosto de 1944. Falecimento: Curitiba – 7 de junho de 1989. 
ORIGENS/ CAPITAS FAMILIARES	Pai: Paulo Leminski – militar do Exército brasileiro. Mãe: Áurea Pereira Mendes Leminski. Avós paternos: Catarina Goli Leminski e Pedro Leminski – imigrantes poloneses. Avós maternos: Inocência Alves Pereira Mendes e Fernando Pereira Mendes – capitão do Exército brasileiro. Irmão: Pedro Leminski – músico, poeta e alpinista.
CASAMENTO/ CAPITAS FAMILIARES	1º casamento: Nevair Maria de Souza. Companheira: Alice Ruiz – poetisa e escritora. Companheira: Berenice Mendes – cineasta e professora. Filhos: Paulo Leminski Neto, Miguel Ângelo Leminski, Áurea Alice Ruiz Leminski (jornalista) e Estrela Ruiz Leminski (escritora e compositora).
CAPITAS EDUCACIONAIS	1950: formação escolar primária em escola pública de Itaiópolis – SC. Formação na Escola Dr. Caetano Munhoz da Rocha, em Rio Negro – PR. 1956: Ingresso no Internato Paranaense, pertencente à Congregação Marista em Curitiba. 1958: Ingresso no Colégio São Bento de São Paulo, pertencente à Ordem Beneditina. 1959: Ingresso no Colégio Senhor Bom Jesus em Curitiba. 1959: Retorno para o Internato Paranaense. Formação de nível secundário no Colégio Estadual do Paraná. Participação do Clube Literário Juvenil Dario Vellozo em Curitiba. 1963: Aprovação no curso de Direito na Universidade Federal do Paraná e no curso de Letras na Universidade Católica do Paraná. 1963: participa da Semana Nacional de Poesia de Vanguarda, em Belo Horizonte, onde conhece os poetas Décio Pignatari, Haroldo de Campos e Augusto de Campos.

	1965: foi morar num apartamento no Centro de Curitiba, onde conheceu pessoalmente a poetisa Helena Kolody, que residia no mesmo edifício. 1966: venceu o II Concurso Popular de Poesia Moderna, promovido pelo jornal O Estado do Paraná, em parceria com a Academia de Letras José de Alencar. 1966: começou a frequentar aulas de judô com o professor Aldo Lubes.
CAPITAIS PROFISSIONAIS	1964: Inicia a carreira como professor para alunos na fase pré-vestibular, no curso Dr. Abreu em Curitiba. 1969/1970: foi morar no Rio de Janeiro, onde mantém contato com a intelectualidade nacional e escreve para jornais cariocas. 1971: retorna para Curitiba e assume aulas no curso pré-vestibular Dr. Bardhal. 1972: deixa as aulas nos cursos pré-vestibular e inicia sua carreira de redator numa agência chamada Lema Publicidade, o que seria seu ofício em diversas outras agências nos anos seguintes. 1976: publica o ‘Catatau’, e continua como diretor e redator de publicidade/ mantém contato com a intelectualidade local e recebe em sua casa figuras importantes da música brasileira, como Caetano Veloso e Gal Costa. 1980: Parcerias com importantes figuras da MPB como Moraes Moreira, Caetano Veloso e Guilherme Arantes. 1980: se consolida com o trabalho de tradutor para a Editora Brasiliense, e passa a trabalhar como colunista para o Jornal Folha de São Paulo e para a Revista Veja como resenhista. Obras publicadas: 1976: Catatau. 1980: Não Fosse Isso e Era Menos/Não Fosse Tanto/e Era Quase. 1983: Caprichos e Relaxos. 1984: Agora é Que São Elas. 1986: Anseios Crípticos. 1987: Distraídos Venceremos. 1988: Guerra Dentro da Gente. 1991: La Vie Em Close. 1994: Metamorfose 1996: O Ex-Estranho.
CAPITAIS SIMBÓLICOS	Além de nomear o Colégio Estadual Paulo Leminski, o poeta paranaense é homenageado nomeando ruas nas cidades de Colombo (PR), Pinhais (PR), São José dos Pinhais (PR), Fazenda Rio Grande (PR), Pontal do Paraná (PR) e Curitiba (PR). Paulo Leminski nomeia ainda dois espaços culturais, a “Pedreira Paulo Leminski”, e a “Casa da Leitura Paulo Leminski”, ambos em Curitiba.

FONTE: PODLASEK (2020, p. 126-127).

O grande número de informações levantadas sobre a trajetória do agente demonstra que ele é um indivíduo bastante conhecido na sociedade paranaense, especialmente no círculo artístico e cultural. Porém, a quantidade de capitais acumulados e reconvertidos por Paulo Leminski não permitem classificá-lo como membro da Classe Dominante Tradicional. Trata-se de um agente que teve acesso a certos espaços frequentados e controlados pelas elites, como agregado, mas que também se portou de forma dissonante, questionando a própria estrutura social vigente.

ESCOLA DO TARUMÃ:

5.2.16 – COLÉGIO ESTADUAL DESEMBARGADOR GUILHERME ALBUQUERQUE MARANHÃO

QUADRO 43- CAPITAIS ACUMULADOS POR GUILHERME ALBUQUERQUE MARANHÃO A PARTIR DE SUAS ORIGENS E CONEXÕES DE PARENTESCO E SOCIABILIDADES

IDENTIFICAÇÃO	Guilherme Albuquerque Maranhão Nascimento: Manaus (AM) – 1915. Falecimento: Curitiba (PR) – 1997. 
ORIGENS/ CAPITAIS FAMILIARES	Pai: João Malta Albuquerque Maranhão. Linhagem de fidalgos que vieram de Portugal no século XVI e se estabeleceram na região Nordeste, se apropriando de grandes extensões de terra em nome da Coroa Portuguesa. Alguns membros da família se transferiram para o centro-sul do país em busca de colocação no alto funcionalismo público estatal. João Malta foi diretor regional da empresa de correios e telégrafos por muitos anos. Em sua homenagem foi nomeada uma rua no bairro Pinheirinho, em Curitiba. Mãe: Amélia Oliveira Maranhão Irmão: Jerônimo Albuquerque Maranhão, foi procurador de justiça entre 1985 e 1989. Em sua homenagem foi nomeada uma rua no bairro São Braz, em Curitiba.
CASAMENTO/ CAPITAIS FAMILIARES	Esposa: Jandira Sales, filha de Arlindo Sales e Augusta Sales. Na juventude, Jandira Sales era uma musicista reconhecida nos meios da elite curitibana. Teve seis filhos (Vera, Carlos, Mauro, Edison, Jandira e Christiane). Filha: Jandira de A. Maranhão, casada com Aníbal Khury Filho, união que gerou quatro filhos, dentre eles Alexandre Maranhão Khury. Neto: Alexandre Khury, atual deputado estadual pelo Paraná, reeleito pelo quinto mandato consecutivo. Alexandre Khury é casado com Paula Mussi, filha do empresário Luiz Mussi e neta de Paulo Pimentel, empresário do ramo de comunicações e governador do Paraná entre 1966 e 1971
CAPITAIS EDUCACIONAIS	1933: formação básica no Ginásio Paranaense. 1938: graduação em Direito pela Universidade do Paraná.
CAPITAIS PROFISSIONAIS	1940: nomeação para o cargo de adjunto de promotor público de Reserva (PR) atuando em seguida nas comarcas de Foz do Iguaçu, Paranaguá e Curitiba. 1943: indicação para o cargo de delegado de polícia do quarto distrito da capital. Integrou o Ministério Público no Conselho Superior da Magistratura e foi Procurador Geral da Justiça. 1984: nomeação para o cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça do Paraná, na vaga do Quinto Constitucional destinada ao Ministério Público. 1985: Aposentadoria.
CAPITAIS POLÍTICOS	1960: participação do comitê de apoio à candidatura de Nelson Maculan ao governo do Paraná, juntamente com outras personalidades importantes, como o então ex-governador Bento Munhoz da Rocha Neto.
CAPITAIS SIMBÓLICOS	1985: foi homenageado com o título de cidadão honorário de Curitiba, concedido pela Câmara Municipal, a partir do projeto de autoria do então vereador Aziz Domingos. É homenageando nomeando o Colégio Estadual Desembargador Guilherme Albuquerque Maranhão, no bairro Tatuquara, em Curitiba.

FONTE: PODLASEK (2020, p. 113-114).

A quantidade de capitais acumulados e reconvertidos por Guilherme Albuquerque Maranhão nos permitem classificá-lo como um típico integrante da Classe Dominante Tradicional.

ESCOLA DO UBERABA:

5.2.17 – COLÉGIO ESTADUAL ANIBAL KHURY NETO

QUADRO 44 - CAPITAIS ACUMULADOS POR ANÍBAL KHURY NETO PARTIR DE SUAS ORIGENS E CONEXÕES DE PARENTESCO E SOCIABILIDADES

NOME	Aníbal Khury Neto Nascimento: Curitiba – 1977 Falecimento: Curitiba – 1980.
ORIGEM/ CAPITAIS FAMILIARES	Pai: Aníbal Khury Filho - advogado. Mãe: Jandira Albuquerque Maranhão Khury Avô paterno: Aníbal Khury – importante político paranaense, filho de Salomão Khury e Wadia Kassab Khury (comerciantes de origem libanesa), nasceu em União em 1924. Em 1947, casou-se com Niva Sabóia e, no ano seguinte, foi eleito vereador em União da Vitória (PR) pela UDN. Em 1954, o casal mudou-se para Curitiba, local onde Khury deu prosseguimento à sua carreira política como deputado estadual, sendo eleito e reeleito por diversas legislaturas. Foi cassado em 1969, fato que o afastou da vida política por dez anos. Retornou em 1979, integrando partidos como o PP e o PMDB. Foi eleito deputado estadual em 1982 e, no ano de 1989, foi eleito Presidente da Assembleia Estadual Constituinte do Paraná. Na década de 1990, continuou atuando como deputado estadual, sendo eleito Presidente da ALEP em diversas legislaturas, além de assumir por seis vezes o governo do estado em caráter interino. Aníbal Khury faleceu no dia 30 de agosto de 1999, em Curitiba, quando ainda ocupava a cadeira de Presidente do Legislativo paranaense. Avó paterna: Niva Saboia, esposa de Aníbal Khury, era natural de União da Vitória, e acompanhou a vida política do marido, sendo considerada importante conselheira. Foi vice-presidente da Associação Hospitalar de Proteção à Infância Dr. Raul Carneiro e Presidente da Associação das Senhoras dos Deputados estaduais do Paraná. Seu nome batiza diversas instituições no estado, como o Centro Municipal de Educação Infantil de Balsa Nova (PR). Avô materno: Guilherme Albuquerque Maranhão – desembargador, importante membro do judiciário paranaense, homenageado nomeando uma escola estadual em Curitiba. Irmão: Alexandre Khury – eleito deputado estadual em 2018, pelo quinto mandato consecutivo no Paraná.
CAPITAIS SIMBÓLICOS	Homenageado nomeando um colégio estadual em Curitiba, um ginásio na cidade de Rio Bom (PR), e uma escola municipal na cidade de Porecatu (PR).

FONTE: PODLASEK (2020, p. 101).

Apesar de ter falecido na infância, a biografia do agente permite classificá-lo como integrante da classe econômica tradicional, devido à quantidade de capitais familiares que possuía.

5.3 – BIOGRAFIAS DOS AGENTES QUE NOMEIAM AS RUAS ONDE AS ESCOLAS DE REFERÊNCIA ESTÃO LOCALIZADAS:

Rua, avenida, via pública: existem várias formas de denominar os espaços de circulação de veículos e pessoas nas cidades. Historicamente, estes espaços, comumente chamados de ruas, tiveram um papel central no desenvolvimento urbano, sendo vitais para a integração econômica, militar, política, social, comunicacional, e para a construção dos referenciais simbólicos individuais e coletivos. As ruas são lugares de memória

(NORRA, 1992), e são espaços de disputa no processo de construção das memórias coletivas, inclusive na concepção de sua nomenclatura (POLLAK, 1989).

Ao longo da história, a rua enquanto espaço público por excelência nas configurações urbanas se apresenta como o espaço do convívio, lugar que condensa o cotidiano das atividades humanas e que carrega sobre si aspectos que qualificam a identidade das cidades na sua forma e no seu traçado (CALLIARI, 2016). Seja para os pedestres ou para os veículos, as ruas cumprem fundamentalmente com a função de circulação e não se restringem apenas a essa incumbência: são a base das espacialidades para trocas sociais, em suma, aquelas concernidas nas atividades coletivas e colaborativas, em que o ritmo de fluxos tem capacidade de gerar acontecimentos diversos e onde se estabelecem as relações entre o público e o privado (ISRAEL; GIANELLA; FRANÇA; CALDANA, 2021, p. 336).

Segundo dados do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC), a capital paranaense possuía em 2023 9.248 ruas, distribuídas em 75 bairros, dentro das nove administrações regionais (NOSSA, 2023).

Fundada em 1693, com o nome de Vila de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais, Curitiba possuía no início de sua história um número reduzido de ruas, não passando de doze vias maiores até meados do século XIX. Os nomes de muitos destes logradouros também eram diferentes daqueles que possuem hoje. Por exemplo, a atual Rua São Francisco era chamada, em 1786, de Rua do Fogo. A Rua Lisboa, Rua dos Veados ou Rua do Campo, hoje é chamada Rua Riachuelo, denominação datada de 1871 (AS PRIMEIRAS, 2023).

A nomeação e alteração na nomenclatura dos bens públicos na capital, como já foi mencionado anteriormente, sempre foi uma atribuição considerada importante pelas autoridades governamentais do município. Exemplo disso está nos dados da Câmara Municipal de Curitiba do ano de 2018, quando “A maior parte dos projetos aprovados (...) foi para **nomear ruas e praças**, criar datas comemorativas, declarar utilidade pública e conceder títulos. Juntos, esses projetos representam 70% dos 113 aprovados no período” (70% DOS PROJETOS, 2018, não p., grifos nossos).

Um dado interessante é que, apesar dos agentes políticos municipais dedicarem parte significativa de seu tempo ao processo de nomeação dos bens públicos, observamos, no decorrer da pesquisa, que poucas são as informações disponibilizadas na internet a respeito das biografias dos agentes que nomeiam os logradouros da cidade, sobretudo ruas e praças. Os logradouros nomeados mais recentemente, em geral situados nas regiões periféricas, quase não possuem informações disponibilizadas nas buscas comuns dos meios digitais. Dos 17 nomes de ruas que investigamos, apenas três dispunham de

informações nos meios virtuais de maneira substancial, enquanto outros 14 nomes foram pesquisados através de fontes específicas (a maioria delas fornecida pela Seção de Arquivo e Documentação Histórica da Câmara Municipal de Curitiba), que não estão disponíveis para um público maior, nos meios digitais.

Os dados biográficos dos agentes que nomeiam ruas em Curitiba, dentro do recorte proposto, são apresentados a seguir, partindo inicialmente dos bairros que possuem maior número de escolas de referência. Neste conjunto, duas ruas têm suas designações em idiomas indígenas, que não se referem à agentes humanos (ou seja, não são topônimos antroponímicos). Portanto, estes nomes de rua foram excluídos da análise. São elas: Rua Mandirituba (endereço do Colégio Professor Guido Arzua, no Sítio Cercado) e Rua Guaporé (endereço do Colégio Pilar Maturana, no Bairro Alto)⁴⁷.

RUAS DO SÍTIO CERCADO:

5.3.1 – IZAAC FERREIRA DA CRUZ (rua do colégio Hasdrubal Bellegard)

Izaac Ferreira da Cruz nasceu em Curitiba, no dia 05 de abril de 1897 (MUZZILLO, 2011). Era filho de Laurindo Ferreira da Cruz, e Maria Pereira de Andrade (PEREIRA, SCHMIDT, 2013). O pai de Izaac Ferreira da Cruz era dono de uma propriedade rural, adquirida no ano de 1891, com 180 alqueires, onde hoje está localizado o bairro Sítio Cercado, em Curitiba; era uma propriedade típica do final do século XIX, situada em um dos bairros mais afastados do Centro do Curitiba, onde as famílias que conseguiam acesso à terra viviam da produção rural (CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA, 2022).

Habitavam uma casa grande, composta por 14 cômodos, construída de pedra natural e de barro, onde hoje se encontra o conjunto de Moradias Olinda, entre a rua Apucarana e a rua Sertaneja. Na propriedade se criava gado bovino e suíno, com vasto pomar composto por laranjeiras, mimoseiras, pessegueiros e figueiras (PEREIRA, SCHMIDT, 2013, p. 5).

Izaac Ferreira da Cruz teve três irmãos: Sezinando Ferreira da Cruz, Jovita Ferreira da Cruz e Júlia Maria Ferreira da Rocha (NUCADA, 2016) (CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA, 2022). Sezinando Ferreira da Cruz atuou no campo político do município de São José dos Pinhais (PR), assumindo, em 1915, a suplência do

⁴⁷ “Mandirituba é vocábulo indígena que significa ‘lugar onde há muitas abelhas’, colmeal. Do tupi manduri: manduri; etyba: abundância, grande quantidade” (A CIDADE, 2023). “Com origem guarani, Guaporé significa provavelmente ‘vale deserto’ ou talvez ‘rio encachoeirado’”(HISTÓRIA, 2023).

cargo de subdelegado (ÚLTIMAS, 1915) e, em 1952, a suplência de vereador nesta mesma cidade (CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS).

Em 1920, quando tinha 23 anos, Izaac Ferreira da Cruz casou-se com Madalena Claudino, filha de um comerciante da região Sul de Curitiba, com quem teve três filhos: Maria de Deus (Deusita), Eurides e Isaíde (CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA, 2022) (PEREIRA, SCHMIDT, 2013) (SAIKI, 2003).

Em 1932, com a morte de Laurindo Ferreira da Cruz, a propriedade foi dividida entre seus três filhos: Júlia, Sezinando e Izaac, este último ficando com a área da frente do sítio, e com direito sobre a construção da casa paterna.

No ano de 1947, após a morte de sua filha Isaíde, Izaac Ferreira da Cruz resolveu deixar o sítio aos cuidados de seu agregado José Gonçalves, mudando-se com a família para o bairro Pinheirinho (PEREIRA, SCHMIDT, 2013). Lá, Ferreira da Cruz iniciou dois negócios, que se mostraram bastante lucrativos: o posto de gasolina Santo Antônio (inaugurado em 15 de junho de 1948) e um hotel no mesmo terreno. Estes dois empreendimentos ficavam nas margens da recém construída BR-116, o que garantia movimento para que os estabelecimentos se tornassem referências na região durante as décadas de 1950 e 1960. “Como o Pinheirinho era uma região muito isolada, qualquer viajante que passasse por ali, pararia para uma refeição ou mesmo para um pernoite” (CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA, 2022, não p.).

Em 1953, Izaac Ferreira da Cruz vendeu o que restava de sua propriedade rural no Sítio Cercado para Maciel Augusto José Bohn, Newton Agiber e Gilberto Agiber (PEREIRA, SCHMIDT, 2013).

No livro que descreve brevemente a trajetória de mil e um agentes que nomeiam ruas de Curitiba⁴⁸, a arquiteta e urbanista Camila Muzzillo destaca que Izaac Ferreira da Cruz “(...) foi o primeiro curitibano a instalar um posto de gasolina às margens da BR – Auto Posto Pinheirinho. Doou a área onde está a sede da Associação das Senhoras de Caridade do Pinheirinho (...) (MUZZILLO, 2011, p. 104).

⁴⁸ Interessante ressaltar que, na referida obra, apesar de constar a biografia de um elevado número de agentes que nomeiam ruas de Curitiba, somente a trajetória de Izaac Ferreira da Cruz é mencionada, dentre os quinze agentes que estudamos em nossa pesquisa. Segundo dados do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC), a capital paranaense possui 9.248 ruas (CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA, 2022), o que torna restrita a amostragem do livro mencionado. Isso explicaria a ausência da maioria dos agentes estudados na presente tese, mas também reforça a característica que observamos no levantamento dos dados sobre estas pessoas, que se manifesta na dificuldade em encontrar informações, oficiais ou não, sobre aqueles que nomeiam boa parte dos logradouros (principalmente dos bairros) da capital paranaense.

Izaac Ferreira da Cruz faleceu em Curitiba, no dia 25 de março de 1967 (MUZZILLO, 2011).

A nomeação:

Em 1968, na gestão do Prefeito Omar Sabag, foi estabelecida, por meio da Lei nº 3.261/1968, a nomeação da via Izaac Ferreira da Cruz (CURITIBA, 1968). Esta avenida se estende pelos bairros Pinheirinho, Sítio Cercado e Alto Boqueirão, em Curitiba.

Não constam nos documentos da legislação, informações sobre qual agente teria indicado Izaac Ferreira da Cruz para nomear a avenida no bairro Pinheirinho. Entretanto, em documento enviado pela Seção de Arquivo e Documentação Histórica da Câmara Municipal de Curitiba, existe um texto justificando a escolha de Ferreira da Cruz nesta homenagem⁴⁹

[Izaac Ferreira da Cruz] (...) iniciou a vida como pecuarista (...), até que a abertura da BR2, hoje BR116, veio mudar os rumos de seus negócios. Pioneiro do bairro onde nasceu (...) foi o primeiro curitibano a instalar um posto de gasolina na margem da BR116 (...). Izaac, Izazinho como era conhecido na intimidade, era homem dotado de grande espírito humanitário, auxiliando sempre as campanhas assistenciais, tendo também doado a área onde está instalada a sede da associação das senhoras de caridade do Pinheirinho (SEÇÃO DE ARQUIVO E DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA, [1968?], fl.03.).

Através das informações da trajetória biográfica, é possível perceber que Izaac Ferreira da Cruz foi um agente originário do bairro Pinheirinho, tendo fortes vínculos com a comunidade local. Esse elemento, juntamente com seus empreendimentos econômicos, que lhes rendiam uma imagem de sucesso, parecem ser as justificativas para que a homenagem na nomeação da rua tenha se concretizado, reconvertendo capitais sociais e econômicos em capital simbólico.

QUADRO 45 – CAPITAIS ACUMULADOS POR IZAAC FERREIRA DA CRUZ A PARTIR DE SUAS ORIGENS E CONEXÕES DE PARENTESCO E SOCIABILIDADES

IDENTIFICAÇÃO	Izaac Ferreira da Cruz Nascimento: Curitiba (PR) – 1897. Falecimento: Curitiba – 1967.
ORIGEM/ CAPITAIS FAMILIARES	Pai: Laurindo Ferreira da Cruz (proprietário de um sítio de 180 alqueires onde hoje é o bairro Sítio Cercado em Curitiba). Mãe: Maria Pereira de Andrade. Irmãos: Sezinando Ferreira da Cruz – suplente de subdelegado (1915) e vereador (1952) no município de São José dos Pinhais (PR). Jovita Ferreira da Cruz.

⁴⁹ Para consultar o documento na íntegra ver anexo 01.

	Júlia Maria Ferreira da Rocha.
CASAMENTO/ CAPITAIS FAMILIARES	Esposa: Madalena Claudino – filha de um comerciante da região.
CAPITAIS PROFISSIONAIS	Foi agricultor e empresário
CAPITAIS ECONÔMICOS/	Herdeiro de parte da propriedade no Sítio Cercado. Proprietário do primeiro posto de gasolina no bairro Pinheirinho em Curitiba. Proprietário de um hotel na mesma região.
CAPITAIS SOCIAIS	Atuação em ações assistenciais (especialmente junto à Associação das senhoras de caridade do Pinheirinho) na comunidade local.
CAPITAIS SIMBÓLICOS	Izaac Ferreira da Cruz nomeia uma das principais avenidas da região Sul de Curitiba, que atravessa os bairros Sítio Cercado, Pinheirinho e Alto Boqueirão.

FONTE: A autora (2024).

5.3.2 – MARIO GASPARIN (rua da escola Professor Teobaldo Leonardo Kletemberg).

Mario Gasparin era filho de José Gasparin e Rosa Simoni Gasparin, e nasceu no ano de 1929, na cidade de Colombo (PR). Era casado com Alzira Mocelin Gasparin, e tinha um filho, Ademir Gasparin (CURITIBA, 1987).

Mario Gasparin exerceu a atividade de comerciante, fundando, juntamente com sua esposa no ano de 1955, o “Armazém Boa Vista”, onde hoje fica a Avenida Paraná, no bairro Bacacheri, em Curitiba. “(...) não demorou muito para que a vizinhança conhecesse o Armazém Boa Vista – e a simpatia e o bom atendimento fizeram o Armazém ser conhecido como ‘Armazém do Seu Mário’” (NOSSA HISTÓRIA, 2023[?]). Em 1977, o filho do casal, Ademir Gasparin se tornou parceiro no negócio do antigo armazém, que tinha crescido, e se chamava Supermercado Gasparin. (NOSSA HISTÓRIA, 2023[?]). Hoje, o Supermercado Gasparin continua funcionando na mesma localização do bairro Bacacheri.

FIGURA 02 – FACHADA DO SUPERMERCADO GASPARIN EM 2023 – BACACHERI – CURITIBA (PR).



FONTE: NOSSA HIÓRIA (2023[?]).

Mário Gasparin faleceu no dia 02 de março de 1987, em Curitiba (CURITIBA, 1987).

A nomeação:

A nomeação da rua em homenagem a Mario Gasparin ocorreu em 1988, durante a gestão do Prefeito Roberto Requião, através da Lei nº 7.219/1988 (CURITIBA, 1988a). A proposta da homenagem foi do então vereador Lauro de Carvalho Chaves (CURITIBA, 1988b).

O texto de justificativa para a indicação de Mário Gasparin para a nomeação de uma rua em Curitiba traz poucas informações⁵⁰ a respeito de sua trajetória biográfica, se limitando a relatar as virtudes que fundamentariam a escolha do homenageado⁵¹.

Dar a um logradouro de nossa capital o nome de ‘Mario Gasparin’ é uma homenagem da maior grandeza moral e social influndo nas gerações futuras de forma positiva.

Este valoroso homem, comerciante, do bairro do Bacacheri, caracterizou-se sempre perante à sociedade e à comunidade pelo seu círculo de amigos e sua grande capacidade de trabalho, trata-se de um cidadão que sempre soube pautar seus atos pelos mais rígidos princípios morais e que fez de sua vida particular um exemplo de amor aos seus semelhantes e devotamento ao trabalho, ao lado de seus familiares.

(...) (SEÇÃO DE ARQUIVO E DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA, 1988, fl. 16.).

Através das informações que conseguimos levantar, é possível perceber que Mário Gasparin era um agente integrado à comunidade que pertencia, no bairro Bacacheri. No entanto, o que nos causou certa estranheza é o fato da homenagem a ele ter sido prestada, com a nomeação em uma rua do bairro Sítio Cercado, localidade muito distante da onde Mario Gasparin viveu e produziu vínculos sociais.

QUADRO 46 – CAPITAIS ACUMULADOS POR MARIO GASPARIN A PARTIR DE SUAS ORIGENS E CONEXÕES DE PARENTESCO E SOCIABILIDADES

IDENTIFICAÇÃO	Mario Gasparin Nascimento: Colombo (PR) – 1929. Falecimento: Curitiba (PR) – 1987.
ORIGEM/ CAPITAIS FAMILIARES	Pai: José Gasparin Mãe: Rosa Simoni Gasparin
CASAMENTO/ CAPITAIS FAMILIARES	Esposa: Alzira Mocelin Gasparin (participou da fundação do Armazém Boa Vista). Filho: Ademir Gasparin (parceiro no negócio da família)
CAPITAIS ECONÔMICOS	Proprietário do Armazém Boa Vista, que cresce e se torna Supermercado Gasparin, em Curitiba.

⁵⁰ As informações biográficas que conseguimos levantar foram obtidas, em sua maioria, pela certidão de óbito anexada à documentação da justificativa da homenagem, e no site do estabelecimento comercial fundado por Mário Gasparin e sua esposa – o Supermercado Gasparin.

⁵¹ Para consultar o documento na íntegra ver anexo 02.

CAPITAIS / PROFISSIONAIS	Exerceu a profissão de comerciante.
CAPITAIS SIMBÓLICOS	Nomeia uma rua no bairro Sítio Cercado, em Curitiba

FONTE: A autora (2024).

5.3.3 – IGNÊS LOURDES GOMES DE MACEDO (rua da escola Professora Inês Vicente Borocz).

Ignês Lourdes Gomes de Macedo nasceu no dia 19 de julho de 1920, na cidade de Castro (PR). Era filha de José Gomes e Escolástica da Silva Gomes, e casada com Ney Marques de Macedo (CURITIBA, 1988e). O marido de Ignês de Macedo se formou no curso de Farmácia da Faculdade de Medicina, em 1951 (NOVOS, 1951), foi Presidente do Sindicato do Comércio Varejista de Produtos Farmacêuticos de Curitiba (REFORMA, 1958) e Presidente da Federação do Comercio Varejista (DIA, 1963).

Ignês Lourdes Gomes de Macedo era “do lar” e, de seu casamento com Ney Marques de Macedo, nasceram quatro filhos (Curitiba, 1988e)

Ignês Lourdes Gomes de Macedo faleceu no dia 11 de maio de 1988, em Curitiba (Curitiba, 1988e).

A nomeação:

A nomeação da rua em homenagem a Ignês Lourdes Gomes de Macedo ocorreu no ano de 1988, durante a gestão do Prefeito Roberto Requião, através da Lei nº 7.287/1988 (CURITIBA, 1988c). A proposta da homenagem foi do vereador João Queiróz Maciel (CURITIBA, 1988d). O texto de justificativa para a indicação de Ignês de Macedo na nomeação de uma rua em Curitiba não traz nenhuma informação a respeito de sua trajetória biográfica⁵², se limitando a relatar as virtudes da agente, que teriam fundamentado a escolha⁵³.

Dar, a um logradouro de nossa capital, o nome de Ignês Lourdes Gomes de Macedo, é homenagem da mais genuína grandeza moral e da mais exata virtude, a influir nas gerações presentes e futuras.

Falecida aos 58 anos de idade (...) D^a Ignês Lourdes Gomes de Macedo soube, no decorrer de sua vida, pautar seus atos pelos mais rígidos princípios morais, sendo um exemplo de amor a seus semelhantes. Ao lado de sua família, erigiu um lar tornado modelar de culto à virtude, de devotamento ao trabalho, de

⁵² As informações biográficas que conseguimos levantar foram obtidas, em sua maioria, através da certidão de óbito anexada à documentação da justificativa da homenagem, e por meio de fontes complementares de imprensa.

⁵³ Para consultar o documento na íntegra, ver anexo 03.

busca contínua pelo aperfeiçoamento moral e espiritual. Dedicou-se sempre à serviços filantrópicos em prol dos necessitados, bem como da genuína evolução de seu meio, deixando recordações gratas aos seus familiares e a quantos a conheceram (...) (SEÇÃO DE ARQUIVO E DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA, 1988, fl. 86).

Não conseguimos levantar nenhuma informação sobre as ligações de Ignês de Macedo junto à comunidade do Sítio Cercado, bairro onde a rua em homenagem a seu nome se encontra.

QUADRO 47 – CAPITAIS ACUMULADOS POR IGNÊS LOURDES GOMES DE MACEDO A PARTIR DE SUAS ORIGENS E CONEXÕES DE PARENTESCO E SOCIABILIDADES

IDENTIFICAÇÃO	Ignês Lourdes Gomes de Macedo Nascimento: Castro (PR) – 1920. Falecimento: Curitiba (PR) – 1988
ORIGEM/ CAPITAIS FAMILIARES	Pai: José Gomes Mãe: Escolástica da Silva Gomes
CASAMENTO/ CAPITAIS FAMILIARES	Esposo: Ney Marques de Macedo – formado no curso de Farmácia da Faculdade de Medicina. Presidente do Sindicato do Comércio Varejista de Produtos Farmacêuticos de Curitiba e Presidente da Federação do Comercio Varejista.
CAPITAIS / PROFISSIONAIS	Exercia a função de “do lar”.
CAPITAIS SIMBÓLICOS	Nomeação de uma rua no bairro Sítio Cercado.

FONTE: A autora (2024).

5.3.4 – JOÃO CISLINSKY (rua da escola Flávio Ferreira da Luz)

João Cislinsky nasceu no ano de 1914, em Santa Catarina. Era filho de Vicente Cislinsky e Josepha Cislinsky, e casado com Rosália Narloch Cislinsky. Tinha cinco filhos: Clemente, Venceslau, Amélia, Luiz e Francisco (CURITIBA, 1983).

João Cislinsky faleceu em 20 de fevereiro de 1983, em Curitiba (CURITIBA, 1983).

A nomeação:

A nomeação da rua em homenagem a João Cislinsky ocorreu em 1986, durante a gestão do Prefeito Roberto Requião, através Lei nº 6.873/1986 (CURITIBA, 1986a). A proposta da homenagem foi do vereador Sidgley Antônio Claudino (CURITIBA, 1986b).

No texto da justificativa para a escolha de João Cislinsky, não consta nenhuma informação sobre sua trajetória de vida, além do fato de ele ter nascido no estado de Santa

Catarina⁵⁴. As demais partes do texto tratam de exaltar as virtudes do referido agente sem, no entanto, mencionar em qual região da cidade ele morava, a profissão que exercia, a formação educacional, ou qualquer outra informação a respeito de sua biografia⁵⁵.

Natural de Santa Catarina, João Cislinsky fixou residência nesta capital, tendo quando em vida participado decisivamente de todas as atividades comunitárias, da região onde instalou-se.

Como chefe de família, exercia uma autoridade, conquistando primeiramente o respeito e admiração de esposa e filhos, que através de seu comportamento e do diálogo, transmitia a necessária educação a seus filhos, baseada na fé cristã e no respeito ao próximo (SEÇÃO DE ARQUIVO E DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA, 1983, fl.22.)

Não conseguimos levantar nenhuma informação sobre as ligações de João Cislinsky junto à comunidade do Sítio Cercado, bairro onde a rua em homenagem a seu nome se encontra.

QUADRO 48 – CAPITAIS ACUMULADOS POR JOÃO CISLINSKY A PARTIR DE SUAS ORIGENS E CONEXÕES DE PARENTESCO E SOCIABILIDADES

IDENTIFICAÇÃO	João Cislinsky Nascimento: Santa Catarina – 1914. Falecimento: Curitiba – 1983.
ORIGEM/ CAPITAIS FAMILIARES	Pai: Vicente Cislinsky Mãe: Josepha Cislinsky
CASAMENTO/ CAPITAIS FAMILIARES	Esposa: Esposa: Rosália Narloch Cislinsky. Filhos: Clemente, Venceslau, Amélia, Luiz e Francisco.
CAPITAIS SIMBÓLICOS	Homenagem na nomeação de uma rua em Curitiba, no bairro Sítio Cercado.

FONTE: A autora (2024).

RUAS DA CIDADE INDUSTRIAL DE CURITIBA – CIC

5.3.5 – ROBERT REDZIMSKI (rua da escola Teotônio Vilela)

Robert Redzimski nasceu na cidade de Jadrzejewo, na Polônia, em 1916. Era filho dos agricultores Josef Redzimski e Franciszka Redzimski, e casado com Paulina Redzimski, com quem teve Marja Redzimski, primeira filha do casal nascida na Polônia (SEÇÃO DE ARQUIVO E DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA, 1984). No Brasil, a documentação de Robert Redzimski

⁵⁴ As demais informações que mencionamos constam da certidão de óbito do referido agente (CURITIBA, 1983).

⁵⁵ Para consultar o documento na íntegra ver anexo 05.

se refere à esta filha com o nome de Maria de Lourdes Redzimski. (CURITIBA, 1970). No ano de 1937, com 21 anos, Robert Redzimski se alistou no Exército Polonês, se tornando combatente na Segunda Guerra Mundial, após a invasão alemã em 1939. Com a derrota polonesa, foi capturado e se tornou prisioneiro de guerra, sendo confinado no Campo da cidade de Ausgestellt (Alemanha), onde permaneceu, juntamente com sua esposa e filha até o ano de 1945 (SEÇÃO DE ARQUIVO E DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA, 1984)⁵⁶.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, Robert Redzimski, e sua família foram libertados, e escolheram emigrar para o Brasil. O destino da família Redzimski no Brasil foi a cidade de Curitiba, especificamente na região do bairro Campo Comprido, considerado na época uma área rural (SEÇÃO DE ARQUIVO E DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA, 1984).

No Brasil, Robert Redzimski retomou as atividades de agricultor, conseguindo construir um novo patrimônio nas terras de sua propriedade Assim, Robert Redzimski construiu sua nova vida no bairro Campo Comprido. Aos poucos conseguiu erigir sua residência, era então a 3ª casa do caminho que mais tarde com seu esforço e interesse transformou-se na Travessa do Moinho, com abertura solicitada ao então vereador Ivo Moro. Preocupado com o progresso na Travessa do Moinho, começou um movimento junto aos moradores para que fosse puxada a rede de energia elétrica, cujo medidor foi instalado em sua casa e a cobrança sob sua responsabilidade (SEÇÃO DE ARQUIVO E DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA, 1984, fl. 07-08).

Como é possível perceber na citação anterior, além de possuir uma residência na região do Campo Comprido, Robert Redzimski também demonstra ter acumulado certos capitais, com benefícios conseguidos junto à uma autoridade local – a abertura da Travessa do Moinho, com a ajuda do vereador Ivo Moro⁵⁷, e a ligação da rede elétrica, com a cobrança por este serviço sob sua responsabilidade.

Em 1955, nasceu a segunda filha do casal Redzimski, Regina Elisabeth, com nacionalidade brasileira.

⁵⁶ Apesar de apresentar um número de identificação de Robert Redzimski (A 217/002743), o documento biográfico não deixa claro se ele e sua esposa estavam em um campo de prisioneiros ou em um campo de extermínio nazista (SEÇÃO DE ARQUIVO E DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA, 1984). Na pesquisa que fizemos, não encontramos informações sobre a existência de campos de extermínio durante a Segunda Guerra Mundial na cidade de Ausgestellt, na Alemanha.

⁵⁷ Ivo Moro nasceu em Curitiba, no ano de 1921. Foi eleito vereador entre 1956-1959, 1960-1963 e 1964-1968, pelo PSP (Partido Social Progressista) (PEREIRA, 2021).

Robert Redzimski faleceu em 05 de julho de 1970, em Curitiba, e foi enterrado no Cemitério de Nova Orleans, no Campo Comprido, como era seu desejo.

A nomeação:

A nomeação da rua em homenagem Robert Redzimski ocorreu em 1985, durante a gestão do Prefeito Mauricio Fruet, estabelecida, através da Lei nº 6.660/1985 (CURITIBA, 1985a). No texto da proposição legislativa de 1985, consta que a iniciativa foi da antiga Comissão de Educação, Cultura e Turismo, sem especificações sobre quem teria feito esta proposta (CURITIBA, 1985b).

Na justificativa para o estabelecimento desta homenagem, consta uma breve biografia de Robert Redzimski, onde fica clara a ligação do agente com a comunidade do Campo Comprido⁵⁸.

Atualmente, a rua em homenagem a Robert Redzimski está localizada no bairro Cidade Industrial de Curitiba (CIC), que faz fronteira com o Campo Comprido. Porém, a CIC foi um bairro criado somente no ano de 1973, sendo anteriormente parte do Prado de São Sebastião, área localizada na porção Sul de Curitiba, ocupada no início do século XX “por chácaras e lotes agrícolas, compostos principalmente por imigrantes poloneses” (PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA, 2021, p. 10). Por isso, é plausível concluir que a região onde hoje se encontra a Rua Robert Redzimski, seja próxima da área onde o agente viveu e construiu sua história como imigrante polonês em Curitiba, com fortes laços estabelecidos com a comunidade local.

QUADRO 49 – CAPITAIS ACUMULADOS POR ROBERT REDZIMSKI A PARTIR DE SUAS ORIGENS E CONEXÕES DE PARENTESCO E SOCIABILIDADES

IDENTIFICAÇÃO	Robert Redzimski Nascimento: Polônia – 1916 Falecimento: Curitiba – 1970 Foi combatente do Exército Polonês na Segunda Guerra Mundial. Emigrou para o Brasil em 1945
ORIGEM/ CAPITAIS FAMILIARES	Pai: Josef Redzimski – agricultor Mãe: Franciszka Redzimski - agricultora
CASAMENTO/ CAPITAIS FAMILIARES	Esposa: Paulina Redzimski Filhas: Marja Redzimski (nascida na Polônia) e Regina Elisabeth Redzimski
CAPITAIS ECONÔMICOS	Possuía uma propriedade no bairro Campo Comprido (Travessa do Moinho), que tinha ligação da rede elétrica.
CAPITAIS /	Exercia o ofício de agricultor.

⁵⁸ Para consultar o documento ver anexo 05.

PROFISSIONAIS	
CAPITAIS SIMBÓLICOS	Nomeia uma rua no bairro CIC em Curitiba.

FONTE: A autora (2024).

5.3.6 – ANTONIA MOLINA BELLA (rua da escola Rodolpho Zaninelli)

Antonia Molina Bella nasceu Catanduva (SP), em 02 de novembro de 1920. Era filha de Antonio Molina Martins e Benvinda Martins Garcia, ambos de nacionalidade espanhola. Antônio Molina casou-se com Manoel Bella Peres, com quem teve seis filhos. Em 1956, aos 36 anos, ficou viúva ainda com os filhos pequenos. Apesar disso, na certidão de óbito não consta novo casamento, e a profissão assinalada é “do lar” (CURITIBA, 1998).

Antonia Molina Bella faleceu em Arapongas (PR), onde residia, em 13 de setembro de 1998 (CURITIBA, 1998).

A nomeação:

A nomeação da rua em homenagem a Antônio Molina Bella ocorreu em 1999, durante a gestão do Presidente da Câmara Municipal de Curitiba no exercício do cargo de prefeito, João Cláudio Derosso, através da Lei nº 9.548/1999. A proposta da homenagem foi do vereador Sabino Picolo (CURITIBA, 1999).

No texto da justificativa para a escolha de Antonia Molina Bella na nomeação de uma via pública em Curitiba, constam pouquíssimas informações sobre sua trajetória de vida, todas idênticas àquelas que estão em sua certidão de óbito. As demais partes do texto tratam de exaltar as virtudes da referida agente sem, no entanto, mencionar se era moradora da capital paranaense, qual sua formação educacional, fonte de renda, ou qualquer outra informação a respeito de sua biografia⁵⁹.

(...) Aos 36 anos de idade ficou viúva, tendo a filha mais velha 12 anos e o filho mais novo 5 meses. Trabalhou muito e com grande sacrifício criou seus filhos, dando a eles uma educação exemplar. No Domingo dia 13 de setembro de 1998, Deus a levou para junto de Si, deixando tristeza e saudade àqueles que a amavam. Por tudo que fez é merecedora da propositura que ora apresentamos (SEÇÃO DE ARQUIVO E DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA, 1999, fl. 03).

Não conseguimos levantar nenhuma informação sobre as ligações de Antonia Molina Bella com a comunidade do bairro Cidade Industrial de Curitiba.

⁵⁹ Para consultar o documento completo, ver anexo 06.

QUADRO 50 – CAPITAIS ACUMULADOS POR ANTONIA MOLINA BELLA A PARTIR DE SUAS ORIGENS E CONEXÕES DE PARENTESCO E SOCIABILIDADES

IDENTIFICAÇÃO	Antonia Molina Bella Nascimento: Catanduva (SP) – 1920 Falecimento: Arapongas (PR) – 1998
ORIGEM/ CAPITAIS FAMILIARES	Pai: Antonio Molina Martins Mãe: Benvinda Martins Garcia Ambos de nacionalidade espanhola
CASAMENTO/ CAPITAIS FAMILIARES	Esposo: Manoel Bella Peres
CAPITAIS / PROFISSIONAIS	Exercia a profissão de “do lar”.
CAPITAIS SIMBÓLICOS	Nomeação de uma rua no bairro CIC.

FONTE: A autora (2024).

5.3.7 – JOAQUIM DE SIQUEIRA CORTES (rua da escola Hildegard Sondhal).

Joaquim de Siqueira Cortes nasceu em 8 de dezembro de 1871, na cidade da Lapa, no Paraná. Era filho do Coronel Euphrasio de Siqueira Cortes e Maria da Luz Santos Correa. O pai de Joaquim de Siqueira Cortes era originário de uma tradicional família da Lapa (PR) e, em sua trajetória de vida, ocupou patentes militares, foi presidente da Câmara Municipal da Lapa em 1882 (GOVERNO, 1882), e era proprietário de terras (REQUERIMENTOS, 1892). Em matéria publicada pelo jornal *A República*, datada do ano de 1909, há um relato da festa em comemoração dos cinquenta anos (bodas de ouro) do casamento dos pais de Joaquim de Siqueira Cortes, texto que enfatiza as raízes tradicionais desta família na comunidade lapeana.

No dia 06 do corrente, festejou suas bodas de ouro o venerável casal lapeano Euphrasio de Siqueira Cortes e exma. Sra. D. Maria da Luz Siqueira Cortes. Para solenizar tão auspiciosa data, o respeitável casal reuniu em sua residência o que há de mais seleta nesta cidade, oferecendo-lhes suntuoso banquete onde foram servidas finas iguarias e deliciosos vinhos (...) Seu filho Joaquim foi portador de um artístico mapa genealógico da família Cortes, hábil e inteligentemente confeccionado por sua exma. esposa D. Helena (...) (LAPA, 1909).

Na infância, Joaquim de Siqueira Cortes concluiu a formação escolar primária na cidade da Lapa. Posteriormente, a formação educacional de Joaquim de Siqueira Cortes seguiu um caminho autodidata, ou seja, ele não prosseguiu com a escolarização formal. Mesmo assim, os conhecimentos que teria adquirido autonomamente lhe garantiram uma carreira profissional de sucesso na área da contabilidade.

Como excelente autodidata conseguiu dominar os conhecimentos necessários para exercer a profissão de guarda livros, especializando-se, mais tarde, em escrituração mercantil em curso na cidade de São Paulo. Retornando à Curitiba, exerceu até seu falecimento o cargo de chefe da contabilidade de importante firma da época – Feres Merhy⁶⁰ (SEÇÃO DE ARQUIVO E DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA, 1992, fl. 58).

Além de trabalhar na área de contabilidade, Joaquim de Siqueira Cortes também trabalhou na assessoria de advogados locais, devido à seu “amplo conhecimento das leis do país” (SEÇÃO DE ARQUIVO E DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA, 1992, fl. 58), e ministrou aulas de contabilidade “à grande número de postulantes a essa carreira, pois eram poucas as pessoas disponíveis para exercer a profissão por não haver pessoas especializadas na época (SEÇÃO DE ARQUIVO E DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA, 1992, fl. 58).

Joaquim de Siqueira Cortes se casou com Helena Borba Cortes no ano de 1904, e desse casamento nasceram cinco filhos: Divosnir Borba Cortes – deputado estadual e federal pelo Paraná (SEÇÃO DE ARQUIVO E DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA, 1992, fl. 58); Helenton Borba Cortes – Médico, professor e Secretário Municipal de Educação, Saúde e Assistência Social em Maringá – PR (SEÇÃO DE ARQUIVO E DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA, 1992, fl. 58); (SIMBOLOS, 2023); Atlântido Borga Cortes – Médico, professor e vice-reitor da Universidade Federal do Paraná (SEÇÃO DE ARQUIVO E DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA, 1992, fl. 58); (HOMENGEM, 2018); Acrelinda Cortes – casada com Raymundo Pontes Costa Carvalho (funcionário público) (NUPCIAES, 1925); Costança Cortes Santos (SEÇÃO DE ARQUIVO E DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA, 1992, fl. 58).

Joaquim de Siqueira Cortes faleceu em Curitiba, no dia 3 de julho de 1925 (CURITIBA, 1992).

A nomeação:

A nomeação da rua em homenagem a Joaquim de Siqueira Cortes ocorreu em 1992, durante a gestão do Prefeito Jaime Lerner, através da Lei nº 8.031/1992

⁶⁰ Feres Merhy era um imigrante sírio-libanês, que chegou ao Brasil no ano de 1895. Proprietário de diversos estabelecimentos comerciais, foi responsável pelo empreendimento que deu origem à construção do “Palácio Avenida”, no Centro de Curitiba (PERIN; PITZ, 2023).

(CURITIBA, 1992a). A proposta da homenagem foi do vereador Fabiano Braga Cortes Junior, bisneto do irmão de Joaquim de Siqueira Cortes (CURITIBA, 1992b).

No texto de justificativa para a referida homenagem, consta uma série de informações sobre a biografia de Joaquim de Siqueira Cortes, mencionando sua formação autodidata, sua atuação na área de contabilidade, e as origens e descendência de sua família, tradicional no estado do Paraná⁶¹. No entanto, não encontramos nenhuma informação sobre as ligações de Joaquim de Siqueira Cortes com a comunidade do bairro CIC, em Curitiba.

QUADRO 51 – CAPITAIS ACUMULADOS POR JOAQUIM DE SIQUEIRA CORTES A PARTIR DE SUAS ORIGENS E CONEXÕES DE PARENTESCO E SOCIABILIDADES

IDENTIFICAÇÃO	Joaquim de Siqueira Cortes Nascimento: Lapa (PR) –1871 Falecimento: Curitiba (PR) – 1925
ORIGEM/ CAPITAIS FAMILIARES	Pai: Coronel Euphrasio Correia (militar, presidente da Câmara Municipal da Lapa e proprietário de Terras). Mãe: Maria da Luz Santos Correa
CASAMENTO/ CAPITAIS FAMILIARES	Esposa: Helena Borba Cortes. Filhos: Divosnir Borba Cortes – deputado estadual e federal pelo Paraná. Helenton Borba Cortes – Médico, professor e Secretário Municipal de Educação, Saúde e Assistência Social em Maringá – PR. Atlântido Borga Cortes – Médico, professor e vice-reitor da Universidade Federal do Paraná. Acrelinda Cortes – casada com Raymundo Pontes Costa Carvalho (funcionário público). Costança Cortes Santos.
CAPITAIS EDUCACIONAIS	Concluiu a formação escolar primária na cidade da Lapa. Não prosseguiu com a escolarização formal. Era autodidata na área da contabilidade.
CAPITAIS / PROFISSIONAIS	Trabalhou como chefe de contabilidade na empresa Feres Merhy. Trabalhou na assessoria de advogados locais. Ministrou aulas de contabilidade.
CAPITAIS SIMBÓLICOS	Nomeação de uma rua no Bairro CIC – Curitiba.

FONTE: A autora (2024).

5.3.8 – JAIR COELHO (rua da escola Eurides Brandão)

Jair Coelho nasceu no ano de 1956, no estado do Paraná. Era filho de Antenor Coelho e Dezimira Cândida Coelho. Exercia a profissão de comerciante em Curitiba, era casado com Zena Raczkoviak Coelho, e tinha dois filhos: Alexandre Coelho e Arlete Coelho.

Jair Coelho faleceu em Curitiba, em 3 de setembro de 1989 (CURITIBA, 1989).

⁶¹ Para consultar documento completo ver anexo 07.

A nomeação:

A nomeação da rua em homenagem a Jair Coelho ocorreu em 1992, durante a gestão do Prefeito Jaime Lerner, através da Lei nº 7.892/1992 (CURITIBA, 1992c). A proposta da homenagem foi do vereador Jairo Marcelino (CURITIBA, 1992d).

No texto de justificativa para a homenagem, constam apenas afirmações sobre o caráter de Jair Coelho, sem nenhuma informação sobre sua trajetória biográfica, além daquelas que constam na certidão de óbito. Também não encontramos informações a respeito das ligações de Jair Coelho com a comunidade da CIC em Curitiba.⁶²

(...) Incansável batalhador na comunidade em que viveu, nela deixou marcas de sua passagem.

Na família exerceu o patriarcado até seus últimos minutos, alternando a existência ao cumprimento de seus deveres e princípios que, certamente, nunca serão esquecidos.

(...)

Sua perda tornou-se irreparável, pois em todas as atividades que exerceu, arrebanhou grande número de amigos, graças a seu espírito empreendedor e leal.

(...) (SEÇÃO DE ARQUIVO E DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA, 1991, fl. 31).

QUADRO 52 – CAPITAIS ACUMULADOS POR JAIR COELHO A PARTIR DE SUAS ORIGENS E CONEXÕES DE PARENTESCO E SOCIABILIDADES

IDENTIFICAÇÃO	Jair Coelho Nascimento: Paraná – 1956. Falecimento: Curitiba (PR) – 1989.
ORIGEM/ CAPITAIS FAMILIARES	Pai: Antenor Coelho Mãe: Dezimira Cândida Coelho
CASAMENTO/ CAPITAIS FAMILIARES	Esposa: Zena Raczkoviak Coelho Filhos: Alexandre e Arlete Coelho
CAPITAIS / PROFISSIONAIS	Exerceu a profissão de comerciante.
CAPITAIS SIMBÓLICOS	Homenagem com a nomeação de uma rua no bairro CIC

FONTE: A autora (2024).

5.3.9 – CYRO CORREIA PEREIRA (rua da escola Marly Queiroz Azevedo)

Cyro Correia Pereira nasceu em 9 de novembro de 1915, em Curitiba (SEÇÃO DE ARQUIVO E DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE

⁶² Para consultar documento completo ver anexo 08.

CURITIBA, 1983, fl. 20). Era filho de Olivia Correia Pereira e Lothario Pereira, comerciante (FALECIMENTOS, 1967) (NOTAS, 1925).

A formação escolar primária de Cyro Pereira ocorreu no Colégio Santa Maria, em Curitiba. Posteriormente, deu prosseguimento em sua formação educacional no Colégio Militar do Rio de Janeiro, e formou-se em Comércio e Administração em Curitiba.

Desde jovem trabalhou na empresa ervateira Leão Jr, de propriedade de seu cunhado Agostinho Ermelino de Leão Jr⁶³.

Em 1938, casou-se com Maria Lina Marquez Pereira, filha de Oribe Marquez, proprietário de importantes empresas ervateiras no Sul do Brasil. Desta união nasceram três filhos: Maria do Rocio Marques Pereira, Eduardo Manoel Pereira e Ana Cristina Pereira (SEÇÃO DE ARQUIVO E DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA, 1983, fl. 20).

Com a morte de seu sogro, na década de 1950, Cyro Correia Pereira fundou a empresa Vva. Oribe Marques & Cia Ltda. (SEÇÃO DE ARQUIVO E DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA, 1983, fl. 20). Cyro Pereira era diretor fundador da Vva. Oribe Marques e Cia, juntamente com Mario Araújo Marques e Abigail Araújo Marques. Posteriormente, foram inauguradas filiais da empresa em Ponta Grossa e União da Vitória (PR), e em Campo Alegre (SC). Em 1955, o principal mercado importador da empresa era o Uruguai e, nesta época, a Vva. Oribe Marque & Cia figurava entre as três maiores exportadoras de erva-mate do Paraná e Santa Catarina (OS QUE REALIZAM, 1956).

Em 1952, Cyro Pereira foi eleito membro do conselho fiscal do Sindicato da Indústria do Mate no estado do Paraná (SINDICATO, 1952), e em 1962 foi eleito suplente da diretoria da Federação das Indústrias do estado do Paraná (FEDERAÇÃO, 1962). Foi também membro ativo da Associação Comercial do Paraná, do Instituto Nacional do Mate, do Rotary Club e sócio fundador da Sociedade Hípica Paranaense (SEÇÃO DE ARQUIVO E DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA, 1983, fl. 20).

⁶³ Agostinho Ermelino de Leão Júnior era filho de Agostinho Ermelino de Leão, desembargador paranaense, que administrou a província do Paraná por quatro vezes. Proveniente de uma família rica e tradicional, Agostinho Ermelino de Leão Jr. fundou, no ano de 1901, uma empresa ervateira, a Leão Júnior S.A, com sede em Curitiba e Ponta Grossa (OLIVEIRA, 2022) . Com grande sucesso no mercado nacional, a Mate Leão permaneceu sob o controle da família até 2007, quando foi vendida para o Grupo Coca-Cola (OS ERROS, 2012).

Em 1957, a revista *A Divulgação* publicou uma matéria, onde descrevia a beleza da residência da família de Cyro Pereira, bem como enaltecia certas características da família, em especial da esposa, Maria Lina Marquez Pereira.

Uma das nuances de Curitiba como cidade moderna são os belos conjuntos residenciais (...) Um lar magnífico, em suma, ressumbra tranquilidade, bem estar, conforto e senso artístico. Desta feita, nossa crônica social focaliza a bela residência do Sr. e Sr.^a Cyro Pereira, figuras representativas de nossa sociedade. Recém chegados de uma viagem de recreio com duração de 30 dias pelo Uruguai (...), o distinto casal recebeu nossa cronista com extrema amabilidade (...). A Sr.^a Maria Lina Marquez Pereira (...) deu-nos a impressão de que aprecia sobremaneira a boa música clássica (...). Está irmanada na cruzada cristã está empreendida na Liga das Senhoras Católicas (...) (UM LAR, 1957).

Cyro Correia Pereira faleceu em 14 de outubro de 1972 (MISSA, 1972).

A nomeação:

A nomeação da rua em homenagem a Cyro Correia Pereira ocorreu em 1983, durante a gestão do Prefeito Maurício Fruet, através da Lei nº 6.479/1983(CURITIBA, 1983a). No texto da proposição legislativa de 1983, consta que a iniciativa para a homenagem foi da antiga Comissão de Educação, Cultura e Turismo, sem especificações sobre quem teria feito esta proposta (CURITIBA, 1983b).

Na justificativa para a nomeação da rua em homenagem à Cyro Correia Pereira são informados os dados biográficos do agente, enfatizando sua trajetória como administrador de indústrias ervateiras paranaenses⁶⁴. No entanto, não encontramos informações sobre as ligações de Cyro Pereira com a comunidade da CIC em Curitiba.

QUADRO 53 – CAPITAIS ACUMULADOS POR CYRO CORREIA PEREIRA A PARTIR DE SUAS ORIGENS E CONEXÕES DE PARENTESCO E SOCIABILIDADES

IDENTIFICAÇÃO	Cyro Correia Pereira Nascimento: Curitiba (PR) – 1915. Falecimento: Curitiba (PR) – 1972.	
ORIGEM/ CAPITAIS FAMILIARES	Pai: Lothario Pereira (comerciante) Mãe: Olivia Correia Pereira.	
CASAMENTO/ CAPITAIS FAMILIARES	Esposa: Maria Lina Marquez Pereira (filha de Oribe Marquez, importante empresário da indústria ervateira no Sul do Brasil). Cunhado: Agostinho Ermelino de Leão Jr (empresário da indústria ervateira). Filhos: Maria do Rocio Marques Pereira, Eduardo Manoel Pereira e Ana Cristina Pereira.	
CAPITAIS EDUCACIONAIS	Formação primária no Colégio Santa Maria – Curitiba. Formação secundária no Colégio Militar do Rio de Janeiro.	

⁶⁴ Para consultar o documento na íntegra ver anexo 09.

	Formação superior em Comércio e Administração (Curitiba).
CAPITAIS ECONÔMICOS	Proprietário de um Solar em Curitiba.
CAPITAIS / PROFISSIONAIS	Trabalhou desde jovem na Ervateria Leão Jr. Fundador e diretor da Vva. Oribe Marques & Cia LTDA. Membro do conselho fiscal do Sindicato da Indústria do Mate no estado do Paraná. Suplente da diretoria da Federação das Indústrias do estado do Paraná.
CAPITAIS SIMBÓLICOS	Nomeia um logradouro na Cidade Industrial de Curitiba.

FONTE: A autora (2024).

RUA DO CAMPO DE SANTANA

5.3.10 – ANTONIO BERTOLDI (rua da escola Nirlei Medeiros)

Antonio Bertoldi nasceu na cidade de Trento (Itália), em 02 de novembro de 1870, e imigrou ainda muito jovem para o Brasil, juntamente com sua família (SEÇÃO DE ARQUIVO E DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA, 2000, fl. 02-03). Era filho de João Bertoldi e Crescencia Bertoldi (CURITIBA, 2000).

Como a maioria dos grupos imigrantes italianos que vinham para Curitiba no final do século XIX, o núcleo familiar de Antonio Bertoldi era composto, provavelmente, por camponeses, que tinham na agricultura a atividade mais importante para seu sustento e a geração de renda. Inicialmente, Bertoldi teria trabalhado na lavoura, juntamente com seus familiares. Porém, não consta no documento da justificativa para a homenagem, se esta família fez parte de alguma colônia imigrante camponesa do núcleo italiano em Curitiba ou no estado do Paraná (SEÇÃO DE ARQUIVO E DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA, 2000, fl. 02-03). Além de trabalhar na lavoura, posteriormente, Antonio Bertoldi trabalhou como operário na Fábrica de Fósforos Pinheiro/ Fiat Lux, em Curitiba (SEÇÃO DE ARQUIVO E DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA, 2000, fl. 02-03). No entanto, na certidão de óbito do agente, consta que a profissão do mesmo era “ignorada” (CURITIBA, 2000).

Antonio Bertoldi era casado com Joana Roncaglio Bertoldi, não teve filhos, e faleceu em Curitiba, no dia 02 de março de 1919 (CURITIBA, 2000).

Segundo Oliveira (2012), a família Bertoldi é um importante ramo das famílias políticas paranaenses que, provenientes dos processos migratórios característicos do século XIX, se integraram, através de diversos mecanismos, à Classe Dominante Tradicional do estado. Nesse sentido, a nomeação de bens públicos parece ter se tornado

uma estratégia importante de acumulação e reconversão de capitais pela família Bertoldi, o que se evidencia através do fato de mais de vinte bens públicos terem sido nomeados em homenagem à componentes dessa família, em diversos bairros de Curitiba.

A nomeação:

A nomeação da rua em homenagem a Antonio Bertoldi ocorreu no ano 2000, durante a gestão do Prefeito Cassio Taniguchi, através da Lei nº 10.046/2000 (CURITIBA, 2000). A proposta da homenagem foi do vereador João Cláudio Derosso, por meio do Projeto de Lei Ordinária 009.00142/2000 (CURITIBA, 2000). No texto da justificativa para a homenagem constam poucas informações sobre a trajetória biográfica de Antonio Bertoldi⁶⁵, e não conseguimos levantar nenhuma informação sobre as ligações do agente e a comunidade do Campo do Santana.

QUADRO 54 – CAPITAIS ACUMULADOS POR ANTONIO BERTOLDI A PARTIR DE SUAS ORIGENS E CONEXÕES DE PARENTESCO E SOCIABILIDADES

IDENTIFICAÇÃO	Antonio Bertoldi Nascimento: Trento (Itália) – 1870. Falecimento: Curitiba (PR) – 1919.
ORIGEM/ CAPITAIS FAMILIARES	Pai: João Bertoldi Mãe: Crescencia Bertoldi
CASAMENTO/ CAPITAIS FAMILIARES	Esposa: Joana Roncaglio Bertoldi
CAPITAIS / PROFISSIONAIS	Trabalhou na lavoura juntamente com sua família imigrante. Foi operário na Fábrica de fósforos Pinheiro/Fiat Lux.
CAPITAIS SIMBÓLICOS	Homenagem na nomeação de uma rua no bairro Campo do Santana.

FONTE: A autora (2024).

RUA DO CENTRO

5.3.11 – EMILIANO PERNETA (rua do Instituto de Educação do Paraná Professor Erasmo Pilotto).

Emiliano David Perneteta nasceu em uma propriedade nos arredores de Curitiba, onde hoje é o município de Pinhais, no dia 3 de janeiro de 1866. Era filho de Francisco David Antunes (comerciante português, proprietário de uma alfaiataria, que também trabalhava como mascate), e Christina Maria dos Santos.

⁶⁵ Para consultar o documento completo ver anexo 10.

O sobrenome Pernetta veio de um apelido dado à Francisco por seu jeito peculiar de andar, que teria sido “herdado” pelos filhos. Originário da imigração judaica de “cristãos novos”, Francisco David Antunes não rejeitou o apelido, ao contrário, o adotou em seu nome e transmitiu para os filhos. Isso ocorreu provavelmente para evitar riscos de perseguição que o sobrenome Antunes gerava na sociedade local, uma vez que os “cristãos novos” podiam ser, muitas vezes, associados e condenados pelas práticas do judaísmo.

(...) o apelido acabou sendo bem-vindo a Francisco David, pois seu sobrenome Antunes vinha de uma família de cristãos-novos que já havia sofrido perseguições por supostamente praticar o judaísmo. (...). Lembremos ainda do preconceito contra judeus que, mesmo algo latente e disfarçado, sem dúvida estaria presente na época do nascimento do poeta.

Assim, segundo o que nossas fontes indicam, Francisco David, além de adotar o apelido e assumir o nome de David Pernetta, registrou seus filhos com essa combinação como sobrenome (...) (SANTANA, 2015, p. 5).

Emiliano Pernetta era o primogênito da família, tendo quatro irmãos mais novos: Júlio David Pernetta (jornalista e escritor, destaque no movimento Simbolista no Paraná), João David Pernetta (engenheiro e um dos fundadores da Universidade do Paraná), Evaristo David Pernetta (jornalista e funcionário postal) e Manuel David Pernetta (falecido ainda muito jovem) (SANTANA, 2015).

A formação escolar de Emiliano Pernetta teve início no ano de 1874 no Colégio Müller, e em 1879, ele foi estudar no Ginásio Paranaense. Em 1880, fundou um Clube Juvenil, juntamente com membros da elite paranaense. Em 1885, Emiliano Pernetta mudou-se para São Paulo, para cursar Direito na Faculdade do Largo de São Francisco, curso que concluiu em 1889.

Antes mesmo de terminar a graduação, Emiliano Pernetta participou ativamente da produção literária no país. Em 1888, foi redator, juntamente com o escritor Olavo Bilac, de *A Vida Semanária*, publicação da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco. Nesse mesmo período, fundou o periódico *A Folha Literária*, colaborou nas revistas *Arte* e *A República*, e publicou seu primeiro livro de poesias, intitulado *Músicas* (SANTANA, 2015).

Republicano, Emiliano Pernetta foi escolhido como orador da turma em sua formatura no curso de Direito, quando fez um contundente discurso a favor da transformação do regime político no Brasil, que ocorreu de fato naquele contexto.

Após se graduar em Direito, Pernetta se mudou para o Rio de Janeiro, onde, juntamente com Leôncio Correia, Leopoldo Cabral e Emílio de Menezes, fundou o jornal *Folha Popular*, que duraria poucos meses. Em 1893, Emiliano Pernetta se mudou para o

interior de Minas Gerais, onde trabalhou como promotor na cidade de Caldas, e juiz municipal em Santo Antonio do Machado (SANTANA, 2015).

No ano de 1896, Emiliano Perneteta retornou à Curitiba devido à uma enfermidade. Mesmo que ainda tivesse a intenção de viajar e conhecer outros lugares, o poeta permaneceu na capital paranaense até sua morte, em 1921. Este período foi marcado por um crescimento do movimento literário no Paraná, com a busca da construção de uma identidade cultural própria no estado. Emiliano Perneteta fez parte desse movimento, com a publicação de diversos textos, e o contato constante com diversos intelectuais locais (SANTANA, 2015).

Em 1899, Perneteta assumiu o cargo de auditor de guerra, uma função judicial militar, o que provavelmente lhe garantiu estabilidade financeira. No ano de 1901, ingressou no magistério, como professor de português na Escola Normal de Curitiba e no Ginásio Paranaense, onde permaneceu até 1909. Além disso, nesse mesmo ano assumiu o cargo de secretário do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná, e passou a fazer parte da loja maçônica Fraternidade Paranaense. Em 1902, Emiliano Perneteta lançou a revista *Victrix*, importante publicação do movimento simbolista no Paraná (SANTANA, 2015).

Em 1912, além de participar da fundação da Universidade do Paraná, Emiliano Perneteta também integrou o grupo de fundadores do Centro de Letras do Paraná, tendo presidido a entidade entre 1913 e 1918 (SANTANA, 2015).

Nos anos seguintes, Perneteta continuou com uma intensa produção artística e literária, publicando seus poemas em livros e em periódicos locais e nacionais. No auge do movimento simbolista no Paraná, em 1911, Emiliano Perneteta foi celebrado como “Príncipe dos poetas paranaenses”, participando dos mais importantes círculos intelectuais do estado, sempre em contato com a elite local (SANTANA, 2015).

FIGURA 03 - BANQUETE OFERECIDO À EMILIANO PERNETA NA *ILHA DA ILUSÃO*⁶⁶, NO PASSEIO PÚBLICO – CURITIBA. PERNETA É O TERCEIRO HOMEM SENTADO NO LADO DIREITO.

⁶⁶ Em 1911, a *Ilha da Ilusão* foi o lugar onde Emiliano Perneteta foi “coroado Príncipe dos Poetas paranaenses”. O espaço existe até hoje, possuindo uma fonte no meio do Passeio Público, parque central de Curitiba (PASSEIO, 2022).



FONTE: O PRÍNCIPE (2023).

Emiliano Pernetá não se casou, nem teve filhos, e faleceu em Curitiba, no dia 21 de janeiro de 1921, aos 55 anos de idade (SANTANA, 2015).

O nome de Emiliano Pernetá está presente em diversos locais públicos no estado do Paraná. Em uma breve pesquisa, constatamos que o renomado poeta foi homenageado com a designação de duas ruas (Curitiba e Pinhais – PR), uma praça em Maringá (PR), duas escolas estaduais (Curitiba e Tijucas do Sul – PR), uma escola municipal (Cruzeiro do Oeste – PR), e um bairro em Pinhais (PR).

A nomeação:

A rua Emiliano Pernetá é uma das ruas mais antigas de Curitiba. Originalmente, essa via pública teve diversas denominações: Rua das Tropas, Saída dos Campos, Caminho de Castro, Rua Nova do Ivo, Rua da Entrada e Rua Aquidabã (AS PRIMEIRAS, 2023). Na metade do século XVIII, a atual rua Emiliano Pernetá se chamava Rua da Entrada, justamente por ser o acesso entre o Centro da cidade e regiões menos populosas do município e do estado (GIRO, 2021). Com início no Largo da Ponte (atual Praça Zacarias), a então Rua da Entrada contava com um número expressivo (para a época) de residências e pontos comerciais, especialmente ferrarias, colchoarias tanoarias e depósitos de lenha. Em 1871, a via teve alteração em sua designação, e passou a ser chamada de Rua Aquidabã (ou Aquidaban). Em 1921, o falecimento de Emiliano Pernetá iniciou um novo processo de mudança, que culminou na alteração da designação da Rua Aquidabã para o nome do renomado poeta paranaense. Essa mudança ocorreu no ano de 1935, e Emiliano Pernetá permanece nomeando uma das principais vias públicas do Centro de Curitiba até hoje (AS PRIMEIRAS, 2023).

Por se tratar de uma nomeação muito antiga, não conseguimos ter acesso à documentação que oficializou o nome de Emiliano Pernetá na via pública do centro da capital paranaense⁶⁷.

QUADRO 55 – CAPITAIS ACUMULADOS POR EMILIANO PERNETA A PARTIR DE SUAS ORIGENS E CONEXÕES DE PARENTESCO E SOCIABILIDADES

IDENTIFICAÇÃO	Emiliano Pernetá Nascimento: Pinhais (PR) – 1866 Falecimento: Curitiba (PR) – 1921	
ORIGEM/ CAPITAIS FAMILIARES	Pai: Francisco David Antunes (originário da imigração judaica, era comerciante, proprietário de uma alfaiataria, que também trabalhava como mascate). Mãe: Christina Maria dos Santos. Irmãos: Júlio David Pernetá (jornalista e escritor, destaque no movimento Simbolista no Paraná). João David Pernetá (engenheiro e um dos fundadores da Universidade do Paraná). Evaristo David Pernetá (jornalista e funcionário postal). Manuel David Pernetá (falecido ainda muito jovem)	
CAPITAIS EDUCACIONAIS	Início da formação escolar – 1874 – Colégio Müller. Em 1879 foi estudar no Ginásio Paranaense. Em 1885, mudou-se para São Paulo, para cursar Direito na Faculdade do Largo de São Francisco. A formação em Direito foi concluída em 1889.	
CAPITAIS CULTURAIS/ PROFISSIONAIS/ POLÍTICOS	Em 1880, fundou um Clube Juvenil, juntamente com membros da elite paranaense. Em 1888, foi redator, juntamente com o escritor Olavo Bilac, de <i>A Vida Semanária</i>, publicação da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco. Nesse mesmo período, fundou o periódico <i>A Folha Literária</i>, colaborou nas revistas <i>A Arte</i> e <i>A República</i>, e publicou seu primeiro livro de poesias, intitulado <i>Músicas</i>. Após se graduar em Direito, Pernetá se mudou para o Rio de Janeiro, onde, juntamente com Leôncio Correia, Leopoldo Cabral e Emílio de Menezes, fundou o jornal <i>Folha Popular</i>, que duraria poucos meses. Em 1893, se mudou para o interior de Minas Gerais, onde trabalhou como promotor na cidade de Caldas, e juiz municipal em Santo Antonio do Machado. Em 1896, retornou à Curitiba. Em 1899, assumiu o cargo de auditor de guerra, uma função judicial militar, o que provavelmente lhe garantiu estabilidade financeira. Em 1901, ingressou no magistério, como professor de português na Escola Normal de Curitiba e no Ginásio Paranaense, onde permaneceu até 1909. Em 1901 também assumiu o cargo de secretário do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná, e passou a fazer parte da loja maçônica Fraternidade Paranaense. Em 1902, lançou a revista <i>Victrix</i>, importante publicação do movimento simbolista no Paraná. Em 1912, além de participar da fundação da Universidade do Paraná, também integrou o grupo de fundadores do Centro de Letras do Paraná, tendo presidido a entidade entre 1913 e 1918. No auge do movimento simbolista no Paraná, em 1911, Emiliano Pernetá foi celebrado como “Príncipe dos poetas paranaenses”, participando dos mais importantes círculos intelectuais do estado, sempre em contato com a elite local	

⁶⁷ No anexo 11 incluímos algumas imagens referentes à história do agente e da rua.

CAPITAIS SIMBÓLICOS	1911- Criação do espaço chamado de <i>Ilha da Ilusão</i> (no Passeio Público). Espaços públicos com o nome de Emiliano Pernetá: Duas ruas (Curitiba e Pinhais – PR). Uma praça em Maringá (PR). Duas escolas estaduais (Curitiba e Tijucas do Sul – PR). Uma escola municipal (Cruzeiro do Oeste – PR). Um bairro em Pinhais (PR).

FONTE: A autora (2024).

RUA DO GANCHINHO

5.3.12 – REINALDO DE CARVALHO – BOLA (rua da escola Professora Iara Bergman)

Reinaldo de Carvalho nasceu no dia 22 de julho de 1962, no Rio de Janeiro (RJ). Era filho de Flávio de Carvalho e Liege Neves de Carvalho, e se mudou para Curitiba com um ano de idade, onde morou até a os 23 anos (BOLA, 1987). Desde criança, Reinaldo de Carvalho tinha problemas com a obesidade, o que teria sido ocasionado, segundo sua mãe, por uma cirurgia de amígdalas, realizada quando ele tinha três anos de idade (BOLA, 1987).

Reinaldo de Carvalho estudou no Colégio Luterano de Curitiba⁶⁸, onde participou de atividades culturais e artísticas do grêmio estudantil, o que lhe rendeu popularidade, até sua primeira eleição como “Rei Momo” na capital paranaense, no ano de 1981 (BOLA, 1987) (CAMARGO, 1988). Além disso, foi regente da “Banda da Escola de Campo Comprido, que abrigava menores carentes, e por quem tinha verdadeira identificação” (SEÇÃO DE ARQUIVO E DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA, 1995 [?], fl. 49).

Eleito consecutivamente em 1981 e 1982 como “Rei Momo” em Curitiba, Bola conquistou grande espaço e popularidade no meio artístico, principalmente entre os que organizavam os eventos carnavalescos da capital (DESFILÉ, 1981). Prova disso foi a decisão do Prefeito Maurício Fruet, em 1983, emitindo um decreto, que definia a permanência de Bola como “Rei Momo” da cidade, sem a necessidade de novas eleições. O jornalista Claudio Ribeiro descreveu o episódio, que não deixou de causar polêmicas:

Mauricio [Fruet], então prefeito de Curitiba, já vai tempo e tome tempo, atendendo a um pedido meu (era o presidente da Associação das Escolas de Samba) e de Glauco Souza Lobo (partiu recentemente), seu diretor da Fundação Cultural de Curitiba, assinou um decreto nomeando (sem concurso) Rei Momo do Carnaval de Curitiba o grande Reinaldo de Carvalho o Rei Bola.

⁶⁸ Inferimos que Reinaldo de Carvalho tenha estudado no Colégio Luterano até o Ensino Médio, pois esta é a única escola mencionada em sua trajetória.

Oficializou o gordo, simpático e comunicativo “Bola” como o Rei Momo de Curitiba, dispensando qualquer eleição. O mais competente Rei Momo que o carnaval curitibano já teve (RIBEIRO, 2019, não p.).

Em artigo publicado em 1983, o jornalista Aramis Millarch fez o seguinte comentário sobre o ocorrido:

Um decreto a ser assinado pelo prefeito Maurício Fruet nos próximos dias poderá provocar grande polêmica. Simplesmente irá oficialmente o gordo, simpático e comunicativo “Bola” (Reinaldo de Carvalho) como o Rei Momo de Curitiba, dispensando qualquer eleição. Carioca de Madureira, 23 anos - completado dia 22 de julho último, Bola é já Rei Momo há dois carnavais, e o seu melhor amigo, o também carnavalesco Glauco Souza Lobo (alcança a direção executiva da Fundação Cultural de Curitiba em março último), defende a permanência oficial como o soberano da folia: - “Que eu saiba, rei não é eleito a cada ano. Rei, quando é bom, fica!”. O que se indaga é se os candidatos ao cargo - que é bem remunerado (cerca de Cr\$ 800 mil mais trajes e mordomias carnavalescas) estão dispostos a aceitar este “golpe carnavalesco” (MILLARCH, 1983).

Em 1986, Bola se transferiu para o Rio de Janeiro, onde disputou a eleição para “Rei Momo” carioca. Na primeira disputa ele não conseguiu se eleger, mas, a partir de 1987, venceu todas as eleições, até o ano de 1995.

Ainda em 1987, Reinaldo de Carvalho fundou a “Rei Bola Produções Artísticas”, empresa que, além de promover a imagem do Rei Momo na capital carioca, também produzia artigos para a geração de renda fora da época do carnaval. “Há dois meses, a Rei Bola Produções Artísticas – firma de 16 funcionários e verbas de U\$300 mil – produz um circo (...), desenha camisetas com sua figura, cria drinques, jornais, histórias em quadrinhos e diplomas (...)” (CAMARGO, 1988).

Apesar das consecutivas vitórias na eleição de “Rei Momo” no Rio de Janeiro, e da criação da empresa “Rei Bola Produções Artísticas”, Reinaldo de Carvalho teria uma vida relativamente simples na capital carioca, segundo matéria publicada no Jornal dos Sports, datada de março de 1987: “O Rei Momo mora em um apartamento modesto na Rua de Santana, no Centro, com sua mãe e um tio de 92 anos, cheio de sobriedade” (BOLA, 1987, p.4).

Reinaldo de Carvalho nunca se casou, nem teve filhos, e faleceu no Rio de Janeiro, no ano de 1995, aos 33 anos de idade.

A nomeação:

A nomeação da rua em homenagem a Reinaldo de Carvalho Bola ocorreu em 1995, durante a gestão do Vice Prefeito em exercício José Carlos Gomes de Carvalho, através da Lei nº 8.715/1995. A proposta da homenagem foi da Comissão de Educação e

Cultura (CURITIBA,1995). No entanto, na documentação de justificativa para a referida homenagem, quem assina a proposta é o Vereador Mário Celso.

No texto da justificativa para a indicação de Ronaldo de Carvalho constam algumas informações acerca que sua biografia, com ênfase na trajetória que o levou a ser escolhido “Rei Momo” por diversas vezes em Curitiba e no Rio de Janeiro, se projetando como um agente importante para o carnaval e para a cultura do país. Porém, não encontramos nenhuma informação sobre as ligações de Bola com a comunidade do bairro Ganchinho, em Curitiba⁶⁹.

QUADRO 56 – CAPITAIS ACUMULADOS POR REINALDO DE CARVALHO – BOLA, A PARTIR DE SUAS ORIGENS E CONEXÕES DE PARENTESCO E SOCIABILIDADES

IDENTIFICAÇÃO	Reinaldo de Carvalho - Bola Nascimento: Rio de Janeiro (RJ) – 1962. Falecimento: Rio de Janeiro (RJ) – 1995.	
ORIGEM/ CAPITAIS FAMILIARES	Pai: Liege Neves de Carvalho Mãe: Flávio de Carvalho	
CAPITAIS ECONÔMICOS	Proprietário da empresa “Rei Bola Produções Artísticas” Possuía um apartamento no Centro do Rio de Janeiro	
CAPITAIS EDUCACIONAIS	Estudou no Colégio Luterano de Curitiba	
CAPITAIS / PROFISSIONAIS	Foi eleito Rei Momo cinco vezes consecutivas em Curitiba. Foi eleito Rei Momo nove vezes consecutivas no Rio de Janeiro.	
CAPITAIS SIMBÓLICOS	Homenageado nomeando uma rua no bairro Ganchinho – Curitiba	

FONTE: A autora (2024).

RUA DO TARUMÃ

5.3.13 – CORONEL AUGUSTO DE ALMEIDA GARRET (rua da escola Paulo Leminski)

Augusto de Almeida Garret nasceu em Curitiba (PR), no dia 25 de agosto de 1898. Era filho de André de Almeida Garret e Augusta Salmon Garret, e casado com a professora Jacyra Maranhão de Almeida Garret, com quem teve dois filhos: João Antônio de Almeida Garret e Carlos Augusto de Almeida Garret (SEÇÃO DE ARQUIVO E DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA, 1978 [?]) (FALECIMENTO, 1956)

⁶⁹ Para consultar documento na íntegra ver anexo 12.

Em 1954, Augusto de Almeida Garret, que era Major da Polícia Militar do Estado do Paraná, foi promovido ao posto de Tenente Coronel (PARANÁ, 1954).

Apesar do documento de justificativa para a homenagem de Augusto Garret afirmar que ele faleceu no ano de 1954 (SEÇÃO DE ARQUIVO E DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA, 1978 [?]), duas fontes de imprensa informam que o falecimento do Tenente Coronel ocorreu em 25 junho de 1956 (POLÍCIA, 1956) (FALECIMENTO, 1956). Devido a precariedade das condições da primeira fonte (anotações feitas manualmente), assumimos que os registros de imprensa sejam os corretos.

No ano de 1982, o governador José Hosken de Novaes assinou o Decreto nº 5717, denominando de “Tenente Coronel PM Augusto de Almeida Garret” o Museu Histórico da Polícia Militar do Paraná (HOSKEN, 1982), instituição que foi reinaugurada em 2023, e onde “ficam expostos no local os uniformes, armas, fotografias, equipamentos, documentos e objetos que fazem parte da história da corporação” (PARANÁ. SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA, 2023, não p.).

A nomeação:

A nomeação da rua em homenagem ao Coronel Augusto de Almeida Garret ocorreu em 1978, durante a gestão do Presidente da Câmara de Vereadores de Curitiba, João Batista Gnoato, através da Lei nº 5.735/1978 (CURITIBA, 1978). A proposta da homenagem foi do vereador Ivan Ribas (CURITIBA, 1978).

Nos documentos para a justificativa da homenagem, constam, de maneira precária, poucas e imprecisas informações sobre a identificação do agente, assim como sobre a trajetória biográfica dele⁷⁰.

Não conseguimos levantar informações a respeito das ligações do Coronel Augusto de Almeida Garret com a comunidade do bairro Tarumã.

QUADRO 57 – CAPITAIS ACUMULADOS PELO CORONEL AUGUSTO DE ALMEIDA GARRET, A PARTIR DE SUAS ORIGENS E CONEXÕES DE PARENTESCO E SOCIABILIDADES

IDENTIFICAÇÃO	Augusto de Almeida Garret Nascimento: Curitiba (PR) – 1898. Falecimento: Curitiba (PR) – 1956.
ORIGEM/	Pai: André de Almeida Garret. Mãe: Augusta Salmon Garret.

⁷⁰ Para consultar o documento na íntegra, ver anexo 13.

CAPITAIS FAMILIARES	
CASAMENTO/ CAPITAIS FAMILIARES	Esposa: Jacyra Maranhão de Almeida Garret (professora). Filhos: :João Antônio de Almeida Garret e Carlos Augusto de Almeida Garret.
CAPITAIS / PROFISSIONAIS	Major da Polícia Militar do Paraná Tenente-coronel da Polícia Militar do Paraná
CAPITAIS SIMBÓLICOS	Homenagem nomeando uma rua no bairro Tarumã e o Museu Histórico da Polícia Militar do Paraná.

FONTE: A autora (2024).

RUA DO TATUQUARA

5.3.14 – JOSÉ ANGELO MARTINS (rua da escola Desembargador Guilherme Albuquerque Maranhão)

José Angelo Martins nasceu em Campo Largo (PR), no dia 27 de outubro de 1907. Era filho de José Martins e Florinda Martins. Na certidão de óbito do agente, consta que ele era carpinteiro, e o estado civil era casado, mas não é possível identificar o nome de sua esposa.

No texto da justificativa para a homenagem, é mencionado que o José Martins exercia uma liderança comunitária, tornando-se “muito conhecido em seu bairro, pelas obras de benemerência, que praticava, ajudando na construção da Igreja” (SEÇÃO DE ARQUIVO E DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA, 1982 [?], fl. 70). No entanto, o referido documento não especifica em qual bairro José Angelo Martins teria vivido, e exercido esse papel de líder comunitário.

José Angelo Martins faleceu em Curitiba, no dia 18 de janeiro de 1975 (CURITIBA, 1975).

A nomeação:

A nomeação da rua em homenagem a José Ângelo Martins ocorreu em 1982, durante a gestão do Prefeito Jaime Lerner, através da Lei nº 6.376/1982. A proposta da homenagem foi da Comissão de Educação Cultura e Turismo, não sendo especificado de qual vereador ou cidadão partiu a indicação (CURITIBA, 1982).

No texto para a justificativa da homenagem, é mencionado que José Angelo Martins era uma pessoa comum, que exerceu significativa liderança comunitária junto às pessoas de seu bairro, mas sem alcançar grande projeção. Isso, segundo o documento, não

deveria influenciar na escolha dos homenageados para nomear os logradouros da cidade⁷¹.

Nem só as grandes figuras da historiografia oficial são merecedoras de homenagem da coletividade, na identificação dos logradouros públicos. Também os simples, apesar de não figurarem nos compêndios marcam sua presença e passam a se constituir pontos de referência histórica (SEÇÃO DE ARQUIVO E DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA, 1982 [?], fl. 70).

Apesar de José Angelo Martins ser um líder comunitário no bairro em que viveu, não encontramos informações de onde isso teria ocorrido, ou seja, em qual bairro o agente teria exercido sua função de liderança local. Também não conseguimos levantar informações se essa vivência teria ocorrido no bairro Tatuquara, local onde ele foi homenageado nomeando uma via pública.

QUADRO 58 – CAPITAIS ACUMULADOS POR JOSÉ ANGELO MARTINS, A PARTIR DE SUAS ORIGENS E CONEXÕES DE PARENTESCO E SOCIABILIDADES

IDENTIFICAÇÃO	José Angelo Martins Nascimento: Campo Largo (PR) – 1907. Falecimento: Curitiba (PR) – 1975.
ORIGEM/ CAPITAIS FAMILIARES	Pai: José Martins Mãe: Florinda Martins
CAPITAIS / PROFISSIONAIS	Exerceu a profissão de carpinteiro
CAPITAIS POLÍTICOS	Líder comunitário
CAPITAIS SIMBÓLICOS	Homenagem nomeando uma rua no bairro Tatuquara.

FONTE: A autora (2024).

RUA DO UBERABA

5.3.15 – AVELINO MANTOVANI (rua da escola Anibal Khury Neto)

Nas fontes consultadas não encontramos nenhuma informação sobre a biografia de Avelino Mantovani, fato que se repetiu na consulta junto à Seção de Arquivo e Documentação Histórica da Câmara Municipal de Curitiba⁷².

A nomeação:

⁷¹ Para consultar o documento na íntegra, ver anexo 14.

⁷² SEÇÃO DE ARQUIVO E DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA. Pesquisa de doutorado sobre a nomenclatura de espaços públicos em Curitiba. Mensagem recebida por: lucianabaenario@gmail.com. 21 mar. 2023.

A nomeação da rua em homenagem a Avelino Mantovani ocorreu em 1985, durante a gestão do Prefeito Maurício Fruet, através da Lei nº 6.644/1985 (CURITIBA, 1985a). A proposta da homenagem foi da Comissão de Educação Cultura e Turismo, não sendo especificado de qual vereador ou cidadão partiu a indicação (CURITIBA, 1985b).

QUADRO 59 – CAPITAIS ACUMULADOS POR AVELINO MANTOVANI, A PARTIR DE SUAS ORIGENS E CONEXÕES DE PARENTESCO E SOCIABILIDADES

IDENTIFICAÇÃO	Avelino Mantovani
CAPITAIS SIMBÓLICOS	Homenageado nomeando uma rua no bairro Uberaba

FONTE: A autora (2024).

5.4 – BIOGRAFIA DOS AGENTES QUE NOMEIAM AS PRAÇAS OU JARNINETES MAIS PRÓXIMOS DE ONDE AS ESCOLAS DE REFERÊNCIA ESTÃO LOCALIZADAS:

As praças, assim como as ruas, são elementos essenciais no espaço das cidades, pois são lugares onde os membros da comunidade podem ter acesso ao lazer, à cultura e às interações sociais.

Uma praça pode ser definida, de maneira ampla, como qualquer espaço público urbano, livre de edificações que propicie convivência e/ou recreação para os seus usuários (VIERO, 2009) (...)

A praça pode desempenhar diversas funções, tais como: ecológica - desempenhada pela presença de vegetação e atrativo de animais, presença de solo permeável, melhoria do clima e qualidade do ar; estética - ligada à diversificação da paisagem de forma agradável aos olhos de quem a vê e ao embelezamento da cidade; e psicológica - intimamente ligada ao relaxamento obtido pelo contato com o natural, entre outros (DOURADO, 2009). Possibilita também uma integração voluntária à vida de agrupamentos recreativos sociais e culturais (COSTA *et al.*, 2010); simbólicos, porque se tornam objetos referenciais e cênicos na paisagem da cidade, exercendo importante papel na identidade do bairro ou da rua (ROBBA e MACEDO, 2010; BIONDI; LIMA NETO, 2012, p. 32).

Segundo estudos de Biondi e Lima Neto (2012), no ano de 2012 existiam 453 praças em Curitiba, a maior parte delas localizada na região central da cidade. Deste total, 27,59% não possuía nomenclatura oficial, sendo consideradas praças sem identificação. Entre as praças com identificação definida, mais de 60% apresentava sua denominação vinculada à “topônimos denominados de antroponímicos, que se referem aos nomes de pessoas” (BIONDI; LIMA NETO, 2012, p. 40-41). Esse número pode ser um indício da importância que as referências antroponímicas possuem na construção da memória

individual e coletiva das comunidades, uma vez que mais da metade dos espaços de interação e lazer das praças da cidade carregavam denominações de agentes humanos.

Dados mais atualizados informam que Curitiba possuía em 2017 um total de 462 praças e 464 jardinetes (IPPUC, 2025), totalizando 926 bens públicos dessa natureza que poderiam ser incluídos no recorte de nossa pesquisa, segundo os critérios de proximidade geográfica definidos. Dentro desse universo, as praças ou jardinetes⁷³ designados com topônimos antroponímicos totalizaram 12 bens públicos, sobre os quais foram levantados os dados biográficos dos agentes homenageados.

Para a análise da nomenclatura destes espaços, a organização da escrita segue a mesma sequência adotada anteriormente, ou seja, partiremos da descrição biográfica dos agentes homenageados nos bairros com maior número de escolas de referência. Neste conjunto, quatro colégios têm maior proximidade com duas praças e, em outra escola, a praça mais próxima não é designada por um topônimo antroponímico. Além disso, dois colégios não possuem nenhuma praça oficialmente nominada há menos de quatro quilômetros de distância. Por isso, das 17 escolas de referência, apenas 12 terão o levantamento biográfico individual apresentado⁷⁴.

PRAÇAS DO SÍTIO CERCADO

5.4.1 – EGYDIO JOSÉ BUSNARDO (praça mais próxima do Colégio Hasdrubal Bellegard – 1,3 Km).

⁷³ Segundo o Decreto Municipal nº 427/83, os jardinetes se diferem das praças pelo tamanho de seu espaço geográfico. Jardinetes são os espaços públicos ajardinados com até 2.500 m². Praças são espaços públicos com mais de 2.500 m², admitida uma aproximação de 10%. Os espaços que já existiam anteriormente à publicação deste decreto foram mantidos inalterados (CURITIBA, 1983). Incluímos os jardinetes em nossa pesquisa, pois os consideramos espaços de sociabilidades similares aos das praças.

⁷⁴ Os Colégios Professor Leonardo Kletemberg e Inez Vicente Borocz são mais próximos da Praça Raul Heller. Os Colégios Flávio Ferreira da Luz e Professor Guido Arzua são mais próximos da Praça José Soares Grobe. Todos estes locais públicos estão localizados no Bairro Sítio Cercado. O Colégio Estadual Professora Iara Bergmann, no bairro Ganchinho, fica próximo da Praça das Tendas (ou seja, não é um local público com definição antroponímica). Os colégios Professora Marli Queiróz Azevedo (no CIC) e Nirlei Medeiros (no Campo do Santana) não possuem nenhuma praça oficialmente nominada há menos de quatro quilômetros de distância. Levando em conta que mais de um quarto das praças de Curitiba não possuem designação oficial (BIONDI; LIMA NETO, 2012), é possível que existam estes tipos de logradouros mais próximos das escolas mencionadas, mas que não possuem nenhuma denominação atribuída pelas autoridades públicas, o que os exclui do recorte da presente pesquisa.

Egídio José Busnardo nasceu no dia 24 de novembro de 1921, em Santa Catarina. Era filho de José Busnardo⁷⁵ e Angélica Ferreira Busnardo (CURITIBA, 1997). Ainda na juventude, Egydio Busnardo veio para Curitiba para prestar o serviço militar obrigatório, época em que iniciou sua carreira no Exército. Contudo, o documento biográfico redigido pela Câmara Municipal de Curitiba não deixa claro se o agente se transferiu para Curitiba nesse período juntamente com os familiares, nem apresenta detalhes sobre sua trajetória militar (SEÇÃO DE ARQUIVO E DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA, 1998 [?]). Apesar da citada carreira no Exército, na certidão de óbito do agente consta a profissão de motorista (CURITIBA, 1997).

Egídio Busnardo casou-se com Helena Mildemberguer, com quem teve dois filhos: Renato Busnardo e Roseli Busnardo. Em 1950, adquiriu um terreno no bairro Campina do Siqueira, onde fixou residência, e passou a atuar como liderança comunitária.

Teve várias dificuldades, pois, na época não tinha luz, água, ônibus e demais melhorias no bairro. Razão pela qual fez parte da comissão de moradores, dirigida pela senhora Julieta Zilioto para obterem energia elétrica e demais benfeitorias para o local onde residia.

Foi integrante ativo na construção da capela de São José Trabalhador, na Campina do Siqueira, organizando, como Presidente da Comissão várias festas e bingos, em prol desta (SEÇÃO DE ARQUIVO E DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA, 1998 [?], fl 04).

Além de participar da comissão de moradores do bairro, e das atividades da paróquia local, o agente também era treinador e juiz de campeonatos de futebol, tendo atuado em times como Campo da Cruz, Canto do Rio e Bangu⁷⁶.

Egídio José Busnardo faleceu em 05 de outubro de 1997, em Curitiba.

A nomeação:

A nomeação da praça em homenagem a Egydio José Busnardo ocorreu em 1998, durante a gestão do Prefeito Cassio Taniguchi, através da Lei nº 9.454/1998. A proposta da homenagem foi do vereador José Gorski (CURITIBA, 1998). Apesar de constar um relato biográfico de Egydio José Busnardo, poucas são as informações fornecidas a respeito das origens e da trajetória do referido agente. No texto de justificativa para a

⁷⁵ Ao que tudo indica, não se trata do Professor José Busnardo, que exerceu o magistério e o cargo de Inspetor de Ensino no Paraná, e hoje nomeia uma escola estadual no bairro Vila Fanny, em Curitiba.

⁷⁶ O documento com as informações biográficas do agente não deixa claro se os times citados pertencem aos campeonatos locais de Curitiba, ou se referem à times de outros estados.

homenagem, são mencionadas as virtudes de Egidio Busnardo, mas não constam informações sobre as ligações dele com a comunidade do bairro Sítio Cercado⁷⁷.

Aqueles que conheceram Egidio Busnardo, sabem que foi ele um exemplo de cidadão, sempre voltado ao bem comum, sempre pronto a participar das lutas pela melhoria de qualidade de vida da comunidade de onde vivia (...)
Dar o seu nome a uma rua da Cidade, é reconhecer o valor dos humildes (SEÇÃO DE ARQUIVO E DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA, 1998 [?], fl. 03).

QUADRO 60 – CAPITAIS ACUMULADOS POR EGYDIO JOSÉ BUSNARDO, A PARTIR DE SUAS ORIGENS E CONEXÕES DE PARENTESCO E SOCIABILIDADES

IDENTIFICAÇÃO	Egydio José Busnardo Nascimento: Santa Catarina – 1921 Falecimento: Curitiba (PR) – 1997
ORIGEM/ CAPITAIS FAMILIARES	Pai: José Busnardo Mãe: Angélica Ferreira Busnardo
CASAMENTO/ CAPITAIS FAMILIARES	Esposa: Helena Mildemberguer Busnardo Filhos: Renato e Roseli Busnardo
CAPITAIS ECONÔMICOS	Adquiriu um terreno no Bairro Campina do Siqueira, em Curitiba, no ano de 1950. Na certidão de óbito consta que não deixou bens para os herdeiros.
CAPITAIS / PROFISSIONAIS	Carreira militar no Exército brasileiro. Exerceu a profissão de motorista. Foi técnico e juiz de futebol em diversos times.
CAPITAIS SOCIAIS /POLÍTICOS	Liderança comunitária com participação na associação dos moradores, na paróquia e em times de futebol do bairro Campina do Siqueira, em Curitiba.
CAPITAIS SIMBÓLICOS	Homenageado nomeando uma rua no bairro Sítio Cercado, em Curitiba.

FONTE: A autora (2024).

5.4.2 – CARLOS RAUL HELLER (praça mais próxima dos Colégios Inês Vicente Borocz – 250m – e Professor Leonardo Kletemberg – 1,0Km).

Carlos Raul Heller nasceu em Curitiba (PR), no dia 11 de junho de 1935. Era filho de Carlos Heller (médico e prefeito de Curitiba entre 1937 e 1938), e Ana Hoffmann Heller (SEÇÃO DE ARQUIVO E DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA, 2003) (SR. CARLOS, 1952) (RELAÇÃO, 2023).

Um dos irmãos de Carlos Raul Heller era Udo Fernando Heller, famoso colecionador de carros antigos na capital paranaense (NASCIMENTOS, 1957) (CROQUIS, 2015).

Carlos Raul Heller iniciou sua formação educacional nos Colégios Dona Branca e Novo Ateneu, em Curitiba, entre os anos de 1942 e 1953. Em 1955, começou a

⁷⁷ Para consultar o documento na íntegra, ver anexo 15.

graduação no curso de Engenharia Civil, onde se formou no ano de 1959. Falava fluentemente inglês e alemão (SEÇÃO DE ARQUIVO E DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA, 2003).

Entre 1960 e 1963, Carlos Raul Heller trabalhou na USELPA (Usinas Hidroelétricas do Paranapanema), como engenheiro de construção civil. A partir de 1964, ocupou o cargo de engenheiro de construção de pontes e estradas na Velloso e Camargo Engenharia e Empreendimentos, onde chegou ao cargo de diretor técnico, e permaneceu até o ano de 1983. Entre 1984 e 1993, foi engenheiro de construção na Volvo do Brasil. No ano de 1995, Carlos Raul Heller se aposentou (SEÇÃO DE ARQUIVO E DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA, 2003) (COMUNICADO, 1967).

Carlos Raul Heller era casado com Neide Cerqueira Leite Heller (filha de Jovelino Cerqueira Leite, diretor-gerente da Companhia Distribuidora do Paraná – CODIPA), com quem teve três filhos: Denise Heller, Luiz Eduardo Heller e Luiz Claudio Heller. Carlos Raul Heller faleceu no dia 26 de janeiro de 2003, em Curitiba (CURITIBA, 2003) (CZELUSNIAK, 20210) (COMPANHIA, 1968).

A nomeação:

A nomeação da praça em homenagem a Carlos Raul Heller ocorreu em 2003, durante a gestão do Prefeito Cassio Taniguchi, através da nº 10.852/2003 (CURITIBA, 2003a). A proposta da homenagem foi do vereador Ney Leprevost (CURITIBA, 2003b). O texto da justificativa para a homenagem fornece alguns dados sobre a biografia do agente, além de enaltecer sua trajetória de vida⁷⁸.

[Carlos Raul Heller] Teve sua vida pautada pela seriedade e pela lealdade, deixando muita saudade a seus amigos e familiares. Pelo que representou a cidade de Curitiba, acreditamos ser nosso dever como legisladores apresentar este Projeto de Lei que deixará seu nome gravado para sempre na história de Curitiba (SEÇÃO DE ARQUIVO E DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA, 2003, fl. 03).

Apesar das informações gerais fornecidas pelo documento a respeito da trajetória e dos feitos de Carlos Raul Heller, não encontramos nos registros fornecidos pela Câmara Municipal de Curitiba, nem em outras fontes, informações sobre as ligações de Carlos Raul Heller e a comunidade do Sítio Cercado, bairro onde foi homenageado.

⁷⁸ Para consultar o documento na íntegra, ver anexo 16.

QUADRO 61 – CAPITAIS ACUMULADOS POR CARLOS RAUL HELLER, A PARTIR DE SUAS ORIGENS E CONEXÕES DE PARENTESCO E SOCIABILIDADES

IDENTIFICAÇÃO	Carlos Raul Heller Nascimento: Curitiba (PR) – 1935 Falecimento: Curitiba (PR) – 2003
ORIGEM/ CAPITAIS FAMILIARES	Pai: Carlos Heller (médico e ex-prefeito de Curitiba) Mãe: Ana Hoffmann Heller Irmãos: Udo Heller (coleccionador de carros antigos)
CASAMENTO/ CAPITAIS FAMILIARES	Esposa: Neide Cerqueira Leite Heller (filha de Jovelino Cerqueira Leite, diretor-gerente da Companhia Distribuidora do Paraná – CODIPA) Filhos: Denise Heller, Luiz Eduardo Heller e Luiz Claudio Heller.
CAPITAIS EDUCACIONAIS	Formação educacional básica: Colégios Dona Branca e Novo Ateneu, em Curitiba, entre os anos de 1942 e 1953 Formação superior: graduação no curso de Engenharia Civil. Conclusão: 1959. Falava fluentemente inglês e alemão.
CAPITAIS / PROFISSIONAIS	1960 – 1963: trabalhou na USELPA (Usinas Hidroelétricas do Paranapanema), como engenheiro de construção civil. 1964 – 1983: ocupou o cargo de engenheiro de construção de pontes e estradas na Velloso e Camargo Engenharia e Empreendimentos, onde chegou ao cargo de diretor técnico. 1984 – 1993: foi engenheiro de construção na Volvo do Brasil. 1995: se aposentou
CAPITAIS SIMBÓLICOS	Homenagem nomeando uma praça no bairro Sítio Cercado

FONTE: A autora (2024).

5.4.3 – JOSÉ SOARES GROBE (praça mais próxima dos Colégios Professor Guido Arzua – 500m – e Flávio Ferreira da Luz – 750m).

José Soares Grobe nasceu na cidade de Irineópolis (SC), em 14 de setembro de 1906. Filho de Frederico Grobe e Maria Soares Grobe, José Grobe passou boa parte de sua vida na região de Porto União (SC), onde era diretor-proprietário da Empresa de Navegação José Grobe & Irmãos (SEÇÃO DE ARQUIVO E DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA, 1996 [?]).

Como empresário bem-sucedido, José Grobe participou de diversas iniciativas em prol de comunidades catarinenses, como a construção do Estádio Municipal Coronel Mario Fernando Guedes, do 5º Batalhão de Engenharia de Combate, do Hospital São Braz e da estrada do distrito de Santa Cruz do Timbó (SC) (SEÇÃO DE ARQUIVO E DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA, 1996 [?]). A imprensa de Santa Catarina registrou um destes feitos em matéria publicada no ano de 1931:

De Santa Cruz

Por iniciativa do Sr. José Grobe, arrendatário da balsa, no “passo” do Rio Timbó, foi reconstruído um trecho da estrada de rodagem que liga esta localidade a Vila Nova. Esse importante serviço, que muito veio beneficiar a população dos dois distritos limítrofes, foi custeado, em parte, pelo referido Sr. Grobe, o qual tem sido alvo de justos elogios pela meritória obra, que se acaba de realizar.

(...) (DE SANTA, 1931).

Apesar do crescimento de sua empresa, que propiciou a Jose Grobe participar de diversas iniciativas em prol das comunidades de Santa Catarina, a documentação da Câmara Municipal de Curitiba menciona que, no final de sua vida, o agente teria perdido toda a fortuna, época em que se mudou para a cidade de Curitiba.

Na certidão de óbito consta que José Grobe era casado e tinha oito filhos, mas não encontramos informações a respeito da trajetória destas pessoas. A profissão que consta nesse documento é aposentado, e o falecimento do agente ocorreu em Curitiba, no dia 29 de maio de 1996.

A nomeação:

A nomeação da praça em homenagem a José Soares Grobe aconteceu em 1996, durante a gestão do Vice-Prefeito em exercício José Carlos Gomes Carvalho, através da Lei nº 8.952/1996 (CURITIBA, 1996a). A proposta da homenagem foi da Comissão de Educação Cultura e Turismo (CURITIBA, 1996b). Porém, na documentação que consta do acervo da Câmara Municipal de Curitiba, a justificativa para a homenagem é assinada pelo vereador Mario Celso.

O texto da justificativa menciona diversas iniciativas de José Soares Grobe junto à comunidade da região de Porto União (SC), onde ele viveu a maior parte de sua vida. Além disso, o mesmo documento ressalta as virtudes do agente, como merecedor da homenagem indicada⁷⁹.

(...) Perdeu toda a sua fortuna, mas não perdeu a honra e a dignidade, um homem de espírito elevado e cristão, solidário e ciente dos seus deveres de cidadão, nunca hesitou em desempenhar verdadeiramente o seu papel de pai, esposo, amigo, trabalhador e cidadão (SEÇÃO DE ARQUIVO E DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA, 1996 [?], fl. 60).

No entanto, apesar do documento da justificativa mencionar que José Soares Grobe se estabeleceu em Curitiba nos últimos anos de sua vida, não encontramos informações sobre a atuação dele junto à comunidade do bairro Sítio Cercado, onde

⁷⁹Para consultar o documento na íntegra, ver anexo 17.

recebeu a homenagem. Inclusive, na certidão de óbito, consta que ele residia, na época de seu falecimento, no bairro Alto Boqueirão (CURITIBA, 1996).

QUADRO 62 – CAPITAIS ACUMULADOS POR JOSÉ SOARES GROBE, A PARTIR DE SUAS ORIGENS E CONEXÕES DE PARENTESCO E SOCIABILIDADES

IDENTIFICAÇÃO	José Soares Grobe Nascimento: Irineópolis (SC) – 1906 Falecimento: Curitiba (PR) – 1996
ORIGEM/ CAPITAIS FAMILIARES	Pai: Frederico Grobe Mãe: Maria Soares Grobe
CASAMENTO/ CAPITAIS FAMILIARES	Esposa: ? Filhos:?
CAPITAIS ECONÔMICOS	Proprietário da Empresa de Navegação José Grobe & Irmãos.
CAPITAIS / PROFISSIONAIS	Exerceu a profissão de empresário durante boa parte da vida.
CAPITAIS SIMBÓLICOS	Homenageado nomeando uma praça no bairro Sítio Cercado.

FONTE: A autora (2024).

PRAÇAS DA CIDADE INDUSTRIAL DE CURITIBA (CIC)

5.4.4 – MAJOR ANTONIO ALVES DA ROCHA LOURES (praça mais próxima do Colégio Teotônio Vilela – 300m).

Antonio Alves da Rocha Loures nasceu em Palmas (PR) no dia 01 de março de 1910, filho de Euclydes da Rocha Loures e Maria Rosa Silva da Rocha Loures (SEÇÃO DE ARQUIVO E DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA, 1981 [?]). Era parte de uma tradicional família paranaense, que possui ligações de parentesco com membros da nobreza da terra, fundadora de alguns dos primeiros núcleos urbanos do Paraná que, posteriormente, integraria a classe dominante tradicional local⁸⁰.

A figura central na reconstituição da genealogia da família Rocha Loures é Antonio Ferreira da Rocha Loures, que participou no início do século XIX da Real Expedição da Conquista de Guarapuava que visava a abertura do caminho entre Curitiba e Guarapuava. Antonio trabalhou ao lado de Diogo Pinto de Azevedo Portugal e de Padre Francisco das Chagas (do qual era parente pelo tronco de Balthazar Carrasco dos Reis) nessa empreitada (TAKATUZI, 2014).

⁸⁰ No final do século XIX e início do século XX, além de se tornarem grandes proprietários de terras no interior do Paraná (Guarapuava, Palmas e Missões), os membros da família Rocha Loures estenderam sua influência, assumindo diversos cargos no âmbito político, na esfera do judiciário, na educação superior, e no comando de uma extensa rede de cartórios. Posteriormente, a partir da década de 1980, a família expandiu sua atuação para a capital do estado, no ramo empresarial (VANALI; CRUZ, 2016).

A linhagem de Antonio remonta aos clãs patriarcais fundadores de Curitiba. Pelo lado paterno era neto de Balthazar Carrasco dos Reis e filho de Gaspar Carrasco dos Reis. Pelo lado materno era neto de Mateus Leme e filho de Maria Leme da Silva (VANALI; CRUZ, 2016, p. 2-3).

Descendente de Antonio Ferreira da Rocha Loures, Antonio Alves da Rocha Loures era sobrinho de João Alves da Rocha Loures (1900-1986 – deputado federal suplente pelo Paraná entre 1952 e 1954) e primo de Rodrigo Costa da Rocha Loures (formado em Administração de Empresas pela UFPR, presidente da Federação das Indústrias do Paraná-FIEP- e presidente da empresa NUTRIMENTAL) (VANALI; CRUZ, 2016).

No ano de 1935, Antonio Alves da Rocha Loures concluiu a graduação do curso de Engenharia na Escola de Agronomia, pela Universidade do Paraná. Entre 1938 e 1939, foi prefeito da cidade de Cerro Azul (PR) e, em 1941, foi empossado prefeito em Antonina (PR). Posteriormente, foi integrado à Força Expedicionária Brasileira (FEB), participando de combates durante a Segunda Guerra Mundial na Itália, onde recebeu diversas condecorações e, no seu retorno, foi promovido à patente de Capitão do Exército (SEÇÃO DE ARQUIVO E DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA, 1981 [?]).

Além destas atuações, o documento de justificativa para a homenagem à Antonio Alves da Rocha Loures também destaca sua participação em diversas esferas da administração pública sem, no entanto, entrar em detalhes⁸¹:

Foi representante do Ministério do Planejamento, na Coordenação Geral da Junta Deliberativa, do Departamento de Trigo (1965-1966).
Participou de diversas comissões, principalmente representando o Ministério do Planejamento em missões no exterior ligadas a problemas de negociação de trigo.

(...)

Prestou relevantes serviços ao Banco do Brasil, a SUNAB, a Justiça Eleitoral, ao Poder Judiciário do Estado da Guanabara e a Secretaria de Planejamento da Presidência da República (SEÇÃO DE ARQUIVO E DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA, 1981 [?], fl. 23).

Antonio Alves da Rocha Loures era casado com Aracy Martins da Rocha Loures, com quem teve três filhos: Antonio Carlos da Rocha Loures, Maria do Rocio da Rocha Loures e Geraldo da Rocha Loures. Faleceu em Curitiba, no dia 24 de abril de 1980 (CURITIBA, 1980).

⁸¹ Para consultar o documento na íntegra, ver anexo 18.

A nomeação:

A nomeação da praça em homenagem ao Major Antonio Alves da Rocha Loures ocorreu em 1981, durante a gestão do Prefeito Jaime Lerner, através da Lei nº 6.253/1981 (CURITIBA, 1981a). A proposta da homenagem foi da Comissão de Educação Cultura e Turismo, não sendo especificado de qual vereador ou cidadão partiu a indicação (CURITIBA, 1981b).

Não conseguimos obter informações sobre as ligações do Major Antonio Alves da Rocha Loures com a comunidade da Cidade Industrial de Curitiba, onde foi homenageado.

QUADRO 63 – CAPITAIS ACUMULADOS PELO MAJOR ANTONIO ALVES DA ROCHA LOURES, A PARTIR DE SUAS ORIGENS E CONEXÕES DE PARENTESCO E SOCIABILIDADES

IDENTIFICAÇÃO	Antonio Alves da Rocha Loures Nascimento: Palmas (PR) – 1910 Falecimento: Curitiba (PR) – 1980
ORIGEM/ CAPITAIS FAMILIARES	Filho de Euclides da Rocha Loures e Maria Rosa Silva da Rocha, era parte de uma tradicional família paranaense, que possui ligações de parentesco com membros da classe dominante tradicional local. Descendente de Antonio Ferreira da Rocha Loures. Sobrinho de João Alves da Rocha Loures (1900-1986 – deputado federal suplente pelo Paraná entre 1952 e 1954). Primo de Rodrigo Costa da Rocha Loures (formado em Administração de Empresas pela UFPR, presidente da Federação das Indústrias do Paraná-FIEP- e presidente da empresa NUTRIMENTAL).
CASAMENTO/ CAPITAIS FAMILIARES	Esposa: Aracy Martins da Rocha Loures. Filhos: Antonio Carlos da Rocha Loures, Maria do Rocio da Rocha Loures e Geraldo da Rocha Loures
CAPITAIS EDUCACIONAIS	1935: concluiu a graduação do curso de Engenharia na Escola de Agronomia, pela Universidade do Paraná.
CAPITAIS / PROFISSIONAIS	Integrou a FEB (Força Expedicionária Brasileira) sendo promovido à Capitão do Exército. Foi representante do Ministério do Planejamento, na Coordenação Geral da Junta Deliberativa, do Departamento de Trigo (1965-1966). Participou de diversas comissões, principalmente representando o Ministério do Planejamento em missões no exterior ligadas a problemas de negociação de trigo. Prestou serviços ao Banco do Brasil, a SUNAB, a Justiça Eleitoral, ao Poder Judiciário do Estado da Guanabara e a Secretaria de Planejamento da Presidência da República
CAPITAIS POLÍTICOS	1938 e 1939: Prefeito da cidade de Cerro Azul (PR). 1941: empossado prefeito em Antonina (PR).
CAPITAIS SIMBÓLICOS	Homenageado nomeando uma praça no bairro Cidade Industrial em Curitiba.

FONTE: A autora (2024).

5.4.5 – HUMBERTO BERTOLDI (praça mais próxima do Colégio Rodolpho Zaninelli – 2,5Km).

Humberto Bertoldi nasceu em Curitiba, no dia 18 de outubro de 1901. Era filho de Adolfo Bertoldi e Maria Luzardi Bertoldi, imigrantes italianos. Casou-se com Lígia Geraldi Bertoldi, com quem teve três filhas (Izalde Bertoldi, Mafalda Bertoldi e Maria Yolanda Bertoldi), e tornou-se viúvo muito jovem, aos trinta anos de idade (SEÇÃO DE ARQUIVO E DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA, 1998).

Em 1938, Humberto Bertoldi iniciou seus empreendimentos no ramo de transportes, quando comprou o primeiro ônibus da Companhia Força e Luz. Com a garagem nos fundos da própria casa em Curitiba, Bertoldi deu início ao que se tornaria, posteriormente, a Empresa de Ônibus Mercês. Além de administrar a empresa, Humberto Bertoldi também trabalhava como mecânico, auxiliando na revisão e manutenção dos veículos. A linha que ligava a Praça Tiradentes (no Centro de Curitiba) ao bairro Mercês consolidou a empresa de Bertoldi no ramo do transporte público coletivo, que então já contava com três ônibus e um mecânico profissional contratado (SEÇÃO DE ARQUIVO E DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA, 1998).

Após o falecimento de Humberto Bertoldi, a direção da empresa de ônibus foi assumida por seu irmão, Orlando Bertoldi, e permanece em funcionamento até hoje com o nome de Auto Viação Mercês⁸² (SEÇÃO DE ARQUIVO E DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA, 1998).

Além a empresa de transportes, Humberto Bertoldi também se dedicou à aviação, recebendo o brevê de Piloto da primeira turma do Aeroclube do Paraná, e a licença de mecânico de avião do Departamento de Aeronáutica Civil, no ano de 1939. Foi um dos integrantes da comissão que fundou o Aeroclube de São Mateus do Sul (PR). Na festa de inauguração deste espaço, sofreu um acidente com o avião que pilotava, falecendo no local, no ano de 1943 (SEÇÃO DE ARQUIVO E DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA, 1998).

A nomeação:

A nomeação da praça em homenagem a Humberto Bertoldi ocorreu 1999, durante a gestão do Vice-Presidente da Câmara Municipal Ailton Cardozo de Araújo, através da

⁸² Em 1945, Orlando Bertoldi fundou a Auto Viação Mercês, nome fantasia da empresa Orlando Bertoldi e Cia Ltda, portanto, dois anos após a morte de seu irmão, Humberto Bertoldi (CWBBUSBRASIL, 2020).

Lei nº 9.669/1999 (CURITIBA, 1999a). A proposta da homenagem foi do vereador Jônatas Pirkiel (CURITIBA, 1999b).

Apesar de trazer algumas informações sobre a biografia de Humberto Bertoldi, o documento de justificativa para a homenagem que consta do acervo da Câmara Municipal de Curitiba não detalha as relações familiares do agente (uma vez que seu sobrenome nomeia uma série de locais públicos na capital)⁸³, nem esclarece se ele estabeleceu algum vínculo com a comunidade da Cidade Industrial de Curitiba, bairro onde foi homenageado⁸⁴.

QUADRO 64 – CAPITAIS ACUMULADOS POR HUMBERTO BERTOLDI, A PARTIR DE SUAS ORIGENS E CONEXÕES DE PARENTESCO E SOCIABILIDADES

IDENTIFICAÇÃO	Humberto Bertoldi Nascimento: Curitiba (PR) – 1901. Falecimento: São Mateus do Sul (PR) – 1943.
ORIGEM/ CAPITAIS FAMILIARES	Pai: Adolfo Bertoldi (imigrante italiano) Mãe: Maria Luzardi Bertoldi (imigrante italiana) Irmão: Orlando Bertoldi (empresário do ramo de transportes em Curitiba)
CASAMENTO/ CAPITAIS FAMILIARES	Esposa: Lidia Geraldi Bertoldi Filhas: Izolde Bertoldi, Mafalda Bertoldi e Maria Yolanda Bertoldi.
CAPITAIS ECONÔMICOS	Fundador e proprietário da Empresa de Ônibus Mercês, em Curitiba (PR)
CAPITAIS / PROFISSIONAIS	Mecânico de ônibus Piloto de avião Mecânico de avião
CAPITAIS SIMBÓLICOS	Homenageado nomeando uma praça no bairro CIC, em Curitiba.

FONTE: A autora (2024).

5.4.6 – JOSÉ BÓRIO (praça mais próxima do Colégio Hildegard Sondhal – 1,3Km).

José Bório nasceu em Araucária (PR), possivelmente no ano de 1936. Em 1956, ele se mudou para Curitiba, onde abriu uma borracharia que, mais tarde, se tornaria a empresa Bório e Godoy Ltda, conhecida como PNEUTOP, revendedora de pneus no ramo

⁸³ Segundo Oliveira (2012) existem de 24 bens públicos nomeados em Curitiba, em homenagem à família Bertoldi, dentre eles, a Rua Humberto Bertoldi, no bairro Campo do Santana. Contudo, esse bem público não faz parte do recorte estudado na presente pesquisa, sendo a Praça Humberto Bertoldi, situada na Cidade Industrial de Curitiba, que integra nosso objeto de pesquisa. Interessante observar que esse agente recebeu homenagens em dois bens públicos da capital, contrariando dispositivos legais existentes pelo menos desde a normatização de 1961.

⁸⁴ Para consultar o documento de justificativa na íntegra, ver anexo 19.

atacadista, no bairro Rebouças, em Curitiba⁸⁵ (SEÇÃO DE ARQUIVO E DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA, 1994).

José Bório era Casado com Maria de Lourdes Andrade Bório, com quem teve dois filhos: Marcelo Bório e Vinícius Bório. Faleceu no dia 24 de agosto de 1986, em Curitiba (CURITIBA, 1986).

A nomeação:

A nomeação da praça em homenagem a José Bório ocorreu em 1994, durante a gestão do Prefeito Rafael Greca, através da Lei nº 8.523/1994 (CURITIBA, 1994a). A proposta da homenagem à José Bório foi do vereador Marcos Isfer (CURITIBA, 1994b). No texto da justificativa para a homenagem, os dados biográficos do agente são escassos, inclusive quanto à sua filiação e data exata de nascimento. Neste documento, são exaltadas as virtudes de José Bório, destacando sua atuação no bairro Juvevê, em Curitiba, onde residia⁸⁶.

(...)

Morou por 20 anos no bairro do Juvevê participando ativamente das suas melhorias e do seu progresso.

Sempre se destacou com seu espírito humanitário, sendo conhecido e amigo de todos os moradores da região, razão pela qual, entendemos ser uma grande homenagem, perpetuar seu nome, ao emprestá-lo a um dos logradouros de nossa capital (SEÇÃO DE ARQUIVO E DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA, 1994, fl. 74).

No entanto, não encontramos informações sobre as ligações de José Bório com a comunidade da Cidade Industrial de Curitiba, bairro onde foi homenageado.

QUADRO 65 – CAPITAIS ACUMULADOS POR JOSÉ BÓRIO, A PARTIR DE SUAS ORIGENS E CONEXÕES DE PARENTESCO E SOCIABILIDADES

IDENTIFICAÇÃO	José Bório Nascimento: Araucária (PR) – 1936 [?] Falecimento: Curitiba (PR) – 1986
CASAMENTO/ CAPITAIS FAMILIARES	Esposa: Maria de Lourdes Andrade Bório Filhos: Marcelo Bório e Vinícius Bório.
CAPITAIS ECONÔMICOS/ PROFISSIONAIS	Proprietário da empresa Bório e Godoy Ltda, conhecida como PNEUTOP, no bairro Rebouças – Curitiba (PR).

⁸⁵ Não encontramos dados que possam comprovar se a empresa ainda continua ou não em funcionamento.

⁸⁶ Para consultar o documento na íntegra ver anexo 20.

CAPITAIS SIMBÓLICOS	Homenageado nomeando uma praça no bairro CIC – Curitiba.

FONTE: A autora (2024).

5.4.7 – MATIAS ALENOR MARTINS (praça mais próxima do Colégio Eurides Brandão – 2,1Km).

Matias Alenor Martins nasceu na cidade de Itaiópolis (SC), provavelmente no ano de 1935, filho de Avelino Martins e Ana Messias (SEÇÃO DE ARQUIVO E DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA, 1994a) (CURITIBA, 1994).

Matias Alenor Martins era formado em Ciências Econômicas e Direito. Entre outras atribuições, foi membro titular do Conselho Fiscal do Banco de Desenvolvimento do Estado do Paraná (BADEP), do Conselho de Ensino da Universidade Federal do Paraná (UFPR) e juiz do Tribunal Regional do Trabalho no Paraná (SEÇÃO DE ARQUIVO E DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA, 1994a). Teve atuação marcante também no meio sindical, ocupando o cargo de Presidente da Federação dos Trabalhadores da Indústria do Paraná (FTIEP) durante a década de 1980 (CORONEL, 1980), e dirigente da Central Geral dos Trabalhadores (CGT), na mesma época (DIRIGENTES, 1986).

Matias Martins era casado, e faleceu em 10 de agosto de 1994, em Curitiba.

A nomeação:

A nomeação da praça em homenagem a Matias Alenor Martins ocorreu em 1994, durante a gestão do Prefeito Rafael Greca de Macedo, através da Lei nº 8.566/1994 (CURITIBA, 1994c). A proposta da homenagem foi do vereador Marcos Isfer (CURITIBA, 1994d). O texto da justificativa para a homenagem traz poucas informações sobre a biografia do agente, não mencionando a data exata de seu nascimento, nem os dados a respeito de sua origem e formação familiar. Por outro lado, são exaltadas suas virtudes no aspecto profissional, especialmente com o reconhecimento que recebeu na esfera do judiciário⁸⁷.

Dr. Matias recebeu Diploma com o Grau de Oficial da Ordem do Mérito Judiciário e de Comendador da Ordem do Mérito Judiciário, numa merecida homenagem aos anos de serviços prestados, sendo eternamente lembrado na memória e no coração daqueles que tiveram oportunidade de uma pequena

⁸⁷ Para consultar o documento na íntegra ver anexo 21.

convivência com ele (SEÇÃO DE ARQUIVO E DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA, 1994a, fl. 28).

Não encontramos informações sobre as ligações de Matias Alenor Martins e a comunidade da Cidade Industrial de Curitiba, bairro onde foi homenageado.

QUADRO 66 – CAPITAIS ACUMULADOS POR MATIAS ALENOR MARTINS, A PARTIR DE SUAS ORIGENS E CONEXÕES DE PARENTESCO E SOCIABILIDADES

IDENTIFICAÇÃO	Matias Alenor Martins Nascimento: Itaiópolis (SC) – 1935 [?] Falecimento: Curitiba (PR) – 1994
ORIGEM/ CAPITAIS FAMILIARES	Pai: Avelino Martins Mãe: Ana Messias
CAPITAIS EDUCACIONAIS	Formado em Ciências Econômicas e Direito.
CAPITAIS / PROFISSIONAIS/ POLÍTICOS	Membro titular do Conselho Fiscal do Banco de Desenvolvimento do Estado do Paraná (BADEP). Integrante do Conselho de Ensino da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Juiz do Tribunal Regional do Trabalho no Paraná. Presidente da Federação dos Trabalhadores da Indústria do Paraná (FTIEP). Dirigente da Central Geral dos Trabalhadores (CGT)
CAPITAIS SIMBÓLICOS	Recebeu Diploma com o Grau de Oficial da Ordem do Mérito Judiciário e de Comendador da Ordem do Mérito Judiciário. Homenageado nomeando uma praça no bairro CIC, em Curitiba.

FONTE: A autora (2024).

PRAÇA DO BAIRRO ALTO

5.4.8 – PEDRO DE ALMEIDA (praça mais próxima do Colégio Pilar Maturana – 1,2Km).

Pedro de Almeida nasceu em 01 de agosto de 1951, em Bom Retiro (SC). Era filho de Maria Peres Almeida e João Maria de Almeida, família que contribuiu para o desenvolvimento do Bairro Alto, em Curitiba.

Pedro de Almeida pertenceu a uma das famílias mais antigas do Bairro Alto. Seu pai João Maria de Almeida foi um dos desbravadores daquela região e toda sua família contribuiu de maneira efetiva para que a pequena Vila se transformasse num dos mais populosos bairros de Curitiba (SEÇÃO DE ARQUIVO E DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA, 1985, fl. 99).

Com 15 anos de idade, Pedro de Almeida iniciou sua carreira como calceteiro, ou seja, profissional que trabalha no empedramento de estradas, ruas e calçadas. Participou da construção das famosas calçadas de *petit-pavê* da Rua XV de Novembro, no Centro de

Curitiba (SEÇÃO DE ARQUIVO E DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA, 1985).

Pedro de Almeida era casado com Maria Odete de Almeida. Na certidão de óbito consta que tinha apenas uma filha, Fabiana Eliane de Almeida (CURITIBA, 1984). Porém, no documento para a justificativa da homenagem, consta o nome de uma segunda filha, Flávia Fabrícia de Almeida (SEÇÃO DE ARQUIVO E DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA, 1985).

Pedro de Almeida faleceu em Curitiba, no dia 26 de fevereiro de 1984 (Curitiba, 1984).

A nomeação:

A nomeação da praça em homenagem a Pedro de Almeida ocorreu em 1985, durante a gestão do Prefeito Mauricio Fruet, através da Lei nº 6.776/1985 (CURITIBA, 1985a). A proposta desta homenagem foi do Vereador Waldir D'Angelis (CURITIBA, 1985b). O texto da justificativa para a homenagem traz poucas informações sobre os dados biográficos do agente, mas destaca suas virtudes, e as ligações que possuía com a comunidade do Bairro Alto, localidade onde recebeu a homenagem⁸⁸.

Amigo de todos e apaixonado pelo futebol, se dedicou ao clube de seu coração, o Vasco da Gama Junior's glorioso clube do Bairro Alto e região. Foi defendendo as cores do seu clube que encontrou a morte na tarde de 26/2/84 quando foi fulminado por um raio. Por ser querido de todos que o conheciam, pelo seu coração generoso e seu espírito aberto e franco, é que a comunidade do Bairro Alto e os sete (7) clubes de futebol da região propuseram o seu nome para a praça onde ele faleceu (SEÇÃO DE ARQUIVO E DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA, 1985, fl. 99).

QUADRO 67 – CAPITAIS ACUMULADOS POR PEDRO DE ALMEIDA, A PARTIR DE SUAS ORIGENS E CONEXÕES DE PARENTESCO E SOCIABILIDADES

IDENTIFICAÇÃO	Pedro de Almeida Nascimento: Bom Retiro (SC) – 1951 Falecimento: Curitiba (PR) – 1984
ORIGEM/ CAPITAIS FAMILIARES	Pai: João Maria de Almeida Mãe: Maria Peres de Almeida
CASAMENTO/ CAPITAIS FAMILIARES	Esposa: Maria Odete de Almeida Filhas: Fabiana Eliane de Almeida e Flavia Fabrícia de Almeida
CAPITAIS / PROFISSIONAIS	Exerceu a profissão de calceteiro, participando da construção de <i>petit-pave</i> da Rua XV de Novembro, em Curitiba.

⁸⁸ Para consultar o documento na íntegra ver anexo 22.

CAPITAIS SIMBÓLICOS	Homenageado nomeando uma praça no Bairro Alto, em Curitiba

FONTE: A autora (2024).

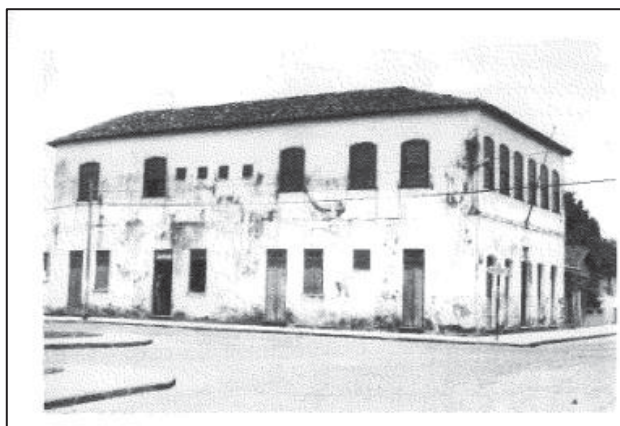
PRAÇA DO CENTRO

5.4.9 – ZACARIAS DE GÓES E VASCONCELOS (praça mais próxima do Instituto de Educação Erasmo Pilotto – 140m).

Zacarias de Góes e Vasconcelos nasceu em Valença, na Província da Bahia, no dia 5 de novembro de 1815. Filho de Antônio Bernardo de Vasconcelos (capitão da vila) e de Benedita de Assunção Menezes e Vasconcelos, Zacarias é oficialmente descrito como oriundo de uma família tradicional do litoral da Bahia. Porém, existem polêmicas sobre o assunto:

(...) Seus biógrafos afirmam que era descendente dos primeiros povoadores portugueses estabelecidos em terras baianas e que seu pai enriquecera graças aos negócios de extração e comércio de madeira. Mas há controvérsias em relação à sua origem, pois Albino Pereira dos Santos, seu contemporâneo e adversário, mencionou que provinha de família pobre, chegando mesmo a sugerir que se tratava de filho ilegítimo, aspectos que teriam marcado sua personalidade e forma de fazer política (OLIVEIRA, 2002, p. 10).

FIGURA 05 – CASA NA CIDADE DE VALENÇA ONDE NASCEU ZACARIA GÓES E VASCONCELOS



FONTE: OLIVEIRA (2002, p. 11).

Zacarias Vasconcelos perdeu os pais ainda muito jovem, e teve sua formação escolar inicial com o Padre Antônio Felix, concluindo os estudos primários no Liceu de Salvador (ZACARIAS, 2018). Nessa época, um dos grandes incentivadores para a formação educacional (e, posteriormente, para o ingresso na carreira política) era seu irmão, João Antônio Vasconcelos, que viria a ocupar os cargos de desembargador na

província da Bahia, ministro do Supremo Tribunal de Justiça e presidente da Província da Paraíba (SANTOS, 2019).

No ano de 1837, Zacarias Vasconcelos concluiu o Bacharelado em Direito pela Academia de Olinda (PE), lugar onde se destacou como estudante dedicado, mesmo que de temperamento introspectivo.

Apesar da massiva presença de alunos oriundos da Bahia, quem se encantou com a postura do rapaz de Valença foi João Maurício Wanderley (futuro barão de Cotegipe), impressionado com a “palestra vivaz de um jovem, como ele [era] inteligente e espontâneo, mais mordaz, mais maligno, mais crítico e menos alegre” (PINHO, 1937, pp. 37-38). Os dois aproximaram-se na viagem de 22 dias entre Salvador e Olinda e logo firmaram amizade, uma das poucas relações que Zacarias desenvolveu e manteve ao longo do bacharelado (SANTOS, 2019, p. 15).

Em 1840, Zacarias de Góes e Vasconcelos foi aprovado com méritos para o cargo de professor na mesma instituição em que se formara, a Academia de Olinda. Na mesma época ingressou no Partido Conservador, através da influência de Francisco Gonçalves Martins, futuro Visconde de São Lourenço. Em 1843 foi eleito para a Assembleia Legislativa da Bahia e, posteriormente, foi nomeado presidente da província do Piauí (entre 1845 e 1847) do Sergipe (entre 1847 e 1849) e, em 1853, foi nomeado presidente da recém-emancipada Província do Paraná, cargo que ocupou por dois anos (SANTOS, 2019).

No mesmo período da nomeação para a presidência da Província do Paraná, Zacarias Vasconcelos, então com 38 anos, se casou com Carolina de Matos Vieira, uma jovem de 14 anos, nascida em Paris e radicada no Brasil. A cerimônia matrimonial aconteceu em outubro de 1853, ocasião em que serviu como uma das testemunhas Joaquim José Rodrigues Torres, o Visconde de Itaboraí. (SANTOS, 2019).

O casal teve a difícil demanda de transformar a comarca de Curitiba em província do Paraná, entre dezembro de 1853 e maio de 1855. Para tanto, era necessário negociar e estabelecer relações com as famílias locais, o que Zacarias já tinha experimentado no Piauí e em Sergipe (SANTOS, 2019, p. 37-38).

Entre 1861 e 1864, Zacarias Vasconcelos foi eleito deputado pela província do Paraná e, posteriormente, foi eleito senador pela Bahia. Participou de quatro ministérios durante do governo do Imperador D. Pedro II, tendo ocupado o prestigiado cargo de presidente do Conselho de Ministros por três vezes (OLIVEIRA, 2002).

Zacarias Góes e Vasconcelos faleceu na cidade do Rio de Janeiro, em 28 de dezembro de 1877 (OLIVEIRA, 2002).

Afetado por uma linfatite, teve a saúde debilitada nos últimos meses de 1877. Faleceu em 28 de dezembro, em sua casa, no bairro de Santa Teresa, na presença de D. Carolina, sua esposa, e dos cinco filhos, Maria da Glória, Domingos, João, Ana e Rita. Foi enterrado em cerimônia no Cemitério de São Francisco de Paula, uma das mais tradicionais necrópoles do Rio de Janeiro, à qual compareceram seus colegas de Parlamento (VARGAS, 2008) (SANTOS, 2019, p. 73).

A nomeação:

No início do século XIX, o espaço onde se encontra hoje a Praça Zacarias era conhecido como “Largo do Ivo”, devido ao rio que atravessava a região e tinha esse nome. Lugar de acesso para quem vinha do interior (principalmente da região dos Campos Gerais), o Largo do Ivo (que também foi chamado de Largo da Entrada, Largo da Ponte e Largo da Fonte) era um ponto, onde os carroceiros poderiam dar de beber aos animais, além de abastecer seus barris de água, que seriam comercializados posteriormente nos domicílios (BOLETIM CASA ROMÁRIO MARTINS, 2006).

Em 1864, com a instalação de um mercado público, a região ficou conhecida como “Largo do Mercado”. Nesta época, Curitiba, capital da recém emancipada Província do Paraná, passava por uma série de mudanças para a estruturação urbana que uma sede de província necessitava. Por isso, em 1871, o engenheiro Antônio Rebouças projetou a obra de um chafariz que se estendia do Largo da Misericórdia (atual Praça Rui Barbosa), até o Largo do Mercado. Sob a administração do Presidente da Província Venâncio Lisboa a obra foi concluída, acontecimento considerado fundamental para o processo de modernização da cidade. O novo espaço, a partir de então, foi nomeado inicialmente de Largo Conselheiro Zacarias e, posteriormente, Praça Zacarias, em homenagem ao primeiro Presidente da Província do Paraná (BOLETIM CASA ROMÁRIO MARTINS, 2006).

Em um breve levantamento, averiguamos a existência alguns espaços públicos no Paraná que são nomeados “Zacarias de Góes e Vasconcelos”, além da praça localizada em Curitiba: 3 ruas (Ponta Grossa, Apucarana, Cambé – PR) 2 Escolas Municipais (São João do Ivaí, Ventania – PR), o que se configura em outros capitais simbólicos acumulados pelo agente estudado⁸⁹.

⁸⁹ Certamente existem outras nomeações, talvez com a designação “Conselheiro Zacarias”, uma vez que o advogado baiano ocupou o cargo de conselheiro do Império. Porém, para não incorrerem em imprecisões, preferimos não citar os espaços públicos denominados desta maneira.

QUADRO 68 – CAPITAIS ACUMULADOS POR ZACARIAS GÓES E VASCONCELOS, A PARTIR DE SUAS ORIGENS E CONEXÕES DE PARENTESCO E SOCIABILIDADES

IDENTIFICAÇÃO	Zacarias Góes e Vasconcelos Nascimento: Valença (BA) – 1815. Falecimento: Rio de Janeiro (RJ) - 1877	
ORIGEM/ CAPITAIS FAMILIARES	Pai: Filho de Antônio Bernardo de Vasconcelos (capitão da vila) / prosperou com a atividade de extração de madeira. Mãe: Benedita de Assunção Menezes e Vasconcelos. Irmão: João Antônio Vasconcelos (desembargador na província da Bahia, ministro do Supremo Tribunal de Justiça e presidente da Província da Paraíba).	
CASAMENTO/ CAPITAIS FAMILIARES	Esposa: Carolina Matos Vieira Irmão: João Antônio Vasconcelos (desembargador na província da Bahia, ministro do Supremo Tribunal de Justiça e presidente da Província da Paraíba).	
CAPITAIS EDUCACIONAIS	Formação escolar inicial com o Padre Antônio Felix, concluindo os estudos primários no Liceu de Salvador. 1837 – Concluiu o Bacharelado em Direito pela Academia de Olinda.	
CAPITAIS / PROFISSIONAIS	1840 – Aprovado com méritos para o cargo de professor na Academia de Olinda.	
CAPITAIS POLÍTICOS	1840 – Ingressou no Partido Conservador através da influência de Francisco Gonçalves Martins, futuro Visconde de São Lourenço. 1843 – Eleito para a Assembleia Legislativa da Bahia 1845 – 1847 - nomeado presidente da província do Piauí. 1847 – 1849 – nomeado presidente da província do Sergipe. 1853 – Nomeado presidente da recém emancipada Província do Paraná, cargo que ocupou por dois anos. 1861 – 1864 – eleito deputado pela província do Paraná 1864 – Eleito senador pela Bahia. Participou de quatro ministérios durante do governo do Imperador D. Pedro II, tendo ocupado o prestigiado cargo de presidente do Conselho de Ministros por três vezes	
CAPITAIS SIMBÓLICOS	Homenagem nomeando 3 ruas (Ponta Grossa, Apucarana, Cambé – PR) Homenagem nomeando 2 escolas municipais (São João do Ivaí, Ventania – PR)	

FONTE: A autora (2024).

PRAÇA DO TARUMÃ

5.4.10 – FRANCISCA TONI MATHIAS (jardinete mais próximo do Colégio Paulo Leminski – 650M).

Francisca Toni Mathias nasceu em 1º de maio de 1907, na cidade de Jaraguá do Sul, em Santa Catarina. Era filha de João Toni e Catharina Ruprich Toni, ambos imigrantes⁹⁰, que faleceram precocemente, deixando Francisca órfã aos quatro anos de idade. Com 16 anos, se mudou para Curitiba, se casando, posteriormente, com Avelino Mathias, com quem teve quatro filhos: Mercedes Dolor França (professora), Ivete

⁹⁰ O documento que tem o texto com a justificativa para a homenagem da agente não esclarece qual a ascendência étnica dos pais de Francisca Toni Mathias.

Mathias Schultz, Francisco de Assis Mathias (advogado) e João Batista Mathias (delegado de polícia) (SEÇÃO DE ARQUIVO E DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA, 1987 [?]) (CURITIBA, 1983).

O documento com a justificativa para a homenagem menciona que Francisca Toni Matias era funcionária pública aposentada da Secretaria da Educação, mas não esclarece qual função específica ela ocupou profissionalmente, nem se era funcionária da esfera municipal ou estadual. Além disso, a mesma fonte cita que a agente era “poliglota desde a infância” e frequentava “assiduamente as reuniões do Lions Clube Los Angeles⁹¹ e dos círculos maçônicos” (SEÇÃO DE ARQUIVO E DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA, 1987 [?], fl. 76).

Francisca Toni Mathias faleceu em Curitiba, no dia 23 de março de 1983.

A nomeação:

A nomeação do jardineiro em homenagem a Francisca Toni Mathias ocorreu em 1987, durante a gestão do Prefeito Roberto Requião, através da Lei nº 7.009/1987 (CURITIBA, 1987a), A proposta desta homenagem foi do vereador Edson Mühlmann (CURITIBA, 1987b).

Apesar de trazer algumas informações sobre a biografia de Francisca Toni Mathias, o documento com a justificativa para a homenagem não esclarece qual era sua ascendência étnica, nem menciona sua formação escolar, ou detalha sua atuação profissional. Por outro lado, enfatiza sua ligação com as comunidades dos bairros Capão da Imbuia e Cristo Rei, ambos próximos do bairro Tarumã, onde foi homenageada⁹².

Funcionária pública aposentada pela Secretaria de Educação, foi uma das primeiras moradoras do bairro do Capão da Imbuia, tendo conhecido pessoalmente grande parte dos antigos moradores que hoje emprestam seus nomes para as ruas do bairro, posteriormente residiu no vizinho Bairro do Cristo Rei, onde tinha vasto círculo de amizades, principalmente na paróquia local onde era assídua frequentadora, pois era católica fervorosa (SEÇÃO DE ARQUIVO E DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA, 1987 [?], fl. 76).

⁹¹ Lions Clubs é uma organização internacional de clubes, fundada nos Estados Unidos no ano de 1917, com o objetivo de, segundo seus sócios e fundadores, promover a solidariedade entre os membros, e patrocinar eventos humanitários. No ano de 1920, a organização se tornou internacional (LIONS INTERNACIONAL, 2023).

⁹² Para consultar o documento na íntegra ver anexo 23.

QUADRO 69 – CAPITAIS ACUMULADOS POR FRANCISCA TONI MATHIAS, A PARTIR DE SUAS ORIGENS E CONEXÕES DE PARENTESCO E SOCIABILIDADES

IDENTIFICAÇÃO	Francisca Toni Mathias Nascimento: Jaraguá do Sul (SC) – 1907. Falecimento: Curitiba (PR) – 1983.
ORIGEM/ CAPITAIS FAMILIARES	Pai: João Toni (imigrante) Mãe: Catharina Ruprich Toni (imigrante)
CASAMENTO/ CAPITAIS FAMILIARES	Esposo: Avelino Mathias Filhos: Mercedes Dolor França (professora), Ivete Mathias Schultz, Francisco de Assis Mathias (advogado) e João Batista Mathias (delegado de polícia).
CAPITAIS EDUCACIONAIS	Poliglota.
CAPITAIS / PROFISSIONAIS	Funcionária pública aposentada pela Secretaria de Educação.
CAPITAIS SOCIAIS	Membro do Lions Club Los Angeles e de instituições maçônicas em Curitiba.
CAPITAIS SIMBÓLICOS	Homenageada nomeando um jardinete no bairro Tarumã, em Curitiba.

FONTE: A autora (2024).

PRAÇA DO TATUQUARA

5.4.11 – CAPITÃO SHINGO KUBA (praça mais próxima do Colégio Desembargador Guilherme Albuquerque Maranhão – 3,1KM)

Shingo Kuba nasceu na cidade de Cambará (PR), provavelmente no ano de 1935. Era filho de Shincho Kuba e Haruko Kuba, e se dedicou profissionalmente à carreira militar, tendo alcançado a patente de Capitão do Exército no ano de 1986. Além de militar, também era professor de História e Geografia, ministrando aulas particulares, e proferindo “palestras, quando solicitado em escolas e em grupos de escoteiros, sempre transmitindo mensagens de humanitarismo e patriotismo” (SEÇÃO DE ARQUIVO E DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA, 1998[?], fl. 22) (PONTA GROSSA, 1996).

Shingo Kuba era casado com Risonete de Araújo Kuba, com quem teve duas filhas: Crisangela Mieko Kuba e Christiane Sumie Kuba. Era proprietário de uma fazenda em Cambará (PR), e membro do Rotary Clube e do Lions Club, onde participava de atividades filantrópicas ao lado de sua esposa. Além de alcançar a patente de capitão, o agente foi “agraciado com a medalha de Ouro de Trinta Anos de Bons Serviços e com a Força de Emergência das Nações Unidas⁹³” (SEÇÃO DE ARQUIVO E

⁹³ Segundo informações de Theodoro da Silva Junior, da página Homenagens Póstumas, Shingo Kuba era membro dos Boinas Azuis do Paraná, provavelmente grupo de militares que atuaram junto às iniciativas da Organização das Nações Unidas (HOMENAGENS PÓSTUMAS, 2008).

DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA, 1998[?], fl. 22).

Shingo Kuba faleceu em Ponta Grossa (PR), no dia 22 de setembro de 1996 (PONTA GROSSA, 1996).

A nomeação:

A nomeação da praça em homenagem ao Capitão Shingo Kuba ocorreu em 1998, durante a gestão do Prefeito Cassio Taniguchi, através da Lei nº 9.251/1998 (CURITIBA, 1998c). A proposta da homenagem foi da Comissão de Educação Cultura e Turismo, não sendo especificado nesta lei de qual vereador ou cidadão partiu a indicação (CURITIBA, 1998d). Entretanto, na documentação para a justificativa da nomeação, consta o nome do vereador Elias Vidal como o autor da proposta (SEÇÃO DE ARQUIVO E DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA, 1998[?]).

No documento com a justificativa para a nomeação de Shingo Kuba em um jardinete da capital, são escassas as informações sobre a sua trajetória biográfica, tais como a ascendência étnica, formação escolar e detalhes a respeito da carreira profissional. Por outro lado, parte considerável do documento enfatiza características virtuosas do agente⁹⁴:

Em toda sua vida, o memorável capitão Shingo Kuba foi reconhecido como homem íntegro e humano. Não possuía hora para seu repouso diário e quando solicitado, não media esforços para atender a quem dele necessitasse. Incansável no seu dia a dia, foi muito reconhecido por anônimos, autoridades e prefeitos das cidades onde fixou residência. Trabalhava com o intuito de fazer de seu País uma Nação mais próspera (...) (SEÇÃO DE ARQUIVO E DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA, 1998[?], fl. 21).

Não encontramos dados sobre as ligações do Shingo Kuba com a comunidade do bairro Tatuquara em Curitiba, onde foi homenageado.

QUADRO 70 – CAPITAIS ACUMULADOS PELO CAPITÃO SHINGO KUBA, A PARTIR DE SUAS ORIGENS E CONEXÕES DE PARENTESCO E SOCIABILIDADES

IDENTIFICAÇÃO	Shingo Kuba Nascimento: Cambará (PR) – 1935 [?] Falecimento: Ponta Grossa (PR) – 1996
ORIGEM/ CAPITAIS FAMILIARES	Pai: Shincho Kuba Mãe: Haruko Kuba

⁹⁴ Para consultar o documento na íntegra ver anexo 24.

CASAMENTO/ CAPITAIS FAMILIARES	Esposa: Risonete de Araújo Kuba Filhas: Crisangela Mieko Kuba e Christiane Sumi Kuba
CAPITAIS ECONÔMICOS	Proprietário de uma fazenda em Cambará (PR)
CAPITAIS / PROFISSIONAIS	Carreira militar, alcançando a patente de Capitão do Exército em 1986
CAPITAIS SOCIAIS	Membro do Rotary Clube e do Lions Club
CAPITAIS SIMBÓLICOS	Homenageado com a medalha de Ouro de Trinta Anos de Bons Serviços e com a Força de Emergência das Nações Unidas. Homenageado nominando um jardinete no bairro Tatuquara, em Curitiba

FONTE: A autora (2024).

PRAÇA DO UBERABA

5.4.12 – CORONEL ALMIR SILVA (praça mais próxima do Colégio Aníbal Khury Neto - 750M)

Almir Silva nasceu na cidade do Rio de Janeiro, em 20 de setembro de 1926. Era filho de Sebastião Silva e Zulmira Carvalho da Silva (SEÇÃO DE ARQUIVO E DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA, 2001) (CURITIBA, 2001).

Durante a década de 1960, Almir Silva se mudou para Curitiba, como aspirante do Exército, oriundo da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) (RJ). Na capital, passou a trabalhar no Círculo Militar do Paraná, “onde e exerceu diversos cargos, inclusive o de Presidente desta entidade” (SEÇÃO DE ARQUIVO E DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA, 2001, fl. 03). Quando alcançou a patente de Major da 5ª Cia Intendência, foi designado como representante da região junto aos governos estadual e municipal. Foi um dos fundadores do Clube Três Marias⁹⁵, e fez parte da Sociedade Espírita Capa dos Pobres⁹⁶, integrando a diretoria de ambas as instituições (SEÇÃO DE ARQUIVO E DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA, 2001).

⁹⁵ Localizado no bairro São Braz, em Curitiba, o Clube Três Marias foi fundado em 1º de janeiro de 1966, em uma propriedade da família de José Pinto Pinheiro. “Visionário, apaixonado pela família e pela natureza e exímio na arte de criar amizades, Ribeiro homenageou a sua esposa Maria Helena e suas filhas, Maria Antonieta e Maria José, ao emprestar o nome delas ao Clube 3 Marias” (CLUBE TRÊS MARIAS, 2023).

⁹⁶ Na década de 1920, João Batista de Brito e Maria Acácia de Brito fundaram um centro espírita em Curitiba, a Sociedade Espírita Capa dos Pobres, que, neste período, ainda não possuía uma sede própria. Em 1940, com a doação de um terreno pela Federação Espírita do Paraná, foi construída a sede da Capa dos Pobres, no bairro Bigorrilho, onde funciona até hoje (CAPA DOS POBRES, 2023).

Almir Silva era casado com Maria Florência Destre Silva, com quem teve quatro filhos: Maria do Rosário Silva, Sebastião Silva, Maria do Carmo Silva e Maria José Silva (CURITIBA, 2001)

No ano de 1990, o Coronel Almir Silva foi agraciado, juntamente com outras 54 personalidades locais, com o prêmio “Cidade de Curitiba”⁹⁷, como destaque na “área militar-exército” (CURITIBA, 1990a). A indicação do Coronel Almir Silva para a referida premiação foi do então vereador João Claudio Derosso (CURITIBA, 1990b).

Almir Silva, já com a patente de coronel, faleceu em Curitiba, no dia 08 de março de 2001 (CURITIBA, 2001).

A nomeação:

A nomeação da praça em homenagem ao Coronel Almir Silva ocorreu em 2002, durante a gestão do Prefeito Cassio Taniguchi, através da Lei nº 10.372/2002 (CURITIBA, 2002a). A proposta da homenagem ao Coronel Almir Silva foi do Vereador Ney Leprevost (CURITIBA, 2002b). No texto para a justificativa da homenagem, são muito escassas as informações biográficas de Almir Silva, especialmente a respeito de sua trajetória no Rio de Janeiro, sua cidade de origem. Em outras passagens do documento são exaltadas as virtudes do agente, mas não são mencionadas as ligações dele com a comunidade do bairro Uberaba, onde foi homenageado⁹⁸.

Profissional brilhante, preocupado com a sociedade curitibana, ingressou na Sociedade Espírita Capa dos Pobres onde com o mesmo dinamismo e bondade de sempre, foi um grande protetor daqueles que buscavam conforto espiritual e dos menos favorecidos que a esta entidade recorriam para buscar a ajuda necessária (SEÇÃO DE ARQUIVO E DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA, 2001, fl. 03).

QUADRO 71 – CAPITAIS ACUMULADOS PELO CORONEL ALMIR SILVA, A PARTIR DE SUAS ORIGENS E CONEXÕES DE PARENTESCO E SOCIABILIDADES

IDENTIFICAÇÃO	Almir Silva Nascimento: Rio de Janeiro (RJ) – 1926. Falecimento: Curitiba (PR) – 2001
ORIGEM/ CAPITAIS FAMILIARES	Pai: Sebastião Silva Mãe: Maria Carvalho da Silva

⁹⁷ O Prêmio Cidade de Curitiba foi instituído em 1993, durante a gestão do prefeito Rafael Greca de Macedo, por meio da Lei 8.152/1993, com o objetivo de outorgar “às personalidades locais que mais se destacarem, anualmente, nas artes, nas ciências, na medicina, no direito, nos desportos, na assistência social e, enfim, em todas as atividades sociais, culturais e profissionais, obedecendo-se o critério de uma premiação por área” (CURITIBA, 1993). Esta premiação permanece sendo concedida pela Prefeitura e pela Câmara Municipal de Curitiba até hoje.

⁹⁸ Para consultar o documento na íntegra ver anexo 25.

CASAMENTO/ CAPITAIS FAMILIARES	Esposa: Maria Florência Destre Silva Filhos: Maria do Rosário Silva, Sebastião Silva, Maria do Carmo Silva e Maria José Silva
CAPITAIS EDUCACIONAIS	Formação na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) – RJ.
CAPITAIS / PROFISSIONAIS	Carreira Militar no Paraná, alcançando a patente de coronel
CAPITAIS SOCIAIS	Fundador e dirigente do Clube Três Marias e da Sociedade Espírita Capa dos Pobres (Curitiba).
CAPITAIS SIMBÓLICOS	1990: agraciado com o prêmio “Cidade de Curitiba”, como destaque na “área militar-exército”. Homenageado nomeando um jardinete no bairro Uberaba, em Curitiba.

FONTE: A autora (2024).

5.5 – BIOGRAFIA DOS AGENTES QUE NOMEIAM AS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE (POSTOS DE SAÚDE) MAIS PRÓXIMAS DE ONDE AS ESCOLAS DE REFERÊNCIA ESTÃO LOCALIZADAS:

A preocupação das autoridades públicas com o estabelecimento de um sistema de saúde organizado para toda a população brasileira é um processo recente, que tem suas principais iniciativas de real impacto nas primeiras décadas do século passado (LIBLIK, 2016).

Curitiba, no final do século XIX e início do século XX era uma capital recém nomeada, de uma jovem província do Sul. Nesse contexto, a cidade vivenciou um processo de “modernização”, que se inspirava nos modelos vindos dos centros urbanos dos Estados Unidos e da Europa. Se a capital paranaense não podia ser considerada um exemplo de metrópole com grande desenvolvimento industrial e urbano, ela seria a cidade referência em planejamento e civilidade no país. Esse era um dos principais propósitos do projeto modernizador de Curitiba, o qual teve grande repercussão durante todo o século XX, projetando a imagem da “cidade modelo”. A construção dessa memória é um processo contínuo, que aconteceu em diversos momentos do século passado e permanece nos dias de hoje. A esse respeito, destacamos um trecho da obra *Curitiba Luz dos Pinhais*, de autoria de Rafael Greca de Macedo, prefeito eleito por três vezes na capital, que expressa a ideia de uma modernização eficaz e rápida no final do século XIX, responsável pela transformação da realidade curitibana, dando condições para seu enquadramento enquanto cidade “europeia”:

No limiar do século XIX, Curitiba dormiu sertaneja e acordou europeia. Após o ciclo do ouro e das tropas de gado, o cultivo da erva-mate e a convergência de correntes imigratórias fazem da cidade o símbolo do que Wilson Martins chamaria de o *Brasil diferente(...)* A cidade progride em

engenharia, arquitetura e urbanismo, ao receber imigrantes e também o corpo técnico atraído pelas obras da Estrada de Ferro Curitiba-Paranaguá (1880-1885) (...) (MACEDO, 2016, p. 21, grifos do autor).

Segundo os conceitos de Pollak (1989), este tipo de construção das memórias, no caso, a respeito de um centro urbano, pode ter grande impacto nas percepções coletivas, uma vez que a ideia da “cidade modelo” balizou muito do que se pensa a respeito de Curitiba, em vários estratos da população, dentro e fora do Paraná. No processo de embates para a produção de uma memória coletiva estável, a ideia de Curitiba como modelo diferenciado de civilidade, aparentemente resistiu durante muito tempo, com incentivo dos órgãos públicos, de certas instituições e meios de comunicação⁹⁹.

Os embates que caracterizam a formação das memórias coletivas são permeados por uma série de processos, compostos por variados fatores. Por exemplo, para que uma cidade seja classificada e lembrada como “modelo de civilidade” e planejamento, ela deve atender alguns requisitos de estrutura e serviços disponíveis para sua população (ou parte dela), dentre os quais, os serviços de saúde, como serviços essenciais, são certamente um fator de significativa relevância.

Transformar uma vila provinciana em uma capital moderna, era um projeto grande e ambicioso, e as mudanças nos serviços de saúde ofertados à população se configurava como um dos pontos centrais deste projeto. Contudo, quando mencionamos “serviços de saúde”, englobamos um conjunto considerável de funções e serviços que devem ser oferecidos à população. Segundo publicação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, órgão ligado ao Ministério da Saúde no Brasil, serviços de saúde podem ser definidos como “estabelecimentos destinados a promover a saúde do indivíduo, protegê-lo de doenças e agravos, prevenir e limitar os danos a ele causados e reabilitá-lo quando sua capacidade física, psíquica ou social for afetada” (AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA, 2021, não p.). Nesta definição, é possível enquadrar uma grande quantidade de serviços que devem ser ofertados à população no quesito saúde, que vão desde a estrutura do saneamento básico, até serviços preventivos de doenças, instalações de atendimento à saúde básica, hospitais, centros de especialidades, entre outros.

⁹⁹ No ano de 2016 (sob a gestão do prefeito Gustavo Fruet) a página da Prefeitura Municipal de Curitiba publicou uma notícia com a seguinte manchete: “Curitiba acumula distinções em 35 prêmios de relevância nacional e internacional desde 2014”. Nesse texto, são apresentadas premiações que a cidade recebeu em diversas áreas, por variados institutos nacionais e internacionais, com destaque para o prêmio concedido pela agência classificadora Austin Rating e a revista IstoÉ de “Melhor Cidade do Brasil, Melhor Cidade de Grande Porte e Melhor Cidade no quesito Mercado de Trabalho” no ano de 2015 (CURITIBA ACUMULA, 2016).

Na virada do século XIX para o século XX, a estrutura do saneamento básico em Curitiba ainda era uma realidade distante. Como atribuição da Câmara Municipal, os serviços de saneamento tinham como principal objetivo o fornecimento de água, através de pontos de distribuição nos chafarizes instalados nas praças centrais da capital. A realidade de um serviço amplo, com o devido tratamento da água e dos dejetos do esgoto ainda demoraria para se concretizar na maior parte da cidade (OLIVEIRA, 2016).

Portanto, a modernização curitibana enfrentou uma série de dificuldades, não somente no saneamento, mas também no que se refere às condições da saúde em geral. A vinda de novos contingentes populacionais, como dos imigrantes europeus que chegavam em grande número nesta época, fazia com que o crescimento da cidade fosse acompanhado pelo risco da proliferação de doenças, especialmente as infectocontagiosas. (BERTUCCI, 2011).

Entre os anos de 1916 e 1918, a proliferação de diversas doenças pelo país, obrigou o governo a voltar sua atenção para algumas populações de regiões mais pobres do país. Em maio de 1918, foi organizado o Serviço de Profilaxia Rural, iniciativa do governo federal, que instalou postos de saúde, inicialmente, nos estados do Maranhão, Minas Gerais e Paraná. Em parceria com os governos estaduais, tais postos deveriam atuar, visando a profilaxia de doenças endêmicas (LIBLIK, 2016). No Paraná, este serviço atendia as populações de algumas cidades do litoral e do interior, tendo sua coordenação sediada em Curitiba, num esforço para impedir que as epidemias se alastrassem de forma incontrolável pela capital do estado.

Durante a década de 1930, a saúde pública passou a contar com forte centralização do governo federal. Discutida desde a década de 1910, a centralização das políticas para a saúde no Brasil ocorreu por meio da criação do Ministério da Educação e Saúde em 1937, e dos Serviços Nacionais de Saúde, em 1941. Por mais que, efetivamente, tais órgãos tenham encontrado grandes obstáculos para cumprir seus objetivos, a centralização do atendimento da saúde sob responsabilidade do governo federal foi um marco da administração dos anos em que Getúlio Vargas governou o país (BERTUCCI, 2019).

Durante o final da década de 1940 e nos anos 1950, os estados e municípios voltaram a ter mais autonomia na administração da saúde, em um contexto em que avanços da medicina, como o uso de medicamentos antibióticos, eram significativos. Contudo, a necessidade de medidas de profilaxia, a educação sanitária e a redução do preconceito quanto às internações hospitalares, consideradas por muito tempo como

perigosas, continuaram sendo medidas urgentes para a área da saúde, afinal. “(...) era imprescindível limpar e educar, além de medicar” (BERTUCCI, 2019, p. 65).

Mesmo com iniciativas para a criação de postos para o atendimento à saúde no interior do estado, a falta de estrutura e de pessoal capacitado nestes locais fez com que Curitiba continuasse sendo referência no atendimento hospitalar para a população paranaense, no transcorrer das décadas de 1940 e 1950. Neste período, as políticas públicas de saúde se tornaram parte do desenvolvimento da cidade, como integrante do processo de modernização e da criação de uma mentalidade mais adequada aos padrões civilizacionais, ainda que as práticas alternativas, como o atendimento de benzedeiras e parteiras permanecesse como forte referência entre a população (BERTUCCI, 2019).

Nessa dinâmica, os poucos postos de saúde existentes eram locais destinados a medidas de prevenção, e à alguns tipos de atendimentos mais simples. Em Curitiba, tais serviços começaram a se estruturar de forma mais sistemática no início da década de 1960, com a criação do Departamento de Educação, Recreação Orientada e Saúde. Posteriormente, em 1964, foi inaugurada a Primeira Unidade Sanitária da capital, localizada no bairro Cajuru. No final da década de 1960, foi inaugurada a Unidade Sanitária do Pilarzinho (SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE, 2023).

Na década de 1970, existiam dez Unidades Sanitárias (postos de saúde) e treze consultórios odontológicos em Curitiba. No início da década de 1980, foram implantadas Unidades Sanitárias com delimitação por áreas de abrangência, nos quais os atendentes eram recrutados na própria comunidade em que os postos estavam localizados. Com a utilização de recursos federais, a rede foi expandida, com a construção de quatorze postos de saúde e três clínicas odontológicas. Em 1986, durante a gestão do Prefeito Roberto Requião, foi criada a Secretaria Municipal de Saúde de Curitiba e, no ano de 1987, a rede contava com cinquenta e três postos de saúde, e trinta e quatro clínicas odontológicas (SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE, 2023).

Com a promulgação da Constituição brasileira no ano de 1988, foi criado o Sistema Único de Saúde (SUS), com o objetivo de integrar e ampliar os serviços para o atendimento de toda a população, de maneira igualitária e gratuita. O SUS é coordenado pelo governo federal, com integração dos poderes estaduais e municipais para a alocação e recursos, construção da estrutura física e contratação de profissionais (SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE, 2023).

Em 2023, a Rede Municipal de Saúde contava com cento e onze unidades básicas de saúde na capital paranaense, nove unidades de pronto atendimento, treze centros de

atenção psicossocial, cinco unidades de especialidades médicas, três centros de especialidades odontológicas, dois hospitais municipais, um laboratório de análises clínicas, uma central de vacinas, cinco residências terapêuticas, um centro de zoonoses, além de outros sessenta e oito espaços destinados a serviços ligados à saúde, e demais clínicas especializadas que atuam como prestadoras de serviços para o poder municipal (SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE, 2023).

Porém, mesmo que a página da prefeitura afirme que existem cento e onze unidades básicas de saúde na capital (cinquenta e oito delas com estratégia de saúde da família e cinquenta e três unidades tradicionais), na apresentação e detalhamento dos dados sobre os postos de atendimento localizados nos dez distritos sanitários da capital, a mesma fonte fornece informações um pouco divergentes. Englobando os setenta e cinco bairros da cidade, os dez distritos sanitários apresentam cento e nove postos de atendimento, classificados como unidades básicas de saúde (UBS's)¹⁰⁰ (SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE, 2023). Trabalharemos, portanto, com esse número de cento e nove UBS's em Curitiba, como postos de saúde de atendimento básico para a população da cidade.

Diferentemente das ruas, das praças e dos jardinetes, as unidades básicas de saúde não apresentam a maior parte de suas designações ligadas a topônimos antroponímicos. Das cento e nove unidades da capital, apenas dezoito delas (16,51% do total) têm em sua designação o nome de um agente humano¹⁰¹.

A respeito das localidades que compõem o recorte de nossa pesquisa, em um universo de dezessete escolas de referência, existem cinco unidades básicas de saúde que estão situadas nas suas proximidades e possuem designação de topônimo antroponímico, o que totaliza 29,41% do recorte¹⁰². Apesar desse número ser mais elevado do que aquele que compõe a denominação das UBS's na capital de forma geral (16,51%), ainda assim, dentro da análise proposta, mais de 70% de escolas de referência não possuem um posto de saúde próximo, designado por meio do nome de um agente humano. Levando em conta que as unidades de saúde são locais de grande circulação de pessoas, e certamente servem

¹⁰⁰ Para consultar os dados completos, ver apêndice 02.

¹⁰¹ As UBS's que são designadas com nomes de agentes humanos em Curitiba são: João Cândido, Parigot de Souza, Salvador Allende, Érico Veríssimo, Irmã Teresa Araújo, Waldemar Monastier, Fernando de Noronha, Salgado Filho, Cândido Portinari, Oswaldo Cruz, Taiz Viviane Machado, Tancredo Neves, Ovidor Pardini, Maria Angélica, Santos Andrade e Monteiro Lobato (SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE, 2023).

¹⁰² Para consultar dados completos, ver apêndice 01.

como ponto de referência na vida dos cidadãos, essa é uma característica que foge do padrão, possivelmente justificada pela necessidade de os cidadãos encontrarem atendimento médico com maior rapidez e facilidade a partir dos nomes e pontos de referência de sua localização geográfica.

Mesmo sendo em número significativamente inferior aos demais bens públicos estudados, o levantamento biográfico dos homenageados que nomeiam as UBS's integrantes de nosso recorte de estudos são importantes, inclusive em sua singularidade numérica, análise que apresentamos a seguir.

UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DO SÍTIO CERCADO

5.5.1 – JOÃO CÂNDIDO (UBS mais próxima do colégio Inêz Vicente Borocz – 700m).

João Cândido Ferreira nasceu no dia 21 de abril de 1864, na cidade da Lapa (PR). Era filho do alferes João Cândido Ferreira e de Ana Leocádia Maciel Ferreira, e neto do Comendador Gregório Antunes Maciel, proprietário da Fazenda Taboão, na então Vila do Príncipe (PR).

José Loureiro Fernandes, em seu texto *Traços Biográficos: Professor João Candido Ferreira* (1947-1948, s/p), afirmou que Vila Nova do Príncipe se tornara, no remanso dos Campos Gerais, um notável entreposto comercial entre São Paulo e as províncias mais meridionais do Império (...). Nesse entreposto viveu João Cândido em seus primeiros anos, um ambiente rural, residência de seus pais, o alferes João Candido Ferreira e Ana Leocádia Maciel Ferreira, que viviam da criação de gado, da produção da erva-mate, e possivelmente utilizavam mão de obra escrava, prática típica da elite agrária dos Campos Gerais (PIETTA, 2015, p. 29).

A princípio, a formação educacional de João Cândido Ferreira ficou a cargo do Professor Pedro Fortunado. Por volta do ano de 1878, ele foi estudar no tradicional Colégio de São João do Lageado, em Sorocaba (SP), “dirigido por Francisco de Paula Xavier de Toledo, que era conhecido por sua educação de cunho aristocrático” (PIETTA, 2015, p. 30). No ano de 1883, João Cândido ingressou na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, onde concluiu a graduação em 1888.

A formação de João Cândido nessa academia de medicina, durante o final do século XIX foi crucial em sua trajetória de defensor de ideias higienistas e eugenistas. Em sua tese inaugural, intitulada *Das nevrites periphericas e a degenerescência* (1888), Cândido defende que o corpo humano pode sofrer degenerescências causadas por vícios como o alcoolismo, ou por doenças como a tuberculose. Tais problemas trariam

consequências para a formação dos filhos e, portanto, teriam importante impacto nos destinos das futuras gerações.

João Candido percebia, portanto, as variadas formas de nevrites periféricas como uma causa da degeneração do corpo, que causavam atrofia muscular, paralisação dos músculos, escleroses múltiplas, etc. O alcoolismo, doenças como tuberculose, sífilis eram causas dessa degeneração, que enfraqueciam o corpo e afetavam as futuras proles, passíveis de serem nevropatas. João Candido na década de 1920 utilizará também o termo **abastardamento da raça**, e vale lembrar que este foi um argumento que passou a ser veementemente utilizado pelos integrantes do campo médico e do campo eugênico (PIETTA, 2015, p. 57, grifos nossos).

No ano de 1889, João Cândido Ferreira casou-se com Josefina Amaral Ferreira, filha de Serafim Ferreira de Oliveira e Silva (militar e industrial) e irmã de Vitor Ferreira do Amaral (médico e um dos principais fundadores da Universidade do Paraná). Desta união nasceram sete filhos: Alceu do Amaral Ferreira (médico), Agenor Ferreira (engenheiro), Leônidas do Amaral Ferreira (médico), João Cândido Filho (engenheiro), Celso Ferreira (médico), Murillo do Amaral Ferreira e Julinda do Amaral Ferreira (PIETTA, 2015) (PARANÁ, 1922).

Após a conclusão do curso de medicina no Rio de Janeiro, João Cândido retornou à sua cidade natal no Paraná, iniciando sua carreira política. Em 1892, tornou-se prefeito da Lapa, local onde, um pouco mais tarde, em 1894, ocorreria um importante evento da história local e nacional – o cerco da Lapa, conflito que integrou a Revolução Federalista, iniciada no Rio Grande do Sul, em 1893. João Cândido era legalista, ou seja, apoiava o governo do Presidente Marechal Floriano Peixoto no conflito. Estando ao lado do grupo vencedor, Cândido foi considerado um herói na época, imagem preservada pela memória oficial anos mais tarde (PIETTA, 2015).

Em 1896, João Cândido Ferreira foi eleito deputado estadual pelo Paraná e, em 1901, deputado federal. Em 1904, passou a integrar o governo de Vicente Machado. Esse era o contexto da modernização da capital, Curitiba, época em que as ideias de Cândido tiveram grande impacto nas concepções sobre saúde pública. Em 1907, com a morte de Vicente Machado, João Cândido assumiu a presidência do estado e o comando do Partido Republicano Paranaense. Pouco tempo depois, por motivo de desavenças políticas, renunciou ao cargo (CASA CIVIL, 2023).

Após o afastamento das atividades no meio político, João Cândido Ferreira passou a dedicar a maior parte do seu tempo para as produções acadêmicas da área da medicina, tendo participado da fundação da Universidade do Paraná em 1912, juntamente com seu cunhado, Victor Ferreira do Amaral, e de Nilo Cairo da Silva. A partir de 1914, João

Cândido passou a integrar o corpo docente da universidade recém-inaugurada. Posteriormente, foi membro de destaque da Sociedade de Medicina do Paraná, e da *Revista Paraná-Médico* (PIETTA, 2015).

João Cândido Ferreira faleceu em Curitiba, no dia 10 de fevereiro de 1948 (CASA CIVIL, 2023).

A nomeação:

Não encontramos informações junto ao Setor de Arquivo e Documentação Histórica da Câmara Municipal de Curitiba registros referentes à nomeação da Unidade Básica de Saúde João Cândido, localizada na Rua Ourizona, no bairro Sítio Cercado. Em mensagem enviada por um integrante desse setor do Legislativo municipal, o registro para a nomeação de alguns bens públicos não consta do acervo da Câmara, “pois denominação de escola, US, CMEI não precisa necessariamente ser por projeto de lei, a própria prefeitura pode denominar via decreto”¹⁰³.

Nas consultas que realizamos nas páginas que dispõem sobre a legislação municipal, encontramos apenas o decreto nº 812/1997 (assinado pelo Prefeito Cassio Taniguchi), que transfere a Unidade Municipal de Saúde João Cândido do Distrito Sanitário do Pinheirinho, para o Distrito Sanitário do Bairro Novo (CURITIBA, 1997). Em contato telefônico com a referida UBS, confirmamos que o nome deste bem público é realmente uma homenagem ao médico João Cândido Ferreira, e que a inauguração da sede onde ele hoje se encontra no bairro Sítio Cercado data de 12 de fevereiro de 2001 (informação verbal)¹⁰⁴.

Dessa forma, a escolha do nome do médico João Cândido Ferreira atende um dos critérios do Inciso I, Artigo 5º, da atual legislação que "(...) em se tratando de denominação de bem de uso especial, deverá guardar íntima relação, através de atos praticados ou profissões exercidas, com a finalidade a que se destina o uso do bem público a ser nominado" (CURITIBA, 1995, p. 3).

Atualmente, além de nomear um posto de saúde no Sítio Cercado, João Cândido Ferreira também designa uma praça no bairro São Francisco, muito próximo ao Centro da cidade de Curitiba (CURITIBA SPACE, 2023).

¹⁰³ CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA. **Seção de Arquivo e Documentação Histórica** [Mensagem pessoal]. Mensagem recebida por lucianabenario@gmail.com. 11 abr. 2023.

¹⁰⁴ Informação fornecida pela enfermeira da Unidade Básica de Saúde João Cândido, Tatiane de Oliveira Rosa Leão, em 04 nov. 2024.

QUADRO 72 – CAPITAIS ACUMULADOS POR JOÃO CÂNDIDO FERREIRA, A PARTIR DE SUAS ORIGENS E CONEXÕES DE PARENTESCO E SOCIABILIDADES

IDENTIFICAÇÃO	João Cândido Ferreira Nascimento: Lapa (PR) – 1864. Falecimento: Curitiba (PR) – 1948	
ORIGEM/ CAPITAIS FAMILIARES	Pai: João Cândido Ferreira (produtor de erva mate) Mãe: Ana Leocádia Maciel Ferreira Avô: Comendador Gregório Antunes Maciel (proprietário da Fazenda Taboão)	
CASAMENTO/ CAPITAIS FAMILIARES	Esposa: Josefina Amaral Ferreira, filha de Serafim Ferreira de Oliveira e Silva (industrial) e irmã de Vitor Ferreira do Amaral (médico e um dos principais fundadores da Universidade do Paraná). Filhos: Alceu do Amaral Ferreira (médico), Agenor Ferreira (engenheiro), Leônidas do Amaral Ferreira (médico), João Cândido Filho (engenheiro), Celso Ferreira (médico), Murillo do Amaral Ferreira e Julinda do Amaral Ferreira Cunhado: Vitor Ferreira do Amaral (médico e um dos principais fundadores da Universidade do Paraná).	
CAPITAIS EDUCACIONAIS	Formação inicial com o Professor Pedro Fortunato. Por volta de 1878: Ingressou no Colégio São João do Lageado – Sorocaba (SP) 1883: Ingressou na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, graduando-se em 1888.	
CAPITAIS / PROFISSIONAIS	Médico, foi docente na Universidade do Paraná. Membro da Sociedade de Medicina do Paraná, e da Revista <i>Paraná-Médico</i> .	
CAPITAIS POLÍTICOS	1892: se tornou prefeito da cidade da Lapa (PR). Durante a Revolução Federalista ficou ao lado do grupo legalista vencedor que apoiava o Presidente Floriano Peixoto. 1896: Deputado estadual 1901: Deputado federal 1904: integrou o governo de Vicente Machado. 1907: assumiu o governo do estado com a morte de Vicente Machado	
CAPITAIS SIMBÓLICOS	Nomeia uma praça no bairro São Francisco, em Curitiba. Nomeia uma Unidade Básica de Saúde no Sítio Cercado, em Curitiba	

FONTE: A autora (2024).

5.5.2 – SALVADOR ALLENDE (UBS mais próxima do colégio Flávio Ferreira da Luz – 900m).

Salvador Allende Gossens nasceu em Santiago (Chile), no dia 26 de junho de 1908. Era filho de Salvador Allende Castro (advogado) e Laura Gossens Uribe, e irmão de Laura Allende (1911-1981), deputada chilena entre 1965 e 1973 (BIBLIOTECA DEL CONGRESO NACIONAL DE CHILE, 2023).

A formação escolar inicial de Salvador Allende foi realizada no Instituto Nacional e nos Liceus de Tacna e Valdivia. No Liceu Eduardo de la Barra de Valparaíso, Salvador Allende deu prosseguimento aos seus estudos e, no ano de 1926, prestou serviço militar e ingressou na Faculdade de Medicina da Universidade do Chile. Entre 1932 e 1936,

trabalhou como médico na rede pública de Valparaíso e no hospital Puerto Montt (BIBLIOTECA DEL CONGRESO NACIONAL DE CHILE, 2023).

Em 1933, Allende participou da fundação do Partido Socialista do Chile e, em 1937, foi eleito deputado. Entre 1939 e 1942, foi Ministro da Saúde, Previdência e Assistência Social durante o governo de Pedro Aguirre Cerda (BIBLIOTECA DEL CONGRESO NACIONAL DE CHILE, 2023).

Em 1940, Salvador Allende se casou com Hortensia Bussi Soto, com quem teve três filhas: Carmen Paz, Beatriz (secretária durante sua gestão na presidência do Chile) e Isabel (senadora em dois mandatos consecutivos – 2010-2018/ 2018-2026). Além disso, sua sobrinha, Denise Pascal Allende, foi deputada, e sua neta, Maya Fernández Allende, foi parlamentar e ministra da Defesa Nacional (BIBLIOTECA DEL CONGRESO NACIONAL DE CHILE, 2023).

Salvador Allende foi eleito senador nas eleições de 1945, 1953, 1961 e 1969. Em 4 de setembro de 1970, foi eleito Presidente do Chile, sendo derrubado por um golpe civil-militar, quando foi deposto e morto no Palácio de La Moneda, em Santiago, no dia 11 de setembro de 1973 (BIBLIOTECA DEL CONGRESO NACIONAL DE CHILE, 2023).

A nomeação:

A nomeação da unidade básica de saúde em homenagem a Salvador Allende ocorreu em 1989, durante a gestão do Prefeito Jaime Lerner, através do Decreto nº 185/1989 (CURITIBA, 1989). Não encontramos nenhum registro com a justificativa para a alteração na designação desta unidade de saúde, nem informações sobre suas motivações. Como se trata de um agente estrangeiro, sem nenhum tipo de vínculo ou vivência na capital do Paraná (o único entre os 18 topônimos antroponímicos que nomeiam as unidades básicas de saúde em Curitiba), consideramos esta homenagem um caso atípico no universo estudado.

QUADRO 73 – CAPITAIS ACUMULADOS POR SALVADOR ALLENDE, A PARTIR DE SUAS ORIGENS E CONEXÕES DE PARENTESCO E SOCIABILIDADES

IDENTIFICAÇÃO	Nome: Salvador Allende Gossens. Nascimento: Santiago (Chile) – 1908 Falecimento: Santiago (Chile) – 1973	
ORIGEM/	Pai: Salvador Allende Castro – advogado.	

CAPITAIS FAMILIARES	Mãe: Laura Gossens Uribe. Irmã: Laura Allende – deputada entre 1965e 1973.
CASAMENTO/ CAPITAIS FAMILIARES	Esposa: Hortênsia Bussi Soto. Filhas: Carmen Paz, Beatriz (secretária da presidência), e Isabel (senadora). Sobrinha: Denise Pascal Allende (deputada) Neta: Maya Fernández Allende (parlamentar e ministra da Defesa Nacional).
CAPITAIS EDUCACIONAIS	Formação primária e secundária: Instituto Nacional, Liceus de Tacna e Valdivia e Liceu Eduardo de la Barra em Valparaíso. 1926: serviço militar, e ingresso na Faculdade de Medicina da Universidade do Chile, onde se formou em 1932.
CAPITAIS / PROFISSIONAIS	1932 e 1936: médico na rede pública de Valparaíso e no hospital Puerto Montt.
CAPITAIS POLÍTICOS	1933: participou da fundação do Partido Socialista do Chile 1937: foi eleito deputado. 1939 – 1942: foi Ministro da Saúde, Previdência e Assistência Social durante o governo de Pedro Aguirre Cerda. 1945, 1953, 1961 e 1969: eleito senador. 1970: eleito Presidente do Chile 1973: derrubado por um golpe civil-militar, quando foi deposto e morto no Palácio de La Moneda, em 11 de setembro de 1973.
CAPITAIS SIMBÓLICOS	Homenageado nomeando uma rua em Ponta Grossa. Homenageado nomeando uma unidade de saúde e uma escola municipal no Sítio Cercado, em Curitiba.

Fonte: A autora (2024).

UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DA CIDADE INDUSTRIAL DE CURITIBA (CIC)

5.5.3 – CÂNDIDO PORTINARI (UBS mais próxima do colégio Eurides Brandão – 270m).

Cândido Portinari nasceu no dia 29 de dezembro de 1903, na Fazenda Santa Rosa, em Brodowski (SP). Era filho de Giovan Portinari e Domenica Di Bassano Portinari, imigrantes italianos que, ao chegar ao Brasil, se instalaram em uma fazenda de café, trabalhando como agricultores. Portinari fazia parte de uma família numerosa, sendo o segundo filho entre doze irmãos (ARTE&ARTISTAS, 2016).

A instrução primária foi recebida por Portinari na própria fazenda onde viveu sua infância. Em 1917, aos 15 anos, se matriculou na Escola de Belas Artes do Rio de Janeiro. Em 1928, Portinari ganhou o Prêmio de *Viagem ao Estrangeiro*, da Exposição Geral de Belas-Artes, o que permitiu uma viagem a Paris, onde permaneceu até o ano de 1930. Nessa época, casou-se com Maria Victoria Martinelli, jovem pertencente à uma família

uruguaia, radicada em Paris, com quem teve um filho, João Cândido Portinari¹⁰⁵ (MUSEU CASA DE PORTINARI, 2023).

Em 1931, Portinari retornou com sua esposa ao Brasil, quando “retratou em suas telas o povo brasileiro, superando aos poucos sua formação acadêmica e fundindo a ciência antiga da pintura a uma personalidade experimentalista a antiacadêmica moderna” (MUSEU CASA DE PORTINARI, 2023, não p.).

Em 1935, a obra de Portinari, intitulada *Café*, ganhou menção honrosa na exposição internacional do Carnegie Institute de Pittsburgh, nos Estados Unidos. Em 1939, o artista executou três grandes painéis para o pavilhão do Brasil na Feira Mundial de Nova York, o que consolidou sua projeção internacional. Durante a década de 1940, Portinari foi reconhecido em diversas exposições e centros de arte internacionais, especialmente nos Estados Unidos e Europa. Nesse mesmo período aproximou-se do arquiteto Oscar Niemeyer, com quem trabalhou nas obras de decoração do conjunto arquitetônico da Pampulha, em Belo Horizonte (MG) (MUSEU CASA DE PORTINARI, 2023).

Cândido Portinari foi militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB), sigla pela qual se candidatou a deputado em 1945, e senador em 1947, não conseguindo se eleger em ambas as ocasiões (JK. CPDOC, 2023).

Entre as décadas de 1940 e 1960, Portinari produziu intensamente, com suas obras sendo expostas em grandes centros de arte nacionais e internacionais. Nesse período, em 1955, foi agraciado com a medalha de ouro concedida pelo Internacional Fine-Arts Council de Nova York como o melhor pintor do ano. “Companheiro de poetas, escritores, jornalistas, diplomatas, Portinari participou da elite intelectual brasileira em uma época em que se verificava uma notável mudança da atitude estética e na cultura do país” (MUSEU CASA DE PORTINARI, 2023, não p.).

Cândido Portinari faleceu no dia 06 de fevereiro de 1962, devido a intoxicação pelas tintas que usava em suas pinturas.

A nomeação:

¹⁰⁵ João Cândido Portinari: Ph.D. e M. Sc. pelo Massachusetts Institute Of Technology (MIT), foi um dos fundadores do Departamento de Matemática da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e, desde 1979, dirige o Projeto Portinari (INSTITUTO DE ESTUDOS AVANÇADOS DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 2023).

A nomeação da unidade básica de saúde em homenagem a Cândido Portinari ocorreu em 1998, durante a gestão do Prefeito Cássio Taniguchi, através do Decreto nº 257/1998 (CURITIBA, 1998a). Atualmente, esta unidade básica de saúde pertence ao Distrito Sanitário da Cidade Industrial de Curitiba (SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE, 2023).

Não encontramos nenhum registro com a justificativa para a escolha do nome de Portinari na designação desta unidade de saúde, nem informações sobre suas motivações. No entanto, apesar de Cândido Portinari não exercer profissão ligada ao ramo da saúde, nem se destacar na realização de obras ligadas à área da saúde, sua atuação no campo da cultura e das artes atende o que é determinado no Inciso I, Artigo 5º, da Lei 8.670/1995 (normatização que estava vigente na época da homenagem) para a nomeação de um bem público na capital.

QUADRO 74 – CAPITAIS ACUMULADOS POR CÂNDIDO PORTINARI, A PARTIR DE SUAS ORIGENS E CONEXÕES DE PARENTESCO E SOCIABILIDADES

IDENTIFICAÇÃO	Cândido Portinari Nascimento: Brodowski (SP) – 1903 Falecimento: Rio de Janeiro – 1962. 
ORIGEM/ CAPITAIS FAMILIARES	Pai: Giovan Battista Portinari – imigrante italiano - agricultor. Mãe: Domenica di Bassano Portinari – imigrante italiana – agricultora.
CASAMENTO/ CAPITAIS FAMILIARES	Esposa: Maria Victoria Martinelli – jovem de uma família uruguaia, radicada em Paris). Filho: João Cândido Portinari – Matemático, professor, fundador do Departamento de Matemática da PUC Rio, diretor do Projeto Portinari.
CAPITAIS EDUCACIONAIS	Recebeu a instrução primária na fazenda onde nasceu. 1917: foi para o Rio de Janeiro, estudar na Escola Nacional de Belas Artes.
CAPITAIS / PROFISSIONAIS/ CULTURAIS	1928: apresenta-se no Salão da Escola de Belas Artes e conquista o Prêmio “Viagem para o Exterior”, que lhe rende a primeira ida para a Europa. Em 1931: retorna para o Rio de Janeiro, onde inicia os trabalhos de combinação entre as técnicas aprendidas, e suas experiências artísticas. 1935: sua obra <i>Café</i> ganha menção honrosa na exposição internacional do Carnegie Institute de Pittsburgh, Estados Unidos. 1940: aproximou-se do arquiteto Oscar Niemeyer, com quem trabalhou nas obras de decoração do conjunto arquitetônico da Pampulha, em Belo Horizonte (MG). 1955: agraciado com a medalha de ouro concedida pelo Internacional Fine-Arts Council de Nova York como o melhor pintor do ano Entre 1940 e 1960: se consolida como artista brasileiro de expressão internacional. 1962: preparava uma grande exposição de cerca de 200 obras a convite da Prefeitura de Milão (Itália), quando faleceu, devido à uma intoxicação provocada pelas tintas que usava.
CAPITAIS POLÍTICOS	Foi militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB), sigla pela qual se candidatou a deputado em 1945, e senador em 1947, não conseguindo se eleger em ambas as ocasiões.

CAPITAIS SIMBÓLICOS	Homenageado nomeando três ruas (Colombo, Curitiba, Piraquara, Paranaguá e Porto Fino), e duas escolas municipais (Curitiba e Pinhais).

FONTE: A autora (2024).

UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DO CENTRO

5.5.4 – OUVIDOR PARDINHO (UBS mais próxima do Instituto de Educação do Paraná Erasmo Pilotto – 1,4 km).

Raphael Pires Pardinho nasceu em Portugal no final do século XVII. Em 1702, concluiu a formação em Direito na Universidade de Coimbra, atuando, posteriormente, como Juiz do Crime e Juiz de Fora, na região de Algarve e em Lisboa (ANTONELLI, 2021).

No ano de 1717, quando já se encontrava no Brasil, Pardinho foi nomeado Ouvidor Geral¹⁰⁶ da Capitania de São Paulo, prestando serviços como corregedor durante 16 anos, cargo que lhe atribuía as incumbências de providenciar provimentos, aplicar a lei e organizar as vilas de Paranaguá, São Francisco, Laguna e Curitiba. No cargo de Ouvidor, Raphael Pardinho foi responsável por muitas realizações, especialmente no campo jurídico (ANTONELLI, 2021).

Nos provimentos para Curitiba e Paranaguá o Ouvidor Pardinho preocupou-se não só com a atuação da justiça ordinária, também instruiu a boa administração do Concelho e de seus bens, buscando assegurar a boa governança daquelas povoações. Promoveu, para tanto, novas eleições de juízes ordinários, vereadores e procuradores; regulamentou a escolha e nomeação de capitães-mores, sargentos e capitães de ordenança; determinou a forma de se fazerem inventários e testamentos, bem como regulamentou a escrita contábil e dos atos das câmaras; definiu os termos municipais, delimitando o território em que cada câmara exerceria sua administração e os juízes ordinários sua jurisdição (LOEWEN, 2015, p. 34).

Raphael Pires Pardinho faleceu em Lisboa, em 28 de dezembro de 1761 (ANTONELLI, 2021).

A nomeação:

Não encontramos registros sobre a legislação que designou o nome da praça e da unidade básica de saúde que nela se encontra em homenagem ao Ouvidor Pardinho. Levantamos informações junto à veículos de imprensa locais, que mencionam a existência da praça desde o início do século XX (SERVIÇO, 1907), e do posto de saúde

¹⁰⁶ “No Brasil Colônia, a figura do ouvidor tinha por função aplicar a Lei da Metrópole; era totalmente diferente do modelo clássico, pois não representava o cidadão, atendia ao titular do Poder, reportava ao rei, em Portugal, o que acontecia na colônia” (FUNDAJ, 2021, não p.).

com o mesmo nome em meados da década de 1980 (TORTATO, 1984). Porém, não conseguimos levantar dados mais precisos. Mesmo assim, inferimos que a designação da unidade básica de saúde tenha relação com a praça, uma antiga referência de localização nesta região.

QUADRO 75 – CAPITAIS ACUMULADOS POR OUVIDOR PARDINHO, A PARTIR DE SUAS ORIGENS E CONEXÕES DE PARENTESCO E SOCIABILIDADES

IDENTIFICAÇÃO	Nome: Raphael Pires Pardinho Nascimento: Portugal – últimas décadas do século XVII Falecimento: Lisboa – 1761	
CAPITAIS EDUCACIONAIS	Em 1702 formou-se em Direito pela Universidade de Coimbra (CURITIBA, 2021).	
CAPITAIS / PROFISSIONAIS/ POLÍTICOS	1705 – 1715: exerceu o cargo de Juiz de Fora e Juiz do Crime na região do Algarve e em Lisboa. 1717: foi nomeado Ouvidor Geral da Capitania de São Paulo. Em 1721, onde era responsável por providenciar provimentos, aplicar a lei e organizar as vilas de Paranaguá, São Francisco, Laguna e Curitiba.	
CAPITAIS SIMBÓLICOS	Homenageado nomeando uma praça e uma unidade básica de saúde em Curitiba.	

FONTE: A autora (2024).

UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DO GANCHINHO

5.5.5 – OSTERNACK (UBS mais próxima do colégio Iara Bergmann – 400m).

A Unidade Básica de Saúde Osternack está localizada em uma vila que possui o mesmo nome, na fronteira entre os bairros Sítio Cercado e Ganchinho. Essa região é formada por alguns loteamentos populares, criados a partir da luta por moradia de movimentos sociais que ocuparam diversas áreas, especialmente durante a década de 1990 (PODLASEK, 2020).

A planta da Vila Osternack foi reconhecida pelas autoridades municipais por meio do Decreto 1240/1968, que aprovava a “planta de loteamento dos terrenos de propriedade de Celso C. Osternack” (CURITIBA, 1968). A princípio, esta localidade pertencia ao bairro Boqueirão, sendo posteriormente reenquadrada, a partir do processo de criação de alguns bairros na região Sul da capital (CURITIBA, 1968).

Acreditamos que a designação da Unidade Básica de Saúde esteja ligada ao nome do agente que era proprietário da área em que a vila foi fundada, Celso C. Osternack. Porém, não conseguimos levantar registro comprobatório dessa hipótese, e os contatos com a UBS em questão não tiveram retorno.

A nomeação:

A nomeação da UBS Osternack ocorreu em 1998, durante a gestão do Prefeito Cássio Taniguchi, através do Decreto nº 653/1998 (CURITIBA, 1998b).

Não encontramos nenhum registro com a justificativa para a escolha do nome “Osternack” na designação desta unidade de saúde, nem informações sobre suas motivações, mas, como mencionado anteriormente, inferimos que esta designação esteja relacionada com o nome da localidade em que ela se encontra. Contudo, caso a escolha do nome “Osternack” tenha sido determinada segundo a localização geográfica da UBS, ela destoaria do que é determinado pelo Artigo 5º, Inciso I da Lei 870/1995, que vigorava na época, e é bastante amplo. A não ser que o agente “Osternack” seja realmente Celso Osternack, e ele seja classificado como filantropo por doar o terreno, a escolha do nome desta UBS foge ao que era determinado pela legislação na época da designação.

QUADRO 76 – CAPITAIS ACUMULADOS POR CELSO C. OSTERNACK, A PARTIR DE SUAS ORIGENS E CONEXÕES DE PARENTESCO E SOCIABILIDADES

IDENTIFICAÇÃO	Osternack
CAPITAIS SIMBÓLICOS	Homenageado nomeando uma Unidade Básica de Saúde no bairro Ganchinho

Fonte: A autora (2024).

5.6 – BIOGRAFIA DOS AGENTES QUE NOMEIAM AS ESCOLAS MUNICIPAIS MAIS PRÓXIMAS DE ONDE OS COLÉGIOS DE REFERÊNCIA ESTÃO LOCALIZADOS:

A Lei 4.024/1961 é considerada o marco inicial da história das escolas municipais no país, pois estabelecia a obrigatoriedade do poder público municipal na criação das primeiras unidades de ensino dessa modalidade. No ano de 1963, foi inaugurado o Grupo Escolar Papa João XXIII, no bairro Portão, primeira escola municipal criada em Curitiba. Posteriormente, foram inaugurados na capital o Grupo Escolar Isolda Schmid (1966), o Centro Educacional Vila Nossa Senhora da Luz (1967), o Ginásio Albert Schweitzer (1968) e o Grupo Escolar Monteiro Lobato (1969) (VIANA, 2016).

Logo após a edição da Lei 4.024/1961, as escolas municipais inauguradas em Curitiba permaneceram sob a responsabilidade da administração estadual, com a Secretaria de Educação do Paraná gerenciando o sistema, como entidade mantenedora. À

prefeitura cabia o fornecimento do terreno e a construção de alguns prédios escolares. Somente no ano de 1963 é que a primeira unidade escolar do ensino municipal foi construída com administração e manutenção exclusivos da Prefeitura (VIANA, 2016).

A Lei 5.692/1971 ampliou esse processo, uma vez que estabeleceu como competência dos órgãos administrativos municipais o atendimento do Ensino de 1º Grau (atual Ensino Fundamental). De forma gradativa, durante a década de 1970, a municipalização dos primeiros anos do Ensino Básico foi assumida integralmente pelo poder público municipal, como parte integrante do processo de urbanização que a capital vivia na época, dentro do contexto do Regime Militar instaurado no país no ano de 1964. (VIANA, 2016).

No final da década de 1970 e início dos anos 1980, o Regime Militar vivia uma fase de esgotamento e crise, o que se refletiu em diversas esferas sociais, inclusive na organização educacional do país. Nas escolas, certas fontes descrevem esse contexto como um momento de maior liberdade, seja quanto aos debates sobre as concepções de educação, ou as discussões a respeito da participação dos docentes nas resoluções acerca dos modelos a serem adotados. Em publicação oficial da Casa Romário Martins, a professora Berenice Valenzuela de Figueiredo Neves relata suas impressões acerca desse contexto, com a nomeação de Maurício Fruet como Prefeito de Curitiba no ano de 1983:

Nós estávamos começando a assumir a responsabilidade, enquanto professores, de traçar mesmo o caminho da educação, que deixava de ser um pano de fundo escrito em algum gabinete. Começava a ser realizada uma discussão na base, com o professor passando a ser talvez o elemento mais importante de todo esse processo... e foi justamente nessa época, em 83, que houve essa mudança do regime político e que, em Curitiba, foi marcada pela entrada do Maurício Fruet para a Prefeitura. (FIGUEIREDO NEVES. *In*: BOLETIM CASA ROMÁRIO MARTINS, 2010, p. 04).

Os debates sobre as novas concepções educacionais não foram exclusividade da capital paranaense, mas fizeram parte de um movimento de caráter nacional, que direcionava o país para o processo de redemocratização, após mais de duas décadas de governo ditatorial militar. Nesse contexto, as discussões sobre as mazelas sociais se tornavam ponto central nos debates sobre qual tipo de educação era necessário se pensar. Sérios índices de desigualdade social, acompanhados por décadas de êxodo rural, resultaram na produção de realidades marcadas por profundos problemas que afetavam as condições de vida das camadas populares, e isso não era diferente em Curitiba.

Foi um período de grande idealismo e também rico em iniciativas para dar conta das novas configurações sociais e econômicas, causadas pelo crescente êxodo rural e pela concentração migratória dessas populações nas periferias

das metrópoles. Em Curitiba, essa ocupação se deu em grande parte na região Sul da cidade, levando a uma necessidade de responder a esta demanda social, tanto no que se refere à questão habitacional como no âmbito do atendimento escolar (BOLETIM CASA ROMARIO MARTINS, 2010, p. 07).

Em 1983, José Richa, governador eleito pelo Paraná no ano anterior, indicou¹⁰⁷ Maurício Roslindo Fruet como prefeito de Curitiba, para exercer um mandato mais curto, até as eleições de 1985. Ambos, Richa e Fruet, pertenciam ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), grupo de oposição aos políticos ligados ao regime militar.

Apesar das novas diretrizes para a educação implementadas nessa época, e da expansão da rede municipal de educação, alguns problemas estruturais permaneciam na rede de ensino da cidade, principalmente no que se refere ao atendimento das crianças mais jovens, de zero a seis anos. No ano de 1985, das 86 escolas existentes em Curitiba, apenas 50 delas possuíam atendimento para as crianças em idade pré-escolar (5 anos). Já o atendimento das creches, destinado às crianças menores, teria um longo processo até ser reconhecido e incorporado ao sistema educacional municipal, permanecendo com um caráter muito mais ligado aos órgãos de assistência social, ao menos até o final da década de 1990 (BOLETIM CASA ROMÁRIO MARTINS, 2010).

No ano de 1985, Roberto Requião de Mello e Silva foi eleito prefeito de Curitiba, em um pleito direto, fato que não acontecia desde a eleição de Ivo Arzua, mais de vinte anos antes. Requião pertencia ao mesmo grupo político de Maurício Fruet (PMDB) e, portanto, representava continuidade nas propostas para a gestão da cidade. A construção de um número expressivo de creches, a reformulação do currículo da pré-escola até a 4ª série (com a produção de um documento intitulado “Currículo Básico: uma contribuição para a escola pública brasileira”), e a proposta da criação de escolas de tempo integral foram medidas características desse período da educação municipal em Curitiba.

No ano de 1988, foram realizadas eleições municipais em todo país. O resultado do pleito em Curitiba garantiu a Jaime Lerner do Partido Democrático Trabalhista (PDT) um novo mandato como prefeito da capital paranaense¹⁰⁸.

¹⁰⁷ O Ato Institucional Nº 3, de 1966, determinou em seu Artigo 4º que “Respeitados os mandatos em vigor, serão nomeados pelos Governadores de Estado, os Prefeitos dos Municípios das Capitais mediante prévio assentimento da Assembleia Legislativa ao nome proposto” (BRASIL, 1966, não p.). Somente nas eleições de 1985, os eleitores das capitais brasileiras poderiam voltar a escolher diretamente os chefes dos executivos municipais de suas cidades.

¹⁰⁸ Jaime Lerner governou Curitiba como prefeito indicado durante o período militar, nas gestões entre 1971 e 1975, e 1979 e 1982 (PARANÁ, 2023).

Além deste pleito eleitoral, o ano de 1988 também foi marcado pela promulgação da *Constituição Cidadã*, conjunto de leis elaboradas para o país dentro dos parâmetros da redemocratização. Apesar de ainda não detalhar o ordenamento de responsabilidades entre União, estados e municípios para a educação, a Carta Constitucional de 1988 previa, no Artigo 205, que “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988, não p.). Tal artigo enfatizava a responsabilidade do Estado na organização dos sistemas de ensino, o que seria complementado por legislações posteriores, determinando os deveres do poder municipal no que concerne ao desenvolvimento da rede do Ensino Básico.

Tendo governado Curitiba anteriormente, durante o período militar, Jaime Lerner, em sua terceira gestão, deixou algumas marcas na educação municipal na cidade, através de um discurso que preconizava o caráter “técnico” de sua gestão. A criação de Centros de Educação Integrais (CEIs), do Parque de Ciências, de um currículo básico, a eleição dos diretores das instituições e a criação do Estatuto do Magistério foram temas discutidos pela gestão Lerner, priorizando ideias e pareceres “técnicos”, que essencialmente excluía a participação do corpo docente do processo de decisões (ABREU, 2008).

No pleito municipal de 1992, foi eleito Rafael Greca de Macedo para comandar a prefeitura de Curitiba. Pertencente ao Partido Democrático Brasileiro (PDT), Greca era do mesmo grupo político de Jaime Lerner, e sua gestão representou a continuidade das propostas de seu antecessor.

Devido ao discurso de um suposto caráter técnico, as administrações de Lerner e Greca, no que se refere à gestão educacional, são bastante criticadas, uma vez que os objetivos de organização de espaços e do quadro funcional pareciam pesar mais do que os aspectos pedagógicos do processo (SOARES, 2003).

Nas eleições de 1996, Cássio Taniguchi foi eleito prefeito de Curitiba pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT), sendo reeleito nas eleições de 2000 pelo Partido da Frente Liberal (PFL). Contando com o apoio de Rafael Greca e Jaime Lerner, Cássio Taniguchi manteve a mesma orientação na gestão educacional da rede municipal de ensino.

No ano de 2004, Carlos Alberto Richa, filho do ex-governador José Richa, foi eleito prefeito de Curitiba pelo Partido da Social Democracia Brasileiro (PSDB), sendo

reeleito em 2008, com 77,27% dos votos válidos. No campo educacional, Richa manteve, de forma geral, as diretrizes das administrações anteriores, tendo boa avaliação do eleitorado, o que o credenciou para concorrer e vencer as eleições de 2010 para o governo do estado do Paraná (PUC-SP, 2023).

Dentro de uma análise mais ampla, as administrações de Jaime Lerner, Rafael Greca, Cássio Taniguchi e Beto Richa integram o conjunto de propostas pertencentes a grupos políticos que defendiam a implementação de ideias neoliberais¹⁰⁹, inclusive no campo educacional, durante a década de 1990 e início dos anos 2000. Nosso recorte de pesquisa possui baliza final do recorte temporal neste período (o ano de 2009).

Atualmente, a rede municipal de ensino, sob nova gestão do Prefeito Rafael Greca conta com

185 escolas municipais (sendo 3 de educação especial); 233 centros municipais de educação infantil (CMEIs); 10 centros municipais de atendimento especializado (CMAEes); 1 Centro de Ensino Estruturado para o Transtorno do Espectro Autista (CMAEE - CEETEA); 134 centros de educação infantil contratados (CEIs); 150 bibliotecas escolares, 32 faróis do saber e inovação (em escola), 9 faróis do saber (em praça), 1 laboratório pedagógico de inovação, 3 bibliotecas temáticas, 1 biblioteca especializada em educação e 10 Núcleos Regionais da Educação (NRE) (SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO, 223, não p.).

A seguir, trataremos do histórico da nomeação das escolas municipais que compõem o recorte de nossa pesquisa, as quais totalizam dezessete instituições.

ESCOLAS MUNICIPAIS DO SÍTIO CERCADO

5.6.1 – PROFESSORA AUGUSTA GLÜCK RIBAS (mais próxima do colégio Hasdrubal Bellegard – 600m).

Augusta Glück Ribas nasceu em Curitiba, no dia 4 de outubro de 1892. Era filha dos agricultores Galdino Glück e Augusta Carmeliano de Miranda. A formação escolar de Augusta Ribas teve início na Escola Primária Isolda. Posteriormente, em 1911, a

¹⁰⁹ Neoliberalismo: Doutrina surgida nos anos subsequentes ao final da Segunda Guerra Mundial. (...) O austríaco Friedrich August von Hayek e o norte-americano Milton Friedman, principais formuladores dessa corrente conservadora, criticavam o caráter autoritário desse Estado, que com seus encargos sociais e sua atuação reguladora, estaria impedindo a realização das liberdades individuais e a competição que levava à prosperidade econômica. A partir desse diagnóstico, propunham o afastamento do Estado em relação às atividades econômicas, bem como a realização de inúmeras reformas institucionais que permitissem a livre competição e a livre circulação dos capitais, de forma que a única ação reguladora possível fosse a do mercado. Privatização de todos os setores da economia nacional, transferência de serviços públicos ao setor privado, desregulamentação do sistema financeiro, redução dos encargos e direitos sociais como um todo, redução dos gastos governamentais, entre outras, são algumas das principais propostas do neoliberalismo (NEOLIBERALISMO, 2006, não p.).

agente concluiu a formação para o magistério, quando adquiriu a habilitação como professora normalista (SEÇÃO DE ARQUIVO E DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA, 1979 [?]).

Em 1912, Augusta Ribas casou-se com Romeu Marques Ribas, com quem teve nove filhos. Nessa época, passou a residir com sua família no bairro Umbará, na região Sul de Curitiba (SEÇÃO DE ARQUIVO E DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA, 1979 [?]).

No exercício da docência, Augusta Glück Ribas trabalhou em duas escolas fora da capital paranaense: a escola Isolada de Quatro Barras (PR), e o grupo escolar Dr. Franco Vale (Imbituva - PR, onde foi diretora). Em Curitiba, prosseguiu sua carreira no magistério no grupo escolar da Barreirinha, no grupo escolar Professor Zacarias (onde foi diretora), no grupo escolar do Umbará, na escola Isolada do Xaxim e no grupo escolar Presidente Pedrosa (SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO, 2023 a).

Augusta Glück Ribas faleceu em 30 de setembro de 1939, com 47 anos de idade (SEÇÃO DE ARQUIVO E DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA, 1979 [?]). Na época de seu falecimento, a família de Augusta Ribas residia na Rua Ermelino de Leão, no Centro de Curitiba (FALECIMENTOS, 1939).

A nomeação:

Segundo informações da Secretaria Municipal da Educação, a Escola Professora Augusta Glück Ribas foi denominada por meio do decreto 1054/1979. No entanto, não encontramos nos meios disponíveis, a documentação oficial desta regulamentação (SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO, 2023 a).

A documentação de justificativa para a nomeação da escola, enviada pela Câmara Municipal de Curitiba fornece algumas informações a respeito da trajetória da agente, com poucos dados sobre suas origens ou dos demais membros de sua família. Da mesma maneira, o referido documento não especifica como aconteceu o processo de nomeação da instituição, se atendo a ressaltar as virtudes de Augusta Ribas, especialmente no ofício docente (SEÇÃO DE ARQUIVO E DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA, 1979 [?])¹¹⁰.

Porém, em uma matéria do Jornal *Correio de Notícias*, datada de 1979, encontramos diversas informações sobre a inauguração da Escola Augusta Glück Ribas,

¹¹⁰ Para consultar o documento na íntegra, ver anexo 26.

onde é mencionado que o decreto foi assinado pelo então prefeito de Curitiba, Jaime Lerner.

O prefeito Jaime Lerner entregou no Jardim Americano mais uma escola da rede municipal de ensino de 1º Grau (...) A nova escola foi denominada Augusta Glück Ribas em homenagem à primeira professora daquela região da cidade e que dedicou ao magistério mais de 30 anos de sua vida (...) O prefeito Jaime Lerner falou na ocasião agradecendo em nome da cidade o convênio com o governo do estado que está possibilitando a ampliação da rede escolar de Curitiba. Em seguida, o prefeito assinou o decreto denominando a escola (...). (LERNER, 1979).

Em sua trajetória de vida, Augusta Glück Ribas trabalhou como professora em diversas localidades da capital paranaense, inclusive na região Sul da cidade, onde foi estabelecida a homenagem. Dessa forma, inferimos que o ofício docente fortaleceu os vínculos da agente com aquela comunidade, o que justifica a referida nomeação.

QUADRO 77 – CAPITAIS ACUMULADOS POR AUGUSTA GLÜCK RIBAS, A PARTIR DE SUAS ORIGENS E CONEXÕES DE PARENTESCO E SOCIABILIDADES

IDENTIFICAÇÃO	Augusta Glück Ribas Nascimento: Curitiba (PR) - 1892 Falecimento: Curitiba (PR) - 1939
ORIGENS/ CAPITAIS FAMILIARES	Pai: Galdino Glück (agricultor) Mãe: Augusta Carmeliano de Miranda (agricultora)
CASAMENTO/ CAPITAIS FAMILIARES	Esposo: Romeu Marques Ribas
CAPITAIS EDUCACIONAIS	Formação Primária na Escola Isolda Formação como professora normalista concluída em 1911
CAPITAIS / PROFISSIONAIS	Trabalhou em duas escolas fora da capital paranaense: a escola Isolada de Quatro Barras (PR), e o grupo escolar Dr. Franco Vale (Imbituva - PR, onde foi diretora). Em Curitiba, trabalhou como professora no grupo escolar da Barreirinha, no grupo escolar Professor Zacarias (onde foi diretora), no grupo escolar do Umbará, na escola Isolada do Xaxim e no grupo escolar Presidente Pedrosa
CAPITAIS SIMBÓLICOS	Homenageada nomeando uma escola municipal no bairro Sítio Cercado, em Curitiba

Fonte: A autora (2024).

5.6.2 – PROFESSORA MIRACY RODRIGUES DE ARAÚJO (mais próxima do colégio Teobaldo Leonardo Kletemberg – 550m).

Miracy Rodrigues de Araújo nasceu no dia 10 de maio de 1913. Era filha de João de A. Filho e Maria L. Rodrigues (CURITIBA, 1991). A formação educacional de Miracy Araújo teve início em um colégio interno, sendo completada na Escola Normal de Curitiba, onde colou grau como professora normalista no ano de 1929 (ESCOLA, 1929).

Posteriormente, graduou-se em Pedagogia pela Universidade Tuiuti do Paraná. Exerceu a profissão de professora, como servidora concursada no estado do Paraná até sua aposentadoria e, posteriormente, prestou novo concurso para ministrar cursos de especialização e aperfeiçoamento no Instituto de Educação do Paraná. Em comemoração aos 53 anos de magistério da Professora Miracy Araújo, o Instituto de Educação instalou uma placa de bronze em sua homenagem, onde ela é reconhecida como “Professora símbolo do Paraná” (SEÇÃO DE ARQUIVO E DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA, 1992 [?]).

Miracy Rodrigues de Araújo era casada com Roque C. de Brito, com quem teve três filhos, e faleceu no dia 25 de novembro de 1991, em Curitiba (CURITIBA, 1991).

A nomeação:

A nomeação da escola em homenagem a Miracy Rodrigues de Araújo ocorreu em 1992, durante a gestão do Prefeito Jaime Lerner, através da Lei nº 7994/1992 (CURITIBA, 1992). O texto da justificativa para a homenagem não fornece nenhuma informação sobre a origem familiar da agente, mas detalha alguns aspectos de sua trajetória educacional e profissional, colocando em destaque as virtudes que possuía, especialmente como docente (SEÇÃO DE ARQUIVO E DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA, 1992 [?])¹¹¹.

A indicação para a nomeação de Miracy Araújo em uma escola municipal de Curitiba foi feita pelo vereador Horácio Rodrigues (CURITIBA, 1992).

Não encontramos informações sobre as ligações da Professora Miracy Rodrigues de Araújo e a comunidade do Sítio Cercado, bairro onde foi homenageada.

QUADRO 78 – CAPITAIS ACUMULADOS POR MIRACY RODRIGUES DE ARAÚJO, A PARTIR DE SUAS ORIGENS E CONEXÕES DE PARENTESCO E SOCIABILIDADES

IDENTIFICAÇÃO	Miracy Rodrigues de Araújo Nascimento: ? - 1913 Falecimento: Curitiba (PR) - 1991
ORIGENS/ CAPITAIS FAMILIARES	Pai: João de A. Filho Mãe: Maria L. Rodrigues
CASAMENTO/ CAPITAIS FAMILIARES	Esposo: Roque C. Brito

¹¹¹ Para consultar o documento, ver anexo 27.

CAPITAIS EDUCACIONAIS	Formação educacional primária em um colégio interno. Formação para o magistério na Escola Normal de Curitiba (1929). Graduação em Pedagogia pela Universidade Tuiuti do Paraná
CAPITAIS / PROFISSIONAIS	Exerceu a profissão de professora, como servidora concursada no estado do Paraná até sua aposentadoria e, posteriormente, prestou novo concurso para ministrar cursos de especialização e aperfeiçoamento no Instituto de Educação do Paraná
CAPITAIS SIMBÓLICOS	Em comemoração aos 53 anos de magistério da Professora Miracy Araújo, o Instituto de Educação instalou uma placa de bronze em sua homenagem, onde ela é reconhecida como “Professora símbolo do Paraná”. Homenageada nomeando uma escola municipal no bairro Sítio Cercado, em Curitiba

Fonte: A Autora (2023).

5.6.3 – DONA LULU (MARIA DA LUZ SEILER VEIGA) (mais próxima do Colégio Inez Vicente Borocz – 600M¹¹²).

Maria da Luz Seiler Veiga, apelidada de Dona Lulu, nasceu em Curitiba, no dia 12 de novembro de 1893 (SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO, 2023 b). Era filha de Gustavo Seiler, proprietário de uma casa de comércio em Curitiba (VIDA, 1919) (OS VINHOS, 1914), e Justina Seiler (NECROLOGIA, 1914). Em 1919, Maria da Luz Seiler casou-se com Américo Veiga, redator da revista carioca *Indústria e Comércio* (VIDA, 1919).

Em sua formação educacional, Maria Seiler Veiga foi aluna da Professora Júlia Wanderley¹¹³ e, posteriormente, concluiu sua preparação para o magistério na Escola Normal do Paraná. Como docente, Dona Lulu “Fundou sua própria escola, na qual estudaram personalidades importantes da Curitiba de hoje” (SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO, 2023 b, não p.). A Escola de Dona Lulu situava-se no bairro Portão, em Curitiba (J. J. BETTEGA).

¹¹² A Escola Madre Teresa de Calcutá fica a 280 metros do Colégio Estadual Inez Vicente Borocz. Porém, como a agente que nomeia esta escola municipal foi canonizada em 2016, ela foi excluída do recorte da presente pesquisa.

¹¹³ Julia Augusta de Souza Wanderley nasceu no dia 26 de agosto de 1874, em Ponta Grossa (PR). Filha de Laurinda de Sousa (originária de uma tradicional família ervateira paranaense) e Guilhermino Wanderley (pintor e comerciante, descendente de tradicionais ramos das famílias holandesas que ocuparam o Nordeste do Brasil), Júlia Wanderley iniciou sua formação escolar em 1881, na escola D. Arminda do Couto. Após frequentar outras instituições, como a Escola Oliveira Bello e o Colégio Curitibano (onde estudou com figuras importantes do cenário paranaense, como Romário Martins e Ermelino de Leão) Júlia Wanderley concluiu a preparação para o magistério na Escola Normal (instituição particular de Curitiba) em 1892. Com o término de sua formação docente, Júlia Wanderley passou a trabalhar como professora em escolas públicas do estado, época em que se casou com Frederico Petrich (escultor e comerciante). Em sua trajetória, Júlia Wanderley se consolidou como intelectual importante do cenário paranaense no final do século XIX e início do século XX, não somente por conta de sua importante carreira como docente do Ensino Básico, mas também como escritora (ARAÚJO, 2010).

Maria da Luz Seiler Veiga faleceu no Rio de Janeiro, no dia 07 de dezembro de 1975 (SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO, 2023 b).

A nomeação

A norma que vigora atualmente em relação à denominação da Escola Municipal Dona Lulu, localizada no bairro Sítio Cercado, é o Decreto 1226/1993, que “Cria escolas municipais no Núcleo Regional da Educação - Pinheirinho, da Secretaria Municipal da Educação e dá outras providências”. No artigo 2º deste decreto é estabelecido que “Fica denominada de Escola Municipal Dona Pompilia - Ensino de 1º Grau a UE-PN-27 e **Escola Municipal Dona Lulu** - Ensino de 1º Grau a UE-PN-28, criadas por este decreto” (CURITIBA, 1993, grifos nossos). Tal norma foi assinada pelo prefeito Rafael Greca de Macedo, em 29 de outubro de 1993.

No entanto, existe outra escola municipal com a mesma denominação em Curitiba, localizada no bairro Uberaba, que foi criada através do Decreto 180/1976, no dia 06 de abril de 1976 (SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO, 2023 c). Não encontramos nos meios disponíveis o texto oficial dessa legislação datada de 1976, mas concluímos que se tratam de duas instituições escolares distintas, que hoje possuem a mesma denominação na capital paranaense, localizadas geograficamente em bairros diferentes – uma na Rua Elias Moyses Schelela (Uberaba) e outra na Rua Milton Miramir Visinoni (Sítio Cercado).

Não tivemos acesso ao documento com a justificativa para a nomeação de Maria da Luz Seiler Veiga em qualquer uma das duas escolas em que foi homenageada. Na página da Secretaria Municipal da Educação de Curitiba, existe uma breve biografia da agente, com referência ao histórico da escola no Sítio Cercado. No entanto, essa fonte não fornece informações mais detalhadas sobre a trajetória de Dona Lulu. Basicamente, o texto trata de ressaltar as virtudes da educadora: “Professora dedicada, sua vida caracterizou-se pela competência com que exerceu a nobre missão de ensinar (...). Foi mãe carinhosa e cidadã atuante. Sua principal virtude era fazer o bem” (SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO, 2023 b, não p.).

Não encontramos informações acerca das ligações de Dona Lulu com a comunidade do Sítio Cercado.

Além das escolas nomeadas em dois bairros distintos da capital, Dona Lulu também foi homenageada designando uma rua em Curitiba, no bairro Novo Mundo. (CURITIBA, 1977).

QUADRO 79 – CAPITAIS ACUMULADOS POR MARIA DA LUZ SEILER VEIGA (DONA LULU), A PARTIR DE SUAS ORIGENS E CONEXÕES DE PARENTESCO E SOCIABILIDADES

IDENTIFICAÇÃO	Maria da Luz Seiler Veiga Nascimento: Curitiba (PR) - 1893 Falecimento: Rio de Janeiro (RJ) – 1975
ORIGINES/ CAPITAIS FAMILIARES	Pai: Gustavo Seiler (proprietário de uma casa de comércio em Curitiba). Mãe: Justina Seiler
CASAMENTO/ CAPITAIS FAMILIARES	Esposo: Roque Américo Veiga – redator da revista carioca <i>Indústria e comércio</i>
CAPITAIS EDUCACIONAIS	Foi aluna da Professora Júlia Wanderley Formou-se na Escola Normal do Paraná
CAPITAIS / PROFISSIONAIS/ ECONÔMICOS	Fundou sua própria escola no bairro Portão, em Curitiba
CAPITAIS SIMBÓLICOS	Homenageada nomeando duas escolas municipais (uma no Uberaba e outra no Sítio Cercado) e uma rua (no Novo Mundo), em Curitiba.

FONTE: A autora (2024).

5.6.4 – PAULO FREIRE (mais próxima do Colégio Flávio Ferreira da Luz – 500m).

Paulo Reglus Neves Freire nasceu no Recife, no dia 19 de setembro de 1921. Era filho de Temístocles Freire (capitão da Polícia militar) e Edeltrudes Neves Freire (dona de casa). A família de Paulo Freire morou no Recife até o ano de 1931, quando se mudou para a cidade de Jaboatão dos Guararapes, onde ele iniciou seus estudos em uma escola primária. No ano de 1934, Temístocles Freire faleceu, fato que marcou a vida de Paulo Freire, especialmente quanto às dificuldades econômicas que passou a partir de então ao lado de sua mãe e dos três irmãos (ARAÚJO FREIRE *In*: GADOTTI, 1996).

Foi no Colégio 14 de Julho, no Recife, que Paulo Freire iniciou sua formação da fase ginasial (atual segunda fase do Ensino Fundamental). Posteriormente, através de uma bolsa de estudos, ingressou no Colégio Oswaldo Cruz, renomada escola privada da capital pernambucana. Nesta instituição, Paulo Freire estudou por sete anos, concluindo os cursos fundamental e pré-jurídico, como requisitos para o ingresso na Faculdade de Direito do Recife, o que ocorreu no ano de 1943, quando ele tinha 22 anos (ARAÚJO FREIRE *In*: GADOTTI, 1996).

Em 1944, Paulo Freire se casou com Elza Maria Costa Oliveira (professora primária), com quem teve cinco filhos: Maria Madalena, Maria Cristina, Maria de Fátima, Joaquim e Lutgardes. Posteriormente, assumiu o cargo de professor de Língua Portuguesa no Colégio Oswaldo Cruz, onde havia estudado. Entre 1947 e 1954, foi diretor de

Educação e Cultura do Sesi e, entre 1954 e 1957, foi Superintendente da mesma instituição. Segundo relato de Ana Maria Araújo Freire (segunda esposa de Paulo Freire), foi no Sesi que o educador “teve contato com a educação de adultos/trabalhadores e sentiu o quanto eles e a nação precisavam enfrentar a questão da educação e, mais particularmente, da alfabetização” (ARAÚJO FREIRE *In*: GADOTTI, 1996, p.33).

Na década de 1950, Paulo Freire fundou o Instituto Capiberibe (instituição de ensino privado), e foi nomeado membro do Conselho Consultivo de Educação da capital pernambucana. Em 1959, obteve o título de Doutor em Filosofia e História da Educação da Faculdade do Recife. Em 1960 foi nomeado professor efetivo de Filosofia e História da Educação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade do Recife. Em 1961, assumiu o cargo de Diretor da Divisão de Cultura e Recreação do Departamento de Documentação e Cultura da Prefeitura do Recife. No ano seguinte, recebeu o certificado de Livre-Docente da cadeira de História e Filosofia da Educação da Escola de Belas Artes (ARAÚJO FREIRE *In*: GADOTTI, 1996).

Em 1963, Paulo Freire passou a fazer parte do “Conselho dos Pioneiros”, grupo de quinze educadores formado pelo governador Miguel Arraes para integrar o Conselho Estadual de Educação de Pernambuco. Nesta época, o educador pernambucano desenvolveu o que posteriormente seria chamado de *Método Paulo Freire*, uma metodologia para a alfabetização, que se desenvolve a partir da realidade cotidiana dos alunos. Aplicado pela primeira vez em 1962, em Angicos (interior do Rio Grande do Norte), o método de Freire conseguiu, em 45 dias, alfabetizar trezentos trabalhadores rurais. A repercussão do projeto foi tamanha, que seu encerramento contou com a presença do então Presidente da República João Goulart. O entusiasmo com as propostas de Freire para a educação foi grande no governo Goulart, que resolveu instituir o *Plano Nacional de Educação*, com o método e a supervisão de Freire (FRAZÃO, 2023) (PEREIRA, 1998[?]).

Entretanto, a reputação de pensador progressista não trouxe somente reconhecimento político e social para Paulo Freire. Setores da classe dominante tradicional brasileira começaram a se preocupar com os objetivos da alfabetização das classes populares, o que contribuiu para que se construísse uma imagem de “subversivo” a respeito de Freire. Isso ocorreu dentro do contexto da década de 1960, época da Guerra Fria, quando o mundo vivia as disputas políticas e ideológicas entre as potências capitalistas (lideradas pelos EUA) e socialistas (lideradas pela URSS). No Brasil, a realidade marcada por uma realidade social profundamente desigual fez com que os

intelectuais que se preocupavam com a situação das classes populares passassem a sofrer as perseguições que as alas conservadoras (nacionais e internacionais) empreendiam em toda a América Latina.

Este segmento mais progressista da sociedade civil brasileira – composto por operários, campesinato, estudantes, professores universitários, intelectuais e clero católico – do qual Freire fazia parte estava inclinado não a acomodar-se, mas a romper com as tradições arcaicas, autoritárias, discriminatórias, elitistas e interditadoras, secularmente vigentes no Brasil.

(...)

Sua pedagogia continha a percepção clara da cotidianidade discriminatória da nossa sociedade até então preponderantemente patriarcal e elitista. Apontava soluções de superação das condições vigentes, avançadas para a época, dentro de uma concepção mais ampla e mais progressista: a da educação como ato político. Tudo isso era novo no Brasil que ainda reproduzia, impiedosa e secularmente, a interdição dos corpos dos desvalorizados socialmente, que, assim, viviam proibidos de ser, ter, saber e poder (ARAÚJO FREIRE *In*: GADOTTI, 1996, p. 36).

No ano de 1964, logo após os militares articularem um golpe de Estado para a deposição do Presidente João Goulart, Paulo Freire foi destituído de suas funções do Conselho de Educação Estadual de Pernambuco, através do Decreto 942, de 20 de abril de 1964 (a essa altura o governador Miguel Arraes já havia sido deposto e preso). O *Plano Nacional de Alfabetização* foi encerrado e, a partir de então, Paulo Freire passou a ser perseguido pelo novo governo ditatorial. No mesmo ano no golpe, Freire foi preso, ficando encarcerado por 75 dias. Posteriormente foi exilado, se dirigindo primeiramente para a Bolívia e depois para o Chile. Em 1967, publicou seu primeiro livro, *Educação como prática da liberdade*. Em 1968, concluiu a escrita da *Pedagogia do Oprimido*, que foi publicado em 1970 em inglês e espanhol, e somente em português no Brasil no ano de 1974. Em 1969, ministrou aulas como professor visitante na Universidade de Harvard, nos Estados Unidos e, em 1970, mudou-se para Genebra, na Suíça (PEREIRA, 1998[?]).

Após 16 anos de exílio, Paulo Freire retornou ao Brasil em 1980, participando da fundação do Partido dos Trabalhadores (PT), onde trabalhou como supervisor para o programa de alfabetização de adultos, até o ano de 1986. Nesse ano, Elza Maria Costa Oliveira, esposa de Paulo Freire, faleceu. Em 1988, ele se casou com Ana Maria Araújo Freire (educadora e escritora) (PEREIRA, 1998[?]) (FRASÃO, 2023).

Entre 1989 e 1991, Paulo Freire foi Secretário da Educação da cidade de São Paulo, durante a gestão da Prefeita Luíza Erundina (PT). Em 1991, foi fundado o instituto Paulo Freire, época em que o educador também ministrou aulas na PUC-SP e na UNICAMP (FRASÃO, 2023).

Paulo Freire é um dos educadores mais reconhecidos mundialmente por sua produção acadêmica e seu método inovador na educação popular. Recebeu 41 títulos *Honoris Causa* de diversas universidades e, em 1986, recebeu o prêmio *Educação para a Paz*, da UNESCO (FRASÃO, 2023).

Paulo Freire faleceu em São Paulo, no dia 2 de maio de 1997.

A nomeação

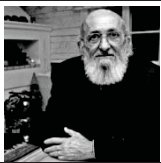
A nomeação da escola municipal em homenagem a Paulo Freire ocorreu em 1997, quando o Vice-prefeito em exercício, Algaci Túlio, sancionou a Lei nº 9.153/1997 (CURITIBA, 1997). A proposta desta homenagem foi do vereador Renato Gaúcho (SEÇÃO DE ARQUIVO E DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA, 1997).

Na justificativa, constam poucos dados biográficos de Paulo Freire, sendo ressaltadas as virtudes do agente como importante expoente da educação brasileira¹¹⁴.

O educador PAULO FREIRE, conhecido nacional e internacionalmente pelo método de alfabetização de adultos nos deixa uma lição de patriotismo. O pedagogo Paulo Freire tem 25 livros publicados em 35 idiomas sendo o mais comentado a "Pedagogia dos Oprimidos". Sendo o "Farol do Saber" um símbolo da educação que se quer atingir em Curitiba, nada mais justo que o símbolo da luta contra o analfabetismo seja perpetuado em nossa cidade (SEÇÃO DE ARQUIVO E DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA, 1997, fl. 06).

Não encontramos informações sobre as ligações de Paulo Freire com a comunidade do Sítio Cercado, mas sua obra como educador seria a justificativa para a referida homenagem, atendendo os critérios do Artigo 5º, Inciso I da Lei 8.670/1995, legislação em vigor na época da nomeação.

QUADRO 80 – CAPITAIS ACUMULADOS POR PAULO FREIRE, A PARTIR DE SUAS ORIGENS E CONEXÕES DE PARENTESCO E SOCIABILIDADES.

IDENTIFICAÇÃO	Paulo Reglus Neves Freire Nascimento: Recife (PE) – 1921 Falecimento: São Paulo (SP) - 1997	
ORIGES/ CAPITAIS FAMILIARES	Pai: Temístocles Freire (capitão da Polícia Militar) Mãe: Edeltrudes Neves Freire (dona de casa)	
CASAMENTO/ CAPITAIS FAMILIARES	1ª esposa: Elza Maria Costa Oliveira (professora primária). Filhos do 1º casamento: Maria Madalena, Maria Cristina, Maria de Fátima, Joaquim e Lutgardes.	

¹¹⁴ Para consultar o documento na íntegra, ver anexo 28.

	2ª esposa: Ana Maria Araújo Freire (educadora e escritora)
CAPITAIS EDUCACIONAIS	Início da formação escolar em Jaboatão dos Guararapes (PE), em uma escola primária. Colégio 14 de Julho (Recife): iniciou sua formação da fase ginásial Posteriormente, através de uma bolsa de estudos, ingressou no Colégio Oswaldo Cruz, onde concluiu cursos fundamental e pré-jurídico 1943: ingressou na Faculdade de Direito do Recife. 1959: obteve o título de Doutor em Filosofia e História da Educação da Faculdade do Recife. 1962: recebeu o certificado de Livre-Docente da cadeira de História e Filosofia da Educação da Escola de Belas Artes.
CAPITAIS / PROFISSIONAIS	Década de 1940: assumiu o cargo de professor de Língua Portuguesa no Colégio Oswaldo Cruz. 1947 - 1954: foi diretor de Educação e Cultura do SESI. 1954 – 1957: foi Superintendente do SESI. Década de 1950: fundou o Instituto Capiberibe (instituição de ensino privado) 1960: foi nomeado professor efetivo de Filosofia e História da Educação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade do Recife. Em 1963, Paulo Freire passou a fazer parte do “Conselho dos Pioneiros”, grupo de quinze educadores formado pelo governador Miguel Arraes para integrar o Conselho Estadual de Educação de Pernambuco. Nesta época, o educador pernambucano desenvolve o que posteriormente seria chamado de Método Paulo Freire, uma metodologia para a alfabetização, que se desenvolve a partir da realidade cotidiana dos alunos. Aplicado pela primeira vez em 1962, em Angicos (interior do Rio Grande do Norte), o método de Freire conseguiu, em 45 dias, alfabetizar trezentos trabalhadores rurais. A repercussão do projeto foi tamanha, que seu encerramento contou com a presença do então Presidente da República João Goulart. O entusiasmo com as propostas de Freire para a educação foi grande no governo Goulart, que resolveu instituir o Plano Nacional de Educação, com o método e a supervisão de Freire (FRAZÃO, 2023) (PEREIRA, 1998[?]). 1962: Experiência em Angicos de aplicação do <i>Método Paulo Freire</i>, que alfabetizou 300 trabalhadores Rurais em 45 dias. 1967: publicou o livro <i>Educação como prática da liberdade</i>. 1968: concluiu a escrita do livro <i>Pedagogia do Oprimido</i>, que foi publicado em 1970 em inglês e espanhol, e somente em português no Brasil no ano de 1974. 1969: ministrou aulas como professor visitante na Universidade de Harvad, nos Estados Unidos. Década de 1990: ministrou aulas na PUC-SP e na UNICAMP.
CAPITAIS POLÍTICOS	Década de 1950: foi nomeado membro do Conselho Consultivo de Educação do Recife. 1961: assumiu o cargo de Diretor da Divisão de Cultura e Recreação do Departamento de Documentação e Cultura da Prefeitura do Recife. 1963: integra o “Conselho dos Pioneiros”, grupo de quinze educadores formado pelo governador Miguel Arraes para integrar o Conselho Estadual de Educação de Pernambuco. 1962/63: Criação do <i>Plano Nacional de Alfabetização</i> pelo Presidente João Goulart, sob a supervisão de Freire 1980: participou da fundação do Partido dos Trabalhadores (PT), onde trabalhou como supervisor para o programa de alfabetização de adultos, até o ano de 1986. 1989 – 1991: foi Secretário da Educação da cidade de São Paulo, durante a gestão da Prefeita Luíza Erundina (PT).
CAPITAIS SIMBÓLICOS	Recebeu 41 títulos Honoris Causa de diversas universidades e, em 1986, recebeu o prêmio Educação para a Paz, da UNESCO. 1991: foi fundado o instituto Paulo Freire. Nomeia inúmeras ruas, praças e escolas em todo o Brasil.

Fonte: A autora (2024).

5.6.5 – PROFESSORA REJANE MARIA SILVEIRA SACHETTE (mais próxima do Colégio Professor Guido Arzua – 350m).

Rejane Maria Silveira Sachette nasceu no dia 26 de abril de 1954, em Curitiba (PR). Era filha de João Silveira Filho e Saumar Dias Silveira (SEÇÃO DE ARQUIVO E DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA, 1995).

Em 1971, Rejane Maria Silveira Sachette concluiu o curso Normal para o magistério no Colégio Maria Imaculada (SEÇÃO DE ARQUIVO E DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA, 1995). Em 1973, foi aprovada no vestibular do curso de Pedagogia, na Universidade Federal do Paraná (EIS OS RESULTADOS, 1973), concluído no ano de 1977 (SEÇÃO DE ARQUIVO E DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA, 1995). Antes mesmo de terminar a graduação em Pedagogia, em 1976, ingressou, no Departamento de Bem Estar Social do município de Curitiba, no cargo de secretária escolar. No ano de 1977 deixou o cargo de secretária para ingressar na carreira de professora normalista, pertencendo ao mesmo departamento. Ainda em 1977, foi “designada para exercer a função gratificada de Diretora da Escola de 1º. Grau Wenceslau Braz” (SEÇÃO DE ARQUIVO E DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA, 1995, fl.10), cargo em que permaneceu até o ano de 1988. Em 1994, foi nomeada para o cargo de Chefe do Núcleo Regional de Educação da Matriz, onde permaneceu até o ano de 1995.

Rejane Maria Silveira Sachette era casada com o engenheiro e empresário Ernani Sachette, com quem teve duas filhas (PRESENÇA, 1982). A Professora Rejane Maria Silveira Sachette faleceu, juntamente com seu esposo e filhas, no desabamento de um edifício na cidade de Guaratuba, no dia 28 de janeiro de 1995 (SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO, 2023 d) (SANTANNA, 1995).

A nomeação

A nomeação da escola municipal em homenagem a Rejane Maria ocorreu em 1996, durante a gestão do Prefeito Rafael Greca, através da Lei nº 8.818/1995 (CURITIBA, 1996). A proposta desta homenagem foi do vereador João Cláudio Derosso (SEÇÃO DE ARQUIVO E DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA, 1995).

No documento de justificativa para a homenagem existem poucos dados sobre a biografia da agente, constando apenas informações sobre seu histórico funcional na carreira pública do município de Curitiba. Nenhuma informação a respeito das origens familiares, do matrimônio ou do trágico episódio que acarretou na morte da Professora Rejane Sachette e sua família são mencionados¹¹⁵.

Em 1995, Rejane Maria Silveira Sachette foi nomeada chefe do Núcleo Regional de Educação do Bairro Novo, a qual pertencem as escolas do Sítio Cercado, bairro onde foi homenageada (SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO, 2023 d). A região onde trabalhou como gestora da educação municipal, e a própria trajetória da agente como educadora justificam a escolha de Rejane Sachette para designar uma escola no bairro Sítio Cercado.

QUADRO 81 – CAPITAIS ACUMULADOS POR REJANE MARIA SILVEIRA SACHETTE, A PARTIR DE SUAS ORIGENS E CONEXÕES DE PARENTESCO E SOCIABILIDADES.

IDENTIFICAÇÃO	Rejane Maria Silveira Sachette Nascimento: Curitiba (PR) – 1954 Falecimento: Guaratuba (PR) – 1995
ORIGES/ CAPITAIS FAMILIARES	Pai: João Silveira Filho Mãe: Saumar Dias Silveira.
CASAMENTO/ CAPITAIS FAMILIARES	Esposo: Ernani Sachette (engenheiro e empresário)
CAPITAIS EDUCACIONAIS	1971: concluiu o curso Normal para o magistério no Colégio Maria Imaculada. 1973: foi aprovada no vestibular do curso de Pedagogia, na Universidade Federal do Paraná., concluído no ano de 1977.
CAPITAIS / PROFISSIONAIS	1976: ingressou, no Departamento de Bem Estar Social do município de Curitiba, no cargo de secretária escolar. 1977: deixou o cargo de secretária para ingressar no cargo de professora normalista, pertencendo ao mesmo departamento. 1977: designada para exercer a função gratificada de Diretora da Escola de Io. Grau Wenceslau Braz, cargo em que permaneceu até o ano de 1988. 1994: foi nomeada para o cargo de Chefe do Núcleo Regional de Educação da Matriz, onde permaneceu até o ano de 1995.
CAPITAIS SIMBÓLICOS	Homenageada nomeando uma escola municipal no bairro Sítio Cercado, em Curitiba.

Fonte: A autora (2024).

ESCOLAS MUNICIPAIS DA CIDADE INDUSTRIAL DE CURITIBA (CIC)

¹¹⁵ Para consultar o documento na íntegra, ver anexo 29.

5.6.6 – HEITOR DE ALENCAR FURTADO (mais próxima do Colégio Teotônio Vilela – 55m).

Heitor Cavalcanti de Alencar Furtado nasceu na cidade de Paranavaí (PR), no dia 01 de maio de 1956 (SEÇÃO DE ARQUIVO E DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA, 1983). Era filho de Miriam Cavalcanti Alencar Furtado (advogada) e José Alencar Furtado (advogado e deputado estadual e federal pelo MDB). No ano de 1977, José Alencar Furtado teve o mandato de deputado federal cassado pelo governo militar brasileiro, por defender ideias de redemocratização do país (UM CASO, 2021) (MARINGÁ HISTÓRICA, 2023).

Em 27 de junho de 1977, [José de Alencar] Furtado, que era filiado ao MDB, protestou em rede nacional, no programa de rádio e TV do partido, contra a cassação do correligionário Marcos Tito - penúltimo parlamentar cassado no governo Geisel -, contra a cassação de outros congressistas e denunciou o drama dos desaparecidos. "Para que não haja esposas que enviúvem com maridos vivos, talvez; ou mortos, quem sabe? Viúvas do quem sabe ou do talvez", disse à época. Três dias depois do discurso, Furtado se tornou o 173.º - e último - parlamentar cassado no País com base no AI-5 (REVERBEL, 2021, não p.).

Heitor de Alencar Furtado concluiu o bacharelado em Direito pela Associação de Ensino Universitário do Distrito Federal (UDF) em 1977. No ano seguinte, foi eleito deputado federal pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB), chegando ao posto de vice-líder da bancada de oposição ao governo militar (FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO, 2023). Era casado com Evelyn de Oliveira P. C. Furtado (SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO, 2023 e).

No ano de 1982, Heitor de Alencar Furtado se candidatou ao cargo de deputado estadual pelo Paraná e, em plena campanha, foi assassinado, no dia 22 de outubro, na cidade de Mandaguari (SEÇÃO DE ARQUIVO E DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA, 1983).

Repercutiu amplamente, não só no Paraná, mas em todo o país, o assassinato, na madrugada de ontem, do deputado federal, Heitor de Alencar Furtado, entre as cidades de Jandaia do Sul e Mandaguari. Em Curitiba, os candidatos do PMDB, ao qual ele pertencia, concentraram-se à tarde e à noite na Boca Maldita, em vários outros pontos da cidade e do estado. Alencar Furtado foi morto com um tiro de Winchester calibre 44, por um motorista policial, o Aparecido Branco, conhecido como "Branquinho" (...) (ENCARTE, 1983).

Além de nomear uma escola municipal no bairro da Cidade Industrial, em Curitiba, encontramos registros de lugares públicos designados em homenagem a Heitor

de Alencar Furtado em uma rua da capital paranaense, uma escola estadual na cidade de Paçandu (PR), e uma escola estadual na cidade de Taboão da Serra (SP).

A nomeação

A escola municipal em homenagem a Heitor de Alencar Furtado foi nomeada em 1983, durante a gestão do prefeito Maurício Fruet, através do Decreto nº 398/83 (CURITIBA, 1996) (CURITIBA, 1983). Não encontramos a justificativa para a referida nomeação¹¹⁶.

QUADRO 82 – CAPITAIS ACUMULADOS POR HEITOR DE ALENCAR FURTADO, A PARTIR DE SUAS ORIGENS E CONEXÕES DE PARENTESCO E SOCIABILIDADES.

IDENTIFICAÇÃO	Heitor de Alencar Furtado Nascimento: Paranavai (PR) – 1956 Falecimento: Mandaguari (PR) – 1982	
ORIGINES/ CAPITAIS FAMILIARES	Pai: José Alencar Furtado (advogado e deputado federal) Mãe: Miriam Cavalcanti Alencar Furtado (advogada)	
CASAMENTO/ CAPITAIS FAMILIARES	Esposa: Evelyn de Oliveira P. C. Furtado	
CAPITAIS EDUCACIONAIS	1977: concluiu o bacharelado em Direito pela Associação de Ensino Universitário do Distrito Federal (UDF).	
CAPITAIS PROFISSIONAIS/ POLÍTICOS	1978: foi eleito deputado federal pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB), chegando ao posto de vice-líder da bancada de oposição ao governo militar.	
CAPITAIS SIMBÓLICOS	Homenageado nomeando uma escola municipal e uma rua em Curitiba, uma escola estadual na cidade de Paçandu (PR), e uma escola estadual na cidade de Taboão da Serra (SP).	

Fonte: A autora (2024).

5.6.7 – AMÉRICA DA COSTA SABÓIA (mais próxima do Colégio Rodolpho Zzaninelli – 800m).

América da Costa Saboia nasceu na cidade de Paranaguá (PR), no ano de 1898. Era neta, pelo lado paterno, de Ricardo Costa, promotor público das comarcas de Antonina e Paranaguá (PR) (RICARDO COSTA, 1904). O pai de América da Costa Saboia era Ricardo da Costa Júnior, funcionário público da Secretaria da Fazenda do estado do Paraná e diretor tipográfico dos jornais paranaenses *Diário da Tarde* e *A*

¹¹⁶ O documento de justificativa enviado pelo Setor de Arquivo e Documentação da Câmara Municipal de Curitiba, do qual extraímos dados sobre a biografia de Heitor de Alencar Furtado, se refere à nomeação da rua, ocorrida também no ano de 1983.

República (FALECIMENTOS, 1903) (SAUDAÇÕES, 1903) (HOSPEDES, 1926). A mãe de América Saboia era Maria Rosa da Costa, “de ascendência francesa” (SEÇÃO DE ARQUIVO E DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA, 1991[?], fl.06).

A formação escolar de América da Costa Saboia teve início em Curitiba, na Escola Carvalho, sendo complementada com a preparação para o magistério no Curso Normal da Escola Republicana, também na capital paranaense (SEÇÃO DE ARQUIVO E DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA, 1991[?]).

Depois de formada, América Saboia lecionou em escolas de Rio Negro (PR) e Ponta Grossa (PR). Em 1935, transferiu-se para Curitiba, passando a lecionar na Escola Isolada da União Operária. Em 1936 começou a trabalhar no Grupo Escolar D. Pedro II e, em 1938, passou a ministrar aulas suplementares de Português no renomado Ginásio Paranaense. Em 1944, assumiu a cadeira de Português e Literatura na Escola Normal. Entre 1951 e 1955, América Saboia foi designada para compor as bancas examinadoras da preparação para o magistério no Ensino Normal. Em 1956, se aposentou do cargo de Professora do Ensino Normal, após 39 anos de serviço docente. Em 1963, se aposentou do cargo de Professora do Ensino Secundário, com 25 anos de serviço docente (SEÇÃO DE ARQUIVO E DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA, 1991[?]).

América da Costa Saboia integrou diversas entidades filantrópicas, dentre elas, a Associação Cristã Feminina, a Liga das Senhoras Católicas do Pão de Santo Antônio, o Instituto Paranaense de Cegos, a Assistência ao Tuberculoso Pobre, a Arquiconfraria das Mães Cristãs e o Clube Soroptmista¹¹⁷, onde foi sócia-fundadora. Além disso, foi membro do Centro Paranaense Feminino de Cultura, da União Cívica Feminina, do Centro de Letras do Paraná, da Academia Feminina de Letras do Paraná e da Associação de Jornalistas e Escritoras do Brasil. Em colaboração com a escritora Hellô Velozo Fernandes, publicou, no ano de 1970, o livro *Antologia Didática de Autores Paranaenses* e, em 1978, publicou o livro *Curitiba de minha saudade* (SEÇÃO DE ARQUIVO E

¹¹⁷ Os Clubes Soroptmistas são instituições presentes em diversos países, organizações “sem fins lucrativos que prestam serviços voluntários para mulheres e meninas” (CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA, 2021).

DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA, 1991[?]).

América da Costa Saboia era casada com Flavio Saboia (comerciante e camarista na cidade de Rio Negro – PR), com quem teve três filhos: Celso Saboia (engenheiro agrônomo, foi presidente do Banco do Estado do Paraná – BANESTADO, e deputado federal entre 1983 e 1987), Cid Fernando Saboia (funcionário do Banco do Brasil) e Circe Izabel Saboia (funcionária do Ministério da Fazenda) (SEÇÃO DE ARQUIVO E DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA, 1991[?]).

América da Costa Saboia faleceu em 18 de novembro de 1983, em Curitiba (CURITIBA, 1983).

A nomeação

A escola municipal em homenagem a América da Costa Saboia foi nomeada em 1991, durante a gestão do Prefeito Jaime Lerner, através do Decreto nº 733/1991 (CURITIBA, 1991). Esta norma alterava a denominação da “Escola Municipal Vila Verde”, que passaria a ser designada como “Escola Municipal Professora América da Costa Saboia” (SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO, 2023 f).

O texto para a justificativa da homenagem fornece uma detalhada biografia da agente, descrevendo suas conexões familiares, formação escolar e carreira profissional¹¹⁸. Como se trata de um Decreto, assinado pelo prefeito Jaime Lerner, consideramos como sua a indicação para a homenagem, enquanto prerrogativa do Poder Executivo.

A longa carreira docente de América Saboia justifica a nomeação da escola, mesmo sem encontrarmos evidências de sua atuação junto à comunidade da Cidade Industrial de Curitiba.

QUADRO 83 – CAPITAIS ACUMULADOS POR AMÉRICA DA COSTA SABOIA, A PARTIR DE SUAS ORIGENS E CONEXÕES DE PARENTESCO E SOCIABILIDADES.

IDENTIFICAÇÃO	América da Costa Saboia Nascimento: Paranaguá (PR) – 1898 Falecimento: Curitiba (PR) – 1983
ORIGINES/	Avô paterno: Ricardo Costa, promotor público das comarcas de Antonina e Paranaguá (PR)

¹¹⁸ Para consultar o documento ver anexo 30.

CAPITAIS FAMILIARES	Pai: Ricardo da Costa Júnior, funcionário público da Secretaria da Fazenda do estado do Paraná e diretor tipográfico dos jornais paranaenses <i>Diário da Tarde</i> e <i>A República</i> . Mãe: Maria Rosa da Costa.
CASAMENTO/ CAPITAIS FAMILIARES	Esposo: Flavio Saboia, comerciante e camarista em Rio Negro (PR). Filhos: Celso Saboia (engenheiro agrônomo, foi presidente do Banco do Estado do Paraná – BANESTADO, e deputado federal entre 1983 e 1987), Cid Fernando Saboia (funcionário do Banco do Brasil) e Circe Izabel Saboia (funcionária do Ministério da Fazenda).
CAPITAIS EDUCACIONAIS	Formação primária: Escola Carvalho (Curitiba). Preparação para o magistério: Curso Normal da Escola Republicana (Curitiba).
CAPITAIS / PROFISSIONAIS	Lecionou em escolas de Rio Negro (PR) e Ponta Grossa (PR). 1935: transferiu-se para Curitiba, passando a lecionar na Escola Isolada da União Operária. 1936: começou a trabalhar no Grupo Escolar D. Pedro II. 1938: passou a ministrar aulas suplementares de Português no Ginásio Paranaense. 1944: assumiu a cadeira de Português e Literatura na Escola Normal. Entre 1951 e 1955: foi designada para compor as bancas examinadoras da preparação para o magistério no Ensino Normal. 1956: se aposentou do cargo de Professora do Ensino Normal. 1963: se aposentou do cargo de Professora do Ensino Secundário.
CAPITAIS SOCIAIS/ CULTURAIS	Entidades Filantrópicas das quais participou: Associação Cristã Feminina, a Liga das Senhoras Católicas do pão de Santo Antônio, o Instituto Paranaense de Cegos, a Assistência ao Tuberculoso Pobre, a Arquiconfraria das Mães Cristãs e o Clube Soroptmista. Foi membro do Centro Paranaense Feminino de Cultura, da União Cívica Feminina, do Centro de Letras do Paraná, da Academia Feminina de Letras do Paraná e da Associação de Jornalistas e Escritoras do Brasil. 1970: publicou o livro <i>Antologia Didática de Autores Paranaenses</i> . 1978: publicou o livro <i>Curitiba de minha saudade</i> .
CAPITAIS SIMBÓLICOS	Homenageada nomeando uma escola municipal na Cidade Industrial de Curitiba (CIC)

Fonte: A autora (2024).

5.6.8 – SIDÓNIO MURALHA (mais próxima do Colégio Professora Hildegard Sondhal – 500m).

Pedro Sidónio de Araújo Muralha nasceu no bairro da Madragoa, em Lisboa, no dia 29 de julho de 1920. Era filho de Beatriz Araújo, e de António Pedro Muralha, jornalista, ligado ao Partido Socialista Português. Sidónio Muralha Estudou Ciências Econômicas e Financeiras, em Lisboa, e Administração de Empresas na Universidade de Louvain, na Bélgica. Na década de 1940, para escapar da ditadura de Salazar¹¹⁹, transferiu-se para o Congo Belga (África), onde trabalhou como gerente do Grupo

¹¹⁹ António de Oliveira Salazar (1889 – 1970) foi um líder político que governou Portugal sob um regime ditatorial, chamado de *Estado Novo*. O *Salazarismo*, como ficou conhecido o regime de Salazar, foi um modelo político inspirado no fascismo italiano, que dominou o poder político em Portugal entre os anos de 1931 e 1974.

Unilever. Nessa mesma época, casou-se com Maria Fernanda de Almeida Muralha, com quem teve quatro filhos (FUNDAÇÃO SIDÓNIO MURALHA, 2021) (GASPAR, 2023).

Dentro do espaço literário, Sidónio Muralha pertenceu ao Movimento Neorrealista¹²⁰, tendo participado da publicação da *Coleção Novo Cancioneiro*, com o livro *Passagem de Nível*. Posteriormente, lançou o livro *Beco*, escrita que foi incentivada pelo professor Bento de Jesus Caraça, conhecido militante comunista. Mas foi na literatura infantil que Sidónio Muralha compôs boa parte de sua obra, que viria a ser largamente reconhecida.

Com uma obra segura como poeta, também experimentou a ficção em prosa e o ensaio. No entanto, foi na literatura infantil que se veio a notabilizar com uma obra de grande qualidade, desenvolvendo-se na simplicidade da linguagem, vivendo na intemporalidade poética que fala aos corações dos pequeninos e dos mais crescidos. Sidónio Muralha foi pioneiro na abordagem de temática ambiental nos livros para crianças, aspecto que lhe viria a conferir vários prêmios. Ao mesmo tempo, sobretudo a sua obra infantil, cultivou a ligação que desenvolveu com artistas de nomeada, como Júlio Pomar, e, anos mais tarde, Fernando Lemos, entre outros (FUNDAÇÃO SIDÓNIO MURALHA, 2021, não p.).

Na década de 1950, quando passava férias em Portugal, Muralha publicou *Companheira dos Homens* (livro de poemas político-sociais) e *Bichos, Bichinhos e Bicharocos* (livro de poesia para crianças) (FUNDAÇÃO SIDÓNIO MURALHA, 2021).

Após viver por mais de uma década na África, Sidónio Muralha viajou por diversas partes do mundo, até se fixar no Brasil no ano de 1962. Em São Paulo, juntamente com o escritor Fernando Correia da Silva e do pintor Fernando Lemos (que se tornaria o ilustrador dos livros infantis de Muralha), fundou a Editora Giroflé, direcionada ao público infantil. Ainda em 1962, o livro *A Televisão da Bicharada* recebeu o Primeiro Prêmio da *Bienal do Livro de São Paulo*. Em 1963, publicou *Os Olhos das Crianças* e, em 1976, recebeu o Prêmio *Meio Ambiente na Literatura Infantil*, pelo seu livro *Valéria e a Vida* (FUNDAÇÃO SIDÓNIO MURALHA, 2021).

Em 1978, Maria Fernanda de Almeida Muralha, esposa de Sidónio Muralha faleceu. No ano de 1979, o escritor recebeu o Prêmio *Portugal 79 – livro para crianças*, pelo seu livro *Helena e a Cotovia*. No mesmo ano, Muralha se casou com a médica Helen Butles, com quem passou a viver na cidade de Curitiba (PR).

¹²⁰ O Neorrealismo teve início em Portugal no ano de 1939, enquanto movimento literário voltado essencialmente para as questões sociais. Os escritores neorrealistas enxergam a sociedade como o espaço da luta de classes, tendo os artistas tomado a defesa dos mais pobres. Por isso, os autores neorrealistas foram enquadrados como ativistas de oposição ao regime de Antônio de Oliveira Salazar (AMBIRES, 2013).

Esses últimos trabalhos poéticos evocam pessoas fundamentais no seu percurso: a filha Beatriz Muralha; a neta Valéria Muralha; e o grande amigo Alexandre Cabral; bem como um livro inspirado pela referência incontornável da literatura: Luís de Camões. Tido por seu último poema Cântico à Velhice foi editado em cartaz, com design do arquiteto paraense Key Imaguire Junior, um dos grandes amigos de Sidónio nesta última fase (FUNDAÇÃO SIDÓNIO MURALHA, 2021, não p.).

Sidónio Muralha faleceu na capital paranaense, no dia 9 de dezembro de 1982.

A nomeação

A escola municipal em homenagem a Sidónio Muralha foi nomeada em 1988, durante a gestão do Prefeito Roberto Requião, através do Decreto nº 562/1988 (CURITIBA, 1988). Como se trata de um ato do Poder Executivo, não tivemos acesso ao documento de justificativa da referida nomeação. Também não encontramos informações sobre as ligações de Sidónio Muralha e a comunidade da Cidade Industrial de Curitiba, bairro onde foi homenageado.

QUADRO 84 – CAPITAIS ACUMULADOS POR SIDÓNIO MURALHA, A PARTIR DE SUAS ORIGENS E CONEXÕES DE PARENTESCO E SOCIABILIDADES

IDENTIFICAÇÃO	Pedro Sidónio de Araújo Muralha Nascimento: Lisboa (Portugal) – 1920. Falecimento: Curitiba (PR) – 1982.	
ORIGINES/ CAPITAIS FAMILIARES	Pai: António Pedro Muralha, jornalista, ligado ao Partido Socialista Português Mãe: Beatriz Araújo	
CASAMENTO/ CAPITAIS FAMILIARES	1ª Esposa: Maria Fernanda de Almeida Muralha 2ª Esposa: Helen Butles (médica)	
CAPITAIS EDUCACIONAIS	Estudou Ciências Econômicas e Financeiras em Lisboa, e Administração de Empresas na Universidade de Louvain, na Bélgica.	
CAPITAIS / PROFISSIONAIS/ CULTURAIS/ ARTÍSTICOS	1940: transferiu-se para o Congo Belga (África), onde trabalhou como gerente do Grupo Unilever. Integrante do movimento literário neorrealista. Participou da publicação da Coleção <i>Novo Cancioneiro</i>, com o livro <i>Passagem de Nível</i>. Posteriormente, lançou o livro <i>Beco</i>. Foi na literatura infantil que Sidónio Muralha compôs boa parte de sua obra, que viria a ser largamente reconhecida. Década de 1950: publicou <i>Companheira dos Homens</i> (livro de poemas político-sociais) e <i>Bichos, Bichinhos e Bicharocos</i> (livro de poesia para crianças). 1962: muda-se para o Brasil. Em São Paulo, juntamente com o escritor Fernando Correia da Silva e do pintor Fernando Lemos fundou a Editora Giroflé destinada ao público infantil. 1962: o livro <i>A Televisão da Bicharada</i> recebeu o Primeiro Prêmio da Bienal do Livro de São Paulo. 1963: publicou <i>Os Olhos das Crianças</i>.	

	1976: recebeu o Prêmio <i>Meio Ambiente na Literatura Infantil</i> , pelo livro <i>Valéria e a Vida</i> . 1979: recebeu o Prêmio <i>Portugal 79 – livro para crianças</i> , pelo livro <i>Helena e a Cotovia</i> .
CAPITAIS SIMBÓLICOS	Homenageado nomeando uma escola municipal no bairro CIC, e uma rua no bairro São Braz, em Curitiba.

Fonte: A autora (2024).

5.6.9 – CÂNDIDO PORTINARI (CENTROS DE ATENÇÃO INTEGRAL À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE) (mais próxima do Colégio Eurides Brandão – 300m).

A Unidade Básica de Saúde (UBS) mais próxima do Colégio Estadual Eurides Brandão, no bairro da Cidade Industrial de Curitiba (CIC), também foi nomeada em homenagem à Cândido Portinari. Portanto, para evitar a repetição das informações, nos concentraremos, nessa parte do texto, nos dados a respeito da nomeação da escola municipal.

A nomeação

A escola municipal em homenagem a Cândido Portinari foi nomeada em 1994, durante a gestão do prefeito Rafael Greca, através do Decreto nº 410/1994. (CURITIBA, 1988, grifos nossos). Como se trata de um ato do Poder Executivo, não tivemos acesso ao documento de justificativa da referida nomeação. Também não encontramos informações sobre as ligações de Cândido Portinari e a comunidade da Cidade Industrial de Curitiba, mas ressaltamos que o agente também foi homenageado nesta localidade nomeando uma unidade de saúde próxima.

5.6.10 – ÁLVARO BORGES (mais próxima do colégio Marli Queiróz de Azevedo – 400m).

Álvaro Borges nasceu em Ponta Grossa (PR), no dia 23 de fevereiro de 1928 (ÁLVARO, 2023). Era filho de Delfino Borges e Lydia Nunes Borges (CURITIBA, 1994).

As primeiras noções artísticas foram aprendidas por Álvaro Borges com o Professor José Daros, artista paranaense que se dedicou à música, pintura e escultura, e

foi aluno do renomado mestre Alfredo Andersen (MCAA RECEBE, 2022) (GUIA DAS ARTES, 2015).

No ano de 1950, Álvaro Borges se casou com Ondina Nunes Borges, com quem teve três filhos: Rogério Nunes Borges (ilustrador), Álvaro Borges Júnior (designer gráfico e artista plástico) e Mauro Nunes Borges (fotógrafo) (GUIA DAS ARTES, 2015).

Em 1952, a família Borges se mudou para Curitiba, onde Álvaro começou a trabalhar como publicitário na empresa Associados Propaganda durante o dia, e estudou desenho com Estanislau Traple e Thorstein Andersen, no período noturno (GUIA DAS ARTES, 2015).

No ano de 1963, Álvaro Borges realizou sua primeira exposição individual, na Galeria Cocaco, em Curitiba. Em 1966, juntamente com os artistas Érico da Silva, Massuda, René Bittencourt e Waldemar Rosa, fundou o *Grupo Um*, coletivo que englobava artistas diversos, com o objetivo de refletir sobre arte e cultura. Durante toda sua carreira, Álvaro Borges realizou diversas exposições individuais e coletivas, no Brasil e no exterior. Em 1985, Borges passou a integrar o Conselho Estadual de Cultura do Paraná e o Instituto Saint Hilaire de Defesa dos Sítios Históricos (GUIA DAS ARTES, 2015) (SEÇÃO DE ARQUIVO E DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA, 1994).

Pouco tempo antes de seu falecimento, Álvaro Borges preparou com seus filhos a exposição coletiva os *Quatro Borges*, que “se torna uma homenagem a todo o seu rico percurso na arte paranaense” (GUIA DAS ARTES, 2015, não p.).

Álvaro Borges faleceu em Curitiba, no dia 30 de outubro de 1994 (ÁLVARO, 2023).

A nomeação

A escola municipal em homenagem a Álvaro Borges foi nomeada em 1995, durante a gestão do prefeito Rafael Greca, através da Lei nº 8.645/1995 (CURITIBA, 1995). A iniciativa para a homenagem foi da vereadora Rosa Maria Chiamulera.

No documento de justificativa para a nomeação, constam algumas informações sobre a carreira de Álvaro Borges, sendo ressaltada sua trajetória como importante artista paranaense¹²¹.

Álvaro Borges foi um dos fundadores do Grupo Um, que realizou exposições coletivas em várias cidades do Estado. Fez também importantes exposições

¹²¹ Para consultar o documento na íntegra, ver anexo 31.

individuais em Curitiba, Londrina, Ponta Grossa, São Paulo, Rio de Janeiro e em Frankfurt – Alemanha O artista era autodidata e foi um dos principais nomes da geração 50 nas Artes Plásticas paranaense. Através de seu trabalho, o Município, o Estado e o País, se fazem representar condignamente, pelo que, perpetuá-lo é um dever de Estado e uma obrigação, como Cidadão (SEÇÃO DE ARQUIVO E DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA, 1994, fl. 05).

Não encontramos informações sobre as ligações de Álvaro Borges e a comunidade da Cidade Industrial de Curitiba. No entanto, a trajetória do agente como artista de destaque atende o que prevê a Lei 8.670/1995, justificando a escolha de seu nome nesta homenagem.

QUADRO 85 – CAPITAIS ACUMULADOS POR ÁLVARO BORGES, A PARTIR DE SUAS ORIGENS E CONEXÕES DE PARENTESCO E SOCIABILIDADES

IDENTIFICAÇÃO	Álvaro Borges Nascimento: Ponta Grossa – 1928. Falecimento: Curitiba (PR) – 1994.
ORIGES/ CAPITAIS FAMILIARES	Pai: Delfino Borges Mãe: Lydia Nunes Borges
CASAMENTO/ CAPITAIS FAMILIARES	Esposa: Ondina Nunes Borges. Filhos: Rogério Nunes Borges (ilustrador), Álvaro Borges Júnior (designer gráfico e artista plástico) e Mauro Nunes Borges (fotógrafo).
CAPITAIS EDUCACIONAIS	Primeiras noções artísticas aprendidas com o Professor José Daros (aluno do renomado mestre Alfredo Andersen). 1952: estudou desenho com Estanislau Traple e Thorstein Andersen.
CAPITAIS / PROFISSIONAIS/ CULTURAIS/ ARTÍSTICOS	1952: começou a trabalhar como publicitário na empresa Associados Propaganda. 1963: realizou sua primeira exposição individual, na Galeria Cocaco, em Curitiba. 1966: juntamente com os artistas Érico da Silva, Massuda, René Bittencourt e Waldemar Rosa, fundou o <i>Grupo Um</i> , coletivo que englobava artistas diversos, com o objetivo de refletir sobre arte e cultura. 1985: passou a integrar o Conselho Estadual de Cultura do Paraná e o Instituto Saint Hilaire de Defesa dos Sítios Históricos. Durante toda a carreira realizou diversas exposições individuais e coletivas, dentro e fora do Brasil.
CAPITAIS SIMBÓLICOS	Homenageado nomeando uma escola municipal no bairro CIC, em Curitiba.

Fonte: A autora (2024).

ESCOLA MUNICIPAL DO BAIRRO ALTO

5.6.11 – ERASMO PILOTTO (mais próxima do Colégio Pilar Maturana – 1,1 km).

A instituição municipal de Ensino Básico mais próxima do Colégio Pilar Maturana é designada com o nome de Erasmo Pilotto, educador paranaense, que também

nomeia o Instituto de Educação do Paraná (antiga Escola Normal). A biografia de Erasmo Pilotto foi analisada em nossa dissertação de mestrado, e o quadro com os capitais acumulados e/ou reconvertidos pelo agente já constam da presente escrita.

A nomeação

Erasmo Pilotto foi homenageado nomeando uma escola municipal em 1988, durante a gestão do prefeito Roberto Requião, através do Decreto nº 492/1988 (CURITIBA, 1988, não p.). No artigo 1º da referida norma, a designação de algumas escolas da capital é alterada, dentre elas a denominação da “Escola Municipal Atuba - U.E. 21, constante no Decreto nº 262/75, para Escola Municipal Professor Erasmo Pilotto - U.E. 21” (CURITIBA, 1988, não p.). Interessante observar que a homenagem foi prestada antes do falecimento do agente, que ocorreu somente no ano de 1992, e também antes da alteração na designação Instituto de Educação do Paraná, que passou a acrescentar o nome de Erasmo Pilotto, somente no ano de 1993.

Não encontramos o documento com a justificativa para que fosse prestada essa homenagem no ano de 1988, nem ligações de Erasmo Pilotto com a comunidade do Bairro Alto. No entanto, a trajetória do agente como educador importante no cenário paranaense atende o que prevê a Lei 8.670/1995, justificando a escolha de seu nome nesta homenagem.

ESCOLA MUNICIPAL DO CAMPO DE SANTANA

5.6.12 – HELENA KOLODY (mais próxima do Colégio Nirlei Medeiros – 170m).

Helena Kolody nasceu em 12 de outubro de 1912, na cidade de Cruz Machado (PR). Era filha de Miguel Kolody e Victória Chandrowska Kolody, ambos imigrantes ucranianos.

O pai de Helena Kolody chegou ao Brasil, juntamente com a sua família, no ano de 1894, passando a trabalhar desde muito jovem. Miguel Kolody exerceu diversos ofícios, como o de comerciante, contador e agrimensor prático. A mãe de Helena Kolody era originária de uma família de agricultores na Ucrânia, que preferiu se transferir para o Brasil em 1911, diante da ameaça da explosão de uma guerra no continente europeu durante o início do século XX (WILLE, 2023).

A infância de Helena Kolody foi vivida em boa parte nas cidades de Rio Negro (PR) e Três Barras (SC), localidades interioranas, ocupadas por muitos camponeses brasileiros e imigrantes. Nessa época, Helena aprendeu com seus pais a falar o idioma ucraniano, além de ser incentivada por eles a se interessar pelos livros e pela literatura. Ao todo, Helena Kolody teve cinco irmãos, dois dos quais faleceram ainda na infância. Duas irmãs de Helena, Olga e Rosinha, formaram-se professoras normalistas, e o irmão, José, formou-se em Engenharia (CRUZ, 2010).

A instrução educacional formal de Helena Kolody iniciou-se em 1920, no Grupo Escolar Barão de Antonina, localizado em Rio Negro (PR). Entre 1923, Helena se mudou, juntamente com sua família, para Curitiba, onde estudou no Colégio da Divina Providência e na Escola Intermediária. Em 1924, a família Kolody se transferiu para a cidade de Mafra (SC), onde Helena passou a se dedicar aos estudos de pintura, piano e à escrita de seus primeiros versos. No ano de 1927, a família retornou para Curitiba, passando a residir na rua Itupava, onde o pai de Helena abriu um comércio de secos e molhados. Nessa época, Helena estudou com Frederico Lange de Morretes, mestre considerado referência nas artes plásticas paranaenses, fato que lhe proporcionou a formação de um círculo de amizades, onde o acesso à capitais culturais e artísticos eram mais abundantes (FONTES, 2007).

No ano de 1928, Helena Kolody iniciou a formação para o magistério na Escola Normal Secundária de Curitiba, época em que publicou seu primeiro poema intitulado *A lágrima*, na revista estudantil *O Garoto*. Em 1931, ela concluiu a formação para o magistério, sendo nomeada para o cargo de professora no Grupo Escolar Barão de Antonina (Rio Negro – PR), no ano de 1932. Em 1933, assumiu como professora na Escola Normal de Ponta Grossa (PR) e, em 1937, foi designada a trabalhar na Escola Normal de Curitiba, onde exerceu o ofício docente por 23 anos. No ano de 1950, foi nomeada Inspetora Federal de Ensino Secundário, cargo de coordenação e comunicação entre as escolas e o governo (PODLASEK, 2023).

Juntamente com a carreira docente, Helena Kolody desenvolveu suas atividades de poetisa. Na década de 1930, a Revista *A Marinha*, de Paranaguá (PR), publicou diversos poemas de Kolody. Em 1941, ocorreu a publicação de *Paisagem Interior*, primeiro livro da poetisa paranaense, obra que ficou em segundo lugar no concurso de poesia promovido em 1942 pela *Sociedade de Homens de Letras*, do Rio de Janeiro. Em 1945, a autora publicou o livro *Música Submersa* e, em 1951, foi a vez da publicação do livro *A Sombra e o Rio*. Nessa época, as poesias de Helena Kolody já eram reconhecidas

dentro e fora do Paraná, sendo publicadas em diversas revistas especializadas e jornais (PODLASEK, 2023).

Na década de 1960, Helena Kolody se aproximou de Paulo Leminski, jovem promessa da intelectualidade curitibana, que se tornaria, posteriormente, um grande referencial da poesia do Paraná (FONTES, 2007).

No ano de 1962, Helena Kolody se aposentou como professora do Ensino Básico e, em 1967, conseguiu a aposentadoria do cargo de Inspetora de Ensino no Paraná.

No ano de 1982, o cineasta Sylvio Back lançou o curta-metragem *Babel de Luz*, em homenagem à poetisa. Em 1987, Helena foi homenageada com o título de *Cidadã Honorária*, pela Câmara Municipal de Curitiba. No ano seguinte, foi publicado o livro *Viagem no Espelho*, pela Editora *Criar*, primeira obra publicada com recursos que não eram da própria autora. Segundo Helena Kolody, foi essa obra que representou sua consagração como poetisa no Paraná e no restante do Brasil. Nesta mesma época, a Biblioteca Pública do Paraná lançou o *Concurso de Poesia Helena Kolody* e, em 1990, foi levada aos palcos a peça de teatro *Helena Kolody: uma mulher*. Em 1991, Helena Kolody foi eleita para a Academia Paranaense de Letras, passando a ocupar a cadeira de número 28 (PODLASEK, 2023) (SEÇÃO DE ARQUIVO E DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA, 2004). Em 2005, foi instituída pela Câmara Municipal de Curitiba a Lei nº11.515/2005, que estabelece o dia 12 de outubro como o *Dia da Poesia Curitibana*, “em homenagem ao nascimento da grande poetisa Helena Kolody” (CURITIBA, 2005, não p.).

Além de nomear uma escola municipal no bairro Campo de Santana, em Curitiba, Helena Kolody também é homenageada designando duas praças, uma na capital paranaense e outra na cidade de Londrina (PR), quatro colégios estaduais nas cidades de Colombo, Terra Boa, Sarandi e Cambé (PR), uma rua no município de Fazenda Rio Grande (PR) e um Centro de Educação Infantil na cidade de Pinhais (PR) (PODLASEK, 2023).

A poetisa Helena Kolody nunca se casou nem teve filhos, e faleceu em Curitiba, no dia 14 de fevereiro de 2004 (PODLASEK, 2023) (SEÇÃO DE ARQUIVO E DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA, 2004).

A nomeação

A escola municipal em homenagem a Helena Kolody foi nomeada em 2004, durante a gestão do Prefeito Cássio Taniguchi, através da Lei nº 11.185/2004

(CURITIBA, 2004, não p.). No artigo 1º da referida norma, é estabelecido que “Fica denominada de HELENA KOLODY, a Escola Municipal situada na rua Humberto Bertoldi, nº 281, esquina com a rua Antonio Bertoldi - Conjunto Moradias Rio Bonito - Bairro Campo de Santana, nesta Capital”. (CURITIBA, 2004, não p.).

A proposta da referida homenagem foi da vereadora Nely Almeida, e o documento de justificativa traz algumas informações sobre a biografia de Kolody, ressaltando suas virtudes e seu talento como poetisa¹²².

Considerada uma das vozes mais importantes da história da Literatura do Paraná Helena Kolody, morreu no dia 14 de fevereiro de 2004, aos 91 anos, dedicados à arte de escrever, deixa como legado vários livros de poemas, além da sua obra ficar como lembrança sua personalidade doce e de bem com a vida, sempre disposta a ajudar quem mais necessitava (SEÇÃO DE ARQUIVO E DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA, 2004, fl. 03).

Não encontramos informações sobre as ligações da poetisa Helena Kolody e a comunidade do bairro Campo de Santana. No entanto, a trajetória de Kolody como educadora e poetisa atende o que prevê a Lei 8.670/1995, na justificativa para a escolha de seu nome nesta homenagem.

QUADRO 86 – CAPITAIS ACUMULADOS POR HELENA KOLODY, A PARTIR DE SUAS ORIGENS E CONEXÕES DE PARENTESCO E SOCIABILIDADES

IDENTIFICAÇÃO	Nome: Helena Kolody Nascimento: Cruz Machado (PR) – 1912. Falecimento: Curitiba (PR) – 2004.	
ORIGINES/ CAPITAIS FAMILIARES	Pai: Miguel Kolody – imigrante ucraniano, foi agrimensor prático, contador e comerciante. Mãe: Victória Chandrowska Kolody – imigrante ucraniana, filha de um administrador rural em seu país de origem. Irmãs: Rosa e Olga Kolody – formadas professoras normalistas Irmão: José Kolody: formado engenheiro.	
CAPITAIS EDUCACIONAIS	Formação bilíngue (português e ucraniano) e contato com a literatura junto ao seio familiar. 1920: Formação primária no Grupo Escolar Barão de Antonina – Rio Negro (PR). 1923 e 1924: estudou na Escola da Divina Providência e na Escola Intermediária – Curitiba. 1927: Frequentou o ateliê do artista plástico Lange de Morretes. 1928: ingressou na Escola Normal Secundária de Curitiba, onde se forma professora normalista em 1931.	
CAPITAIS / PROFISSIONAIS/ CULTURAIS/ ARTÍSTICOS/ POLÍTICOS	1928: publicação do poema <i>A lágrima</i> na revista <i>O garoto</i> . Década de 1930: publicação dos versos de Kolody na revista <i>A Marinha</i> , de Paranaguá – PR. 1932: foi nomeada professora no Grupo Escolar Barão de Antonina – Rio Negro (PR).	

¹²² Para consultar o documento na íntegra, ver anexo 32.

	1933: foi nomeada professora na Escola Normal de Ponta Grossa. 1937: foi nomeada professora na Escola Normal de Curitiba, onde permaneceu lecionando por 23 anos. 1941: publicação do primeiro livro de Helena Kolody – <i>Paisagem Interior</i>. 1942: <i>Paisagem Interior</i> fica em segundo lugar no concurso promovido pela Sociedade de Homens de Letras – RJ. 1945: Publicação do livro <i>Música Submersa</i>. 1950: foi nomeada Inspetora Federal de Ensino Secundário. 1951: Publicação do livro <i>A sombra e o Rio</i> – época de grande aceitação e reconhecimento da obra de Kolody pelo público e pela crítica. Década de 1960: início da amizade com o poeta Paulo Leminski. 1962: aposentadoria do cargo de professora do Estado. 1967: aposentadoria do cargo de Inspetora de Ensino. Década de 1980: reconhecimento da obra da poetisa, principalmente no meio cultural paranaense. 1988: Lançamento do <i>Concurso de Poesia Helena Kolody</i>, pela Secretaria de Estado da Cultura do Paraná, e do livro <i>Viagem no Espelho</i> (Editora Criar). 1990: Lançamento da Peça <i>Helena Kolody: uma mulher</i>. 1991: Helena Kolody foi eleita para a Academia Paranaense de Letras. 2005: A Câmara Municipal de Curitiba criou o <i>Dia da Poesia Curitibaana</i>, em homenagem Helena Kolody.
CAPITAIS SIMBÓLICOS	Homenagens com a nomeação de espaços públicos: Uma escola municipal em Curitiba; Quatro colégios estaduais no Paraná (Colombo, Terra Boa, Sarandi e Cambé); Uma rua em Fazenda Rio Grande (PR); Um Centro Municipal de Educação Infantil em Pinhais (PR); Uma praça em Curitiba (PR); Uma praça em Londrina (PR).

Fonte: A autora (2024).

ESCOLA MUNICIPAL DO ALTO DA GLÓRIA, MAIS PRÓXIMA DO CENTRO.

5.6.13 – PROFESSOR BRANDÃO (JOÃO BATISTA BRANDÃO DE PROENÇA) (mais próxima do Instituto de Educação do Paraná Erasmo Pilotto – 2,2 km).

João Batista Brandão de Proença nasceu em Curitiba, no dia 27 de junho de 1813. Era filho de José Batista de Proença e Izabel Maria de Sampaio.

A família de João Batista Brandão queria que ele seguisse a vida eclesiástica, o que o fez estudar em um Seminário, em São Paulo. Porém, com o adoecimento da mãe, Brandão retornou para Curitiba, permanecendo na cidade após seu falecimento. Posteriormente, foi sacristão na Igreja Matriz e, no ano de 1835, foi nomeado o primeiro professor público das primeiras letras de Curitiba, quando a vila ainda pertencia à Província de São Paulo (GIRO, 2018) (FANGUEIRO, 2023) (MUNHOZ, 2012).

Apesar de se destacar na carreira do magistério, a família de João Batista Brandão de Proença é incluída por Francisco Negrão, em sua obra *Genealogia Paranaense*, com

o *Título Brandão de Proença*, entre as famílias importantes do Paraná no século XIX. (NEGRÃO, 1926, In: MUNHOZ, 2012).

Dentre os professores de primeiras letras (...), o Professor João Batista Brandão de Proença é o único fundador de uma família paranaense eleito por Francisco Negrão.

(...)

A minha primeira pergunta é: o que faz um professor das primeiras letras em uma genealogia? Ele era de alguma família das classes mais afortunadas? (...)

Ao que tudo indica, a família começa com ele e, portanto, a sua presença se relaciona com elementos posteriores e não anteriores a ele (MUNHOZ, 2012, p. 153, grifos nossos).

Além de ser o primeiro professor do ensino público reconhecido em Curitiba, o Professor Brandão foi vereador, juiz de paz, membro da Loja Maçônica *Candura Curitibana do Oriente de Curitiba*, deputado provincial, e autor do Hino do Paraná, criado após a emancipação da província, no ano de 1853.

A emancipação içou o professor a um lugar de destaque. Ele deixou de ser mais um professor público das primeiras letras em uma longínqua cidade da pouco expressiva 5ª Comarca para se tornar o único professor público das primeiras letras da capital da mais nova província do Império brasileiro, com mais de 20 anos de magistério e ampla circulação por diferentes espaços da esfera administrativa (MUNIZ, 2012, p. 146).

Casado com Maria Theolinda Affonso Brandão, João Batista Brandão teve três filhos: Anardina Lectícia de Jesus Brandão (casada com o médico e diretor de instrução pública do Paraná José Joaquim Franco do Valle), Hygina Celia de Jesus Brandão (casada com o Major e secretário do Superior Tribunal de Justiça do Estado João Ferreira Leite) e João Batista Brandão de Proença Filho (capitão do exército, casado com a professora Maria Clara Pinheiro Brandão) (MUNHOZ, 2012).

Em sua carreira no magistério, o professor Brandão atuou não somente como docente do ensino primário, mas lecionou também no Liceu Paranaense, que mais tarde seria o Ginásio Paranaense, renomada instituição do ensino secundário de Curitiba. Algumas figuras de destaque da classe dominante tradicional do Paraná foram alunos de João Batista Brandão, dentre elas,

Brasílio Itiberê da Cunha, exímio compositor e Embaixador Brasileiro em Berlim, seu irmão Cônego Celso, Generoso Marques dos Santos, Euzébio Silveira da Mota, João Luz e Brasília Luz, João Ferreira Leite (seu futuro genro), Firmino Castelo Branco, Antonio Ferreira da Costa, Costa Viana, Emílio de Menezes, que foi um dos seus últimos alunos (...) (SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO, 2023 g, não p.).

Uma das figuras de destaque da descendência de João Batista Brandão é o poeta curitibano e membro da Academia Paranaense de Letras, Francisco Heráclito Ferreira

Leite, neto do professor Brandão, e um dos responsáveis por sua escolha como *Patrono do Magistério no Paraná*, em 1947 (JOÃO, 1947) (ACADEMIA PARANAENSE DE LETRAS, 2023).

Além de nomear uma escola municipal no bairro Alto da Glória, o Professor Brandão também é homenageado nomeando uma rua no bairro Alto da XV, em Curitiba.

João Batista Brandão de Proença faleceu na capital paranaense, no ano de 1897. (FANGUEIRO, 2023) (SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO, 2023 g).

A nomeação

A escola municipal em homenagem ao Professor Brandão foi renomeada em 2012, durante a gestão do Prefeito Luciano Ducci, através do Decreto nº 439/2012 (CURITIBA, 2012, não p.). No Artigo 1º deste decreto é estabelecida a alteração da designação da “Escola Municipal Zacarias - Ensino Fundamental, sigla UE-MZ-5 para Escola Municipal Professor Brandão - Educação Infantil e Ensino Fundamental” (CURITIBA, 2012, não p.).

A Escola Municipal Professor Brandão iniciou suas atividades no ano de 2009, nas dependências do Colégio Estadual Conselheiro Zacarias (daí sua nomenclatura inicial), em dualidade com a administração do estado. Somente no ano de 2012, com a assinatura Decreto Municipal 439/2012, que a instituição passou a funcionar em uma sede própria, gerida pela administração do município, no bairro Alto da Glória, em Curitiba (SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO, 2023 g).

Não tivemos acesso ao documento com a justificativa para a homenagem ao Professor Brandão, nem dados sobre suas ligações com a comunidade do Alto da Glória, bairro onde foi homenageado. No entanto, a atuação de João Batista Brandão como educador atende o que determina a Lei 8.670/1995, e justifica a escolha de seu nome nesta homenagem.

QUADRO 87 – CAPITAIS ACUMULADOS POR JOÃO BATISTA BRANDÃO DE PROENÇA, A PARTIR DE SUAS ORIGENS E CONEXÕES DE PARENTESCO E SOCIABILIDADES

IDENTIFICAÇÃO	Nome: João Batista Brandão de Proença Nascimento: Curitiba (PR) – 1813. Falecimento: Curitiba (PR) – 1897.
ORIGINES/ CAPITAIS FAMILIARES	Pai: José Batista de Proença Mãe: Izabel Maria de Sampaio A família de João Batista Brandão de Proença é incluída por Francisco Negrão, em sua obra <i>Genealogia Paranaense</i> , com o <i>Título Brandão de Proença</i> , entre as famílias importantes do Paraná no século XIX

CASAMENTO/ CAPITAIS FAMILIARES	Esposa: Maria Theolinda Affonso Brandão Filhos: Anardina Lectícia de Jesus Brandão (casada com o médico e diretor de instrução pública do Paraná José Joaquim Franco do Valle), Hygina Celia de Jesus Brandão (casada com o Major e secretário do Superior Tribunal de Justiça do Estado João Ferreira Leite) e João Batista Brandão de Proença Filho (capitão do exército, casado com a professora Maria Clara Pinheiro Brandão).
CAPITAIS EDUCACIONAIS	Estudou em um Seminário, em São Paulo.
CAPITAIS / PROFISSIONAIS	1835: foi nomeado o primeiro professor público das primeiras letras de Curitiba, quando a vila ainda pertencia à Província de São Paulo. Foi vereador, juiz de paz, membro da Loja Maçônica <i>Candura Curitibana do Oriente de Curitiba</i> e autor do Hino do Paraná, criado após a emancipação da província, no ano de 1853. Lecionou no Liceu Paranaense, que seria posteriormente o Ginásio Paranaense, renomada instituição de ensino secundário em Curitiba.
CAPITAIS POLÍTICOS	Foi deputado provincial.
CAPITAIS SIMBÓLICOS	Homenageado nomeando uma escola municipal no bairro Alto da Glória e uma rua no bairro Alto da XV, ambas em Curitiba.

Fonte: A autora (2024).

ESCOLA MUNICIPAL DO GANCHINHO

5.6.14 – CARLOS DRUMMOND DE ANDRADE (mais próxima do Colégio Professora Iara Bergmann – 700 m).

Carlos Drummond de Andrade nasceu no dia 31 de outubro de 1902, na cidade de Itabira do Mato Dentro (MG). Era filho de Carlos de Paula Andrade (latifundiário) e Julieta Augusta Drummond de Andrade (CARLOS DRUMMOND DE ANDRADE, 2023).

Em sua formação escolar, Carlos Drummond de Andrade estudou no colégio interno Arnaldo, em Belo Horizonte (MG), e no Colégio Anchieta, em Nova Friburgo (RJ), de onde foi expulso, em 1919, por um desentendimento com um professor de Português. O Motivo da expulsão foi classificado como “insubordinação mental”. Em 1920, a família de Drummond se mudou para Belo Horizonte, onde ele ingressou na Faculdade de Odontologia e Farmácia, no ano de 1923. No ano seguinte, conheceu nomes do Modernismo Brasileiro, como Mário de Andrade, Oswald de Andrade e Tarsila do Amaral, que regressavam de uma viagem às cidades históricas de Minas Gerais (CARLOS DRUMMOND DE ANDRADE, 2023).

No ano de 1925, Drummond de Andrade concluiu a faculdade de Farmácia, época em que se casou-se com Dolores Dutra de Moraes. No mesmo ano, juntamente com Martins de Almeida, Emílio Moura e Gregoriano Canedo, participou do lançamento de *A*

Revista, publicação literária de caráter modernista (CARLOS DRUMMOND DE ANDRADE, 2023) (BRAGA, 2023).

Em 1926, sem interesse pelo ofício de farmacêutico, passou a ministrar aulas de Geografia e Português, em Itabira. Em seguida retornou com a esposa para Belo Horizonte, onde começou a atuar como redator chefe no jornal *Diário de Minas*. No ano de 1927, nasceu o primeiro filho de Carlos Drummond de Andrade, Carlos Flávio, que viveu por apenas meia hora. Em 1928, nasceu a segunda filha do casal, Maria Julieta. No mesmo ano, Drummond publicou o célebre poema *No meio do caminho* na *Revista de Antropofagia*, de São Paulo. Na mesma época, trabalhou na redação da *Revista do Ensino*, da Secretaria de Educação de Minas Gerais, fato que marcou o início de sua carreira como funcionário público (CARLOS DRUMMOND DE ANDRADE, 2023) (BRAGA, 2023).

No ano de 1930, Carlos Drummond de Andrade lançou seu primeiro livro, *Alguma Poesia*, e se tornou oficial de gabinete de Gustavo Capanema, Secretário do Interior de Minas Gerais. Mais tarde, em 1933, trabalhou junto com Gustavo Capanema por três meses, quando ele atuou como interventor em Minas Gerais (CARLOS DRUMMOND DE ANDRADE, 2023).

No ano de 1934, Drummond de Andrade voltou a atuar como redator nos jornais *Minas Gerais*, *Estado de Minas* e *Diário da Tarde*, época em que publicou *Brejo das almas*, pela cooperativa *Os Amigos do Livro*. Logo em seguida, em 1935, transferiu-se para o Rio de Janeiro, onde começou a trabalhar como chefe de gabinete de Gustavo Capanema, novo ministro da Educação e Saúde Pública (CARLOS DRUMMOND DE ANDRADE, 2023).

Em 1942, Carlos Drummond passou a publicar pela Editora José Olympio, o que aumentou significativamente o alcance de suas publicações. Em 1945, deixou o cargo na chefia de gabinete de Gustavo Capanema, lançou o livro *A Rosa do Povo*, e se aproximou de intelectuais e membros do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Nesta mesma época, Drummond começou a trabalhar na Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN), onde se aposentou em 1962, como chefe da Seção de História, na Divisão de Estudos e Tombamento (CARLOS DRUMMOND DE ANDRADE, 2023) (BRAGA, 2023).

Em mais de 60 anos de trabalho como jornalista e escritor, Carlos Drummond de Andrade publicou 47 livros, sendo 27 de poesias, 18 de prosa e 2 para o público infantil. Foi também agraciado com diversos prêmios em sua carreira, como *Prêmio de Poesia da Associação Paulista de Críticos Literários* (1974) o prêmio de jornalismo *Estácio de Sá*

(1980), e o título de *Doutor Honoris Causa* pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (1982) (CARLOS DRUMMOND DE ANDRADE, 2023) (BRAGA, 2023).

Em 1987, Drummond de Andrade foi homenageado com o samba-enredo *O Reino das Palavras*, pela Escola de Samba *Estação Primeira de Mangueira* (RJ). No mesmo ano, no dia 17 de agosto, o poeta faleceu na cidade do Rio de Janeiro (CARLOS DRUMMOND DE ANDRADE, 2023) (BRAGA, 2023).

A nomeação

A escola municipal em homenagem a Carlos Drummond de Andrade foi nomeada em 1992, durante a gestão do Prefeito Jaime Lerner, através do Decreto nº 761/1992 (CURITIBA, 1992, não p.). No Artigo 1º deste decreto é definido que:

Ficam alteradas as denominações das Escolas Municipais abaixo discriminadas, conforme especifica:

(...)

Escola Municipal Campo Largo UE-PN-15 (criada através do Decreto nº 03/83 e retificado através do Decreto nº 392/85), para - **Centro de Educação Integral Carlos Drummond de Andrade, Escola Municipal - Ensino de 1º Grau** UE-PN-15 (CURITIBA, 1992, não p., grifos nossos).

Segundo relato que consta na descrição da escola, na página da Secretaria Municipal da Educação,

A Escola Municipal “Campo Largo” - Ensino de 1.º grau iniciou suas atividades no dia 6 de abril de 1982, ficando vinculada à Escola Municipal Jardim Paranaense. Muitos alunos que residiam na Vila Osternack se deslocavam até o Jardim Paranaense para estudar, por isso a necessidade de uma escola no local.

(...)

Com o tempo a escola começou a ficar pequena, para uma região que começava a receber migrantes do interior do Paraná. Então em 1985 foi construído o novo prédio, em alvenaria, localizado a uma quadra da antiga escola (SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO, 2023 h, não p.).

Não encontramos informações sobre as ligações do poeta Carlos Drummond de Andrade e a comunidade do bairro Ganchinho, onde foi homenageado com a renomeação da escola. No entanto, a trajetória do agente como poeta renomado nacionalmente atende o que prevê a Lei 8.670/1995, justificando a escolha de seu nome nesta homenagem.

QUADRO 88 – CAPITAIS ACUMULADOS POR CARLOS DRUMMOND DE ANDRADE, A PARTIR DE SUAS ORIGENS E CONEXÕES DE PARENTESCO E SOCIABILIDADES

IDENTIFICAÇÃO	Nome: Carlos Drummond de Andrade Nascimento: Itabira (MG) – 1902. Falecimento: Rio de Janeiro (RJ) – 1987. 
ORIGENS/ CAPITAIS FAMILIARES	Pai: Carlos de Paula Andrade (latifundiário) Mãe: Julieta Augusta Drummond de Andrade.
CASAMENTO/ CAPITAIS FAMILIARES	Esposa: Dolores Dutra de Moraes Filhos: Carlos Flávio (faleceu recém-nascido) e Maria Julieta.
CAPITAIS EDUCACIONAIS	Estudou no colégio interno Arnaldo, em Belo Horizonte (MG), e no Colégio Anchieta, em Nova Friburgo (RJ), 1923: ingressou na Faculdade de Odontologia e Farmácia, concluída em 1925 (Belo Horizonte – MG).
CAPITAIS / PROFISSIONAIS/ CULTURAIS/ ARTÍSTICOS/ POLÍTICOS	1925: juntamente com Martins de Almeida, Emílio Moura e Gregoriano Canedo, participou do lançamento de <i>A Revista</i>, publicação literária de caráter modernista. 1926: passou a ministrar aulas de Geografia e Português, em Itabira. Em seguida retornou com a esposa para Belo Horizonte, onde começou a atuar como redator chefe no jornal <i>Diário de Minas</i>. 1928 publicou o célebre poema <i>No meio do caminho</i> na <i>Revista de Antropofagia, de São Paulo</i>. Na mesma época, trabalhou na redação da <i>Revista do Ensino</i>, da Secretaria de Educação de Minas Gerais. 1930: lançou seu primeiro livro, <i>Alguma Poesia</i>, e se tornou oficial de gabinete de Gustavo Capanema, Secretário do Interior de Minas Gerais. 1933: trabalhou junto com Gustavo Capanema por três meses, quando ele atuou como interventor em Minas Gerais. 1934: voltou a atuar como redator nos jornais <i>Minas Gerais</i>, <i>Estado de Minas</i> e <i>Diário da Tarde</i>, época em que publicou <i>Brejo das almas</i>. 1935: transferiu-se para o Rio de Janeiro, onde começou a trabalhar como chefe de gabinete de Gustavo Capanema, novo ministro da Educação e Saúde Pública. 1942: passou a publicar pela Editora José Olympio. 1945: deixou o cargo na chefia de gabinete de Gustavo Capanema, lançou o livro <i>A Rosa do Povo</i>, e se aproximou de intelectuais e membros do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Nesta mesma época, começou a trabalhar na Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN), onde se aposentou em 1962, como chefe da Seção de História, na Divisão de Estudos e Tombamento. Em mais de 60 anos de trabalho como jornalista e escritor, Carlos Drummond de Andrade publicou 47 livros, sendo 27 de poesias, 18 de prosa e 2 para o público infantil. Foi também agraciado com diversos prêmios em sua carreira, como <i>Prêmio de Poesia da Associação Paulista de Críticos Literários</i> (1974) o prêmio de jornalismo <i>Estácio de Sá</i> (1980), e o título de <i>Doutor Honoris Causa</i> pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (1982) 1987: foi homenageado com o samba-enredo <i>O Reino das Palavras</i>, pela Escola de Samba <i>Estação Primeira de Mangueira</i> (RJ)
CAPITAIS SIMBÓLICOS	Homenageado nomeando uma escola municipal no bairro Ganchinho em Curitiba e inúmeros outros espaços públicos no país.

Fonte: A autora (2024).

ESCOLA MUNICIPAL DO CAPÃO DA IMBUIA (MAIS PRÓXIMA DO BAIRRO TARUMÃ).

5.6.15 – ENÉAS MARQUES DOS SANTOS (mais próxima do Colégio Paulo Leminski – 1,3 km)

Enéas Marques dos Santos nasceu em Curitiba, no dia 12 de janeiro de 1883. Era filho de Joaquina de Paula Santos e de Generoso Marques dos Santos. O pai de Enéas Marques foi um advogado, jornalista e político muito influente no Paraná¹²³ (SEÇÃO DE ARQUIVO E DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA, 1963).

Enéas Marques dos Santos iniciou a formação escolar secundária no Seminário Episcopal do Paraná, prosseguindo os estudos no Ginásio Paranaense, onde concluiu o curso preparatório no ano de 1901. Em 1902, ingressou na Faculdade de Direito de São Paulo, onde recebeu o grau de Bacharel em Ciências Jurídicas em 1906 (SEÇÃO DE ARQUIVO E DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA, 1963).

Após concluir o curso de Direito, Enéas Marques dos Santos retornou para Curitiba, onde começou a exercer o ofício de advogado no renomado escritório de seu pai, Generoso Marques. Em 1908, foi nomeado oficial de gabinete do Presidente do estado, exercendo o cargo até agosto do mesmo ano, quando foi nomeado promotor público de Palmeira (PR). Ainda em 1908, Enéas Marques dos Santos se casou com Juanita Bittencourt (filha do Coronel José Belarmino Bittencourt), com quem teve dois filhos: Generoso Marques dos Santos e Beatriz Marques dos Santos (SEÇÃO DE ARQUIVO E DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA, 1963).

Em 1909, Enéas Marques foi transferido para a Promotoria Pública de São José dos Pinhais (PR) e, em junho do ano seguinte, assumiu o cargo de Curador Geral de Órfãos e Ausentes e de Massas Falidas na Promotoria Pública de Curitiba (PR) (SEÇÃO DE ARQUIVO E DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA, 1963).

¹²³ Generoso Marques foi deputado provincial eleito em 1866 e reeleito para sucessivas legislaturas, vice-presidente da Assembleia Provincial, deputado geral abolicionista, senador, presidente do Paraná e integrante da Revolução Federalista (1894), o que lhe obrigou a fugir do estado quando o movimento foi derrotado. Porém, anistiado, retornou ao Paraná, sendo novamente eleito senador por algumas legislaturas. Além de agente político, Generoso Marques também foi promotor da Fazenda Nacional, redator dos jornais *O Paraná*, *A Federação*, *O Dezenove de Dezembro* e *Reforma*, docente no Instituto Paranaense e Inspetor Geral da Instrução Pública no Paraná (PINHEIRO, 2023)

No ano de 1916, o Presidente do estado do Paraná, Alfonso Alves de Camargo, nomeou Enéas Marques dos Santos como Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Justiça e Instrução Pública. No mesmo governo exerceu interinamente o cargo de Secretário da Fazenda, Agricultura e Obras Públicas. Em 1918, foi escolhido para a presidência da Liga de Defesa Nacional, da Cruz Vermelha Brasileira (filial de Curitiba) e da Associação Paranaense de Escoteiros (SEÇÃO DE ARQUIVO E DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA, 1963).

No ano de 1928, Enéas Marques dos Santos foi eleito deputado estadual e, em 1932, foi presidente do Conselho Consultivo do Estado do Paraná (SEÇÃO DE ARQUIVO E DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA, 1963).

Além de exercer cargos políticos e no Ministério Público, Enéas Marques dos Santos foi docente da Faculdade de Direito na Universidade do Paraná (até a sua aposentadoria, no ano de 1951) e um dos fundadores da Academia Paranaense de Letras, onde ocupou a cadeira de número 13 (SEÇÃO DE ARQUIVO E DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA, 1963) (ACADEMIA PARANAENSE DE LETRAS, 2023).

Além de nomear uma escola municipal no bairro Capão da Imbuia, Enéas Marques dos Santos também foi homenageado nomeando uma rua no bairro Seminário (ambas em Curitiba)¹²⁴, e uma cidade no sudoeste do Paraná (CIDADES DO MEU BRASIL, 2023).

Enéas Marques dos Santos faleceu em Curitiba, no dia 4 de outubro de 1961 (SEÇÃO DE ARQUIVO E DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA, 1963).

A nomeação

A escola em homenagem a Enéas Marques dos Santos foi nomeada em 2002, durante a gestão do Prefeito Cássio Taniguchi, através do Decreto nº 135/2002, (CURITIBA, 2002, não p.). No Artigo 4º deste decreto é definido que:

Ficam criadas, na estrutura organizacional do Núcleo Regional da Educação - Cajuru, da Secretaria Municipal da Educação, as unidades orgânicas e funcionais abaixo discriminadas e respectivas funções gratificadas:

¹²⁴ Utilizamos o documento de justificativa para a nomeação da rua na obtenção de dados a respeito da biografia de Enéas Marques dos Santos. No entanto, esse documento não se refere à nomeação da escola, que foi definida por um decreto do Poder Executivo municipal.

(...)

Escola Municipal Prof. Enéas Marques dos Santos – Ensino Fundamental.....UE-CJ-23 (CURITIBA, 2002, não p.).

Segundo relato que consta na descrição da escola, na página da Secretaria Municipal da Educação, a origem da Escola Municipal Enéas Marques dos Santos está na Casa Escolar Capão da Imbuia, inaugurada no ano de 1960.

Dado o número crescente de crianças no bairro, algumas pessoas influentes tomaram a iniciativa junto ao prefeito Sr. Iberê de Mattos, de reconstruir outro prédio no mesmo bairro com 04 (quatro) salas de aula, uma secretaria e um depósito inaugurados posteriormente pelo prefeito em 29 de março de 1963.

(...)

Quando a escola foi municipalizada, pelo Decreto n.º 135/02 de 22 de março de 2002, passou a ser denominada ESCOLA MUNICIPAL ENÉAS MARQUES DOS SANTOS – ENSINO FUNDAMENTAL (SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO, 2023 i, não p.).

Não tivemos acesso ao documento com a justificativa para a nomeação de Enéas Marques dos Santos em uma escola municipal de Curitiba, nem encontramos informações sobre possíveis ligações do agente com a comunidade do Capão da Imbuia, bairro onde foi homenageado. Porém, a trajetória biográfica de Enéas Marques Gonçalves atende o que é determinado pela Lei 8.670/1995, normatização em vigor na época em que foi prestada a homenagem.

QUADRO 89 – CAPITAIS ACUMULADOS POR ENÉAS MARQUES DOS SANTOS, A PARTIR DE SUAS ORIGENS E CONEXÕES DE PARENTESCO E SOCIABILIDADES

IDENTIFICAÇÃO	Nome: Enéas Marques dos Santos Nascimento: Curitiba (PR) – 1883 Falecimento: Curitiba (PR) – 1961
ORIGES/ CAPITAIS FAMILIARES	Pai: Generoso Marques dos Santos (advogado, jornalista, deputado provincial, vice-presidente da Assembleia Provincial, deputado geral, senador, presidente do Paraná, promotor da Fazenda Nacional, docente no Instituto Paranaense e Inspetor Geral da Instrução Pública no Paraná). Mãe: Joaquina de Paula Santos.
CASAMENTO/ CAPITAIS FAMILIARES	Esposa: Juanita Bittencourt, filha do Coronel José Belarmino Bittencourt. Filhos: Generoso Marques dos Santos e Beatriz Marques dos Santos
CAPITAIS EDUCACIONAIS	Iniciou a formação escolar secundária no Seminário Episcopal do Paraná, prosseguindo os estudos no Ginásio Paranaense, onde concluiu o curso preparatório no ano de 1901. 1902: ingressou na Faculdade de Direito de São Paulo, onde recebeu o grau de Bacharel em Ciências Jurídicas em 1906.
CAPITAIS / PROFISSIONAIS	Após concluir o curso de Direito, Enéas Marques dos Santos retornou para Curitiba, onde começou a exercer o ofício de advogado no renomado escritório de seu pai, Generoso Marques.

	1908: foi nomeado oficial de gabinete do Presidente do estado, exercendo o cargo até agosto do mesmo ano, quando foi nomeado promotor público de Palmeira (PR). 1909: foi transferido para a Promotoria Pública de São José dos Pinhais (PR) e, em junho do ano seguinte, assumiu o cargo de Curador Geral de Órfãos e Ausentes e de Massas Falidas na Promotoria Pública de Curitiba (PR). Foi docente da Faculdade de Direito na Universidade do Paraná (até a sua aposentadoria, no ano de 1951) e um dos fundadores da Academia Paranaense de Letras, onde ocupou a cadeira de número 13. 1932: foi presidente do Conselho Consultivo do Estado do Paraná.
CAPITAIS SOCIAIS	1918: foi escolhido para a presidência da Liga de Defesa Nacional, da Cruz Vermelha Brasileira (filial de Curitiba) e da Associação Paranaense de Escoteiros
CAPITAIS POLÍTICOS	1916: o Presidente do estado do Paraná, Alfonso Alves de Camargo, nomeou Enéas Marques dos Santos como Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Justiça e Instrução Pública. No mesmo governo exerceu interinamente o cargo de Secretário da Fazenda, Agricultura e Obras Públicas. 1928: foi eleito deputado estadual.
CAPITAIS SIMBÓLICOS	Homenageado nomeando uma escola municipal no bairro Capão da Imbuia, uma rua no bairro Seminário (ambas em Curitiba) e uma cidade no Sudoeste do Paraná.

Fonte: A autora (2024).

ESCOLA MUNICIPAL DO TATUQUARA.

5.6.16 – DONA POMPÍLIA (POMPÍLIA LOPES DOS SANTOS) (mais próxima do Colégio Desembargador Guilherme Albuquerque Maranhão – 270 m).

Pompília Lopes dos Santos nasceu em Curitiba, no dia 07 de agosto de 1900. Era filha de Salomé Sawin Lopes e Laurindo de Oliveira Lopes, comerciante, dono de uma loja na Rua XV de novembro, no Centro de Curitiba. Em entrevista concedida no ano de 1990, Pompília Lopes descreveu o período de sua infância como uma época segura e feliz: “Eu era a primeira criança de uma prole de sete filhos. Havia saúde e equilíbrio financeiro em nossa família. E, o que era muito importante: amor, compreensão, tolerância, respeito mútuo” (MILLARCH, 1990, não p.).

Em sua formação educacional, Pompília Lopes dos Santos estudou no Instituto Neo-Pitagórico, em Curitiba e, em 1915, ingressou na Escola Normal, onde ajudou a fundar o *Clube Mozart*, uma entidade estudantil com o objetivo de divulgar a música erudita. No ano de 1918, concluiu a formação para o magistério, iniciando a carreira de professora, quando passou a ministrar aulas em diversas escolas curitibanas (MILLARCH, 1990) (O CENTENÁRIO, 2000).

Em 1º de janeiro de 1919, Pompília Lopes se casou com Dario Nogueira dos Santos (1899-1980), com quem teve cinco filhos: Liadar, Liamir, Liasli, Ligia (formada pela PUC-PR, foi funcionária da Fundação Cultural de Curitiba – FCC) e Dario

(engenheiro e servidor municipal em Curitiba) (MILLARCH, 1990) (OCEANO DE LETRAS, 2023) (ZARUCH, 2020).

Professor formado pela Escola Normal de Curitiba, Dario Nogueira dos Santos foi escritor, diretor do Ginásio Bonifácio em Paranaguá, e membro da Academia Paranaense de Letras, onde ocupou a cadeira de número 37 (MILLARCH, 1990) (ACADEMIA PARANAENSE DE LETRAS, 2023).

No ano de 1928, Pompília Lopes dos Santos assumiu a cadeira de Francês e Literatura no Ginásio Bonifácio, em Paranaguá, onde trabalhou juntamente com seu marido. Posteriormente, em 1944, quando se mudou com a família para Curitiba, passou a lecionar Francês no Instituto de Educação do Paraná, onde permaneceu até sua aposentadoria, no ano de 1956 (O CENTENÁRIO, 2000) (MILLARCH, 1990).

Em sua carreira como escritora, Pompília Lopes dos Santos publicou diversos artigos, crônicas e romances, dentre os quais se destacam *Afinidade* (1949), *A Fila Triste* (1951), *Origens* (1961), e *Caminhada – da Universidade a Itaipu* (1975). Além disso, a professora também participou da fundação e das atividades de instituições beneficentes, como a União Pró-Temperança (1953), o Clube Soroptimista Internacional de Curitiba (1956), a Sala do Poeta da Fundação Cultural de Curitiba (1970) e a Academia Feminina de Letras do Paraná (1970). Com a morte de seu marido, Dario Nogueira dos Santos, em 1980, Pompília Lopes dos Santos assumiu a cadeira de número 37 na Academia Paranaense de Letras. (O CENTENÁRIO, 2000) (MILLARCH, 1990).

Entre as homenagens que recebeu, Pompília Lopes dos Santos foi agraciada com o título de *Vulto Emérito de Curitiba*, concedido pela Câmara Municipal da capital, e de *Cidadã Benemerita do Paraná*, concedido pela Assembleia Legislativa do estado. Além disso, foi homenageada nomeando uma escola municipal no bairro Tatuquara, e uma rua na Cidade Industrial, ambas em Curitiba (O CENTENÁRIO, 2000).

Pompília Lopes dos Santos faleceu em Curitiba, no dia 06 de maio de 1993 (CURITIBA, 1993).

A nomeação

A escola em homenagem a Pompília Lopes dos Santos foi nomeada em 1993, durante a gestão do Prefeito Rafael Greca, através da Lei nº 8298/1993 (CURITIBA, 1993, não p.). A proposta para a homenagem foi da antiga Comissão de Educação, Cultura e Turismo (CURITIBA, 1993). Não tivemos acesso ao documento de justificativa para

essa homenagem, nem informações sobre de qual vereador, agente ou entidade partiu a iniciativa.

Na página da Secretaria Municipal da Educação, constam somente dados referentes ao histórico de funcionamento da escola municipal, sem nenhuma informação sobre a biografia da agente homenageada. Também não conseguimos averiguar as ligações entre a Professora Pompília Lopes dos Santos e a comunidade do Tatuquara (SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO, 2023 j). Porém, a trajetória de Pompília Lopes dos Santos como educadora atende o que é determinado pela Lei 8.670/1995, justificando a prestação da homenagem.

QUADRO 90 – CAPITAIS ACUMULADOS POR POMPÍLIA LOPES DOS SANTOS, A PARTIR DE SUAS ORIGENS E CONEXÕES DE PARENTESCO E SOCIABILIDADES

IDENTIFICAÇÃO	Nome: Pompília Lopes dos Santos Nascimento: Curitiba (PR) – 1900. Falecimento: Curitiba (PR) – 1993.
ORIGINES/ CAPITAIS FAMILIARES	Pai: Laurindo de Oliveira Lopes (comerciante em Curitiba). Mãe: Salomé Sawin Lopes.
CASAMENTO/ CAPITAIS FAMILIARES	Esposo: Dario Nogueira dos Santos (professor, escritor, diretor do Ginásio Bonifácio em Paranaguá, e membro da Academia Paranaense de Letras). Filhos: Liadar, Liamir, Liasli, Ligia (formada pela PUC-PR, foi funcionária da Fundação Cultural de Curitiba – FCC) e Dario (engenheiro e servidor municipal em Curitiba).
CAPITAIS EDUCACIONAIS	Estudou no Instituto Néo-Pitagórico (Curitiba). 1915: Ingressou na Escola Normal de Curitiba, formando-se em 1918.
CAPITAIS / PROFISSIONAIS/ CULTURAIS/ ARTÍSTICOS	1918: iniciou a carreira no magistério, ministrando aulas em escolas de Curitiba. 1928: assumiu a cadeira de Francês e Literatura no Ginásio Bonifácio em Paranaguá. 1944: passou a lecionar Francês no Instituto de Educação do Paraná, onde permaneceu até sua aposentadoria, no ano de 1956. Publicou diversos artigos, crônicas e romances, dentre os quais se destacam Afinidade (1949), A Fila Triste (1951), Origens (1961), e Caminhada – da Universidade a Itaipu (1975).
CAPITAIS SOCIAIS	1915: ajudou a fundar o Clube Mozart, uma entidade estudantil na Escola Normal de Curitiba, com o objetivo de divulgar a música erudita. Participou da fundação e das atividades de instituições beneficentes, como a União Pró-Temperança (1953), o Clube Soroptimista Internacional de Curitiba (1956), a Sala do Poeta da Fundação Cultural de Curitiba (1970) e a Academia Feminina de Letras do Paraná (1970). 1980: com a morte de seu marido, assumiu a cadeira de número 37 na Academia Paranaense de Letras.
CAPITAIS SIMBÓLICOS	Foi agraciada com o título de <i>Vulto Emérito de Curitiba</i> , concedido pela Câmara Municipal da capital, e de <i>Cidadã Benemerita do Paraná</i> , concedido pela Assembleia Legislativa do estado. Foi homenageada nomeando uma escola municipal no bairro Tatuquara, e uma rua na Cidade Industrial, ambas em Curitiba

Fonte: A autora (2024).

ESCOLA MUNICIPAL DO UBERABA.

5.6.17 – RACHEL MADER GONÇALVES (mais próxima do Colégio Aníbal Khury Neto – 700 m).

Rachel Mader Gonçalves nasceu no dia 19 de agosto de 1923, em Curitiba (PR). Era filha de Alfredo de Assis Gonçalves e Maria Rosa Mader Gonçalves, e neta pela linhagem materna do coronel Nicolau Mader, proprietário de uma indústria ervateira, vereador e presidente da Câmara Municipal de Curitiba (SEÇÃO DE ARQUIVO E DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA, 2002) (DE LUCTO, 1930) (CONTRACTO, 1912). O pai de Rachel Mader Gonçalves, Alfredo de Assis Gonçalves, era médico, professor da Faculdade de Medicina, e foi um dos primeiros membros da Universidade do Paraná, integrando o Conselho Universitário da instituição (ASSEMBLEIA, 1946).

A formação escolar primária de Rachel Mader Gonçalves teve início no Colégio São José, concluído posteriormente com a formação secundária no Colégio Nossa Senhora de Lourdes, ambas instituições em Curitiba. Na Escola de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Rachel Mader Gonçalves cursou a graduação, formando-se no ano de 1953. Entre 1956 e 1957, a agente cursou especialização na Washington Univerity, nos Estados Unidos. Em 1973 participou da formação *Segurança Nacional e Desenvolvimento* da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra, em Curitiba (PR).

Profissionalmente, Rachel Mader Gonçalves foi, entre 1947 e 1948, assistente social da Escola Maternal da Sociedade Socorro aos Necessitados. Posteriormente, exerceu o cargo de assistente social da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Estado do Paraná (1948 a 1962). Entre 1951 e 1954, foi diretora do Departamento de Estágio da Escola de Serviço Social do Paraná, exercendo concomitantemente, no ano de 1953, o cargo de assistente social no Educandário Nossa Senhora das Dores. Em 1958, exerceu o cargo de Diretora Geral do Serviço Social do Comércio (SESC) – Departamento Regional no Estado do Paraná (SERVIÇO, 1958), e em 1970 ocupou a função de diretora da Escola de Serviço Social da Universidade Católica do Paraná (UNIVERSIDADE, 1970).

Além da homenagem nomeando uma escola municipal, Rachel Mader Gonçalves também foi agraciada com o título de *Vulto Emérito de Curitiba*, pela Câmara Municipal da capital paranaense, no ano de 1994 (CURITIBA, 1994).

Rachel Mader Gonçalves nunca se casou, nem teve filhos, e faleceu em Curitiba, no dia 01 de setembro de 2001 (CURITIBA, 2001).

A nomeação

A escola em homenagem a Rachel Mader Gonçalves foi nomeada em 2002, durante o exercício do presidente da Câmara Municipal no cargo de prefeito, João Cláudio Derosso, através da Lei nº 10.455/2002 (CURITIBA, 2002, não p.). A proposta para a homenagem foi da vereadora Julieta Reis, e o documento de justificativa dessa nomeação fornece diversas informações, especialmente a respeito da formação educacional e da trajetória profissional de Rachel Mader Gonçalves¹²⁵ (SEÇÃO DE ARQUIVO E DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA, 2002).

Na página da Secretaria Municipal da Educação constam poucos dados a respeito da biografia da agente, sendo ressaltadas suas virtudes profissionais e humanas.

O nome foi escolhido em homenagem à Assistente Social Rachel Mader Gonçalves, que muito fez por nossa cidade e em especial pelas pessoas de baixo poder aquisitivo, carentes nas necessidades básicas do ser humano, conforme mostra o seu vasto currículo e sua dedicação sem limites (SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO, 2023 I, não p.).

Não encontramos informações a respeito da ligação de Rachel Mader Gonçalves e a comunidade do Uberaba, bairro onde foi homenageada nomeando uma escola municipal. No entanto, sua trajetória como educadora atende os critérios estabelecidos pela Lei 8.670/1995, em vigor na época da escolha para esta designação, justificando a homenagem.

QUADRO 91 – CAPITAIS ACUMULADOS POR RACHEL MADER GONÇALVES, A PARTIR DE SUAS ORIGENS E CONEXÕES DE PARENTESCO E SOCIABILIDADES

IDENTIFICAÇÃO	Nome: Rachel Mader Gonçalves Nascimento: Curitiba (PR) – 1923. Falecimento: Curitiba (PR) – 2001.
ORIGINES/ CAPITAIS FAMILIARES	Pai: Alfredo de Assis Gonçalves, médico, professor da Faculdade de Medicina, e foi um dos primeiros membros da Universidade do Paraná, integrando o Conselho Universitário da instituição. Mãe: Maria Rosa Mader Gonçalves. Avô Materno: Nicolau Mader, proprietário de uma indústria ervateira, vereador e presidente da Câmara Municipal de Curitiba
CAPITAIS EDUCACIONAIS	Formação escolar primária: Colégio São José (Curitiba) Formação escolar secundária: Colégio Nossa Senhora de Lourdes (Curitiba). 1953: formou-se na graduação da Escola de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Entre 1956 e 1957: cursou especialização na Washington University, nos Estados Unidos.

¹²⁵ Para consultar o documento de justificativa, ver anexo 34.

	1973: participou da formação Segurança Nacional e Desenvolvimento da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra, em Curitiba.
CAPITAIS / PROFISSIONAIS	1947 e 1948: atuou como assistente social da Escola Maternal da Sociedade Socorro aos Necessitados. 1948 – 1962: exerceu o cargo de assistente social da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Estado do Paraná. 1951 – 1954: foi diretora do Departamento de Estágio da Escola de Serviço Social do Paraná. 1953: ocupou o cargo de assistente social no Educandário Nossa Senhora das Dores. 1958: exerceu o cargo de Diretora Geral do Serviço Social do Comércio (SESC) – Departamento Regional no Estado do Paraná. 1970: ocupou a função de diretora da Escola de Serviço Social da Universidade Católica do Paraná.
CAPITAIS SIMBÓLICOS	1994: foi agraciada com o Título de <i>Vulto Emérito</i> de Curitiba, pela Câmara Municipal da capital paranaense. 2002: homenageada nomeando uma escola municipal no bairro Uberaba, em Curitiba.

Fonte: A autora (2024).

6- ANÁLISE PROSOPOGRÁFICA

O levantamento das biografias individuais dos responsáveis pela indicação das nomeações e dos agentes homenageados constitui uma etapa da pesquisa, que é complementada pela análise destas informações de forma coletiva. A metodologia prosopográfica, enquanto instrumento utilizado para esta análise, é ferramenta que permite a ligação entre as informações biográficas individuais e as interpretações fornecidas pelo referencial teórico. A prosopografia permite interpretar as trajetórias dos agentes estudados quanto ao volume de capitais que eles herdaram, acumularam e reconverteram, revelando possíveis padrões de comportamentos dos indivíduos e das classes dentro dos diversos campos. Com a percepção destes padrões, averiguamos o pertencimento de classe dos agentes, os processos de reconversão de capitais, e de que maneira o *habitus* pode se manifestar.

Contudo, a ausência de um padrão de dados objetivos nas fontes que contém as biografias individuais dificultou o estabelecimento de critérios precisos para a composição das tabelas prosopográficas, e seus textos interpretativos. Metodologicamente, esse problema demandou a elaboração de algumas adaptações, diante do que havia sido organizado em nossa pesquisa de mestrado.

Inicialmente, apresentamos a análise prosopográfica das trajetórias dos agentes políticos responsáveis pelas indicações das nomeações honoríficas, e posteriormente, dos próprios homenageados. A escolha dessa organização da escrita segue a ordem definida

no capítulo anterior, com o objetivo de centrar a reflexão inicial nos sujeitos responsáveis pela concessão dos capitais simbólicos ora estudados.

6.1 – CAPITAIS ACUMULADOS/RECONVERTIDOS PELOS AGENTES QUE NOMEARAM OS 49 NOVOS ESPAÇOS ESTUDADOS¹²⁶

Como mencionamos anteriormente, os agentes políticos são sujeitos que têm acesso e domínio sobre os processos legais da nomeação dos bens públicos. Por isso, observar se estes agentes pertencem ou estão na órbita de influências da Classe Dominante Tradicional é um caminho metodológico em nossa reflexão, para averiguar as estratégias destes extratos dominantes no processo de acumulação e reconversão de capitais diversos em capitais simbólicos.

Para não alongar o texto da presente tese, optamos pela composição de uma apresentação prosopográfica geral dos agentes responsáveis pela nomeação dos bens públicos, levando em conta as discrepâncias que este tipo de generalização pode acarretar.

Entre as 49 nomeações dos bens públicos analisadas, sete indicações têm origem na Comissão de Educação, Cultura e Turismo, sem especificação sobre o nome do agente responsável pela proposição da homenagem. Além disso, sobre outras quatro nomeações não encontramos quaisquer informações sobre a origem destas homenagens. Trabalhamos, portanto, com o número de 38 nomeações (77,5% do total), sobre as quais tivemos acesso a informações a respeito dos agentes que fizeram as propostas das homenagens, 24 delas provenientes do Poder Legislativo (vereadores), e outras 14 provenientes do poder Executivo (prefeitos). Como alguns agentes indicaram mais de um nome para ser homenageado dentro do recorte temporal que estudamos, chegamos ao número final de 27 agentes responsáveis pelas nomeações ora estudadas.

Na presente análise prosopográfica, elencamos os mesmos tipos de capitais estudados nas biografias dos agentes homenageados, ou seja, os capitais educacionais, profissionais, econômicos, políticos e familiares. No entanto, a dificuldade em levantar informações sobre os capitais econômicos, fez com que incluíssemos dados fornecidos pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), a respeito do patrimônio declarado durante pleitos

¹²⁶ Em nossa dissertação de mestrado demonstramos que as nomeações das escolas de referência foram realizadas sem que os devidos registros daqueles que indicaram os nomes dos homenageados tivessem acesso disponível para pesquisa. Não foram encontrados estes registros junto à Secretaria Estadual de Educação (SEED – PR), Núcleos Regionais de Ensino, nem nas próprias escolas pesquisadas. Da mesma forma, nenhuma dessas instituições conseguiu informar aonde tais registros permanecem arquivados PODLASEK (2020).

eleitorais pelos agentes indicadores das homenagens, uma vez que todos eles pertencem ao campo político. Apesar de certas declarações parecerem estranhas, revelando patrimônios bastante modestos pertencentes a agentes que integram estirpes da Classe Dominante Tradicional¹²⁷, acreditamos que estas informações também tiveram a capacidade de evidenciar certos bens (como imóveis, joias e objetos de arte) que inserem diversos agentes no rol daqueles que se distanciam da realidade material das classes populares.

De forma geral, entre os 27 agentes estudados, o percentual de acúmulo dos capitais analisados demonstrou um grande volume dos recursos pertencente à maior parte deles, como é possível observar na tabela a seguir:

TABELA 17 – PERCENTUAL DOS CAPITAIS ACUMULADOS PELOS 27 AGENTES QUE INDICARAM AS NOMEAÇÕES DOS BENS PÚBLICOS ESTUDADOS

Percentual do volume de capitais estudados	Número de agentes que acumularam o volume
100%	17
80%	04
60%	02
40%	03
20%	01

Fonte: A Autora (2024).

Ao observarmos os agentes que somaram 100% de informações obtidas sobre a presença em suas trajetórias dos cinco tipos de capitais analisados, chegamos ao número de 17 agentes, ou seja, 63% do total de 27 agentes estudados. Em seguida, aparecem 04 agentes com 80% dos capitais acumulados, ou seja, 14,8%. Se somamos os percentuais destes agentes que detêm volumes significativos, chegamos ao número de 77,8% do total de 27 agentes estudados, que são possuidores de um volume expressivo dos capitais analisados¹²⁸.

¹²⁷ Levando em conta a presença de muitos destes agentes em vários círculos do poder (tendo exercido cargos não somente na esfera municipal, mas também mandatos estaduais e federais) e suas ligações com poderosas estirpes da classe dominante tradicional, era de se esperar que suas declarações de bens fossem condizentes com tais capitais políticos, sociais e familiares. No entanto, não foi o que alguns dos registros demonstraram, com especial atenção para a declaração de bens da Vereadora Nely Almeida (cunhada de Cecílio do Rêgo Almeida, proprietário de uma das maiores construtoras do país) que, no ano de 2008, informou possuir um patrimônio de apenas R\$25.303,65 (vinte e cinco mil trezentos e três reais e sessenta e cinco centavos), composto pela metade de dois bens imóveis.

¹²⁸ Para consultar dados completos, ver apêndice 03

Quando analisamos especificamente os capitais políticos dos agentes responsáveis pelas nomeações, é possível observar alguns dados interessantes, conforme as tabelas a seguir¹²⁹:

TABELA 18 – ESFERA DOS MANDATOS DOS 27 AGENTES POLÍTICOS RESPONSÁVEIS PELAS NOMEAÇÕES DOS BENS PÚBLICOS ANALISADOS

Esfera	Número de agentes com mandatos	Percentual correspondente
Local (municipal e estadual)	21	77,8%
Federal	06	22,2%

Fonte: A Autora (2024).

TABELA 19 – NÚMERO DE MANDATOS DOS 27 AGENTES POLÍTICOS RESPONSÁVEIS PELAS NOMEAÇÕES DOS BENS PÚBLICOS ANALISADOS

Mandatos	Número de Agentes	Percentual correspondente
1 mandato	01	3,7%
2 mandatos	07	25,9%
3 mandatos	02	7,4
4 mandatos	17	63%

Fonte: A autora (2024).

Se, por um lado, a maioria dos agentes estudados, ou seja, 77,8% deles têm sua atuação política restrita às esferas municipal e estadual, o fato de 26 deles ter exercido mais de um mandato, dentre os quais, 17 o fizeram por 4 vezes ou mais (somando 96,3%), é indicativo de um grupo resiliente no poder, ainda que em âmbito local. Em outras palavras, os responsáveis pelas indicações de muitos dos homenageados ora estudados são agentes que revelaram possuir suficientes capitais políticos para um processo de acumulação de capitais políticos, com consequente perpetuação no poder, o que pode ser identificado como evidência de pertencimento ou de ligação com a Classe Dominante Tradicional.

No que se refere à trajetória desses agentes, analisamos inicialmente o patrimônio declarado por eles, segundo os dados oficiais do Tribunal Superior Eleitoral. Esta análise observou a acumulação de um dos recursos mais valiosos que os grupos dominantes possuem, ou seja, o capital econômico. Entretanto, como já afirmamos, as informações fornecidas pelos agentes estudados nem sempre revelaram recursos condizentes com a acumulação dos grupos que secularmente comandam as diversas esferas de poder no país.

¹²⁹ Para consultar dados completos, ver apêndice 04.

Encontramos dados sobre o patrimônio declarado de 18, entre os 27 agentes estudados¹³⁰, no período de 1998 a 2022. Mesmo levando em conta o prazo de mais de duas décadas, e as consequências inflacionárias, nos surpreendeu que, entre todos os agentes estudados, nenhum declarou possuir um patrimônio superior a 3 milhões de reais, conforme é possível observar na tabela a seguir¹³¹:

TABELA 20 – PATRIMÔNIO DECLARADO PELOS 27 AGENTES POLÍTICOS RESPONSÁVEIS PELAS NOMEAÇÕES ESTUDADAS

Volume do patrimônio	Número de Agentes declarantes desse volume	Percentual correspondente
Inferior a 100 mil reais	01	3,7%
Entre 100 e 500 mil reais	04	14,8%
Entre 500 mil e 1 milhão de reais	05	18,5%
Entre 1 e 2 milhões de reais	08	29,6%
Superior a 3 milhões de reais	00	00%
Dados não encontrados	09	33,4%

Fonte: A autora (2024).

Nesse sentido, observar as relações de parentesco destes agentes políticos é uma ferramenta importante para a identificação de seus laços de pertencimento ou ligação com a CDT, uma vez que os registros a respeito da riqueza material forneceram informações interessantes, mas limitadas, quanto ao seu poder de atuação, especialmente no campo político.

Observamos que, entre os 27 agentes estudados, seis possuem ligações diretas de parentesco com a classe dominante tradicional. São eles: Fabiano Braga Cortes Jr, Ivan Ribas, Julieta Reis, Nely Almeida, Rafael Greca e Roberto Requião.

Além disso, outros nove agentes possuem conexões de parentesco ligadas com antepassados originários das imigrações do século XIX, grupo que Oliveira (2001) identificou como potencialmente favorecido para adentrar ao círculo da Classe Dominante Tradicional.

Ao analisarmos a formação econômica e social do Paraná, constatamos que, historicamente, a elite do estado era composta por agentes oriundos das famílias agrárias, a chamada *nobreza da terra*, que dominava o poder na região e no país desde os tempos coloniais. No final do século XIX e início do século

¹³⁰ Consultamos os dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que disponibiliza virtualmente os registros referentes ao patrimônio declarado dos candidatos no Brasil, a partir das eleições de 2004 (<https://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/eleicao>), e a pesquisa do site *Poder360*, que disponibiliza os registros do patrimônio declarado dos candidatos, a partir de 1998 (<https://eleicoes-monitor.poder360.com.br/>).

¹³¹ Para consultar dados completos, ver apêndice 05.

XX esta realidade não era diferente, com esta elite, a classe dominante tradicional, ainda dispondo de capitais suficientes para controlar a posse da terra, o domínio das esferas produtivas, os cargos estatais, e as instituições que garantiam poder político, cultural e simbólico. No entanto, como os campos são espaços de disputas, por muitas vezes elementos externos à classe dominante tradicional podem se inserir em suas dinâmicas, garantindo acesso à certos capitais. Nada que abalasse a estrutura desta dominação histórica, mas que poderia garantir certa inserção de elementos novos nas velhas famílias que perpetuavam as estruturas vigentes desde a época colonial. Esse foi o caso de alguns agentes e grupos imigrantes que chegaram ao Paraná a partir do século XIX. (OLIVEIRA, 2001. *In*: PODLASEK, 2023, p. 73).

Os agentes sobre os quais identificamos conexões com antepassados oriundos da imigração europeia do século XIX são: João Cláudio Derosso, José Gorski, Marcos Isfer, Ney Leprevost, Rosa Maria Chiamulera, Cássio Taniguchi, Jaime Lerner, Luciano Ducci e Maurício Fruet.

A respeito dos outros 12 agentes não conseguimos encontrar informações sobre relações de parentesco que os ligassem à CDT, ou à imigração¹³².

Somando os agentes sobre os quais identificamos ligações de parentesco diretas com a Classe Dominante Tradicional, com aqueles que possuem origens entre famílias imigrantes, chegamos ao resultado de 15 indivíduos, o que representa 55,6% do total de 27 agentes estudados. Os demais agentes, sobre os quais não encontramos informações sobre este tipo de conexão, somando o número de 12, representam 44,4% do total.

Analisando estes números isoladamente, constatamos que pouco mais da metade dos agentes estudados é formada por indivíduos com ligações diretas ou potenciais com a CDT, com o poder de utilizar as indicações para nomear bens públicos, como um instrumento para defender interesses simbólicos ou políticos (moeda de troca) dentro da ordem estabelecida pelas camadas dominantes.

Além disso, é preciso levar em conta que, se não encontramos evidências de que pouco mais de 44% dos agentes responsáveis pelas indicações das homenagens pertençam ou integram os círculos da CDT, tampouco é possível afirmar que eles façam parte das classes populares, segundo os capitais que demonstraram herdar ou acumular em suas trajetórias. As informações sobre as carreiras políticas destes sujeitos contribuem para essa linha de pensamento, uma vez que a maioria deles, reeleitos por mais de duas vezes, demonstra possuir capitais políticos suficientes para se manter no poder junto daqueles que preservam a ordem regida pela CDT.

¹³² Para consultar dados completos, ver apêndice 05.

Nesse sentido, a análise prosopográfica dos agentes que indicaram os nomes dos homenageados ora estudados, nos permite afirmar que a maioria destes sujeitos integra o grupo de famílias pertencentes à CDT e/ou possuem origens em famílias imigrantes, que se associaram à ordem estabelecida pela Classe Dominante Tradicional. Isso é um forte indicativo para a corroboração de nossa hipótese inicial, ou seja, do viés elitista no estabelecimento das homenagens, seja para a reprodução do *habitus* de classe da própria CDT na reconversão para os capitais simbólicos das honrarias prestadas, ou para o reforço do *jogo* político com os grupos agregados, prováveis integrantes da base política dos agentes responsáveis pelas indicações.

6.2 – AS ORIGENS DOS AGENTES HOMENAGEADOS

Inicialmente, optamos por analisar neste estudo prosopográfico, o local e a época de nascimento dos 47 novos agentes estudados, comparativamente com os mesmos dados referentes aos 17 agentes que nomeiam as escolas de referência. Aplicamos a mesma lógica ao elaborar a prosopografia dos capitais individuais dos 47 novos agentes, sem, contudo, incluir os capitais simbólicos (o que havia sido feito na pesquisa de mestrado).

A princípio, reproduzimos as informações levantadas em nossa pesquisa de mestrado, que revela o local de nascimento dos agentes que designam as escolas de referência (PODLASEK, 2020).

TABELA 21 ORIGEM DE NASCIMENTO DOS AGENTES HOMENAGEADOS NA NOMEAÇÃO DAS DEZESSETE ESCOLAS DE REFERÊNCIA

Localidade	Agentes nascidos na localidade
Curitiba	06
Outras cidades do Paraná	02
Outros estados do Brasil	03
Outros países	01
Local de nascimento não encontrado	05

Fonte: Adaptado de PODLASEK (2020).

Dentre os 47 novos agentes estudados na presente tese, apresentamos a seguir os resultados da pesquisa quanto às suas origens, de forma similar ao que foi levantado sobre as escolas de referência, descritos na tabela anterior ¹³³.

TABELA 22 – ORIGEM DE NASCIMENTO DOS 47 NOVOS AGENTES HOMENAGEADOS

Localidade	Agentes nascidos na localidade

¹³³ Para consultar dados completos de cada agente, consultar o Apêndice 07.

Curitiba	12
Outras cidades do Paraná	12
Outros estados do Brasil	15
Outros países	05
Local de nascimento não encontrado	03

Fonte: A autora (2024).

Ao somarmos os dados referentes aos 47 novos agentes estudados, com os dados dos homenageados nas escolas de referências, verificamos que, percentualmente, o número de agentes nascidos em Curitiba e daqueles que nasceram em outros estados do Brasil são equivalentes – 18 agentes cada, representado cada um 28,1% do total. Os agentes nascidos em outras cidades do Paraná, no número de 14 agentes, representam um percentual inferior, de 21,9% do total. Já os agentes estrangeiros representam 9,4% do total, fato que, apesar de minoritário entre os agentes que possuem dados sobre suas origens, não deixa de ser representativo. A soma de 8 agentes sem dados acerca de seu local de nascimento representa 12,5% do total o que, mesmo não estando entre as maiores parcelas, ultrapassa o número de agentes estrangeiros.

Diferentemente dos resultados obtidos na pesquisa de mestrado, no presente estudo, o número de agentes homenageados oriundos de cidades do interior do Paraná, bem como de outros estados do Brasil é bastante significativo e, somados, eles ultrapassam o número de homenageados que têm sua origem de nascimento na capital paranaense. Isso demonstra que, na escolha de nomes de bens públicos como ruas, praças, unidades básicas de saúde e escolas municipais, pode ter ocorrido uma diversidade maior na definição dos homenageados, não sendo seu local de nascimento na própria capital um fator preponderante.

TABELA 23 – ORIGEM DE NASCIMENTO DOS 64 AGENTES ESTUDADOS

Localidade	Agentes nascidos na localidade	Percentual correspondente
Curitiba	18	28,1%
Outras cidades do Paraná	14	21,9%
Outros estados do Brasil	18	28,1%
Outros países	06	9,4%
Local de nascimento não encontrado	08	12,5%

Fonte: A autora (2024).

Os dados sobre aqueles que residiram ou atuaram Curitiba demonstram que a maioria dos homenageados vivenciou algum tipo de experiência na capital do Paraná, pois são 48 agentes que residiram ou atuaram de alguma forma na cidade, ou seja, 75% do total. Isso é indício de que as escolhas para as homenagens deveriam levar em conta

as ligações das trajetórias dos agraciados com a cidade, ainda que tal premissa possa não ter se manifestado necessariamente em relação às comunidades locais onde as homenagens foram prestadas.

TABELA 24 – AGENTES QUE ATUARAM OU RESIDIRAM EM CURITIBA

Agentes que atuaram ou residiram em Curitiba	Percentual correspondente
48	75%

Fonte: A autora (2024).

A época de nascimento, outro fator que se refere às origens dos agentes estudados, foi pesquisada em nossa dissertação de mestrado, e seus dados são reproduzidos na tabela seguir.

TABELA 25 – ÉPOCA EM QUE OS HOMENAGEADOS NAS ESCOLAS DE REFERÊNCIA NASCERAM

Período	Agentes nascidos no período
2ª metade do Século XIX	04
1ª metade do Século XX	07
2ª metade do Século XX	1
Data de nascimento não encontrada	05

Fonte: Adaptado de PODLASEK (2020).

As informações referentes a época de nascimento dos 47 novos agentes estudados revelam dados similares àqueles que nomeiam as escolas de referência, com a maior parte dos homenageados concentrando sua época de nascimento na primeira metade do século XX, conforme podemos observar na tabela a seguir ¹³⁴.

TABELA 26 – ÉPOCA DE NASCIMENTO DOS 47 NOVOS AGENTES QUE NOMEIAM OS BENS PÚBLICOS ESTUDADOS ¹³⁵

Período	Agentes nascidos no período
Anteriormente do Século XIX	01
2ª metade do Século XIX	11
1ª metade do Século XX	28
2ª metade do Século XX	05
Data de nascimento não encontrada	02

Fonte: A autora (2024).

¹³⁴ A biografia do Ouvidor Pardinho destoa nesta análise, por se tratar de um agente nascido ainda no período colonial, em finais do século XVII.

¹³⁵ Para consultar dados completos de cada agente, consultar o Apêndice 07.

Os dados a respeito dos 64 agentes estudados, quanto à sua época de nascimento, confirmam que estes se concentram nos anos iniciais do século passado, conforme é possível perceber na tabela a seguir.

TABELA 27 – ÉPOCA DE NASCIMENTO DOS 64 NOVOS AGENTES ESTUDADOS

Período	Agentes nascidos no período	Percentual correspondente
Anteriormente do Século XIX	01	1,6%
2ª metade do Século XIX	15	23,4%
1ª metade do Século XX	35	54,7%
2ª metade do Século XX	06	9,4%
Data de nascimento não encontrada	07	10,9%

Fonte: A autora (2024).

A interpretação inicial da análise das biografias coletivas nos aponta algumas informações importantes. Primeiramente, observamos que a maior parte dos agentes homenageados (59,4% do total) possui sua origem de nascimento em localidades fora de Curitiba, seja em cidades do interior do Paraná, em outros estados, ou em outros países. Contudo, dos 64 agentes estudados, a maioria deles (75%) residiu ou atuou de alguma forma na capital paranaense, indicando possuir algum laço de pertença com a cidade.

Dentro deste perfil, os agentes homenageados também possuem algumas características marcantes quanto à época de seu nascimento e, portanto, de sua possível vivência em Curitiba. Inicialmente constatamos que a maior parte deles nasceu na primeira metade do século XX, somando 54,7% do total. Contudo, o segundo maior percentual dos homenageados possui sua data de nascimento na segunda metade do século XIX, somando 23,4% do total. Quando somadas essas duas épocas de nascimento, é totalizado 78,1% dos agentes estudados, ou seja, a maioria dos sujeitos que compõem o recorte nasceu até o ano de 1950. Tal dado revela a necessidade da análise da época em que foram feitas as indicações para o estabelecimento das homenagens.

Primeiramente, voltamos a nos debruçar sobre a época das nomeações das escolas de referência, para que os critérios comparativos sigam padrões coerentes. Nesse sentido, observamos a legislação estudada em nossa dissertação de mestrado, que apresentava a data de estabelecimento das designações das 17 escolas ¹³⁶.

¹³⁶ Para consultar dados completos ver apêndice 08.

TABELA 28 – ÉPOCA DE NOMEAÇÃO DAS 17 ESCOLAS DE REFERÊNCIA

Período	Número de nomeações
2ª metade do Século XX	11
1ª metade do Século XXI	06

Fonte: A autora (2024).

A respeito da época de nomeação dos demais bens públicos pesquisados, apesar de se tratar de um número maior de locais estudados, os resultados possuem alguma similaridade, com preponderância das nomeações na segunda metade do século XX¹³⁷.

TABELA 29 – ÉPOCA DE NOMEAÇÃO DOS 49 BENS PÚBLICOS ESTUDADOS¹³⁸

Período	Número de nomeações
2ª metade do século XIX	01
1ª metade do século XX	01
2ª metade do Século XX	41
1ª metade do Século XXI	06

Fonte: A Autora (2024).

Ao somarmos os dados sobre as escolas de referência com os dados sobre os demais bens públicos estudados, observamos que os percentuais confirmam a maior incidência de nomeações concentrada na segunda metade do século passado.

TABELA 30 – ÉPOCA DE NOMEAÇÃO DOS 66 BENS PÚBLICOS ESTUDADOS¹³⁹

Período	Número de nomeações	Percentual correspondente
2ª metade do século XIX	01	1,5%
1ª metade do século XX	01	1,5%
2ª metade do Século XX	52	78,8%
1ª metade do Século XXI	12	18,2%

Fonte: A autora (2024).

Retomando o dado de que 78,1% dos agentes homenageados nasceram entre o final do século XIX e o ano de 1950, e comparando-o com o fato de 78,8% das nomeações terem sido estabelecidas na segunda metade do século XX, é plausível concluir que as homenagens foram prestadas em um intervalo temporal pequeno, protagonizadas pela geração seguinte àqueles que receberam a honraria. Os atos que proporcionaram aos

¹³⁷ Para consultar dados completos ver apêndice 09.

¹³⁸ Neste ponto retomamos o número de 49 bens públicos, uma vez que a informação não se refere aos dados biográficos dos agentes, mas à época de nomeação dos espaços, que são específicas.

¹³⁹ Da mesma forma que na tabela anterior, retomamos o número de 66 espaços públicos, pois esta análise se refere à época de nomeação de cada um deles, e não aos dados biográficos dos agentes.

agentes homenageados o acúmulo e a reconversão de diversos tipos de capitais na forma do capital simbólico de nomear um bem público, não estão separados por um grande intervalo temporal de sua época em vida. Obedecendo aos critérios das legislações que, em sua maioria, previam a necessidade de as homenagens serem póstumas, os agentes agraciados receberam as honrarias em uma época não distante da época que ainda estavam vivos, ou seja, quando a sua memória (e talvez os interesses na reconversão de capitais por parte de seus familiares) ainda eram recentes.

Quando cruzamos estes dados com as informações sobre o histórico de expansão dos bairros de Curitiba, observamos que o período em que mais se nomeou bens públicos na capital, segundo o recorte que estabelecemos, também é a época em que a cidade vivenciou um processo de aumento demográfico e expansão de sua ocupação territorial, com a formação de novos bairros, especialmente na região Sul. Portanto, nomear bens públicos se constituía em uma ação necessária para a dinâmica de crescimento de Curitiba, mas também era uma oportunidade para diversos agentes políticos atuarem em favor da reconversão de vários tipos de capitais em capitais simbólicos (em favor de suas estirpes), bem como negociar o direito das indicações, dentro do jogo de poder.

Se os dados sobre a origem de nascimento e as vivências em Curitiba dos 47 novos agentes estudados tem similaridades com os resultados daqueles que compõem o recorte das escolas de referência, os dados sobre os capitais individuais acumulados por esses sujeitos nos revelam maior diversidade quanto à capacidade de acumulação e reconversão de capitais. Em outras palavras, viver em Curitiba na primeira metade do século XX demonstrou ser um fator confluyente para os homenageados estudados em nossas pesquisas, mas a realidade das trajetórias individuais dos agentes pesquisados nesta tese demonstra maior diversidade, bem como denotam dificuldades e lacunas mais significativas no levantamento das informações.

6.3 – CAPITAIS EDUCACIONAIS

Inicialmente observamos as trajetórias individuais quanto à formação escolar e acadêmica dos homenageados, procurando detectar os padrões a respeito dos capitais educacionais acumulados por estes agentes. Para que as comparações dos dados coletivos

pudessem ser estabelecidas de forma coerente, foram consideradas somente as formações educacionais dentro dos sistemas de ensino oficiais¹⁴⁰.

TABELA 31 – CAPITAIS EDUCACIONAIS DOS 47 NOVOS AGENTES ESTUDADOS

Nível de Formação	Número de agentes	Percentual Correspondente
Formação primária	01	2,1%
Formação Secundária (técnico ou normal)	06	12,8%
Formação Superior	19	40,4%

Fonte: A autora (2024)

TABELA 32 – DADOS GERAIS LEVANTADOS SOBRE OS CAPITAIS EDUCACIONAIS DOS 47 NOVOS AGENTES ESTUDADOS

Dados gerais	Número de agentes	Percentual Correspondente
Agentes possuidores de capitais educacionais	26	55,3%
Agentes que frequentaram escolas de elite	23	48,9%
Dados não encontrados	21	44,7%

Fonte: A autora (2024).

O percentual a respeito dos dados dos agentes homenageados demonstra que um número elevado (44,7%) não teve este aspecto detalhado nos documentos de justificativas para o estabelecimento das nomeações. Dentre aqueles que conseguimos levantar os dados sobre a formação educacional e os respectivos capitais, a maior parte (40,4%) possui nível superior. Somados com o percentual daqueles que possuíam formação secundária (técnico ou normal), este número sobe para 53,2% dos agentes homenageados, ou seja, mais da metade do recorte estudado. Em um país onde a realidade da formação escolar no referido contexto histórico, era privilégio das camadas mais abastadas, este aspecto da análise prosopográfica corrobora a hipótese central da presente tese, que aponta para indícios elitistas no processo de indicação dos homenageados em bens públicos da capital.

¹⁴⁰ Por esse motivo, incluímos 4 agentes na classificação dos dados não encontrados, mesmo que tenhamos levantado informações sobre formações alternativas destes sujeitos (Joaquim de Siqueira Cortes – autodidata em Contabilidade; Francisca Toni Mathias – poliglota; Álvaro Borges – artista que frequentou aulas com mestres renomados; João Batista Brandão de Proença – frequentou aulas em um Seminário, sem conseguirmos identificar em que nível de ensino).

Comparativamente, os dados a respeito dos agentes estudados nas escolas de referência e os dados dos 47 novos agentes estudados apresentam alguns dados destoantes.

TABELA 33 – CAPITAIS EDUCACIONAIS DOS AGENTES HOMENAGEADOS NAS ESCOLAS DE REFERÊNCIA

Nível de Formação	Número de agentes	Percentual correspondente
Formação primária	00	00%
Formação Secundária (técnico ou normal)	03	17,6%
Formação Superior	09	52,9%

Adaptado de PODLASEK (2020).

TABELA 34 – DADOS GERAIS LEVANTADOS SOBRE OS CAPITAIS EDUCACIONAIS DOS 17 AGENTES QUE NOMEIAM AS ESCOLAS DE REFERÊNCIA

Dados gerais	Número de agentes	Percentual Correspondente
Agentes possuidores de capitais educacionais	12	70,6%
Agentes que frequentaram escolas de elite	09	52,9%
Dados não encontrados	05	29,5%

Fonte: Adaptado de PODLASEK (2020).

Se não conseguimos levantar informações sobre os capitais educacionais de 44,7% dos agentes que nomeiam os logradouros estudados nesta tese, o número cai para 29,5% daqueles que foram estudados nomeando as escolas de referência. Além disso, quando observamos os percentuais a respeito daqueles que possuíam nível superior ou médio, os resultados apontam número significativo de agentes detentores deste tipo de capital em ambos os recortes, com um número realmente expressivo entre aqueles que integram as escolas de referência. Dentre os 47 novos agentes estudados, 53,2% deles possuíam este tipo de formação educacional. Já dentre os 17 agentes das escolas de referência, 70,5% deles possuíam formação média ou superior.

Nas tabelas a seguir, que tratam de todos os agentes estudados nesta tese, demonstramos os percentuais quando aos capitais educacionais, chamando atenção para o número de que 59,3%, que corresponde à soma dos percentuais de formação média ou superior, o que, mais uma vez, demonstra que mais da metade dos sujeitos estudados tinham acesso a este tipo capital valioso. O dado que aponta 48,4% dos agentes oriundos de escolas de elite também reforça esta percepção, em um contexto em que ter qualquer formação escolar não era comum a todos os cidadãos do país.

TABELA 35 – PERCENTUAL DOS CAPITAIS EDUCACIONAIS DOS 64 AGENTES ESTUDADOS¹⁴¹

Nível de Formação	Número de agentes	Percentual correspondente
Formação primária	01	1,6%
Formação Secundária (técnico ou normal)	9	15,6%
Formação Superior	28	43,7%

Fonte: A autora (2024).

TABELA 36 – DADOS GERAIS LEVANTADOS SOBRE OS CAPITAIS EDUCACIONAIS DOS 64 AGENTES ESTUDADOS

Dados gerais	Número de agentes	Percentual correspondente
Agentes possuidores de capitais educacionais	38	59,4%
Agentes que frequentaram escolas de elite	31	48,4%
Dados não encontrados	26	40,6%

Fonte: A autora (2024).

6.4 – CAPITAIS PROFISSIONAIS

A acumulação de capitais educacionais tem uma série de objetivos nos embates sociais, dentre eles, um melhor posicionamento na disputa de colocações no mercado de trabalho. Possuir uma boa formação escolar pode ser a porta de entrada para uma boa carreira profissional, ou a confirmação de caminhos já delineados pelas gerações anteriores, dentro da lógica de heranças dos capitais familiares. Seja como for, a presença de capitais profissionais demonstra, entre outras coisas, o quanto os agentes foram capazes, em suas trajetórias, de reconverter capitais herdados ou acumulados nos anos da formação escolar. Além disso, os capitais profissionais também são um dos indicadores de possíveis acúmulos de capital econômico, uma vez que, apesar de essencial nas análises, é bastante difícil acessar dados sobre o patrimônio material dos agentes estudados. Por isso, os dados sobre os capitais profissionais são indícios de informações, mantidas muitas vezes na opacidade, seja pela escassez de registros confiáveis, ou devido aos interesses das camadas dominantes.

¹⁴¹ A soma dos percentuais é de 101,5% devido aos arredondamentos de valores.

Iniciamos a análise dos capitais profissionais, com a reprodução dos dados acerca dos agentes homenageados nas escolas de referência, seguindo o critério de separação entre a atuação no setor público e no setor privado.

TABELA 37 – CAPITAIS PROFISSIONAIS DOS AGENTES HOMENAGEADOS NAS ESCOLAS DE REFERÊNCIA

Área de atuação	Número de agentes
Setor público	08
Setor Privado	08

Fonte: Adaptado de PODLASEK (2020).

TABELA 38 – DADOS GERAIS LEVANTADOS SOBRE OS CAPITAIS PROFISSIONAIS DOS AGENTES HOMENAGEADOS NAS ESCOLAS DE REFERÊNCIA¹⁴²

Dados gerais	Número de agentes	Percentual correspondente
Total de agentes possuidores de capitais profissionais	14	87,5%
Dados não encontrados	02	12,5%

Fonte: Adaptado de PODLASEK (2020).

Segundo o que pesquisamos em nossos estudos de mestrado, dos 14 agentes possuidores de capitais profissionais entre os homenageados nas escolas de referência, 11 deles possuíam também capitais educacionais, indicando o provável processo de reconversão de capitais, mencionado anteriormente (PODLASEK, 2020).

Quando analisamos a trajetória dos 47 novos agentes estudados nesta tese, observamos que esta realidade é um pouco diversa.

TABELA 39 – CAPITAIS PROFISSIONAIS DOS 47 NOVOS AGENTES ESTUDADOS¹⁴³

Área de atuação	Número de agentes
Setor público	26
Setor Privado	28

Fonte: A autora (2024).

¹⁴² Nesta análise foi excluído o nome de Aníbal Khury Neto, pois ele faleceu com apenas 3 anos de idade. Por isso, a soma de agentes possuidores de capitais profissionais com aqueles em que não obtivemos dados a respeito resultaram no número de 16 indivíduos. Levamos em conta esse fato também na hora de avaliar os percentuais correspondentes.

¹⁴³ Para consultar dados individuais ver apêndice 11.

TABELA 40 – DADOS GERAIS LEVANTADOS SOBRE OS CAPITALS PROFISSIONAIS DOS 47 NOVOS AGENTES ESTUDADOS

Dados gerais	Número de agentes	Percentual correspondente
Total de agentes possuidores de capitais profissionais	44	93,6%
Dados não encontrados	03	6,4%

Fonte: A autora (2024).

A maior parte dos agentes estudados são possuidores de recursos na forma de capitais profissionais: são 44 agentes que dispõe desse tipo de capital, ou seja, 93,6% dos novos agentes estudados ¹⁴⁴. No entanto, quando os dados sobre os capitais profissionais são classificados através de cada bem tipo de bem público estudado, e cruzados com os dados a respeito dos capitais educacionais, observamos novamente uma diferenciação entre as informações sobre os agentes que nomearam ruas e praças, e aqueles que nomearam unidades de saúde e escolas municipais. Em termos gerais, mesmo que maioria dos agentes tenha acumulado o recurso de uma colocação profissional em sua trajetória, a ausência de dados dificulta a verificação de uma possível reconversão de capitais educacionais em profissionais nos dois primeiros grupos mencionados, conforme é possível perceber nos dados da tabela a seguir:

TABELA 41 – RELAÇÃO ENTRE CAPITALS PROFISSIONAIS E EDUCACIONAIS DOS 47 NOVOS AGENTES

Tipo de bem público	Total de agentes possuidores de capitais educacionais	Total de agentes possuidores de capitais profissionais
Ruas	04	13
Praças/ Jardinetes	05	12
UBS's	04	04
Escolas Municipais	13	15

Fonte: A autora (2024).

Dos 15 agentes homenageados nomeando ruas, não encontramos informações sobre a formação educacional de 11 deles. Mesmo assim, destes 15 agentes, 13 deles possuem registros sobre algum tipo de atuação profissional. Nesta mesma análise, todos os 12 homenageados que nomeiam praças ou jardinetes tiveram em seus registros

¹⁴⁴ Importante ressaltar que a soma dos agentes que atuaram no setor público com aqueles que atuaram no setor privado resulta em mais de 47 agentes, pois diversos deles tiveram atuações profissionais em ambos os setores. Destacamos também que duas agentes (Antônia Molina Bella e Ignês de Lourdes Gomes de Macedo) possuíam em suas biografias a informação que exerceram a profissão de “do lar”, a qual incluímos no setor privado.

mencionados algum tipo de atuação profissional, mas a respeito de 07 deles (mais de 50% do total) não conseguimos averiguar informações sobre a formação educacional. Sobre as unidades básicas de saúde, 04 dos agentes possuem informações disponibilizadas sobre sua formação educacional e atuação profissional. E a respeito das escolas municipais, dos 17 homenageados (que consideramos o número de 15, pois dois deles aparecem em duplicidade com outros bens públicos mencionados anteriormente), encontramos dados a respeito da trajetória profissional de todos, e sobre os capitais educacionais de 13 agentes¹⁴⁵.

Na análise específica de cada tipo de bem público estudado, observamos inicialmente que, entre os nomes de ruas, constam 04 agentes com registros de informações sobre a formação educacional, ou seja, 26,7% deles. Esse tipo de ausência de dados dificulta a constatação da reconversão dos capitais educacionais em capitais profissionais, uma vez que para mais de 60% dos agentes estudados não foi possível estabelecer parâmetros de comparação seguros.

A respeito dos homenageados que nomeiam praças e jardinetes, foi averiguado que 05 deles possuem dados sobre a formação educacional, todos eles com formação superior. Este é um aspecto interessante, pois, apesar de não termos encontrado dados sobre a formação escolar de mais da metade destes agentes, levantamos que cerca de 41,7% deles possuíam o Ensino Superior completo, indicando um possível processo de reconversão de capitais. Em outras palavras, é muito provável que os 05 agentes que nomeiam as praças e jardinetes tenham reconvertido os valiosos capitais educacionais em recursos para a colocação no campo profissional, o que indica um processo de acúmulo de recursos entre parte destes agentes.

Os dados sobre os homenageados que nomeiam as unidades básicas de saúde também apontam para a provável reconversão de capitais educacionais em capitais profissionais, uma vez que, dos 04 agentes que atuaram profissionalmente em suas trajetórias, todos possuíam o Ensino Superior, correspondendo a 80% destes agentes estudados.

A respeito dos homenageados que nomeiam as escolas municipais, excluindo os dois casos de duplicidade com outros bens públicos, dos 15 agentes estudados, todos possuem registros sobre sua atuação profissional, e destes, 13 deles possuem formação

¹⁴⁵ Aqui nos referimos à ausência de informações precisas acerca da formação do Professor Brandão de Proença, pois, apesar de encontrarmos dados a respeito de seus estudos em um Seminário, não foi possível confirmar se ele possuía formação específica para o magistério (normal ou superior).

educacional secundária ou superior (86,7% do total), indicando também uma forte probabilidade de um processo de reconversão de capitais nestes casos.

Os capitais profissionais, de maneira geral, sinalizam para a confirmação de nossa hipótese inicial, ou seja, uma característica de acúmulo e reconversão de capitais entre os sujeitos homenageados na nomeação dos bens públicos. Afirmamos isso, pois, mesmo com a dificuldade do levantamento de informações sobre alguns segmentos, observamos que, dos 47 novos agentes estudados, 25 deles (53,2%) possuem indicações claras de um processo de reconversão dos capitais educacionais em capitais profissionais. Isso se evidencia, uma vez que 06 destes agentes (12,7%) possuíam a formação secundária, 19 destes agentes (40,4%) possuíam formação superior, e todos eles tiveram algum tipo de atuação profissional, o que certamente indica que a oportunidade de frequentar os bancos escolares foi um recurso reconvertido, para mais da metade dos agentes estudados, em capitais dentro do campo profissional.

Se levarmos em conta o processo de reconversão de capitais educacionais em capitais profissionais, incluindo os homenageados nas escolas de referência, observamos que, dos 64 agentes estudados, 58 deles (90,6% do total) possuem capitais profissionais, enquanto 37 (57,8% do total) possuem formação educacional secundária ou superior, indicando novamente que, em mais da metade das trajetórias dos agentes estudados, a probabilidade de um processo de reconversão de capitais educacionais em capitais profissionais se revela bastante provável¹⁴⁶.

TABELA 42 – CAPITAIS EDUCACIONAIS E CAPITAIS PROFISSIONAIS ENTRE OS 64 AGENTES ESTUDADOS

Capitais	Número de agentes	Percentual correspondente
Capitais educacionais (formação secundária ou superior)	37	57,8%
Capitais profissionais	58	90,6%

Fonte: A autora (2024).

Porém, consideramos que é importante também observar as áreas de atuação dos agentes estudados, para darmos conta da análise dos capitais profissionais acumulados e/ou reconvertidos pelos agentes. Por isso, especificamos na tabela a seguir, incluindo

¹⁴⁶ Para consultar dados completos ver apêndice 11.

todos os 64 agentes estudados, o que os registros encontrados nos permitiram levantar a respeito das diversas profissões exercidas pelos agentes pesquisados.¹⁴⁷.

TABELA 43 – COLOCAÇÃO PROFISSIONAL DOS 64 AGENTES ESUDADOS

Profissões	Agentes que atuaram na área
Administrador (a) de empresas	3
Agricultor (a)	2
Arquiteto (a)	1
Artista/escritor (a)	7
Assistente Social	1
Burocrata do Estado	2
Comerciante/Empresário (a)	7
Contador (a)	1
Do lar	2
Economista	1
Engenheiro (a)	2
Jornalista	1
Médico (a)	2
Militar	5
Operário (a)	5
Político (a)	7
Professor (a)	20
Profissões do campo jurídico (advogados (as), promotores (as), juízes (as), tabeliões)	8
Falecido quando criança	1
Dados não encontrados	3

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

A ocupação que mais aparece na atuação profissional dos agentes estudados é a de professor, com 20 agentes ocupando este tipo de cargo na área educacional, ou seja, mais do dobro das demais profissões que aparecem em seguida. Com o número de 08 agentes, as profissões do campo jurídico (advogados (as), promotores (as), juízes (as), tabeliões) são as que aparecem em segundo lugar. Em seguida, com o mesmo número de 7 agentes aparecem as profissões de artista/escritor (a), comerciante/empresário (a) e político(a).

Ao analisarmos a categoria dos professores, englobamos em nossa pesquisa agentes que atuaram no magistério nos diversos níveis do que hoje é definido como Educação Básica e Educação Superior.

Se nos pautarmos por balizas atuais, é possível verificar que existe uma grande variação na valorização do magistério, quanto ao quesito remuneração no Brasil. Dados de 2023 do Ministério do Trabalho e Emprego, amplamente divulgados nos meios

¹⁴⁷ Esclarecemos que a soma das profissões excede o número de 64, pois diversos agentes atuaram em mais de uma área. Para consultar dados completos ver apêndice 08.

jornalísticos, revelaram que um grupo específico de professores (docentes de Geografia do Ensino Superior) constava entre as cem profissões com maiores salários de contratação no país. Por outro lado, o grupo de professores de Linguística e Linguística Aplicada era listado no grupo das cem profissões com piores salários de contratação. (SAIBA, 2023). Já em outro levantamento, da pesquisadora Janaína Feijó, pertencente ao Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV/IBRE), foi revelado que, entre as profissões com formação no Ensino Superior, o rendimento mensal dos profissionais da Educação que atuavam como professores do Ensino pré-escolar, outros profissionais do ensino e professores de Artes, ocupavam o topo da lista das três profissões mais mal remuneradas na média do segundo trimestre de 2023 (VEJA, 2023). Isso significa que, de forma geral e dentro do senso comum, temos a percepção de que o profissional do magistério não é reconhecido no Brasil, seja em termos de rendimentos econômicos, ou mesmo em termos de prestígio social, o que excluiria tais profissionais do conjunto daqueles possuidores de capitais profissionais identificados como pertencentes às camadas integrantes ou próximas da classe dominante tradicional.

Contudo, apesar da reconhecida precarização da remuneração, a imagem do professor como um agente totalmente desprestigiado pela sociedade brasileira é uma visão cristalizada no senso comum, que deve ser analisada de maneira mais detalhada. Primeiramente, entre os 20 professores que compõem nosso recorte de pesquisa, verificamos que ao menos 08 deles também exerciam outras profissões, entre atividades políticas, empresariais, burocráticas, jurídicas e artísticas. Por esse motivo, é necessário levar em conta que, para um número significativo de sujeitos pertencentes ao grupo mais numeroso de agentes estudados nesse quesito, a profissão de professor ou professora poderia ser apenas um dos componentes entre recursos os profissionais que eles acrescentaram em suas trajetórias. Isso significa que muitos professores homenageados também poderiam ser reconhecidos por suas carreiras em outras áreas de atuação, sendo o magistério um dos vários componentes na reconversão de diversos tipos de capitais profissionais.

Além disso, ao retomarmos os dados sobre a época de nascimento dos agentes estudados, averiguamos que apenas 9,3 % deles nasceu a partir da segunda metade do século XX, enquanto 80,14% nasceu em contextos anteriores. Essa informação é importante, pois o acesso à formação educacional na época mencionada, ou seja, no Brasil no período anterior a 1950, não era comum entre as classes populares. Dados a respeito das taxas de alfabetização no Brasil durante o século passado corroboram essa afirmação,

demonstrando que a frequência escolar não era uma realidade para a maioria dos brasileiros com mais de 15 anos, ao menos até as últimas décadas do século XX.

TABELA 44 – ALFABETIZAÇÃO DA POPULAÇÃO DE QUINZE ANOS E MAIS – BRASIL – 1900/1991

Ano	Alfabetizados	Analfabetos	Sem Declaração	Taxa de alfabetização %
1900	3.380.541	6.348.869	22.791	35
1920	6.155.567	11.401.715	-	35
1940	10.379.990	13.269.381	60.398	44
1950	14.916.779	15.272.632	60.012	49
1960	24.259.284	15.964.852	54.466	60
1970	35.586.771	18.146.977	274.856	66
1980	54.793.268	18.716.847	31.828	75
1991	76.603.804	19.233.239	-	80

Fonte: IBGE, censos demográficos, apud Anuário Estatístico/115. In: SOUZA, 1999, p. 07.

Levando em conta que em 1950, mais de 50% da população no Brasil, com 15 anos de idade ou mais, não era alfabetizada, podemos concluir que a oportunidade de obter a instrução escolar era privilégio para certos setores da sociedade, dentre os quais, 80,14% dos 20 agentes com formação para o magistério que integram a maioria dos profissionais pertencentes ao nosso recorte de estudos estavam incluídos.

E essa análise também pode ser estendida para os outros grupos profissionais pesquisados no presente estudo, afinal, a maioria das profissões mencionadas exigem a alfabetização como grau mínimo de instrução para o desempenho de suas funções.

O grupo de profissionais citado em segundo lugar, com 08 agentes homenageados atuando na área, e composto por profissões do campo jurídico (advogados (as), promotores (as), juízes (as), tabeliões), costuma ter uma exigência instrucional que vai muito além da alfabetização, demandando, normalmente, a formação no Ensino Superior.

Com exceção das profissões de agricultor (a), do lar e operário (a) (sobre as quais é difícil obter maiores informações sobre as possíveis exigências instrucionais), as demais profissões mencionadas no conjunto das atividades desenvolvidas pelos agentes estudados também costumam exigir níveis de formação para além da alfabetização, normalmente requisitando a formação secundária ou superior. Dessa maneira, das 18 profissões encontradas nos registros pesquisados, apenas 03 delas (16,7%) podem ser incluídas entre atividades que exigem menor grau instrucional, enquanto as demais 15 profissões (83,3%) são atividades que exigem uma formação escolar secundária ou superior. Isso indica um processo de acumulação de capitais educacionais da maioria dos agentes, que foram provavelmente reconvertidos em capitais profissionais, dinâmica

condizente com sujeitos pertencentes à classe dominante tradicional, ou aos grupos agregados

Retomando a análise a respeito do grupo mais numeroso dos agentes homenageados, ou seja, professores e professoras, verificamos que, historicamente, a profissão do magistério, apesar de enfrentar uma série de dificuldades devido à falta de apoio governamental, foi uma atividade que experimentou diferentes níveis de reconhecimento social. Sem aprofundar questões inerentes à própria concepção de identidade destes profissionais (que já foram e permanecem, em certa medida, ligados à ideias de vocação, missão e sacerdócio), é certo que existe uma percepção sobre a transformação do prestígio do magistério na sociedade brasileira.

Em contextos anteriores ao final do século XX, as dificuldades de acesso para a formação escolar faziam com que uma parcela reduzida da população brasileira frequentasse os espaços de atuação dos professores. Contudo, mesmo vivenciando um processo que excluía a maior parte da população de seu alcance de atuação, os profissionais docentes pareciam gozar de maior prestígio social nessa época. À medida que a expansão educacional ocorreu no país (especialmente no contexto da última década do século passado), este status parece ter sido reduzido, cristalizando a atual percepção negativa sobre o reconhecimento econômico e social da profissão de professor e professora.

Como aponta PENIN (2009a, p. 2-3), essa desvalorização não existia numa época em que a sociedade atrelava a imagem do professor ao "saber", a uma forma de "vocação", que lhe atribuía status social. Nas palavras da autora: 'Nesse período [referindo-se à década de 1970], os professores que atendiam principalmente os segmentos mais ricos do país não tinham a sua competência questionada, havendo mesmo uma valorização social expressiva da profissão (...)' (ITALE, 2016, não p.).

Em nossa análise, essa constatação é importante, pois os 20 professores que compõem nosso recorte vivenciaram a experiência da carreira docente em um contexto onde o reconhecimento social era diferente daquele que existe hoje, indicando maior status e prestígio. O fato de muitos dos agentes integrantes do recorte pertencerem ou estarem próximos dos círculos da classe dominante local reforçam esta percepção.

Nesse sentido, e aliado aos demais argumentos explanados anteriormente, verificamos que a investigação do processo de acúmulo e possível reconversão dos capitais profissionais corroboram, de maneira geral, nossa hipótese inicial, de que os agentes homenageados possuíam relevantes recursos desta natureza, os quais foram reconvertidos, por muitos deles, a partir de valiosos recursos educacionais acumulados,

em um contexto onde estudar não era para todos, indicando também prováveis origens familiares de sujeitos pertencentes ou próximos da classe dominante tradicional.

6.5 – CAPITAIS ECONÔMICOS

Apesar de Bourdieu (1996) reconhecer a importância dos capitais econômicos nos embates dos diversos campos que compõem o espaço social, e deste aspecto ser fundamental em nossas análises, o processo de levantamento de dados a respeito deste tipo de recurso é bastante complexo, uma vez que envolve informações pouco divulgadas nos registros históricos mais comuns, e que ainda podem estar sob o sigilo de certas instituições, como as instituições financeiras de diversas naturezas¹⁴⁸.

A partir dos registros das justificativas para as homenagens dos agentes estudados¹⁴⁹, poucas foram as informações que conseguimos acessar sobre o patrimônio material e demais recursos que compõem os capitais econômicos acumulados e/ou reconvertidos.

Além dessa escassez, que prejudica as análises prosopográficas, nos preocupa também a definição de critérios para o entendimento do que seriam exatamente estes capitais econômicos. Para manter a coerência em relação a nossa pesquisa de mestrado, e diante das dificuldades de pesquisa mencionadas, seguimos a maioria dos critérios estabelecidos na escrita de nossa dissertação¹⁵⁰.

Além disso, a própria análise destas informações trouxe questionamentos de ordem metodológica, afinal, como classificar tais recursos acumulados? Uma pequena propriedade de terra, não pode ser classificada da mesma forma que

¹⁴⁸ Segundo a Lei Complementar 105/2001, são consideradas instituições financeiras os bancos de qualquer espécie, administradoras de cartão de crédito, sociedades de crédito imobiliário, bolsas de valores, entre outros. No artigo 1º da referida Lei, é estabelecido que “As instituições financeiras conservarão sigilo em suas operações ativas e passivas e serviços prestados” (BRASIL, 2001, não p.), ou seja, todos os cidadãos têm o direito ao sigilo de suas informações, salvo quando a quebra desse sigilo for necessária para a apuração da ocorrência de crimes (BRASIL, 2001, não p.).

¹⁴⁹ Enfatizamos novamente que estes registros foram as principais fontes de pesquisa sobre as biografias dos agentes estudados, pois muitos deles são pouco conhecidos, e suas trajetórias de vida não dispõem de grande acervo documental. Complementar o que existia de informações nos registros das justificativas se revelou como um desafio que trouxe retornos bastante escassos.

¹⁵⁰ Devido à mencionada escassez de fontes, e complexidade para a definição de um padrão comparativo dos capitais econômicos, redefinimos as propriedades fundiárias, incluindo nesse quesito os capitais imobiliários rurais (tais como fazendas, chácaras e sítios), e urbanos (como casas, apartamentos, solares, mansões, etc.). Esta mudança em relação à escrita do mestrado pode diminuir o rigor dos critérios, mas aumenta a possibilidade de se captar os tipos de capital econômico encontrados nos poucos registros que trataram do assunto.

um latifúndio, assim como demais recursos econômicos variados, e de naturezas diversas.

Para não submetermos as fontes a critérios pouco objetivos, optamos por elencar apenas três deles, dentro dos quais indicamos os capitais econômicos dos agentes estudados: propriedade fundiária, propriedade de empresas do comércio, indústria, comunicação e setor financeiro e propriedade de empresas do setor da educação. Tal classificação certamente restringiu uma série de informações obtidas, mas, a nosso ver, garantiu maior rigor na interpretação dos dados coletados junto às fontes (PODLASEK, 2020, p. 139).

Reproduzimos a seguir os dados a respeito dos capitais econômicos, pesquisados a partir das trajetórias dos agentes que nomeiam as escolas de referência:

TABELA 45 - AGENTES HOMENAGEADOS NAS ESCOLAS DE REFERÊNCIA QUE POSSUEM CAPITAIS ECONÔMICOS

Tipo de capital econômico	Número de agentes possuidores deste capital
Propriedade fundiária	01
Empresa do comércio/indústria/ comunicação/ setor financeiro	02
Empresa do setor educacional	02

Fonte: Adaptado de PODLASEK (2020).

TABELA 46 - DADOS GERAIS LEVANTADOS SOBRE OS CAPITAIS ECONÔMICOS DOS 17 AGENTES QUE NOMEIAM AS ESCOLAS DE REFERÊNCIA

Dados gerais	Número de agentes	Percentual Correspondente
Agentes possuidores de capitais econômicos	05	29,4%
Dados não encontrados	12	70,6%

Fonte: Adaptado de PODLASEK (2020).

A respeito dos capitais econômicos dos 47 novos agentes estudados, os dados não encontrados também preponderaram.

TABELA 47 - CAPITAIS ECONÔMICOS DOS 47 NOVOS AGENTES PESQUISADOS¹⁵¹

Tipo de capital econômico	Número de agentes possuidores deste capital
Propriedade de bens imobiliários (rurais e urbanos)	06
Empresa do comércio/indústria/ comunicação/ setor financeiro	06
Empresa do setor educacional	01

Fonte: A autora (2024).

¹⁵¹ Para consultar dados completos, ver apêndice 13.

TABELA 48 - DADOS GERAIS LEVANTADOS SOBRE OS CAPITAIS ECONÔMICOS DOS 47 NOVOS AGENTES ESTUDADOS

Dados gerais	Número de agentes	Percentual Correspondente
Agentes possuidores de capitais econômicos	11	23,4%
Dados não encontrados	36	76,6%

FONTE: A autora (2024).

Ao interpretarmos os dados da tabela anterior, fica evidente a ausência de informações sobre os capitais econômicos da maior parte dos 47 novos agentes estudados. Isso também fica claro, quando comparamos essas informações com os registros obtidos a respeito dos capitais educacionais e profissionais. Se encontramos informações a respeito dos capitais educacionais de boa parte dos homenageados (26 agentes, em um universo de 47 indivíduos estudados – 55,3% do total), e informações sobre os capitais profissionais da maioria dos homenageados (44 agentes, em um universo de 47 indivíduos estudados – 93,6% do total), o mesmo não acontece com a obtenção de dados a respeito dos capitais econômicos.

Interessante observar que, ao contrário do que ocorreu quando fizemos os cruzamentos das informações sobre os capitais educacionais e profissionais, que revelaram maior escassez de dados da formação escolar entre os homenageados que nomeiam ruas e praças, no quesito dos capitais econômicos, são justamente esses agentes sobre os quais encontramos maior ocorrência de dados sobre os recursos econômicos que possuíam (10 dos 11 agentes sobre os quais encontramos esse tipo de informação).

Quando adicionamos os dados sobre os homenageados nas escolas de referência, permanece a mesma realidade, pois foram encontradas informações sobre os capitais econômicos de menos da metade desses agentes, diferentemente do que ocorreu sobre as demais formas de capitais analisadas anteriormente.

TABELA 49 – PERCENTUAIS COMPARATIVOS ENTRE OS CAPITAIS EDUCACIONAIS, PROFISSIONAIS E ECONÔMICOS DOS 64 AGENTES ESTUDADOS

Tipo de capital	Número de agentes possuidores	Percentual correspondente
Educacional	38	59,3%
Profissional	58	90,6%
Econômico	16	25%

Fonte: A autora (2024).

Comparativamente, enquanto tivemos acesso a registros sobre os capitais educacionais de quase 60% dos agentes estudados, e mais de 90% sobre os capitais profissionais dos mesmos indivíduos, encontramos informações a respeito dos capitais

econômicos de apenas um quarto desses agentes (25%), dados esses concentrados entre os homenageados que nomeiam ruas e praças na cidade.

Porém, quando a homenagem é feita, a reconversão dos capitais, sejam eles de qual natureza forem, parecem acabar igualando os agentes, que tem seus nomes (e de suas estirpes) consagrados na forma da designação de um bem público¹⁵².

Por isso, os capitais econômicos, mais do que serem expostos como sinônimos de sucesso¹⁵³, aparentam, ao menos nos documentos das justificativas, ser um aspecto que deve ser mantido na opacidade, diante dos demais capitais e virtudes enaltecidas. Seja como for, os dados que conseguimos levantar a respeito dos capitais econômicos dos agentes homenageados, se não permitem classificar esses agentes como pertencentes à Classe Dominante Tradicional, também apontam para uma classificação já delineada nas análises dos demais capitais, ou seja, que os agentes homenageados pertencem ao grupo de agregados, que orbitam os espaços da CDT, e não pertencem às camadas populares, apesar de se aproximarem delas em alguns aspectos.

6.6 – CAPITAIS POLÍTICOS

No capítulo dois da presente tese, discorremos sobre os referenciais metodológicos e teóricos de nossa análise, chamando a atenção para os conceitos de capitais, campo, *habitus* e jogo (BOURDIEU, 1996). Tais conceitos são ferramentas interpretativas para investigar as diversas realidades existentes nos campos que integram a realidade social. Nesse sentido, o estudo dos capitais políticos possui aspectos singulares, uma vez que revela as relações das classes dominantes e dominadas com o poder institucionalizado, e os capitais inerentes para a participação nesse jogo de poder.

Ao investigar a prosopografia dos agentes homenageados, enxergamos na relação de reconversão de capitais políticos em capitais simbólicos (das honrarias prestadas), um hábil instrumento, que possui dupla função para os membros da classe dominante tradicional: o domínio dos mecanismos para a regulamentação legal dos processos de

¹⁵² Essa reflexão nos parece pertinente, na medida em que inferimos que a maioria das pessoas não questiona as origens daqueles que nomeiam os espaços públicos, e apenas esperam que as homenagens tenham sido justas e honestas, consagrando pessoas com o devido mérito para isso.

¹⁵³ a não ser para os casos em que encontramos informações, que parecem indicar essa ideia sobre a trajetória de empresários, mas que não possuem recursos suficientes para serem classificados como integrantes da Classe Dominante Tradicional.

nomeação (onde eles definem as regras, e participam do jogo), e as contrapartidas que este tipo de atuação junto das outras classes (agregados e classes populares) estabelecem.

Segundo as fontes que consultamos, e os critérios que estabelecemos para a definição do que seriam os capitais políticos relevantes, foi possível observar que, entre os agentes homenageados, existe um número pequeno deles que é detentor de capitais dessa natureza. Isso reforça nossa percepção inicial, ou seja, a ideia de que os capitais políticos estão presentes como recursos pertencentes sobretudo à CDT, que os utiliza para a regulação das concessões de honrarias, num jogo de trocas, que acontece especialmente com os grupos agregados. Dentro destes grupos existe uma percepção do *habitus*, que valoriza o acúmulo e reconversão de capitais simbólicos, recursos importantes para a manutenção de sua diferenciação e distância das classes populares.

Ao definirmos os critérios de quais seriam os capitais políticos relevantes, foi necessário o estabelecimento de balizas, da mesma maneira com que procedemos em nossa pesquisa de mestrado.

A filiação a um partido, ou o alinhamento com determinado grupo político são certamente indícios de conexões que podem estabelecer o acúmulo de capitais no campo de poder. Contudo, classificar por ordem de importância tais práticas e conexões, com o exercício de um cargo político, se mostra objetivamente complexo. Por esse motivo, limitamos as informações, indicando somente os agentes que exerceram cargos (ou suplência) nos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário (PODLASEK, 2020, p. 141).

A seguir, reproduzimos os dados a respeito dos capitais políticos identificados entre os agentes homenageados nas escolas de referência:

TABELA 50 - AGENTES HOMENAGEADOS NAS ESCOLAS DE REFERÊNCIA QUE POSSUEM CAPITAIS POLÍTICOS

Tipo de capital político	Número de agentes possuidores deste capital
Cargo municipal (Executivo/ Legislativo)	01
Cargo estadual (Executivo/ Legislativo)	04
Cargo Federal (Executivo/ Legislativo)	01
Cargo no Judiciário	01

Fonte: Adaptado de PODLASEK (2020).

TABELA 51 - DADOS GERAIS LEVANTADOS SOBRE OS CAPITAIS POLÍTICOS DOS 17 AGENTES QUE NOMEIAM AS ESCOLAS DE REFERÊNCIA

Dados gerais	Número de agentes	Percentual Correspondente
Agentes possuidores de capitais políticos	06	35,3%
Dados não encontrados	11	64,7%

Fonte: Adaptado de PODLASEK (2020).

Entre os agentes que compõem o recorte das escolas de referência, o número em que os capitais políticos foram identificados apresentou um resultado de apenas 6 indivíduos possuidores desse tipo de recurso, ou seja, menos da metade dos agentes (35,3% do total)¹⁵⁴.

Quando elaboramos o estudo prosopográfico a respeito dos capitais políticos dos 47 novos agentes estudados, obtivemos o seguinte resultado¹⁵⁵:

TABELA 52 - AGENTES QUE POSSUEM CAPITAIS POLÍTICOS ENTRE OS 47 NOVOS AGENTES ESTUDADOS (SEGUNDO AS ESFERAS DE ATUAÇÃO ELENCADAS).

Tipo de capital político	Número de agentes possuidores deste capital
Cargo municipal (Executivo/ Legislativo)	02
Cargo estadual (Executivo/ Legislativo)	04
Cargo Federal (Executivo/ Legislativo)	05
Cargo no Judiciário	03

Fonte: A Autora (2024).

TABELA 53 - DADOS GERAIS LEVANTADOS SOBRE OS CAPITAIS POLÍTICOS DOS 47 NOVOS AGENTES ESTUDADOS¹⁵⁶

Dados gerais	Número de agentes	Percentual Correspondente
Agentes possuidores dos capitais políticos elencados	11	23,4%
Agentes possuidores de capitais políticos fora dos critérios elencados	05	10,6%
Dados não encontrados	31	66%

Fonte: A autora (2024).

Diferentemente do processo de obtenção de informações sobre os capitais econômicos, que são pouco divulgados e, muitas vezes, protegidos por sigilos legais, os dados a respeito das trajetórias políticas dos indivíduos são, majoritariamente, informações públicas. Então, não é plausível pensarmos que possíveis atuações políticas dos agentes estudados tenham sido escamoteadas, uma vez que se tratam de informações de interesse para os próprios indivíduos, no processo de enaltecimento de suas biografias, e também de interesse da sociedade como um todo. Por isso, concluímos que os dados

¹⁵⁴ O número de agentes que possuíam capitais políticos é menor do que o total de cargos exercidos nas esferas dos Três Poderes, porque um dos agentes ocupou mais de um cargo em sua trajetória.

¹⁵⁵ Para consultar dados completos, ver apêndice 14.

¹⁵⁶ O total de agentes possuidores de capitais políticos é menor do que o número total de atuações nas quatro esferas do poder elencadas, pois alguns agentes exerceram mais de um cargo nesses âmbitos em suas trajetórias.

obtidos refletem a realidade dessa análise prosopográfica, ou seja, que a maioria dos homenageados, apesar de terem apresentado consideráveis capitais educacionais e profissionais, não são necessariamente agentes com grandes recursos no campo político. Tal linha de raciocínio reforça nossas premissas elaboradas no capítulo 02, quando afirmamos que as nomeações poderiam servir como “moeda de troca” dos agentes políticos da CDT, que exercem os cargos com poder para legislar a respeito das honrarias (sobretudo prefeitos e vereadores), atuando dessa forma junto à sua base, ao conceder as nomeações, sobretudo, para grupos agregados que orbitam seus espaços de poder.

O total de 31 agentes não possuidores dos capitais políticos elencados, representa 66% do total dos 47 novos agentes estudados, ou seja, a maioria destes sujeitos nunca acumulou capitais políticos relevantes, segundo nossos critérios¹⁵⁷.

Quando somamos estes dados, com os que foram obtidos no estudo das escolas de referência, a realidade não é muito diferente, pois, verificamos que, do total de 64 agentes estudados, 42 não apresentaram capitais políticos relevantes, segundo os critérios elencados, ou seja, 65,6% do total.

TABELA 54 - DADOS GERAIS LEVANTADOS SOBRE OS CAPITAIS POLÍTICOS DOS 64 AGENTES ESTUDADOS

Dados gerais	Número de agentes	Percentual Correspondente
Agentes possuidores dos capitais políticos elencados	17	26,6%
Agentes possuidores de capitais políticos fora dos critérios elencados	05	7,8%
Dados não encontrados	42	65,6%

Fonte: A autora (2024).

6.7 – CAPITAIS FAMILIARES

O acúmulo e a reconversão de recursos na forma dos mais diversos tipos de capitais é um processo que pode pertencer a uma temporalidade de longa duração. Quando observamos a trajetória de muitos grupos dominantes no Brasil, essa realidade fica perceptível na transmissão do poder, feita através de mecanismos ligados às relações familiares. Nascer em uma família, onde os membros são detentores de capitais valiosos, sejam eles educacionais, profissionais, econômicos ou políticos, significa ter a chance de

¹⁵⁷ Também diferentemente da análise dos capitais educacionais, no quesito dos capitais políticos a ausência de dados (que reflete a não atuação dos agentes no campo político) ocorre de forma similar em todos os tipos de bens públicos estudados.

herdar tais recursos, posicionando-se dentro dos campos de maneira privilegiada. Por isso, consideramos importante analisar os capitais familiares dos agentes estudados na presente tese, ainda que a escassez de informações tenha nos permitido somente a elaboração de um quadro geral. De qualquer maneira, esta análise auxilia na compreensão do posicionamento dos agentes dentro do espaço social, enquanto sujeitos pertencentes à CDT, agregados ou membros das classes populares.

A seguir, reproduzimos os dados a respeito dos capitais familiares identificados entre os agentes homenageados nas escolas de referência:

TABELA 55 - CAPITAIS FAMILIARES DOS 17 HOMENAGEADOS NAS ESCOLAS DE REFERÊNCIA

Tipos de capitais familiares	Agentes possuidores destes capitais
Capitais educacionais/culturais	10
Capitais profissionais	10
Capitais econômicos	09
Capitais políticos	08

Fonte: Adaptado de PODLASEK (2020).

TABELA 56 – DADOS GERAIS ACERCA DOS CAPITAIS FAMILIARES DOS 17 HOMENAGEADOS NAS ESCOLAS DE REFERÊNCIA

Dados gerais	Número de Agentes	Percentual correspondente
Agentes possuidores de algum tipo de capital familiar	10	58,8%
Dados não encontrados	07	41,2%

Fonte: Adaptado de PODLASEK (2020).

Entre os 47 novos agentes estudados, a análise prosopográfica revelou o seguinte panorama¹⁵⁸:

TABELA 57 - CAPITAIS FAMILIARES DOS 47 NOVOS AGENTES ESTUDADOS

Tipos de capitais familiares	Agentes possuidores destes capitais
Capitais educacionais/culturais	18
Capitais profissionais	23
Capitais econômicos	15
Capitais políticos	10

Fonte: A autora (2024).

¹⁵⁸ A mencionada escassez de informações nos fez optar pela descrição geral dos capitais familiares, sem indicar as origens (linhagem materna, paterna, descendência ou casamento), nem o tipo específico de capital que foi acumulado/reconvertido, diferentemente da pesquisa de mestrado.

TABELA 58 – DADOS GERAIS ACERCA DOS CAPITAIS FAMILIARES DOS 47 NOVOS AGENTES ESTUDADOS

Dados gerais	Número de Agentes	Percentual correspondente
Agentes possuidores de algum tipo de capital familiar	27	57,4%
Dados não encontrados	20	42,6%

Fonte: A autora (2024).

Apesar de não termos encontrado informações detalhadas a respeito dos capitais acumulados pelos familiares dos agentes estudados, os números gerais nos permitem traçar um panorama, onde observamos que os capitais familiares se fazem presentes de maneira razoavelmente significativa. Entre os homenageados nas escolas de referência, 10 dos 17 agentes foram identificados como possuidores de capitais familiares, ou seja, 58,8% do total. Quando verificamos os capitais familiares dos 47 novos agentes estudados, constatamos que 27 deles possuíam algum tipo de recurso acumulado dessa natureza, ou seja 57,4% do total. Portanto, nos dois recortes o número de agentes possuidores de capitais familiares é similar, se aproximando dos 60%. Quando levamos em conta os 64 agentes estudados, obtemos o seguinte panorama:

TABELA 59 – DADOS GERAIS ACERCA DOS CAPITAIS FAMILIARES DOS 64 AGENTES ESTUDADOS

Dados gerais	Número de Agentes	Percentual correspondente
Agentes possuidores de algum tipo de capital familiar	37	57,8%
Dados não encontrados	27	42,2%

Fonte: A autora (2024).

O percentual de capitais familiares identificados entre os 64 agentes foi de 57,8%, ou seja, próximo dos números identificados de capitais educacionais (59,4%), e muito acima dos capitais econômicos (25%) e políticos (26,6%) identificados nos estudos das trajetórias dos agentes, enquanto capitais próprios. Isso significa que mais da metade dos agentes estudados possuíam capitais acumulados entre seus parentes (ascendentes ou descendentes), recursos que puderam significar vantagens no momento das definições de suas trajetórias, ou mesmo nas decisões acerca dos processos de nomeação, constatação que também reforça nossa hipótese inicial.

6.8 - PANORAMA DOS CAPITAIS ACUMULADOS/RECONVERTIDOS PELOS AGENTES HOMENAGEADOS

Os resultados da pesquisa nos permitiram delinear um perfil dos agentes que compõem nosso recorte de estudos, reforçando a percepção de que a maioria deles teve a oportunidade de acumular e/ou reconverter uma quantidade razoável dos capitais elencados, o que confirma nossa hipótese inicial, ou seja, que os sujeitos escolhidos para nomear os bens públicos nos locais definidos pela presente tese, são agentes oriundos da Classe Dominante Tradicional, ou pertencem à círculos emergentes agregados, que orbitam os espaços de poder e cultivam as relações com a CDT¹⁵⁹.

TABELA 60 – PERCENTUAL DOS CAPITAIS IDENTIFICADOS ENTRE OS 64 AGENTES ESTUDADOS

Tipo do Capital	Percentual alcançado pelos agentes
Capitais educacionais	59,4%
Capitais profissionais	90,6%
Capitais econômicos	25%
Capitais políticos	26,6%
Capitais familiares	57,8%

Fonte: A autora (2024).

Quando observamos cada tipo de bem público analisado nesta tese, é possível perceber um panorama um pouco mais diversificado, especialmente no que se refere às nomeações de ruas e de praças ou jardins, que alcançaram uma média inferior a 50% entre os capitais elencados. Por outro lado, as escolas de referências, as unidades básicas de saúde e as escolas municipais apresentaram médias superiores a 50%, o que elevou a média geral para 52,2%¹⁶⁰.

TABELA 61 – MÉDIA PERCENTUAL DOS CAPITAIS ACUMULADOS/RECONVERTIDOS SEGUNDO CADA TIPO DE BEM PÚBLICO

Tipo de Bem Público	Média percentual alcançado pelos agentes
Escolas de referência	56,5%
Ruas	38,7%
Praças ou jardins	48,3%
UBS's	52%
Escolas Municipais	65,3%

Fonte: A autora (2024).

¹⁵⁹ Metodologicamente, optamos por não considerar os capitais simbólicos dos agentes estudados ou de seus familiares nesta análise prosopográfica. Tal escolha resultou de uma reflexão de que a inclusão dos capitais simbólicos na presente tese, poderia aumentar o percentual de capitais acumulados/reconvertidos pelos agentes de forma artificial, uma vez que muitos deles pode possuir o único capital simbólico da própria homenagem que é estudada nesta pesquisa. As dificuldades de acesso a maiores informações biográficas (próprias e familiares) reforçaram essa escolha, de forma diferente do que adotamos em nossa pesquisa de mestrado.

¹⁶⁰ Para ver dados completos, consultar apêndice 15.

Temos consciência que estes números são apenas indicativos, pois sua conclusão foi determinada pelo acesso específico às quantidades e tipos de fontes que tivemos, e às escolhas metodológicas que fizemos. Mesmo assim, acreditamos que eles são robustos e coerentes o suficiente para demonstrar que os agentes homenageados eram, de forma geral, sujeitos oriundos de meios com razoáveis capitais herdados, acumulados ou reconvertidos.

O perfil geral da maioria dos agentes estudados, portanto, aponta para características peculiares destes sujeitos e de sua posição de classe: primeiramente, eram majoritariamente homens¹⁶¹, nascidos entre a segunda metade do século XIX e primeira metade do século XX, em lugares diversos do Brasil, mas com algum tipo de vivência em Curitiba; integravam famílias detentoras de um volume razoável de capitais, o que provavelmente lhes favoreceu no acesso à uma educação dentro do ensino formal, e certamente influenciou na acumulação de capitais profissionais. As fontes disponibilizadas não nos permitiram averiguar maiores informações acerca dos capitais econômicos e políticos, mas indicam que os agentes estudados, se não possuíam grandes recursos patrimoniais ou carreiras políticas de destaque, tampouco eram membros de comunidades populares, podendo ser, dessa maneira, classificados como grupos emergentes e agregados à CDT, que valorizam a concessão de honrarias para a manutenção de sua proximidade com as esferas do poder.

TABELA 62 – PERFIL GERAL DOS 64 AGENTES HOMENAGEADOS

Perfil	Percentual
Homens	73,4%
Nascidos entre a segunda metade do século XIX e a primeira metade do século XX	78,1%
Originários de localidades fora de Curitiba	59,4%
Residiram ou atuaram em Curitiba	75%
Possuidores de formação educacional dentro dos sistemas de ensino formal	59,4%
Possuidores de uma carreira profissional	90,6%
Integrantes de famílias detentoras de razoáveis tipos de capitais	57,8%

Fonte: A autora (2024).

7- ANÁLISE DOCUMENTAL: CONTEÚDOS E CARACTERÍSTICAS DAS FONTES CONSULTADAS

Estudar os processos de nomeação de bens públicos se enquadra em um tipo de pesquisa que aborda, sobretudo, eventos de épocas passadas, informações que estão

¹⁶¹ Entre os 64 agentes estudados, 47 eram homens e somente 17 mulheres.

contidas em diversos tipos de vestígios, classificados pela ciência histórica como fontes. Ao estudar um determinado período, é possível consultar vários tipos de fontes históricas, sejam elas documentos escritos (oficiais ou não), relatos orais, fontes imagéticas, vestígios arquitetônicos, entre outros (BARROS, 2019).

Ao consultar estes materiais, o pesquisador deve estar ciente que terá contato com uma produção intermediada pelos filtros culturais de outras pessoas, outras épocas e outras organizações sociais. Ou seja, as fontes históricas não são neutras, nem as ausências ou silêncios que nelas existem. Além disso, a análise das fontes também é intermediada pelo próprio pesquisador que, inicialmente, define uma questão a ser respondida (o que já pressupõem uma série de escolhas teóricas e metodológicas), e depois interpreta as informações contidas nas fontes investigadas, utilizando as lentes de seu próprio tempo.

As fontes não seriam meros registros repletos de informações a serem capturadas pelos historiadores, mas também diversificados discursos a serem decifrados, compreendidos, interpretados. Não mais seriam apenas uma solução para o problema, mas parte do próprio problema. Nas fontes, espelhos de dupla face, poderíamos ver o passado, mas também a nós mesmos (BARROS, 2019, p. 8).

O conceito de fonte histórica, antes restrito aos documentos oficiais e escritos, se ampliou na concepção da historiografia, desde a consolidação da História como ciência no século XIX, passando a abarcar diversos tipos de vestígios do passado que pudessem revelar aspectos das atividades humanas (BARROS, 2019).

Na presente tese, são utilizadas fontes diversas, mas a documentação escrita e oficial, preservada pela Seção de Arquivo e Documentação da Câmara Municipal de Curitiba, contendo as justificativas para as nomeações dos 49 novos bens públicos estudados, foi um tipo de fonte essencial, uma vez que contém informações (ainda que muitas vezes incompletas) sobre a trajetória desses agentes homenageados, dentre os quais muitos podem ser classificados como “pessoas comuns”, ou seja, sujeitos sobre os quais as chances de se encontrar informações em outro gênero de registro histórico é reduzida.

Levantar informações sobre os responsáveis pelas indicações das nomeações, ou seja, os agentes políticos, foi um trabalho em que as fontes digitais, especialmente aquelas contidas nas páginas de instituições oficiais como a Câmara Municipal, A Assembleia Legislativa e o Congresso Nacional, representaram um valioso recurso de pesquisa.

A pesquisa para a elaboração das biografias individuais dos agentes homenageados nas escolas de referência, parte fundamental de nosso estudo de mestrado e ponto de partida da presente análise, utilizou variados tipos de fontes, sobretudo as que se encontram disponíveis virtualmente, uma vez que representantes dos organismos oficiais ligados ao campo da educação, como a Secretaria Estadual da Educação (SEED-PR), afirmaram não poder atender nossas solicitações. Nesse trajeto, os arquivos da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional (BN DIGITAL BRASIL, 2024), se constituíram em um instrumento importante, principalmente para a busca de informações quando as fontes já citadas não forneceram grandes retornos, tanto para os agentes elencados nas escolas de referências, quanto para os novos agentes estudados.

Dessa forma, apesar de ilustrativamente apresentar alguns recursos imagéticos, a pesquisa desta tese se concentra nas fontes escritas, com grande peso para os documentos oficiais, que foram fornecidos pelo Legislativo municipal de Curitiba, ou seja, por um arquivo do patrimônio da cidade, organizado e mantido pelo poder público.

Quando aborda a questão dos acervos ou do patrimônio, Celso Castro (2008) assinala que eles também são resultado das escolhas e disputas que existem dentro da sociedade, ou seja, não é somente a fonte histórica que reflete os interesses de uma época, mas o próprio espaço de preservação, quem o mantém, e a forma com que estas fontes são organizadas e disponibilizadas, fornecem indícios sobre que tipo de memória se quer e pode preservar.

Ao consultar um arquivo, um pesquisador está lidando com um conjunto de documentos selecionado como relevante por alguém, organizado e preservado segundo determinada lógica, e disponibilizado de acordo com alguns critérios. Só então esse arquivo torna-se parte de um patrimônio documental de interesse público, passível de ser consultado.

Quando falamos em patrimônio em geral, e em patrimônio documental em particular, é preciso evitar uma visão ingênua do assunto, que não perceba dois pontos fundamentais. Primeiro, que a definição do que é considerado patrimônio é resultado de disputas muitas vezes conflituosas. Ou seja, a discussão sobre patrimônio está inserida num campo histórico de poder, socialmente configurado. Segundo, de que não se pode preservar “tudo”, porque toda preservação é seletiva (CASTRO, 2008, p. 8).

Por exemplo, se um determinado patrimônio documental já foi catalogado e está disponível virtualmente pelos órgãos públicos responsáveis por ele, o acesso, não somente de pesquisadores sobre essas informações, certamente é muito maior, gerando efeitos diferenciados em relação às informações contidas em acervos pouco acessíveis.

Ao analisar a legislação e o acervo documental a respeito dos homenageados nas nomeações de bens públicos em Curitiba, a partir dos tipos de fontes mencionadas

anteriormente, as questões que tratam do conteúdo das informações, e dos silêncios ali contidos, levam à pensar sobre o quanto a não disponibilidade de dados mais completos e amplos se constitui em uma estratégia dos grupos dominantes, uma forma sutil de manter a dominação e a reprodução do *habitus*, perpetuado também por meio de silenciamentos seletivos (BOURDIEU, 1996).

No capítulo anterior, partindo da composição das biografias individuais, a análise das informações foi desenvolvida através do método prosopográfico, que possibilitou a constatação de uma série de aspectos recorrentes presentes no perfil de boa parte dos agentes estudados. Tais aspectos colaboraram para a confirmação da hipótese inicial desta tese, ou seja, da presença de elementos elitistas nos processos de nomeações de bens públicos em Curitiba.

Contudo, um elemento comum na pesquisa individual, que pode ter impactado os resultados da análise das biografias coletivas, especialmente entre os 47 novos agentes estudados, foi justamente a ausência de registros detalhados, seja a respeito dos processos de acumulação e/ou reconversão de capitais ocorridas ao longo da vida dos homenageados, ou sobre a origem das indicações para as homenagens. Daí a importância das reflexões sobre os silêncios presentes nos registros investigados.

Os capitais considerados relevantes nesse estudo foram aqueles que integram a vida da maioria das pessoas, ou seja, a formação escolar, a atuação profissional, o patrimônio material acumulado, a atuação nas esferas de poder, e os laços familiares que puderam, por meio desses mesmos tipos de capital, também proporcionar herança, transferência ou reconversão de recursos para os agentes. Por isso, são informações básicas, quando se trata do registro de biografias individuais, trabalho que é considerado, ao menos pelas legislações mais recentes, um dever no ato da prestação da homenagem.

Segundo as Leis municipais 1.140/1955, 2.010/1961, 6.053/1979 e 8.670/1995, o registro de informações biográficas dos homenageados que nomeiam bens públicos é um requisito básico, que deve ser cumprido pelas autoridades, sejam elas do Executivo ou do Legislativo. Ainda segundo essas leis, o poder municipal tem o dever de organizar um acervo destes registros, sendo que as três últimas legislações ainda pontuaram a necessidade da institucionalização de um departamento próprio para essa tarefa. Porém, no capítulo 04, onde foram analisadas as referidas legislações, já constam as respostas

recebidas dos diversos órgãos municipais, atestando o descumprimento de parte significativa desta exigência legal¹⁶².

Entre os 17 agentes que compõem o grupo das escolas de referência, a ausência completa de informações ficou restrita a uma agente (Iara Bergmann), sendo que sobre outros três agentes (Inez Vicente Borocz, Nirlei Medeiros e Rodolpho Zaninelli), poucas informações sobre suas trajetórias de vida puderam ser levantadas. A ausência de acervos documentais sobre os agentes homenageados nas nomeações de escolas estaduais em Curitiba junto aos órgãos públicos competentes, e a legislação ambígua e pouco clara sobre as responsabilidades pela criação e manutenção destes acervos, foi mencionada na nossa pesquisa de mestrado como a fonte primordial para estas dificuldades de acesso informacionais (PODLASEK, 2020).

Dentro do recorte estabelecido na presente pesquisa, os 49¹⁶³ novos bens públicos estudados foram nomeados segundo a legislação municipal, sendo que 02 deles tiveram as nomeações sancionadas segundo os critérios da Lei 2.010/1961; outras 26 nomeações foram estabelecidas segundo os critérios da Lei 6.053/1979; e 18 logradouros foram nomeados, segundo os critérios da Lei 8.760/1995. É importante ressaltar que 03 homenageados, Emiliano Perneta, Zacarias Góes de Vasconcelos e o Ouvidor Pardinho tiveram suas nomeações em datas anteriores a 1948, sendo que não foi possível precisar em que momento, e sob qual tipo de lei estas homenagens foram prestadas. Além disso, sobre outros dois agentes, Avelino Mantovani (nome de rua) e Osternack (nome de unidade básica de saúde), não foi encontrado nenhum tipo de registro biográfico. De qualquer maneira, é possível perceber que a maioria das nomeações, ou seja, 46 delas foram estabelecidas sob um tipo de legislação que previa o registro de justificativas para as homenagens, e a organização de um acervo próprio para esse tipo de material histórico.

Contudo, mesmo que exista uma exigência legal para a correta organização de um acervo documental, a existência de muitas lacunas nas justificativas que contém as biografias das pessoas homenageadas é um fato relevante, segundo a amostragem que investigamos. Além da ausência de informações acarretada pelo descumprimento das leis, a própria legislação municipal, como já foi mencionado em passagens anteriores, deixa

¹⁶² A legislação que normatiza a nomeação de bens públicos também se enquadra na classificação de fonte histórica. Contudo, acreditamos que a análise contextual e do conteúdo de cada uma das leis que tratam do assunto a partir de 1948, explanada no capítulo 4, já expõem as questões abordadas no presente capítulo.

¹⁶³ Importante lembrar que, devido às homenagens terem sido prestadas em mais de um bem público para um mesmo sujeito, esse número cai para 47 novos agentes homenageados.

pouco claro quais são os dados que devem ser registrados nas justificativas das homenagens, ficando somente as datas de nascimento e falecimento estabelecidas como critérios básicos informacionais das biografias. Nesse sentido, é possível observar dois tipos de silêncio que são construídos nesse acervo histórico – o silêncio do descumprimento da lei (sem que sejam tomadas providências para que isso se reverta), e o silêncio da própria imprecisão dos critérios informacionais sobre as biografias dos homenageados que as legislações apresentam.

A ausência de informações completas na produção dos registros históricos oficiais possui uma implicação direta na formação das memórias de uma época, apesar de não ser determinante nesse processo. As memórias, sobretudo as coletivas, que propiciam o sentimento de estabilidade e pertencimento às coletividades (HALBWACHS, 1990) têm grande relação com o que é registrado oficialmente, pois estes registros possuem a chancela daqueles que comandam a sociedade para que sejam perpetuados. Este é um aspecto das memórias coletivas que Michael Pollak (1989) classificou como “destruidor, uniformizador e opressor”, uma vez que, ligados à memória oficial, invisibilizam outros tipos de memórias, as quais têm sido resgatadas por linhas de pesquisa e teorias mais recentes.

Ao privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, a história oral ressaltou a importância de memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à "Memória oficial", no caso a memória nacional. Num primeiro momento, essa abordagem faz da empatia com os grupos dominados estudados uma regra metodológica e reabilita a periferia e a marginalidade (POLLAK, 1989, p. 2).

Isso não significa, contudo, que o trabalho de pesquisa científica deva deixar de analisar os acervos e documentos oficiais, pois eles se constituem em um valioso instrumento, não somente para investigar uma gama de informações específicas, mas também interpretar qual o discurso que implicitamente possuem (CASTRO, 2008).

A análise prosopográfica, desenvolvida no capítulo 5, forneceu indícios suficientes para a confirmação da hipótese do elitismo presente na nomeação dos bens públicos estudados. Contudo, a recorrente ausência e incompletude de certos tipos de informação presentes nas fontes consultadas, também demandou uma análise destes silêncios, pois classificar sua presença constante como mera incompetência diante das normas legais, descarta toda a análise teórica que enxerga no processo da construção das memórias coletivas um campo de constantes disputas de poder (POLLAK, 1989).

Portanto, elaborar uma análise das informações levantadas, em uma espécie de análise coletiva das fontes, é um recurso para observar, em termos um pouco mais objetivos, a regularidade de registros e omissões, ou seja, quais foram as informações disponibilizadas que contribuíram para a construção de uma determinada memória, onde se localizam os silenciamentos, e como isso pode impactar na formação das memórias coletivas da cidade.

Por outro lado, para que os impactos desse tipo de mecanismo sutil na manipulação dos capitais simbólicos sejam realmente avaliados e interpretados, um trabalho de pesquisa (quantitativo e/ou qualitativo) junto às comunidades onde os bens públicos estudados se localizam, avaliando a percepção das pessoas sobre o assunto, é uma necessidade, que vai além dos objetivos da presente pesquisa, mas se configura em um importante elemento da continuidade destes estudos.

7.1 – UMA ABORDAGEM PANORÂMICA DAS INFORMAÇÕES E DAS LACUNAS EXISTENTES NOS REGISTROS PESQUISADOS

A análise das fontes, apresentada neste capítulo, abarca o exame das informações acerca dos capitais elencados no estudo prosopográfico, além das informações referentes à identificação e origem dos homenageados. A especificação de cada tipo de bem público foi uma opção metodológica diante das diferenças encontradas nos processos de levantamento de informações, no seu estágio inicial do mestrado, e no aprofundamento das pesquisas do doutorado.

Uma das dificuldades neste tipo de mensuração foi o estabelecimento de critérios para considerar as informações catalogadas. Como a análise do presente capítulo se refere aos conteúdos e aos silêncios que constam nas fontes históricas, todas as informações encontradas foram levadas em consideração. Por esse motivo, a denominação foi alterada de “capital” para “informação”. Isso significa que, muitas vezes, relatos sucintos que, por exemplo, indicam apenas o nome do pai, da mãe, do cônjuge ou dos filhos, foi considerado como informação familiar, o que impactou o resultado final da análise. Mesmo assim, esta possível discrepância não deixa de refletir a já mencionada ausência de critérios claros para a elaboração das justificativas das biografias dos homenageados.

Entre os 64 agentes estudados, os dados sobre as datas e locais de nascimento e falecimento possuem a seguinte configuração:

TABELA 63 – REGISTROS DAS FONTES QUANTO À DATA DE NASCIMENTO DOS 64 AGENTES ESTUDADOS

Tipo de Bem público	Possuem registros com a data de nascimento dos agentes homenageados	Percentual correspondente
Escolas de referência	14	82,3%
Ruas	14	93,3%
Praças	12	100%
Unidades básicas de saúde	3	60%
Escolas municipais	15	100%

Fonte: A autora (2025).

TABELA 64 – REGISTROS DAS FONTES QUANTO À DATA DE FALECIMENTO DOS 64 AGENTES ESTUDADOS

Tipo de Bem público	Possuem registros com a data de falecimento dos agentes homenageados	Percentual correspondente
Escolas de referência	14	82,3%
Ruas	14	93,3%
Praças	12	100%
Unidades básicas de saúde	4	80%
Escolas municipais	14	93,3%

Fonte: A autora (2025).

O estabelecimento das homenagens na nomeação de escolas públicas estaduais no Paraná, regulamentadas pela Secretaria Estadual da Educação (SEED-PR) e pelo Conselho Estadual da Educação (CEE) se baseia essencialmente no Artigo 238 da Constituição Estadual de 1989 (PARANÁ, 1989), e concentra suas normativas nos critérios para a alteração da nomenclatura dos bens públicos, não estabelecendo quais seriam as informações básicas a serem registradas nas justificativas para as homenagens, nem tampouco onde deveriam ser organizados os acervos para a preservação desse tipo de registro histórico (PODLASEK, 2020). No entanto, ao pesquisar fontes diversas referentes às escolas públicas estudadas, foi possível encontrar 14 registros sobre a informação básica da data de nascimento dos homenageados, e em igual número a data de falecimento, que corresponde a 82,3% em ambos os casos, o que é um percentual significativo.

Dentre os 47 novos agentes estudados, 44 deles tiveram as homenagens prestadas sob a normatização das três últimas legislações que tratavam do assunto em Curitiba (as Leis de 2.010/1961, 6.053/1979 e 8.760/1995), as quais estabeleciam o requisito de se registrar as datas de nascimento e falecimento dos agentes escolhidos nas justificativas para as homenagens. Nesse sentido, o requisito legal foi razoavelmente cumprido, pois a média percentual foi de 88,3% de sucesso na pesquisa sobre as informações acerca das

datas de nascimento, e de 91,6% de sucesso na pesquisa sobre as informações acerca das datas de falecimento dos agentes estudados, sendo que a maioria destas informações teve como procedência os registros oficiais fornecidos pela Seção de Arquivo e Documentação da Câmara Municipal de Curitiba. Destaque para as praças e/ou jardinetes, bens públicos sobre os quais foram encontradas ambas as informações sobre todos os agentes estudados. Por outro lado, as unidades básicas de saúde, bens públicos em sua maioria nomeados por meio de decretos do Poder Executivo, foram as que menos tiveram retorno nesse sentido. Importante lembrar que, se as informações do acervo do Legislativo para esse tipo de registro nem sempre foram completas, o Poder Executivo sequer soube informar qual órgão seria responsável pela organização desse patrimônio documental.

De qualquer maneira, é possível perceber que as informações sobre a época de nascimento e falecimento dos homenageados, ou seja, a contextualização básica do período histórico em que eles viveram, é um dado com certa acessibilidade, seja nas fontes oficiais, ou nos demais registros pesquisados.

A respeito dos locais de nascimento e falecimento dos agentes, o resultado não foi muito diferente.

TABELA 65 – REGISTROS DAS FONTES QUANTO AO LOCAL DE NASCIMENTO DOS 64 AGENTES ESTUDADOS

Tipo de Bem público	Possuem registros com o local de nascimento dos agentes homenageados	Percentual correspondente
Escolas de referência	12	70,5%
Ruas	14	93,3%
Praças	12	100%
Unidades básicas de saúde	4	80%
Escolas municipais	15	100%

Fonte: A autora (2025).

TABELA 66 – REGISTROS DAS FONTES QUANTO AO LOCAL DE FALECIMENTO DOS 64 AGENTES ESTUDADOS

Tipo de Bem público	Possuem registros com o local de falecimento dos agentes homenageados	Percentual correspondente
Escolas de referência	11	64,7%
Ruas	14	93,3%
Praças	12	100%
Unidades básicas de saúde	4	80%
Escolas municipais	15	100%

Fonte: A autora (2025).

Entre os homenageados nas 17 escolas de referência, as informações sobre os locais de nascimento e falecimento superaram o percentual de 60%, dados menos expressivos do que aqueles referentes às datas de nascimento e falecimento.

Já entre os 47 novos agentes estudados, as médias percentuais de informações levantadas sobre os locais de nascimento e falecimento foram exatamente idênticas, de 93,3%, número superior aos dados sobre as datas de nascimento e falecimento. Esse é um aspecto interessante, pois, apesar de as legislações que regem estas nomeações estabelecerem a exigência do registro das datas de nascimento e falecimento, são as localidades destes eventos, que não figuram como requisitos essenciais, que aparecem com maior frequência.

A análise geral dos dados levantados a respeito das datas e das localidades de nascimento e falecimento dos agentes estudados, aponta para um número razoavelmente satisfatório, quanto ao alcance de informações desta natureza, ficando em percentuais médios acima de 85% de respostas positivas na pesquisa.

TABELA 67 – REGISTROS ENCONTRADOS SOBRE AS DATAS E LOCALIDADES DE NASCIMENTO E FALECIMENTO DOS 64 AGENTES ESTUDADOS

Tipo de informação	Registros encontrados	Percentual correspondente
Data de nascimento	58	90,6%
Data de falecimento	58	90,6%
Local de nascimento	57	89%
Local de falecimento	56	87,5%

Fonte: A autora (2025).

A época e a(s) localidade(s) onde um sujeito histórico nasce, vive e falece é importante para identificar seu lugar de origem e seu pertencimento sócio-histórico. De maneira geral, as diversas fontes consultadas forneceram dados razoavelmente completos nesse sentido, ou seja, não é possível afirmar que houve intenção de silenciamento quanto a essas informações básicas a respeito dos agentes homenageados, sendo apenas possível inferir que as lacunas existentes, devam se originar em falhas na organização dos acervos, e na limitação das fontes consultadas.

As informações sobre a formação educacional dos agentes homenageados demonstraram uma configuração um pouco diferente daquela levantada a respeito das datas e localidades de nascimento e falecimento destes sujeitos.

É importante lembrar que, neste momento, não é feita a análise dos capitais educacionais, processo que levava em conta os níveis de formação de cada agente e que

já foi investigado no capítulo anterior. O que interessa nesse momento é refletir sobre as informações encontradas acerca da formação educacional, sejam elas pertencentes ao sistema escolar oficial ou não.

TABELA 68 – REGISTROS DAS FONTES QUANTO ÀS INFORMAÇÕES EDUCACIONAIS DOS 64 AGENTES ESTUDADOS

Tipo de Bem público	Possuem registros sobre a formação educacional dos agentes	Percentual correspondente
Escolas de referência	12	70,5%
Ruas	4	26,6%
Praças	6	50%
Unidades básicas de saúde	4	80%
Escolas municipais	15	100%

Fonte: A autora (2025).

Como já foi mencionado no capítulo anterior, a discrepância entre o volume de registros encontrados sobre a formação educacional dos agentes estudados chama a atenção. Escolas de referência e unidades básicas de saúde foram tipos de bens públicos em que o volume destas informações ficou acima dos 70%, enquanto as escolas municipais tiveram um retorno de 100%. Já as praças apresentaram metade dos registros com esse tipo de informação, e as ruas obtiveram apenas 26,6% de retornos positivos. Trata-se de uma realidade heterogênea, e um olhar sobre os tipos de fontes utilizadas em cada categoria de bem público se faz necessário.

Como não foi indicada a existência de nenhum acervo documental junto aos órgãos oficiais, as biografias dos 17 agentes que nomeiam as escolas de referência foram elaboradas a partir dos variados tipos de fonte já descritos. O número de 70,5% de resultados positivos no levantamento de informações sobre a formação educacional dos agentes é um dado apenas razoável, uma vez que se tratam de homenageados que nomeiam escolas, ou seja, a ausência de dados mais completos desta natureza denota um silenciamento importante na formação de uma dada memória. Entretanto, é preciso levar em conta que um dos agentes sobre o qual não constam informações a respeito da formação educacional nas escolas de referência é Aníbal Khury Neto, criança que faleceu com 3 anos de idade. O falecimento não permitiu que o agente acumulasse capitais educacionais, profissionais, econômicos ou políticos, mas é um caso interessante na análise dos capitais familiares, como foi abordado anteriormente. Se o nome de Aníbal Khury Neto for descartado pelos motivos descritos, o percentual de agentes sobre os quais foram encontrados registros sobre a formação educacional sobe para 75%, ou seja, ainda

não foram encontrados os registros sobre um quarto dos homenageados, número expressivo em se tratando de escolas estaduais, pois, ignorar nos registros existentes, a formação educacional de um agente que nomeia uma instituição escolar é uma situação no mínimo incoerente, e denota a realidade mais ampla destes bens públicos, que não possuem na maioria absoluta das instituições pesquisadas um acervo sobre sua própria história.

Ruas e praças, por se tratarem de bens públicos nomeados majoritariamente por meio de indicações do Poder Legislativo municipal, tiveram as pesquisas das biografias dos agentes homenageados centradas na documentação oficial fornecida pelo Setor de Arquivo e Documentação da CMC. Dos 15 nomes de ruas pesquisados, 10 deles tiveram como fonte principal de investigação os registros oficiais enviados pelo setor responsável da CMC¹⁶⁴, ou seja, 66,6%. Entre os 12 nomes de praças, 11 deles tiveram como fonte principal de pesquisa os arquivos oficiais enviados pela CMC, ou seja, 91,6%¹⁶⁵. Mesmo com a diferença percentual, o número de documentos oficiais que foram úteis na pesquisa destes homenageados é significativo, e o fato de poucos destes documentos registrarem informações sobre a formação educacional dos agentes biografados é um dado que merece reflexão. Mesmo que se tratassem de pessoas com pouca escolaridade, a trajetória profissional, e a análise prosopográfica ampla demonstraram que se tratavam de pessoas com capitais suficientes para, se não pertencer à CDT, habitar a sua órbita, ou ao menos fugir das mazelas sociais que atingiam as classes mais pobres do país. Nesse sentido, o silenciamento recorrente desse tipo de informação sobre os agentes homenageados que, na sua maioria eram menos proeminentes, ou seja, “pessoas comuns” pode se configurar em mera incompetência dos responsáveis pela composição dos registros, ou ainda denotar uma desvalorização dos elementos educacionais quando se trata de descrever agentes possuidores de recursos mais limitados.

As pesquisas sobre as biografias dos homenageados que nomeiam as 5 unidades básicas de saúde não contaram com nenhum tipo de registro oficial, tendo a maior parte de suas informações obtidas por meio de fontes virtuais ou de imprensa. Como dos 5

¹⁶⁴ Destaca-se que foi enviado também pelo mencionado órgão um conjunto de informações bibliográficas sobre a vida de Emiliano Pernet, sendo informado que naquele acervo não constava a documentação oficial para a nomeação da rua. Além disso, Avelino Mantovani foi um agente sobre o qual nada foi possível levantar nas fontes consultadas, fossem elas oficiais, de imprensa ou nos demais portais virtuais.

¹⁶⁵ De maneira semelhante a Emiliano Pernet, foram enviadas informações bibliográficas de Zacarias Góes e Vasconcelos, sendo também informado que a documentação oficial sobre a nomeação desta praça não consta do acervo da CMC.

agentes homenageados neste tipo de bem público, 4 deles são sujeitos suficientemente proeminentes (médicos, políticos, artista), encontrar registros não oficiais com informações sobre a trajetória educacional deles foi uma tarefa mais profícua, o que parece denotar que, para as classes mais favorecidas, registrar os dados da formação escolar é, além de um dado biográfico importante, um elemento de mérito.

As biografias dos 15 agentes estudados que nomeiam as escolas municipais foram elaboradas, na maior parte, por meio de informações constantes em uma página virtual da Secretaria Municipal de Educação, que apresenta o “Projeto Memória da Rede Municipal de Ensino de Curitiba - 1999 a 2012. Resgatando a história da instituição.” (SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO, 2025). Entre as 15 biografias elaboradas dos homenageados nas escolas municipais, 13 delas tiveram como base informacional as fontes citadas anteriormente, e apenas 2 registros oficiais com as justificativas das nomeações pertencentes ao acervo da Seção de Arquivo e Documentação da CMC¹⁶⁶, ou seja, 13,3%. Mesmo assim, as informações constantes nas fontes virtuais já mencionadas resultou em um panorama de 100% de registros sobre a formação escolar destes agentes, o que configura um cenário diferente daquele apresentado sobre as escolas estaduais de referência. Nesse sentido, os documentos produzidos pelos órgãos oficiais, como os já mencionados registros da Secretaria Municipal da Educação, e publicações oficiais como a *Memória da Rede Municipal de Ensino* (BOLETIM CASA ROMÁRIO MARTINS, 2010), trazem uma série de informações sobre a história da educação municipal em Curitiba, enfocando inclusive as biografias dos agentes homenageados nas nomeações destes bens públicos, recursos informacionais não encontrados quando se tratam das escolas estaduais.

De maneira geral, os registros sobre a formação educacional dos agentes estudados apontam um percentual de 64% de informações encontradas sobre o assunto, número que indica a presença de lacunas mais perceptíveis, em comparação com as informações básicas de data e local de nascimento e falecimento dos agentes estudados. Levando em conta que este tipo de lacuna informacional foi um fato recorrente nos registros oficiais consultados, os dados gerais podem parecer razoáveis diante das

¹⁶⁶ Esta descrição dos registros encontrados é referência também para a interpretação dos demais tipos de informação de serviram de base para a interpretação prosopográfica, e para a análise do conteúdo das fontes pesquisadas.

ambiguidades legais, mas ainda assim indicam um percentual considerável de 36% de lacunas e silêncios.

TABELA 69 – DADOS GERAIS SOBRE OS REGISTROS ENCONTRADOS SOBRE A FORMAÇÃO EDUCACIONAL DOS 64 AGENTES ESTUDADOS

Registros encontrados	Percentual correspondente
41	64%

Fonte: A autora (2025).

Por outro lado, a pesquisa sobre as trajetórias profissionais dos agentes homenageados foi uma das etapas em que mais retornos positivos foram alcançados quanto ao levantamento de informações.

TABELA 70 – REGISTROS DAS FONTES QUANTO ÀS INFORMAÇÕES PROFISSIONAIS DOS 64 AGENTES ESTUDADOS

Tipo de Bem público	Possuem registros com informações profissionais dos agentes homenageados	Percentual correspondente
Escolas de referência	15	88,2%
Ruas	13	86,6%
Praças	12	
Unidades básicas de saúde	4	80%
Escolas municipais	15	100%

Fonte: A autora (2025).

Se os registros sobre as informações educacionais dos agentes estudados se configuraram de forma bastante heterogênea, os dados profissionais destes mesmos agentes estão presentes de maneira substancial nos registros de todos os tipos de bens públicos analisados¹⁶⁷, o que é um indicativo que, em nossa sociedade capitalista, documentar informações sobre a atuação profissional, ou seja, sobre o papel dos indivíduos no mundo do trabalho e da produção, é um requisito básico e também meritório, uma vez que menos de 10% de lacunas foram detectadas nesse sentido.

TABELA 71 – DADOS GERAIS SOBRE ÀS INFORMAÇÕES PROFISSIONAIS DOS 64 AGENTES ESTUDADOS

Registros encontrados	Percentual correspondente
59	92,1%

Fonte: A autora (2025).

¹⁶⁷ Se descartarmos o nome de Aníbal Khury Neto pelos motivos já mencionados, o percentual de registros com informações profissionais sobe para 93,6%.

Como já foi explanado no capítulo 5, as informações sobre o patrimônio material dos agentes (manifestação objetiva dos capitais econômicos acumulados e/ou reconvertidos por esses sujeitos em suas trajetórias de vida), apesar de ser um dos aspectos mais importantes para a classificação deles no espaço social (BOURDIEU, 1996), é um dos tipos de informação mais escassos nas variadas fontes históricas consultadas. Apesar de mostrar alguma variação, esta pesquisa apresentou baixo retorno de informações de maneira geral, com destaque para os homenageados que nomeiam as unidades básicas de saúde e as escolas municipais, sobre os quais não foi possível levantar nenhum dado desta natureza. Interessante notar que este resultado havia sido o oposto quanto às informações educacionais, encontradas em maior número justamente entre os homenageados que nomeiam escolas municipais e postos de saúde¹⁶⁸:

TABELA 72 – REGISTROS DAS FONTES QUANTO ÀS INFORMAÇÕES ECONÔMICAS DOS 64 AGENTES ESTUDADOS

Tipo de Bem público	Possuem registros com informações econômicas dos agentes homenageados	Percentual correspondente
Escolas de referência	05	29,4%
Ruas	05	33,3%
Praças	05	41,6%
Unidades básicas de saúde	00	00%
Escolas municipais	00	00%

Fonte: A autora (2025).

O silêncio existente na documentação consultada, oficial ou não, demonstra que o principal elemento definidor da condição econômica herdada ou alcançada pelos agentes, não é registrado de maneira substancial, sugerindo a existência de uma estratégia para o controle dos mecanismos de dominação. Em outras palavras, se não existe um registro sobre o patrimônio material dos agentes estudados, seus capitais econômicos também se tornam opacos, o que pode caracterizar uma estratégia para enfatizar outros elementos da vida dos homenageados, homogeneizando os sujeitos, como se a posição de classe não importasse no estabelecimento das homenagens.

Por outro lado, é preciso levar em conta que a restrição sobre as informações econômicas, em certa medida, se deve à algumas formas de proteção legal, uma prerrogativa dos cidadãos, para garantir a segurança e a privacidade das pessoas. Esse

¹⁶⁸ Nesse momento foram consideradas todas as informações sobre o patrimônio material dos agentes estudados, sem levar em conta os critérios elencados no capítulo 5.

direito, entretanto, pode acabar se tornando um dispositivo que, aliado às falhas da legislação, favorece a invisibilização de informações importantes para a classificação do perfil dos agentes estudados em diversos tipos de pesquisas históricas e sociológicas.

De maneira geral, o percentual de informações encontradas sobre o patrimônio material dos agentes estudados ficou abaixo de todos os outros elementos analisados, configurando esse tipo de informação a que menos se obteve acesso para as análises propostas¹⁶⁹.

TABELA 73 – DADOS GERAIS SOBRE ÀS INFORMAÇÕES ECONÔMICAS DOS 64 AGENTES ESTUDADOS

Registros encontrados	Percentual correspondente
15	23,4 %

Fonte: A autora (2025).

A análise de participação dos agentes em atividades políticas, incluindo todas as informações dessa natureza que foram encontradas nas fontes consultadas, e não somente aquelas elencadas como critérios para a análise prosopográfica, também apresentou um quadro heterogêneo. Destaque para as unidades básicas de saúde, onde 80% dos agentes estudados possuem algum tipo de registro de atividade política.

TABELA 74 – REGISTROS DAS FONTES QUANTO ÀS INFORMAÇÕES POLÍTICAS DOS 64 AGENTES ESTUDADOS

Tipo de Bem público	Possuem registros com informações políticas dos agentes homenageados	Percentual correspondente
Escolas de referência	09	52,9%
Ruas	02	13,3%
Praças	04	33,3%
Unidades básicas de saúde	04	80%
Escolas municipais	05	33,3%

Fonte: A autora (2025).

Diferentemente das informações sobre as trajetórias educacional, profissional e econômica, a não participação em atividades políticas pode se configurar, em muitos casos, como uma escolha dos sujeitos. Ou seja, ter uma formação instrucional mínima, uma profissão e uma forma de acumulação de patrimônio material são aspectos que integram a vida da maioria das pessoas nas sociedades ocidentais capitalistas, por mais

¹⁶⁹ Nesse momento, não levamos em consideração os critérios elencados para a análise prosopográfica dos capitais econômicos, considerando todas as informações desta natureza. Além disso, a exclusão do nome de Aníbal Khury Neto, pelos motivos já expostos, não altera de forma relevante o percentual calculado, que ficaria em 23,8%.

dificuldades que certas classes enfrentem. Já a participação direta em atividades de cunho político pode ser mais rara, sem necessariamente ser vista como algo prejudicial para as pessoas¹⁷⁰.

De Qualquer maneira, a análise dos dados gerais obteve um baixo retorno sobre as atividades políticas registradas nas biografias dos agentes homenageados, que percentualmente chegou nem a apenas 37,5% do total¹⁷¹.

TABELA 75 – DADOS GERAIS SOBRE AS INFORMAÇÕES DE ATIVIDADES POLÍTICAS DOS 64 AGENTES ESTUDADOS

Registros encontrados	Percentual correspondente
24	37,5 %

Fonte: A autora (2025).

Os registros sobre as informações familiares foi o conjunto que apresentou o segundo maior volume de resultados positivos na pesquisa informacional, ficando apenas atrás do conjunto de informações profissionais. Contudo, obedecer ao critério amplo estabelecido nesse capítulo, de considerar todos os tipos de informação levantados nas fontes, fez com que registros muito diferentes, quanto ao volume de conteúdo, fossem considerados igualmente. Essa discrepância, como já foi mencionado anteriormente, não inviabiliza a análise aqui proposta, uma vez que a simples menção aos componentes familiares é um dado valioso, que demonstra, não somente como esse tipo de informação é recorrente nos registros (sendo, portanto, essencial para se documentar), como possibilita a detecção de indícios para a investigação das redes familiares, muitas vezes ocultas.

TABELA 76 – REGISTROS DAS FONTES QUANTO ÀS INFORMAÇÕES FAMILIARES DOS 64 AGENTES ESTUDADOS

Tipo de Bem público	Possuem registros com informações familiares dos agentes homenageados	Percentual correspondente
Escolas de referência	14	82,3%
Ruas	13	86,6%
Praças	12	100%

¹⁷⁰¹⁷⁰ De maneira ampla, participar de uma eleição exercendo o direito do voto, ou participar de um protesto de rua podem ser consideradas formas de participação política. No entanto, devido ao formato das fontes documentais, nos referimos neste momento somente a atividades mais específicas, como atuações partidárias, ou participação em movimentos sociais, além das atividades definidas nos critérios da análise prosopográfica.

¹⁷¹ A exclusão do nome de Aníbal Khury Neto, pelos motivos já expostos, não altera de forma relevante o percentual calculado, que ficaria em 38%.

Unidades básicas de saúde	4	80%
Escolas municipais	15	100%

Fonte: A autora (2025).

TABELA 77 – DADOS GERAIS SOBRE AS INFORMAÇÕES FAMILIARES DOS 64 AGENTES ESTUDADOS

Registros encontrados	Percentual correspondente
58	90,6%

Fonte: A autora (2025).

As informações sobre os familiares estiveram presentes em mais de 90% dos registros consultados, o que é um valor percentual considerável. Além disso, os agentes sobre os quais não foi possível levantar dados desta natureza, são, na maioria, sujeitos sobre os quais não conseguimos encontrar registros de qualquer espécie, ou seja, parece não se tratar de um silenciamento proposital sobre o referido assunto. Por outro lado, nem sempre é possível perceber uma imbrincada rede de parentesco e relações de parentela a partir somente dos nomes dos familiares. Como já mencionamos anteriormente, eles são indícios, que podem conduzir a novas investigações e descobertas no campo dos estudos genealógicos.

De maneira geral, a análise dos diversos aspectos informacionais estudados nas fontes históricas consultadas, demonstrou que existem lacunas, especialmente sobre os dados educacionais e econômicos dos agentes homenageados. Esta realidade é um indicativo de que o processo de construção das memórias coletivas, presente no estabelecimento da nomenclatura dos bens públicos de Curitiba, ainda que complexo, apresenta elementos suficientes para a confirmação da hipótese inicial da presente tese. Os registros documentais estudados contêm informações suficientes para que os agentes homenageados sejam classificados como membros da CDT, ou, em sua maioria, agregados que viviam das relações e proximidades com as classes dominantes. As lacunas que existem nos documentos não contradizem essa constatação, ao contrário, apenas lançam outros questionamentos para sua complementação, uma vez que a pesquisa genealógica é uma tarefa sempre passível de novas descobertas documentais.

Como conclusão deste capítulo, analisamos, no tópico a seguir, a relação de pertencimento dos agentes homenageados com os lugares onde foram estabelecidas as homenagens, com o intuito de compreender como a legislação e os agentes públicos consideram (ou não) esse fator como um elemento importante na formação das memórias coletivas da cidade. Em outras palavras, prestar uma homenagem, registrar esse fato em

um documento oficial e nomear um espaço público a partir desta homenagem, são formas de construir acervos documentais, e também lugares de memórias (NORA, 1993). Em que medida o poder público considerou as relações entre os homenageados e os lugares que seriam nomeados através destas homenagens é o que averiguamos na sequência.

7.2 – OS AGENTES HOMENAGEADOS E AS RELAÇÕES DE PERTENÇA COM OS LOCAIS ONDE AS HOMENAGENS FORAM PRESTADAS

Um dado final da análise documental, que reforça a argumentação explanada até aqui, e corrobora a hipótese inicial do viés elitista para o estabelecimento da nomenclatura dos bens públicos em Curitiba, é a indicação ou não de pertença ou relação dos agentes estudados com as comunidades onde as homenagens foram prestadas.

O pensamento do senso comum nos leva a acreditar que os nomes dos bens públicos são homenagens prestadas a pessoas merecedoras, e/ou que tenham alguma relação com o lugar onde a nomeação foi estabelecida. Contudo, os dispositivos legais não contemplam essa ideia de maneira completa. Como já foi explanado no capítulo 04, a maioria das nomeações em Curitiba é estabelecida através de leis genéricas, que não determinam o tipo de bem público a ser nomeado, nem onde ele deve se localizar. Nesse caso, quem determina o endereço da designação é um órgão da Prefeitura chamado de Departamento de Cadastro Técnico (pertencente à Secretaria de Urbanismo), o qual define os locais das homenagens, a partir de uma lista dos logradouros ainda não nomeados, segundo a ordem cronológica de aprovação das leis. Somente no caso de o agente responsável pela indicação do homenageado também assinalar o local onde pretende que a homenagem seja feita (através de lei específica, que acarreta mais demora no processo), é que essa relação será estabelecida. Por esse motivo, o mais comum é que os nomes dos logradouros públicos sejam de agentes que pouco tem a ver com a história da comunidade onde se localizam, apesar das justificativas apresentarem as virtudes que levaram à prestação da honraria. Resumindo, não é necessário ser um membro ativo e significativo em uma localidade para ali se transformar no nome de um bem público, fato que é demonstrado pelos dados da tabela a seguir¹⁷².

¹⁷² Para consultar dados completos ver apêndice 15.

TABELA 78 – REGISTROS DE RELAÇÕES DE PERTENÇA DOS 49 NOVOS AGENTES ESTUDADOS COM A COMUNIDADE ONDE A HOMENAGEM FOI PRESTADA

Dados encontrados nas fontes consultadas	Número de nomeações	Percentual correspondente
Registros com indicações de pertença ou relação com as comunidades	06	12,2%
Registros não encontrados de pertença ou relação com a comunidade	40	81,6%
Nomeações estabelecidas antes de 1948 ¹⁷³	03	6,2%

Fonte: A autora (2024).

Como é possível observar na tabela anterior, a maioria das nomeações a que tivemos acesso não disponibilizaram nos documentos de justificativa ou demais fontes, informações sobre as ligações do agente homenageado com as comunidades onde a homenagem foi prestada. Em um universo de 49 novos espaços públicos estudados, 40 deles não mencionaram o pertencimento ou a atuação dos homenageados nas localidades onde houve a designação de um bem público com o seu nome, o que representa 81,6% do total.

Entre as escolas de referência, a ausência de um acervo documental que registre os dados biográficos dos homenageados e o histórico dos processos que geraram as nomeações na maioria das instituições que integram o recorte de pesquisa¹⁷⁴, faz com que as ligações ou relações de pertencimento com as comunidades onde os bens públicos se localizam pareçam ainda mais distantes.

Dessa forma, os dados gerais a respeito das ligações com as comunidades ou relações de pertencimento com as localidades onde ocorreram as homenagens aos 64 agentes estudados se configura da seguinte forma:

TABELA 79 – REGISTROS DE RELAÇÕES DE PERTENÇA DOS 64 AGENTES ESTUDADOS COM A COMUNIDADE ONDE A HOMENAGEM FOI PRESTADA

Dados encontrados nas fontes consultadas	Número de nomeações	Percentual correspondente
Registros não encontrados de pertença ou relação com a comunidade	56	87,5%

Fonte: A autora (2024).

É certo que ser parte da comunidade onde a homenagem foi prestada não pode ser considerado o único elemento para justificar a concessão de uma honraria, mas o fato

¹⁷³ Registros das nomeações antigas, anteriores à 1948 (data da primeira legislação municipal para a nomeação de bens públicos em Curitiba analisada em nosso trabalho) não foram encontrados.

¹⁷⁴ Somente uma das escolas estaduais possui registros documentais sobre o processo de escolha do nome da instituição (O Colégio Estadual Paulo Leminski, no bairro Tarumã), que contou com a efetiva participação da comunidade (PODLASEK, 2020).

de não termos encontrado, a respeito de mais de 85% dos bens públicos estudados, informações dessa natureza, também é um dado bastante revelador, e suscita questionamentos sobre o quanto os legisladores levam em conta a opinião e os valores dos membros das comunidades onde ocorrem as nomeações.

Por outro lado, a concessão das honrarias, utilizadas como moedas de troca que podem aumentar o potencial eleitoral dos agentes políticos (CANÊDO, 1995), é um elemento importante, uma vez que as normas legais e administrativas podem servir de justificativa para o distanciamento entre o lugar de vivência do homenageado, e o local onde a homenagem foi prestada. Em outras palavras, é possível apenas ao agente político propor a nomeação do bem público, sem definir sua localização, utilizando as questões burocráticas como justificativa, estratégia que garante o acúmulo dos capitais eleitorais entre o círculo daqueles que foram homenageados. Desta maneira, invisibiliza-se a identidade dos homenageados para uma parcela significativa das pessoas que vivem nos lugares onde se encontram estes bens públicos (pois o acesso às biografias dos escolhidos não é de fácil acesso), sem, no entanto, diminuir a importância deles, nem colocar em risco os capitais eleitorais que os agentes políticos almejam.

A existência de bens públicos nomeados por agentes que pouco representam ou se identificam com as comunidades onde as homenagens foram prestadas é indício da existência de estratégias elitistas presentes nos processos de nomeação. Contudo, isso não significa que não possam existir outras leituras das populações a respeito deste assunto. A escola que carrega um nome que pouco ou nada representa para uma comunidade, pode se transformar em um ponto de referência que possui uma nova identidade. Isso não significa que as pessoas deixem de pensar que se trata de um sujeito importante que nomeia o bem público, mas quando este nome é mencionado, ele possui uma referência muito maior com a identidade do lugar (rua ou praça) ou da instituição que é nomeado por ele (escola ou unidade básica de saúde). O processo de nomeação que não leva em conta as ligações dos nomes com os lugares onde as homenagens foram prestadas seriam formas de manifestação da memória enquadrada, e as releituras desses nomes, ligadas às suas funções na vida das pessoas da comunidade, formas de manifestação da memória subterrânea (POLLAK, 1989).

De qualquer maneira, a existência do mencionado distanciamento entre homenageados e lugares dos bens públicos que carregam seus nomes, também é um indício para a confirmação da hipótese inicial desta tese, uma vez que, se a população não é consultada, nem possui um número significativo de representantes entre os

homenageados que nomeiam os logradouros que fazem parte de seu cotidiano, os processos de nomeação certamente seguem outra lógica, sobre a qual a análise coletiva das biografias estudadas indica aspectos de cunho elitista bastante convincentes.

8- CONSIDERAÇÕES FINAIS

O espaço social se configura como uma arena onde ocorrem disputas pelo poder, dentro da qual a reprodução e perpetuação do *habitus* de classe ocorre de forma sutil, em um processo que se manifesta objetivamente nas lutas pela acumulação e reconversão de diferentes tipos de capitais. O *habitus* adquirido direciona os agentes ou grupos para a reprodução de comportamentos peculiares, que são naturalizados, buscando favorecer a acumulação e/ou a reconversão dos recursos em disputa. Uma vez conquistados, estes capitais, responsáveis pela manutenção dos privilégios de determinados grupos em detrimento de outros, são a expressão de uma estrutura social marcada essencialmente pela desigualdade (BOURDIEU, 1996).

Ao mesmo tempo em que o *habitus* orienta os agentes ou grupos que o adquiriram para acumular e/ou reverter uma série de capitais, o sucesso nesse processo também garante a perpetuação desse mesmo *habitus*, dentro de uma dinâmica de retroalimentação, que favorece a manutenção da estrutura vigente. Por isso, nos embates sociais, a reconversão de capitais dentro dos campos é uma prática constante, que beneficia a manutenção da posição de poder daqueles que dominam o espaço social, ou, em algumas situações, também podem favorecer a transformação desta realidade (BOURDIEU, 1996).

Capitais políticos, econômicos, sociais e culturais podem ser acumulados e empregados, tanto nos embates para a afirmação do poder dos grupos hegemônicos dentro do campo em que foram reproduzidos, quanto nos espaços de intersecção entre os campos, favorecendo os processos de reconversão (BOURDIEU, 1996). Nessa dinâmica, é comum que capitais de diversas naturezas sejam reconvertidos em capitais simbólicos, com o objetivo de atuar no campo das representações e das memórias. Trata-se de um processo de reconversão dos recursos, que podem resultar na formação de memórias enquadradas (POLLAK, 1989), expressões do passado, que reproduzem o *habitus* de maneira sutil, e naturalizam as memórias de determinados grupos e agentes, como se pertencessem à toda sociedade (CANÊDO, 1994). Nesse sentido, a reconversão de capitais e a construção de memórias enquadradas operam como mecanismos

fundamentais para a reprodução das hierarquias sociais, perpetuando o poder das elites e a desigualdade estrutural.

Os estudos da presente tese buscaram vislumbrar alguns elementos dessa desigualdade estrutural, por meio da análise da nomenclatura de bens públicos urbanos. As biografias individuais de uma amostragem específica de agentes homenageados na nomeação de bens públicos em Curitiba, definidos a partir dos recortes delimitados em nossa dissertação de mestrado (PODLASEK, 2020) compuseram o conjunto de 64 trajetórias estudadas, dentre as quais, 47 são referentes a novos agentes que nomeiam ruas, praças, unidades básicas de saúde e escolas municipais, em nove bairros da capital paranaense.

A composição das biografias individuais dos agentes elencados serviu como base para as interpretações coletivas da análise prosopográfica, que corroborou a hipótese inicial, ou seja, a presença de elementos elitistas no estabelecimento das referidas homenagens, processo que evidencia a reprodução de um determinado *habitus* de classe. Entretanto, para que este resultado interpretativo fosse sustentado por uma argumentação mais coerente e relacional, foram também analisadas a trajetória histórica de Curitiba (especialmente no período entre o final do século XIX e o início do século XXI), a legislação histórica e vigente que normatiza o processo de nomeações de bens públicos na capital, e as informações e silêncios presentes nas fontes consultadas.

As análises acerca da trajetória histórica de Curitiba, e das legislações que normatizam as nomeações dos bens públicos estudados, indicaram que existe uma confluência entre o crescimento urbano da capital para os bairros da periferia, e o número elevado de prestações honoríficas realizadas nesse período. Em outras palavras, nos anos finais do século XX e início do século XXI, quando a capital do estado viveu um grande crescimento demográfico que direcionou essa nova população (essencialmente formada por famílias das classes populares) para áreas mais distantes da cidade, foi a época em que um número elevado de bens públicos necessitava ser nomeado, processo que se refletiu na legislação municipal que tratava deste do assunto.

O número de escolas de referência, que definiu o recorte da pesquisa na presente tese também é um dado que deve ser levado em conta, afinal, a maior parte das escolas de referência está situada nas regiões Sul e Oeste da cidade, somando 13, em um total de 17 instituições estudadas. Esse dado certamente direcionou os números que delimitaram o recorte, pois, da mesma forma, a maioria dos demais bens públicos analisados também estariam situados nestas regiões da cidade. Porém, o motivo pelo qual escolas de grande

porte foram inauguradas ou redesignadas (geralmente a partir de ampliações de instituições já existentes) nestas localidades, remete à premissa inicial de nossas reflexões – o fato de serem áreas em expansão demográfica e urbana, onde novos espaços públicos estavam sendo inaugurados e precisavam ser nomeados.

Nesse sentido, das 49 novas nomeações estudadas na presente pesquisa, 38 delas foram feitas para os bens públicos de bairros periféricos, pertencentes às regiões Oeste e Sul de Curitiba, sendo que 37 (75,5% do total) foram estabelecidas entre 1979 e 2004, ou seja, sob orientação das leis mais recentes que regulamentaram as nomeações de bens públicos na capital.

Nestas legislações, a importância para o ato de indicar uma nomeação honorífica fica bastante evidente. A Lei 6.053/1979 introduziu a Comissão de Educação, Cultura, Bem Estar Social e Turismo, responsável pela indicação das nomeações, e pela aprovação das indicações feitas pelos vereadores, o que, na prática, concedia a este órgão amplos poderes, tanto na escolha dos homenageados, quanto no número ilimitado de indicações que podia realizar. A lei 8.670/1995 e suas alterações posteriores restituíram aos vereadores o poder de indicar os agentes a serem homenageados, suprimindo a Comissão de Educação, Cultura, Bem Estar Social e Turismo, além de estabelecer que os vereadores poderiam fazer um número bastante expressivo de nomeações, chegando a 192 nomeações possíveis por mês para cada vereador (segundo a Lei 10.256/2001), prerrogativa que permaneceu até o ano de 2011.

É possível concluir, a partir destes dados, que o crescimento demográfico e urbano na periferia de Curitiba durante o final do século XX e o início do século XXI, ocasionou a necessidade de um número elevado de nomeações nos novos espaços públicos que se criavam, processo em que a participação dos agentes políticos foi ampliada consideravelmente, através das regulamentações legais. Daí se evidencia a importância do assunto no meio político da municipalidade. O interesse dos agentes responsáveis pelas indicações nesse tipo de atividade (especialmente do Legislativo) revela uma estratégia política interessante, pois a concessão das homenagens, apesar de ser um ato simples, não deixa de ser considerada como atividade legislativa, geralmente enquadrada como proposição de lei, iniciativa que beneficia o currículo dos agentes públicos em questão. Ou seja, o interesse de legislar nomeando bens públicos pode se configurar em um elemento do *habitus* da classe política local, que, ao mesmo tempo, favorece os agentes nomeadores em seus interesses dentro do jogo político, amplia as atividades a

serem relatadas junto a seu eleitorado, e contribui para a formação de memórias intencionalmente enquadradas, ainda que de maneira sutil e invisibilizada.

Quando cruzamos os dados referentes aos processos de nomeações, com os números a respeito da ligação ou pertencimento dos agentes homenageados com os lugares onde as homenagens foram prestadas, as informações também corroboram a hipótese de elitismo presente nestes processos, especialmente dentro do conceito de memória enquadrada (POLLAK, 1989). Dentre os 49 espaços públicos estudados, não foram encontrados registros deste tipo de ligação para 40 dos homenageados, ou seja, 81,6%. Quando são incluídas as escolas de referência, o número sobe para 56 agentes sem registros encontrados de relações com as comunidades onde as homenagens foram prestadas, ou seja, 87,5% do total. Apesar da consulta ter sido realizada em um conjunto limitado de fontes, e da possibilidade sempre existente de novos registros serem encontrados, um número tão expressivo de ausências de uma informação essencial para a formação das memórias das comunidades, transparece que pouca é a preocupação do poder público (incluindo os agentes políticos que indicam as homenagens, os que elaboraram as legislações e a burocracia municipal) com o que a história das comunidades pode representar na formação destes lugares de memória (NORA, 1990).

A análise a respeito da documentação consultada revelou que boa parte das ausências de informações, recorrentes na pesquisa das biografias individuais e que impactaram as interpretações prosopográficas, se referem aos capitais econômicos e educacionais dos agentes estudados, especialmente aqueles que compõem o universo dos 49 novos bens públicos, pesquisados essencialmente a partir da documentação oficial da Seção de Arquivo e Documentação da Câmara Municipal de Curitiba. Pertencendo a nomeações sob responsabilidade do poder municipal, as lacunas existentes nestas fontes também possuem ligação direta com a legislação que as regulamentou, pois tais leis carecem de cumprimento integral por parte dos agentes e órgãos governamentais, além de possuírem critérios pouco claros sobre quais são as informações biográficas necessárias no acervo preservado sobre o assunto. Nesse sentido, é possível concluir que as biografias individuais que constam nas fontes oficiais, são documentos que falham, em certa medida, no cumprimento das normas estabelecidas (especialmente no que se refere à organização e disponibilização de um acervo próprio), mas especialmente se beneficiam da amplitude dos critérios que normatizam legalmente o assunto, onde não há uma padronização regulamentada para a elaboração desse tipo de fonte histórica.

Apesar de não podermos afirmar que estas lacunas são um elemento intencional, sua presença recorrente, e o benefício que retiram dos critérios pouco claro da legislação, são indicativos de um processo de silenciamento que, se não é propositalmente praticado pelos agentes públicos, ao menos demonstra como esse tema é pouco estudado, e não possui grande apelo da população para seu esclarecimento. Nesse sentido, o conceito de memória enquadrada é pertinente, pois, se os cidadãos comuns de comunidades populares não têm suas memórias documentadas nestes espaços de vivência, e pouco reivindicam sobre o assunto, é indicativo que os processos de nomeação pertencem à um universo que não é acessado por estas pessoas, e que permanece entendido como um espaço de poder “naturalmente” pertencente àqueles que “merecem” ser agraciados com as honrarias, no caso, membros da CDT, ou emergentes agregados. As memórias oficiais, portanto, sofrem um processo de enquadramento no momento em que as nomeações são estabelecidas, uma vez que a maioria delas é extrínseca às memórias das comunidades (POLLAK, 1989).

Nessa dinâmica, o *habitus* de classe (BOURDEIU, 1996) se perpetua de duas maneiras: ao reafirmar e naturalizar o poder dos agentes públicos sobre o assunto, sem que as discrepâncias dos processos de indicação por eles conduzidos sejam criticadas, especialmente no que se refere ao não pertencimento dos homenageados aos locais onde as homenagens foram prestadas; e ao oportunizar a reconversão de diversos tipos de capitais, no capital simbólico da nomeação de um bem público, majoritariamente para agentes oriundos da CDT ou de grupos que vivem em sua órbita.

As lacunas existentes nos documentos consultados, apesar de serem recorrentes e indicarem as práticas descritas anteriormente, não inviabilizaram a análise prosopográfica, elemento fundamental, aliado aos outros indícios já descritos, para a corroboração de nossa hipótese inicial. Integrando uma pesquisa extensa, que partiu da elaboração de 47 novas biografias, complementadas pela revisão dos 17 quadros biográficos já elaborados em nossa dissertação de mestrado, a análise prosopográfica chegou a um resultado final, onde 74,3% dos homenageados foram identificados como homens, 78,1% nascidos entre a segunda metade do século XIX e primeira metade do século XX, 75% residiram ou atuaram em Curitiba, 59,4% possuíam formação educacional dentro dos sistemas formais de ensino, 90,6% possuíam capitais profissionais, e 57,8% eram originários de famílias detentoras de diversos tipos de capitais. Apesar das lacunas referentes aos capitais econômicos, e da baixa incidência de participação política dentro dos critérios elencados (que representassem a acumulação

deste tipo de recurso), os números demonstram que os agentes homenageados se enquadram majoritariamente na categoria de emergentes agregados à Classe Dominante Tradicional, grupo social que garante boa parte de sua posição e defesa de interesses da proximidade que possui com as camadas dominantes, e por isso, consegue se afastar em certa medida da realidade das camadas populares. Este dado final é uma das comprovações empíricas basilares da confirmação de nossa hipótese inicial.

Em relação aos agentes responsáveis pelas nomeações, o panorama prosopográfico indicou que, dentre os 27 agentes (do Legislativo e do Executivo) que foram possíveis identificar nos processos de nomeação, 21 deles (77,7% do total) demonstraram possuir grande volume de capitais acumulados, apresentando entre 80 e 100% dos recursos elencados. Em relação especificamente ao campo político, área de influência e atuação principal destes agentes, foi constatado um considerável número de mandatos conquistados por eles: 17 agentes conseguiram se eleger quatro vezes; outros 2 agentes conquistaram 3 mandatos; e 7 agentes conquistaram 2 mandatos. Somados, são 26 agentes que conseguiram se eleger entre 2 e 4 vezes, totalizando 96,3% dos agentes políticos estudados. Nesse contexto, 21 dos agentes exerceram seus mandatos dentro das esferas municipal ou estadual, ou seja, 77,8% dos agentes estudados atuaram dentro do nível político local.

Mesmo que os dados revelados pelas fontes consultadas em relação aos capitais econômicos (referentes ao patrimônio declarado ao TSE nos períodos de pleitos eleitorais) não tenham revelado um volume significativo deste tipo de recurso acumulado pelos agentes políticos biografados, as informações a respeito das ligações de parentesco e dos capitais familiares revelou alguns aspectos interessantes. Dos 27 agentes analisados, 6 possuem ligações de parentesco direta com a CDT, o que representa 22,2% do total. Além disso, outros 9 agentes (33,3% do total) puderam ser classificados como agentes oriundos da imigração europeia, grupo que se beneficiou da proximidade ou da integração com a CDT. Isso significa que 15 indivíduos (55,6% do total) possuem ligações familiares diretas ou potenciais com a Classe Dominante Tradicional, dado que, cruzado com as informações sobre o volume geral de capitais identificados entre os 27 agentes políticos estudados, e a resiliência no poder através dos diversos mandatos conquistados localmente por eles, corrobora a hipótese desse grupo integrar majoritariamente a Classe Dominante Tradicional.

Portanto, os resultados finais das pesquisas desta tese, que investigou a biografia de um grande número de agentes homenageados e dos responsáveis por estas homenagens,

apontam para o pertencimento da maioria do primeiro grupo à categoria dos emergentes agregados à CDT, enquanto o segundo grupo se apresenta como elementos próprios da Classe Dominante Tradicional, ainda que no nível local. Estes dados indicam que as homenagens prestadas, foram direcionadas por interesses específicos, dentro de um processo sutil de formação e enquadramento das memórias coletivas, e perpetuação do *habitus* de classe, em uma dinâmica que, por um lado favorece as elites locais no jogo político e, por outro, reconverte capitais de diversas naturezas nas honrarias prestadas que se transformam em capitais simbólicos. Dessa maneira, a hipótese inicial de nossa pesquisa se confirma, através dos dados empíricos levantados e analisados (especialmente na análise prosopográfica), e nas implicações para a construção das memórias coletivas que este tipo de realidade representa.

Por fim, cabe destacar que as reflexões e considerações apresentadas nesta tese abrem caminho para novos questionamentos, como é característico de toda investigação científica. A exploração da participação das comunidades onde as nomeações foram estabelecidas, o acesso a novos registros biográficos e a incorporação de fontes diversificadas, como depoimentos orais, têm o potencial de ampliar e aprofundar os resultados desta análise. Embora o tema investigado seja parte do cotidiano dos cidadãos, ele ainda carece de reflexões mais aprofundadas, tanto no âmbito social quanto no meio acadêmico. A presente tese, ao apontar alguns caminhos para a pesquisa, e suscitar novas indagações, buscou contribuir para preencher parte dessa lacuna e estimular futuros estudos na área.

REFERÊNCIAS

INTRODUÇÃO E CAPÍTULO 02 - ANÁLISE METODOLÓGICA E TEÓRICA

AGUILERA, V. A. Taxionomia de topônimos: problema sem solução? **Signum: Est. Ling.** Londrina, n 2, p. 125-137, 1999. Disponível em: <file:///C:/Users/lucia/Downloads/signum,+Gerente+da+revista,+4454-15308-1-SM.pdf>. Acesso em: 08 jan. 2025.

ALMEIDA, C. B. de. A prosopografia ou biografia coletiva: limites, desafios e possibilidades. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH, XXVI, 2011, São Paulo. **Anais...** São Paulo: 2011, p. 1-9. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300892678_ARQUIVO_anpuhsp2011.pdf. Acesso em: 15 out. 2022.

ANANIAS, A. C. C. dos S.; ZAMARINO, M. Construção da identidade toponímica: os nomes dos municípios paranaenses. **Revista Diadorim**. Revista de Estudos Linguísticos e Literários do Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Volume 16, dez. 2014. Disponível em: <https://revistas.ufrr.br/index.php/diadorim/article/view/4031/15523>. Acesso em: 09 jan. 2024.

BALDEZ E SILVA, T. J.; MORAES, P. H. V. A nomeação dos topônimos: memória e história em confronto entre o passado e presente. **Littera Online**. São Luís, v.6, n.10, p. 1-14, 2015. Disponível em: <http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/littera/article/view/3556>. Acesso em: 28 nov. 2023.

BN DIGITAL BRASIL. **Hemeroteca Digital**. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 03 set. 2024.

BOBBIO, N; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de política**. Brasília: UnB, 1998.

BONNEWITZ, P. **Primeiras lições de sociologia de P. Bourdieu**. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

BOURDIEU, P. A escola conservadora. In: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. (Org.). **Escritos de educação**. Petrópolis: Vozes, 1998.

BOURDIEU, P. **Esboço da teoria da prática**. In: ORTIZ, Renato (org.). Pierre Bourdieu/Sociologia. Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática, 1994.

BOURDIEU, P. **Os usos sociais da ciência**: por uma sociologia clínica do campo científico. SP: Ed. UNESP, 2004.

BOURDIEU, P. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus, 1996.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BRASIL. **Constituição** (1988). Constituição: República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em: 12 set. 2023.

BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. **Institui o Código Civil**. Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406compilada.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2010.406%2C%20DE%2010%20DE%20JANEIRO%20DE%202002&text=Institui%20o%20C%C3%B3digo%20Civil.&text=Art.,e%20deveres%20na%20ordem%20civil.. Acesso em: 12 set. 2023.

CANÊDO, L. B. Caminhos da Memória: parentesco e poder. **Revista Textos de História**, Brasília, v. 2, n. 3, p. 85-122, 1994.

CANÊDO, L. B. Metáforas do parentesco e a duração em política. **Revista Textos de História**, Brasília, v. 3, p. 82-103, 1995

CURITIBA. Decreto Nº 427/83, de 20 de outubro de 1983. Define critérios para denominação de áreas públicas ajardinadas. **Leis Municipais**. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/c/curitiba/decreto/1983/43/427/decreto-n-427-1983-define-criterios-para-denominacao-de-areas-publicas-ajardinadas>. Acesso: 01 ago. 2022.

CURITIBA. **Lei Orgânica do Município de Curitiba**. Texto promulgado em 1990 e atualizado com emenda à Lei Orgânica nº 15, de 20 de dezembro de 2011. Leis Municipais. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/lei-organica-curitiba-pr>. Acesso em: 1º out. 2023.

CURITIBA. Lei Ordinária nº 8670/1995, de 29 de junho de 1995. Regula a denominação de bens públicos no município de Curitiba. **Leis Municipais**. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/c/curitiba/lei-ordinaria/1995/867/8670/lei-ordinaria-n-8670-1995-regula-a-denominacao-de-bens-publicos-no-municipio-de-curitiba>. Acesso em: 03 ago. 2022.

CURITIBA. **Localização dos serviços de saúde**. Disponível em: <https://saude.curitiba.pr.gov.br/a-secretaria/localizacao-de-servicos-da-saude.html>. Acesso em: 12 mar. 2021.

CURITIBA. Secretaria Municipal da Educação. **Localização unidades educacionais**. Disponível em: <https://educacao.curitiba.pr.gov.br/unidades/>. Acesso em: 16 maio 2022.

CURITIBA. **Secretaria Municipal do Meio Ambiente. Praças**. Disponível em: <https://www.curitiba.pr.gov.br/conteudo/pracas/376> . Acesso em: 03 ago. 2022.

DICK, M. V. de P. do A. **Toponímia e Antroponímia no Brasil**. Coletânea de estudos. 2. ed. São Paulo: Serviço de Artes Gráficas/FFLCH, 1990.

GOMES NETA, B. L. **Os nomes de escolas públicas na cidade de Mariana: microtoponímia urbana**. 126f. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em

Letras: Estudos da Linguagem, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2016.

GOULART, M. H. H. Família e política: concepções teóricas e metodológicas. In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA, 15. Curitiba, 2016. **Anais...** Curitiba: UFPR. Disponível em: http://www.encontro2016.pr.anpuh.org/resources/anais/45/1468205956_ARQUIVO_FamiliaePolitica.ANPUH.PR.pdf. Acesso em: 21 set. 2020.

GOULART, M. H. H. S. **A dança das cadeiras**: análise do jogo político na Assembleia Legislativa do Paraná (1889-1930). Jundiaí: Paco Editorial, 2014.

GOULART, M. H. H. S. Família e política: repensando relações. In: OLIVEIRA, R. C. (Org.) **Família importa e explica**: instituições políticas e parentesco no Brasil. São Paulo: LiberArs, 2018.

GOULART, M. H. H. S. As mulheres na ALEP: uma abordagem prosopográfica. In: OLIVEIRA, R. C. (Org.) **Nepotismo, parentesco e mulheres**. Curitiba: RM Editores, 2016.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. SP: Editora Revista dos Tribunais Ltda., 1990.

MONTEIRO, J. M. **10 lições sobre Bourdieu**. RJ: Vozes, 2018.

NERES, M. S. Tempo, memória, narrativa e teoria sociológica. **Dossiê Multimodalidade da Memória**: Narrativa e Teoria Social. Arquivos do CMD, Volume 4, N.1. Jan/Jun 2016.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, vol. 10, 1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/12101>. Acesso em: 25 out. 2022.

OLIVEIRA, R. C. Como definir família? In: OLIVEIRA, R. C. (org.). **Família importa e explica**: Instituições políticas e parentesco no Brasil. SP: Liber Ars, 2018.

OLIVEIRA, R. C. **Genealogia e prosopografia familiar dos candidatos presidenciais e do ministério Bolsonaro**: as entranhas sociais e políticas do Brasil. Curitiba, 2019. Disponível em: https://www.academia.edu/39462906/Genealogia_e_Prosopografia_Familiar_dos_Candidatos_Presidenciais_e_do_Minist%C3%A9rio_Bolsonaro_as_entranhas_sociais_e_pol%C3%ADticas_do_Brasil?auto=download. Acesso em: 18 jun. 2019.

OLIVEIRA, R. C. O. **Na teia do nepotismo**. Curitiba: Insight, 2012.

OLIVEIRA, R. C. O. **O silêncio dos vencedores**. Genealogia, classe dominante e Estado no Paraná. Curitiba: Moinho de Vento, 2001.

PARANÁ. **Constituição** (1989). Constituição do Estado do Paraná. Texto promulgado em 5 de outubro de 1989 e atualizado até a Emenda Constitucional nº 31, de 22 de maio de 2012. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/70436>. Acesso em: 15 set. 2023.

PERALTA, E. Abordagens teóricas ao estudo da memória social: uma resenha crítica. **Antropologia, Escala e Memória**. N.º 2 (N.º v a Série), 2007. Disponível em: [https://arquivos-da-memoria.fcsb.unl.pt/ArtPDF/02_Elsa_Peralta\[1\].pdf](https://arquivos-da-memoria.fcsb.unl.pt/ArtPDF/02_Elsa_Peralta[1].pdf). Acesso em: 27 nov. 2023.

PODLASEK, L. **Trajetórias, famílias e capitais**: os agentes homenageados na nomenclatura de escolas estaduais em Curitiba (1985-2009). 254f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2020.

POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2278>. Acesso em: 20 out. 2022.

SAES, D. Uma contribuição à crítica da teoria das elites. *Revista de Sociologia e Política*. Curitiba, nº3, p. 7-20, 1995.

STONE, L. Prosopografia. **Revista de Sociologia e Política**, jun., vol. 19, nº 39, p. 115-137, 2011.

CAPÍTULO 03 – ASPECTOS HISTÓRICOS CONTEXTUAIS

AGÊNCIA CURITIBA DE DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO. Curitiba, 2019. **Perfil econômico das regionais**. Disponível em: <http://www.agencia.curitiba.pr.gov.br/perfil-economico-regional>. Acesso em: 21 ago. 2019.

BONI, M. I. M. Imigrações/migrações em Curitiba: outras histórias. Simpósio Nacional de História – ANPUH. 25º. **Anais...** São Paulo, jun. 2011. Disponível em: https://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1308144742_ARQUIVO_Anpuh2011textocompleto.pdf. Acesso em: 27 jan. 2025.

CARMO, J. C. B. Discurso e padrão higiênico-funcional: a inserção da cidade de Curitiba nos princípios de urbanismo da década de 1940. Encontro da Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional – ENANPUR. 15º. **Anais...** Recife, nov. 2013. Disponível em: <https://anais.anpur.org.br/index.php/anaisenanpur/article/view/472>. Acesso em: 28 jan. 2025.

CASTRO, E. A.; POSSE, Z. C. S. **Os 75 anos do Matadouro Municipal do Guabirotuba: arquitetura, urbanização e higienismo**. Curitiba: Edição das autoras, 2015. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1hFLMFP0cn2L9zzY5m5sSPcsPkYAIDS2a/view>. Acesso em: 16 jan. 2025.

CESTARO, L. R.; CESTARO, L. Ensaio para a participação popular: o Plano Diretor de Curitiba-PR entre permanências e rupturas. **Revista Bitácora Urbano Territorial**,

vol. 31, núm. 3, pp. 67-80, 2021. Disponível em:
<https://www.redalyc.org/journal/748/74868029002/html/>. Acesso em: 03 fev. 2025.

COLÉGIO ESTADUAL ANIBAL KHURY NETO. **Projeto político pedagógico**. Disponível em : <https://www.yumpu.com/pt/document/read/15210306/cliue-aqui-para-baixar-o-documento-anibal-khury-neto>. Acesso em: 16 jan. 2025.

CROCETTI, Z. Urbanização e mobilidade em Curitiba: gênese, desenvolvimento e reflexões. **Geosul**, Florianópolis, v. 29, p 93-116, jul./dez. 2014. Disponível em:
<file:///C:/Users/Usuario/Downloads/administrador,+05+Zeno+-+Urbaniza+%C3%82%C2%BA+%C3%83%C2%BAo+e+mobilidade+em+Curitiba.pdf>
 . Acesso em: 28 jan. 2025.

CUNHA, R. T. F. **A feminização da cultura: Curitiba, 1890 – 1930**. 141f. Dissertação de mestrado. Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), 2001. Disponível em:
<https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/205343>. Acesso em: 14 jan. 2025.

CURITIBA tem “cidades” dentro da cidade. **Folha de Londrina**. Londrina, 15 de março de 1999. Disponível em: <https://www.folhadelondrina.com.br/cidades/curitiba-tem-cidades-dentro-da-cidade-133772.html?d=1>. Acesso em: 24 out. 2024.

COLÉGIO MADALENA SOFIA. **60 anos de tradição no Bairro Alto**. Disponível em:
<https://madalenasofia.com.br/#:~:text=A%20proposta%20da%20funda%C3%A7%C3%A3o%20do,obra%20ainda%20n%C3%A3o%20estar%20conclu%C3%ADda..> Acesso em: 13 jan. 2025.

DORIA, P. R. **Liderança, autoridade e contexto político: o caso de Jaime Lerner no Paraná (1971-2001)**. 160f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2001.

FERNANDES, J. C. **De mudança para o Uberaba**. Disponível em:
<https://www.gazetadopovo.com.br/especiais/paz-tem-voz/de-mudanca-para-o-uberaba-74kx4pqve88x9j63u1n7wx83y/>. Acesso em: 16 jan. 2025.

FERRAZ, D. S. **Requalificação do bairro Cidade Industrial de Curitiba PR**. 154f. Monografia (Graduação em Arquitetura e Urbanismo). Setor de Tecnologia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.

IPPUC. **Infocuritiba**, 2024. Disponível em: <https://infocuritiba.ippuc.org.br/>. Acesso em: 21 set. 2024.

IPPUC. **Nosso Bairro**, 2015. Disponível em:
<http://www.ippuc.org.br/nossobairro/anexos/65-Sitio%20Cercado.pdf>. Acesso em: 06 nov. 2019.

ISHIKIRIYAMA, F.; FRICK, E. C. L. **O professor e os desafios da escola pública paranaense**. Disponível em:
http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2012/2012_ufpr_geo_artigo_francislea_ishikiriyama.pdf. Acesso em: 22 out. 2024.

KOWALSKI, R. L. População de mais da metade dos bairros de Curitiba encolheu nos últimos anos. **Bem Paraná**. Curitiba, 23 de junho de 2024. Disponível em: <https://www.bemparana.com.br/noticias/parana/populacao-de-mais-da-metade-dos-bairros-de-curitiba-encolheu-nos-ultimos-anos/>. Acesso em: 18 set. 2024.

LEITÃO, S. R. **O discurso do planejamento urbano em Curitiba**: um enigma entre a prática e a cidade real. 175f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2002. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16131/tde-08102024-124913/publico/Leitao_SylviaRamos_ME_2002.pdf. Acesso em: 03 fev. 2025.

LIMA, C. F. D.S. **O governo Jaime Lerner e o Programa Paraná Mais Empregos**. 141f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes – Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2007. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/xmlui/bitstream/handle/1884/27514/R%20-%20D%20-%20LIMA%2c%20CANDIDA%20DE%20F.%20DEICHMANN%20SANTOS.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 03 fev. 2025.

MARTINS, J. C. **Conheça a História dos Planos Diretores de Curitiba** – parte I. Disponível em: <https://www.curitiba.pr.leg.br/informacao/noticias/conheca-a-historia-dos-planos-diretores-de-curitiba-parte-i>. Acesso em: 14 jan. 2025.

MARTINS, J. C. **Plano Wilhelm-IPPUC**: conflitos e soluções para a Curitiba de 1966 - Parte II. Disponível em: <https://www.curitiba.pr.leg.br/informacao/noticias/plano-wilhelm-ippuc-conflitos-e-solucoes-para-a-curitiba-de-1966-parte-ii>. Acesso em: 14 jan. 2025.

MORADAZ. **Você conhece o Bairro Alto** – Curitiba? Disponível em: <https://moradaz.com.br/bairro-alto-curitiba/>. Acesso em: 13 jan. 2025.

NAZARENO, L. R. **Redes sociais e coalizão de governo em Curitiba**: 1984-2004. 163f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2005.

OLIVEIRA, E. F. A. **Da colônia à metrópole**: trajetórias e discursos em torno da agricultura urbana na cidade de Curitiba/PR. 131f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas) – Setor de Ciências Sociais Aplicadas – Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2021.

OLIVEIRA, R. C. **O silêncio dos vencedores**. Genealogia, classe dominante e Estado no Paraná. Curitiba: Moinho de Vento, 2001.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA. **Curitiba**: A Cidade Mais Inteligente do Mundo. Disponível em: <https://www.curitiba.pr.gov.br/noticias/especiais/curitiba-a-cidade-mais-inteligente-do-mundo-de-2023/49>. Acesso em: 28 jan. 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA. **Emoção marca assinatura de decreto que regulariza ocupação histórica no Sítio Cercado**. Disponível em: <https://www.curitiba.pr.gov.br/noticias/emocao-marca-assinatura-de-decreto-que-regulariza-ocupacao-historica-no-sitio-cercado/35875>. Acesso em: 08 jan. 2025.

RIBEIRO, F.; NASCIMENTO, A. Curitiba tem queda no número de homicídios e registra um a cada 44 horas. **Banda B**. Curitiba, 06 dez. 2023. Disponível em: <https://www.bandab.com.br/curitiba/curitiba-tem-queda-no-numero-de-homicidios-e-registra-um-a-cada-44-horas-saiba-bairros-mais-violentos/>. Acesso em: 16 jan. 2025.

ROCHA, R. M. Poloneses. In: OLIVEIRA, RM C. GOULART, M. H. H. S. **Família, política e etnicidade**. São Paulo: LiberArs, 2020.

SANTOS, M. S. OLIVEIRA, J. D. C. Do vernacular ao moderno: o caso da Vila Nossa Senhora da Luz dos Pinhais 1966. In: Seminário DOCOMOMO Sul, 3º, Porto Alegre, 2010. **Anais...** Disponível em: https://www.ufrgs.br/propar/wp-content/uploads/2023/11/25_Michelle-Schneider-.pdf. Acesso em: 07 jan. 2025.

SANTOS, M. G. R.; CASTRO, E. A. **A cidade moderna nos planos de urbanismo de Curitiba (1960–1970)**. Vitruvius, 23 set. 2022. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/23.268/8601>. Acesso em: 29 jan. 2025.

STRAPASSON HOY, F. **História concisa dos bairros de Curitiba**: do Abranches ao Xaxim. Curitiba: Appris, 2019.

SOUZA, O. A. **Estigma no bairro Tatuquara e a luta pela conquista da cidadania**. 145f. Dissertação de mestrado. Curso de Pós-Graduação em Antropologia Social, Setor de Ciências Humanas. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2002.

TEIXEIRA, L. B.; BEGA, M. T. S. Desigualdade social e o processo de urbanização de Curitiba: o caso do Jardim Parque Iguaçu. **Tempo da Ciência**, Toledo, v. 25. n. 49, jan./jun. 2018, p. 147-161.

TAVARES, P. O. T. **São José dos Pinhais no contexto da recente industrialização metropolitana**: reflexos socioespaciais. 142f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Área de concentração: Produção do Espaço Urbano Regional, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004. Disponível em: <file:///C:/Users/Usuario/Downloads/DISSERTACAO%20LILIAN.pdf>. Acesso em: 07 jan. 2025.

TONELLA, C. O movimento popular por moradia e a questão urbana em Curitiba (1986-1992). **Diálogos**, DHI/PPH/UEM, v. 9, n. 3, p. 79-96, 2005. Disponível em: <file:///C:/Users/Usuario/Downloads/41326-Texto%20do%20artigo-181873-1-10-20180118.pdf>. Acesso em: 22 out. 2024.

WACHOWICZ, R. C. **História do Paraná**. Curitiba: Editora Gráfica Vicentina, 1995.

CAPÍTULO 04 – O PODER DE NOMEAR BENS PÚBLICOS – O PAPEL DA UNIÃO, DOS ESTADOS E DOS MUNICÍPIOS

AGÊNCIA IBGE NOTÍCIAS. **Em 2018, expectativa de vida era de 76,3 anos**. 2019. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/26104-em-2018-expectativa-de-vida-era-de-76-3->

CURITIBA. Lei nº 11.642/2005. Institui o programa de adoção de logradouros públicos, revoga a lei nº 7.628, de 16 de abril de 1991 que dispõe sobre a permissão de uso para publicidade, com encargos de conservação de logradouros públicos", e dá outras providências. **Leis Municipais**. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/c/curitiba/lei-ordinaria/2005/1165/11642/lei-ordinaria-n-11642-2005-institui-o-programa-de-adoacao-de-logradouros-publicos-revoga-a-lei-n-7628-de-16-de-abril-de-1991-que-dispoe-sobre-a-permissao-de-uso-para-publicidade-com-encargos-de-conservacao-de-logradouros-publicos-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 20 mar. 2025.

CURIIBA. Lei nº 6.518/1984. Acrescenta o inciso IX ao artigo 3º da Lei nº 6053/79, de 18 de setembro de 1979, e dá outras providências. **Leis Municipais**. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/c/curitiba/lei-ordinaria/1984/651/6518/lei-ordinaria-n-6518-1984-acrescenta-o-inciso-ix-ao-artigo-3-da-lei-n-6053-79-de-18-de-setembro-de-1979-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 17 out. 2023.

CURITIBA. Lei 10.526/2001. Altera a redação do artigo 1º da Lei nº 9223/97 de 15 de dezembro de 1997, que alterou os artigos 4º e 9º da Lei nº 8670, de 29 junho de 1995, que regula a denominação de bens públicos no município de Curitiba. **Leis Municipais**. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/c/curitiba/lei-ordinaria/2001/1025/10256/lei-ordinaria-n-10256-2001-altera-a-redacao-do-artigo-1-da-lei-n-9223-97-de-15-de-dezembro-de-1997-que-alterou-os-artigos-4-e-9-da-lei-n-8670-de-29-junho-de-1995-que-regula-a-denominacao-de-bens-publicos-no-municipio-de-curitiba>. Acesso em: 20 out. 2023.

CURITIBA. Lei 10.930/2004. Revoga o inciso IV, do Art. 3º e o Art. 6º da Lei nº 8670, de 29 de junho de 1995, que regula a denominação de bens públicos no município de Curitiba. **Leis Municipais**. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/c/curitiba/lei-ordinaria/2004/1097/10974/lei-ordinaria-n-10974-2004-altera-artigos-da-lei-n-8670-de-29-de-junho-de-1995-que-regula-a-identificacao-dos-logradouros-publicos-no-municipio-de-curitiba>. Acesso em: 20 out. 2023.

CURITIBA. Lei 10.974/2004. Altera Artigos da Lei nº 8670, de 29 de junho de 1995, que regula a identificação dos logradouros públicos no município de Curitiba. **Leis Municipais**. Disponível em:

CURITIBA. Lei 12. 657/2008. Altera a redação do Parágrafo Único do Art. 5º da Lei nº 8.670/1995, que "regula a denominação de bens públicos no município de Curitiba". **Leis Municipais**. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/c/curitiba/lei-ordinaria/2008/1265/12657/lei-ordinaria-n-12657-2008-altera-a-redacao-do-paragrafo-unico-do-art-5-da-lei-n-8670-1995-que-regula-a-denominacao-de-bens-publicos-no-municipio-de-curitiba>. Acesso em: 23 out. 2023.

CURITIBA. Lei 12.555/2007. Altera a Lei nº 8.670, de 29 de junho de 1995, que "regula a denominação de bens públicos no município de Curitiba". **Leis Municipais**. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/c/curitiba/lei-ordinaria/2007/1255/12555/lei-ordinaria-n-12555-2007-altera-a-lei-n-8670-de-29-de-junho-de-1995-que-regula-a-denominacao-de-bens-publicos-no-municipio-de-curitiba>. Acesso em: 23 out. 2023.

CURITIBA. Lei 12.730/2008. Altera o § 1º, do Art. 10, da Lei Municipal nº 8.670, de 29 de junho de 1995, que "regula a denominação de bens públicos no município de Curitiba". **Leis Municipais**. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/c/curitiba/lei-ordinaria/2008/1273/12730/lei-ordinaria-n-12730-2008-altera-o-1-do-art-10-da-lei-municipal-n-8670-de-29-de-junho-de-1995-que-regula-a-denominacao-de-bens-publicos-no-municipio-de-curitiba>. Acesso em: 24 out. 2023.

CURITIBA. Lei 13.721/2011. Altera o art. 4º da Lei nº 8670, de 29 de junho de 1995, que "Regula a denominação de bens públicos, no município de Curitiba", alterado pelas leis nº 9.223, de 15 dezembro de 1997 e 10.256, de 23 de outubro de 2001. **Leis Municipais**. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/c/curitiba/lei-ordinaria/2011/1372/13721/lei-ordinaria-n-13721-2011-altera-o-art-4-da-lei-n-8670-de-29-de-junho-de-1995-que-regula-a-denominacao-de-bens-publicos-no-municipio-de-curitiba-alterado-pelas-leis-n-9223-de-15-dezembro-de-1997-e-10-256-de-23-de-outubro-de-2001>. Acesso em: 20 out. 2024.

CURITIBA. Lei 14.143/2012. Altera o inciso II do Artigo 5º da lei 8.670 de 29/06/1995 que "regula a denominação de bens públicos no município de Curitiba". **Leis Municipais**. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/c/curitiba/lei-ordinaria/2012/1414/14143/lei-ordinaria-n-14143-2012-altera-o-inciso-ii-do-artigo-5-da-lei-8670-de-29-06-1995-que-regula-a-denominacao-de-bens-publicos-no-municipio-de-curitiba>. Acesso em: 23 out. 2023.

CURITIBA. Lei 14.422/2014. Extingue a Secretaria Municipal de Administração - SMAD, a Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão - SEPLAN e a Secretaria Antidrogas Municipal - SAM, cria a Secretaria de Informação e Tecnologia - SIT e a Secretaria Municipal de Planejamento e Administração - SEPLAD, insere atribuições no Gabinete do Prefeito - gabinete de gestão integrada, proteção e defesa civil e assessoria de direitos humanos, define atribuição e composição da comissão de direitos humanos, insere atribuições na Secretaria Municipal da Defesa Social - SMDS, altera dispositivos das Leis nºs 7.671, de 1991, 10.644, de 2003, 11.100, de 2004, e 13.860, de 2011, e dá outras providências. **Leis Municipais**. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/c/curitiba/lei-ordinaria/2014/1443/14422/lei-ordinaria-n-14422-2014-extingue-a-secretaria-municipal-de-administracao-smad-a-secretaria-municipal-de-planejamento-e-gestao-seplan-e-a-secretaria-antidrogas-municipal-sam-cria-a-secretaria-de-informacao-e-tecnologia-sit-e-a-secretaria-municipal-de-planejamento-e-administracao-seplad-insere-atribuicoes-no-gabinete-do-prefeito-gabinete-de-gestao-integrada-protacao-e-defesa-civil-e-assessoria-de-direitos-humanos-define-atribuicao-e-composicao-da-comissao-de-direitos-humanos-insere-atribuicoes-na-secretaria-municipal-da-defesa-social-smds-altera-dispositivos-das-leis-ns-7671-de-1991-10644-de-2003-11100-de-2004-e-13860-de-2011-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 30 out. 2023.

CURITIBA. Lei 15.085/2017. Altera dispositivo da Lei nº 8.670, de 29 de junho de 1995, que "Regula a Denominação de Bens Públicos no Município de Curitiba". **Leis Municipais**. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/c/curitiba/lei-ordinaria/2017/1508/15085/lei-ordinaria-n-15085-2017-altera-dispositivo-da-lei-n->

8670-de-29-de-junho-de-1995-que-regula-a-denominacao-de-bens-publicos-no-municipio-de-curitiba. Acesso em: 19 out. 2023.

CURITIBA. Lei 15.461/2019. Dispõe sobre a adequação da estrutura de órgãos da Prefeitura Municipal de Curitiba, apresenta a extinção, a fusão e a criação de Secretarias; altera dispositivos das Leis nº s 2.660, de 2 de dezembro de 1965; 7.671, de 10 de junho de 1991; 10.644, de 3 de abril de 2003; 11.408, de 10 de maio de 2005 e 12.192, de 2 de maio de 2007. **Leis Municipais**. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/c/curitiba/lei-ordinaria/2019/1547/15461/lei-ordinaria-n-15461-2019-dispoe-sobre-a-adequacao-da-estrutura-de-orgaos-da-prefeitura-municipal-de-curitiba-apresenta-a-extincao-a-fusao-e-a-criacao-de-secretarias-altera-dispositivos-das-leis-n-s-2660-de-2-de-dezembro-de-1965-7671-de-10-de-junho-de-1991-10644-de-3-de-abril-de-2003-11408-de-10-de-maio-de-2005-e-12192-de-2-de-maio-de-2007>. Acesso em: 30 out. 2023.

CURITIBA. Lei 15.856/2021. Altera o parágrafo único do art. 3º da Lei nº 8.670 de 29 de junho de 1995, que "Regula a denominação de bens públicos no Município de Curitiba". **Leis Municipais**. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/c/curitiba/lei-ordinaria/2021/1585/15856/lei-ordinaria-n-15856-2021-altera-o-paragrafo-unico-do-art-3-da-lei-n-8670-de-29-de-junho-de-1995-que-regula-a-denominacao-de-bens-publicos-no-municipio-de-curitiba>. Acesso em: 19 out. 2023.

CURITIBA. Lei 15.906/2021. Altera dispositivos da Lei nº 15.461, de 10 de julho de 2019, que dispõe sobre a adequação da estrutura de órgãos da Prefeitura Municipal de Curitiba. **Leis Municipais**. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/c/curitiba/lei-ordinaria/2021/1590/15906/lei-ordinaria-n-15906-2021-altera-dispositivos-da-lei-n-15461-de-10-de-julho-de-2019-que-dispoe-sobre-a-adequacao-da-estrutura-de-orgaos-da-prefeitura-municipal-de-curitiba>. Acesso em: 30 out. 2023.

CURITIBA. Lei 8.670/1195. Regula a denominação de bens públicos no município de Curitiba. **Leis Municipais**. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/c/curitiba/lei-ordinaria/1995/867/8670/lei-ordinaria-n-8670-1995-regula-a-denominacao-de-bens-publicos-no-municipio-de-curitiba?q=8.670>. Acesso em: 19 out. 2023.

CURITIBA. Lei 8.992/1996. Altera redação do Art. 8º, da Lei nº 8670/95, de 29 de junho de 1995, que regula a denominação de bens públicos no município de Curitiba. **Leis Municipais**. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/c/curitiba/lei-ordinaria/1996/899/8992/lei-ordinaria-n-8992-1996-altera-redacao-do-art-8-da-lei-n-8670-95-de-29-de-junho-de-1995-que-regula-a-denominacao-de-bens-publicos-no-municipio-de-curitiba>. Acesso em: 24 out. 2023.

CURITIBA. Lei 9.223/1997. Altera a Lei nº 8670/95, de 29 de junho de 1995, que regula a denominação de bens públicos no município de Curitiba. **Leis Municipais**. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/c/curitiba/lei-ordinaria/1997/922/9223/lei-ordinaria-n-9223-1997-altera-a-lei-n-8670-95-de-29-de-junho-de-1995-que-regula-a-denominacao-de-bens-publicos-no-municipio-de-curitiba>. Acesso em: 20 out. 2023.

<https://leismunicipais.com.br/a/pr/c/curitiba/lei-ordinaria/2004/1093/10930/lei-ordinaria-n-10930-2004-revoga-o-inciso-iv-do-art-3-e-o-art-6-da-lei-n-8670-de-29-de-junho-de-1995-que-regula-a-denominacao-de-bens-publicos-no-municipio-de-curitiba>. Acesso em: 19 out. 2023.

CURITIBA. Lei nº 1.140/1955. Dispõe sobre a denominação de vias e logradouros públicos da cidade. **Leis Municipais**. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/c/curitiba/lei-ordinaria/1955/114/1140/lei-ordinaria-n-1140-1955-dispoe-sobre-a-denominacao-de-vias-e-logradouros-publicos-da-cidade?q=DISP%C3%95E+SOBRE+A+DENOMINA%C3%87%C3%83O+DE+VIAS+E+LOGRADOUROS+P%C3%9ABLICOS+DA+CIDADE>. Acesso em: 14 out. 2023.

CURITIBA. Lei nº 119/1948. Estabelece normas regulando Denominações de ruas. **Leis Municipais**. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/c/curitiba/lei-ordinaria/1948/12/119/lei-ordinaria-n-119-1948-estabelece-normas-regulando-denominacoes-de-ruas?q=%22ESTABELECE%20NORMAS%20REGULANDO%20DENOMINA%C7%D5ES%20DE%20RUAS/> Acesso em: 14 out. 2023.

CURITIBA. Lei nº 2.010/1961. Estabelece normas e condições para a nomenclatura de logradouros públicos na forma que especifica, revogando as Leis nº 119/48, 687/53, 1140/55. **Leis Municipais**. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/c/curitiba/lei-ordinaria/1961/201/2010/lei-ordinaria-n-2010-1961-estabelece-normas-e-condicoes-para-a-nomenclatura-de-logradouros-publicos-na-forma-que-especifica-revogando-as-leis-n-119-48-687-53-1140-55?q=Estabelece%20normas%20e%20condi%E7%F5es%20para%20a%20nomenclatura%20de%20logradouros%20p%FAblicos%20na%20forma%20que%20especifica%2C%20revogando%20as%20Leis%20n%BA%20119%2F48%2C%20687%2F53%2C%201140%2F55>. Acesso em: 15 out. 2023.

CURITIBA. Lei nº 2.643/1965. Faz modificações na lei nº 2010/61. **Leis Municipais**. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/c/curitiba/lei-ordinaria/1965/265/2643/lei-ordinaria-n-2643-1965-faz-modificacoes-na-lei-n-2010-61?q=FAZ%20MODIFICA%C7%D5ES%20NA%20LEI%20N%BA%202010%2F61>. Acesso em: 15 out. 2023.

CURITIBA. Lei nº 3.613/1969. Dá nova redação ao artigo 1º da lei nº 3.519/69, de 15/5/1969. **Leis Municipais**. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/c/curitiba/lei-ordinaria/1969/361/3613/lei-ordinaria-n-3613-1969-da-nova-redacao-ao-artigo-1-da-lei-n-3519-69-de-15-5-1969>. Acesso em: 15 out. 2023.

CURITIBA. Lei nº 6.053/1979. Regula a identificação dos logradouros públicos no município de Curitiba, e revoga as Leis nº 2010/61, 2643/65, 3519/69 e 3613/69. **Leis Municipais**. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/c/curitiba/lei-ordinaria/1979/606/6053/lei-ordinaria-n-6053-1979-regula-a-identificacao-dos-logradouros-publicos-no-municipio-de-curitiba-e-revoga-as-leis-n-2010-61-2643-65-3519-69-e-3613-69?q=REGULA+A+IDENTIFICA%C3%87%C3%83O+DOS+LOGRADOUROS+P%C3%9ABLICOS+NO+MUNIC%C3%8DPPIO+DE+CURITIBA%2C+E+REVOGA+AS>

+LEIS+N%C2%BA+2010%2F61%2C+2643%2F65%2C+3519%2F69+E+3613%2F69.
Acesso em: 17 out. 2023.

CURITIBA. Lei nº 6.881/1986. Modifica o inciso iv, do art. 3º, da lei nº 6053/79, que regula a identificação dos logradouros públicos no município de Curitiba. **Leis Municipais**. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/c/curitiba/lei-ordinaria/1986/688/6881/lei-ordinaria-n-6881-1986-modifica-o-inciso-iv-do-art-3-da-lei-n-6053-79-que-regula-a-identificacao-dos-logradouros-publicos-no-municipio-de-curitiba>. Acesso em: 17 out. 2023.

CURITIBA. Lei nº 687/1953. acrescenta itens à alínea c do artigo 1º da lei nº 119/48, de 5 de agosto de 1.948, e da outras providências. **Leis Municipais**. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/c/curitiba/lei-ordinaria/1953/69/687/lei-ordinaria-n-687-1953-acrescenta-itens-a-alinea-c-do-artigo-1-da-lei-n-119-48-de-5-de-agosto-de-1948-e-da-outras-providencias?q=ACRESCENTA+ITENS+%C3%80+AL%C3%8DNEA+C+DO+ARTIGO+1%C2%BA+DA+LEI+N%C2%BA+119%2F48%2C+DE+5+DE+AGOSTO+DE+1.948%2C+E+DA+OUTRAS+PREVID%C3%84NCIAS>. Acesso em: 14 out. 2023.

CURITIBA. **Lei Orgânica do Município de Curitiba**. Texto promulgado em 1990 e atualizado com emenda à Lei Orgânica nº 15, de 20 de dezembro de 2011. **Leis Municipais**. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/lei-organica-curitiba-pr>. Acesso em: 1º out. 2023.

CURITIBA. Projeto de Lei Ordinária nº 005.00067.2023. Altera o art. 25-A da Lei n. 12.597, de 17 de janeiro de 2008, para ampliar e desburocratizar a veiculação de publicidade no sistema de transporte municipal, visando a obtenção de receitas extratarifárias. **Sistema de Proposições Legislativas**. Disponível em: <https://www.cmc.pr.gov.br/wspl/system/LogonForm.do>. Acesso em: 13 nov. 2023.

CURITIBA. Proposição nº 005.00212.2023. Institui a Política Municipal de cessão onerosa de direito à nomeação (Naming Rights) de eventos, estabelecimentos, instalações, equipamentos, edificações e espaços públicos municipais de Curitiba. **Sistema de Proposições Legislativas**. Disponível em: https://www.cmc.pr.gov.br/wspl/relatorios/ProposicaoReport.do?select_action=&pro_id=494969. Acesso em: 13 nov. 2024.

CURITIBA. Proposição nº 031.00046.2024. Substitutivo Geral ao Projeto de Lei Ordinária, Proposição nº 005.00212.2023, que Institui a Política Municipal de cessão onerosa de direito à nomeação (Naming Rights) de eventos, estabelecimentos, instalações, equipamentos, edificações e espaços públicos municipais de Curitiba. **Sistema de Proposições Legislativas**. Disponível em: https://www.cmc.pr.gov.br/wspl/relatorios/ProposicaoReport.do?select_action=&pro_id=512787. Acesso em: 13 nov. 2024.

DICIO. Dicionário online de português. **Logradouro**. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/logradouro/>. Acesso em: 10 out. 2023.

DICIO. Dicionário online de Português. **Patrocínio**. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/patrocinio/>. Acesso em: 24 out. 2023.

DICIO. Dicionário online de Português. **Patronímico**. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/patronimico/>. Acesso em: 24 out. 2023.

IKENAGA, A. L. **A atribuição de nome como modo de exploração de bens públicos**. 147f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Departamento de Direito do Estado da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2012. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2134/tde-22042013-132426/publico/ANA_LUCIA_IKENAGA_INTEGRAL.pdf. Acesso em: 13 nov. 2023.

JUSBRASIL. **STF reconhece competência concorrente de prefeito e câmara municipal para dar nomes a ruas**. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/noticias/stf-reconhece-competencia-concorrente-de-prefeito-e-camara-municipal-para-dar-nomes-a-ruas/765132765>. Acesso em: 15 set. 2023.

LÁZARO JR, **Naming rights em Curitiba: substitutivo geral limita projeto a eventos públicos**. Câmara de Curitiba. Disponível em: <https://www.curitiba.pr.leg.br/informacao/noticias/naming-rights-em-curitiba-substitutivo-geral-limita-projeto-a-eventos-publicos#:~:text=O%20artigo%20206%20da%20LOM,adequa%C3%A7%C3%A3o%20aos%20termos%20de%20lei%E2%80%9D..> Acesso em: 13 nov. 2024.

OLIVEIRA, R. C. O. **Na teia do nepotismo**. Curitiba: Insight, 2012.

PARANÁ. Constituição (1989). **Constituição do Estado do Paraná**. Texto promulgado em 5 de outubro de 1989 e atualizado até a Emenda Constitucional nº 31, de 22 de maio de 2012. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/70436>. Acesso em: 15 set. 2023.

PARANÁ. Lei 8.761/1988. Veda a alteração de nomes de próprios públicos estaduais como forma de preservar a memória tradicionalista paranaense. Texto consolidado. **Leis Estaduais**. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/pr/lei-ordinaria-n-8761-1988-parana-veda-a-alteracao-de-nomes-de-proprios-publicos-estaduais-como-forma-de-preservar-a-memoria-tradicionalista-paranaense>. Acesso em: 15 set. 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA. **Urbanismo** – denominação de ruas e logradouros públicos. Disponível em: <https://www.curitiba.pr.gov.br/servicos/denominacao-de-ruas-e-logradouros-publicos/217>. Acesso em: 10 out. 2023.

SALAMUNI, P. **Lei Orgânica Municipal**. Disponível em: <http://salamuni.com.br/site/leiorganica.php>. Acesso em: 09 out. 2023.

SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO. **Memórias RME**. Disponível em: <https://educacao.curitiba.pr.gov.br/memorias-rme/pesquisa/>. Acesso em: 26 out. 2023.

CAPÍTULO 5 – BIOGRAFIAS INDIVIDUAIS

AGENTES POLÍTICOS RESPONSÁVEIS PELAS NOMEAÇÕES

98FM. **Música da minha vida 07h30 e 08h30**. Disponível em: <https://www.98fmcureitiba.com.br/podcasts/musica-da-minha-vida-07h30-e-08h30-06-02-2023/>. Acesso em: 27 jul. 2023.

A MINHA história. **Mauricio Ribas**. Disponível em: <https://mauricioribas.com.br/sobre/>. Acesso em: 17 abr. 2023.

APURAÇÃO e resultado – Eleições 2022. **Estadão**. 2023. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/politica/eleicoes/2022/apuracao/primeiro-turno/deputado-estadual/pr/>. Acesso em: 04 ago. 2023.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ. **Biografia – Marcos Isfer**. Disponível em: <https://www.assembleia.pr.leg.br/deputados/perfil/marcos-isfer>. Acesso em: 25 maio 2023.

BENDLIN, A. C. Além de esposa e sogra, Derosso também beneficiou cunhada com cargo público. **Tribuna do Paraná**. Curitiba, 09 ago. 2011. Disponível em: <https://www.tribunapr.com.br/noticias/politica/alem-de-esposa-e-sogra-derosso-tambem-beneficiou-cunhada-com-cargo-publico/>. Acesso em: 18 dez. 2023.

BERNARDI, J. O poder familiar na Câmara Municipal de Curitiba (1947 a 2014). In: OLIVEIRA, R. C. (org.). **Estado, classe dominante e parentesco no Paraná**. Curitiba: Nova Letra, 2015. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7639816/mod_resource/content/1/Estado_Classe_Dominante_e_Parentesco_no.pdf. Acesso em: 18 jan. 2024.

BLOG DO PROF. OSMAR FERNANDES. **Armando Valentim Chiamulera, colonizador e desbravador**. Disponível em: <http://lingua-bocaberta.blogspot.com/2009/11/armando-valentim-chiamulera-e-famili.html>. Acesso em: 04 ago. 2023.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Cássio Taniguchi**: Biografia. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/141404/biografia>. Acesso em: 13 dez. 2023.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Luciano Ducci**: biografia. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/178931/biografia>. Acesso em: 11 ago. 2023.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Rafael Greca** – biografia. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/73465/biografia>. Acesso em: 25 jul. 2023.

CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA. **Horácio Rodrigues**. Disponível em: <https://www.curitiba.pr.leg.br/informacao/nossa-memoria/galeria-de-ex-presidentes/ex-presidentes/horacio-rodrigues>. Acesso em: 05 fev. 2024.

CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA. **Mário Celso destaca o Dia do Radialista na Câmara**. Disponível em: <https://www.curitiba.pr.leg.br/informacao/noticias/mario-celso-destaca-dia-do-radialista-na-camara>. Acesso em: 06 fev. 2024.

CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA. 2018. **Nely Almeida**. Disponível em: <https://www.curitiba.pr.leg.br/informacao/nossa-memoria/galeria-de-vereadoras/vereadoras/nely-almeida>. Acesso em: 09 ago. 2023.

CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA. **Julietta Reis**. Disponível em: <https://www.curitiba.pr.leg.br/informacao/nossa-memoria/galeria-de-vereadoras/vereadoras/julietta-reis>. Acesso em: 18 ago. 2023.

CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA. **Rosa Maria Chiamulera**. Disponível em: <https://www.curitiba.pr.leg.br/informacao/nossa-memoria/galeria-de-vereadoras/vereadoras/rosa-maria-chiamulera>. Acesso em: 04 ago. 2023.

CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA. **Sabino Picolo**. Disponível em: <https://www.curitiba.pr.leg.br/informacao/nossa-memoria/galeria-de-ex-presidentes/ex-presidentes/sabino-picolo>. Acesso em: 07 fev. 2024.

CARRICONDE, G. Câmara de Curitiba já absolveu acusados de rachadinha, corrupção, racismo e assédio sexual. **Brasil de Fato**. Curitiba, 20 maio 2022. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/05/20/camara-de-curitiba-ja-absolveu-acusados-de-rachadinha-corrupcao-racismo-e-assedio-sexual>. Acesso em: 18 dez. 2023.

CÁSSIO TANIGUCHI tem condenação por improbidade reconhecida em 2ª instância. **G1 Paraná**. Curitiba, 25 de setembro de 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/pr/parana/noticia/ex-prefeito-de-curitiba-tem-condenacao-por-improbidade-reconhecida-em-2-instancia.ghtml>. Acesso em: 13 dez. 2023.

CHAPA Coesão representa bases do MDB. **Diário do Paraná**. Curitiba, 03 de julho de 1975. Disponível em: [Diário do Paraná: Órgão dos Diários Associados \(PR\) - 1955 a 1983 - DocReader Web \(bn.br\)](#). Acesso em: 31 maio 2023.

CHIAMULERA, S. **Família Chiamulera**. Disponível em: http://www.saletechiamulera.com/hotsite.php?id=7078&option=&id_pagina=910. Acesso em: 07 fev. 2024.

CNN BRASIL. **Raio-X dos Candidatos - Deputado Estadual – PR – Rosa Maria Chiamulera**. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/eleicoes/2022/candidatos/deputado-estadual/pr/rosa-maria-chiamulera/>. Acesso em: 07 fev. 2024.

COELHO, N. P. Genealogia, poder e riqueza: Marcelo Beltrão de Almeida. **Revista NEP - Núcleo de Estudos Paranaenses**, Curitiba, v. 8, n. 2, dez. 2022. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/nep/article/view/89107>. Acesso em: 09 ago. 2023.

CURITIBA tem vereadores milionários. **Band News FM**, 9 de out. de 2012. Disponível em: <https://bandnewsfmcureitiba.com/curitiba-tem-vereadores-milionarios/>. Acesso em: 24 out. 2024.

D'ANGELIS, W. **Linkedin**: Waldir D'Angelis. Curitiba, 17 fev. 2024. Disponível em: <https://www.linkedin.com/in/waldir-d-angelis-17378631/?originalSubdomain=br>. Acesso em: 17 fev. 2024.

DIÁRIO DA CIDADE. Candidatos a prefeito em Peruíbe (SP). Edson Mühlmann. Disponível em: <https://www.diariocidade.com/sp/peruibe/eleicoes/2020/candidatos/prefeito/edson-muhlmann-18/>. Acesso em: 05 fev. 2024.

DONATTI, L. Nasce o primeiro neto de Lerner. **Folha de Londrina**. Londrina, 19 de novembro de 1999. Disponível em: <https://www.folhadelondrina.com.br/geral/nasce-o-primeiro-neto-de-lerner-225742.html?d=1>. Acesso em: 16 dez. 2023.

EDSON Mühlmann. **Poder 360**, 2020. Disponível em: <https://eleicoes-monitor.poder360.com.br/candidato/369460#2020>. Acesso em: 24 jun. 2024.

ELIAS Vidal. **Poder 360**, 2008. Disponível em: <https://eleicoes-monitor.poder360.com.br/candidato/396616#2008>. Acesso em: 24 jun. 2024.
EX-GOVERNADOR Jaime Lerner é condenado a três anos e meio de prisão. **Valor Online**. 12 ago. 2011. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2011/08/ex-governador-jaime-lerner-e-condenado-a-tres-e-meio-de-prisao.html>. Acesso em: 23 fev. 2024.

EX-VEREADOR de Curitiba, Fabiano Braga Côrtes Júnior morre aos 62 anos. **Bem Paraná**. Curitiba, 22 de março de 2020. Disponível em: <https://www.bemparana.com.br/noticias/politica/ex-vereador-de-curitiba-fabiano-braga-cortes-junior-morre-aos-62-anos/>. Acesso em: 11 abr. 2023.

EX-VEREADOR é velado na **Câmara Municipal**. **Câmara Municipal de Curitiba**. Curitiba, 23 de maio de 2008. Disponível em: <https://www.curitiba.pr.leg.br/informacao/noticias/ex-vereador-e-velado-na-camara-municipal>. Acesso em: 31 maio 2023.

FERNANDES, J. C. Um político em pratos limpos. **Gazeta do Povo**. Curitiba, 12 jun. 2010. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/um-politico-em-pratos-limpos-0ecemoz6u8cpmmj5tbkwbldfy/>. Acesso em: 06 fev. 2024.

G1. **Eleições 2016** – resultado da apuração – Curitiba, Pr. Disponível em: <https://g1.globo.com/pr/parana/eleicoes/2016/apuracao/curitiba.html>. Acesso em: 18 dez. 2023.

GARCIA, P. M. “Coloquem a necessidade do povo como prioridade”, aconselha Gorski ao plenário. **Câmara Municipal de Curitiba**, 17 de agosto de 2021. Disponível em: <https://www.curitiba.pr.leg.br/informacao/noticias/201ccoloquem-a-necessidade-do-povo-como-prioridade201d-aconselha-gorski-ao-plenario>. Acesso em: 15 maio 2023.

GENI. **Napoleão Siqueira Cortes**. Disponível em: <https://www.geni.com/people/Napole%C3%A3o-Siqueira-Cort%C3%AAs/600000020199595833>. Acesso em: 10 jul. 2024.

GIOMBELLI, G. Margarita, primeira-dama de Curitiba, morreu em decorrência de linfoma; entenda o que é a doença. **G1**. Foz do Iguaçu, 22 de agosto de 2024.

Disponível em: <https://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2024/08/22/margarita-primeira-dama-de-curitiba-morreu-em-decorrencia-de-linfoma-entenda-o-que-e-a-doenca.ghtml>. Acesso em: 05 nov. 2024.

GUARESKI, R. Ney Leprevost conta com a experiência para retorno à Assembleia. **Assembleia Legislativa do estado do Paraná**. Curitiba, 22 de novembro de 2022. Disponível em: <https://www.assembleia.pr.leg.br/comunicacao/noticias/ney-leprevost-counta-com-a-experiencia-para-retorno-a-assembleia>. Acesso em: 16 maio 2023.

IAROCHISNKI, U. Morreu Fani Lerner. **Blog Jarochinski do Brasil**, 21 de maio de 2009. Disponível em: <https://iarochinski.blogspot.com/2009/05/morreu-fani-lerner.html>. Acesso em: 16 dez. 2023.

ISFER, M. V. **Facebook**. Marcos Valente Isfer. Disponível em: <https://www.facebook.com/marcos.valenteisfer/>. Acesso em: 06 fev. 2024.

INSPIRAÇÃO SUBSTANTIVO FEMININO. **Zezé Ribas – vídeo biográfico**, 2022 (2 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=pdx3vbxblQo>. Acesso em: 06 fev. 2024.

JAIME Lerner. In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira. São Paulo: Itaú Cultural, 2023. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa260293/jaime-lerner>. Acesso em: 16 dez. 2023. Verbete da Enciclopédia.

JAIME Lerner. **Poder 360.1998**. Disponível em: <https://eleicoes-monitor.poder360.com.br/candidato/627278#1998>. Acesso em: 04 jul. 2024.

JOÃO Claudio Derosso. **Câmara Municipal de Curitiba**. 2023. Disponível em: <https://www.curitiba.pr.leg.br/informacao/nossa-memoria/galeria-de-ex-presidentes/ex-presidentes/joao-claudio-derosso>. Acesso em: 13 abr. 2025.

JUSBRASIL. **Condenado, Taniguchi tem crimes prescritos**. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/noticias/condenado-taniguchi-tem-crimes-prescritos/2198823>. Acesso em: 23 fev. 2024.

KOHLBACH, K. Câmara de Curitiba tem 3 vereadores milionários. **Gazeta do Povo**. Curitiba, 19 jan. 2009. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/camara-de-curitiba-tem-3-vereadores-milionarios-bdp85nokmkj87ypv91lek5e8e/>. Acesso em: 24 jun. 2024.

LIMA, C. C. Ex-vereadores ganham cargo na Câmara e Prefeitura. **Gazeta do Povo**. Curitiba, 29 jun. 2007. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/ex-vereadores-ganham-cargo-na-camara-e-prefeitura-aj63c2ttm88ovk2b50698nkge/>. Acesso em: 06 fev. 2024.

LIMA, J. A história de Renato Gaúcho, o “Rei do rádio” que conta a história dos outros. **Central de Notícias UNINTER**. Curitiba, 25 de outubro de 2019. Disponível em: <https://www.uninter.com/noticias/conheca-a-historia-de-renato-gaucha-que-virou-o-rei-do-radio-contando-a-historia-dos-outros>. Acesso em: 27 jul. 2023.

LISTA de falecimentos. *Gazeta do Povo*. Curitiba, 03 jun. 2019. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/curitiba/falecimentos/lista-de-falecimentos-f223lly6ph3k7od6uv3ogn6rr/>. Acesso em: 24 jun. 2024.

LOTES “frios” sendo vendidos como do Balneário Coroados. **Diário do Paraná**. Curitiba, 28 fev. 1975. Disponível em: <https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=761672&pesq=%22Constante%20Eugenio%20Fruet%22&hf=memoria.bn.br&pagfis=103070>. Acesso em: 23 fev. 2024.

LUCIANO DUCCI. **Biografia**. Disponível em: <https://www.lucianoducci.com.br/biografia>. Acesso em: 11 ago. 2023.

LUCIANO DUCCI. **Deputado federal pelo Paraná – quem sou**. Disponível em: <https://lucianoducci.com.br/quem-sou/>. Acesso em: 23 fev. 2024.

LUCIANO Ducci. **Poder 360. 2022**. Disponível em: <https://eleicoes-monitor.poder360.com.br/candidato/899038#2002>. Acesso em: 04 jul. 2024.

MARCOS Isfer. **Poder 360. 1998**. Disponível em: <https://eleicoes-monitor.poder360.com.br/candidato/991047#1998>. Acesso em: 25 jun. 2024.

MARCOS Isfer. **Poder 360. 2006**. Disponível em: <https://eleicoes-monitor.poder360.com.br/candidato/991047#2006>. Acesso em: 25 jun. 2024.

MAURICIO Fruet. **Poder 360. 1998**. Disponível em: <https://eleicoes-monitor.poder360.com.br/candidato/1095564#1998>. Acesso em: 04 jul. 2024.

MEMÓRIAS PARANÁ. **Julieta Maria Braga Côrtes Fialho dos Reis (2018)** Administração – Curitiba – Paraná. Disponível em: <https://memoriasparana.com.br/julieta-maria-braga-cortes-fialho-dos-reis-2018-administracao-curitiba-parana/>. Acesso em: 18 ago. 2023.

MEMÓRIAS PARANÁ. **Maurício Roslindo Fruet (Sala Exclusiva)** Política – Curitiba – Paraná. Disponível em: <https://memoriasparana.com.br/mauricio-roslindo-fruet-sala-exclusiva-politica-curitiba-parana/>. Acesso em: 31 jul. 2023.

MORAIS, E. Absolvido e de ficha limpa, Jaime Lerner pensa voltar à Prefeitura de Curitiba em 2016. **Blog do Esmael**. Curitiba, 2 maio 2014. Disponível em: https://www.esmaelmoraes.com.br/absolvido-e-de-ficha-limpa-jaime-lerner-pensa-voltar-a-prefeitura-de-curitiba/#google_vignette. Acesso em: 23 fev. 2024.

MORRE ex-vereador Waldir D’Angelis, importante figura política de Curitiba nos anos 80 e 90. **Bem Paraná**. Curitiba, 26 jan. 2025. Disponível em: <https://www.bemparana.com.br/noticias/parana/morre-ex-vereador-waldir-dangelis-importante-figura-politica-de-curitiba-nos-anos-80-e-90/>. Acesso em: 27 jan. 2025.

MOSER, S. Rei do rádio: Renato Gaúcho há 30 anos conta a história das nossas vidas. **Gazeta do Povo**. Curitiba, 30 de set. de 2019. Disponível em:

<https://www.gazetadopovo.com.br/curitiba/lazer/quem-e-renato-gaucha-radialista-curitiba/>. Acesso em: 07 fev. 2024.

MPPR. **TJ-PR confirma condenação de outro vereador por improbidade**. Curitiba, 2009. Disponível em: <https://mppr.mp.br/Noticia/26062009-CURITIBA-TJ-PR-confirma-condenacao-de-outro-vereador-por-improbidade>. Acesso em: 18 jan. 2024.

MY HERITAGE. **Joaquim Cortes**. Disponível em: https://www.myheritage.com.br/names/joaquim_cortes. Acesso em: 10 jul. 2024.

NEY LEPREVOST NETO (2017) Administração – Curitiba – Paraná. **Memórias Paraná**. Curitiba, 2017. Disponível em: <https://memoriasparana.com.br/ney-leprevost-neto-2017-politica-curitiba-parana/>. Acesso em: 16 maio 2023.

NEY LEPREVOST. Biografia. **Câmara dos deputados**. 2023. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/204384/biografia>. Acesso em: 16 maio 2023.

NEY LEPREVOST. **Livro de Sandro Moser dissecar a trajetória política de Ney Leprevost**. Disponível em: <https://neyleprevost.com.br/2024/05/26/livro-de-sandro-moser-disseca-a-trajetoria-politica-de-ney-leprevost/>. Acesso em: 11 jul. 2024.

NUNES, A. Descoberta da Matzeive de Jaime Lerner. **Mural do Paraná**. Curitiba, 01 de abril de 2022. Disponível em: <https://muraldoparana.com.br/descoberta-da-matzeive-de-jaime-lerner/>. Acesso em: 16 dez. 2023.

O PARANÁ será dentro de pouco tempo o principal produtor de café do país. **O Dia**. Curitiba, 25 set. 1949. Disponível em: <https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=092932&Pesq=%22Francisco%20Derosso%22&pagfis=67089>. Acesso em: 18 dez. 2023.

OLIVEIRA, R. C. **Famílias, poder e riqueza: redes políticas no Paraná**. Jusbrasil. 2016. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/familias-poder-e-riqueza-redes-politicas-no-parana/299858316>. Acesso em: 26 jun. 2024.

PACHECO, S. Um político sério que gostava de pregar peças com muito bom humor. **Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**. Curitiba, 05 de novembro de 2018. Disponível em: <https://www.assembleia.pr.leg.br/comunicacao/noticias/um-politico-serio-que-gostava-de-pregar-pecas-com-muito-bom-humor>. Acesso em: 31 jul. 2023.

PARANÁ. CASA CIVIL. **Ney Aminthas de Barros Braga**. Disponível em: <https://www.casacivil.pr.gov.br/Pagina/Ney-Aminthas-de-Barros-Braga>. Acesso em: 18 ago. 2023.

PARANÁ. CASA CIVIL. **Roberto Requião de Mello e Silva**. Disponível em: <https://www.casacivil.pr.gov.br/Pagina/Roberto-Requiao-de-Mello-e-Silva>. Acesso em: 28 fev. 2024.

PARANÁ perdeu uma grande educadora. **Agência Estadual de Notícias**. Curitiba, 05 nov. 2008. Disponível em: <https://arquivo2003.aen.pr.gov.br/Noticia/Parana-perdeu-uma-grande-educadora>. Acesso em: 17 fev. 2024.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Time do Lula tem Roberto Requião para governador do Paraná.** Disponível em: <https://pt.org.br/time-do-lula-tem-roberto-requiao-para-governador-do-parana/>. Acesso em: 02 ago. 2023.

PEDRUZZI, P. Morre ex-governador do Paraná Jaime Lerner. **Agência Brasil.** Brasília, 27 de maio de 2021. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2021-05/morre-ex-governador-do-parana-jaime-lerner>. Acesso em: 16 dez. 2023.

PEREIRA, F. M. Gustavo Fruet (PDT), herdeiro das velhas oligarquias. **Brasil de Fato.** Curitiba, 20 set. 2016. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2016/09/20/artigo-gustavo-fruet-pdt-herdeiro-das-velhas-oligarquias/>. Acesso em: 19 dez. 2023.

PEREIRA, F. M. Ney Leprevost (PSD), herdeiro das velhas oligarquias. **Brasil de Fato.** Curitiba, 22 de setembro de 2016. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2016/09/22/artigo-ney-leprevost-psc-herdeiro-das-velhas-oligarquias>. Acesso em: 07 fev. 2024.

PEREIRA, F. M. Rafael Greca (PMN), herdeiro das velhas oligarquias. **Brasil de Fato.** Curitiba, 21 de setembro de 2016. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2016/09/21/artigo-rafael-greca-pmn-herdeiro-das-velhas-oligarquias>. Acesso em: 25 jul. 2023.

PEREIRA, F. M. Requião Filho (PMDB), herdeiro das velhas oligarquias. **Brasil de Fato.** Curitiba, 23 de setembro de 2016. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2016/09/23/artigo-requiao-filho-pmdb-herdeiro-das-velhas-oligarquias>. Acesso em: 02 ago. 2023.

PEREIRA, L. F. **Legislaturas da Câmara Municipal de Curitiba: 1947-2021.** Curitiba: Câmara Municipal de Curitiba, 2021. Disponível em: <https://www.curitiba.pr.leg.br/informacao/nossa-memoria/ex-vereadores>. Acesso em: 02 abr. 2023.

PILOTO, V. **Quem foi Abibe Isfer.** Disponível em: https://abibeisfer.com.br/site/?page_id=427. Acesso em: 25 maio 2023.

PINGOS Noticiosos. **A Tarde.** Curitiba, 6 set. 1950. Disponível em: <https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=797596&pesq=%22Constante%20Eugenio%20Fruet%22&hf=memoria.bn.br&pagfis=1131>. Acesso em: 23 fev. 2024.

PORTAL NIPPOBRASIL. **Cassio Taniguchi:** “ser nikkei dá uma credibilidade social muito grande na política”. Arquivo Edição 267 - 21 a 27 de julho de 2004. Disponível em: <https://www.nippo.com.br/especial/>. Acesso em: 13 dez. 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA. **Prefeito Rafael Greca de Macedo.** Disponível em: <https://www.curitiba.pr.gov.br/conteudo/prefeito-rafael-greca-de-macedo/12>. Acesso em: 25 jul. 2023.

RADIALISTA desiste da vida política. **Gazeta do Povo**. Curitiba, 07 dez. 2006. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/radialista-desiste-da-vida-politica-a49xb4q5yz48kdr2317g6g5q/>. Acesso em: 07 fev. 2024.

RAFAEL Greca. **Poder 360.2020**. Disponível em: <https://eleicoes-monitor.poder360.com.br/candidato/1226645#2020>. Acesso em: 04 jul. 2024.

RENATO Gaúcho. **Poder 360. 2002**. Disponível em: <https://eleicoes-monitor.poder360.com.br/candidato/1257463#2002>. Acesso em: 25 jun. 2024.

RESENDE LAIBIDA, D. C. “**Requião tem razão**”? Homem político e discursos: um estudo sobre a trajetória política de Roberto Requião de Mello e Silva. 326f. Tese (Doutorado – Sociologia), Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2015. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/41026/R%20-%20T%20-%20DAIANE%20CARNELOS%20RESENDE%20LAIBIDA.pdf?sequence=2&isAllo wed=y>. Acesso em: 02 ago. 2023.

ROBERTO REQUIÃO. **Trajetória**. Disponível em: <https://www.robertorequiao.com.br/trajetoria-2/>. Acesso em: 02 ago. 2023.

ROSA Maria Chiamulera. **Poder 360. 2022**. Disponível em: <https://eleicoes-monitor.poder360.com.br/candidato/1300010#2022>. Acesso em: 25 jun. 2024.

ROSSI, M. Morre Jaime Lerner, o urbanista que projetou a Curitiba moderna. **El País**. São Paulo, 27 maio 2021. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-05-27/morre-jaime-lerner-o-urbanista-que-projetou-a-curitiba-moderna.html>. Acesso em: 23 fev. 2024.

SCHÄFER, F. Cidade perde ex-vereador. **Tribuna do Paraná**. Curitiba, 21 de outubro de 2003. Disponível em: <https://www.tribunapr.com.br/noticias/politica/cidade-perde-ex-vereador/>. Acesso em: 31 mar. 2023.

SILVA, P. S. B. **Jaime Lerner arquiteto: 1962-1971**. 181f. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2018. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16133/tde-26102018-115744/publico/MEpedrosunyebarbosadasilva_rev.pdf. Acesso em: 18 ago. 2023.

TOSI, M. Veja como Greca se saiu nas onze eleições que já disputou. **Gazeta do Povo**. Curitiba, 15 nov. 2020. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/eleicoes/2020/curitiba-pr/veja-como-greca-se-saiu-nas-dez-eleicoes-que-ja-disputou/>. Acesso em: 23 fev. 2024.

TSE. **Divulgação de Candidaturas e Contas Eleitorais. Jairo Marcelino. 2012**. Disponível em: <https://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/candidato/2012/1699/75353/160000014928/bens>. Acesso em: 25 jun. 2024.

TSE. **Divulgação de Candidaturas e Contas Eleitorais. Jairo Marcelino. 2020**. Disponível em:

<https://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/candidato/2020/2030402020/75353/160001175335/bens>. Acesso em: 25 jun. 2024.

TSE. Divulgação de Candidaturas e Contas Eleitorais. João Cláudio Derosso. 2004. Disponível em: <https://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/candidato/2004/14431/75353/104>. Acesso em: 25 jun. 2024.

TSE. Divulgação de Candidaturas e Contas Eleitorais. João Cláudio Derosso. 2008. Disponível em: <https://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/candidato/2008/14422/75353/7922/eleicoes>. Acesso em: 25 jun. 2024.

TSE. Divulgação de Candidaturas e Contas Eleitorais. Jonatas Pirkiel. 2008. Disponível em: <https://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/candidato/2008/14422/75353/7798/bens>. Acesso em: 25 jun. 2024.

TSE. Divulgação de Candidaturas e Contas Eleitorais. José Gorski. 2012. Disponível em: <https://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/candidato/2012/1699/75353/160000014932/bens>. Acesso em: 25 jun. 2024.

TSE. Divulgação de Candidaturas e Contas Eleitorais. Mario Celso. 2010. Disponível em: <https://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/candidato/2010/14417/PR/160000001397/bens>. Acesso em: 25 jun. 2024.

TSE. Divulgação de Candidaturas e Contas Eleitorais. Nely Almeida. 2008. Disponível em: <https://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/candidato/2008/14422/75353/7946/bens>. Acesso em: 25 jun. 2024.

TSE. Divulgação de Candidaturas e Contas Eleitorais. Sabino Picolo. 2020. Disponível em: <https://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/candidato/2020/2030402020/75353/160000664588/bens>. Acesso em: 25 jun. 2024.

TSE. Divulgação de Candidaturas e Contas Eleitorais. Cássio Taniguchi. 2006. Disponível em: <https://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/candidato/2006/14423/PR/10105/bens>. Acesso em: 26 jun. 2024.

UOL. Eleições 2012: José Gorski ou Juca. Disponível em: <https://www.uol.com.br/eleicoes/2012/candidatos/2012/vereador/pr/25031934-jose-gorski-ou-juca.htm>. Acesso em: 06 fev. 2024.

VEREADOR quer fiscalizar a atuação da prefeitura (com foto). Câmara Municipal de Curitiba. Curitiba, 03 fev. 2003. Disponível em:

<https://www.curitiba.pr.leg.br/informacao/noticias/vereador-quer-fiscalizar-a-atuacao-da-prefeitura-com-foto-1>. Acesso em: 25 maio 2023.

VEREADOR usa o cargo para beneficiar o hospital da família. **Jusbrasil**. 2012. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/noticias/vereador-usa-o-cargo-para-beneficiar-o-hospital-da-familia/3049265>. Acesso em: 25 jun. 2024.

COLÉGIOS ESTADUAIS DE REFERÊNCIA

PODLASEK, L. **Trajetórias, famílias e capitais**: os agentes homenageados na nomenclatura de escolas estaduais em Curitiba (1985-2009). 256 f. (Mestrado em Sociologia) – Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2020. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/69039>. Acesso em: 17 jun. 2023.

NOMES DE RUAS

70% DOS PROJETOS aprovados na Câmara de Curitiba no 1º semestre são para nomear ruas e criar datas. 2018. **G1**. Disponível em: <https://g1.globo.com/pr/parana/noticia/70-dos-projetos-aprovados-na-camara-de-curitiba-no-1o-semester-sao-para-nomear-ruas-e-criar-datas.ghtml>. Acesso em: 27 mar. 2023.

A CIDADE. **Mandirituba – Prefeitura Municipal**. 2023. Disponível em: <https://www.mandirituba.pr.gov.br/municipio#:~:text=Mandirituba%20%C3%A9%20voc%C3%A1bulos%20ind%C3%ADgena%20que,etyba%3A%20abund%C3%A2ncia%2C%20grande%20quantidade>. Acesso em: 24 mar. 2023.

AS PRIMEIRAS ruas de Curitiba. As primeiras ruas de Curitiba ficavam no entorno da Praça Tiradentes. **Curitiba Space**. 2023. Disponível em: <https://curitibaspace.com.br/as-primeiras-ruas-de-curitiba/>. Acesso em: 27 mar. 2023.

AS PRIMEIRAS ruas de Curitiba. Rua Emiliano Perneta. **Curitiba Space**. 2023. Disponível em: <https://curitibaspace.com.br/rua-emiliano-perneta/#:~:text=O%20combate%20%C3%A0s%20margens%20do,passaria%20a%20se%20chamar%20Aquidab%C3%A3>. Acesso em: 22 mar. 2023.

BN DIGITAL. **Fundação Biblioteca Nacional**. 2023. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 02 abr. 2023.

CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA. **Rua & História**. Isac Ferreira da Cruz. Disponível em: <https://www.curitiba.pr.leg.br/informacao/nossa-memoria/rua-historia/#i>. Acesso em: 08 ago. 2022.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS. **Vereadores eleitos desde 1947**. Disponível em: <http://www.cmsjp.pr.gov.br/vereadores-eleitos-desde-1947/>. Acesso em: 09 ago. 2022.

CAMARGO, M. S. Que rei sou eu? **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 7 de fevereiro de 1988. Disponível em:

http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_10&Pesq=%22Reinaldo%20Carvalho%20Bola%22&pagfis=223168. Acesso em: 15 abr. 2023.

COM QUASE 300 quilos, paranaense foi Rei Momo do carnaval por nove anos: “Meu peso não me incomoda”. **Revista Caras**, 10 de fevereiro de 2023. Disponível em: <https://caras.uol.com.br/carnaval/com-quase-300-quilos-paranaense-foi-rei-momo-do-carnaval-por-nove-anos-meu-peso-nao-me-incomoda.phtml>. Acesso em: 15 abr. 2023.

CURITIBA (PR). 1º Ofício do distrito de Curitiba Bacharel Ermelino Agostinho de Leão Neto. **Certidão de óbito [de] Joaquim de Siqueira Cortes**. Registro em 21 maio 1992.

CURITIBA (PR). 1º Ofício do distrito de Curitiba Bacharel Ermelino Agostinho de Leão Neto. **Certidão de óbito [de] Jair Coelho**. Registro em 04 set. 1989.

CURITIBA (PR). Cartório Distrital do Uberaba. **Certidão de óbito [de] Ignês de Lourdes Gomes de Macedo**. Registro em: 11 maio. 1988.

CURITIBA (PR). Cartório do 1º Ofício Bacharel Ermelino Agostinho de Leão Neto. **Certidão de óbito [de] João Cislinsky**. Registro em 20 fev. 1983.

CURITIBA (PR). Cartório do 2º Ofício Lourdes Rauen Dôliveira. **Certidão de óbito [de] Mario Gasparin**. Registro em: 04 mar. 1987.

CURITIBA (PR). Cartório do Distrito de Curitiba – 5ª Zona Lourdes Rauen Dôliveira. **Certidão de óbito [de] Robert Redzimski**. Registro em 05 jul. 1970.

CURITIBA (PR). Comarca de Arapongas. Maria Luiza Martins Prandini. **Certidão de óbito [de] Antonia Molina Bella**. Registro em 13 set. 1998.

CURITIBA. 1º Ofício do distrito de Curitiba Ermelino de Leão Neto. **Certidão de óbito [de] Antonio Bertoldi**. Registro em 21 ago. 2000.

CURITIBA. 3º Ofício de Registro Civil Arthur Antunes. **Certidão de óbito [de] Cyro Correia Pereira**. Registro em 19 nov. 1975.

CURITIBA. Cartório de Registro Civil 3ª Zona Arthur Antunes. **Certidão de óbito [de] José Angelo Martins**. Registro em 20 de janeiro de 1975.

CURITIBA. Lei Ordinária 3.261, de 19 de agosto de 1968. Denomina de Izaac Ferreira da Cruz, a via pública que a especifica. Texto consolidado. **Leis Municipais**. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/c/curitiba/lei-ordinaria/1968/327/3261/lei-ordinaria-n-3261-1968-denomina-de-izaac-ferreira-da-cruz-a-via-publica-que-especifica?q=Izaac%20Ferreira%20da%20Cruz>. Acesso em: 08 ago. 2022.

CURITIBA. Lei Ordinária 5.735, de 16 de janeiro de 1978. Denomina de Coronel Augusto de Almeida Garret, uma das vias públicas da capital. Texto original (não consolidado). **Sistema de proposições legislativas**. Disponível em: https://www.cmc.pr.gov.br/wspl/sistema/BibLegVerForm.do?select_action=&ordena=L

[ei%20ordin%C3%A1ria%205%20735%201978&nor_id=6660&popup=s&chamado_po_r_link&pesquisa=null](#). Acesso em: 22 mar. 2023.

CURITIBA. Lei Ordinária 6.376, de 17 de dezembro de 1982. Denomina logradouros públicos da capital, ainda não nominados, de: Albina Reffo Bocchino, Altamiro Machado, Aniello Pierri, Aristides Marquezini, Christina Barletta Tuoto, Desembargador James Portugal, Dr. Ermírio Barreto Coutinho da Silveira, Eduardo Gerber, Guilherme Bruscz, Jacob Breda, João Bastianick, José Angelo Martins, Lizímaco Serapião, Luiz Machuca, Pedro Bacchino, Poeta Francisco Ferreira Leite e Rogério de Aguilar Minetto. **Leis Municipais**. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/c/curitiba/lei-ordinaria/1982/638/6376/lei-ordinaria-n-6376-1982-denomina-logradouros-publicos-da-capital-ainda-nao-nominados-de-albina-reffo-bocchino-altamiro-machado-aniello-pierri-aristides-marquezini-christina-barletta-tuoto-desembargador-james-portugal-dr-ermirio-barreto-coutinho-da-silveira-eduardo-gerber-guilherme-bruscz-jacob-breda-joao-bastianick-jose-angelo-martins-lizimaco-serapiao-luiz-machuca-pedro-bacchino-poeta-francisco-ferreira-leite-e-rogerio-de-aguilar-minetto?q=%22Jos%C3%A9+Angelo+Martins%22>. Acesso em: 06 dez. 2023.

CURITIBA. Lei Ordinária 6.644, de 09 de maio de 1985a. Denomina de: Acyrdo Rasmussen, Arcendino Rosa Neves, Avelino Mantovani, Delegado Ruy Rebello Vieira, Engenheiro Daley Sun Buseti Mori, Gregório Regeta, Guilherme Walter Lowry, Inocêncio Coelho Martins, Otávio Afonso da Silva, Padre Gaston, Professor Domingos Lukaszewicz e Telange Telon Alves, logradouros públicos da capital, ainda não nominados. **Leis Municipais**. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/c/curitiba/lei-ordinaria/1985/665/6644/lei-ordinaria-n-6644-1985-denomina-de-acyrdo-rasmussen-arcendino-rosa-neves-avelino-mantovani-delegado-ruy-rebello-vieira-engenheiro-daley-sun-buseti-mori-gregorio-regeta-guilherme-walter-lowry-inocencio-coelho-martins-otavio-afonso-da-silva-padre-gaston-professor-domingos-lukaszewicz-e-telange-telon-alves-logradouros-publicos-da-capital-ainda-nao-nominados?q=AVELINO+MANTOVANI>. Acesso em: 06 dez. 2023.

CURITIBA. Lei Ordinária 6.644, de 09 de maio de 1985b. Denomina de: Acyrdo Rasmussen, Arcendino Rosa Neves, Avelino Mantovani, Delegado Ruy Rebello Vieira, Engenheiro Daley Sun Buseti Mori, Gregório Regeta, Guilherme Walter Lowry, Inocêncio Coelho Martins, Otávio Afonso da Silva, Padre Gaston, Professor Domingos Lukaszewicz e Telange Telon Alves, logradouros públicos da capital, ainda não nominados. Texto original (não consolidado). **Sistema de Proposições Legislativas**. Disponível em: [Avelino Mantovani - proposição legislativa.pdf](#). Acesso em: 06 dez. 2023.

CURITIBA. Lei Ordinária 6.479, de 29 de dezembro de 1983a. Denomina logradouros públicos da capital, ainda não nominados de: Monsenhor Boleslau Falarz, Carlos Benetti Cyro Correia Pereira, Emílio Romani, Francisco Sobania, Hasdrubal Bellegard, Irmã Antonieta Farani, João Kalinowski, João Sguario, Manoel Valdomiro de Macedo, Miguel Gasparin, Paul Garfunkel, Roberto Ozório de Almeida, Rodolpho Hatschbach e Vicente Michelotto. Texto consolidado. **Leis Municipais**. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/c/curitiba/lei-ordinaria/1983/648/6479/lei-ordinaria-n-6479-1983-denomina-logradouros-publicos-da-capital-ainda-nao-nominados-de-monsenhor-boleslau-falarz-carlos-benetti-cyro-correia-pereira-emilio-romani-francisco>

sobania-hasdrubal-bellegard-irma-antonieta-farani-joao-kalinowski-joao-sguario-manoel-valdomiro-de-macedo-miguel-gasparin-paul-garfunkel-roberto-ozorio-de-almeida-rodolpho-hatschbach-e-vicente-michelotto?q=Cyro+Correia+Pereira. Acesso em: 21 mar. 2023.

CURITIBA. Lei Ordinária 6.479, de 29 de dezembro de 1983b. Denomina logradouros públicos da Capital, ainda não nominados. Texto original (não consolidado). **Sistema de proposições legislativas**. Disponível em: https://www.cmc.pr.gov.br/wspl/sistema/BibLegVerForm.do?select_action=&ordena=Lei%20ordin%C3%A1ria%206%20479%201983&nor_id=7404&popup=s&chamado_por_link&pesquisa=null. Acesso em: 22 mar. 2023.

CURITIBA. Lei Ordinária 6.660/1985b. Denomina de Attilio Silva Fonseca e outros, logradouros públicos da Capital, ainda não nominados. Texto original (não consolidado). **Sistema de proposições legislativas**. Disponível em: https://www.cmc.pr.gov.br/wspl/sistema/BibLegVerForm.do?select_action=&ordena=Lei%20ordin%C3%A1ria%206%20660%201985&nor_id=7585&popup=s&chamado_por_link&pesquisa=null. Acesso em: 22 mar. 2023.

CURITIBA. Lei Ordinária 6.873, de 19 de agosto de 1986a. Denomina de: Angélica Maria Taborda Santos e outros, logradouros públicos da Capital, ainda não nominados. Texto consolidado. **Leis Municipais**. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/c/curitiba/lei-ordinaria/1986/688/6873/lei-ordinaria-n-6873-1986-denomina-de-angelica-maria-taborda-santos-e-outros-logradouros-publicos-da-capital-ainda-nao-nominados?q=%22Jo%E3o%20Cislinsky%22>. Acesso em: 10 ago. 2022.

CURITIBA. Lei Ordinária 6.873, de 19 de agosto de 1986b. Denomina de: Angélica Maria Taborda Santos e outros, logradouros públicos da Capital, ainda não nominados. Texto original (não consolidado). **Sistema de proposições legislativas**. Disponível em: https://www.cmc.pr.gov.br/wspl/sistema/BibLegVerForm.do?select_action=&ordena=Lei%20ordin%C3%A1ria%206%20873%201986&nor_id=7798&popup=s&chamado_por_link&pesquisa=null. Acesso em: 10 ago. 2022.

CURITIBA. Lei Ordinária 7.219, de 17 de agosto de 1988a. Denomina de: Alfredo Krainski e outros, logradouros públicos da Capital, ainda não nominados. Texto consolidado. **Leis Municipais**. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/c/curitiba/lei-ordinaria/1988/722/7219/lei-ordinaria-n-7219-1988-denomina-de-alfredo-krainski-e-outros-logradouros-publicos-da-capital-ainda-nao-nominados?q=Mario%20Gasparin>. Acesso em: 09 ago. 2022.

CURITIBA. Lei Ordinária 7.219, de 17 de agosto de 1988b. Denomina de: Alfredo Krainski e outros, logradouros públicos da Capital, ainda não nominados. Texto original (não consolidado). **Sistema de proposições legislativas**. Disponível em: https://www.cmc.pr.gov.br/wspl/sistema/BibLegVerForm.do?select_action=&ordena=Lei%20ordin%C3%A1ria%207%20219%201988&nor_id=8144&popup=s&chamado_por_link&pesquisa=null. Acesso em: 09 ago. 2022.

CURITIBA. Lei Ordinária 7.287, de 12 de dezembro de 1988c. Denomina de: Albino Wilsek e outros, logradouros públicos da capital, ainda não nominados. Texto

consolidado. **Leis Municipais.** Disponível em:

<https://leismunicipais.com.br/a/pr/c/curitiba/lei-ordinaria/1988/729/7287/lei-ordinaria-n-7287-1988-denomina-de-albino-wilsek-e-outros-logradouros-publicos-da-capital-ainda-nao-nominados?q=lg%EAz>. Acesso em: 21 mar. 2023.

CURITIBA. Lei Ordinária 7.287, de 12 de dezembro de 1988d. Denomina de: Albino Wilsek e outros logradouros públicos da Capital, ainda não nominados. Texto original (não consolidado). **Sistema de proposições legislativas.** Disponível em:

https://www.cmc.pr.gov.br/wspl/sistema/BibLegVerForm.do?select_action=&ordena=Lei%20ordin%C3%A1ria%207%20287%201988&nor_id=8212&popup=s&chamado_por_link&pesquisa=null. Acesso em: 21 mar. 2023.

CURITIBA. Lei Ordinária 8.031, de 29 de outubro de 1992a. Denomina de Arold Loid Rauth e outros, logradouros públicos da capital, ainda não nominados. Texto consolidado. **Leis Municipais.** Disponível em:

<https://leismunicipais.com.br/a/pr/c/curitiba/lei-ordinaria/1992/804/8031/lei-ordinaria-n-8031-1992-denomina-de-arold-loid-rauth-e-outros-logradouros-publicos-da-capital-ainda-nao-nominados?q=Joaquim+de+Siqueira+Cortes>. Acesso em: 21 mar. 2023.

CURITIBA. Lei Ordinária 8.031, de 29 de outubro de 1992b. Denomina de Arold Loid Rauth e outros, logradouros públicos da capital, ainda não nominados. Texto original (não consolidado). **Sistema de proposições legislativas.** Disponível em:

https://www.cmc.pr.gov.br/wspl/sistema/BibLegVerForm.do?select_action=&ordena=Lei%20ordin%C3%A1ria%208%20031%201992&nor_id=8956&popup=s&chamado_por_link&pesquisa=null. Acesso em: 21 mar. 2023.

CURITIBA. Lei Ordinária 7.892, de 27 de março de 1992c. Denomina de Alexandre Naldoni e outros, logradouros públicos da capital, ainda não nominados. Texto consolidado. **Leis Municipais.** Disponível em:

<https://leismunicipais.com.br/a/pr/c/curitiba/lei-ordinaria/1992/790/7892/lei-ordinaria-n-7892-1992-denomina-de-alexandre-naldoni-e-outros-logradouros-publicos-da-capital-ainda-nao-nominados?q=logradouro%20Jair%20Coelho>. Acesso em: 20 mar. 2023.

CURITIBA. Lei Ordinária 7.892, de 27 de março de 1992d. Denomina de Alexandre Naldoni e outros, logradouros públicos da Capital, ainda não nominados. Texto original (não consolidado). **Sistema de proposições legislativas.** Disponível em:

https://www.cmc.pr.gov.br/wspl/sistema/BibLegVerForm.do?select_action=&ordena=Lei%20ordin%C3%A1ria%207%20892%201992&nor_id=8817&popup=s&chamado_por_link&pesquisa=null. Acesso em: 20 mar. 2023.

CURITIBA. Lei Ordinária 8.715, de 4 de outubro de 1995. Denomina de Alipio Pedroso de Moraes e outros, logradouros públicos da capital ainda não nominados. Texto original (não consolidado). **Sistema de proposições legislativas.** Disponível em:

https://www.cmc.pr.gov.br/wspl/sistema/BibLegVerForm.do?select_action=&ordena=Lei%20ordin%C3%A1ria%208%20715%201995&nor_id=9640&popup=s&chamado_por_link&pesquisa=null. Acesso em: 22 mar. 2023.

CURITIBA. Lei Ordinária 9.548, de 13 de maio de 1999. Denomina de Antonia Molina Bella, um dos logradouros públicos da capital, ainda não nominado. Texto original (não consolidado). **Sistema de proposições legislativas.** Disponível em:

https://www.cmc.pr.gov.br/wspl/sistema/BibLegVerForm.do?select_action=&ordena=Lei%20ordin%C3%A1ria%209%20548%201999&nor_id=10471&popup=s&chamado_por_link&pesquisa=null. Acesso em: 22 mar. 2023.

CURITIBA. Proposta de Lei Ordinária 009.00142, de 23 de agosto de 2000. Denomina de Antonio Bertoldi, um dos logradouros públicos da capital, ainda não nominado. Texto original (não consolidado). **Sistema de proposições legislativas**. Disponível em: https://www.cmc.pr.gov.br/wspl/sistema/ProposicaoDetalhesForm.do?select_action=&ordena=009.00142.2000&pro_id=18198&popup=s&chamado_por_link&PESQUISA. Acesso em: 22 mar. 2023.

CURITIBA. Lei Ordinária 10.46, de 28 de novembro de 2000. Denomina de Antonio Bertoldi, um dos logradouros públicos da capital, ainda não nominado. Texto consolidado. **Leis Municipais**. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/c/curitiba/lei-ordinaria/2000/1005/10046/lei-ordinaria-n-10046-2000-denomina-de-antonio-bertoldi-um-dos-logradouros-publicos-da-capital-ainda-nao-nominado?q=Antonio%20Bertoldi>. Acesso em: 22 mar. 2023.

CURITIBA. Lei Ordinária 14.541, de 12 de novembro de 2014. Denomina de Irmã Antonieta Farani, um dos logradouros públicos da capital ainda não nominado. Texto consolidado. **Leis Municipais**. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/c/curitiba/lei-ordinaria/2014/1454/14541/lei-ordinaria-n-14541-2014-denomina-de-irma-antonieta-farani-um-dos-logradouros-publicos-da-capital-ainda-nao-nominado>. Acesso em: 21 mar. 2023.

DESFILE das escolas dará início ao carnaval de rua. **Diário do Paraná**. Curitiba, 28 de fevereiro de 1981. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=761672&pesq=%22Reinaldo%20Carvalho%20Bola%22&pasta=ano%20198&hf=memoria.bn.br&pagfis=145580>. Acesso em: 15 abr. 2023.

DIA do comércio em Curitiba e o funcionamento do comércio. **Correio do Paraná**. Curitiba, 29 de outubro de 1963. Disponível em: <https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=171395&pesq=%22Ney%20Marques%20de%20Macedo%22&hf=memoria.bn.br&pagfis=24247>. Acesso em: 31 mar. 2023.

EDITAL de praça e arrematação (1960). **Diário do Paraná**. Curitiba, 2 de abril de 1960. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=761672&pesq=%22Cyro%20Correia%20Pereira%22&hf=memoria.bn.br&pagfis=31729>. Acesso em: 21 mar. 2023.

ELAS enaltecem esta galeria. **A Divulgação**. Curitiba, novembro de 1959. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=095346&pesq=%22Cyro%20Pereira%22&hf=memoria.bn.br&pagfis=5212>. Acesso em: 21 mar. 2023.

ENLACE Maria do Rocio e Fernando Antonio (1958). **A Divulgação**. Curitiba, abril de 1958. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=095346&pesq=%22Cyro%20Correia%20Pereira%22&hf=memoria.bn.br&pagfis=4308>. Acesso em: 21 mar. 2023.

FALECIMENTO Ten. Cel. Augusto de Almeida Garret. **Diário do Paraná**. Curitiba, 26 de junho de 1956. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=761672&pesq=%22Augusto%20de%20Almeida%20Garret%22&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=11197>. Acesso em: 06 nov. 2024.

FALECIMENTOS. D. Olivia Correia Pereira. **Diário do Paraná**. Curitiba, 20 de abril de 1967. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=761672&Pesq=%22Maria%20Marques%20Pereira%22&pagfis=62589>. Acesso em: 21 mar. 2023.

FEDERAÇÃO das Indústrias do Estado do Paraná. **Diário da Tarde**. Curitiba, 30 de agosto de 1962. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=800074&pesq=%22Cyro%20Correia%20Pereira%22&hf=memoria.bn.br&pagfis=101652>. Acesso em: 21 mar. 2023.

GIRO nas Ruas desta semana é na Rua Emiliano Pernetá. **Rádio Band News FM**. 2021. Disponível em: <https://bandnewsfmcureitiba.com/giro-nas-ruas-desta-semana-e-na-rua-emiliano-perneta/>. Acesso em: 22 mar. 2023.

GOVERNO Provincial. **Dezenove de Dezembro**. Curitiba, 5 de agosto de 1882. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=416398&Pesq=%22Euphrasio%20de%20Siqueira%20Cortes%22&pagfis=10661>. Acesso em: 11 abr. 2023.

HISTÓRIA do município. **Município do Guaporé**. 2023. Disponível em: <https://www.guapore.rs.gov.br/pagina/historia>. Acesso em: 24 mar. 2023.

HOMENAGEM aos pioneiros: Prof. Atlântido Borba Cortes. **CRM – PR**. Curitiba, 31 de julho de 2018. Disponível em: <https://www.crmpr.org.br/Homenagem-aos-Pioneiros-Prof-Atlantido-Borba-Cortes-CRMpr-35-11-49725.shtml>. Acesso em: 11 abr. 2023.

HOSKEN define denominação de museu. **Diário do Paraná**. Curitiba, 4 de dezembro de 1982. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=761672&pesq=%22Augusto%20de%20Almeida%20Garret%22&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=153266>. Acesso em: 06 nov. 2024.

ISRAEL, H.; GIANELLA, I.; FRANÇA, A.; CALDANA, V. A relação dialógica entre a Rua e a Cidade: panorama histórico no desenho urbano. **RUA**, Campinas, SP, v. 27, n. 2, p. 333–356, 2021. DOI: 10.20396/rua.v27i2.8667737. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rua/article/view/8667737#:~:text=Partindo%20do%20pressuposto%20de%20que,urban%C3%ADsticos%20para%20as%20cidades%20brasileiras>. Acesso em: 27 mar. 2023.

JOVEM Guarda (1960). **Diário do Paraná**. Curitiba, 25 de novembro de 1960. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=761672&pesq=%22Cyro%20Correia%20Pereira%22&hf=memoria.bn.br&pagfis=34941>. Acesso em: 21 mar. 2023.

LAPA. **A República**. Curitiba, 12 de agosto de 1909. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=215554&Pesq=%22Euphrasio%20de%20Siqueira%20Cortes%22&pagfis=22225>. Acesso em: 11 abr.2023.

MANOEL Ribas. **Casa Civil**. Disponível em: <https://www.casacivil.pr.gov.br/Pagina/Manoel-Ribas>. Acesso em: 17 abr. 2023.

MILLARCH, A. **"Bola", rei Momo por decreto de Maurício**. 1983. Disponível em: <https://www.millarch.org/artigo/bola-rei-momo-por-decreto-de-mauricio>. Acesso em: 15 abr. 2023.

MISSA de 7º dia. **Diário do Paraná**. Curitiba, 19 de outubro de 1972. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=761672&pesq=%22Cyro%20Correia%20Pereira%22&hf=memoria.bn.br&pagfis=89037>. Acesso em: 21 mar. 2023.

MUZILLO, C. **1001 ruas de Curitiba**. Curitiba: Artes & Textos, 2011.

NOSSA HISTÓRIA. **Supermercado Gasparin**. 2023[?]. Disponível em: <https://www.supermercadogasparin.com.br/nossa-historia/>. Acesso em: 31 mar. 2023.

NOSSA memória. **Câmara Municipal de Curitiba**. 2023. Disponível em: <https://www.curitiba.pr.leg.br/informacao/nossa-memoria/rua-historia#:~:text=Segundo%20dados%20do%20Instituto%20de,Curitiba%20possui%209%2C248%20mil%20ruas>. Acesso em: 25 mar. 2023.

NOTAS Sociais. **O Estado do Paraná**. Curitiba, 14 de outubro de 1925. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=830372&pesq=%22Lothario%20Pereira%22&pasta=ano%20192&hf=memoria.bn.br&pagfis=300>. Acesso em: 21 mar. 2023.

NOVOS graduandos da escola de farmácia. **O Dia**. Curitiba, 14 de dezembro de 1951. Disponível em: <https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=092932&pesq=%22Ney%20Marques%20de%20Macedo%22&hf=memoria.bn.br&pagfis=74006>. Acesso em: 31 mar. 2023.

NUCADA, L. O sítio virou cidade. **Tribuna**, 29 de março de 2016. Disponível em: <https://tribunapr.uol.com.br/cacadores-de-noticias/especial-curitiba-323-anos/o-sitio-virou-cidade/>. Acesso em: 08 ago. 2022.

NUPCIAES. **O Dia**. Curitiba, 4 de junho de 1925. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=092932&pesq=%22Acrelinda%22&hf=memoria.bn.br&pagfis=5019>. Acesso em: 11 abr. 2023.

O PRÍNCIPE dos poetas paranaenses: a trajetória de Emiliano Perneta. **Turistória**. 2023. Disponível em: <https://www.turistoria.com.br/o-principe-dos-poetas-paranaenses-a-trajetoria-de-emiliano-perneta>. Acesso em: 22 mar. 2023.

OLIVEIRA, M. M. A. Erva-mate no Paraná e a Família Leão. **Revista Museu**. 11 de abril de 2022. Disponível em: <https://www.revistamuseu.com.br/site/br/noticias/nacionais/13959-11-04-2022-erva-mate-no-parana-e-a-familia-leao.html>. Acesso em: 12 abr. 2023.

OLIVEIRA, R. C. O. **Na teia do nepotismo**. Curitiba: Insight, 2012.

OS ERROS que levaram à venda da Leão Jr. **ABRAS**. 28 de dezembro de 2012. Disponível em: <https://www.abras.com.br/clipping/bebidas/32991/os-erros-que-levaram-a-venda-da-leao-jr>. Acesso em: 12 abr. 2023.

OS QUE REALIZAM o progresso do Paraná (1956). **A Divulgação**. Curitiba, dezembro de 1956. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=095346&pesq=%22Cyro%20Coorea%20Pereira%22&hf=memoria.bn.br&pagfis=3535>. Acesso em: 21 mar. 2023.

PARANÁ. Decreto nº 15.344/1954. **Promove ao posto de tenente-coronel o Major Augusto De Almeida Garret, pertencente à reserva remunerada da Polícia Militar do Paraná**. SEÇÃO DE ARQUIVO E DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA. Justificativa da nomeação de Augusto de Almeida Garret em um logradouro na capital. Curitiba, 1978. Acervo da Câmara Municipal de Curitiba.

PARANÁ. SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Museu da Polícia Militar do Paraná é reinaugurado em Curitiba**. Disponível em: <https://www.seguranca.pr.gov.br/Noticia/Museu-da-Policia-Militar-do-Parana-e-reinaugurado-em-Curitiba>. Acesso em: 06 nov. 2024.

PASSEIO PÚBLICO MUNICIPAL DE CURITIBA. **Curitiba**. Secretaria Municipal do Meio Ambiente. 2022. Disponível em: <https://www.curitiba.pr.gov.br/conteudo/passeio-publico-municipal-de-curitiba/324>. Acesso em: 22 mar. 2023.

PEREIRA, E. S.; SCHMIDT, M. A. M. S. Construção de uma prática reflexiva do Ensino de História: A compreensão da cultura por meio do Museu de Periferia. Os desafios da escola pública paranaense na perspectiva do professor PDE. **Cadernos PDE**, v.1, 2013. Disponível em: http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2013/2013_ufpr_hist_artigo_elizete_szolomicki_pereira.pdf. Acesso em: 08 ago. 2022.

PEREIRA, L. F. **Legislaturas da Câmara Municipal de Curitiba: 1947-2021**. Curitiba: Câmara Municipal de Curitiba, 2021. Disponível em: <https://www.curitiba.pr.leg.br/informacao/nossa-memoria/ex-vereadores>. Acesso em: 02 abr. 2023.

PERIN, G. B. P.; PITZ, G. **Palácio Avenida, o símbolo do natal curitibano**. Disponível em: <https://www.turistoria.com.br/palacio-avenida-o-simbolo-do-natal-curitibano>. Acesso em: 11 abr. 2023.

PODLASEK, L. **Trajetórias, famílias e capitais: os agentes homenageados na nomenclatura de escolas estaduais em Curitiba (1985-2009)**. 256 f. (Mestrado em Sociologia) – Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2020. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/69039>. Acesso em: 17 jun. 2023.

POLÍCIA Militar do Estado. **O Dia**. Curitiba, 26 de junho de 1956. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=092932&pesq=%22Coronel%20Augusto%20de%20Almeida%20Garret%22&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=89500>. Acesso em: 06 nov. 2024.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA. **E-books que contam a história de Curitiba**. Vol. 2. 2021. Disponível em: <https://mid-educacao.curitiba.pr.gov.br/2021/9/pdf/00310644.pdf>. Acesso em: 04 abr. 2023.

PREFEITURA Municipal de Curitiba. Edital alistamento militar de Curitiba. **Correio do Paraná**. Curitiba, 23 de julho de 1940. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=171395&Pesq=%22Isac%20Ferreira%20da%20Cruz%22&pagfis=13100>. Acesso em: 08 ago. 2022.

REFORMA do sistema jurídico. **A Divulgação**. Curitiba, dezembro de 1958. Disponível em: <https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=095346&Pesq=%22Ney%20Marques%20de%20Macedo%22&pagfis=4708>. Acesso em: 31 mar. 2023.

REQUERIMENTO despachados pelo Dr. Secretário. **A República**. Curitiba, 29 de outubro de 1892. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=215554&pesq=%22Euphrasio%20de%20Siqueira%20Cortes%22&hf=memoria.bn.br&pagfis=3248>. Acesso em: 11 abr. 2023.

RIBEIRO, C. **Saudade do Rei Bola (um pouco de história do Carnaval de Curitiba)**. 2019. Disponível em: <https://www.brasilcultura.com.br/folclore/saudade-do-rei-bola-um-pouco-de-historia-do-carnaval-de-curitiba/>. Acesso em: 15 abr. 2023.

SAIKI, L. Presépio criativo atrai milhares de curitibanos. **Tribuna**, 04 de dezembro de 2003. Disponível em: <https://tribunapr.uol.com.br/noticias/parana/presepio-criativo-atrai-milhares-de-curitibanos/>. Acesso em: 09 ago. 2022.

SANTANA, I. J. **Emiliano Perneta: vida e poesia de província?** 466f. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/38341/R%20-%20T%20-%20IVAN%20JUSTEN%20SANTANA.pdf?sequence=3&isAllowed=y>. Acesso em: 22 mar. 2023.

SEÇÃO DE ARQUIVO E DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA. **Justificativa da nomeação de Izaac Ferreira da Cruz em um logradouro na capital.** Curitiba [1968?]. Acervo da Câmara Municipal de Curitiba.

SEÇÃO DE ARQUIVO E DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA. **Justificativa da nomeação de Mario Gasparin em um logradouro na capital.** Curitiba, 1988. Acervo da Câmara Municipal de Curitiba.

SEÇÃO DE ARQUIVO E DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA. **Justificativa da nomeação de Ignês de Lourdes Gomes de Macedo em um logradouro na capital.** Curitiba, 1988. Acervo da Câmara Municipal de Curitiba.

SEÇÃO DE ARQUIVO E DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA. **Justificativa da nomeação de João Cislinsky em um logradouro na capital.** Curitiba, 1986. Acervo da Câmara Municipal de Curitiba.

SEÇÃO DE ARQUIVO E DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA. **Justificativa da nomeação de Robert Redzimski em um logradouro na capital.** Curitiba, 1984. Acervo da Câmara Municipal de Curitiba.

SEÇÃO DE ARQUIVO E DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA. **Justificativa da nomeação de Antonia Molina Bella em um logradouro na capital.** Curitiba, 1998. Acervo da Câmara Municipal de Curitiba.

SEÇÃO DE ARQUIVO E DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA. **Justificativa da nomeação de Joaquim de Siqueira Cortes em um logradouro na capital.** Curitiba, 1992. Acervo da Câmara Municipal de Curitiba.

SEÇÃO DE ARQUIVO E DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA. **Justificativa da nomeação de Jair Coelho em um logradouro na capital.** Curitiba, 1991. Acervo da Câmara Municipal de Curitiba.

SEÇÃO DE ARQUIVO E DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA. **Justificativa da nomeação de Cyro Correia Pereira em um logradouro na capital.** Curitiba, 1983. Acervo da Câmara Municipal de Curitiba.

SEÇÃO DE ARQUIVO E DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA. **Justificativa da nomeação de Antonio Bertoldi em um logradouro na capital.** Curitiba, 2000. Acervo Câmara Municipal de Curitiba.

SEÇÃO DE ARQUIVO E DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA. **Justificativa da nomeação de Reinaldo de Carvalho – Bola em um logradouro na capital.** Curitiba, 1995 [?]. Acervo Câmara Municipal de Curitiba.

SEÇÃO DE ARQUIVO E DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA. **Justificativa da nomeação de Augusto de Almeida Garret em um logradouro na capital.** Curitiba, 1978 [?]. Acervo Câmara Municipal de Curitiba.

SEÇÃO DE ARQUIVO E DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA. **Justificativa da nomeação de José Angelo Martins em um logradouro na capital.** Curitiba, 1982 [?]. Acervo Câmara Municipal de Curitiba.

SEÇÃO DE ARQUIVO E DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA. **Pesquisa de doutorado sobre a nomenclatura de espaços públicos em Curitiba.** Mensagem recebida por: lucianabaenari@gmail.com. 21 mar. 2023.

SÍMBOLOS culturais. **Prefeitura de Maringá.** 2023. Disponível em: <http://www.maringa.pr.gov.br/cultura/?cod=simbolos/4>. Acesso em: 11 abr. 2023.

SINDICATO da Indústria do Mate no estado do Paraná. **Diário da Tarde.** Curitiba, 26 de julho de 1952. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=800074&pesq=%22Cyro%20Coorea%20Pereira%22&hf=memoria.bn.br&pagfis=81983>. Acesso em: 21 mar. 2023.

ÚLTIMAS notícias. **A República**, 20 de janeiro de 1915. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=215554&pesq=%22Sezinando%20Ferreira%20da%20Cruz%22&hf=memoria.bn.br&pagfis=29033>. Acesso em: 09 ago. 2022.

UM LAR. Uma legenda. Solar do Sr. e Sr.^a Cyro Pereira. **A Divulgação.** Curitiba, abril de 1957. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=095346&pesq=%22Cyro%20Pereira%22&hf=memoria.bn.br&pagfis=3734>. Acesso em: 16 mar. 2023.

WIKIMEDIA COMMONS. **Arquivo: Praça Zacarias e Rua Emiliano Pernetta em Curitiba.jpg.** 2023. Disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Pra%C3%A7a_Zacarias_e_Rua_Emiliano_Perneta_em_Curitiba.jpg. Acesso em: 15 abr. 2023.

NOMES DE PRAÇAS E/OU JARDINETES

BIONDI, D.; LIMA NETO, E. M. de. Distribuição espacial e toponímia das praças de Curitiba-PR. **REVSBAU**, Piracicaba – SP, v.7, n.3, p.31-43, 2012. Disponível em: <file:///C:/Users/lucia/Downloads/66531-262128-1-SM.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2023.

BOLETIM CASA ROMÁRIO MARTINS. **Praças de Curitiba:** espaços verdes na paisagem urbana. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, v. 30, n. 131, set., 2006. Disponível em: https://pergamum.curitiba.pr.gov.br/vinculos/monogr/Texto/boletim_romario_131.pdf. Acesso em: 29 mar. 2023.

CAPA DOS POBRES. **Nossa história**. Disponível em: <https://www.capadospobres.com.br/nossa-hist%C3%B3ria>. Acesso em: 03 jun. 2023.

CLUBE 3 MARIAS. **Sobre nós**. Disponível em: <https://3marias.com.br/sobre-nos/>. Acesso em: 03 jun. 2023.

COMPANHIA Distribuidora do Paraná – CODIPA S.A. **Diário da Tarde**. Curitiba, 18 de abril de 1968. Disponível em: <https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=800074&pesq=%22Jovelino%20Cerqueira%20Leite%22&hf=memoria.bn.br&pagfis=117486>. Acesso em: 15 maio 2023.

COMUNICADO. **Diário do Paraná**. Curitiba, 22 de agosto de 1967. Disponível em: <https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=761672&pesq=%22Carlos%20Raul%20Heller%22&hf=memoria.bn.br&pagfis=64096>. Acesso em: 15 maio 2023.

CORONEL comanda desde 1977 um sindicato de operários. **Correio de Notícias**. Curitiba, 16 de maio de 1980. Disponível em: https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=325538_01&pesq=%22Matias%20Alenor%20Martins%22&hf=memoria.bn.br&pagfis=857. Acesso em: 25 maio 2023.

CROQUIS urbanos e a coleção de carros de Udo Heller. **Circulando por Curitiba**. 26 de maio de 2015. Disponível em: <http://www.circulandoporcuritiba.com.br/2015/05/croquis-urbanos-e-colecao-de-carros-de.html>. Acesso em: 15 maio 2023.

CURITIBA (PR). 2º Ofício de Registro Civil Otavio Augusto de Albuquerque Rauen. **Certidão de óbito [de] Carlos Raul Heller**. Registro em 27 de janeiro de 2003.

CURITIBA (PR). 3º Ofício de Registro Civil Ana Maria Antunes. **Certidão de óbito [de] Egydio José Busnardo**. Registro em 07 de outubro de 1997.

CURITIBA (PR). Cartório de Registro Civil da Cidade Industrial. **Certidão de óbito [de] Matias Alenor Martins**. Registro em 11 de agosto de 1994.

CURITIBA (PR). Cartório do 3º Ofício das Pessoas Naturais. **Certidão de óbito [de] Almir Silva**. Registro em 12 de março de 2001.

CURITIBA (PR). Cartório do Bacacheri. Rogério Portugal Bacellar. **Certidão de óbito [de] José Soares Grobe**. Registro em 30 de maio de 1996.

CURITIBA (PR). Registro Civil Cartório do 2º Ofício. Lourdes Rauen Dôliveira. **Certidão de óbito [de] Antonio Alves da Rocha Loures**. Registro em 12 de setembro de 1980.

CURITIBA (PR). Registro Civil Cartório do 2º Ofício. Lourdes Rauen Dôliveira. **Certidão de óbito [de] Francisca Toni Mathias**. Registro em 25 de março de 1983.

CURITIBA (PR). Registro Civil. Cartório Bacharel Ermelino Agostinho de Leão Neto. **Certidão de óbito [de] José Bório**. Registro em 25 de agosto de 1986.

CURITIBA (PR). Registro Civil. Cartório Bacharel Ermelino Agostinho de Leão Neto. **Certidão de óbito [de] Pedro de Almeida**. Registro em 28 de fevereiro de 1984.

CURITIBA (PR). Registro Civil. Distrito de Curitiba. 1ª Zona. João Carlos Pedrosa. **Certidão de óbito [de] Humberto Bertoldi**. Registro em 12 de setembro de 1980.

CURITIBA. Decreto 427, de 20 de outubro de 1983. Define critérios para denominação de áreas públicas ajardinadas. **Leis Municipais**. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/c/curitiba/decreto/1983/43/427/decreto-n-427-1983-define-criterios-para-denominacao-de-areas-publicas-ajardinadas>. Acesso em: 03 jun. 2023.

CURITIBA. Lei Ordinária 6.253, de 23 de setembro de 1981a. Denomina de: "Jornalista Nelson Ribas de Oliveira", "Dr. Darcy Alves de Souza", "Ana Aparecida Lopes Aanet (Anita Canet)", "Major Antonio Alves da Rocha Loures" e "Professora Maria Esther Carvalho de Barros", logradouros públicos da capital. Texto consolidado. **Leis Municipais**. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/c/curitiba/lei-ordinaria/1981/626/6253/lei-ordinaria-n-6253-1981-denomina-de-jornalista-nelson-ribas-de-oliveira-dr-darcy-alves-de-souza-ana-aparecida-lopes-canet-anita-canet-major-antonio-alves-da-rocha-loures-e-professora-maria-esther-carvalho-de-barros-logradouros-publicos-da-capital?q=Antonio+Alves+da+Rocha+Loures>. Acesso em: 27 mar. 2023.

CURITIBA. Lei Ordinária 6.253, de 23 de setembro de 1981b. Denomina de: "Jornalista Nelson Ribas de Oliveira", "Dr. Darcy Alves de Souza", "Ana Aparecida Lopes Aanet (Anita Canet)", "Major Antonio Alves da Rocha Loures" e "Professora Maria Esther Carvalho de Barros", logradouros públicos da capital. Texto original (não consolidado). **Sistema de proposições legislativas**. Disponível em: https://www.cmc.pr.gov.br/wspl/sistema/BibLegVerForm.do?select_action=&ordena=Lei%20ordin%C3%A1ria%206%20253%201981&nor_id=7178&popup=s&chamado_por_link&pesquisa=null. Acesso em: 27 mar. 2023.

CURITIBA. Lei Ordinária 6.776, de 04 de dezembro de 1985a. Denomina de: Ary Claudino Ziemer e outros, logradouros públicos da capital, conforme específica. Texto consolidado. **Leis Municipais**. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/c/curitiba/lei-ordinaria/1985/677/6776/lei-ordinaria-n-6776-1985->. Acesso em: 12 dez. 2023.

CURITIBA. Lei Ordinária 6.776, de 04 de dezembro de 1985b. Denomina de: Ary Claudino Ziemer e outros, logradouros públicos da capital, conforme específica. Texto original (não consolidado). **Sistema de proposições legislativas**. Disponível em: https://www.cmc.pr.gov.br/wspl/sistema/BibLegVerForm.do?select_action=&ordena=Lei%20ordin%C3%A1ria%206%20776%201985&nor_id=7701&popup=s&chamado_por_link&pesquisa=null. Acesso em: 27 mar. 2023.

CURITIBA. Lei Ordinária 7009, de 09 de junho de 1987a. Denomina de: Adolfo Henrique Klinger e outros, logradouros públicos da capital, conforme específica. Texto

consolidado. **Leis Municipais.** Disponível em:

<https://leismunicipais.com.br/a/pr/c/curitiba/lei-ordinaria/1987/701/7009/lei-ordinaria-n-7009-1987-denomina-de-adolfo-henrique-klinger-e-outros-logradouros-publicos-da-capital-conforme-especifica?q=Adolfo+Henrique+Klinger+>. Acesso em: 12 dez. 2023.

CURITIBA. Lei Ordinária 7.009, de 09 de junho de 1987b. Denomina de: Adolfo Henrique Klinger e outros, logradouros públicos da capital, conforme especifica. Texto original (não consolidado). **Sistema de proposições legislativas.** Disponível em: https://www.cmc.pr.gov.br/wspl/sistema/BibLegVerForm.do?select_action=&ordena=Lei%20ordin%C3%A1ria%207%20009%201987&nor_id=7934&popup=s&chamado_por_link&pesquisa=null. Acesso em: 30 mar. 2023.

CURITIBA. Lei ordinária 7.416, de 20 de fevereiro de 1990a. Concede o prêmio "Cidade de Curitiba" às seguintes personalidades: Ademir Vigilato da paixão e outros, que se destacaram no ano de 1989. Texto Consolidado. **Leis Municipais.** Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/c/curitiba/lei-ordinaria/1990/742/7416/lei-ordinaria-n-7416-1990-concede-o-premio-cidade-de-curitiba-as-seguintes-personalidades-ademir-vigilato-da-paixao-e-outros-que-se-destacaram-no-ano-de-1989?q=%22Coronel+Almir+Silva%22>. Acesso em: 30 mar. 2023.

CURITIBA. Lei Ordinária 7.416, de 20 de fevereiro de 1990b. Concede o Prêmio Cidade de Curitiba às seguintes personalidades: Ademir Vigilato da Paixão e outros, que se destacaram no ano de 1989. Texto original (não consolidado). **Sistema de proposições legislativas.** Disponível em: https://www.cmc.pr.gov.br/wspl/sistema/BibLegVerForm.do?select_action=&ordena=Lei%20ordin%C3%A1ria%207%20416%201990&nor_id=8341&popup=s&chamado_por_link&pesquisa=null. Acesso em: 30 mar. 2023.

CURITIBA. Lei ordinária 8.152, de 19 de abril de 1993. Dispõe sobre o Prêmio Cidade de Curitiba e dá outras providências. Texto consolidado. **Leis Municipais.** Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/c/curitiba/lei-ordinaria/1993/815/8152/lei-ordinaria-n-8152-1993-dispoe-sobre-o-premio-cidade-de-curitiba-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 30 mar. 2023.

CURITIBA. Lei Ordinária 8.523/1994a. Denomina de Afonso Bandeira e outros, logradouros públicos da capital ainda não nominados Texto consolidado. **Leis Municipais.** Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/c/curitiba/lei-ordinaria/1994/853/8523/lei-ordinaria-n-8523-1994-denomina-de-afonso-bandeira-e-outros-logradouros-publicos-da-capital-ainda-nao-nominados?q=Afonso%20Bandeira>. Acesso em: 27 mar. 2023.

CURITIBA. Lei Ordinária 8.523, de 27 de setembro de 1994b. Denomina de Afonso Bandeira e outros, logradouros públicos da capital ainda não nominados. Texto original (não consolidado). **Sistema de proposições legislativas.** Disponível em: https://www.cmc.pr.gov.br/wspl/sistema/BibLegVerForm.do?select_action=&ordena=Lei%20ordin%C3%A1ria%208%20523%201994&nor_id=9448&popup=s&chamado_por_link&pesquisa=null. Acesso em: 27 mar. 2023.

CURITIBA. Lei Ordinária 8.566, de 12 de dezembro de 1994c. Denomina de Adriano Silva de Oliveira e outros, logradouros públicos da capital, conforme especifica. Texto

consolidado. **Leis Municipais.** Disponível em:

https://www.cmc.pr.gov.br/wspl/sistema/BibLegVerForm.do?select_action=&ordena=Lei%20ordin%C3%A1ria%208%20566%201994&nor_id=9491&popup=s&chamado_por_link&pesquisa=null. Acesso em: 12 dez. 2023.

CURITIBA. Lei Ordinária 8.566, de 12 de dezembro de 1994d. Denomina de Adriano Silva de Oliveira e outros, logradouros públicos da capital, conforme especifica. Texto original (não consolidado). **Sistema de proposições legislativas.** Disponível em:

https://www.cmc.pr.gov.br/wspl/sistema/BibLegVerForm.do?select_action=&ordena=Lei%20ordin%C3%A1ria%208%20566%201994&nor_id=9491&popup=s&chamado_por_link&pesquisa=null. Acesso em: 27 mar. 2023.

CURITIBA. Lei Ordinária 8.952, de 02 de dezembro de 1996a. Denomina de Alcebiades Ribeiro Padilha e outros, logradouros públicos da capital, ainda não nominados. Texto consolidado). **Leis Municipais.** Disponível em:

<https://leismunicipais.com.br/a/pr/c/curitiba/lei-ordinaria/1996/895/8952/lei-ordinaria-n-8952-1996->. Acesso em: 12 dez. 2023.

CURITIBA. Lei Ordinária 8.952, de 02 de dezembro de 1996b. Denomina de Alcebiades Ribeiro Padilha e outros, logradouros públicos da capital, ainda não nominados. Texto original (não consolidado). **Sistema de proposições legislativas.** Disponível em:

https://www.cmc.pr.gov.br/wspl/sistema/BibLegVerForm.do?select_action=&ordena=Lei%20ordin%C3%A1ria%208%20952%201996&nor_id=9877&popup=s&chamado_por_link&pesquisa=null. Acesso em: 27 mar. 2023.

CURITIBA. Lei Ordinária 9.454/1998a. Denomina de Egidio José Busnardo, um dos logradouros públicos da capital ainda não nominado. Texto consolidado. **Leis Municipais.** Disponível em:

<https://leismunicipais.com.br/a/pr/c/curitiba/lei-ordinaria/1998/946/9454/lei-ordinaria-n-9454-1998-denomina-de-egidio-jose-busnardo-um-dos-logradouros-publicos-da-capital-ainda-nao-nominado?q=Egidio+Jos%C3%A9+Busnardo>. Acesso em: 25 mar. 2023.

CURITIBA. Lei Ordinária 9.454, de 23 de dezembro de 1998b. Denomina de Egidio José Busnardo, um dos logradouros públicos da capital ainda não nominado. Texto original (não consolidado). **Sistema de proposições legislativas.** Disponível em:

https://www.cmc.pr.gov.br/wspl/sistema/BibLegVerForm.do?select_action=&ordena=Lei%20ordin%C3%A1ria%209%20454%201998&nor_id=10377&popup=s&chamado_por_link&pesquisa=null. Acesso em: 25 mar. 2023.

CURITIBA. Lei Ordinária 9.251, de 24 de março de 1998c. Denomina de Almezina Eugênia Ferreira e outros, logradouros públicos da capital, ainda não nominados. Texto consolidado. **Leis Municipais.** Disponível em:

<https://leismunicipais.com.br/a/pr/c/curitiba/lei-ordinaria/1998/925/9251/lei-ordinaria-n-9251-1998->. Acesso em: 12 dez. 2023.

CURITIBA. Lei Ordinária 9.251, de 24 de março de 1998d. Denomina de Almezina Eugênia Ferreira e outros, logradouros públicos da capital, ainda não nominados. Texto original (não consolidado). **Sistema de proposições legislativas.** Disponível em:

https://www.cmc.pr.gov.br/wspl/sistema/BibLegVerForm.do?select_action=&ordena=L

[ei%20ordin%C3%A1ria%209%20251%201998&nor_id=10174&popup=s&chamado_por_link&pesquisa=null](#). Acesso em: 30 mar. 2023.

CURITIBA. Lei Ordinária 9.669, de 21 de outubro de 1999a. Denomina de Humberto Bertoldi, um dos logradouros públicos da capital, conforme especifica. Texto consolidado. **Leis Municipais**. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/c/curitiba/lei-ordinaria/1999/967/9669/lei-ordinaria-n-9669-1999-denomina-de-humberto-bertoldi-um-dos-logradouros-publicos-da-capital-conforme-especifica?q=Humberto+Bertoldi>. Acesso em: 27 mar. 2023.

CURITIBA. Lei Ordinária 9.669, de 21 de outubro de 1999b. Denomina de Humberto Bertoldi, um dos logradouros públicos da capital, conforme especifica. Texto original (não consolidado). **Sistema de proposições legislativas**. Disponível em: https://www.cmc.pr.gov.br/wspl/sistema/BibLegVerForm.do?select_action=&ordena=Lei%20ordin%C3%A1ria%209%20669%201999&nor_id=10592&popup=s&chamado_por_link&pesquisa=Humberto%20Bertoldi. Acesso em: 27 mar. 2023.

CURITIBA. Lei Ordinária 10.372, de 26 de março de 2002a. Denomina Coronel Almir Silva logradouro público de Curitiba. Texto consolidado. **Leis Municipais**. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/c/curitiba/lei-ordinaria/2002/1037/10372/lei-ordinaria-n-10372-2002->. Acesso em: 12 dez. 2023.

CURITIBA. Lei Ordinária 10.372, de 26 de março de 2002b. Denomina Coronel Almir Silva; logradouro público Curitiba. Proposição legislativa. Texto original (não consolidado). **Sistema de proposições legislativas**. Disponível em: https://www.cmc.pr.gov.br/wspl/sistema/BibLegVerForm.do?select_action=&ordena=Lei%20ordin%C3%A1ria%2010%20372%202002&nor_id=11295&popup=s&chamado_por_link&pesquisa=null. Acesso em: 30 mar. 2023.

CURITIBA. Lei Ordinária 10.852, de 25 de novembro de 2003a. Denomina de Carlos Raul Heller, um dos logradouros públicos, ainda não nominado. Texto consolidado. **Leis Municipais**. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/c/curitiba/lei-ordinaria/2003/1086/10852/lei-ordinaria-n-10852-2003-denomina-de-carlos-raul-heller-um-dos-logradouros-publicos-ainda-nao-nominado?q=Carlos+Raul+Heller>. Acesso em: 27 mar. 2023.

CURITIBA. Lei Ordinária 10.852, de 25 de novembro de 2003b. Denomina de Carlos Raul Heller, um dos logradouros públicos, não nominado. Texto original (não consolidado). **Sistema de proposições legislativas**. Disponível em: https://www.cmc.pr.gov.br/wspl/sistema/BibLegVerForm.do?select_action=&ordena=Lei%20ordin%C3%A1ria%2010%20852%202003&nor_id=11775&popup=s&chamado_por_link&pesquisa=null. Acesso em: 27 mar. 2023.

CWVBUSBRASIL. **Um pouquinho sobre a história da Auto Viação Mercês** (Orlando Bertoldi e Cia Ltda). Disponível em: <https://www.facebook.com/CWBBusBr/photos/a.661649124292486/963654937425235/?type=3>. Acesso em: 24 maio 2023.

CZELUSNIAK, A. Lista de falecimentos. **Gazeta do Povo**. Curitiba, 15 de março de 2010. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/curitiba/falecimentos/lista-de-falecimentos-eiye8gow8hq9c8rggc5hd0swe/>. Acesso em: 15 maio. 2023.

DE SANTA Cruz. **O Comercio**. Porto União, 21 de novembro de 1931. Disponível em: <https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=892220&pesq=%22Jose%20Grobe%22&hf=memoria.bn.br&pagfis=112>. Acesso em: 16 maio 2023.

DIRIGENTES da CUT e da CGT avaliam o discurso de Sarney. **Correio de Notícias**. Curitiba, 6 de dezembro de 1986. Disponível em: https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=325538_01&pesq=%22Matias%20Alenor%20Martins%22&hf=memoria.bn.br&pagfis=15404. Acesso em: 25 maio 2023.

HOMENAGENS PÓSTUMAS. **10º Contingente - 3º Sgt. Shingo Kuba**. Disponível em: [HOMENAGENS PÓSTUMAS \(batalhaosuez.com.br\)](https://legisladoexterno.curitiba.pr.gov.br/VisualizarHTML.aspx?id=27997). Acesso em: 01 jun. 2023. <https://legisladoexterno.curitiba.pr.gov.br/VisualizarHTML.aspx?id=27997>. Acesso em: 30 mar. 2023.

IPPUC. **Infocuritiba**. Meio Ambiente. Disponível em: <https://infocuritiba.ippuc.org.br/>. Acesso em: 20 mar. 2025.

NASCIMENTOS. Ana Maria. **Diário da Tarde**. Curitiba, 31 de janeiro de 1957. Disponível em: <https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=800074&pesq=%22Carlos%20Heller%22&pasta=ano%20195&hf=memoria.bn.br&pagfis=89866>. Acesso em: 15 maio 2023.

OLIVEIRA, C. H. S. **Zacarias de Góis e Vasconcelos**. SP: Editora 34, 2002. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5506893/mod_resource/content/2/OLIVEIRA%20C%20Cec%20ADlia%20Helena%20de%20Salles.%20Da%20Natureza%20e%20Limites%20do%20Poder%20Moderador%20e%20a%20Mem%20ria%20do%20Conselheiro%20Zacarias%20de%20G%20is%20e%20Vasconcelos.%20S%20A3o%20Paulo%20Editora%2034%20C%202002%20C%209-54.pdf. Acesso em: 29 mar. 2023.

PEREIRA, L. F. **Legislaturas da Câmara Municipal de Curitiba: 1947-2021**. Curitiba: Câmara Municipal de Curitiba, 2021. Disponível em: <https://www.curitiba.pr.leg.br/informacao/nossa-memoria/ex-vereadores>. Acesso em: 02 mar. 2023.

PONTA GROSSA (PR). Distrito da sede. 1º Ofício. Comarca de Ponta Grossa. Cartório de Registro Civil. Alfredo Sant'Anna Neto. Ilda da Luz de Oliveira. **Certidão de óbito [de] Shingo Kuba**. Registro em 24 de setembro de 1996.

RELAÇÃO dos prefeitos de Curitiba. **Prefeitura Municipal de Curitiba**. 2023. Disponível em: <https://www.curitiba.pr.gov.br/conteudo/relacao-dos-prefeitos-de-curitiba/4>. Acesso em: 15 maio 2023.

SANTOS, E. J. N. **Zacarias de Góis e Vasconcelos**. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2022. Disponível em: https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:XUfi9IulOUcJ:https://bd.camara.leg.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/40774/zacarias_goes_santos.pdf%3Fsequence%3D2%26isAllowed%3Dy&cd=12&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br. Acesso em: 29 mar. 2023.

SEÇÃO DE ARQUIVO E DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA. **Justificativa da nomeação de Egydio José Busnardo em um logradouro na capital**. Curitiba, 1998 [?]. Acervo Câmara Municipal de Curitiba.

SEÇÃO DE ARQUIVO E DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA. **Justificativa da nomeação de Raul Carlos Heller em um logradouro na capital**. Curitiba, 2003. Acervo Câmara Municipal de Curitiba.

SEÇÃO DE ARQUIVO E DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA. **Justificativa da nomeação de José Soares Grobe em um logradouro na capital**. Curitiba, 1996 [?]. Acervo Câmara Municipal de Curitiba.

SEÇÃO DE ARQUIVO E DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA. **Justificativa da nomeação de Antonio Alves da Rocha Loures em um logradouro na capital**. Curitiba, 1981 [?]. Acervo Câmara Municipal de Curitiba.

SEÇÃO DE ARQUIVO E DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA. **Justificativa da nomeação de Humberto Bertoldi em um logradouro na capital**. Curitiba, 1998. Acervo Câmara Municipal de Curitiba.

SEÇÃO DE ARQUIVO E DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA. **Justificativa da nomeação de José Bório em um logradouro na capital**. Curitiba, 1994. Acervo Câmara Municipal de Curitiba.

SEÇÃO DE ARQUIVO E DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA. **Justificativa da nomeação de Matias Alenor Martins em um logradouro na capital**. Curitiba, 1994a. Acervo Câmara Municipal de Curitiba.

SEÇÃO DE ARQUIVO E DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA. **Justificativa da nomeação de Pedro de Almeida em um logradouro na capital**. Curitiba, 1985. Acervo Câmara Municipal de Curitiba.

SEÇÃO DE ARQUIVO E DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA. **Justificativa da nomeação de Francisca Toni Mathias em um logradouro na capital**. Curitiba, 1987 [?]. Acervo Câmara Municipal de Curitiba.

SEÇÃO DE ARQUIVO E DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA. **Justificativa da nomeação do Capitão Shingo Kuba em um logradouro na capital**. Curitiba, 1998 [?]. Acervo Câmara Municipal de Curitiba.

SEÇÃO DE ARQUIVO E DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA. **Justificativa da nomeação do Coronel Almir Silva em um logradouro na capital**. Curitiba, 2001. Acervo Câmara Municipal de Curitiba.

SILVA, J. Zacarias de Góes e Vasconcelos e a crise ministerial de 1868. *In*: Encontro Estadual de História – ANPUH – RS, 14., 2018, Porto Alegre. **Anais eletrônicos...** Porto Alegre: PUCRS, 2018. Disponível em: <http://www.eeh2018.anpuh-rs.org.br/site/anaiscomplementares>. Acesso em: 27 mar. 2023.

SR CARLOS Heller. **Diário da Tarde**. Curitiba, 31 de março de 1952. Disponível em: <https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=800074&pesq=%22Carlos%20Heller%22&pasta=ano%20195&hf=memoria.bn.br&pagfis=81425>. Acesso em: 15 maio 2023.

VANALI, A. C.; CRUZ, K. M. Um exemplo de “old money” no Paraná: a família Rocha Loures. **Revista NEP (Núcleo de Estudos Paranaenses)**. Curitiba, v.2, n.2, p. 1-26, maio 2016. Disponível em: <file:///C:/Users/Usuario/Downloads/46979-179573-1-SM.pdf>. Acesso em: 18 maio 2023.

NOMES DE UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE (POSTOS DE SAÚDE)

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA. **Serviços de saúde**. 2021. Disponível em: <https://www.anvisa.gov.br/servicosade/organiza/index.htm>. Acesso em: 30 maio 2021.

ANTONELLI, D. O homem que colocou ordem na futura capital. **Jornal Plural**, Curitiba, 23 de julho de 2021. Disponível em: <https://www.plural.jor.br/colunas/fragmentos-da-historia/o-homem-que-colocou-ordem-na-futura-capital/>. Acesso em: 12 jun. 2023.

ARTE&ARTISTAS. **Cândido Portinari – biografia resumida**. 2016. Disponível em: <https://arteeartistas.com.br/candido-portinari-biografia-resumida/>. Acesso em: 12 jun. 2023.

BERTUCCI, L. M. Limpar, medicar e educar: considerações sobre a saúde pública em Curitiba nas primeiras décadas do período republicano. **Resgate - Rev. Interdiscip. Cult.**, Campinas, v. 27, n. 2 [38], p. 49-70, jul./dez. 2019. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/resgate/article/view/8656485>. Acesso em: 05 jun. 2023.

BIBLIOTECA DEL CONGRESO NACIONAL DE CHILE – BCN. **Salvador Allende Gossens**. Disponível em: https://www.bcn.cl/historiapolitica/resenas_biograficas/wiki/Salvador_Allende_Gossen_s. Acesso em: 10 jun. 2023.

CASA CIVIL. **João Cândido Ferreira**. Disponível em: <https://www.casacivil.pr.gov.br/Pagina/Joao-Candido-Ferreira>. Acesso em: 07 jun. 2023.

CURITIBA ACUMULA distinções em 35 prêmios de relevância nacional e internacional desde 2014. **Prefeitura Municipal de Curitiba**. Curitiba, 13 de dezembro de 2016. Disponível em: <https://www.curitiba.pr.gov.br/noticias/curitiba-acumula-distincoes-em-35-premios-de-relevancia-nacional-e-internacional-desde-2014/38186>. Acesso em: 05 jun. 2023.

CURITIBA SPACE. **Quem foi: João Cândido Ferreira**. Disponível em: [Quem foi: João Cândido Ferreira | Curitiba Space - Sinta a sua cidade](#). Acesso em: 07 jun. 2023.

CURITIBA. Decreto 1.240, de 30 de agosto de 1968. Aprovando planta de loteamento dos terrenos de propriedade de Celso C. Osternack. Texto consolidado. **Leis Municipais**. Disponível em: [Decreto 1240 1968 de Curitiba PR](#) (leismunicipais.com.br). Acesso em: 15 jun. 2023.

CURITIBA. Decreto 185, de 22 de março de 1989. Dispõe sobre alteração de denominação de centro de saúde. Texto consolidado. **Leis Municipais**. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/c/curitiba/decreto/1989/19/185/decreto-n-185-1989-dispoe-sobre-alteracao-de-denominacao-de-centro-de-saude?q=Allende>. Acesso em: 10 jun. 2023.

CURITIBA. Decreto 812, de 07 de agosto de 1997. Cria o Distrito Sanitário - Bairro Novo e dispõe sobre demais alterações na estrutura organizacional da secretaria municipal da saúde. Texto consolidado. **Leis Municipais**. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/c/curitiba/decreto/1997/82/812/decreto-n-812-1997-cria-o-distrito-sanitario-bairro-novo-e-dispoe-sobre-demais-alteracoes-na-estrutura-organizacional-da-secretaria-municipal-da-saude?q=812>. Acesso em: 16 dez. 2023.

CURITIBA. Decreto 257, de 29 de abril de 1998a. Dispõe sobre a criação de unidade orgânica e funcional na estrutura organizacional da secretaria municipal da saúde. Texto consolidado. **Leis Municipais**. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/c/curitiba/decreto/1998/26/257/decreto-n-257-1998-dispoe-sobre-a-criacao-de-unidade-organica-e-funcional-na-estrutura-organizacional-da-secretaria-municipal-da-saude?q=Portinari>. Acesso em: 12 jun. 2023.

CURITIBA. Decreto 653, de 29 de setembro de 1998b. Dispõe sobre a criação de unidade orgânica e funcional na estrutura organizacional da secretaria municipal da saúde. Texto consolidado. **Leis Municipais**. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/c/curitiba/decreto/1998/66/653/decreto-n-653-1998-dispoe-sobre-a-criacao-de-unidade-organica-e-funcional-na-estrutura-organizacional-da-secretaria-municipal-da-saude?q=653>. Acesso em: 16 dez. 2023.

FUNDARJ. **História da Ouvidoria**. Disponível em: https://www.gov.br/fundaj/pt-br/canais_atendimento/ouvidoria-da-fundaj/historia-da-ouvidoria#:~:text=No%20Brasil%20Col%C3%B4nia%2C%20a%20figura,o%20que%20acontecia%20na%20col%C3%B4nia. Acesso em: 12 jun. 2023.

INSTITUTO DE ESTUDOS AVANÇADOS DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. **João Cândido Portinari**. Disponível em: <http://www.iea.usp.br/pessoas/pasta-pessoaj/joao-candido-portinari>. Acesso em: 12 jun. 2023.

JK. CPDOC. **Biografias – Cândido Portinari**. Disponível em: <https://jk.cpdoc.fgv.br/biografia/candido-portinari>. Acesso em: 12 jun. 2023.

LIBLIK, C. S. F. K. A atuação médico-sanitária nos municípios rurais do Paraná (1918 – 1930). *Intellèctus*, Ano XV, n.1, 2016. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/intellectus/article/view/21982/17648>. Acesso em: 05 jun. 2023.

LOEWEN, E. V. **Ouvidores-Régios**, administração colonial e cultura jurídica na primeira metade do século XVIII. 56f. Monografia (Bacharelado em Direito). Setor de Ciências Jurídicas da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/42451/108.pdf?sequence=1&isAllo wed=y>. Acesso em: 12 jun. 2023.

MACEDO, R. G. de. **Curitiba Luz dos Pinhais**. Curitiba: Solar do Rosário, 2016. Disponível em: https://solardorosario.com.br/wp-content/uploads/2018/10/CuritibaLuzdosPinhais_digital_01.pdf. Acesso em: 05 jun. 2023.

MUSEU CASA DE PORTINARI. **Cândido Portinari – Vida**. Disponível em: <https://www.museucasadeportinari.org.br/candido-portinari/vida/>. Acesso em: 12 jun. 2023.

OLIVEIRA, M. R. A regulamentação dos serviços de água e esgoto no século XIX: uma abordagem sobre o desempenho institucional da Câmara Municipal de Curitiba (1871-1900). In: CONFERÊNCIA MEMÓRIA POLÍTICA DE CURITIBA, 1, **Anais...** Curitiba: Câmara Municipal de Curitiba / Escola do Legislativo, 2016, pp. 189-211.

PARANÁ, S. **Galeria Paranaense**: notas biográficas. 1º Centenário de independência do Brasil. Centro de Letras do Paraná, 1922. Disponível em: https://site.mppr.mp.br/sites/hotsites/arquivos_restritos/files/documento/2023-03/galeria_paranaense_notas_biographicas_1922_reduzido.pdf. Acesso em: 17 nov. 2023.

PIETTA. G. **Medicina, eugenia e saúde pública**: João Candido Ferreira e um receituário para a nação (1888-1938). 214f. Dissertação (Mestrado em História). Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Estadual do Centro Oeste do Paraná – UNICENTRO, Irati, 2015. Disponível em: [TEDE: MEDICINA, EUGENIA E SAÚDE PÚBLICA: JOÃO CANDIDO FERREIRA E UM RECEITUÁRIO PARA A NAÇÃO \(1888-1938\) \(unicentro.br\)](https://tede.unicentro.br/tecdetachado/medicina_eugenia_e_saude_publica_joao_candido_ferreira_e_um_receituario_para_a_nacao_1888-1938). Acesso em: 07 jun. 2023.

SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE. **Histórico da Secretaria**. 2021. Disponível em: <https://saude.curitiba.pr.gov.br/a-secretaria/historico-da-secretaria.html> . Acesso em: 05 jun. 2023.

SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE. **Localização de serviços de saúde**. 2021. Disponível em: <https://saude.curitiba.pr.gov.br/a-secretaria/localizacao-de-servicos-da-saude.html> . Acesso em: 05 jun. 2023.

SERVIÇO militar. **A notícia**. Curitiba, 13 de abril de 1907. Disponível em: [A Notícia \(PR\) - 1905 a 1908 - DocReader Web \(bn.br\)](#). Acesso em: 13 jun. 2023.

TORTATO, M. Feira da fraude, ou de como somos todos enganados. **Correio de Notícias**. Curitiba, 5 de outubro de 1984. Disponível em: [Correio de Notícias \(PR\) - 1980 a 1989 - DocReader Web \(bn.br\)](#). Acesso em: 13 jun. 2023.

NOMES DE ESCOLAS MUNICIPAIS

ABREU, D. **Carreira e perfil do profissional da educação na Rede Municipal de Curitiba**: história e impacto da política brasileira de valorização do magistério. 201f. (Dissertação). Área de Educação, Cultura e Tecnologia, Linha de Pesquisa Políticas e Gestão da Educação do Curso de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2008. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/33787/R%20-%20D%20-%20DIANA%20CRISTINA%20DE%20ABREU.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 18 jul. 2023.

ACADEMIA PARANAENSE DE LETRAS. **Cadeira 13** – Fundador – Enéas Marques dos Santos. Disponível em: <http://academiaparanaensedeletras.com.br/cadeira-13/cadeira-13-fundador/>. Acesso em: 15 ago. 2023.

ACADEMIA PARANAENSE DE LETRAS. **Cadeira 26** – Fundador. Francisco Heráclito Ferreira Leite (1889-1982). Disponível em: <http://academiaparanaensedeletras.com.br/cadeira-26/cadeira-26-fundador/>. Acesso em: 10 ago. 2023.

ACADEMIA PARANAENSE DE LETRAS. **Dario Nogueira dos Santos**. Disponível em: <http://academiaparanaensedeletras.com.br/cadeira-37/cadeira-37-2o-ocupante/>. Acesso em: 16 ago. 2023.

ÁLVARO Borges. In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira. São Paulo: Itaú Cultural, 2023. Disponível em: <https://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa22275/alvaro-borges>. Acesso em: 03 ago. 2023. Verbetes da Enciclopédia.

AMBIRES, J. D. O Neorrealismo em Portugal: escritores, história e estética. **Revista Trama**, vol. 9, nº17, 2013, p. 95-107. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/trama/article/view/8207/6054>. Acesso em: 02 ago. 2023.

ARAÚJO FREIRE, A. M. A voz da esposa: a trajetória de Paulo Freire. In: GADOTTI, M. (organizador). **Paulo Freire: uma biografia**. São Paulo: Cortez Editora, 1996. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4144514/mod_resource/content/1/FPF_PTPF_12_069.pdf. Acesso em: 26 jul. 2023.

ARAÚJO, S. A. C. **Júlia Wanderley: uma mulher-mito (1874-11918)**. 183f. (Dissertação de mestrado). Programa de Pós Graduação em Educação, Linha: História e Historiografia da Educação, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná.

Curitiba, 2010. Disponível em:

<https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/25998/Professora%20Julia%20Wanderley%20-%20uma%20mulher%20-%20mito.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 25 jul. 2023.

ASSEMBLEIA Universitária. **Diário da Tarde**. Curitiba, 9 de julho de 1946.

Disponível em:

<https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=800074&pesq=%22Alfredo%20de%20Assis%20Gon%C3%A7alves%22&hf=memoria.bn.br&pagfis=71129>. Acesso em: 17 ago. 2023.

BOLETIM CASA ROMÁRIO MARTINS. **Memória da Rede Municipal de Ensino de Curitiba 1983-1998**. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, v. 33, n.º 143, 2010.

Disponível em:

https://pergamum.curitiba.pr.gov.br/vinculos/monogr/Texto/boletim_romario_143.pdf. Acesso em: 17 jul. 2023.

BOLETIM CASA ROMÁRIO MARTINS. **Memória da Rede Municipal de Ensino de Curitiba 1963-1982**. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, v. 30, n.133, mar.

2007. Disponível em:

https://pergamum.curitiba.pr.gov.br/vinculos/monogr/Texto/boletim_romario_133.pdf. Acesso em: 17 jul. 2023.

BRAGA, L. **Biografia Carlo Drummond de Andrade**. Coleção Folha Grandes

Escritores Brasileiros. Disponível em:

https://escritores.folha.com.br/drummond_andrade-biografia.html. Acesso em: 14 ago. 2023.

BRASIL. **Constituição** (1988). Constituição: República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em:

https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em: 17 jul. 2023.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Cassio Taniguchi**. Disponível em:

<https://www.camara.leg.br/deputados/141404/biografia>. Acesso em: 18 ago. 2023.

CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA. **Homenageados 60 anos do Clube**

Soroptimista de Curitiba. 2021. Disponível em:

<https://www.curitiba.pr.leg.br/informacao/noticias/homenageados-60-anos-do-clubesoroptimista-de-curitiba>. Acesso em: 01 ago. 2023.

CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA. **Vereador Rodrigo Reis (União)**.

Disponível em: <https://www.curitiba.pr.leg.br/vereadores/vereadores-18a-legislatura/rodrigo-reis>. Acesso em: 18 ago. 2023.

CARLOS DRUMMOND DE ANDRADE. **Vida e cronologia**. Disponível em:

<https://www.carlosdrummond.com.br/conteudos/visualizar/Cronologia>. Acesso em: 14 ago. 2023.

CIDADES DO MEU BRASIL. **Município de Enéas Marques**. Disponível em: https://www.cidadesdomeubrasil.com.br/pr/eneas_marques. Acesso em: 15 ago. 2023.

CONTRACTO de casamento. **A República**. Curitiba, 23 de dezembro de 1912. Disponível em: <https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=215554&pesq=%22Alfredo%20de%20Assis%20Gon%C3%A7alves%22&hf=memoria.bn.br&pagfis=26490>. Acesso em: 17 ago. 2023.

CRUZ, A. D. da. **Helena Kolody**: a poesia da inquietação. Marechal Cândido Rondon: Edunioeste, 2010.

CURITIBA (PR). Cartório Bacharel Agostinho Ermelino de Leão Neto. **Certidão de óbito [de] América da Costa Saboia**. Registro em: 21 nov. 1983.

CURITIBA (PR). Cartório Bacharel Ermelino de Leão Neto. **Certidão de óbito [de] Miracy Rodrigues de Araújo**. Registro em: 05 dez. 1991.

CURITIBA (PR). Cartório de Registro Civil 3º Ofício. **Certidão de óbito [de] Pompília Lopes dos Santos**. Registro em: 10 maio 1993.

CURITIBA (PR). Cartório de Registro Civil da Cidade Industrial. **Certidão de óbito [de] Álvaro Borges**. Registro em: 31 out. 1994.

CURITIBA (PR). Cartório do Bacacheri. **Certidão de óbito [de] Rachel Mader Gonçalves**. Registro em: 10 set. 2001.

CURITIBA. Decreto 398, de 30 de setembro de 1983. Cria escolas. Lei consolidada. **Leis Municipais**. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/c/curitiba/decreto/1983/40/398/decreto-n-398-1983-cria-escolas?q=heitor%20de%20alencar%20furtado>. Acesso em: 31 jul. 2023.

CURITIBA. Decreto 492, de 08 de novembro de 1988. Dispõe sobre a alteração de denominação de escola municipal. **Leis Municipais**. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/c/curitiba/decreto/1988/49/492/decreto-n-492-1988-dispoe-sobre-a-alteracao-de-denominacao-de-escola-municipal>. Acesso em: 07 ago. 2023.

CURITIBA. Decreto 526, de 28 de novembro de 1988. Cria escolas municipais no Departamento de Ensino, da Secretaria Municipal da Educação. Lei consolidada. **Leis Municipais**. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/c/curitiba/decreto/1988/53/526/decreto-n-526-1988-cria-escolas-municipais-no-departamento-de-ensino-da-secretaria-municipal-da-educacao?q=Sidonio%20Muralha>. Acesso em: 02 ago. 2023.

CURITIBA. Decreto 733, de 20 de novembro de 1991. Dispõe sobre a denominação da escola municipal. Lei consolidada. **Leis Municipais**. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/c/curitiba/decreto/1991/74/733/decreto-n-733-1991-dispoe-sobre-a-denominacao-da-escola-municipal?q=Am%20E9rica%20da%20Costa%20Saboia>. Acesso em: 01 ago. 2023.

CURITIBA. Decreto 761, de 27 de outubro de 1992. Altera denominação de escolas municipais. **Leis Municipais**. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/c/curitiba/decreto/1992/77/761/decreto-n-761-1992-altera-denominacao-de-escolas-municipais?q=Drummond%20>. Acesso em: 14 ago. 2023.

CURITIBA. Decreto 1.226, de 29 de outubro de 1993. Cria escolas municipais no Núcleo Regional da Educação - Pinheirinho, da Secretaria Municipal da Educação e dá outras providências. **Leis Municipais**. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/c/curitiba/decreto/1993/123/1226/decreto-n-1226-1993-cria-escolas-municipais-no-nucleo-regional-da-educacao-pinheirinho-da-secretaria-municipal-da-educacao-e-da-outras-providencias?q=dona%20lulu>. Acesso em: 25 jul. 2023.

CURITIBA. Decreto 410, de 01 de junho de 1994. Altera a denominação de unidade escolar. Lei consolidada. **Leis Municipais**. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/c/curitiba/decreto/1994/41/410/decreto-n-410-1994-altera-a-denominacao-de-unidade-escolar?q=C%E2ndido%20Portinari>. Acesso em: 03 ago. 2023.

CURITIBA. Decreto 135, de 22 de março de 2002. Dispõe sobre a criação de unidades orgânicas e funcionais na estrutura da Secretaria Municipal da Educação. **Leis Municipais**. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/c/curitiba/decreto/2002/14/135/decreto-n-135-2002-dispoe-sobre-a-criacao-de-unidades-organicas-e-funcionais-na-estrutura-da-secretaria-municipal-da-educacao?q=En%E9as%20Marques%20dos%20Santos>. Acesso em: 15 ago. 2023.

CURITIBA. Decreto 439, de 19 de março de 2012. Dispõe sobre a criação e alteração de denominação de unidades orgânicas e funcionais e suas respectivas funções gratificadas na Secretaria Municipal da Educação. **Leis Municipais**. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/c/curitiba/decreto/2012/44/439/decreto-n-439-2012-dispoe-sobre-a-criacao-e-alteracao-de-denominacao-de-unidades-organicas-e-funcionais-e-suas-respectivas-funcoes-gratificadas-na-secretaria-municipal-da-educacao?q=Professor+Brand%C3%A3o>. Acesso em: 10 ago. 2023.

CURITIBA. Lei Ordinária 5.586, de 13 de julho de 1977. Denomina de Rua Professora Dona Lulú, uma das vias públicas da capital". Texto Consolidado. **Leis Municipais**. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/c/curitiba/lei-ordinaria/1977/558/5586/lei-ordinaria-n-5586-1977->. Acesso em: 25 jul. 2023.

CURITIBA. Lei Ordinária 7994, de 13 de agosto de 1992. Denomina Professora Miracy Rodrigues de Araújo uma das escolas públicas da capital ainda não nominadas. Texto Consolidado. **Leis Municipais**. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/c/curitiba/lei-ordinaria/1992/800/7994/lei-ordinaria-n-7994-1992-denomina-de-professora-miracy-rodrigues-de-araujo-uma-das-escolas-publicas-da-capital-ainda-nao-nominadas?q=miracy>. Acesso em: 19 jul. 2023.

CURITIBA. Lei Ordinária 8298, de 09 de novembro de 1993. Denomina de Professora Pompília Lopes dos santos, uma das escolas públicas da capital. **Leis Municipais**. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/c/curitiba/lei-ordinaria/1993/829/8298/lei-ordinaria-n-8298-1993->. Acesso em: 16 ago. 2023.

CURITIBA. Lei Ordinária 8298, de 09 de novembro de 1993. Denomina de Professora Pompília Lopes dos santos, uma das escolas públicas da capital. **Sistema de Proposições Legislativas**. Disponível em: https://www.cmc.pr.gov.br/wspl/sistema/BibLegVerForm.do?select_action=&ordena=Lei%20ordin%C3%A1ria%208%20298%201993&nor_id=9223&popup=s&chamado_por_link&pesquisa=Pompilia. Acesso em: 16 ago. 2023.

CURITIBA. Lei Ordinária 8.379, de 23 de março de 1994. Concede o Título de Vulto Emérito de Curitiba à senhora Rachel Mader Gonçalves. **Leis Municipais**. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/c/curitiba/lei-ordinaria/1994/838/8379/lei-ordinaria-n-8379-1994-concede-o-titulo-de-vulto-emerito-de-curitiba-a-senhora-rachel-mader-goncalves?q=Rachel%20Mader%20Gon%20alves>. Acesso em: 17 ago. 2023.

CURITIBA. Lei Ordinária 8.645, de 25 de maio de 1995. Denomina de Álvaro Borges uma das escolas públicas da capital. **Leis Municipais**. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/pdf/Lei-ordinaria-8645-1995-Curitiba-PR.pdf>. Acesso em: 03 ago. 2023.

CURITIBA. Lei Ordinária 8.818, de 16 de abril de 1996. Denomina de Professora Rejane Maria Silveira Sachette, uma das escolas públicas da capital". Lei consolidada. **Leis Municipais**. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/c/curitiba/lei-ordinaria/1996/882/8818/lei-ordinaria-n-8818-1996-denomina-de-professora-rejane-maria-silveira-sachette-uma-das-escolas-publicas-da-capital?q=Rejane%20Maria%20Silveira%20Sachette>. Acesso em: 28 jul. 2023.

CURITIBA. Lei Ordinária 9.153, de 08 de outubro de 1997. Denomina de Paulo Freire, um estabelecimento escolar da rede municipal de ensino da capital, ainda não nominado. Lei consolidada. **Leis Municipais**. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/pdf/Lei-ordinaria-9153-1997-Curitiba-PR.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2023.

CURITIBA. Lei Ordinária 10.455, de 23 de maio de 2002. Denomina de Rachel Mader Gonçalves, uma das escolas da rede municipal de ensino, ainda não nominada. **Leis Municipais**. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/c/curitiba/lei-ordinaria/2002/1046/10455/lei-ordinaria-n-10455-2002-denomina-de-rachel-mader-goncalves-uma-das-escolas-da-rede-municipal-de-ensino-ainda-nao-nominada?q=Rachel+Mader+Gon%20alves>. Acesso em: 17 ago. 2023.

CURITIBA. Lei Ordinária 11.185, de 10 de novembro de 2004. Altera a lei nº 11.020 de 17 de junho de 2004, que denomina de Helena Kolody, um dos logradouros públicos da capital, ainda não nominado. **Leis Municipais**. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/c/curitiba/lei-ordinaria/2004/1119/11185/lei-ordinaria-n-11185-2004-altera-a-lei-n-11020-de-17-de-junho-de-2004-que-denomina-de-helena-kolody-um-dos-logradouros-publicos-da-capital-ainda-nao-nominado?q=Helena%20Kolody>. Acesso em: 08 ago. 2023.

CURITIBA. Lei Ordinária 11.515, de 19 de setembro de 2005. Declara o dia 12 de outubro como Dia da Poesia Curitibana. **Leis Municipais**. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/c/curitiba/lei-ordinaria/2005/1152/11515/lei-ordinaria-n-11515-2005-declara-o-dia-12-de-outubro-como-dia-da-poesia-curitibana?q=dia%20da%20poesia>. Acesso em: 08 ago. 2023.

DE LUCTO Coronel Maeder. **O Dia**. Curitiba, 14 de setembro de 1930. Disponível em: <https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=092932&pesq=%22Maria%20Rosa%20Mader%20Gon%C3%A7alves%22&hf=memoria.bn.br&pagfis=18097>. Acesso em: 17 ago. 2023.

EIS OS APROVADOS do vestibular. **Diário do Paraná**. Curitiba, 16 de janeiro de 1973. Disponível em: <https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=761672&Pesq=%22Rejane%20Maria%22&pagfis=90467>. Acesso em: 28 jul. 2023.

ENCARTE – repercute a morte de Alencar Furtado. **Diário da Tarde**. Curitiba, 23 de outubro de 1982. Disponível em: <https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=800074&pesq=%22Heitor%20Alencar%20Furtado%22&pasta=ano%20198&hf=memoria.bn.br&pagfis=151702>. Acesso em: 29 jul. 2023.

ESCOLA Normal – a colação de grau das professoras de 1929. **A República**. Curitiba, 24 de dezembro de 1929. Disponível em: <https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=215554&pesq=%22Miracy%20Rodrigues%22&hf=memoria.bn.br&pagfis=40055>. Acesso em: 19 jul. 2023.

FALECIMENTOS. **A República**. Curitiba, 23 de julho de 1904. Disponível em: <https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=215554&pesq=%22Ricardo%20da%20Costa%20Junior%22&hf=memoria.bn.br&pagfis=15863>. Acesso em: 01 ago. 2023.

FALECIMENTOS. **O Dia**. Curitiba, 1º de outubro de 1939. Disponível em: [O Dia \(PR\) - 1923 a 1961 - DocReader Web \(bn.br\)](#). Acesso em: 19 jul. 2023.

FANGUEIRO, M. S. **Emílio de Meneses**. Periódicos & Literatura. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/dossies/periodicos-literatura/personagens-periodicos-literatura/emilio-de-meneses/>. Acesso em: 10 ago. 2023.

FRASÃO, D. **Paulo Freire**. Disponível em: https://www.ebiografia.com/paulo_freire/. Acesso em: 26 jul. 2023.

FONTES, L. C. dos S. A terra estrangeira de Helena Kolody. **Graphos** – Revista da Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal da Paraíba. Vol. 9, n. 1, 2007. p. 167-179. Disponível em: <https://www.todapalavraeditora.com.br/shared/arquivos/4c4fac1716.pdf>. Acesso em: 21 out. 2024.

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. Centro Sérgio Buarque de Holanda de documentação histórica e política. **Heitor de Alencar Furtado (advogado e político)**. Disponível em: <https://acervo.fpabramo.org.br/index.php/heitor-furtado-deputado-federal-pelo-mdb>. Acesso em: 29 jul. 2023.

FUNDAÇÃO SIDÔNIO MURALHA. **Biografia de Sidônio Muralha**. Disponível em: <https://fundacaosidoniomuralha.org.br/index.php/ct-menu-item-11/ct-menu-item-12>. Acesso em: 02 ago. 2023.

GASPAR, L. **Sidônio Muralha. Biografia**. Disponível em: http://www.truca.pt/ouro/biografias1/sidonio_muralha.html. Acesso em: 02 ago. 2023.

GIRO nas ruas desta segunda é na rua Professor Brandão. **Band News**. Curitiba, 10 de dezembro de 2018. Disponível em: <https://bandnewsfmcritiba.com/giro-nas-ruas-desta-segunda-e-na-rua-professor-brandao/>. Acesso em: 11 ago. 2023.

GUIA DAS ARTES. **Álvaro Borges**: biografia. Disponível em: <https://www.guiadasartes.com.br/alvaro-borges/obras-e-biografia>. Acesso em: 03 ago. 2023.

HÓSPEDES E VIAJANTES. **O Rio-Negrense**. Rio Negro, 12 de outubro de 1926. Disponível em: <https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=721034&Pesq=%22Ricardo%20da%20Costa%22&pagfis=317>. Acesso em: 01 ago. 2023.

J. J. BETTEGA faz 30 anos de brevet. **Diário do Paraná**. Curitiba, 25 de agosto de 1974. Disponível em: <https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=761672&pesq=%22Maria%20da%20Luz%20Seiler%20Veiga%22&hf=memoria.bn.br&pagfis=99832>. Acesso em: 25 jul. 2023.

JOÃO Batista Brandão de Proença. **Diário do Paraná**. Curitiba, 17 de novembro de 1947. Disponível em: <https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=171433&pesq=%22Jo%C3%A3o%20Batista%20Brand%C3%A3o%20de%20Proen%C3%A7a%22&hf=memoria.bn.br&pagfis=4935>. Acesso em: 10 ago. 2023.

LERNER entrega mais uma escola. **Correio de Notícias**. Curitiba, 18 de julho de 1979. Disponível em: https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=325538_00&pesq=%22Augusta%20Gl%C3%BCck%20Ribas%22&hf=memoria.bn.br&pagfis=12638. Acesso em: 19 jul. 2023.

MARINGÁ HISTÓRICA. **O moço Heitor de Alencar Furtado** – abril de 1978. Disponível em: <https://www.maringahistorica.com.br/publicacoes/3152/o-moco-heitor-alencar-furtado-abril-de-1978>. Acesso em: 29 jul. 2023.

MCAA RECEBE obras de José Daros, aluno de Andersen notório pelos seus retratos. **Revista Museu**. Curitiba, 17 de março de 2022. Disponível em: <https://www.revistamuseu.com.br/site/br/noticias/nacionais/13684-17-03-2022-mcaa->

[recebe-obras-de-jose-daros-aluno-de-andersen-notorio-pelos-seus-retratos.html](#). Acesso em: 03 ago. 2023.

MILLARCH, A. Os 90 anos de dona Pompília, a mestre de várias gerações. **O Estado do Paraná**. Curitiba, 05 de agosto de 1990. Disponível em: <https://www.millarch.org/artigo/os-90-anos-de-dona-pompilia-mestre-de-varias-geracoes>. Acesso em: 16 ago. 2023.

MUNIZ, F. G. **Experiência docente no século XIX**: trajetórias de professores de primeiras letras da 5ª Comarca da Província de São Paulo e da Província do Paraná. 215f. Dissertação de mestrado. Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2012. Disponível em: http://www.usp.br/niephe/publicacoes/docs/FABIANA_GARCIA_MUNHOZ_rev.pdf. Acesso em: 10 ago. 2023.

NECROLOGIA. **Diário da Tarde**. Curitiba, 10 de janeiro de 1914. Disponível em: <https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=800074&pesq=%22Gustavo%20Seiler%22&hf=memoria.bn.br&pagfis=18565>. Acesso em: 25 jul. 2023.

NEOLIBERALISMO. *In*: HISTEDBR. Coleção Navegando Pela História Brasileira. Disponível em: <https://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/neoliberalismo>. Acesso em: 18 jul. 2023.

O CENTENÁRIO de Pompília. **Folha de Londrina**. Londrina, 06 de agosto de 2000. Disponível em: <https://www.folhadelondrina.com.br/folha-2/o-centenario-de-pompilia-295047.html?d=1>. Acesso em: 16 ago. 2023.

OCEANO DE LETRAS. **Lygia Lopes dos Santos**. Disponível em: <https://nuhtaradahab.wordpress.com/2010/05/19/lygia-lopes-dos-santos-1934/>. Acesso em: 16 ago. 2023.

OLIVEIRA, R. C. O. **Na teia do nepotismo**. Curitiba: Insight, 2012.

OS VINHOS de Amuréros. **A República**. 4 de maio de 1914. Disponível em: <https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=215554&pesq=%22Gustavo%20Seiler%22&hf=memoria.bn.br&pagfis=28128>. Acesso em: 25 jul. 2023.

PEREIRA, E. M. A. **Contexto Social e Biografia de Paulo R. N. Freire**. Disponível em: https://www.gepes.fe.unicamp.br/pf-gepes/paulo_freire-biografia.pdf. Acesso em: 26 jul. 2023.

PEREIRA, L. F. **Legislaturas da Câmara Municipal de Curitiba**: 1947-2021. Curitiba: Câmara Municipal de Curitiba, 2021. Disponível em: <https://www.curitiba.pr.leg.br/informacao/nossa-memoria/ex-veredores>. Acesso em: 02

PINHEIRO, L. SANTOS, **Generoso Marques dos**. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/SANTOS,%20Generoso%20Marques%20dos.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2023.

PODLASEK, L. Helena Kolody: imigração ucraniana, magistério e poesia. **Revista NEP -Núcleo de Estudos Paranaenses**, Curitiba, v. 9, n. 1, jun. 2023. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/nep/article/view/91645/49708>. Acesso em: 08 ago. 2023.

PRESENÇA paranaense na paulicéia, em grande estilo. **Diário da Tarde**. Curitiba, 5 de outubro de 1982. Disponível em: <https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=800074&Pesq=Sachete&pagfis=151587>. Acesso em: 28 jul. 2023.

PUC-SP. **Lideranças Políticas** – Carlos Alberto Richa. Disponível em: <https://neamp.pucsp.br/liderancas/carlos-alberto-richa>. Acesso em: 18 jul. 2023.

REVERBEL, P. Morre ex-deputado Alencar Furtado, símbolo da luta contra a ditadura. **Página 3**. Camboriú, 11 de janeiro de 2021. Disponível em: <https://pagina3.com.br/obituario/morre-ex-deputado-alencar-furtado-simbolo-da-luta-contra-a-ditadura/>. Acesso em: 31 jul. 2023.

RICARDO COSTA. **A República**. Curitiba, 25 de agosto de 1904. Disponível em: <https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=215554&pesq=%22Ricardo%20da%20Costa%20Junior%22&hf=memoria.bn.br&pagfis=15975>. Acesso em: 01 ago. 2023.

SANTANNA, M. Vítimas do Paraná se reúnem todo mês. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 31 de dezembro de 1995. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/12/31/cotidiano/4.html>. Acesso em: 28 jul. 2023.

SAUDAÇÕES. **Diário da Tarde**. Curitiba, 13 de julho de 1903. Disponível em: <https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=800074&pesq=%22Ricardo%20da%20Costa%20Junior%22&hf=memoria.bn.br&pagfis=4520>. Acesso em: 01 ago. 2023.

SEÇÃO DE ARQUIVO E DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA. **Justificativa da nomeação de Augusta Glück Ribas em uma escola municipal na capital**. Curitiba, 1979 [?]. Acervo Câmara Municipal de Curitiba.

SEÇÃO DE ARQUIVO E DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA. **Justificativa da nomeação de Miracy Rodrigues de Araújo em uma escola municipal na capital**. Curitiba, 1992 [?]. Acervo Câmara Municipal de Curitiba.

SEÇÃO DE ARQUIVO E DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA. **Justificativa da nomeação de Paulo Freire em uma escola municipal na capital**. Curitiba, 1997. Acervo Câmara Municipal de Curitiba.

SEÇÃO DE ARQUIVO E DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA. **Justificativa da nomeação de Rejane Maria Silveira Sachette em uma escola municipal na capital**. Curitiba, 1995. Acervo Câmara Municipal de Curitiba.

SEÇÃO DE ARQUIVO E DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA. **Justificativa da nomeação de Heitor de Alencar Furtado em uma rua na capital.** Curitiba, 1983. Acervo Câmara Municipal de Curitiba.

SEÇÃO DE ARQUIVO E DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA. **Justificativa da nomeação de América da Costa Saboia em um logradouro na capital.** Curitiba, 1991[?]. Acervo Câmara Municipal de Curitiba.

SEÇÃO DE ARQUIVO E DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA. **Justificativa da nomeação de Álvaro Borges em um logradouro na capital.** Curitiba, 1994. Acervo Câmara Municipal de Curitiba.

SEÇÃO DE ARQUIVO E DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA. **Justificativa da nomeação de Helena Kolody em um logradouro na capital.** Curitiba, 2004. Acervo Câmara Municipal de Curitiba.

SEÇÃO DE ARQUIVO E DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA. **Justificativa da nomeação de Enéas Marques dos Santos em um logradouro na capital.** Curitiba, 1961. Acervo Câmara Municipal de Curitiba.

SEÇÃO DE ARQUIVO E DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA. **Justificativa da nomeação de Pompília Lopes dos Santos em uma rua da capital.** Curitiba, 1993. Acervo Câmara Municipal de Curitiba.

SEÇÃO DE ARQUIVO E DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA. **Justificativa da nomeação de Rachel Mader Gonçalves em um logradouro na capital.** Curitiba, 2002. Acervo Câmara Municipal de Curitiba.

SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO. **Memórias RME:** Escola Municipal Prof.^a Augusta Glück Ribas – EIEF. Curitiba, 2023 a. Disponível em: <https://educacao.curitiba.pr.gov.br/conteudo/escola-municipal-prof-augusta-gluck-ribas-eief/6909>. Acesso em: 19 jul. 2023.

SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO. **Memórias RME:** Escola Municipal Dona Lulu – EIEF. Curitiba, 2023 b. Disponível em: <https://educacao.curitiba.pr.gov.br/conteudo/escola-municipal-dona-lulu-eief/6566>. Acesso em: 25 jul. 2023.

SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO. **Memórias RME:** Escola Municipal Dona Lulu – EF. Curitiba, 2023 c. Disponível em: <https://educacao.curitiba.pr.gov.br/conteudo/escola-municipal-dona-lulu-ef/6833>. Acesso em: 25 jul. 2023.

SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO. **Memórias RME:** Escola Municipal Professora Rejane Maria Silveira Sachette – EF. Curitiba, 2023 d. Disponível em:

<https://educacao.curitiba.pr.gov.br/conteudo/escola-municipal-prof-rejane-maria-silveira-sachette-ef/6604>. Acesso em: 28 jul. 2023.

SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO. **Memórias RME**: Escola Municipal CEI Heitor de Alencar Furtado - EF. Curitiba, 2023 e. Disponível em: <https://educacao.curitiba.pr.gov.br/conteudo/escola-municipal-cei-heitor-de-alencar-furtado-ef/6552>. Acesso em: 29 jul. 2023.

SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO. **Memórias RME**: Escola Municipal Prof.^a América da Costa Saboia - EF. Curitiba, 2023 f. Disponível em: <https://educacao.curitiba.pr.gov.br/conteudo/escola-municipal-prof-america-da-costa-saboia-ef/6602>. Acesso em: 01 ago. 2023.

SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO. **Memórias RME**: Escola Municipal Prof. Brandão - EF. Curitiba, 2023 g. Disponível em: <https://educacao.curitiba.pr.gov.br/conteudo/escola-municipal-prof-brandao-ef/6609>. Acesso em: 10 ago. 2023.

SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO. **Memórias RME**: Escola Municipal CEI Carlos Drummond de Andrade - EF. Curitiba, 2023 g. Disponível em: <https://educacao.curitiba.pr.gov.br/conteudo/escola-municipal-cei-carlos-drummond-de-andrade-ef/6548>. Acesso em: 14 ago. 2023.

SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO. **Memórias RME**: Escola Municipal Prof. Enéas Marques dos Santos - EIEF. Curitiba, 2023 i. Disponível em: <https://educacao.curitiba.pr.gov.br/conteudo/escola-municipal-prof-eneas-marques-dos-santos-eief/6617>. Acesso em: 15 ago. 2023.

SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO. **Memórias RME**: Escola Municipal Dona Pompília - EF. Curitiba, 2023 j. Disponível em: <https://educacao.curitiba.pr.gov.br/conteudo/escola-municipal-dona-pompilia-ef/6567>. Acesso em: 16 ago. 2023.

SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO. **Memórias RME**: Escola Municipal Rachel Mader Gonçalves - EIEF. Curitiba, 2023 l. Disponível em: <https://educacao.curitiba.pr.gov.br/conteudo/escola-municipal-rachel-mader-goncalves-eief/6640>. Acesso em: 17 ago. 2023.

SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO. **SME Educação**. Disponível em: <https://educacao.curitiba.pr.gov.br/unidade/educacao/18401>. Acesso em: 18 jul. 2023.

SOARES, K. C. D. **A política de qualificação em serviço dos professores da Rede Municipal de Ensino de Curitiba na gestão Greca (1993-1996)**: entre o discurso da “cultura das elites” e a perspectiva pragmática do trabalho educativo. 242f. (Dissertação). Setor de Educação. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2003. Disponível em: <https://silo.tips/download/katia-cristina-dambiski-soares>. Acesso em: 18 jul. 2023.

UM CASO de perseguição política. Dossiê sobre as atividades políticas do deputado José Alencar Furtado – MDB PR. **Jornal Plural**. Curitiba, 29 de setembro de 2021.

Disponível em: <https://documentosrevelados.com.br/um-caso-de-perseguido-politico-dossie-sobre-as-atividades-politicas-do-deputado-jose-alencar-furtado-mdb-pr/>. Acesso em: 29 jul. 2023.

UNIVERSIDADE Católica do Paraná. **Diário do Paraná**. Curitiba, 31 de dezembro de 1970. Disponível em: <https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=761672&pesq=%22Rachel%20Mader%20Gon%C3%A7alves%22&hf=memoria.bn.br&pagfis=79993>. Acesso em: 17 ago. 2023.

VIANA, I. A rede municipal de ensino de Curitiba e suas relações com o processo de urbanização: a materialidade do espaço escolar. **Comunicações**. Piracicaba, v. 23 n. 3 p. 55-73, setembro-dezembro 2016. Disponível em: <file:///C:/Users/lucia/Downloads/2739-15086-3-PB.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2023.

VIDA social. **A República**. Curitiba, 13 de novembro de 1919. Disponível em: <https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=215554&pesq=%22Americo%20Veiga%22&hf=memoria.bn.br&pagfis=34875>. Acesso em: 25 jul. 2023.

WILLE, J. **Entrevista com Helena Kolody**. Disponível em: <https://memoriaparanaense.com.br/2022/10/14/vida-e-poesia-de-helena-kolody/>. Acesso em: 19 jan. 2023.

ZARUCH, J. Histórias do doutor Dario. Disponível em: <https://juliozaruch.com.br/historias-do-doutor-dario/>. Acesso em: 16 ago. 2023.
BRASIL. **Ato Institucional nº 3/1966**. Fixa datas para as eleições de 1966, dispõe sobre as eleições indiretas e nomeação de Prefeitos das Capitais dos Estados e dá outras providências. Brasília, 5 de fevereiro de 1966. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-03-66.htm. Acesso em: 17 jul. 2023.
abr. 2023.

CAPÍTULO 06 – ANÁLISE PROSOPOGRÁFICA

ITALE, L. C. A profissão docente em análise no Brasil: uma revisão bibliográfica. **Rev. Bras. Estud. Pedagog.** 97 (246), may-aug 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbeped/a/ZGXLgG4kzTjqx5bqcc9pshS/#>. Acesso em: 25 abr. 2024.

SAIBA os empregos com os 100 maiores e menores salários do país. **Poder 360**. Brasília, 10 abr. 2023. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/poder-empresario/saiba-empregos-com-os-100-maiores-e-menores-salarios-no-brasil/>. Acesso em: 22 abr. 2024.

SOUZA, M. M. C. **O Analfabetismo no Brasil sob o Enfoque Demográfico**. Brasília: IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 1999. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2644/1/td_0639.pdf. Acesso em: 24 abr. 2024.

VEJA as profissões com melhores e piores salários do Brasil. **TV Cultura**. São Paulo, 29 nov. 2023. Disponível em: https://cultura.uol.com.br/noticias/61863_veja-as-profissoes-com-melhores-e-piores-salarios-no-brasil.html. Acesso em: 22 abr. 2024.

CAPÍTULO 07 - ANÁLISE DOCUMENTAL: CONTEÚDOS E CARACTERÍSTICAS DAS FONTES CONSULTADAS

BARROS, J. D. Fontes históricas: uma introdução aos seus usos historiográficos. In: HISTÓRIAS & PARCERIAS, 2º, 2019, Rio de Janeiro, **Anais...** Disponível em: https://www.historiaeparcerias2019.rj.anpuh.org/resources/anais/11/hep2019/1569693608_ARQUIVO_bd3da9a036a806b478945059af9aa52e.pdf. Acesso em: 10 fev. 2025.

BN DIGITAL. **Fundação Biblioteca Nacional**. 2025. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 20 fev. 2025.

BOLETIM CASA ROMÁRIO MARTINS. **Memória da Rede Municipal de Ensino de Curitiba 1983-1998**. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, v. 33, n.º 143, 2010. Disponível em: https://pergamum.curitiba.pr.gov.br/vinculos/monogr/Texto/boletim_romario_143.pdf. Acesso em: 17 jul. 2023.

CASTRO, C. **Pesquisando em Arquivos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. SP: Editora Revista dos Tribunais Ltda., 1990.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, vol. 10, 1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/12101>. Acesso em: 25 out. 2022.

PARANÁ. Constituição (1989). **Constituição do Estado do Paraná**. Texto promulgado em 5 de outubro de 1989 e atualizado até a Emenda Constitucional nº 31, de 22 de maio de 2012. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/70436>. Acesso em 02 fev. 2025.

POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2278>. Acesso em: 20 out. 2022.

SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO. **Memórias RME**. Disponível em: <https://educacao.curitiba.pr.gov.br/unidade/memorias-da-rme/18424>. Acesso em: 24 fev. 2025.

APÊNDICES

APÊNDICE 01 – AGENTES QUE COMPÕEM O RECORTE DA PESQUISA.

BAIRRO	ESCOLA ESTADUAL	RUA	UBS	ESCOLA MUNICIPAL	PRAÇA/ JARDINETE
SÍTIO CERCADO	HASDRUBAL BELLEGARD	IZAAC FERREIRA DA CRUZ	SÃO JOÃO DEL REY	AUGUSTA GLÜCK RIBAS.	EGYDIO JOSÉ BUSNARDO
	TEOBALDO L. KLETEMBERG	MÁRIO GASPARIN	N. S. APARECIDA	MIRACY R. DE ARAÚJO	CARLOS RAUL HELLER
	INEZ VICENTE BOROCZ	IGNÊZ DE LOURDES GOMES DE MACEDO	JOÃO CÂNDIDO	DONA LULU	CARLOS RAUL HELLER
	FLÁVIO FERREIRA DA LUZ	JOÃO CISLINSKY	SALVADOR ALLENDE	PAULO FREIRE	JOSÉ SOARES GROBE
	GUIDO ARZUA	MANDIRITUBA	BAIRRO NOVO	REJANE M. SILVEIRA SACHETTE	PRAÇA JOSÉ SOARES GROBE
CIC	TEOTÔNIO VILELA	ROBERT REDZIMSKI	ATENAS	HEITOR DE ALENCAR FURTADO	ANTONIO A. DA ROCHA LOURES
	RODOLPHO ZANINELLI	ANTÔNIA MOLINA BELLA	VILA VERDE	AMÉRICA DA COSTA SABÓIA	HUMBERTO BERTOLDI
	HILDEGARD SONDHAL	JOAQUIM DE SIQUEIRA CORTES	CAIUÁ	SIDÔNIO MURALHA	JOSÉ BORIO
	EURIDES BRANDÃO	JAIR COELHO	CÂNDIDO PORTINARI	EM do CAIC CÂNDIDO PORTINARI	MATIAS A. MARTINS
	MARLI QUEIROZ AZEVEDO	CYRO CORREIA PEREIRA	VILA VERDE	ÁLVARO BORGES	NENHUMA PRAÇA NOMEADA A MENOS DE 4KM
BAIRRO ALTO	PILAR MATURANA	RIO GUAPORÉ	ATUBA	ERASMO PILOTTO	PEDRO DE ALMEIDA
CAMPO DE SANTANA	NIRLEI MEDEIROS	ANTÔNIO BERTOLDI	RIO BONITO	HELENA KOLODY	NENHUMA PRAÇA NOMEADA A MENOS DE 4KM.
CENTRO	IEPR ERASMO PILOTTO	EMILIANO PERNETA	OUVIDOR PARDINHO	PROFESSOR BRANDÃO	ZACARIAS
GANCHINHO	IARA BERGMANN	REINALDO DE CARVALHO – BOLA	OSTERNAC K	CARLOS DRUMMOND DE ANDRADE	PRAÇA DAS TENDAS
TARUMÃ	PAULO LEMSKI	AUGUSTO DE ALMEIDA GARRET	TARUMÃ	ENÉAS MARQUES DOS SANTOS	FRANCISCA TONI MATHIAS
TATUQUARA	GUILHERME A. MARANHÃO	JOSÉ ANGELO MARTINS	MORADIAS DA ORDEM	DONA POMPÍLIA	SHINGO KUBA
UBERABA	ANIBAL KHURY NETO	AVELINO MANTOVANI	LOTIGUAÇU	RACHEL M. GONÇALVES	ALMIR SILVA

Fonte: A Autora (2023).

APÊNDICE 02 – UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE EM CURITIBA
NOMEADAS A PARTIR DE TOPÔNIMOS ANTROPONÍMICOS¹⁷⁵.

	UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE	DISTRITO SANITÁRIO
1	JOÃO CÂNDIDO	BAIRRO NOVO
2	OSTERNACK	BAIRRO NOVO
3	PARIGOT DE SOUZA	BAIRRO NOVO
4	SALVADOR ALLENDE	BAIRRO NOVO
5	ÉRICO VERÍSSIMO	BOQUEIRÃO
6	IRMÃ TERESA ARAÚJO	BOQUEIRÃO
7	WALDEMAR MONASTIER	BOQUEIRÃO
8	FERNANDO DE NORONHA	BOA VISTA
9	SALGADO FILHO	CAJURU
10	PORTINARI	CIC
11	OSWALDO CRUZ	CIC
12	TAIZ VIVIANE MACHADO	CIC
13	TANCREDO NEVES	CIC
14	OUVIDOR PARDINHO	MATRIZ
15	FANNY LINDÓIA	PINHEIRINHO
16	MARIA ANGÉLICA	PINHEIRINHO
17	SANTOS ANDRADE	PORTÃO
18	MONTEIRO LOBATO	TATUQUARA

Fonte: A Autora (2023).

¹⁷⁵ Curitiba possui o total de 109 unidades básicas de saúde, sendo que o resultado de 18 designações com topônimos antroponímicos excluiu também os nomes de agentes canonizados pela Igreja Católica.

APÊNDICE 03 – PERCENTUAL DOS CAPITAIS
ACUMULADOS/RECONVERTIDOS PELOS 27 AGENTES POLÍTICOS
RESPONSÁVEIS PELAS NOMEAÇÕES

NOME DO AGENTE	CED	CPR	CEC	CP	CF	TOTAL
EDSON MÜHLMANN	X	X	X	X	X	100%
ELIAS VIDAL	X	X	X	X	X	100%
FABIANO B. CORTES JR	X	X	X	X	X	100%
HORÁCIO RODRIGUES		X		X	X	60%
IVAN RIBAS				X	X	40%
JAIRO MARCELINO		X		X		40%
JOÃO CLÁUDIO DEROSSO	X	X	X	X	X	100%
JOÃO QUEIRÓZ MACIEL	X	X		X		60%
JÔNATAS PIRKIEL	X	X	X	X		80%
JOSÉ GORSKI	X	X	X	X	X	100%
JULIETA REIS	X	X	X	X	X	100%
LAURO DE CARVALHO CHAVES		X		X		40%
MARCOS ISFER	X	X	X	X	X	100%
MÁRIO CELSO PUGLIELLI	X	X	X	X	X	100%
NELY ALMEIDA	X	X	X	X	X	100%
NEY LEPREVOST	X	X	X	X	X	100%
RENATO GAÚCHO	X	X	X	X		80%
ROSA MARIA CHIAMULERA	X	X	X	X	X	100%
SABINO PICOLO	X	X	X	X	X	100%
SIDGLEY ANTONIO CLAUDINO				X		20%
WALDIR D'ANGELIS	X	X		X	X	80%
CÁSSIO TANIGUCHI	X	X	X	X	X	100%
JAIME LERNER	X	X	X	X	X	100%
LUCIANO DUCCI	X	X	X	X	X	100%
MAURÍCIO FRUET	X	X		X	X	80%
RAFAEL GRECA	X	X	X	X	X	100%
ROBERTO REQUIÃO	X	X	X	X	X	100%

Legenda: CED – Capitais Educacionais/ CPR – Capitais Profissionais/ CEC – Capitais Econômicos / CP
– Capitais Políticos/ CF – Capitais familiares.

Fonte: A Autora (2024).

APÊNDICE 04 - NÚMERO DE MANDATOS EXERCIDOS PELOS VEREADORES
E PREFEITOS QUE INDICARAM AS NOMEAÇÕES DOS BENS PÚBLICOS
ESTUDADOS

MEMBROS DO LEGISLATIVO				
Nome do agente	Mandatos municipais	Mandatos estaduais	Mandatos federais	Total
EDSON MÜHLMANN	2 (vereador)			2
ELIAS VIDAL	2 (vereador)			2
FABIANO BRAGA CORTES JUNIOR	2 (vereador)			2
HORÁCIO RODRIGUES	4 (vereador)	1 (deputado)		5
IVAN RIBAS	2 (vereador)			2
JAIRO MARCELINO	9 (vereador)			9
JOÃO CLÁUDIO DEROSSO	6 (vereador)			6
JOÃO QUEIRÓZ MACIEL	2 (vereador)			2
JÔNATAS PIRKIEL	2 (vereador)			2
JOSÉ GORSKI	6 (vereador)			6
JULIETA REIS	6 (vereadora)			6
LAURO DE CARVALHO CHAVES	5 (vereador)			5
MARCOS ISFER	3 (vereador)	1 (deputado)		4
MÁRIO CELSO PUGLIELLI	6 (vereador)	1 (deputado)		7
NELY ALMEIDA	5 (vereadora)			5
NEY LEPREVOST	3 (vereador)	4 (deputado)	1 (deputado)	8
RENATO GAÚCHO	1 (vereador)	2 (deputado)		3
ROSA MARIA CHIAMULERA	3 (vereadora)			3
SABINO PICOLO	7 (vereador)			7
SIDGLEY ANTONIO CLAUDINO	2 (vereador)			2
WALDIR D'ANGELIS	1 (vereador)			1
MEMBROS DO EXECUTIVO				
Nome do agente	Mandatos municipais	Mandatos estaduais	Mandatos federais	Total
CASSIO TANIGUCHI	2 (prefeito)		2 (deputado)	4
JAIME LERNER	3 (prefeito)	2 (governador)		5
LUCIANO DUCCI	1 (prefeito)	1 (deputado)	3 (deputado)	5
MAURÍCIO FRUET	2 (1 como vereador e 1 como prefeito)	2 (deputado)	1 (deputado)	5
RAFAEL GRECA	4 (1 como vereador e 3 como prefeito)	3 (deputado)	1 (deputado)	8
ROBERTO REQUIÃO	1 (prefeito)	4 (1 como deputado estadual e 3 como governador)	2 (senador)	7

Fonte: A Autora (2024).

APÊNDICE 05 - PATRIMÔNIO DECLARADO AO TSE E CONEXÕES
FAMILIARES IDENTIFICADAS COM A CLASSE DOMINANTE TRADICIONAL
(CDT) E COM PROCESSOS IMIGRATÓRIOS ENTRE OS 27 AGENTES
POLÍTICOS RESPONSÁVEIS PELAS INDICAÇÕES DAS NOMEAÇÕES.

MEMBROS DO LEGISLATIVO			
NOME DO AGENTE	CONEXÕES IDENTIFICADAS COM A CDT	CONEXÕES IDENTIFICADAS COM A IMIGRAÇÃO	PATRIMÔNIO DECLARADO AO TSE
EDSON MÜHLMANN	--	---	2020: Patrimônio de R\$465.000,00, provenientes de um imóvel.
ELIAS VIDAL	--	---	Dados não encontrados
FABIANO BRAGA CORTES JUNIOR	Bisavô: político e proprietário de terras na cidade da Lapa – PR (irmão do homenageado). Pai: vereador em Curitiba, e deputado estadual e federal pelo Paraná. Irmão: vereador em Curitiba. Primo em segundo grau – Ney Braga (ex-governador do Paraná).	---	Dados não encontrados.
HORÁCIO RODRIGUES	--	---	Dados não encontrados
IVAN RIBAS	Pertence à linhagem de Manoel Ribas, político que atuou como interventor e governador do estado do Paraná, entre 1932 e 1937.	---	Dados não encontrados
JAIRO MARCELINO	--	---	2020: possuía um patrimônio de R\$395.000,00, composto por um automóvel, um sobrado e dinheiro depositado em conta bancária.
JOÃO CLÁUDIO DEROSSO		Era neto de Francisco Derosso (imigrante italiano, dono de uma propriedade rural no bairro Xaxim em Curitiba), e filho de João Derosso (vereador que exerceu o mandato por mais de 25 anos na capital paranaense).	2008: R\$1,93 milhão de patrimônio composto por 22 bens declarados ao TSE (20 imóveis e 02 automóveis).
JOÃO QUEIRÓZ MACIEL	---	---	Dados não encontrados
JÔNATAS PIRKIEL	---	---	2008: declarou ao Tribunal Superior Eleitoral possuir um patrimônio de pouco mais de R\$ 155.000,00, composto por dois imóveis, um automóvel e recursos em

			dinheiro provenientes da atuação como advogado.
JOSÉ GORSKI		Filho de Alberto Gorski e Anna Gorski, imigrantes poloneses	2012: patrimônio de pouco mais de R\$115.000,00, composto por três imóveis
JULIETA REIS	Faz parte de um importante grupo político familiar do Paraná, a família Braga, composta por figuras de destaque no campo político local, como o governador Ney Braga, o Deputado estadual e federal Fabiano Braga Cortes, o vereador Felipe Braga Cortes, o vereador e membro da diretoria de Planejamento e Desenvolvimento da URBS de Curitiba Fabiano Braga Cortes Junior, a funcionária do Tribunal de Contas do Paraná Nice Maria Braga e o deputado estadual Tony Garcia.		2020: declarou possuir um patrimônio de pouco mais de R\$1.599.000,00, composto por dois imóveis, dois automóveis e valores depositados em uma conta bancária.
LAURO DE CARVALHO CHAVES	---	---	Dados não encontrados
MARCOS ISFER	---	A família Isfer é originária da imigração libanesa e, em Curitiba, o avô de Marcos Isfer, Abib Isfer trabalhou como guarda-livros e, posteriormente, se dedicou ao ramo de seguros, fundando com outros integrantes da família as empresas Piratininga Cia. de Seguros Gerais e Cia. de Seguros Aliança Brasileira. Abib Isfer foi um renomado membro da Federação Espírita do Paraná	2006: declarou possuir um patrimônio de pouco mais de R\$ 1.409.000,00 (um milhão quatrocentos e nove mil reais), composto por 15 imóveis, 2 automóveis e 50% das cotas da empresa Valentes Participações Societárias Ltda.
MÁRIO CELSO PUGLIELLI	---	---	2010: possuía um patrimônio de pouco mais de R\$897.440,00, composto por 3 imóveis, 2 automóveis e valores depositados em contas bancárias.
NELY ALMEIDA	Esposo: Félix do Rego Almeida – médico formado pela Universidade Federal do Paraná.		2008: declarou possuir um patrimônio de R\$25.303,65 (vinte e cinco mil trezentos e três reais e sessenta e cinco centavos), composto pela

		*Cunhado: Cecílio do Rego Almeida – fundou a construtora CR Almeida com o Irmão Félix.	metade de dois bens imóveis.
NEY LEPREVOST		A família Leprevost é de origem francesa. Avô paterno: Ney Leprevost – graduou-se em Direito pela Universidade do Paraná, foi suplente de deputado durante a década de 1940, Prefeito de Curitiba entre 1948 e 1949, Procurador-Geral do Paraná, Procurador Fiscal, Procurador do Tribunal de Contas e empresário.	2022: declarou ao TSE possuir um patrimônio de pouco mais de R\$ 2.000.000 (dois milhões de reais), composto por 28 bens de diversas naturezas.
RENATO GAÚCHO	---	---	2002: TSE possuir um patrimônio de pouco mais de R\$ 885. 702,00 (oitocentos e oitenta e cinco mil setecentos e dois reais), composto cinco imóveis, uma linha telefônica e valores depositados em contas bancárias.
ROSA MARIA CHIAMULERA	---	Pai: Armando Valentim Chiamulera, filho de imigrantes italianos, fundou, juntamente com outros quatro sócios, a Imobiliária Nova Londrina Ltda, empreendimento que deu início à fundação da cidade de Nova Londrina, no Norte do Paraná.	2022: declarou ao TSE possuir um patrimônio de pouco mais de R\$ 2. 578.000,00 (dois milhões quinhentos e setenta e oito mil reais), composto por 8 imóveis, um automóvel e valores depositados em contas bancárias.
SABINO PICOLO	---	---	2020: declarou ao TSE possuir um patrimônio de pouco mais de R\$ 2.465.000,00 (dois milhões quatrocentos e sessenta e cinco mil reais), composto por quatro bens imóveis (entre eles duas fazendas), um automóvel e valores investidos e depositados em instituições financeiras e bancárias.

SIDGLEY ANTONIO CLAUDINO	--	---	Dados não encontrados.
WALDIR D'ANGELIS	---	---	Dados não encontrados.
MEMBROS DO EXECUTIVO			
NOME DO AGENTE	CONEXÕES IDENTIFICADAS COM A CDT	CONEXÕES IDENTIFICADAS COM A IMIGRAÇÃO	PATRIMÔNIO DECLARADO AO TSE
CÁSSIO TANIGUCHI		Pai: Masaji Taniguchi – imigrante japonês, era professor de Filosofia no Japão, e passou a trabalhar no setor bancário quando se estabeleceu no Brasil. *Mãe: Massako Taniguchi – imigrante japonesa.	2006: possuía um patrimônio de pouco mais de R\$ 1.695.000,00, composto por 12 imóveis, valores aplicados em contas e investimentos, e “obras de arte e joias diversas”
JAIME LERNER		Pai: Félix Lerner – imigrante judeu-polonês – proprietário da Casa Félix, uma loja de roupas situada no Centro de Curitiba. Mãe: Elza Lerner – imigrante judeu-polonesa.	1998: declarou ao Tribunal Regional Eleitoral (TER/PR) possuir um patrimônio avaliado em pouco mais de R\$ 1.349.000,00 (um milhão trezentos e quarenta e nove mil reais), composto por 24 imóveis e valores investidos em ações e contas bancárias.
LUCIANO DUCCI		Filho de Giancarlo Ducci (dono de um box de hortifruti no Mercado Municipal em Curitiba) e Splendora Ducci, originários da imigração italiana.	2022: declarou ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) possuir um patrimônio de pouco mais de R\$ 613.690,00 (seiscentos e treze mil seiscentos e noventa reais) composto por 4 bens imóveis e valores investidos em aplicações e contas bancárias.
MAURÍCIO FRUET		Filho de Constante Eugênio Fruet,, originário da imigração italiana.	Dados não encontrados.
RAFAEL GRECA	“A família Macedo tem grande poder e influência, sendo uma das mais antigas oligarquias do Paraná. Um dos sobrenomes que continua comum entre as classes dominantes. Muito influente na Associação Comercial e no Tribunal de Justiça. Tem poder desde o período colonial, atravessando o Império e a Primeira		2020: declarou ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) possuir um patrimônio de pouco mais de R\$ 864.720,00 (oitocentos e sessenta e quatro mil setecentos e vinte reais), composto por 5 imóveis, valores depositados em contas bancárias, e 32 bens classificados como “joia, quadro, objeto de arte, de coleção, antiguidade etc.”.

	República, no século XX” (PEREIRA, 2016, não p.).	
ROBERTO REQUIÃO	A família de Roberto Requião pertence à uma linhagem tradicional da política paranaense, integrando os círculos da classe dominante tradicional. “Originária da Bahia, a família Requião destacou-se, no Paraná, no ramo comercial. Euclides Requião foi o primeiro desse nome na região. Já os Mello e Silva, também de origem nordestina, tiveram pequena notoriedade no campo da política local, tendo um maior destaque no campo intelectual. A começar por Justiniano de Mello e Silva, doutor em Ciências Sociais pela Universidade de Córdoba, primeiro da família no Paraná” (PEREIRA, 2016, não p.).	2022: declarou ao Tribunal Superior Eleitoral possuir um patrimônio de pouco mais de R\$ 896.926,00 (oitocentos e noventa e seis mil novecentos e vinte e seis reais), composto por 2 imóveis e valores investidos em contas bancárias.

Fonte: A autora (2024).

**APÊNDICE 06 – AGENTES POLÍTICOS RESPONSÁVEIS PELAS HOMENAGENS
E RESPECTIVAS FILIAÇÕES PARTIDÁRIAS**

	NOMES DE RUA	AGENTE RESPONSÁVEL PELA INDICAÇÃO	ANO DA INDICAÇÃO	PARTIDO POLÍTICO AO QUAL O AGENTE ERA FILIADO
1	IZAAC FERREIRA DA CRUZ	DADOS NÃO ENCONTRADOS	1968	DADOS NÃO ENCONTRADOS
2	MARIO GASPARIN	LAURO DE CARVALHO CHAVES	1988	PMDB
3	IGNÊS LOURDES G. DE MACEDO	JOÃO QUEIRÓZ MACIEL	1988	PDS
4	JOÃO CISLINSKY	SIDGLEY ANTÔNIO CLAUDINO	1986	MDB
5	ROBERT REDZIMSKI	COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E TURISMO	1985	DADOS NÃO ENCONTRADOS
6	ANTÔNIA MOLINA BELLA	SABINO PICOLO	1999	PPB
7	JOAQUIM DE SIQUEIRA CÔRTEZ	FABIANO BRAGA CÔRTEZ JR	1992	PFL
8	JAIR COELHO	JAIRO MARCELINO	1992	PDT
9	CYRO CORREIA PEREIRA	COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E TURISMO	1983	DADOS NÃO ENCONTRADOS
10	ANTÔNIO BERTOLDI	JOÃO CLÁUDIO DEROSSO	2000	PFL
11	EMILIANO PERNETA	DADOS NÃO ENCONTRADOS	DADOS NÃO ENCONTRADOS	DADOS NÃO ENCONTRADOS
12	REINALDO DE CARVALHO – BOLA	MARIO CELSO	1995	PL
13	CORONEL AUGUSTO DE ALMEIDA GARRET	IVAN RIBAS	1978	MDB
14	JOSÉ ÂNGELO MARTINS	COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E TURISMO	1982	DADOS NÃO ENCONTRADOS
15	AVELINO MANTOVANI	COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E TURISMO	1985	DADOS NÃO ENCONTRADOS
	NOMES DE PRAÇAS/JARDINETES	AGENTE RESPONSÁVEL PELA INDICAÇÃO	ANO DA INDICAÇÃO	PARTIDO POLÍTICO AO QUAL O AGENTE ERA FILIADO
1	EGYDIO JOSÉ BUSNARDO	JOSÉ GORSKI	1998	PDT
2	CARLOS RAUL HELLER	NEY LEPREVOST	2003	PP
3	JOSÉ SOARES GROBE	MARIO CELSO	1996	PSDB
4	MAJOR ANTÔNIO ALVES DA ROCHA LOURES	COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E TURISMO	1981	DADOS NÃO ENCONTRADOS
5	HUMBERTO BERTOLDI	JÔNATAS PIRKIEL	1999	Suplente (?)
6	JOSÉ BÓRIO	MARCOS ISFER	1994	PFL
7	MATIAS ALENOR MARTINS	MARCOS ISFER	1994	PFL
8	PEDRO DE ALMEIDA	WALDIR D'ANGELIS	1985	PMDB
9	ZACARIAS DE GÓES E VASCONCELOS	SEM INFORMAÇÕES	DADOS NÃO ENCONTRADOS	DADOS NÃO ENCONTRADOS

10	FRANCISA TONI MATHIAS	EDSON MÜHLMANN	1987	PMDB
11	CAPITÃO SHIGOKUBA	ELIAS VIDAL	1998	PPB
12	CORONEL ALMIR SILVA	NEY LEPREVOST	2002	PP
UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE		AGENTE RESPONSÁVEL PELA INDICAÇÃO	ANO DA INDICAÇÃO	PARTIDO POLÍTICO AO QUAL O AGENTE ERA FILIADO
1	JOÃO CÂNDIDO	CÁSSIO TANIGUCHI	1997	PDT
2	SALVADOR ALLEDE	JAIME LERNER	1989	PDT
3	CÂNDIDO PORTINARI	CÁSSIO TANIGUCHI	1998	PDT
4	OUVIDOR PARDINHO	DADOS NÃO ENCONTRADOS	DADOS NÃO ENCONTRADOS	DADOS NÃO ENCONTRADOS
5	OSTERNCK	DADOS NÃO ENCONTRADOS	DADOS NÃO ENCONTRADOS	DADOS NÃO ENCONTRADOS
ESCOLAS MUNICIPAIS		AGENTE RESPONSÁVEL PELA INDICAÇÃO	ANO DA INDICAÇÃO	PARTIDO POLÍTICO AO QUAL O AGENTE ERA FILIADO
1	AUGUSTA GLÜCK RIBAS	JAIME LERNER	1979	ARENA
2	MIRACY RODRIGUES DE ARAÚJO	HORÁCIO RODRIGUES	1992	PFL
3	DONA LULU	RAFAEL GRECA	1993	PDT
4	PAULO FREIRE	RENATO GAÚCHO	1997	PSDB
5	REJANE MARIA SILVEIRA SACHETTE	JOÃO CLÁUDIO DEROSSO	1996	PDT
6	HEITOR DE ALENCAR FURTADO	MAURÍCIO FRUET	1983	PMDB
7	AMÉRICA DA COSTA SABÓIA	JAIME LERNER	1991	PDT
8	SIDÔNIO MURALHA	ROBERTO REQUIÃO	1988	PMDB
9	CÂNDIDO PORTINARI	RAFAEL GRECA	1994	PMDB
10	ÁLVARO BORGES	ROSA MARIA CHIAMULERA	1995	PDT
11	ERASMO PILOTTO	ROBERTO REQUIÃO	1988	PMDB
12	HELENA KOLODY	NELY ALMEIDA	2004	PSDB
13	PROFESSOR BRANDÃO	LUCIANO DUCCI	2012	PSB
14	CARLOS DRUMMOND DE ANDRADE	JAIME LERNER	1992	PDT
15	ENÉAS MARQUES DOS SANTOS	CÁSSIO TANIGUCHI	2002	PFL
16	DONA POMPÍLIA	DADOS NÃO ENCONTRADOS	1993	DADOS NÃO ENCONTRADOS
17	RACHEL MADER GONÇALVES	JULIETA REIS	2002	PFL

Fonte: A Autora (2024).

**APÊNDICE 07 – ORIGENS, ANO DE NASCIMENTO E ATUAÇÃO (OU NÃO)
DOS 49 AGENTES ESTUDADOS NA CIDADE DE CURITIBA.**

NOMES DE RUA	LOCAL DE NASCIMENTO	ANO DE NASCIMENTO	RESIDIU/ATUOU EM CURITIBA
1 IZAAC F. DA CRUZ	CURITIBA (PR)	1897	SIM
2 MÁRIO GASPARIN	COLOMBO (PR)	1929	SIM
3 IGNÊZ DE LOURDES GOMES DE MACEDO	CASTRO (PR)	1920	NÃO INFORMADO
4 JOÃO CISLINSKY	SANTA CATARINA	1914	NÃO INFORMADO
5 ROBERT REDZIMSKI	POLÔNIA	1916	SIM
6 ANTÔNIA MOLINA BELLA	CATANDUVA (SP)	1920	NÃO INFORMADO
7 JOAQUIM DE SIQUEIRA CORTES	LAPA (PR)	1871	NÃO INFORMADO
8 JAIR COELHO	PARANÁ	1956	SIM
9 CYRO CORREIA PEREIRA	CURITIBA (PR)	1915	SIM
10 ANTÔNIO BERTOLDI	TRENTO (ITÁLIA)	1870	SIM
11 EMILIANO PERNETA	PINHAIS (PR)	1866	SIM
12 REINALDO DE CARVALHO – BOLA	RIO DE JANEIRO	1962	SIM
13 CEL. AUGUSTO DE ALMEIDA GARRET	CURITIBA (PR)	1898	NÃO INFORMADO
14 JOSÉ ANGELO MARTINS	CAMPO LARGO (PR)	1907	NÃO INFORMADO
15 AVELINO MANTOVANI	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO
NOMES DE PRAÇA/JARDINETES	LOCAL DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	RESIDIU/ATUOU EM CURITIBA
1 EGYDIO JOSÉ BUSNARDO	SANTA CATARINA	1921	SIM
2 CARLOS RAUL HELLER	CURITIBA (PR)	1935	SIM
3 JOSÉ SOARES GROBE	IRINEÓPOLIS (SC)	1906	SIM
4 ANTONIO ALVES DA ROCHA LOURES	PALMAS (PR)	1910	SIM
5 HUMBERTO BERTOLDI	CURITIBA (PR)	1901	SIM
6 JOSÉ BORIO	ARAUCÁRIA (PR)	1936	SIM
7 MATIAS ALENOR MARTINS	ITAIÓPOLIS (SC)	1935	NÃO INFORMADO
8 PEDRO DE ALMEIDA	BOM RETIRO (SC)	1951	SIM
9 ZACARIAS DE GÓES E VASCONCELOS	VALENÇA (BA)	1915	SIM
10 FRANCISCA TONI MATHIAS	JARAGÚA DO SUL (SC)	1907	SIM
11 CAPITÃO SHINGO KUBA	CAMBARÁ (PR)	1935	NÃO INFORMADO
12 CORONEL ALMIR SILVA	RIO DE JANEIRO (RJ)	1926	SIM
NOMES DE UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE	LOCAL DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	RESIDIU/ATUOU EM CURITIBA
1 JOÃO CÂNDIDO FERREIRA	LAPA (PR)	1864	SIM

2	SALVADOR ALLENDE	SANTIAGO (CHILE)	1908	NÃO
3	CÂNDIDO PORTINARI	BRODOWSKI (SP)	1903	NÃO
4	OUVIDOR PARDINHO	PORTUGAL	FINAL DO SÉCULO XVII	SIM
5	OSTERNACK	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO
NOMES DE ESCOLAS MUNICIPAIS		LOCAL DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	RESIDIU/ATUOU EM CURITIBA
1	AUGUSTA GLÜCK RIBAS	CURITIBA (PR)	1892	SIM
2	MIRACY RODRIGUES DE ARAÚJO	NÃO INFORMADO	1913	SIM
3	MARIA DA LUZ SEILER VEIGA - DONA LULU	CURITIBA (PR)	1893	SIM
4	PAULO FREIRE	RECIFE (PE)	1921	NÃO
5	REJANE MARIA SILVEIRA SACHETTE	CURITIBA (PR)	1954	SIM
6	HEITOR DE ALENCAR FURTADO	PARANAVAÍ (PR)	1956	NÃO INFORMADO
7	AMÉRICA DA COSTA SABÓIA	PARANAGUÁ (PR)	1898	SIM
8	SIDÔNIO MURALHA	LISBOA (PORTUGAL)	1920	SIM
9	CÂNDIDO PORTINARI	JÁ MENCIONADO	JÁ MENCIONADO	JÁ MENCIONADO
10	ÁLVARO BORGES	PONTA GROSSA (PR)	1928	SIM
11	ERASMO PILOTTO	REBOUÇAS (PR)	1910	SIM
12	HELENA KOLODY	CRUZ MACHADO (PR)	1912	SIM
13	JOÃO BATISTA BRANDÃO DE PROENÇA	CURITIBA (PR)	1813	SIM
14	CARLOS DRUMOND DE ANDRADE	ITABIRA (MG)	1902	NÃO
15	ENÉAS MARQUES DOS SANTOS	CURITIBA (PR)	1883	SIM
16	POMPÍLIA LOPES DOS SANTOS - DONA POMPÍLIA	CURITIBA (PR)	1900	SIM
17	RACHEL MADER GONÇALVES	CURITIBA (PR)	1923	SIM

Fonte: A Autora (2024).

APÊNDICE 08 – ÉPOCA DE NOMEAÇÃO DAS ESCOLAS DE REFERÊNCIA

	ESCOLA DE REFERÊNCIA	ÉPOCA DA DESIGNAÇÃO
1	HASDRUBAL BELLEGARD	1989
2	TEOBALDO LEONARDO KLETEMBERG	1997
3	INEZ VICENTE BOROCZ	2002
4	FLÁVIO FERREIRA DA LUZ	2002
5	GUIDO ARZUA	2009
6	TEOTÔNIO VILELA	1985
7	RODOLPHO ZANINELLI	1991
8	HILDEGARD SONDHAL	1991
9	EURIDES BRANDÃO	2002
10	MARLI QUEIROZ AZEVEDO	2006
11	PILAR MATURANA	1999
12	NIRLEI MEDEIROS	2006
13	ERASMO PILOTTO	1993
14	IARA BERGMANN	1996
15	PAULO LEMINSKI	1994
16	GUILHERME A. MARANHÃO	1998
17	ANIBAL KHURY NETO	1998

Fonte: A Autora (2024).

APÊNDICE 09 – ÉPOCA DE NOMEAÇÃO DOS 49 NOVOS BENS PÚBLICOS
ESTUDADOS

NOMES DE RUAS		ÉPOCA DA DESIGNAÇÃO
1	IZAAC F. DA CRUZ	1968
2	MÁRIO GASPARIN	1988
3	IGNÊZ DE LOURDES GOMES DE MACEDO	1988
4	JOÃO CISLINSKY	1986
5	ROBERT REDZIMSKI	1985
6	ANTÔNIA MOLINA BELLA	1999
7	JOAQUIM DE SIQUEIRA CORTES	1992
8	JAIR COELHO	1992
9	CYRO CORREIA PEREIRA	1983
10	ANTÔNIO BERTOLDI	2000
11	EMILIANO PERNETA	1935
12	REINALDO DE CARVALHO – BOLA	1995
13	CEL. AUGUSTO DE ALMEIDA GARRET	1978
14	JOSÉ ANGELO MARTINS	1982
15	AVELINO MANTOVANI	1985
NOMES DE PRAÇAS/JARDINETES		ÉPOCA DA DESIGNAÇÃO
1	EGYDIO JOSÉ BUSNARDO	1998
2	CARLOS RAUL HELLER	2003
3	JOSÉ SOARES GROBE	1996
4	ANTONIO ALVES DA ROCHA LOURES	1981
5	HUMBERTO BERTOLDI	1999
6	JOSÉ BORIO	1994
7	MATIAS ALENOR MARTINS	1994
8	PEDRO DE ALMEIDA	1985
9	ZACARIAS DE GÓES E VASCONCELOS	1871
10	FRANCISCA TONI MATHIAS	1987
11	CAPITÃO SHINGO KUBA	1998
12	CORONEL ALMIR SILVA	2002
NOMES DE UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE		ÉPOCA DA DESIGNAÇÃO
1	JOÃO CÂNDIDO FERREIRA	1997
2	SALVADOR ALLENDE	1989
3	CÂNDIDO PORTINARI	1998
4	OUVIDOR PARDINHO	Meados da década de 1980
5	OSTERNACK	1998
NOMES DE ESCOLAS MUNICIPAIS		ÉPOCA DA DESIGNAÇÃO
1	AUGUSTA GLÜCK RIBAS	1979

2	MIRACY RODRIGUES DE ARAÚJO	1992
3	DONA LULU	1993
4	PAULO FREIRE	1997
5	REJANE MARIA SILVEIRA SACHETTE	1996
6	HEITOR DE ALENCAR FURTADO	1983
7	AMÉRICA DA COSTA SABÓIA	1991
8	SIDÔNIO MURALHA	1988
9	CÂNDIDO PORTINARI	1994
10	ÁLVARO BORGES	1995
11	ERASMO PILOTTO	1988
12	HELENA KOLODY	2004
13	PROFESSOR BRANDÃO	2012
14	CARLOS DRUMMOND DE ANDRADE	1992
15	ENÉAS MARQUES DOS SANTOS	2002
16	DONA POMPÍLIA	1993
17	RACHEL MADER GONÇALVES	2002

Fonte: A Autora (2024).

APÊNDICE 10 – CAPITAIS EDUCACIONAIS DOS 47 NOVOS AGENTES
ESTUDADOS

NOMES DE RUA		NÍVEL DE FORMAÇÃO	FREQUENTOU ESCOLAS DE ELITE
1	IZAAC F. DA CRUZ	DADOS NÃO ENCONTRADOS	DADOS NÃO ENCONTRADOS
2	MÁRIO GASPARIN	DADOS NÃO ENCONTRADOS	DADOS NÃO ENCONTRADOS
3	IGNÊZ DE LOURDES GOMES DE MACEDO	DADOS NÃO ENCONTRADOS	DADOS NÃO ENCONTRADOS
4	JOÃO CISLINSKY	DADOS NÃO ENCONTRADOS	DADOS NÃO ENCONTRADOS
5	ROBERT REDZIMSKI	DADOS NÃO ENCONTRADOS	DADOS NÃO ENCONTRADOS
6	ANTÔNIA MOLINA BELLA	DADOS NÃO ENCONTRADOS	DADOS NÃO ENCONTRADOS
7	JOAQUIM DE SIQUEIRA CORTES	FORMAÇÃO PRIMÁRIA	DADOS NÃO ENCONTRADOS
8	JAIR COELHO	DADOS NÃO ENCONTRADOS	DADOS NÃO ENCONTRADOS
9	CYRO CORREIA PEREIRA	FORMAÇÃO SUPERIOR	SIM
10	ANTÔNIO BERTOLDI	DADOS NÃO ENCONTRADOS	DADOS NÃO ENCONTRADOS
11	EMILIANO PERNETA	FORMAÇÃO SUPERIOR	SIM
12	REINALDO DE CARVALHO – BOLA	FORMAÇÃO SEUCNDÁRIA (TÉCNICO OU NORMAL)	SIM
13	CEL. AUGUSTO DE ALMEIDA GARRET	DADOS NÃO ENCONTRADOS	DADOS NÃO ENCONTRADOS
14	JOSÉ ANGELO MARTINS	DADOS NÃO ENCONTRADOS	DADOS NÃO ENCONTRADOS
15	AVELINO MANTOVANI	DADOS NÃO ENCONTRADOS	DADOS NÃO ENCONTRADOS
NOMES DE PRAÇA/JARDINETES		NÍVEL DE FORMAÇÃO	FREQUENTOU ESCOLAS DE ELITE
1	EGYDIO JOSÉ BUSNARDO	DADOS NÃO ENCONTRADOS	DADOS NÃO ENCONTRADOS
2	CARLOS RAUL HELLER	FORMAÇÃO SUPERIOR	SIM
3	JOSÉ SOARES GROBE	DADOS NÃO ENCONTRADOS	DADOS NÃO ENCONTRADOS
4	ANTONIO ALVES DA ROCHA LOURES	FORMAÇÃO SUPERIOR	SIM
5	HUMBERTO BERTOLDI	DADOS NÃO ENCONTRADOS	DADOS NÃO ENCONTRADOS
6	JOSÉ BORIO	DADOS NÃO ENCONTRADOS	DADOS NÃO ENCONTRADOS
7	MATIAS ALENOR MARTINS	FORMAÇÃO SUPERIOR	DADOS NÃO ENCONTRADOS
8	PEDRO DE ALMEIDA	DADOS NÃO ENCONTRADOS	DADOS NÃO ENCONTRADOS
9	ZACARIAS DE GÓES E VASCONCELOS	FORMAÇÃO SUPERIOR	SIM
10	FRANCISCA TONI MATHIAS	DADOS NÃO ENCONTRADOS	DADOS NÃO ENCONTRADOS
11	CAPITÃO SHINGO KUBA	DADOS NÃO ENCONTRADOS	DADOS NÃO ENCONTRADOS
12	CORONEL ALMIR SILVA	FORMAÇÃO SUPERIOR	SIM

NOMES DE UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE		NÍVEL DE FORMAÇÃO	FREQUENTOU ESCOLAS DE ELITE
1	JOÃO CÂNDIDO FERREIRA	FORMAÇÃO SUPERIOR	SIM
2	SALVADOR ALLENDE	FORMAÇÃO SUPERIOR	SIM
3	CÂNDIDO PORTINARI	FORMAÇÃO SUPERIOR	SIM
4	OUVIDOR PARDINHO	FORMAÇÃO SUPERIOR	SIM
5	OSTERNACK	DADOS NÃO ENCONTRADOS	DADOS NÃO ENCONTRADOS
NOMES DE ESCOLAS MUNICIPAIS		NÍVEL DE FORMAÇÃO	FREQUENTOU ESCOLAS DE ELITE
1	AUGUSTA GLÜCK RIBAS	FORMAÇÃO SECUNDÁRIA (TÉCNICO OU NORMAL)	DADOS NÃO ENCONTRADOS
2	MIRACY RODRIGUES DE ARAÚJO	FORMAÇÃO SUPERIOR	SIM
3	MARIA DA LUZ SEILER VEIGA - DONA LULU	FORMAÇÃO SECUNDÁRIA (TÉCNICO OU NORMAL)	SIM
4	PAULO FREIRE	FORMAÇÃO SUPERIOR	SIM
5	REJANE MARIA SILVEIRA SACHETTE	FORMAÇÃO SUPERIOR	SIM
6	HEITOR DE ALENCAR FURTADO	FORMAÇÃO SUPERIOR	DADOS NÃO ENCONTRADOS
7	AMÉRICA DA COSTA SABÓIA	FORMAÇÃO SECUNDÁRIA (TÉCNICO OU NORMAL)	SIM
8	SIDÔNIO MURALHA	FORMAÇÃO SUPERIOR	SIM
9	CÂNDIDO PORTINARI	JÁ MENCIONADO	JÁ MENCIONADO
10	ÁLVARO BORGES	DADOS NÃO ENCONTRADOS	DADOS NÃO ENCONTRADOS
11	ERASMO PILOTTO	JÁ MENCIONADO	JÁ MENCIONADO
12	HELENA KOLODY	FORMAÇÃO SECUNDÁRIA (TÉCNICO OU NORMAL)	SIM
13	JOÃO BATISTA BRANDÃO DE PROENÇA	DADOS NÃO ENCONTRADOS	DADOS NÃO ENCONTRADOS
14	CARLOS DRUMOND DE ANDRADE	FORMAÇÃO SUPERIOR	SIM
15	ENÉAS MARQUES DOS SANTOS	FORMAÇÃO SUPERIOR	SIM
16	POMPÍLIA LOPES DOS SANTOS - DONA POMPÍLIA	FORMAÇÃO SECUNDÁRIA (TÉCNICO OU NORMAL)	SIM
17	RACHEL MADER GONÇALVES	FORMAÇÃO SUPERIOR	SIM

Fonte: A Autora (2024).

**APÊNDICE 11 – RELAÇÃO ENTRE CAPITAIS PROFISSIONAIS E
EDUCACIONAIS DOS 47 NOVOS AGENTES ESTUDADOS**

NOMES DE RUA	SETOR DE ATUAÇÃO PROFISSIONAL	FORMAÇÃO EDUCACIONAL
1 IZAAC F. DA CRUZ	PRIVADO	DADOS NÃO ENCONTRADOS
2 MÁRIO GASPARIN	PRIVADO	DADOS NÃO ENCONTRADOS
3 IGNÊZ DE LOURDES GOMES DE MACEDO	PRIVADO	DADOS NÃO ENCONTRADOS
4 JOÃO CISLINSKY	DADOS NÃO ENCONTRADOS	DADOS NÃO ENCONTRADOS
5 ROBERT REDZIMSKI	PRIVADO	DADOS NÃO ENCONTRADOS
6 ANTÔNIA MOLINA BELLA	PRIVADO	DADOS NÃO ENCONTRADOS
7 JOAQUIM DE SIQUEIRA CORTES	PRIVADO	FORMAÇÃO PRIMÁRIA
8 JAIR COELHO	PRIVADO	DADOS NÃO ENCONTRADOS
9 CYRO CORREIA PEREIRA	PRIVADO	FORMAÇÃO SUPERIOR
10 ANTÔNIO BERTOLDI	PRIVADO	DADOS NÃO ENCONTRADOS
11 EMILIANO PERNETA	PÚBLICO E PRIVADO	FORMAÇÃO SUPERIOR
12 REINALDO DE CARVALHO – BOLA	PÚBLICO E PRIVADO	FORMAÇÃO SECUNDÁRIA (TÉCNICO OU NORMAL)
13 CEL. AUGUSTO DE ALMEIDA GARRET	PÚBLICO	DADOS NÃO ENCONTRADOS
14 JOSÉ ANGELO MARTINS	PRIVADO	DADOS NÃO ENCONTRADOS
15 AVELINO MANTOVANI	DADOS NÃO ENCONTRADOS	DADOS NÃO ENCONTRADOS
NOMES DE PRAÇA/JARDINETES	SETOR DE ATUAÇÃO PROFISSIONAL	FORMAÇÃO EDUCACIONAL
1 EGYDIO JOSÉ BUSNARDO	PÚBLICO E PRIVADO	DADOS NÃO ENCONTRADOS
2 CARLOS RAUL HELLER	PRIVADO	FORMAÇÃO SUPERIOR
3 JOSÉ SOARES GROBE	PRIVADO	DADOS NÃO ENCONTRADOS
4 ANTONIO ALVES DA ROCHA LOURES	PÚBLICO	FORMAÇÃO SUPERIOR
5 HUMBERTO BERTOLDI	PRIVADO	DADOS NÃO ENCONTRADOS
6 JOSÉ BORIO	PRIVADO	DADOS NÃO ENCONTRADOS
7 MATIAS ALENOR MARTINS	PÚBLICO	FORMAÇÃO SUPERIOR
8 PEDRO DE ALMEIDA	PRIVADO	DADOS NÃO ENCONTRADOS
9 ZACARIAS DE GÓES E VASCONCELOS	PÚBLICO	FORMAÇÃO SUPERIOR
10 FRANCISCA TONI MATHIAS	PÚBLICO	DADOS NÃO ENCONTRADOS
11 CAPITÃO SHINGO KUBA	PÚBLICO	DADOS NÃO ENCONTRADOS

12	CORONEL ALMIR SILVA	PÚBLICO	FORMAÇÃO SUPERIOR
NOMES DE UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE		SETOR DE ATUAÇÃO PROFISSIONAL	FORMAÇÃO EDUCACIONAL
1	JOÃO CÂNDIDO FERREIRA	PÚBLICO	FORMAÇÃO SUPERIOR
2	SALVADOR ALLENDE	PÚBLICO	FORMAÇÃO SUPERIOR
3	CÂNDIDO PORTINARI	PÚBLICO E PRIVADO	FORMAÇÃO SUPERIOR
4	OUVIDOR PARDINHO	PÚBLICO	FORMAÇÃO SUPERIOR
5	OSTERNACK	DADOS NÃO ENCONTRADOS	DADOS NÃO ENCONTRADOS
NOMES DE ESCOLAS MUNICIPAIS		SETOR DE ATUAÇÃO PROFISSIONAL	FORMAÇÃO EDUCACIONAL
1	AUGUSTA GLÜCK RIBAS	PÚBLICO	FORMAÇÃO SECUNDÁRIA (TÉCNICO OU NORMAL)
2	MIRACY RODRIGUES DE ARAÚJO	PÚBLICO	FORMAÇÃO SUPERIOR
3	MARIA DA LUZ SEILER VEIGA - DONA LULU	PRIVADO	FORMAÇÃO SECUNDÁRIA (TÉCNICO OU NORMAL)
4	PAULO FREIRE	PÚBLICO E PRIVADO	FORMAÇÃO SUPERIOR
5	REJANE MARIA SILVEIRA SACHETTE	PÚBLICO	FORMAÇÃO SUPERIOR
6	HEITOR DE ALENCAR FURTADO	PRIVADO	FORMAÇÃO SUPERIOR
7	AMÉRICA DA COSTA SABÓIA	PÚBLICO	FORMAÇÃO SECUNDÁRIA (TÉCNICO OU NORMAL)
8	SIDÔNIO MURALHA	PRIVADO	FORMAÇÃO SUPERIOR
9	CÂNDIDO PORTINARI	JÁ MENCIONADO	JÁ MENCIONADO
10	ÁLVARO BORGES	PÚBLICO E PRIVADO	DADOS NÃO ENCONTRADOS
11	ERASMO PILOTTO	JÁ MENCIONADO	FORMAÇÃO SECUNDÁRIA (TÉCNICO OU NORMAL)
12	HELENA KOLODY	PÚBLICO	FORMAÇÃO SECUNDÁRIA (TÉCNICO OU NORMAL)
13	JOÃO BATISTA BRANDÃO DE PROENÇA	PÚBLICO	DADOS NÃO ENCONTRADOS
14	CARLOS DRUMOND DE ANDRADE	PÚBLICO E PRIVADO	FORMAÇÃO SUPERIOR
15	ENÉAS MARQUES DOS SANTOS	PÚBLICO E PRIVADO	FORMAÇÃO SUPERIOR
16	POMPÍLIA LOPES DOS SANTOS - DONA POMPÍLIA	PÚBLICO E PRIVADO	FORMAÇÃO SECUNDÁRIA (TÉCNICO OU NORMAL)
17	RACHEL MADER GONÇALVES	PÚBLICO E PRIVADO	FORMAÇÃO SUPERIOR

Fonte: A Autora (2024).

APÊNDICE 12 – PROFISSÕES EXERCIDAS PELOS 64 AGENTES ESTUDADOS

NOMES DAS ESCOLAS DE REFERÊNCIA		PROFISSÃO
1	ANÍBAL KHURY NETO.	FALECIDO QUANDO CRIANÇA
2	ERASMO PILOTTO	PROFESSOR E SECRETÁRIO DA EDUCAÇÃO DO PR
3	EURIDES BRANDÃO.	TABELIÃO
4	FLÁVIO FERREIRA DA LUZ.	ADVOGADO, TABELIÃO E EMPRESÁRIO
5	GUIDO ARZUA.	ADVOGADO E PROFESSOR
6	GUILHERME ALBUQUERQUE MARANHÃO.	ADVOGADO E JUIZ.
7	HASDRUBAL BELLEGARD.	ENGENHEIRO AGRÔNOMO E ADMINISTRADOR
8	HILDEGARD SONDHAL.	PROFESSORA
9	IARA BERGMANN.	PROFESSORA (SEM CONFIRMAÇÃO DOCUMENTAL)
10	INEZ VICENTE BOROCZ.	PROFESSORA (SEM CONFIRMAÇÃO DOCUMENTAL)
11	MARLI QUEIROZ AZEVEDO.	PROFESSORA
12	NIRLEI MEDEIROS.	ARQUITETA – FUNDEPAR
13	PAULO LEMINSKI.	POETA E ESCRITOR
14	PILAR MATURANA.	PROFESSORA E RELIGIOSA CATÓLICA
15	RODOLPHO ZANINELLI.	ARTESÃO
16	TEOBALDO LEONARDO KLETEMBERG	PROFESSOR E BUROCRATA NA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO PR
17	TEOTÔNIO VILELA.	SENADOR DA REPÚBLICA.
NOMES DE RUA		PROFISSÃO
1	IZAAC F. DA CRUZ	EMPRESÁRIO
2	MÁRIO GASPARIN	COMERCIANTE
3	IGNÊZ DE LOURDES GOMES DE MACEDO	DO LAR
4	JOÃO CISLINSKY	DADOS NÃO ENCONTRADOS
5	ROBERT REDZIMSKI	AGRICULTOR
6	ANTÔNIA MOLINA BELLA	DO LAR
7	JOAQUIM DE SIQUEIRA CORTES	CONTADOR
8	JAIR COELHO	COMERCIANTE
9	CYRO CORREIA PEREIRA	ADMINISTRADOR DE EMPRESAS.
10	ANTÔNIO BERTOLDI	AGRICULTOR E OPERÁRIO DE FÁBRICA
11	EMILIANO PERNETA	ADVOGADO, JORNALISTA, PROMOTOR, JUIZ, AUDITOR DE GUERRA E PROFESSOR
12	REINALDO DE CARVALHO – BOLA	ARTISTA CÊNICO
13	CEL. AUGUSTO DE ALMEIDA GARRET	MILITAR
14	JOSÉ ANGELO MARTINS	CARPINTEIRO
15	AVELINO MANTOVANI	DADOS NÃO ENCONTRADOS
NOMES DE PRAÇA/JARDINETES		PROFISSÃO
1	EGYDIO JOSÉ BUSNARDO	MILITAR
2	CARLOS RAUL HELLER	ENGENHEIRO
3	JOSÉ SOARES GROBE	EMPRESÁRIO
4	ANTONIO ALVES DA ROCHA LOURES	MILITAR
5	HUMBERTO BERTOLDI	MECÂNICO
6	JOSÉ BORIO	EMPRESÁRIO
7	MATIAS ALENOR MARTINS	ECONOMISTA, ADVOGADO E JUIZ
8	PEDRO DE ALMEIDA	CALCETEIRO
9	ZACARIAS DE GÓES E VASCONCELOS	PROFESSOR E POLÍTICO
10	FRANCISCA TONI MATHIAS	FUNCIONÁRIA PÚBLICA DA EDUCAÇÃO
11	CAPITÃO SHINGO KUBA	MILITAR

12	CORONEL ALMIR SILVA	MILITAR
NOMES DE UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE		PROFISSÃO
1	JOÃO CÂNDIDO FERREIRA	MÉDICO
2	SALVADOR ALLENDE	MÉDICO E POLÍTICO CHILENO
3	CÂNDIDO PORTINARI	ARTISTA PLÁSTICO
4	OUVIDOR PARDINHO	JUIZ E POLÍTICO
5	OSTERNACK	DADOS NÃO ENCONTRADOS
NOMES DE ESCOLAS MUNICIPAIS		PROFISSÃO
1	AUGUSTA GLÜCK RIBAS	PROFESSORA
2	MIRACY RODRIGUES DE ARAÚJO	PROFESSORA
3	MARIA DA LUZ SEILER VEIGA - DONA LULU	PROFESSORA E EMPRESÁRIA
4	PAULO FREIRE	PROFESSOR E SECRETÁRIO DA EDUCAÇÃO DE SP
5	REJANE MARIA SILVEIRA SACHETTE	PROFESSORA
6	HEITOR DE ALENCAR FURTADO	POLÍTICO
7	AMÉRICA DA COSTA SABÓIA	PROFESSORA
8	SIDÔNIO MURALHA	ADMINISTRADOR E EMPRESAS E ESCRITOR
9	CÂNDIDO PORTINARI	JÁ MENCIONADO
10	ÁLVARO BORGES	ARTISTA PLÁSTICO
11	ERASMO PILOTTO	JÁ MENCIONADO
12	HELENA KOLODY	PROFESSORA E ESCRITORA
13	JOÃO BATISTA BRANDÃO DE PROENÇA	PROFESSOR
14	CARLOS DRUMOND DE ANDRADE	ESCRITOR
15	ENÉAS MARQUES DOS SANTOS	ADVOGADO, PROMOTOR E PROFESSOR
16	POMPÍLIA LOPES DOS SANTOS - DONA POMPÍLIA	PROFESSORA
17	RACHEL MADER GONÇALVES	ASSISTENTE SOCIAL

Fonte: A Autora (2024).

APÊNDICE 13 – CAPITAIS ECONÔMICOS DOS 47 NOVOS AGENTES
ESTUDADOS

NOMES DE RUA		CAPITAIS ECONÔMICOS
1	IZAAC F. DA CRUZ	PROPRIETÁRIOS DE BENS IMOBILIÁRIOS (RURAI E URBANOS) / EMPRESÁRIO DO COMÉRCIO/INDÚSTRIA/ COMUNICAÇÃO/ SETOR FINANCEIRO
2	MÁRIO GASPARIN	EMPRESÁRIO DO COMÉRCIO/INDÚSTRIA/ COMUNICAÇÃO/ SETOR FINANCEIRO
3	IGNÊZ DE LOURDES GOMES DE MACEDO	DADOS NÃO ENCONTRADOS
4	JOÃO CISLINSKY	DADOS NÃO ENCONTRADOS
5	ROBERT REDZIMSKI	PROPRIETÁRIOS DE BENS IMOBILIÁRIOS (RURAI E URBANOS)
6	ANTÔNIA MOLINA BELLA	DADOS NÃO ENCONTRADOS
7	JOAQUIM DE SIQUEIRA CORTES	DADOS NÃO ENCONTRADOS
8	JAIR COELHO	DADOS NÃO ENCONTRADOS
9	CYRO CORREIA PEREIRA	PROPRIETÁRIOS DE BENS IMOBILIÁRIOS (RURAI E URBANOS)
10	ANTÔNIO BERTOLDI	DADOS NÃO ENCONTRADOS
11	EMILIANO PERNETA	DADOS NÃO ENCONTRADOS
12	REINALDO DE CARVALHO – BOLA	PROPRIETÁRIOS DE BENS IMOBILIÁRIOS (RURAI E URBANOS) / EMPRESÁRIO DO COMÉRCIO/INDÚSTRIA/ COMUNICAÇÃO/ SETOR FINANCEIRO
13	CEL. AUGUSTO DE ALMEIDA GARRET	DADOS NÃO ENCONTRADOS
14	JOSÉ ANGELO MARTINS	DADOS NÃO ENCONTRADOS
15	AVELINO MANTOVANI	DADOS NÃO ENCONTRADOS
NOMES DE PRAÇA/JARDINETES		CAPITAIS ECONÔMICOS
1	EGYDIO JOSÉ BUSNARDO	PROPRIETÁRIOS DE BENS IMOBILIÁRIOS (RURAI E URBANOS)
2	CARLOS RAUL HELLER	DADOS NÃO ENCONTRADOS
3	JOSÉ SOARES GROBE	EMPRESÁRIO DO COMÉRCIO/INDÚSTRIA/ COMUNICAÇÃO/ SETOR FINANCEIRO
4	ANTONIO ALVES DA ROCHA LOURES	DADOS NÃO ENCONTRADOS
5	HUMBERTO BERTOLDI	EMPRESÁRIO DO COMÉRCIO/INDÚSTRIA/ COMUNICAÇÃO/ SETOR FINANCEIRO
6	JOSÉ BORIO	EMPRESÁRIO DO COMÉRCIO/INDÚSTRIA/ COMUNICAÇÃO/ SETOR FINANCEIRO
7	MATIAS ALENOR MARTINS	DADOS NÃO ENCONTRADOS
8	PEDRO DE ALMEIDA	DADOS NÃO ENCONTRADOS
9	ZACARIAS DE GÓES E VASCONCELOS	DADOS NÃO ENCONTRADOS
10	FRANCISCA TONI MATHIAS	DADOS NÃO ENCONTRADOS
11	CAPITÃO SHINGO KUBA	PROPRIETÁRIOS DE BENS IMOBILIÁRIOS (RURAI E URBANOS) /
12	CORONEL ALMIR SILVA	DADOS NÃO ENCONTRADOS
NOMES DE UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE		CAPITAIS ECONÔMICOS
1	JOÃO CÂNDIDO FERREIRA	DADOS NÃO ENCONTRADOS
2	SALVADOR ALLENDE	DADOS NÃO ENCONTRADOS
3	CÂNDIDO PORTINARI	DADOS NÃO ENCONTRADOS
4	OUVIDOR PARDINHO	DADOS NÃO ENCONTRADOS

5	OSTERNACK	
	NOMES DE ESCOLAS MUNICIPAIS	CAPITAIS ECONÔMICOS
1	AUGUSTA GLÜCK RIBAS	DADOS NÃO ENCONTRADOS
2	MIRACY RODRIGUES DE ARAÚJO	DADOS NÃO ENCONTRADOS
3	MARIA DA LUZ SEILER VEIGA - DONA LULU	EMPRESÁRIO DA EDUCAÇÃO
4	PAULO FREIRE	DADOS NÃO ENCONTRADOS
5	REJANE MARIA SILVEIRA SACHETTE	DADOS NÃO ENCONTRADOS
6	HEITOR DE ALENCAR FURTADO	DADOS NÃO ENCONTRADOS
7	AMÉRICA DA COSTA SABÓIA	DADOS NÃO ENCONTRADOS
8	SIDÔNIO MURALHA	DADOS NÃO ENCONTRADOS
9	CÂNDIDO PORTINARI	JÁ MENCIONADO
10	ÁLVARO BORGES	DADOS NÃO ENCONTRADOS
11	ERASMO PILOTTO	JÁ MENCIONADO
12	HELENA KOLODY	DADOS NÃO ENCONTRADOS
13	JOÃO BATISTA BRANDÃO DE PROENÇA	DADOS NÃO ENCONTRADOS
14	CARLOS DRUMOND DE ANDRADE	DADOS NÃO ENCONTRADOS
15	ENÉAS MARQUES DOS SANTOS	DADOS NÃO ENCONTRADOS
16	POMPÍLIA LOPES DOS SANTOS - DONA POMPÍLIA	DADOS NÃO ENCONTRADOS
17	RACHEL MADER GONÇALVES	DADOS NÃO ENCONTRADOS

Fonte: A Autora (2024).

APÊNDICE 14 – CAPITAIS POLÍTICOS DOS 47 NOVOS AGENTES ESTUDADOS

NOMES DE RUA		CARGO POLÍTICO
1	IZAAC F. DA CRUZ	DADOS NÃO ENCONTRADOS
2	MÁRIO GASPARIN	DADOS NÃO ENCONTRADOS
3	IGNÊZ DE LOURDES GOMES DE MACEDO	DADOS NÃO ENCONTRADOS
4	JOÃO CISLINSKY	DADOS NÃO ENCONTRADOS
5	ROBERT REDZIMSKI	DADOS NÃO ENCONTRADOS
6	ANTÔNIA MOLINA BELLA	DADOS NÃO ENCONTRADOS
7	JOAQUIM DE SIQUEIRA CORTES	DADOS NÃO ENCONTRADOS
8	JAIR COELHO	DADOS NÃO ENCONTRADOS
9	CYRO CORREIA PEREIRA	DADOS NÃO ENCONTRADOS
10	ANTÔNIO BERTOLDI	DADOS NÃO ENCONTRADOS
11	EMILIANO PERNETA	CARGO NO JUDICIÁRIO
12	REINALDO DE CARVALHO – BOLA	DADOS NÃO ENCONTRADOS
13	CEL. AUGUSTO DE ALMEIDA GARRET	DADOS NÃO ENCONTRADOS
14	JOSÉ ANGELO MARTINS	FUNÇÃO FORA DOS CRITÉRIOS
15	AVELINO MANTOVANI	DADOS NÃO ENCONTRADOS
NOMES DE PRAÇA/JARDINETES		CARGO POLÍTICO
1	EGYDIO JOSÉ BUSNARDO	FUNÇÃO FORA DOS CRITÉRIOS
2	CARLOS RAUL HELLER	DADOS NÃO ENCONTRADOS
3	JOSÉ SOARES GROBE	DADOS NÃO ENCONTRADOS
4	ANTONIO ALVES DA ROCHA LOURES	CARGO MUNICIPAL
5	HUMBERTO BERTOLDI	DADOS NÃO ENCONTRADOS
6	JOSÉ BORIO	DADOS NÃO ENCONTRADOS
7	MATIAS ALENOR MARTINS	CARGO NO JUDICIÁRIO
8	PEDRO DE ALMEIDA	DADOS NÃO ENCONTRADOS
9	ZACARIAS DE GÓES E VASCONCELOS	CARGO MUNICIPAL E ESTADUAL
10	FRANCISCA TONI MATHIAS	DADOS NÃO ENCONTRADOS
11	CAPITÃO SHINGO KUBA	DADOS NÃO ENCONTRADOS
12	CORONEL ALMIR SILVA	DADOS NÃO ENCONTRADOS
NOMES DE UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE		CARGO POLÍTICO
1	JOÃO CÂNDIDO FERREIRA	CARGOS MUNICIPAL, ESTADUAL E FEDERAL
2	SALVADOR ALLENDE	CARGO NACIONAL (ESTRANGEIRO)
3	CÂNDIDO PORTINARI	DADOS NÃO ENCONTRADOS
4	OUVIDOR PARDINHO	CARGOS ESTADUAL E FEDERAL
5	OSTERNACK	DADOS NÃO ENCONTRADOS
NOMES DE ESCOLAS MUNICIPAIS		CARGO POLÍTICO
1	AUGUSTA GLÜCK RIBAS	DADOS NÃO ENCONTRADOS
2	MIRACY RODRIGUES DE ARAÚJO	DADOS NÃO ENCONTRADOS
3	DONA LULU	DADOS NÃO ENCONTRADOS
4	PAULO FREIRE	CARGO ESTADUAL
5	REJANE MARIA SILVEIRA SACHETTE	DADOS NÃO ENCONTRADOS
6	HEITOR DE ALENCAR FURTADO	CARGO FEDERAL
7	AMÉRICA DA COSTA SABÓIA	DADOS NÃO ENCONTRADOS
8	SIDÔNIO MURALHA	DADOS NÃO ENCONTRADOS
9	CÂNDIDO PORTINARI	JÁ MENCIONADO
10	ÁLVARO BORGES	DADOS NÃO ENCONTRADOS
11	ERASMO PILOTTO	JÁ MENCIONADO
12	HELENA KOLODY	DADOS NÃO ENCONTRADOS
13	JOÃO BATISTA BRANDÃO DE PROENÇA	CARGO ESTADUAL
14	CARLOS DRUMOND DE ANDRADE	DADOS NÃO ENCONTRADOS
15	ENÉAS MARQUES DOS SANTOS	CARGO ESTADUAL
16	POMPÍLIA LOPES DOS SANTOS - DONA POMPÍLIA	DADOS NÃO ENCONTRADOS
17	RACHEL MADER GONÇALVES	DADOS NÃO ENCONTRADOS

Fonte: A Autora (2024).

APÊNDICE 15 – PERCENTUAL DOS CAPITAIS
ACUMULADOS/RECONVERTIDOS PELOS 64 AGENTES ESTUDADOS

AGENTES	CED	CPR	CEC	CP	CF	TOTAL
ESCOLAS DE REFERÊNCIA						
ANÍBAL KHURY NETO.					X	20%
ERASMO PILOTTO	X	X	X	X	X	100%
EURIDES BRANDÃO.		X	X	X	X	80%
FLÁVIO FERREIRA DA LUZ.	X	X	X		X	80%
GUIDO ARZUA.	X	X		X	X	80%
GUILHERME MARANHÃO.	X	X		X	X	80%
HASDRUBAL BELLEGARD.	X	X		X		60%
HILDEGARD SONDHAL.	X	X			X	60%
IARA BERGMANN.						00%
INEZ VICENTE BOROCZ.						00%
MARLI Q. AZEVEDO.	X	X			X	60%
NIRLEI MEDEIROS.	X	X				40%
PAULO LEMINSKI.	X	X			X	60%
PILAR MATURANA.	X	X				40%
RODOLPHO ZANINELLI.		X	X			40%
TEOBALDO KLEMBERG	X	X			X	60%
TEOTÔNIO VILELA.	X	X	X	X	X	100%
MÉDIA PERCENTUAL						56,5%
RUAS						
IZAAC F. DA CRUZ		X	X		X	60%
MÁRIO GASPARIN		X	X			40%
IGNÊZ DE LOURDES GOMES DE MACEDO		X			X	40%
JOÃO CISLINSKY						00%
ROBERT REDZIMSKI		X	X		X	60%
ANTÔNIA MOLINA BELLA		X				20%
JOAQUIM DE SIQUEIRA CORTES	X	X			X	60%
JAIR COELHO		X				20%
CYRO CORREIA PEREIRA	X	X	X		X	80%
ANTÔNIO BERTOLDI		X				20%
EMILIANO PERNETA	X	X		X	X	80%
REINALDO DE CARVALHO – BOLA	X	X	X			60%
CEL. AUGUSTO DE ALMEIDA GARRET		X				20%
JOSÉ ANGELO MARTINS		X				20%
AVELINO MANTOVANI						00%
MÉDIA PERCENTUAL						38,7%
PRAÇAS OU JARDINETES						
EGYDIO JOSÉ BUSNARDO		X	X			40%
CARLOS RAUL HELLER	X	X			X	60%
JOSÉ SOARES GROBE		X	X			40%
ANTONIO ALVES DA ROCHA LOURES	X	X		X	X	80%
HUMBERTO BERTOLDI		X	X			40%
JOSÉ BORIO		X	X			40%
MATIAS ALENOR MARTINS	X	X		X		60%
PEDRO DE ALMEIDA		X				20%
ZACARIAS DE GÓES E VASCONCELOS	X	X		X	X	80%

FRANCISCA TONI MATHIAS		X			X		40%
CAPITÃO SHINGO KUBA		X	X				40%
CORONEL ALMIR SILVA	X	X					40%
MÉDIA PERCENTUAL							48,3%

UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE							
JOÃO CÂNDIDO FERREIRA	X	X		X	X		80%
SALVADOR ALLENDE	X	X		X			60%
CÂNDIDO PORTINARI	X	X			X		60%
OUVIDOR PARDINHO	X	X		X			60%
OSTERNACK							00
MÉDIA PERCENTUAL							52%

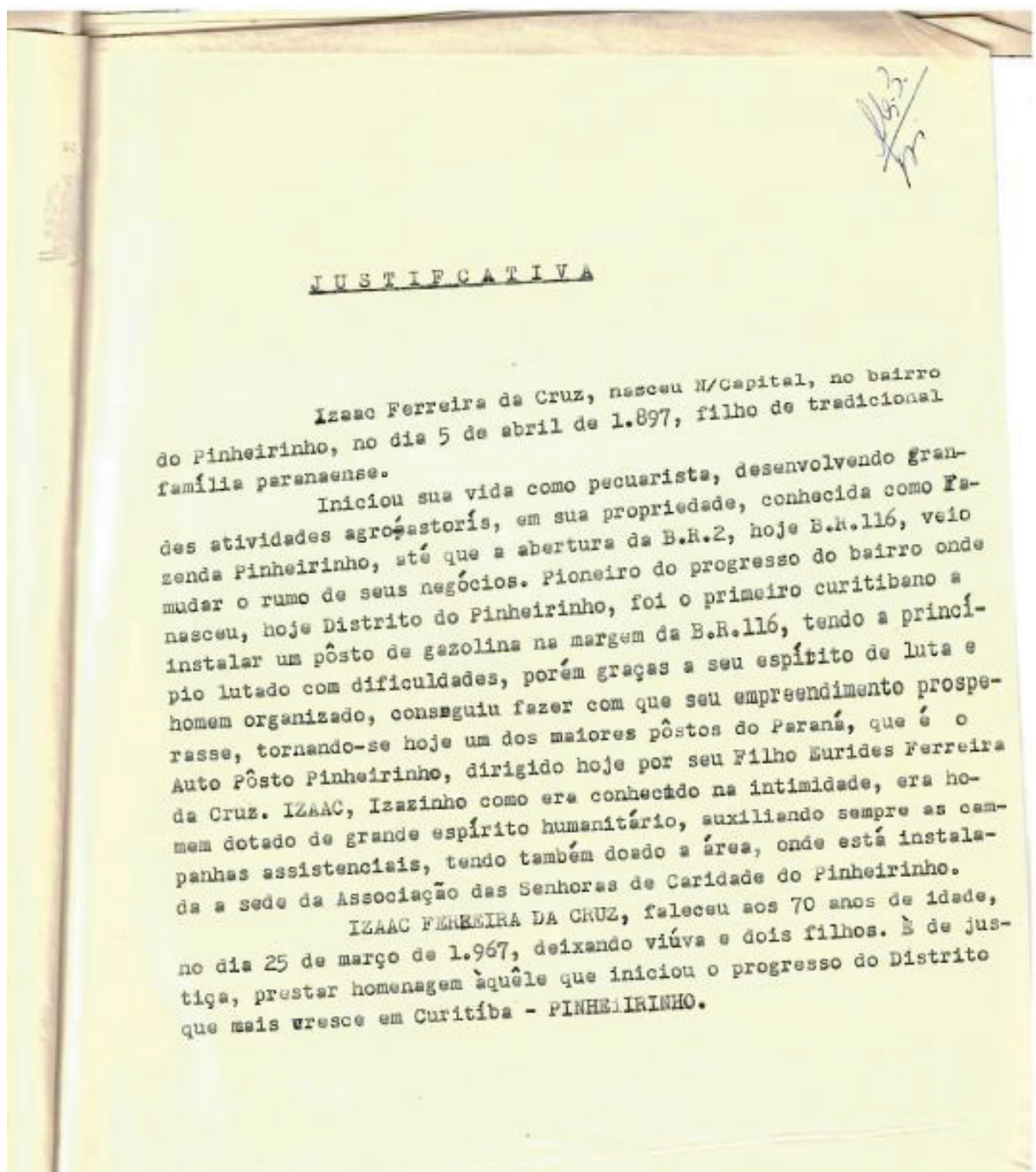
ESCOLAS MUNICIPAIS							
AUGUSTA GLÜCK RIBAS	X	X			X		60%
MIRACY RODRIGUES DE ARAÚJO	X	X					40%
MARIA DA LUZ SEILER VEIGA - DONA LULU	X	X	X		X		80%
PAULO FREIRE	X	X		X	X		80%
REJANE MARIA SILVEIRA SACHETTE	X	X			X		60%
HEITOR DE ALENCAR FURTADO	X	X		X	X		80%
AMÉRICA DA COSTA SABÓIA	X	X			X		80%
SIDÔNIO MURALHA	X	X			X		60%
CÂNDIDO PORTINARI	JM	JM	JM	JM	JM	JM	JM
ÁLVARO BORGES	X	X			X		60%
ERASMO PILOTTO	JM	JM	JM	JM	JM	JM	JM
HELENA KOLODY	X	X			X		60%
JOÃO BATISTA BRANDÃO DE PROENÇA		X		X	X		60%
CARLOS DRUMOND DE ANDRADE	X	X			X		60%
ENÉAS MARQUES DOS SANTOS	X	X		X	X		80%
POMPÍLIA LOPES DOS SANTOS - DONA POMPÍLIA	X	X			X		60%
RACHEL MADER GONÇALVES	X	X			X		60%
MÉDIA PERCENTUAL							65,3%

Legenda: CED – Capitais Educacionais/ CPR – Capitais Profissionais/ CEC – Capitais Econômicos / CP – Capitais Políticos/ CF – Capitais familiares/ JM – Já mencionado.

Fonte: A autora (2024).

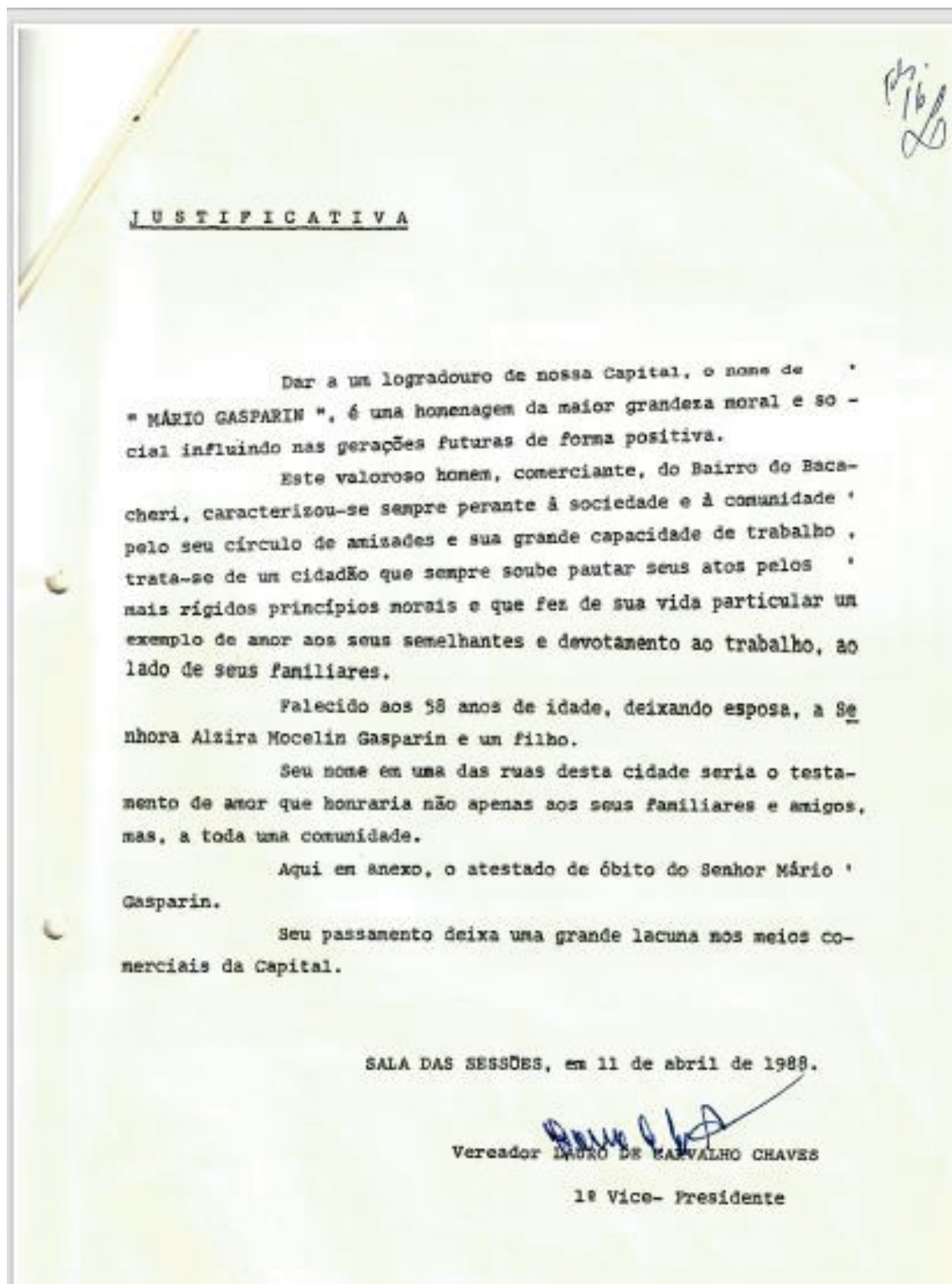
ANEXOS

NOMES DE RUA

ANEXO 01 – JUSTIFICATIVA PARA A ESCOLHA DO NOME DE IZAAC
FERREIRA DA CRUZ PARA DESIGNAR UMA AVENIDA NO BAIRRO SÍTIO
CERCADO – CURITIBA.

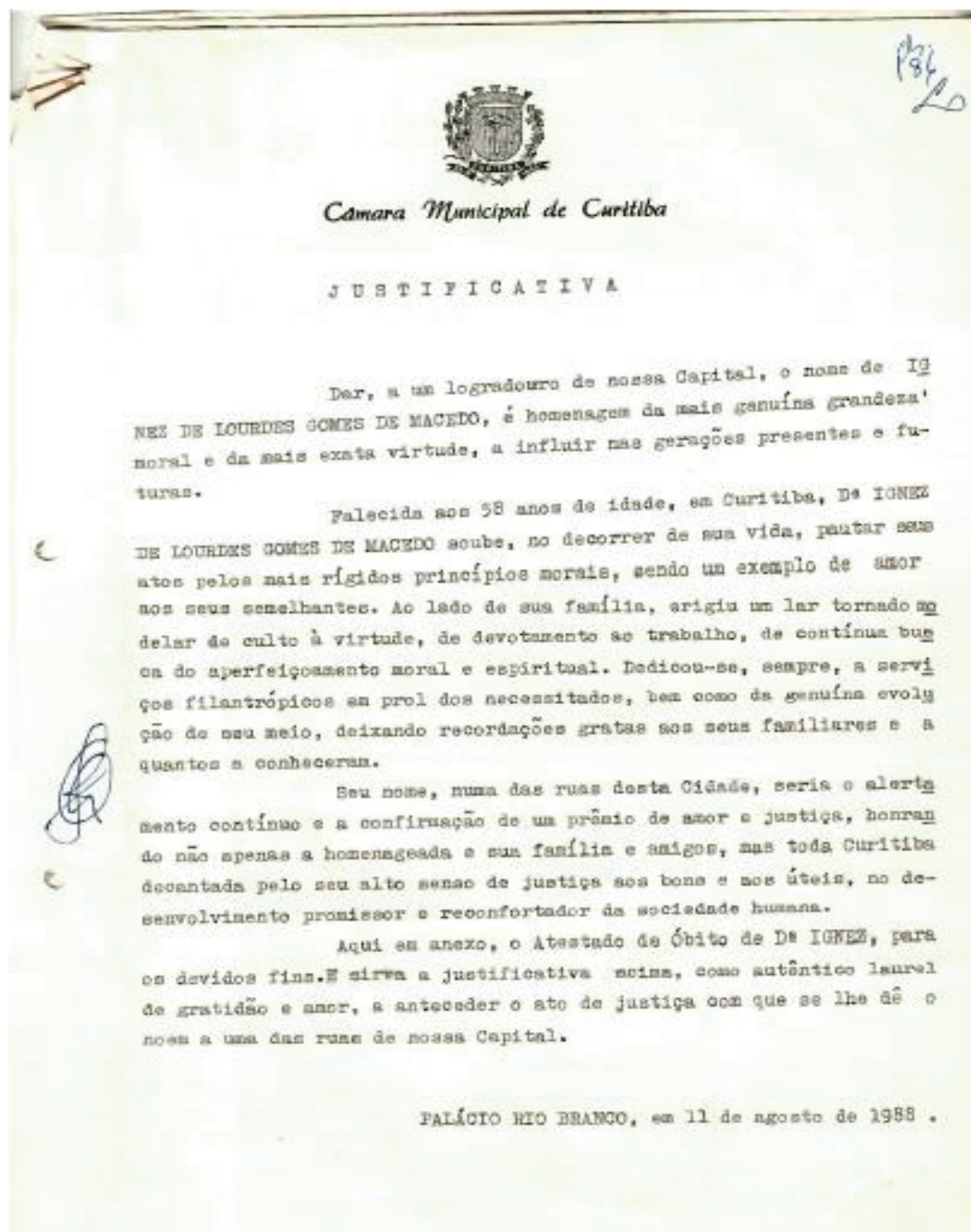
(SEÇÃO DE ARQUIVO E DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE
CURITIBA, [1968?], fl.03).

ANEXO 02 – JUSTIFICATIVA PARA A ESCOLHA DO NOME DE MARIO
GASPARIN PARA DESIGNAR UMA RUA NO BAIRRO SÍTIO CERCADO –
CURITIBA.



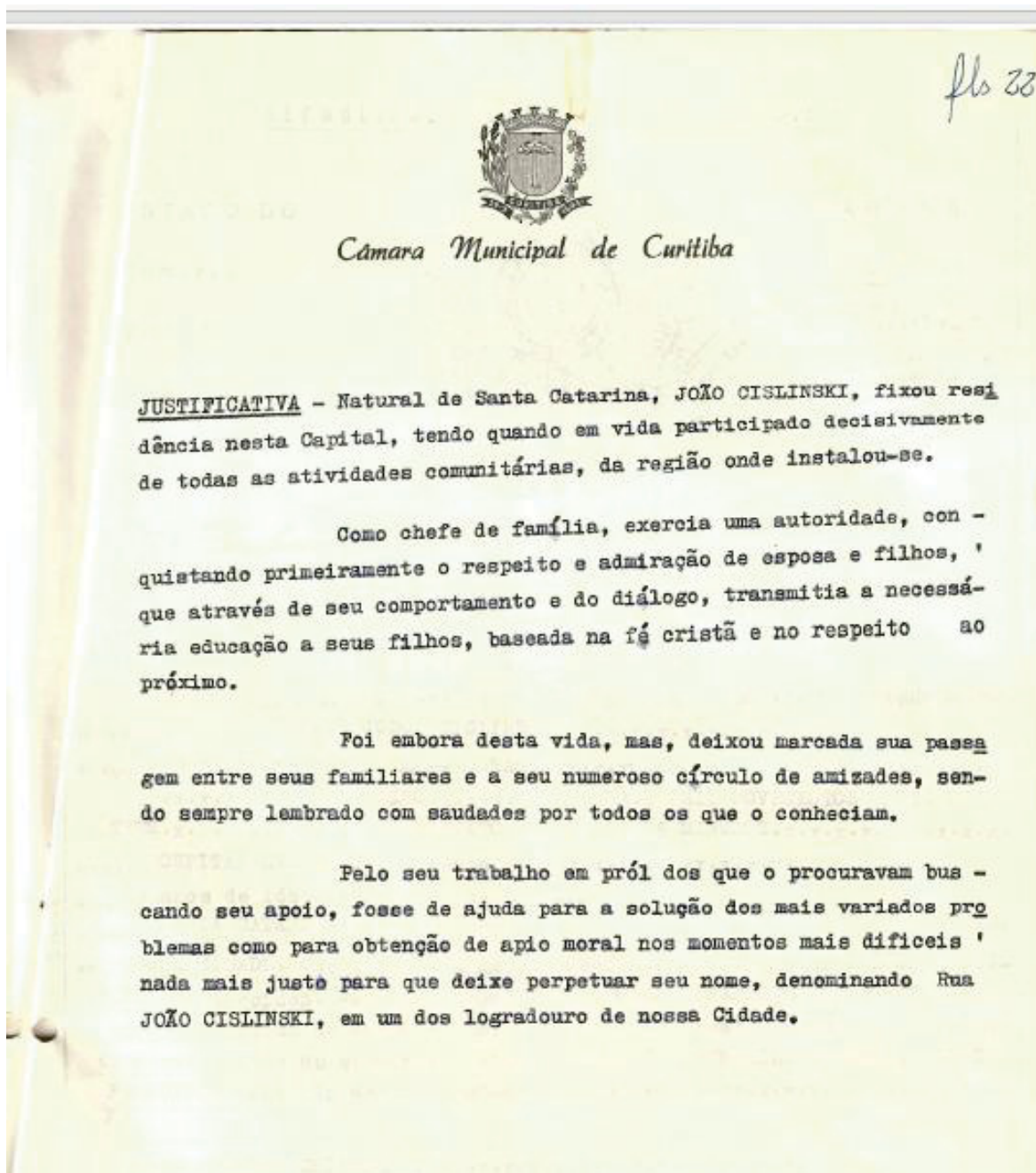
(SEÇÃO DE ARQUIVO E DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE
CURITIBA, 1987, fl. 16).

ANEXO 03 – JUSTIFICATIVA PARA A ESCOLHA DO NOME DE IGNEZ
LOURDES DE MACEDO PARA DESIGNAR UMA RUA NO BAIRRO SÍTIO
CERCADO – CURITIBA



(SEÇÃO DE ARQUIVO E DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE
CURITIBA, 1988, fl. 86).

ANEXO 04 – JUSTIFICATIVA PARA A ESCOLHA DO NOME DE JOÃO
CISLINSKY PARA DESIGNAR UMA RUA NO BAIRRO SÍTIO CERCADO –
CURITIBA



(SEÇÃO DE ARQUIVO E DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE
CURITIBA, 1986, fl. 22).

ANEXO 05 – JUSTIFICATIVA PARA A ESCOLHA DO NOME DE ROBERT
REDZIMSKI PARA DESIGNAR UMA RUA NO BAIRRO CIC – CURITIBA

CURRICULUM VITAE

Nome: Robert Redzinski

Natural: Jadrzejewo - Polônia

Filiação: Josef Redzinski e Franciszka Redzinski

Carteira de Identidade de Estrangeiro S.R.R.R. 265.208 - 10/11/49

Carteira de Identidade Polonesa - 323.371

Casado com Paulina Redzinski

Filho de lavradores, desde a tenra infância já conheceu a vida dura, tirando da terra o fruto de seu trabalho e o sustento. Ao completar 21 anos ingressou no Exército Polonês, para anos depois combater as forças armadas invasoras da Alemanha, culminando com a capitulação da Polônia em 1.939. Foi preso nos campos de concentração Nazista na Cidade Alemã de Ausgestalt sob código Nr A 217/002743. Durante anos a fio submetido a trabalhos forçados juntamente com sua esposa para que sua filhinha de apenas meses não fosse separada a serviço de tantas outras que nem sequer conheciam seus Pais Legítimos. Em 1.945, libertado pelas forças aliadas, procurando o que tinha de seu passado e familiares, somente encontrou morte e destruição. Como ali nada mais lhe restava, reunindo todas as suas forças, juntando seus pertences (numa única mala), inscreveu-se com sua esposa e filha para no Brasil iniciar uma nova vida.

Rio de Janeiro 10 de novembro de 1.949, em companhia de sua esposa e filha agora com 3 anos, chega carregando sua maior bagagem "A esperança de dias melhores e do esquecimento".

A todos os que imigraram, foi dado a escolher, qual a cidade brasileira que gostariam de ficar. Considerando o Paraná ser o Estado agrícola foi decidido que residiria em Campo Comprido, zona rural na época considerada, localidade pertencente ao município de Curitiba.

Procurando esquecer os horrores da guerra, no dia de uma mudança, transmuta toda sua energia e a certeza de um amanhã mais promissor. Assim Robert Redzinski, construiu sua nova vida no Bairro de Campo Comprido. Aos poucos conseguiu erigir sua residência, era então a 1ª casa do caminho que mais tarde com seu

11-108
40

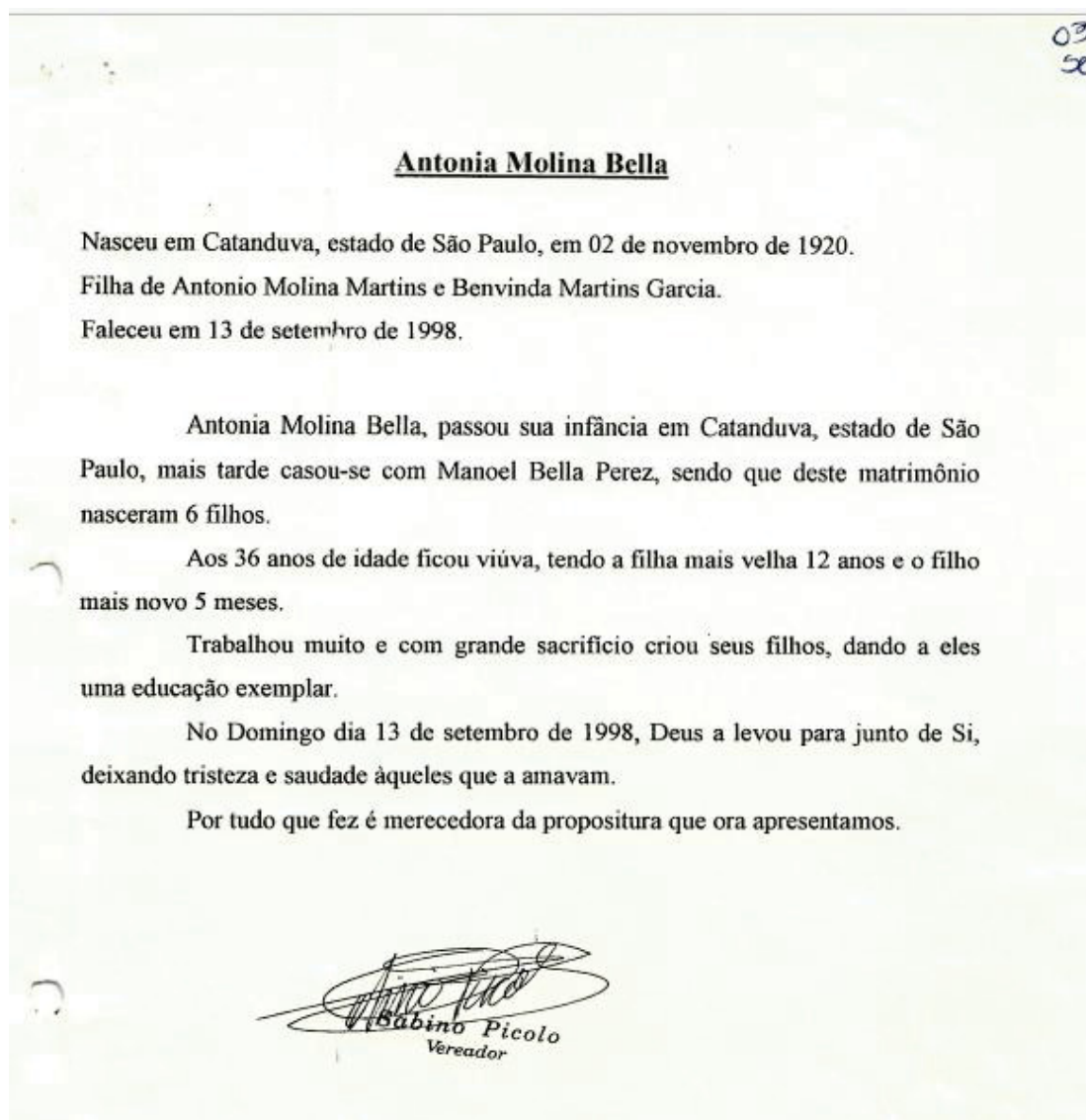
esforço e interesse transformou-se na Travessa do Moimho com abertura solicitada ao então Vereador Ivo Moro. Preocupado com o progresso da Travessa do Moimho, começou um movimento junto aos moradores para que fosse parada a rede de energia elétrica, cujo medidor foi instalada em sua casa e a cobrança sob sua responsabilidade.

Junho de 1.955, a vida começava a lhe sorrir novamente, veio ao mundo sua segunda filha, a quem deu o nome de Regina Elizabeth, uma brasileira, para aquelas que deixaram em terras longínquas suas raízes e um passado de fome, lágrimas, desespero, sangue e morte. No Brasil fez amigos dando o seu interesse e apoio a quem precisava. Em 1.967 fez casar sua filha mais velha de nome Marja, a quem com muito sacrifício e renúncias conseguiu livrar das mãos dos Alemães.

Sua felicidade durou pouco por ser acometido de enfermidade, logo foi preciso aposentar-se. Mas o desejo de ajudar seus semelhantes era mais forte, foi assim que a morte o surpreendeu. Hospitalizado as pressões veio a falecer no dia 5 de julho do ano de 1.970 no Hospital Cajuru. Seu último desejo, ser enterrado no Campo Comprido, a terra que lhe deu abrigo e onde criou suas filhas. Hoje seus restos mortais repousam no cemitério de Nova Orleans Campo Comprido e sua memória na saudade de sua esposa, filhas, genros e amigos.

Em Curitiba, 21 de junho de 1.984

ANEXO 06 – JUSTIFICATIVA PARA A ESCOLHA DO NOME DE ANTONIA
MOLINA BELLA PARA DESIGNAR UMA RUA NO BAIRRO CIC – CURITIBA



(SEÇÃO DE ARQUIVO E DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE
CURITIBA, 1998, fl. 03).

ANEXO 07 – JUSTIFICATIVA PARA A ESCOLHA DO NOME DE JOAQUIM DE
SIQUEIRA CORTES PARA DESIGNAR UMA RUA NO BAIRRO CIC –
CURITIBA.

58
AD



Câmara Municipal de Curitiba

B I O G R A F I A

Joaquim de Siqueira Côrtes, nasceu na cidade da Lapa no dia 8 de Dezembro de 1.871, filho do Coronel Euphrasio de ' Siqueira Côrtes e de dona Maria da Luz Santos Côrtes.

Fez seu curso primário na Lapa e transferin do-se para Curitiba continuou seus estudos individualmente a estudar.

Como excelente auto didata conseguiu dominar os conhecimentos necessários para exercer a profissão de Guarda Livros, especializando-se mais tarde em escrituração mercantil em Curso na cidade de São Paulo. Retornando à Curitiba exerceu até seu falecimento o Cargo de Chefe da Contabilidade de importante firma da época Feres - Merhy.

Possuindo um amplo conhecimento das leis do país era muito solicitado colaborando no trabalho dos advogados locais.

Casou-se em 2 de Janeiro de 1.904 com dona ' Helena Borba Côrtes com quem teve os seguintes filhos: Divonsir Borba Côrtes, ex-Deputado Estadual e Federal onde projetou o nome de nosso ' Estado ocupando o cargo de Secretário da Câmara Federal; Helenton Borba Côrtes médico e político de destaque em Maringá; Atlântido Borba ' Côrtes professor emérito da Universidade Federal além de Arelina Côrtes Hagenberg e Constança Côrtes Santos.

Inteligência privilegiada dispondo do dom da orat'oria e de excelente memória ministrou ensinamentos de sua profissão a grande número de postulantes a esta carreira pois eram poucas as pessoas disponíveis para exercer a profissão por não haver escolas especializadas na época. Foi Joaquim de Siqueira Côrtes pioneiro na ciência contábil do Paraná sendo sempre solicitado para elaboração de balanços das grandes firmas, trabalhando com afinco até o dia de seu falecimento ocorrido em 03 de Julho de 1.925, deixando uma lacuna no meio empresarial da época.

Família Borba Côrtes.

Curitiba, em Maio de 1.992.

C.M. - 2

*Câmara Municipal de Curitiba*JUSTIFICATIVA

De tradicional família paranaense Joaquim de' Siqueira Côrtes prestou inestimável serviços ao nosso Estado. É um exemplo de força de vontade e inteligência pois apenas com o curso primário tornou-se um autodidata com conhecimentos profundos de contabilidade, transmitindo a muitos alunos as suas experiências, cooperando também com seu trabalho em grandes firmas existentes da época.

Todo este espírito de luta, caráter íntegro e dedicação às nobres causas transferiu para seus filhos que souberam honrar estes mesmos princípios, filhos esses, que em suas profissões enaltaceram e projetaram o nome do Paraná no cenário Nacional.

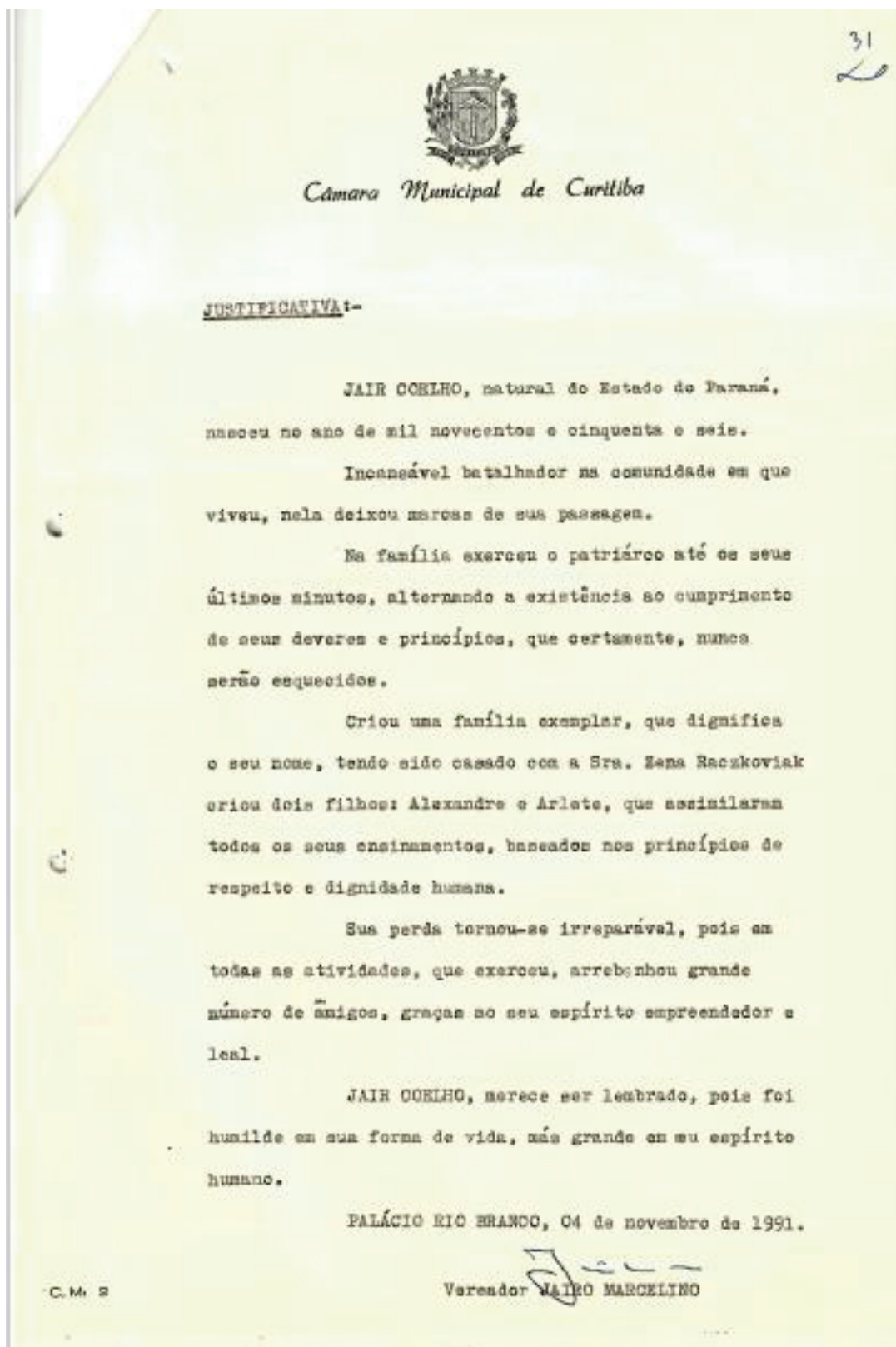
Residindo aqui em Curitiba desde sua juventude aqui constituiu família cooperando para o desenvolvimento, dentro de sua profissão, de nossa Cidade.

Por toda uma vida de sacrifícios de luta em prol de uma profissão que sempre exerceu com honra e dignidade, pelos exemplos que deixou de um jovem que não possuía recursos para estudos / tornando-se um autodidata e depois também mestre, Joaquim Siqueira Côrtes merece homenagem póstuma, nominando uma das ruas de nossa capital.

Fabiano Braga Côrtes Júnior.

Curitiba, 19 de Junho de 1.992

ANEXO 08 – JUSTIFICATIVA PARA A ESCOLHA DO NOME DE JAIR COELHO
PARA DESIGNAR UMA RUA NO BAIRRO CIC – CURITIBA



(SEÇÃO DE ARQUIVO E DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE
CURITIBA, 1991, fl. 31).

ANEXO 09 – JUSTIFICATIVA PARA A ESCOLHA DO NOME DE CYRO
CORREIA PEREIRA PARA DESIGNAR UMA RUA NO BAIRRO CIC – CURITIBA

Dados biográficos sobre CYRO CORREIA PEREIRA

CYRO CORREIA PEREIRA nasceu a 9 de novembro de 1915, em Curitiba, filho de Lothario Pereira e Olívia Correia Pereira, de tradicional família paranaense.

Após os primeiros estudos no Colégio Santa Maria, em Curitiba, e no Colégio Militar do Rio de Janeiro, formou-se em Comércio e Administração, em Curitiba.

Muito jovem, começou a trabalhar na ervateira Leão Jr., de seu cunhado Agostinho Erasmão de Leão, onde permaneceu por vários anos. Em 1938 casou-se com Maria Lina Marques Pereira; tiveram três filhos: Maria do Socio, Eduardo Manuel e Ana Cristina.

Por morte de seu sogro Oribi Marques, fundou a firma ervateira Vvo. Oribi Marques, que foi considerada pelo Instituto Nacional do Mate modelo de organização e método de trabalho em seu ramo. Como seu Diretor-Presidente permaneceu até a sua morte, em 14 de outubro de 1972.

Sob sua direção, a firma estendeu seus engenhos ao interior do Estado, nas cidades de Ponta Grossa, Rio Negro e União da Vitória, e a Santa Catarina, nas cidades de Canoas e Campo Alegre, onde funcionava igualmente a tecelagem que atendia à embalagem do produto.

No exterior, lutou sempre pela ampliação do mercado consumidor da erva-mate brasileiro.

Participou ativamente da Associação Comercial do Paraná, do Instituto Nacional do Mate, do Rotary Club, e foi sócio-fundador da Sociedade Hípica Paranaense.

Faleceu em Curitiba, dia 14 de outubro de 1972, aos 56 anos de idade.

1- Conforme publicação contemporânea, refere, em anexo.

(SEÇÃO DE ARQUIVO E DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE
CURITIBA, 1983, fl. 20).

ANEXO 10 – JUSTIFICATIVA PARA A ESCOLHA DO NOME DE ANTONIO BERTOLDI PARA DESIGNAR UMA RUA NO BAIRRO CIC – CURITIBA



Câmara Municipal de Curitiba

I - Publicação
II - De-se encaminhamento regimental.

Em 28 de agosto de 2000.

[Assinatura]
Presidente

PROPOSIÇÃO

O Vereador, João Claudio Derosso, infra-assinado(a)(s), no uso de suas atribuições legais, submete à apreciação da Câmara Municipal de Curitiba a seguinte proposição:

Projeto de Lei Ordinária: Denominação de bem público não especificada

SÚMULA

"Denomina de Antonio Bertoldi um dos logradouros públicos da capital, ainda não nominado".

Art. 1º - É denominado de Antonio Bertoldi, um dos logradouros públicos da Capital ainda não nominado.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data da publicação.

Palácio Rio Branco, 23 de agosto de 2000.

1º TURNO DE DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

[Assinatura]
João Claudio Derosso

Vereador

aprovado
Sala das Sessões, 24 / 08 / 00

[Assinatura]
PRESIDENTE

Justificativa

2º TURNO DE DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

aprovado

Sala das Sessões, 28 / 08 / 00

[Assinatura]
PRESIDENTE

ANTONIO BERTOLDI, nasceu em 02 de novembro de 1870, na cidade de Trento, na Itália. Veio para Curitiba ainda jovem, e como todos os imigrantes da época trabalhava com a família no sustento da mesma. Foi mais tarde, operário da Fábrica de Fósforos Pinheiro/Fiat Lux. Foi casado com Joana Roncaglio Bertoldi. Antonio faleceu em 02 de março de 1919, com 48 anos de



(SEÇÃO DE ARQUIVO E DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA, 2000, fl. 02-03).

ANEXO 11 – EMILIANO PERNETA

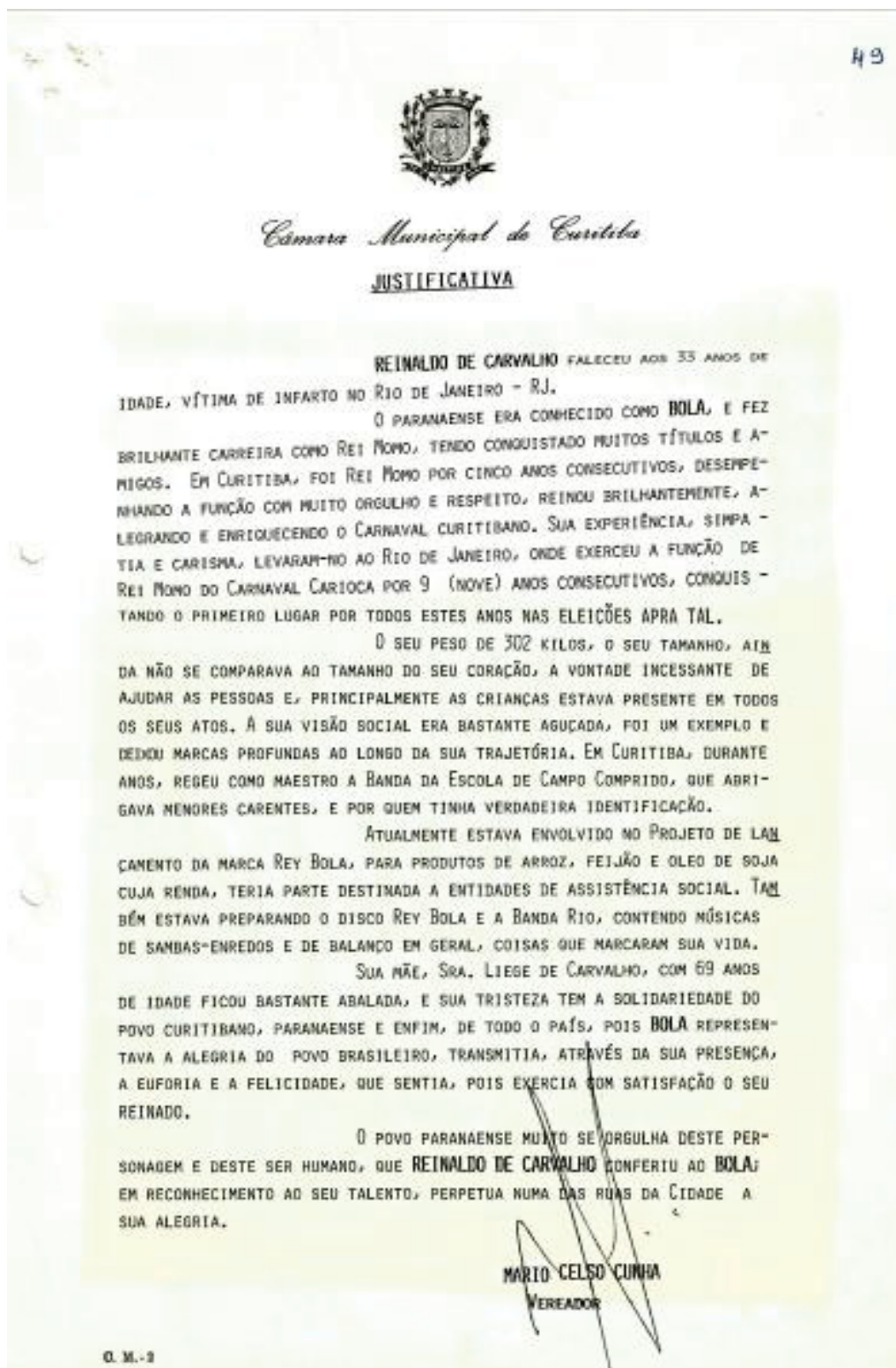


Busto de Emiliano Pernetá na Praça Osório – Curitiba (O PRÍNCIPE, 2023).



Praça Zacarias e Rua Emiliano Pernetá – 1930 (WIKIMEDIA COMMONS, 2023).

ANEXO 12 – JUSTIFICATIVA PARA A ESCOLHA DO NOME DE REINALDO DE
CARVALHO – BOLA PARA DESIGNAR UMA RUA NO BAIRRO GANCHINHO –
CURITIBA



(SEÇÃO DE ARQUIVO E DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE
CURITIBA, 1995, fl. 49).

ANEXO 13 – JUSTIFICATIVA PARA A ESCOLHA DO NOME DE AUGUSTO DE
ALMEIDA GARRET DESIGNAR UMA RUA NO BAIRRO TARUMÃ - CURITIBA

fls 3
ma
ju

NOME: AUGUSTO DE ALMEIDA GARRETT

FILIAÇÃO Pai: ANDRÉ DE ALMEIDA GARRETT
Mãe: AUGUSTA SALOMON GARRETT

DATA DE NASCIMENTO: 25 de agosto de 1898

NACIONALIDADE: Brasileira NATURAL: CURITIBA - PARANÁ

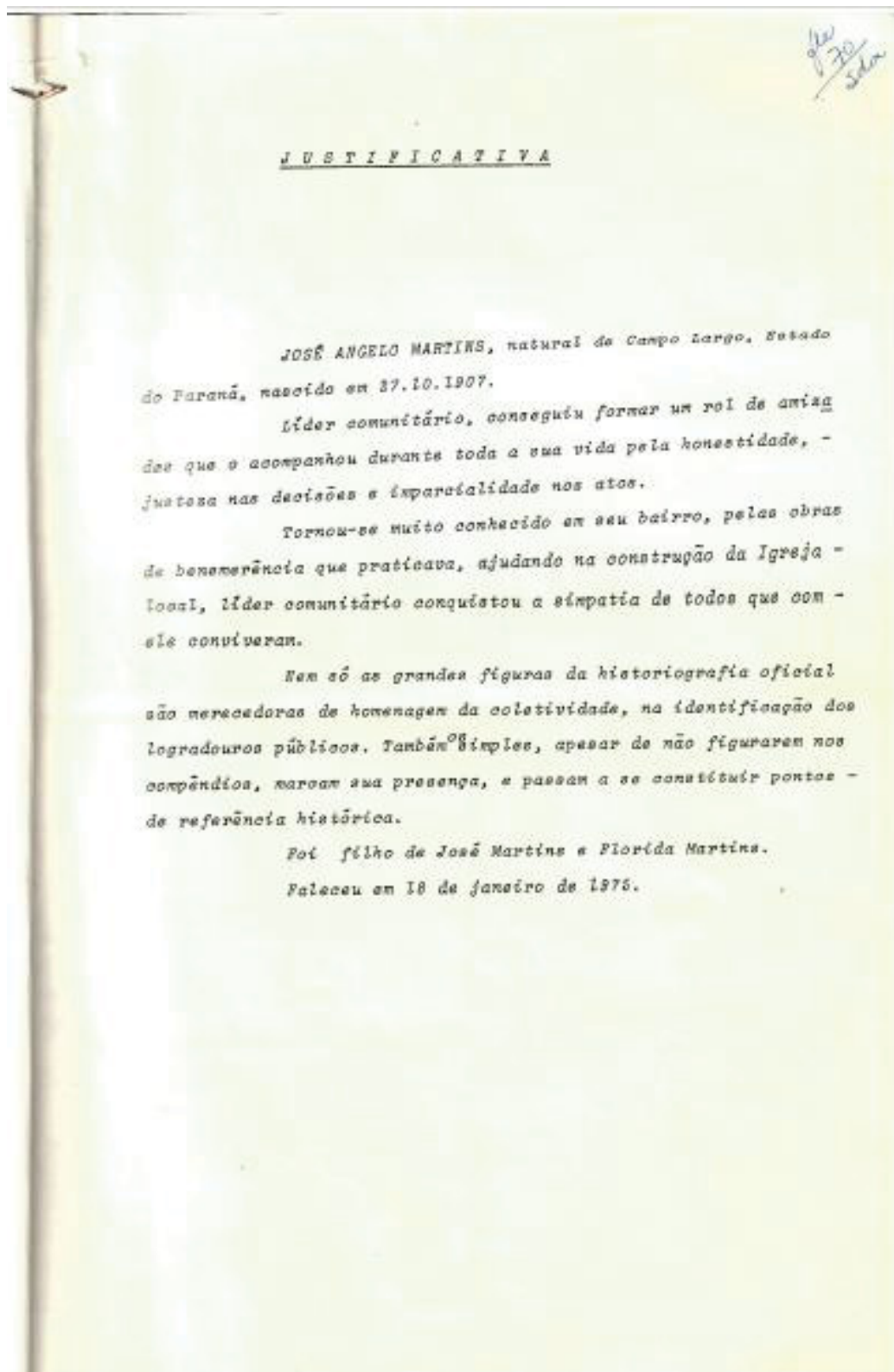
ESPOSA: JACIRA MARINHO DE ALMEIDA GARRETT

FALECIMENTO: 21 de abril de 1954



(SEÇÃO DE ARQUIVO E DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA, 1978 [?], fl. 3 e 25).

ANEXO 14 – JUSTIFICATIVA PARA A ESCOLHA DO NOME DE JOSÉ ANGELO MARTINS PARA DESIGNAR UMA RUA NO BAIRRO TATUQUARA - CURITIBA



(SEÇÃO DE ARQUIVO E DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA, 1983 [?], fl. 70).

NOMES DE PRAÇAS E JARDINETES

ANEXO 15 – JUSTIFICATIVA PARA A ESCOLHA DO NOME DE EGYDIO JOSÉ
BUSNARDO PARA DESIGNAR UMA PRAÇA NO SÍTIO CERCADO - CURITIBA

03



Câmara Municipal de Curitiba

JUSTIFICATIVA

EGYDIO JOSÉ BUSNARDO

Aqueles que conheceram Egydio Busnardo, sabem que foi ele um exemplo de cidadão, sempre voltado ao bem comum, sempre pronto a participar das lutas pela melhoria de qualidade de vida da comunidade de onde vivia.

Como militar, serviu o exército Brasileiro até se aposentar. Como cidadão, foi um bom chefe de família e muito contribuiu para desenvolver o futebol em sua região, seja como jogador, treinador ou juiz de diversos times suburbanos.

Pessoa generosa servia o próximo com amor e dedicação. Sonha viver, de forma modesta e digna.

Dar o seu nome a uma rua da Cidade, é reconhecer o valor dos humildes.


JOSE GORSKI
Vereador

RUA BARÃO DO RIO BRANCO S/Nº - CEP 83010-330 - FONE: (31) 322-1130 - FAX: (31) 322-2221 - CURITIBA - PARANÁ

04

HISTÓRICO

EGYDIO JOSÉ BUSNARDO

EGYDIO JOSÉ BUSNARDO, nasceu no Estado de Santa Catarina, em 24 de novembro de 1921.

Veio para Curitiba ainda em plena juventude, para prestar Serviço Militar, época em que participou de várias competições militares, dentre estas: a Corrida do Facho e de Bicicletas, tendo ganho diversos prêmios.

Engajado na carreira Militar, prestou serviço ao Exército Brasileiro até se aposentar.

Casou-se com Helena Mildemberguer, e teve dois filhos.

Morou em diversos bairros de Curitiba, até que em 1950 comprou um terreno do Sr. Gregório Kavinski, na antiga rua da Cruz, hoje Hugo Kinzelmann, bairro Campina do Siqueira.

Teve várias dificuldades, pois, na época não tinha luz, água, ônibus e demais melhorias no bairro. Razão pela qual fez parte da comissão de moradores, dirigida pela senhora Julieta Zilioto para obterem energia elétrica e demais benfeitorias para o local onde residia.

Foi integrante ativo na construção da capela de São José Trabalhador, na Campina do Siqueira, organizando, como Presidente da Comissão várias festas e bingos, em prol desta.

Foi jogador, treinador, juiz de diversos times da época, como: Campo da Cruz, Canto do Rio e Bangu.

Faleceu em 05 de outubro de 1997, deixando aos familiares e amigos o exemplo de uma existência voltada ao bem comum, da luta e do trabalho conjunto em prol da melhoria de qualidade de vida de todos.



ANEXO 16 – JUSTIFICATIVA PARA A ESCOLHA DO NOME DE CARLOS RAUL HELLER PARA DESIGNAR UMA PRAÇA NO SÍTIO CERCADO - CURITIBA

Folha 6

1 - Indicar-se
11 - Dê-se encaminhamento regimental.

Sala das Sessões, 16/9/03.

Presidente



Câmara Municipal de Curitiba

PROPOSIÇÃO 09.00088.2003

O Vereador, **Ney Leprevost**, infra-assinado(a)(s), no uso de suas atribuições legais, submete à apreciação da Câmara Municipal de Curitiba a seguinte proposição:

Projeto de Lei Ordinária: Denominação de bem público não especificada

SÚMULA

"Denomina de Carlos Raul Heller, um dos logradouros públicos ainda não nominado."

Art. 1º - É denominado de Carlos Raul Heller, um dos logradouros públicos da Capital ainda não nominado.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data da publicação.

Palácio Rio Branco, 12 de setembro de 2003.

1º TURNO DE DISCUSSÃO E VOTAÇÃO <i>Amovado</i> Sala das Sessões, 17/11/03 Presidente	2º TURNO DE DISCUSSÃO E VOTAÇÃO <i>Amovado</i> Sala das Sessões, 13/11/03 Presidente

Ney Leprevost
Vereador

Justificativa

O Dr. Carlos Raul Heller nasceu em 11 de junho de 1935, estudou no Colégio Dna. Branca em Curitiba, no Colégio Novo Ateneu e formou-se em Engenharia Civil pela Universidade Federal do Paraná.

Trabalhou na Uselpa (Usinas Hidrelétricas do Paranapanema), na Velloso e Camargo Engenharia e Empreendimentos e na Volvo do Brasil.

03
6

Faleceu em 26 de janeiro de 2003.

Teve sua vida pautada pela seriedade e pela lealdade, deixando muita saudade a seus amigos e familiares.

Pelo que representou a cidade de Curitiba, acreditamos ser nosso dever como legisladores apresentar este Projeto de Lei que deixará seu nome gravado para sempre na história de Curitiba.

CARLOS RAUL HELLER

(In Memoriam)

DADOS PESSOAIS

Nome: Carlos Raul Heller

Local e data de nascimento: Curitiba/Paraná - 11/06/1935

Filiação: Carlos Heller e Anna Hoffmann Heller

FORMAÇÃO

1º Grau - 1942-1945	Escola D. Branca
2º Grau - 1946-1953	Colégio Novo Ateneu
Superior - 1955 - 1959	Universidade Federal do Paraná Engenharia Civil

LÍNGUAS ESTRANGEIRAS

Alemão - nível avançado

Inglês - nível avançado

ATIVIDADES PROFISSIONAIS

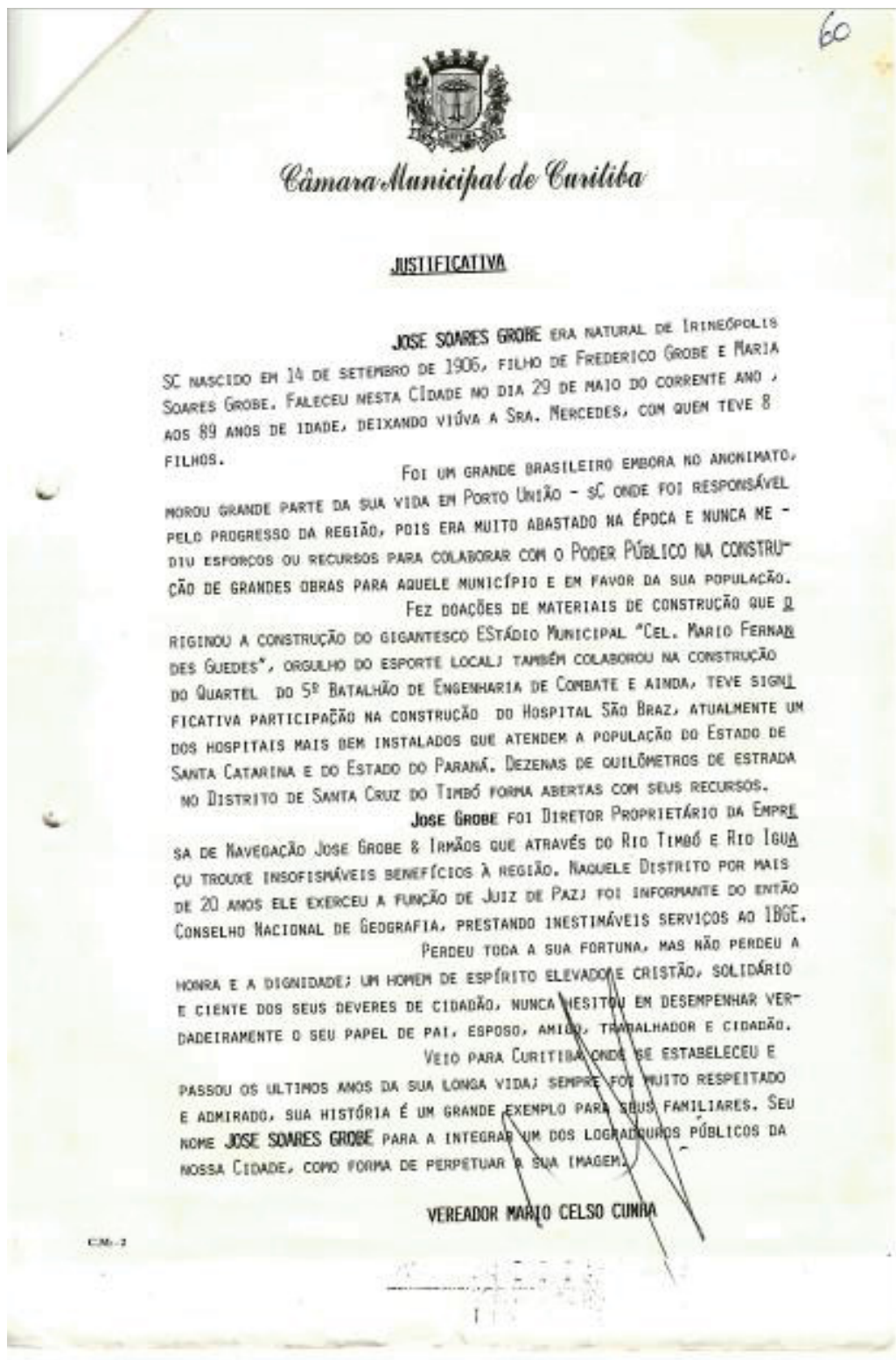
1960 - 1963	USELPA (Usinas Hidroelétricas do Paranapanema). Engenheiro de Construção Civil
1964 - 1963	Veloso e Camargo Engenharia e Empreendimentos. Engenheiro de Construção de Pontes, Estradas
1984 - 1993	Volvo do Brasil - Curitiba Engenheiro de Construção

Aposentadoria 1995

Falecimento 28/01/2003

(SEÇÃO DE ARQUIVO E DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA, 2003, fls. 2-4).

ANEXO 17 – JUSTIFICATIVA PARA A ESCOLHA DO NOME DE JOSÉ SOARES GROBE PARA DESIGNAR UMA PRAÇA NO SÍTIO CERCADO - CURITIBA



(SEÇÃO DE ARQUIVO E DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA, 1996 [?], fl. 60).

ANEXO 18 – JUSTIFICATIVA PARA A ESCOLHA DO NOME DE ANTONIO ALVES DA ROCHA LOURES PARA DESIGNAR UMA PRAÇA NA CIDADE INDUSTRIAL DE CURITIBA.



Câmara Municipal de Curitiba

JUSTIFICATIVA

Antonio Alves da Rocha Loures, nasceu em Palmas-Pr, em 01 de março de 1910 e faleceu a 24 de abril de 1980 em Curitiba. Filho de Euclides da Rocha Loures e Maria Rosa A. da Rocha Loures. Casado com Aracy Martins da Rocha Loures com quem teve três filhos: Antonio Carlos da Rocha Loures, Maria da Rocha Loures Raquel de Souza e Geraldo da Rocha Loures.

Engenheiro Agrônomo formado pela Escola de Agronomia da UFP em 1935 e também pelo CPOR de Curitiba no mês de maio. Fez curso na Fundação de Estudos do Mar (femar) - Curso de Estudos Superiores do Mar em 1969.

Foi representante do Ministério do Planejamento na Coordenação Geral da Junta Deliberativa, do Departamento de Trigo (1965-1966).

Participou de diversas Comissões principalmente representando o Ministério do Planejamento em missões no exterior ligadas a problemas de negociação de trigo.

Foi Prefeito de Cerro Azul-Pr de 1938 a 1939. Prefeito de Antonina-Pr em 1941.

Participou da FEB em combates na Itália, onde recebeu as condecorações: Medalha de Guerra, Medalha de Campanha, Medalha Sangue do Brasil e Cruz de Combate de Primeira Classe.

Após retornar da Itália foi promovido a Capitão do Exército.

Prestou relevantes serviços ao Banco do Brasil, à SUPRA, à Justiça Eleitoral, ao Poder Judiciário do Estado de Guanabara e a Secretaria de Planejamento da Presidência da República.



Câmara Municipal de Curitiba

pelo exposto, por sua retidão de caráter
e pelo alto espírito cívico que marca sua vida é que indicamos
o nome de Antonio Alves da Rocha Loures para nomear uma das
vias públicas da Capital.

ANEXO 19 – JUSTIFICATIVA PARA A ESCOLHA DO NOME DE HUMBERTO
BERTOLDI PARA DESIGNAR UMA PRAÇA NA CIDADE INDUSTRIAL DE
CURITIBA

04
R
05

Humberto Bertoldi, nascido na cidade de Curitiba, estado do Paraná, no dia 18 de outubro de 1901. Seus pais Adolfo Bertoldi e Maria Luzardi Bertoldi eram italianos. Sendo o segundo filho de uma família de outros quatro irmãos: Colomba, Dino, Orlando e Adolfo. Foi casado com Lídia Giraldi Bertoldi, ficando viúvo aos 30 anos. Teve três filhas: Izolde, Mafalda e Maria Yolanda. Pôde contar com a ajuda de seu familiares na criação e educação de suas filhas, as quais lhe deram 3 genros, 7 netos, 14 bisnetos e 3 tetranetos, até a presente data.

Foi um apaixonado pela mecânica. Pioneiro nesta área, em 1938, ele comprou o seu primeiro ônibus da Companhia Força e Luz. A garagem situava-se nos fundos de sua casa, na Rua Getúlio Vargas, entre as ruas Dez. Westphalen e Alferes Poli. Ali, teve origem a atual Empresa de Ônibus Mercês. Mecânico dedicado, era ele quem durante a noite revisava o ônibus para que logo cedo pudesse estar apto para rodar pelas ruas da cidade, muitas delas ainda sem pavimentação. A primeira linha ia da Praça Tiradentes à Rua Vicente Machado. Foi um tempo de muitas dificuldades, e esta linha acabou sendo desativada. Sem desistir de seus sonhos, iniciou, então, a linha que ia da Praça Tiradentes até as Mercês, já com três ônibus. A garagem foi transferida para a Rua Manoel Ribas, esquina com Dom Alberto Gonçalves. Com características de Empresa de Transporte e com o mecânico contratado Sr. Humberto Geronasso. Após a sua morte, seu irmão Orlando Bertoldi e sua família assumiram a direção da empresa, a qual prosperou até os dias de hoje.

Pertenceu à primeira turma do Aeroclube do Paraná, recebendo o brevê de Piloto em 1939. Obteve, também, a licença de Mecânico de Avião, do Departamento de Aeronáutica Civil. Participou ativamente das atividades aéreas do Aeroclube. Fez parte do Conselho Técnico do Aeroclube do Paraná, nos anos de 1939 e 1940. Foi um dos incentivadores da construção de campos de

06 05
R

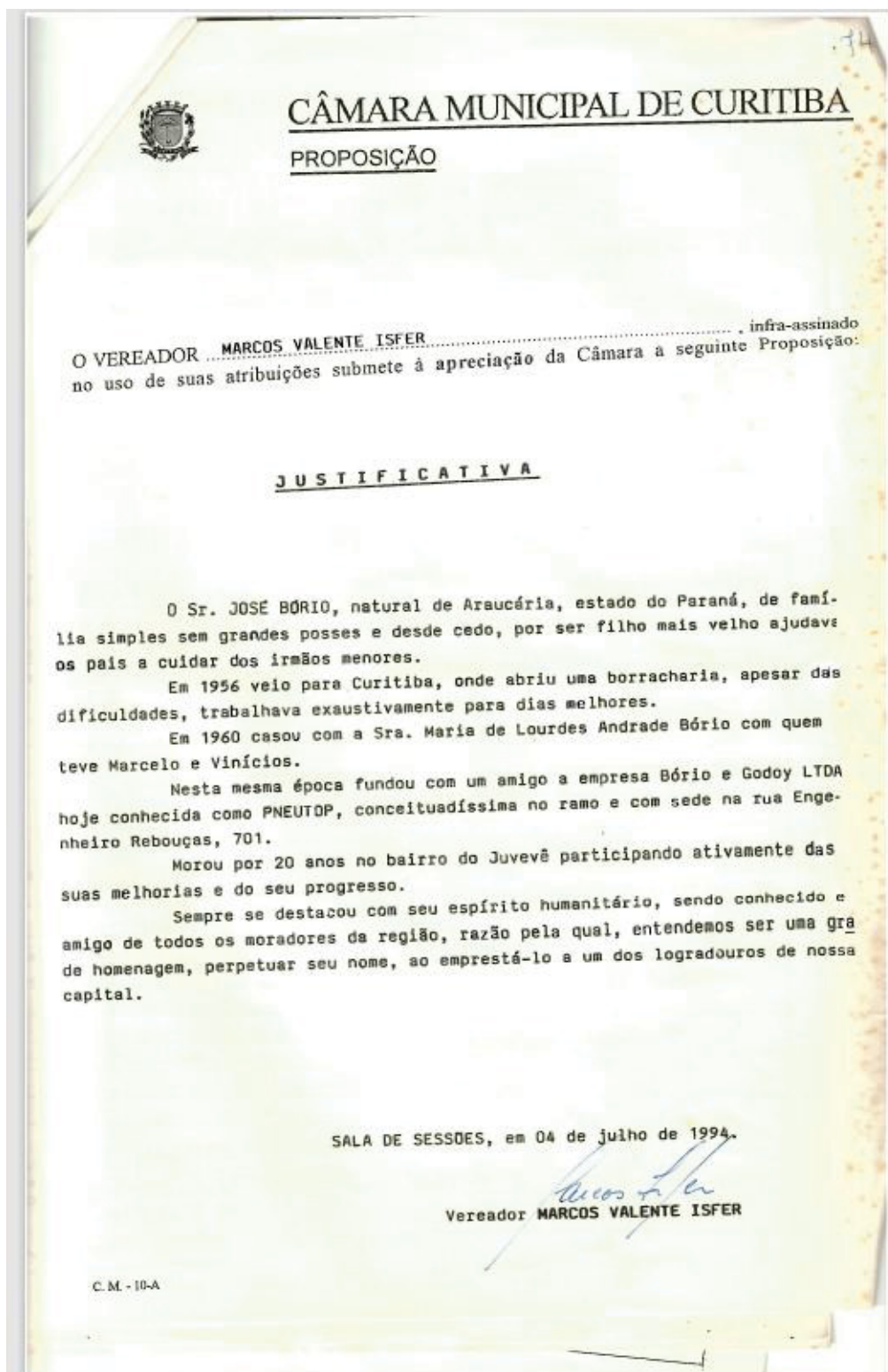
aviação ou aeródromos, como também eram conhecidos, e da criação de novos Aeroclubes no interior do Estado.

Integrante da comissão que fundou o Aero clube de São Mateus do Sul, onde ele seria o instrutor. No dia 4 de outubro de 1943, após a festa de inauguração deste aeroclube, quando os aviões decolavam retornando a Curitiba, Humberto levando um passageiro, também decolou. Naquela tarde, o calor era intenso. O avião, Piper J-3, batizado com o nome de "Bartolomeu Mitre", doado pelo Departamento de Aviação Civil, ao Aero clube de São Mateus do Sul, com apenas 65 HP de potência, subiu com certa dificuldade. Ao realizar uma curva ascendente, bateu com a ponta da asa no hangar, projetando-se no solo e explodindo em seguida.

Ele faleceu aos 41 anos, realizando o que mais gostava, pois voar era a sua grande paixão. As sementes lançadas germinaram, os seus ideais foram sendo concretizados tanto na família, quanto no transporte urbano de Curitiba, e na aviação civil. Alguns de seus irmãos, sobrinhos, netos e bisnetos seguiram seus passos, na progressista caminhada da mecânica e do transporte. Humberto Bertoldi foi alguém que conseguiu fazer diferença, trabalhando sempre com amor e entrega total, sem recuar perante as dificuldades.

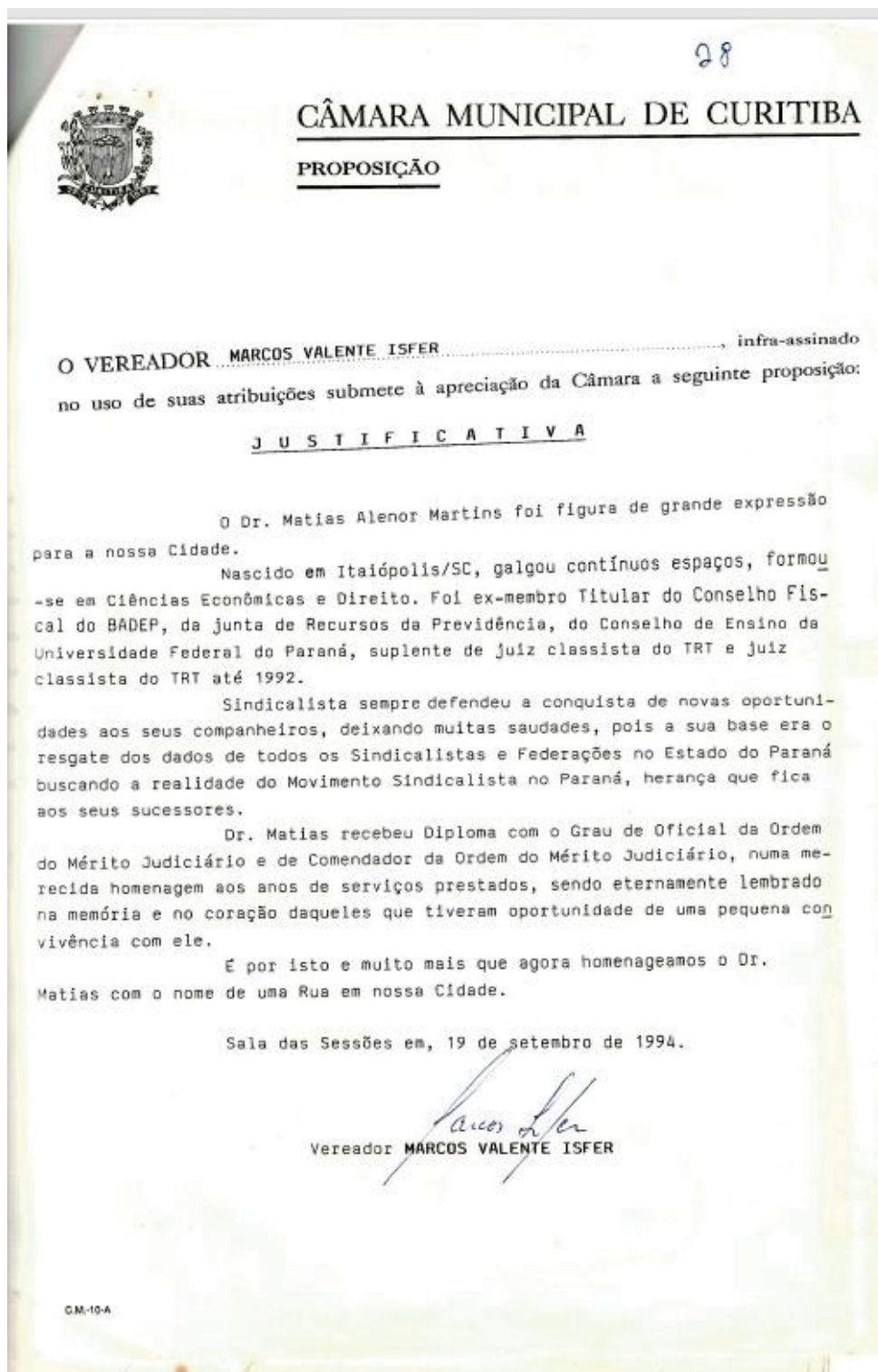
Curitiba, 3 de novembro de 1998.

ANEXO 20 – JUSTIFICATIVA PARA A ESCOLHA DO NOME DE JOSÉ BÓRIO
PARA DESIGNAR UMA PRAÇA NA CIDADE INDUSTRIAL DE CURITIBA



(SEÇÃO DE ARQUIVO E DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE
CURITIBA, 1994, fl. 74).

ANEXO 21 – JUSTIFICATIVA PARA A ESCOLHA DO NOME DE MATIAS
ALENOR MARTINS PARA DESIGNAR UMA PRAÇA NA CIDADE INDUSTRIAL
DE CURITIBA



(SEÇÃO DE ARQUIVO E DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE
CURITIBA, 1994a, fl. 28).

ANEXO 22 – JUSTIFICATIVA PARA A ESCOLHA DO NOME DE PEDRO DE ALMEIDA PARA DESIGNAR UMA PRAÇA NO BAIRRO ALTO, EM CURITIBA

PEDRO DE ALMEIDA

Nascimento: 01/agosto/1951
 Falecimento: 26/fevereiro/1984
 Pai: João Maria de Almeida
 Mãe: Maria Pires de Almeida
 Esposa: Maria Odete de Almeida
 Filhas: Fabiana Eliane de Almeida
 Flávia Fabrícia de Almeida
 Profissão: Calceiteira

J U S T I F I C A T I V A

Pedro de Almeida pertenceu a uma das famílias mais antigas do Bairro Alto. Seu pai João Maria de Almeida foi um dos desbravadores daquela região e toda sua família contribuiu de maneira efetiva para que a pequena Vila se transformasse num dos mais populosos bairros de Curitiba.

Apesar de sua pouca idade era considerado um dos melhores calceiteiros de Curitiba. Tendo trabalhado no acastanhamento das calçadas de "petit-pave" da Rua das Flores e do Centro Cívico.

Amigo de todos e apaixonado pelo futebol, se dedicou ao clube de seu coração o Vasco da Gama Junior's o glorioso clube do Bairro Alto e região.

Foi defendendo as cores do seu clube que encontrou a morte na tarde de 26/2/84 quando foi fulminado por um raio.

Por ser querido de todos que o conheciam, pelo seu coração generoso e seu espírito aberto e franco, é que a comunidade do B. Alto e os sete (7) clubes de futebol da região propuseram o seu nome para a praça onde ele faleceu.

Neste sentido solicitamos dos nobres pares a aprovação do presente requerimento.

Wagner P. Angelis
 (vereador)

Curitiba, 10 de Março de 1985

BIOGRAFIA de Pedro de Almeida

Ele, nascido em Bom Retiro Estado de Santa Catarina, ao 01 de Agosto de mil novecentos e cinquenta e um (1951) domiciliado e residente nesta capital, filho de João Maria de Almeida e de dona Maria Perez de Almeida, ele carpinteiro, ela do lar, naturais desta Estado residentes e domiciliados Nesta Capital.

Ele casado com Maria Odete de Almeida, casamento realizado na Igreja Nossa Senhor Bom Jesus do Góbral, nesta cidade, casamento este realizado no dia 17 de Maio de mil novecentos e setenta e cinco (1975).

Ele ao longo de sua carreira profissional exerceu profissão de calceteiro, onde já com idade de 15 anos, começou exercer esta, profissão foi um dos grandes mestres da arte na qual, foi responsável por los grandes pavimentos da Nossa Grande Capital, obras estas podemos destacar Rua da Flores, quase que todas as obras do Centro Cívico, foram longos anos de Serviços que no qual tirou bem pouco proveito de tudo, pois levava uma vida de homem digno, perante a sociedade, viveu até seus 34 anos, quando numa tarde de domingo, do mês 26 de fevereiro de 1984, quando praticava seu esporte, na praça desportos do Bat BAIRO Alto, quando ele atingido por um raio, não resistindo a tudo veio a falecer, defendendo ali os interesses do seu time do coração, cujo time de futebol vive até hoje, no qual chama-se Vasco da Gama Junior's.

Desta longa vida deixou duas filhas ele, Fabiana Elaine de Almeida e Flavia Fabricia de Almeida.

Ele em si foi um dos grandes homens já passados pela redondeza, ele conhecido talvez pela grande população do Bairro Alto, porque há um homem que se dedicava a todos, nunca menosprezava nem sequer os mais pobres, dos pobres sempre que podia estender a mão a todos, era uma pessoa muita dada, a sua amizade era algo invejável, para todos foi um líder tanto profissionalmente como um jogador.

Ele portador da Identidade Nº 3.135.318.1

Título de Eleitor Nº 68.763

Cie Nº 318 190 529. 15

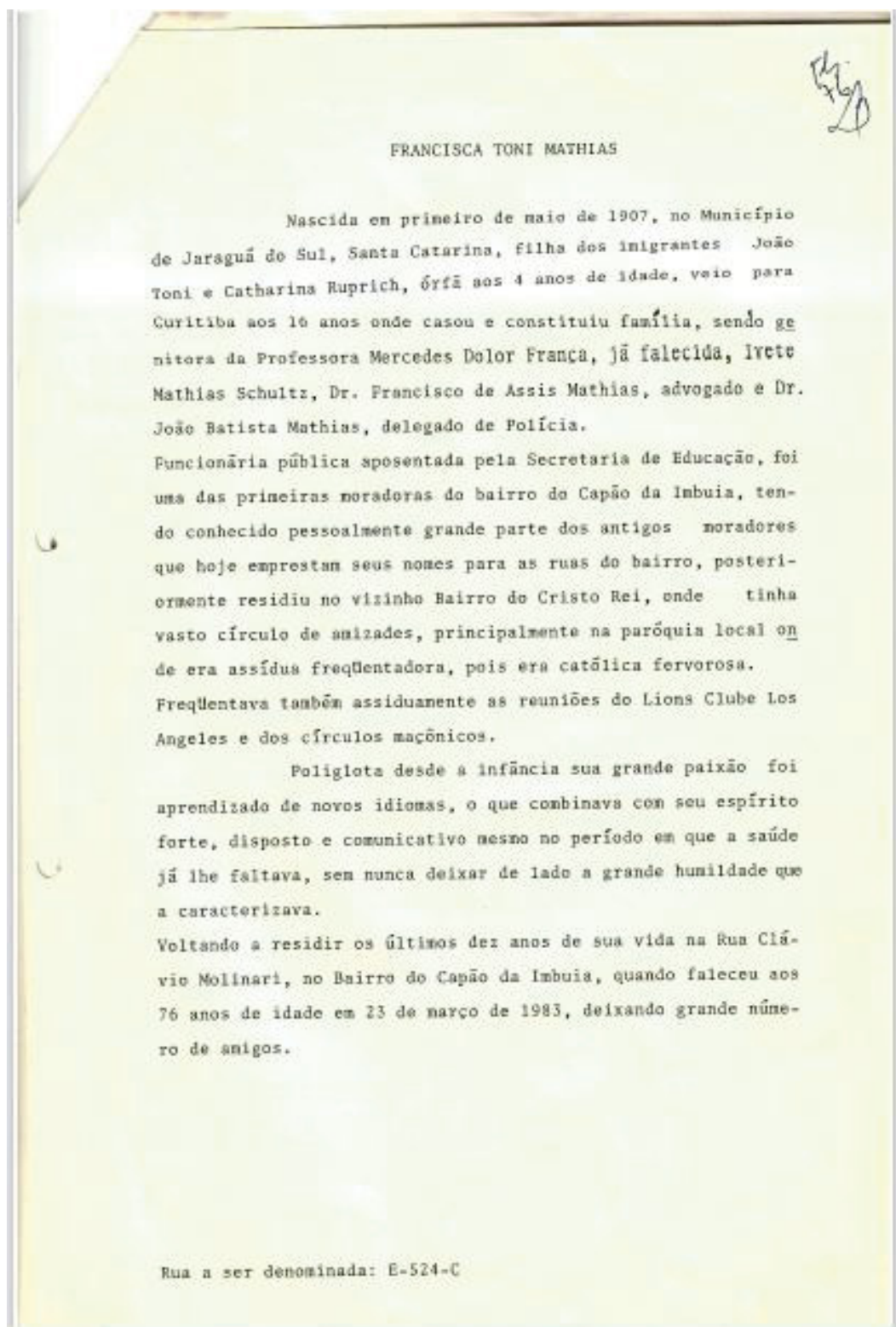
Fico-lhes muito agradecido por este gesto de reconhecimento, a todos meus sinceros cumprimentos,

ATENCIOSAMENTE

JOÃO ALMIR DE ALMEIDA

10/03/1985

ANEXO 23 – JUSTIFICATIVA PARA A ESCOLHA DO NOME DE FRANCISCA
TONI MATHIAS PARA DESIGNAR UM JARDINETE NO BAIRRO TARUMÃ, EM
CURITIBA



(SEÇÃO DE ARQUIVO E DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE
CURITIBA, 1987 [?], fl. 76).

ANEXO 24 – JUSTIFICATIVA PARA A ESCOLHA DO NOME DE SHINGO KUBA
PARA DESIGNAR UM JARDINETE NO BAIRRO TATUQUARA, EM CURITIBA



21
CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA

PROPOSIÇÃO

O VEREADOR ELIAS VIDAL, infra-assinado
no uso de suas atribuições submete à apreciação da Câmara a seguinte proposição

JUSTIFICATIVA

De indubitável reputação, o Capitão Shingo Kuba teve vasta atuação em setores da sociedade paranaense. Dedicou grande parte de sua vida às questões sociais. Filantrópico, participou ativamente no Rotary Club. Ainda no Rotary, sensibilizado com as necessidades de famílias carentes e de mães que trabalham fora de suas residências, ajudou sua esposa Risonete Kuba na construção de uma creche, quando a mesma foi presidente da Associação das Senhoras dos Rotarianos.

Anualmente, realizava campanhas de alimentos para distribuir a asilos e orfanatos. Sua vida era uma maratona de atividades sociais, servindo à Rotary e Lions, enfim à comunidade em geral, principalmente ao Exército. Em 86 foi promovido Capitão, líder do Verde Oliva, com entusiasmo e consciência do dever cumprido. No Exército Brasileiro, foi agraciado com a medalha de Ouro de Trinta Anos de Bons Serviços e com a Força de Emergência das Nações Unidas.

Em toda sua vida, o memorável capitão Shingo Kuba foi reconhecido como homem íntegro e humano. Não possuía hora para seu repouso diário e quando solicitado, não media esforços para atender a quem dele necessitasse. Incansável no seu dia a dia, foi muito reconhecido por anônimos, autoridades e prefeitos das cidades onde fixou residência. Trabalhava com o intuito de fazer de seu País uma Nação mais próspera. Dividia tudo o que plantava, em sua fazenda no Taquaral, em Cambará.



CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA

PROPOSIÇÃO

O VEREADOR ELIAS VIDAL, infra-assinado
no uso de suas atribuições submete à apreciação da Câmara a seguinte proposição

Como professor particular de História e Geografia, contribuiu na formação profissional de dezenas de alunos. Proferia palestras, quando solicitado em escolas e em grupos de escoteiros, sempre transmitindo mensagens de humanitarismo e patriotismo. Residiu em Curitiba por três períodos: 1959 a 1960, de 1962 a 1977 e de 1992, até 1996. Shingo Kuba era considerado "um homem pequeno, de coração grande". Em 21 de setembro de 1996, participou de seu último desfile cívico: o desfile comemorativo ao aniversário de Cambará. Ao retornar, na manhã do dia seguinte, foi morto tragicamente, quando seu carro apresentou uma falha mecânica, após passar pela cidade de Ponta Grossa.

Pelas suas atividades em benefício do próximo, pela sua honradez como militar e sobretudo, como cidadão e pelas benfeitorias para com a comunidade curitibana e paranaense, apresentamos o nome do Capitão Shingo Kuba para a denominação de um dos logradouros públicos de Curitiba.


Elias Vidal
Vereador

(SEÇÃO DE ARQUIVO E DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA DA CÂMARA
MUNICIPAL DE CURITIBA, 1998 [?], fls. 21-22).

ANEXO 25 – JUSTIFICATIVA PARA A ESCOLHA DO NOME DE ALMIR SILVA
PARA DESIGNAR UM JARDINETE NO BAIRRO UBERABA, EM CURITIBA



Câmara Municipal de Curitiba

I - Publique-se
II - Dê-se encaminhamento regimental.

Sala das Sessões, 31/10/01.

Presidente

PROPOSIÇÃO 09.00106.2001

O Vereador, **Ney Leprevost**, infra-assinado, no uso de suas atribuições legais, submete à apreciação da Câmara Municipal de Curitiba a seguinte proposição:

Projeto de Lei Ordinária: Denominação de bem público não especificada

SÚMULA

"Denomina de Cel. Almir Silva um dos logradouros públicos de Curitiba."

Art. 1º - É denominado de Cel. Almir Silva, um dos logradouros públicos da Capital ainda não nominado.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data da publicação.

Palácio Rio Branco, 30 de outubro de 2001.

Ney Leprevost
Vereador

1º TURNO DE DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Sala das Sessões

Justificativa

Presidente

2º TURNO DE DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Sala das Sessões

Presidente

O Cel. Almir nasceu no dia 20 de setembro de 1926, chegando a Curitiba há 40 anos como aspirante do exército, vindo da Academia Militar das Agulhas Negras, e desde então exerceu fundamental papel na sociedade curitibana, vindo

03

infelizmente a falecer no dia 08 de agosto de 2.001.

Ingressou primeiramente no Círculo Militar do Paraná onde exerceu diversos cargos inclusive o de Presidente desta entidade, onde realizou inúmeros eventos, muitos beneficentes, sempre visando a convivência harmônica entre os civis e militares e principalmente sensível as causas sociais.

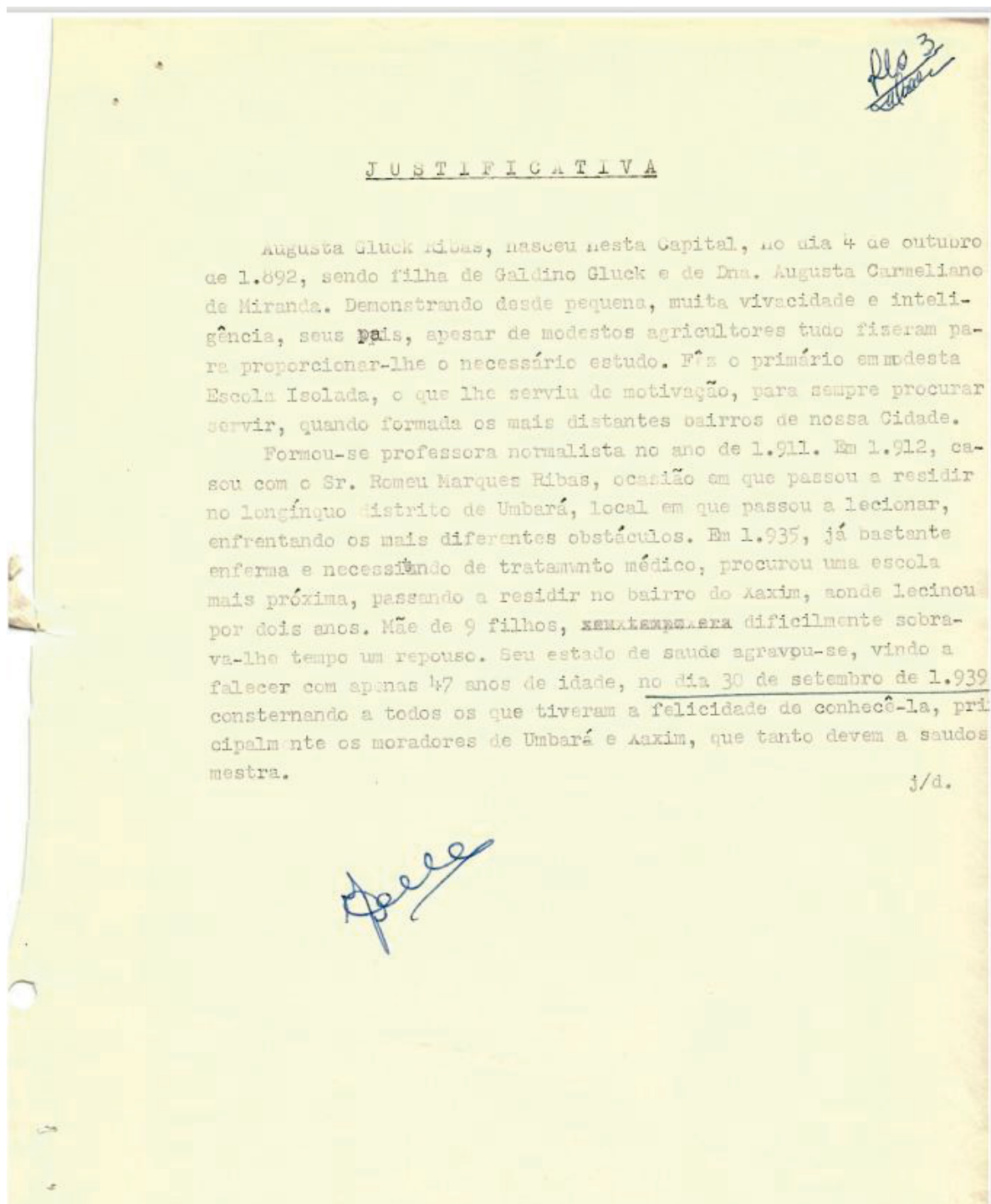
Prova disto é, que enquanto major da 5ª Cia Intendencia, foi designado como representante da Região junto ao Governo do Estado e Prefeitura Municipal, época em que realizou a maior campanha do agasalho já vista em nosso Estado, arrecadando 250.000 peças de agasalho.

Foi um dos fundadores do 3 Marias Clube de Campo, atuando como diretor social.

Profissional brilhante, preocupado com a sociedade curitibana, ingressou na Sociedade Espirita Capa dos Pobres onde com o mesmo dinamismo e bondade de sempre, foi um grande protetor daqueles que buscavam conforto espiritual e dos menos favorecidos que a esta entidade recorriam para buscar a ajuda necessária. Dirigiu a instituição por 11 anos realizando importantes programas como distribuição de enxovais para recém-nascidos, distribuição de leite em pó, distribuição de alimentos para idosos carentes, e festa de Natal para as crianças da favela do Mossunguê.

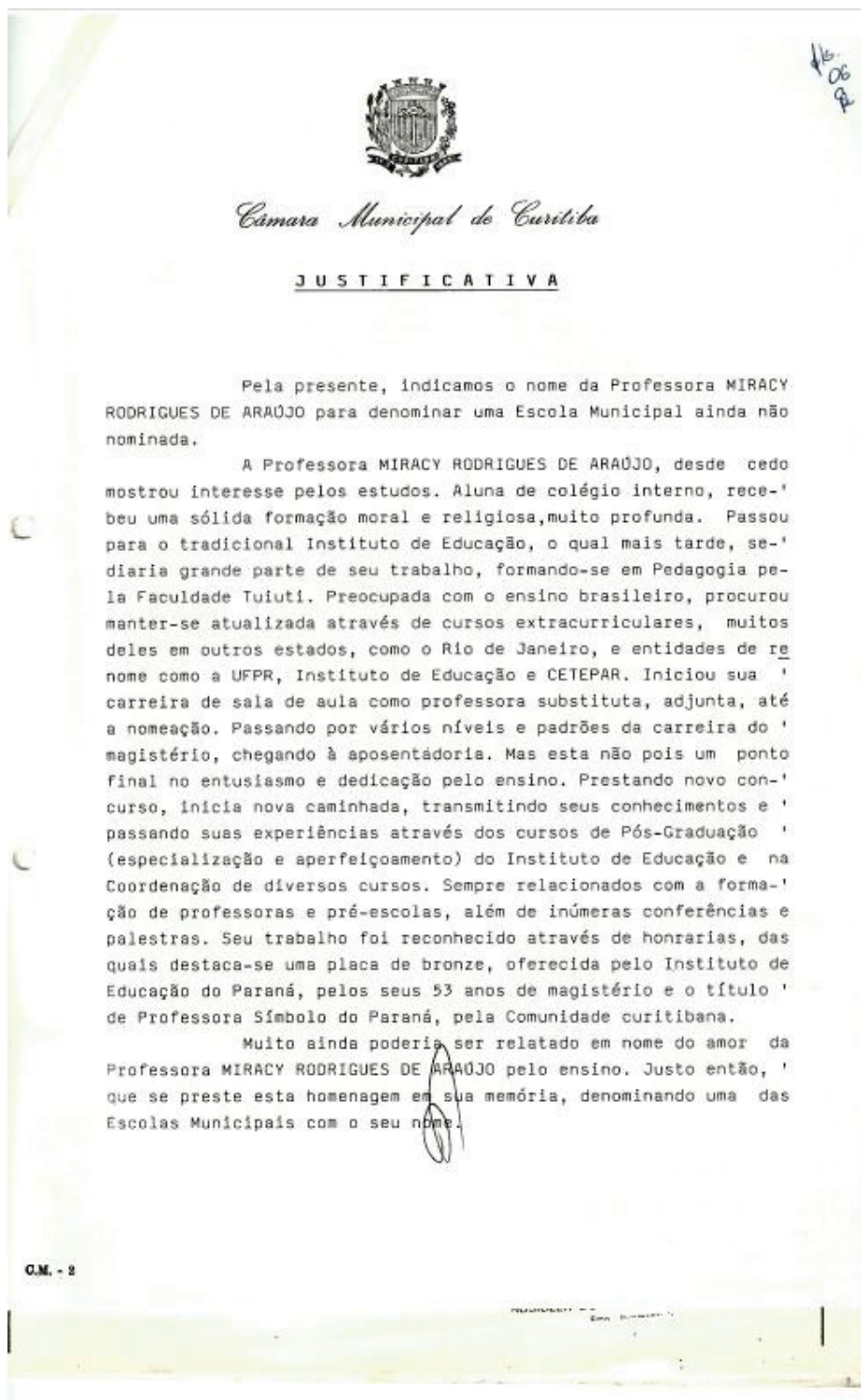
Por sua brilhante trajetória de vida foi agraciado pela Câmara Municipal de Curitiba com o título de Cidadão Honorário de nossa cidade, e entendemos que nos cabe agora, prestar esta homenagem póstuma a quem foi um exemplo de dignidade, amor ao próximo e cidadania.

NOMES DE ESCOLAS MUNICIPAIS

ANEXO 26 – JUSTIFICATIVA PARA A ESCOLHA DO NOME DE AUGUSTA
GLÜCK RIBAS PARA DESIGNAR UM ESCOLA MUNICIPAIS NO BAIRRO
SÍTIO CERCADO, EM CURITIBA

(SEÇÃO DE ARQUIVO E DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA DA CÂMARA
MUNICIPAL DE CURITIBA, 1979 [?], fl.03).

ANEXO 27 – JUSTIFICATIVA PARA A ESCOLHA DO NOME DE MIRACY
RODRIGUES DE ARAÚJO PARA DESIGNAR UM ESCOLA MUNICIPAIS NO
BAIRRO SÍTIO CERCADO, EM CURITIBA



(SEÇÃO DE ARQUIVO E DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA DA CÂMARA
MUNICIPAL DE CURITIBA, 1992 [?], fl.06).

ANEXO 28 – JUSTIFICATIVA PARA A ESCOLHA DO NOME DE PAULO
FREIRE PARA DESIGNAR UM ESCOLA MUNICIPAIS NO BAIRRO SÍTIO
CERCADO, EM CURITIBA

06



CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA
PROPOSIÇÃO

O VEREADOR RENATO GAÚCHO, infra-assinado
no uso de suas atribuições submete à apreciação da Câmara a seguinte proposição

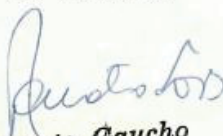
JUSTIFICATIVA

O educador PAULO FREIRE, conhecido nacional e internacionalmente pelo método de alfabetização de adultos nos deixa uma lição de patriotismo.

O pedagogo Paulo Freire tem 25 livros publicados em 35 idiomas sendo o mais comentado a "Pedagogia dos Oprimidos".

Sendo o "Farol do Saber" um símbolo da educação que se quer atingir em Curitiba, nada mais justo que o símbolo da luta contra o analfabetismo seja perpetuado em nossa cidade.

Em 05.05.97


Renato Gaúcho
Vereador

(SEÇÃO DE ARQUIVO E DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA DA CÂMARA
MUNICIPAL DE CURITIBA, 1997, fl.06).

ANEXO 29 – JUSTIFICATIVA PARA A ESCOLHA DO NOME DE REJANE MARIA SILVEIRA SECHETTE PARA DESIGNAR UMA ESCOLA MUNICIPAL NO BAIRRO SÍTIO CERCADO, EM CURITIBA

05
96



Câmara Municipal de Curitiba

PROPOSIÇÃO

A consideração da Comissão de Educação, Cultura, Bem Estar Social e Esportes
Em 17/7/95

[Signature]
MIS SINGES
PRESIDENTE

O VEREADOR JOÃO CLÁUDIO DEROSSO infra-assinado, no uso de suas atribuições legais submete à apreciação da Câmara a seguinte Proposição.

INDICAÇÃO

Indico nos termos do Artigo 40. da Lei Municipal no. 6.053 de 18 de setembro de 1979, a denominação de PROFESSORA REJANE MARIA SILVEIRA SACHETTE a um dos logradouros públicos desta Capital, conforme justificativa anexa.

Obs. Uma das Escolas Municipais



Recebido em
13/02/95
do 420-1/95
Gabinete Técnico da Presidência

COMISSÃO DAS COMISSÕES em, 12 de julho de 1995

[Signature]
JOÃO CLÁUDIO DEROSSO
Vereador

RUA BARÃO DO RIO BRANCO 844 - CEP: 80510-000 - FONE: (041) 322-1300 - TELEX: 41 05117 - FAX: (041) 322-2221 - CURITIBA - PARANÁ



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL
GERÊNCIA DE CADASTRO E SUPRIMENTO DE PESSOAL

HISTÓRICO FUNCIONAL

Nome: **REJANE MARIA SILVEIRA SACHETTE**

- João Silveira Filho

Filiação:

- Saamar Dias Silveira

Nascimento: 26 de abril de 1.954

Naturalidade: Curitiba - Paraná

ADMISSÃO - PROMOÇÃO - TRANSFERÊNCIAS E LOTACÃO

ADMITIDA, a partir de 05.04.76, para exercer a função de Secretário Escolar, referência 1, do Quadro Supletivo do Pessoal, lotada no Departamento do Bem Estar Social, conforme Portaria No. 210/76.

DISPENSADA, a partir de 09.02.77, do Quadro Supletivo do Pessoal, conforme Portaria No. 56/77.

ADMITIDA, a partir de 30.02.77, para exercer a função de Professor Normalista, referência 3, do Quadro Supletivo do Pessoal, lotada no Departamento do Bem Estar Social, conforme Portaria No. 59/77.

DISPENSADA, a partir de 31.12.77, do Quadro Supletivo do Pessoal, conforme Portaria No. 69/78.

NOMEADA, a partir de 01.01.78, para integrar a classe de Professor de Ensino Fundamental, nível 3, lotada do Quadro Permanente do Pessoal, lotada no Departamento do Bem Estar Social, conforme Decreto No. 102/78.

ENQUADRADA, a partir de 01.11.79, na classe de Professor de Ensino de 1o. Grau I, nível 1, do Quadro Permanente do Pessoal, conforme Lei No. 6060/79.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA

PROMOVIDA, por merecimento, a partir de 01.01.80, para o nível 2, conforme Decreto No. 397/80.

PROMOVIDA, por merecimento, a partir de 01.01.82, para o nível 3, conforme Portaria No. 498/82.

PROMOVIDA, por merecimento, a partir de 01.01.84, para o nível 4, conforme Portaria No. 481/84.

ENQUADRADA, a partir de 01.01.85, na classe de Professor de Ensino de 1o. Grau I, nível 07, do grupo Magistério, do Quadro Permanente do Pessoal, conforme Lei No. 6628/85.

PROMOVIDA, por antiguidade, a partir de 01.01.87, para o nível 08, conforme Portaria No. 73/87.

PROMOVIDA, por habilitação, a partir de 01.01.87, para a classe "MED", conforme Portaria No. 78/87.

PROMOVIDA, por merecimento, a partir de 01.01.87, para o nível 09, conforme Decreto No. 340/87.

PROMOVIDA, por antiguidade, a partir de 01.01.89, para o nível 10, conforme Decreto No. 1266/89.

PROMOVIDA, por merecimento, a partir de 01.11.90, para o nível 11, conforme Portaria No. 2777/90.

PROMOVIDA, por antiguidade, a partir de 01.01.91, para o nível 12, conforme Portaria No. 1938/91.

ENQUADRADA, a partir de 01.09.91, na carreira/função de Orientador Educacional, classe II, padrão 25, referência H, grupo ocupacional Educação, de conformidade com a Lei No. 7670/91 e Decreto No. 958/92.

OBJEVE, progressão funcional, a partir de 01.04.93, para a referência I, conforme Decreto No. 435/93.

OBJEVE, progressão funcional, a partir de 01.05.94, para o padrão 26, referência D, conforme Portaria No. 3319/94.

DESLIGADA, do Quadro Permanente do Pessoal, em virtude de seu falecimento ocorrido em 29.01.95, conforme Ofício nº 110/95 -RHAP2G.

CONCESSÕES E INCORPORAÇÕES DIVERSAS

INCORPOROU, o adicional de 05%, a partir de 05.04.81, conforme CATS No. 397/81.

INCORPOROU, o adicional de 10%, a partir de 05.04.86, conforme CATS No. 611/86.

CONCEDIDO, a partir de 15.09.86, três (03) meses de licença prêmio, por não haver se afastado do exercício de suas funções, durante o quinquênio compreendido entre 05.04.76 a igual data de 1981, conforme Portaria No. 1652/86.

CONCEDIDO, a partir de 27.09.88, três (03) meses de licença prêmio, por não haver se afastado do exercício de suas funções, durante o quinquênio compreendido entre 05.04.81 a igual data de 1986, conforme Portaria No. 2355/88.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA

INCORPOROU o adicional de 15%, a partir de 05.04.91, conforme CATS S/No.

COMISSÕES E DESIGNAÇÕES DIVERSAS

DESIGNADA, a partir de 01.02.77, para exercer a função gratificada de Diretora da Escola de 1o. Grau Wenceslau Braz, símbolo FG-2, da Diretoria de Educação, do Departamento do Bem Estar Social, conforme Decreto No. 268/77.

DISPENSADA, da função gratificada que exercia, ficando respondendo até ulterior deliberação, conforme Decreto No. 464 de 23.03.79.

DESIGNADA, a partir de 17.07.79, para exercer a função gratificada de Diretora da Escola Wenceslau Braz - Ensino de 1o. Grau, símbolo FG-2, da Diretoria de Educação, do Departamento de Educação, conforme Portaria No. 1127/79.

DISPENSADA, da função gratificada que exercia, ficando respondendo até ulterior deliberação, conforme Decreto No. 99 de 17.03.83.

NOMEADA, a partir de 01.02.84, pelo prazo de dois (02) anos, para exercer a função gratificada de Diretora da Escola Municipal Wenceslau Braz, símbolo FG-2, do Departamento de Educação, conforme Decreto No. 35/84.

NOMEADA, a partir de 01.02.86, pelo prazo de dois (02) anos, para exercer a função gratificada de Diretora da Escola Municipal Wenceslau Braz, símbolo FG-2, do Departamento de Educação, conforme Decreto No. 125/86.

DESIGNADA, para responder pela função gratificada de Chefe do Núcleo Regional de Educação da Matriz, símbolo FG-5, da Secretaria Municipal da Educação, no período de 01.09.94 a 31.12.94, conforme Portaria No. 2548/94.

DESIGNADA, para responder pela função gratificada de Chefe do Núcleo Regional de Educação da Matriz, símbolo FG-5, da Secretaria Municipal da Educação, no período de 01.01.95 a 31.12.95, conforme Portaria No. 24/95.

DISPENSADA, a partir de 09.02.95, da função gratificada que exercia, conforme Portaria No. 1354/95.

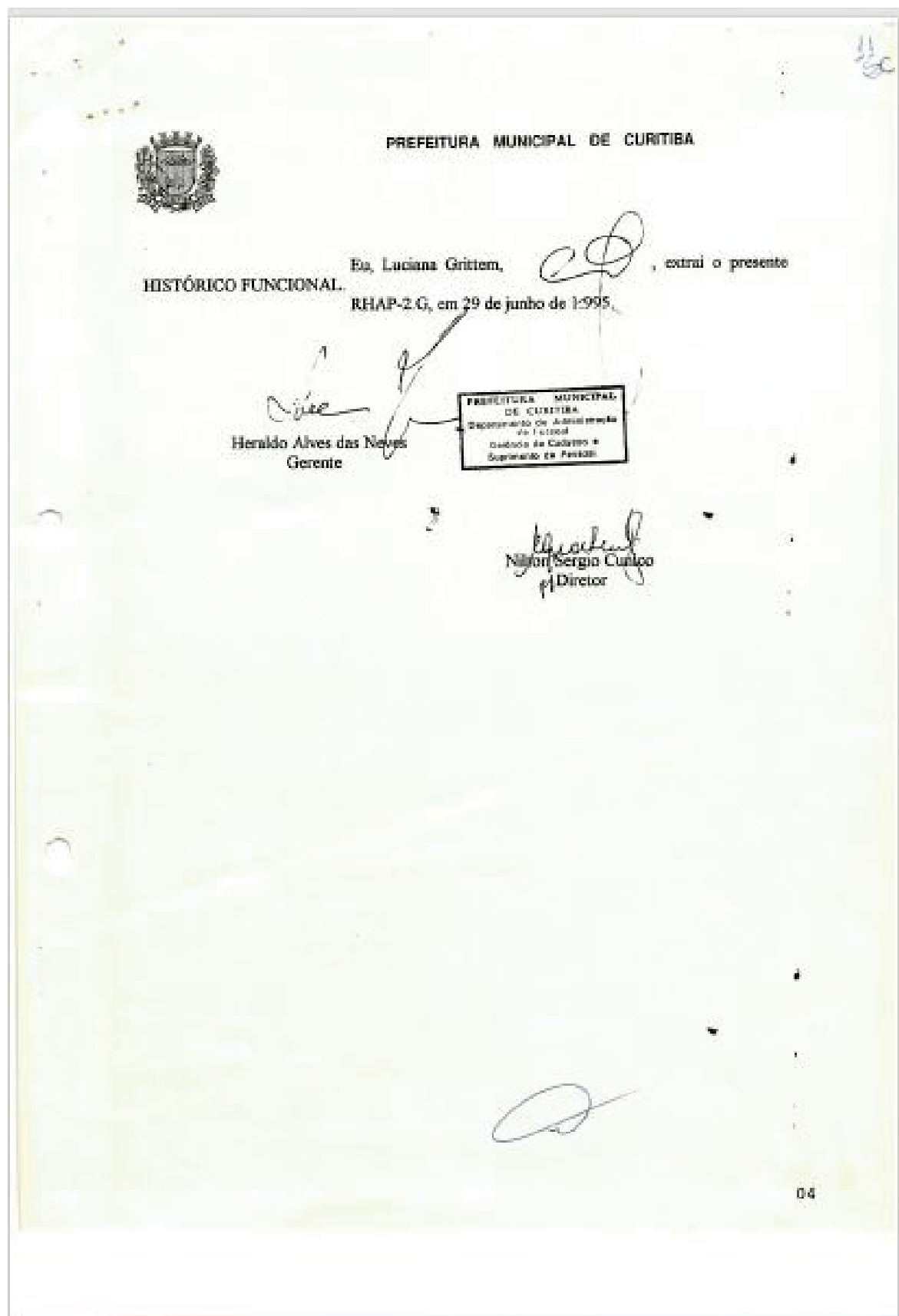
CERTIFICADOS E CURSOS DIVERSOS

APRESENTOU diploma de Professor Primário, da Escola Normal Colegial "Maria Imaculada", em 1971.

APRESENTOU certificado de participação da reciclagem realizada por esta Municipalidade, na área administrativa - Aspectos específicos de Secretaria Escolar -, no período de 12 a 15.05.76.

APRESENTOU diploma de conclusão do Curso de Licenciatura em Pedagogia, da Universidade Federal do Paraná, em 1977.

APRESENTOU certificado de participação do Curso de Administração Escolar, realizado por esta Municipalidade, no período de 03 a 04.07.78.



(SEÇÃO DE ARQUIVO E DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA, 1995, fl.05, 08, 09, 10, 11).

ANEXO 30 – JUSTIFICATIVA PARA A ESCOLHA DO NOME DE AMÉRICA DA
COSTA SABOIA PARA DESIGNAR UM LOGRADOURO NO BAIRRO CIDADE
INDUSTRIAL DE CURITIBA (CIC)

PROFESSORA AMÉRICA DA COSTA SABÓIA

Nasceu em Paranaguá, Paraná, filha de Ricardo da Costa Junior, de tradicional família daquela cidade, e Da. Maria Rosa da Costa, de ascendência francesa. Casada com Flávio Sabóia, comerciante em Rio Negro, cidade onde sua família residiu por longos anos. Filhos: Celso, agrônomo e bancário, hoje deputado federal; Cid Fernando, funcionário do Banco do Brasil, falecido em novembro de 1.971, em Niterói, e, Circe Izabel, normalista, Técnica de Administração e funcionária do Ministério da Fazenda esposada.

Fez o curso primário na antiga Escola Carvalho, dirigida pela emérita professora Josefina Rocha. Preparatório para o Curso Normal na Escola Republicana sob a direção do competente professor Fernando Moreira. Professora pela antiga Escola Normal desta Capital, hoje Instituto de Educação.

Não havendo àquela época curso de aperfeiçoamento, o único que recebeu e que a fez professora de fato foi o ministrado pela Reforma do Ensino de 1.917, realizado no Governo do Dr. Afonso Alves de Camargo, inspirada pelo ilustre mestre Dr. Lysimaco Ferreira da Costa e executada pelo Professor César Prieto Martinez, paulista contratado pelo Governo do Estado para essa tarefa.

Leccionou nos povoados de Tijucu Preto e Passa Três no Município de Rio Negro, e em agosto de 1.917, foi transferida para o Grupo Escolar daquela cidade, quando do início da reforma do ensino. Por vários anos reger ali a cadeira do primeiro ano, do hoje extinto, Curso Complementar, de tão benéficos resultados à época.

Em 1.933 transferiu-se para Ponta Grossa onde também foi professora do Curso Complementar.

Em 1.934 foi designada para exercer em comissão o cargo de Diretora da Escola de Aplicação anexa à Escola de Professores daquela cidade.

Em 1.935 desejando atingir a sua meta - residir em Curitiba para facilitar a continuação da educação de seus filhos, submeteu-se a concurso para professora primária da Capital. Classificada em 2º lugar foi nomeada em abril de 1.935, para a Escola Isolada da União Operária, situada no local onde hoje se ergue o Teatro Guaíra.

Nesse ano enviuvou e daí em diante, redobrou o seu trabalho como mestra.

Em 1.936 foi transferida para o Grupo Escolar D. Pedro II, onde permaneceu até 1.939.

Por vários anos manteve um curso particular, onde repetia as disciplinas dos cursos ginásial e normal e preparava candidatos a concursos, muito frequentes na época.

Em 1.938, indicada pelo então diretor de Instrução Pública, Dr. Hostílio de Souza Araújo foi designada por portaria do Sr. Secretário de Interior, Dr. Omar Gonçalves da Mota, para ministrar aulas suplementares de Português no Ginásio Paranaense (Seção Feminina), anexo à Escola de Professores da Capital. Registra-se em dezembro de 1.938 no Ministério da Educação, sob o nº 13.058 passou a lecionar no curso secundário. No ano seguinte era designada para reger a cadeira de Metodologia dos Trabalhos Manuais na Escola de Professores, deixando, então, definitivamente o ensino primário.

Em 1.941 - designada para exercer as funções de Auxiliar de Ensino da referida Escola, na cadeira de Pedagogia Experimental.

Em 1.944 - regente da cadeira de Português e Literatura do Curso Normal do Instituto de Educação.

Em 1.947 - fez parte da comissão encarregada de reorganizar a Biblioteca do Instituto de Educação.

Em 1.953 - designada para exercer a função de Assistente Técnica do Instituto de Educação do qual foi dispensada, a pedido, em 20 de novembro de 1.954.

1.951 e 1.955 - designada para compor as bancas examinadoras de concurso, como membro efetivo, da cadeira de Português, do Ensino Normal.

1.956 - aposenta-se, a pedido, do cargo de Professora Auxiliar do Ensino Normal, após 39 anos de serviço.

1.963 - aposenta-se no cargo de Professora do Ensino Médio, com 25 anos de efetivo exercício.

ATIVIDADES FILANTRÓPICAS.

Não se dedicando especialmente a uma determinada entidade filantrópica, sempre colaborou em muitas delas, tanto em Rio Negro como nesta Capital.

Sócia da Associação Cristã Feminina (ACF), da Liga das Senhoras Católicas, do Pão de Santo Antônio, do Instituto Paranaense de Cegos, da Assistência ao Tuberculoso Pobre, da Arquiconfraria das Mães Cristãs, colaborou com todas elas e com a Sociedade de Socorro aos Necessitados.

Foi sócia fundadora do Clube Soroptimista, do qual foi Secretária na gestão de Leonor Castelano e Presidente no período de 1963-1964, além de ter exercido por várias vezes a função de Diretora Sem Pasta e feito parte de algumas Comissões. Foi Mãe Soroptimista do Ano no período de 1970-1971.

- 3 -

23
08
D

ATIVIDADES INTELECTUAIS

Secretária do Centro Paranaense Feminino de Cultura, durante a gestão da inolvidável Presidente, Leonor Castelano, com quem reiniciou a publicação "Revista do Centro". Colaborou na seleção de várias obras que o Centro publicou.

Integrou, em 1.949, a Comissão que selecionou e classificou os "romances" que concorreram ao concurso do Centro de Letras do Paraná, do qual se tornou sócia.

Publicou em colaboração com a escritora Helô Vellozo Fernandes, em 1.970, a primeira "Antologia Didática de Autores Paranaenses" para os cursos Ginásial, Normal e Científico. Publicou um livro de memórias: "Curitiba de minha saudade". *Ass. 1978*

Pertenceu ao Centro Paranaense Feminino de Cultura, à União Cívica Feminina, ao Centro de Letras do Paraná, à Academia Feminina de Letras do Paraná e à Associação de Jornalistas e Escritoras do Brasil.

(SEÇÃO DE ARQUIVO E DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA, 1991[?], fl.06, 07,08).

ANEXO 31 – JUSTIFICATIVA PARA A ESCOLHA DO NOME DE ÁLVARO BORGES PARA DESIGNAR UM LOGRADOURO NO BAIRRO CIDADE INDUSTRIAL DE CURITIBA (CIC).

05

 **CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA**

PROPOSIÇÃO

Consideração da Comissão de Educação, Cultura, Bem-Estar Social e Ecologia
 em 22/11/94
 MARIO CELSO CUNHA
 Presidente

O VEREADOR ROSA MARIA CHIAMULERA, *infra-assinado*
 no uso de suas atribuições submete à apreciação da Câmara a seguinte proposição

REQUERIMENTO : 0135/94

Requeiro à Douta Mesa, na forma regimental, que se digne enviar expediente ao Sr. Prefeito RAFAEL GRECA DE MACEDO, solicitando que a uma das escolas municipais ou logradouro público, seja dado o nome do grande artista plástico paranaense ALVARO BORGES.

JUSTIFICATIVA

ALVARO BORGES foi um dos fundadores do Grupo Um, que realizou exposições coletivas em várias cidades do Estado. Fez também importantes exposições individuais em Curitiba, Londrina, Ponta Grossa, São Paulo, Rio de Janeiro e em Frankfurt - Alemanha.

O artista era autodidata e foi um dos principais nomes da geração 50 nas artes plásticas paranaense.

Através de seu trabalho, o Município, o Estado e o País, se fazem representar condignamente, pelo que, perpetuá-lo é um dever de Estado e uma obrigação, como Cidadão.

Anexo: A Declaração de Óbito nº 0251271, cedida pela Central de Luto, que será substituída tão logo tenhamos a Certidão de Óbito em mãos.

Sala das Sessões, 01 de novembro de 1994.


 ROSA MARIA CHIAMULERA
 Vereadora


 Recebido em 11/11/94
 14:30 horas
 Recebido
 Técnico GM-10-A

(SEÇÃO DE ARQUIVO E DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA, 1995, fl.05).

ANEXO 32 – JUSTIFICATIVA PARA A ESCOLHA DO NOME DE HELENA KOLODY PARA DESIGNAR UM LOGRADOURO NO BAIRRO CAMPO DE SANTANA, EM CURITIBA.

02

I - Publique-se
II - Dê-se encaminhamento regimental.

Sala das Sessões, 16/02/04

Presidente


Câmara Municipal de Curitiba

PROPOSIÇÃO 09.00008.2004

A Vereadora, Nely Almeida, infra-assinada, no uso de suas atribuições legais, submete à apreciação da Câmara Municipal de Curitiba a seguinte proposição:

Projeto de Lei Ordinária: Denominação de bem público não especificada

SÚMULA

"Denomina de HELENA KOLODY, um dos logradouros públicos ainda não nominado."

Art. 1º - É denominado de HELENA KOLODY, um dos logradouros públicos da Capital ainda não nominado.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data da publicação.

Palácio Rio Branco, 16 de fevereiro de 2004.

1º TURNO DE DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Sala das Sessões, 16/02/04

Presidente

Nely Almeida
Nely Almeida
Vereadora

Justificativa

~~TURNO DE DISCUSSÃO E VOTAÇÃO~~

~~Sala das Sessões,~~

~~Presidente~~

Poeta Helena Kolody, nascida em Cruz Machado-PR, no dia 12 de outubro de 1912, veio para Curitiba em 1927, juntamente com sua família. Teve seu primeiro poema "A lágrima" publicado no ano de 1929 através da revista O Garoto, embora já escrevesse desde esta época seus poemas somente foram publicados em jornais e revistas em 1930.

Lecionou na Escola Normal de Curitiba (Instituto de Educação), por 23 anos. Foi homenageada por seus alunos em 1962, que editam POESIAS COMPLETAS, que reúne os livros publicados anteriormente.

No ano de 1987 recebeu o Título de Cidadã Honorária na Câmara Municipal de Curitiba. Em 1991 foi eleita para a Academia

03

Paranaense de Letras, passando a ocupar a cadeira nº 28.
Em 1982 em homenagem aos seus 80 anos, Silvio Back lança o curta-metragem Babel de Luz, no qual a própria Helena declama suas poesias. No ano de 2001 a Imprensa Oficial do Paraná reedita "Viagem no Espelho".
2002- Helena Kolody completa 90 anos, é publicado coletânea da autora, Poemas do amor impossível.
Considerada uma das vozes mais importantes da História da Literatura do Paraná Helena Kolody, morreu no dia 14 de fevereiro de 2004, aos 91 anos, dedicados à arte de escrever, deixa como legado vários livros de poemas, além da sua obra fica como lembrança sua personalidade doce e de bem com a vida, sempre disposta a ajudar quem mais necessitava.
Dispensa atestado de óbito, de acordo com a Lei 8670.

(SEÇÃO DE ARQUIVO E DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA DA CÂMARA
MUNICIPAL DE CURITIBA, 2004, fl.02,03).

ANEXO 33 – JUSTIFICATIVA PARA A ESCOLHA DO NOME DE ENÉAS
MARQUES DOS SANTOS PARA DESIGNAR UM LOGRADOURO EM CURITIBA

Em 21 de janeiro de 1.963.

I. À Assessoria Técnica
II. Às comissões permanentes.

Am, 29.1.63
Erondy Silverio
Presidente

Senhor Presidente:

Tenho a elevada honra de encaminhar, por intermédio de Vossa Excelência, à Egrégia Câmara Municipal de Curitiba, o incluso ante-projeto de lei, que "dá o nome de PROFESSOR DR. ENÉAS MARQUES DOS SANTOS à via pública que especifica".

Trata-se, na verdade, de um dos mais ilustres - filhos de nosso Estado, mais particularmente da cidade de Curitiba, com larga fôlha de serviços prestados à comunidade paranaense, e merecedor, amplamente, das homenagens e reverência - que o Executivo de permite propor, através o ante-projeto ora enviado.

A título de justificativa, reproduz-se, em sequência, trechos da biografia do Prof. Enéas Marques dos Santos que constam, às fls. 353, da "Galeria Paranaense", de autoria de Sebastião Paraná e que refletem, com o destaque merecido, a invulgar personalidade do insigne mestre.

"DR. ENÉAS MARQUES DOS SANTOS"

É filho do Dr. Generoso Marques dos Santos e de D^a Anna Joaquina de Paula Santos. Nasceu em Curitiba a 12 de Janeiro de 1.883.

Ao Exmo. Snr. Vereador ERONDY SILVERIO
D.D. Presidente da Câmara Municipal de Curitiba
PAÇO DO ROSÁRIO
N/CAPITAL



Iniciou seu curso secundário no Seminário Episcopal do Paraná. Prosseguiu seus estudos no Ginásio Paranaense e no Colégio Paranaense, do qual era Diretor o Dr. Claudino dos Santos. Orientado por esse conceituado mestre concluiu o curso preparatório em 1901.

Em março de 1902 matriculou-se na Faculdade de Direito de São Paulo, tendo ali concluído o curso e recebido o grau de bacharel em ciências jurídicas em 1906. Estudioso e de um entendimento acima do vulgar, fez seus estudos superiores com suavidade e esplendor, logrando sempre notas elevadas em todas as provas de exames, pelo que se fez digno da estima de seus professores, entre outros os juristas Pedro Lessa, Reynaldo Porchat, Pinto Ferraz, Brazilio Machado, Vergueiro Steidel, Camargo Aranha, Herculano de Freitas, Almeida Nogueira, Raphael Correia, Villaboin e João Mendes Junior.

Concluído o curso jurídico, regressou a Curitiba, onde entrou para o acreditado escritório de advocacia de seu ilustre e respeitável progenitor. Ali começaram as vitórias do jovem advogado, graças a sua grande aptidão natural e à sua reconhecida probidade.

Em 1.908 foi nomeado oficial de gabinete do Presidente do Estado, Dr. Manoel de Alencar Guimarães, tendo sido nesse cargo conservado pelo Presidente Dr. Francisco Xavier da Silva, até agosto do mesmo ano, quando foi nomeado Promotor Público de Palmeira.

Em setembro de 1908 contraiu matrimônio, em Curitiba, com a Juanita Bittencourt, filha do saudoso paranaense Coronel Joaquim José de Belarmino Bittencourt. Dêsse matrimônio tem 2 (dois) filhos Generoso Marques dos Santos e Beatriz Marques dos Santos.

Em novembro do referido ano, foi nomeado inspetor escolar da Palmeira.

Em março de 1909 foi removido para a Promotoria Pública de São José dos Pinhais, onde também exerceu o cargo



de inspetor escolar.

Em junho de 1910 foi removido para a 2ª Promotoria Pública de Curitiba, onde exerceu os cargos de Curador Geral de Orfãos e Ausentes e de Massas Falidas e de Inspetor escolar.

Na Capital do Estado, como representante do Ministério Público, tornou-se digno da estima e admiração pela maneira brilhante e impecável com que exercia sua elevada função pública, ocupando a tribuna judiciária, repetidas vezes, - em processos importantes, mantendo porfiadas discussões com os mais abalizados advogados do fôro curitibano.

Como Inspetor Escolar, tornou-se o ídolo dos docentes desta Capital, prestigiando-os, concitando-os à labuta gloriosa da instrução.

Em fevereiro de 1916 foi nomeado pelo Presidente Dr. Afonso Alves de Camargo para exercer o cargo de Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Justiça e Instrução Pública. Nesse cargo se manteve com muita inteligência, descortino e embridade até junho de 1919, quando solicitou exoneração, que só lhe foi concedida um mês depois. Exerceu nesse mesmo Governo, interinamente o cargo de Secretário da Fazenda, Agricultura e Obras Públicas.

Em fins de 1917 e em 1918 foi Presidente da Liga de Defesa Nacional e da Cruz Vermelha Brasileira, filial de Curitiba e da Associação Paranaense de Escoteiros.

Em fins de 1919 reabriu se escritório de advocacia em Curitiba, onde exerceu sua nobre profissão com proveitosos e assinalados triunfos.

É um dos mais insignes membros do corpo docente da Faculdade de Direito do Paraná, onde rege a cadeira de Direito Judiciário Civil.

Tem produzido numerosos trabalhos forenses, discursos, orações de paraninfo, conferências, publicados na im-



imprensa e em vários opusculos, sobre direito, sociologia, história, sorteio militar e nacionalização do ensino.

Como Secretário de Estado, apresentou ao Governo completas e importantes relatórios, em 1916, 1917 e 1918, - merecendo calorosos encomios da imprensa do Paraná e do Rio de Janeiro, da Liga Brasileira Contra o Analfabetismo e da Liga de Defesa Nacional, por seus Diretores Pedro Lessa e Olavo Bilac".

Temos a acrescentar, em complemento aos referidos dados biográficos, mais os seguintes e expressivos acontecimentos ligados à vida do emérito educador.

Em 1928 pleiteou uma cadeira à Assembléia Legislativa do Estado, pelas minorias, conseguindo expressiva vitória - nas urnas, sendo o mais votado em todas as urnas da Capital e, inclusive, vencendo em vários Municípios do Estado. Na Assembléia liderou a minoria, proferindo magníficas orações que constam dos anais do Congresso.

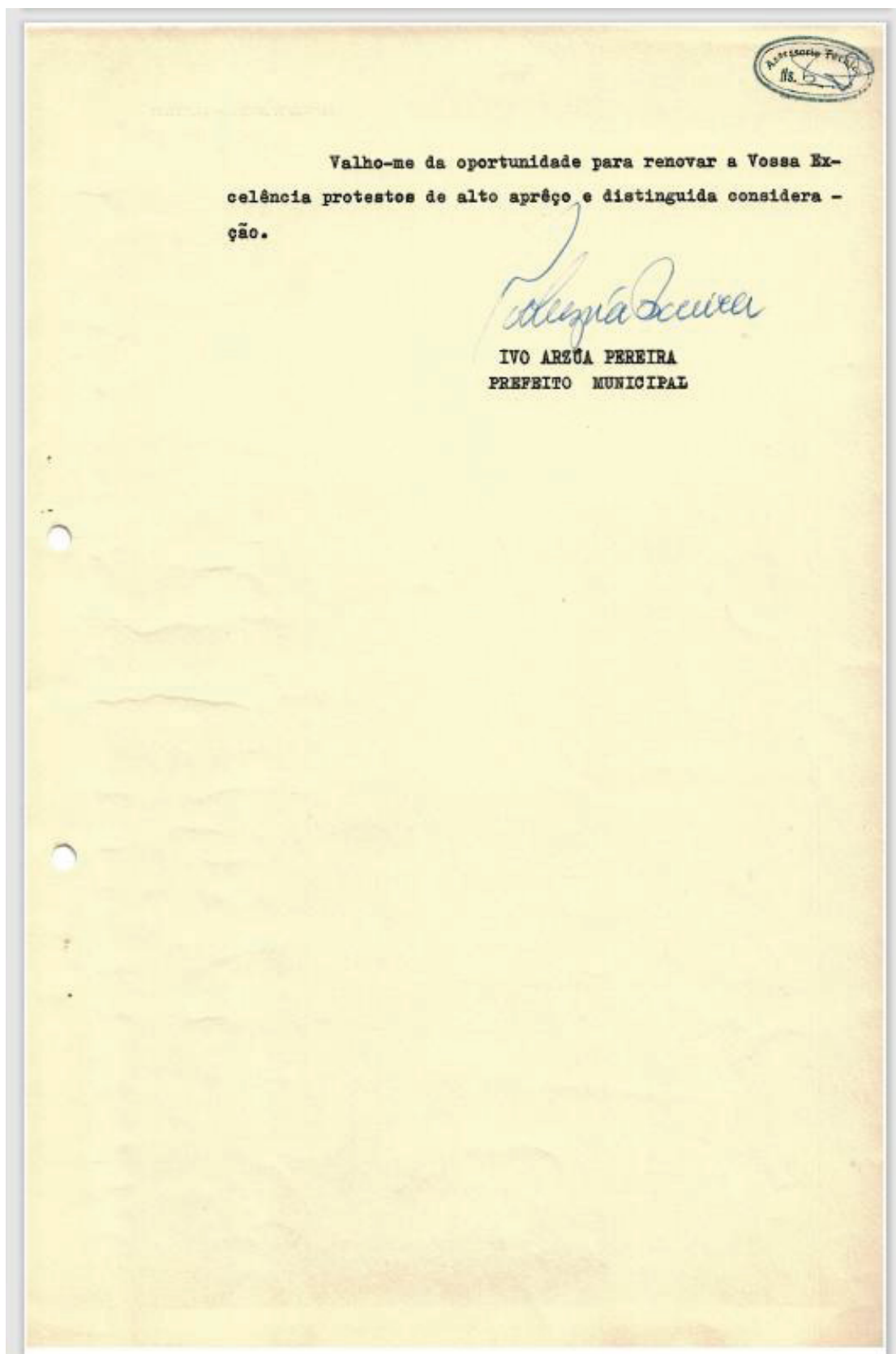
Em 1932 exerceu a Presidência do Conselho Consultivo do Estado do Paraná, onde se houve com grande brilho, norteador os atos da Interventoria do Estado, sendo Interventor o Sr. Manoel Ribas.

Exerceu igualmente, com inusitado brilho, a Diretoria da Faculdade de Direito da Universidade do Paraná, por vários anos, até o ano de 1951 - de sua aposentadoria compulsória por haver atingido a idade limite de 70 anos.

Faleceu, em Curitiba, a 4 de outubro de 1961, com grande consternação das pessoas com as quais conviveu, estudantes, autoridades e imprensa estadual e interestadual.

Ao extinto, foram prestadas homenagens póstumas pelo Senado Federal, em biografia traçada pelo Senador Alô Guimarães, na Câmara Federal - por vários Deputados da bancada paranaense, na Assembléia Legislativa e na Câmara de Vereadores de Curitiba, que se associaram às demonstrações de pesar que foram tributadas ao ilustre homem público do Paraná.

Arquivo Secreto



(SEÇÃO DE ARQUIVO E DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA, 1963, fl.02,03, 04, 05 e 06).

ANEXO 34 – JUSTIFICATIVA PARA A ESCOLHA DO NOME DE RACHEL
MADER GONÇALVES PARA DESIGNAR UMA ESCOLA MUNICIPAL EM
CURITIBA

02
R

I - Publique-se
II - Dê-se encaminhamento regimental.

Sala das Sessões, 25/02/02

 **Câmara Municipal de Curitiba**

PROPOSIÇÃO

A Vereadora, **Julieta Reis**, adiante-assinada, no uso de suas atribuições legais, submete à apreciação da Câmara Municipal de Curitiba a seguinte proposição:

Projeto de Lei Ordinária: Denominação de bem público não especificada

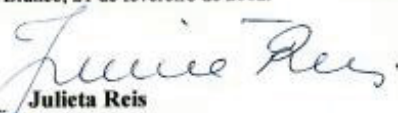
SÚMULA

"Denomina de Rachel Mader Gonçalves, uma das escolas da Rede Municipal de Ensino, ainda não nominada".

Art. 1º - Fica denominado de Rachel Mader Gonçalves, uma das escolas da Rede Municipal de Ensino, ainda não nominada.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data da publicação.

Palácio Rio Branco, 21 de fevereiro de 2002.


Julieta Reis
Vereadora

1º TURNO DE DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

aprovado
Sala das Sessões, 06/05/02 Justificativa


PRESIDENTE **RACHEL MADER GONÇALVES**

DADOS PESSOAIS

Filiação: Alfredo de Assis Gonçalves
Maria Rosa Mader Gonçalves
Nascimento: 19 de agosto de 1923
Natural de: Curitiba - Paraná

CURRÍCULO

2º TURNO DE DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

aprovado
Sala das Sessões, 07/05/02


PRESIDENTE

03

PARTICIPAÇÃO EM CONGRESSOS E SEMINÁRIOS

- I Congresso Brasileiro de Serviço Social - Rio de Janeiro - 1949;
- III Congresso Pan-Americano de Serviço Social - Porto Alegre - 1951;
- V Jornada Brasileira de Puericultura e Pediatria - Recife 1951;
- Convenção Nacional da Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social - Belo Horizonte - 1953;
- Convenção Nacional da Associação Brasileira de Escolas do Serviço Social - São Paulo - 1954;
- Convenção Nacional da Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social - Niterói - 1955;
- Congresso Nacional de Serviço Social - Filadélfia - EUA - 1957;
- II Congresso Nacional de Educação de Adultos - Rio de Janeiro - 1958;
- II Congresso Nacional Brasileiro de Serviço Social - Rio de Janeiro 1961;
- XII Conferência Internacional de Serviço Social - Petrópolis 1962;
- II Convenção Nacional da Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social - São Paulo - 1963;
- III Congresso Brasileiro de Serviço Social - Rio de Janeiro - 1965;
- XIII Conferência Internacional de Serviço Social - Washington - 1966;
- Conferência Internacional da BEMFAM - Chile - 1967;
- Convenção Nacional da Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social - Salvador 1969;
- Encontro de Obras Sociais - Curitiba - 1969;
- XVII Convenção Nacional da Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social - Florianópolis 1971;
- 1º Encontro dos Secretários de Bem Estar Social - Rio de Janeiro 1971;
- Seminário sobre a Integração da Universidade da Comunidade - Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras - Universidade Estadual de Ponta Grossa - 1972;
- Organizadora do 1º Encontro das Entidades de Assistência aos Velhos do Paraná para estudo de nova política de atendimento aos idosos - Departamento de Serviço Social da Secretaria do Trabalho e Assistência Social - 1972;
- Seminário Latino-Americano de Serviço Social - Porto Alegre - 1972;
- Seminário sobre Administração da Pesquisa na Educação Superior - Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras - Instituto Militar de Engenharia - Rio de Janeiro 1973;
- XVIII Convenção Nacional da Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social - São Luís - Maranhão 1973;
- Encontro Regional da Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social - Porto Alegre 1974;
- Encontro Regional da Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social - Florianópolis 1975;
- XIX Convenção Nacional da Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social - Piracicaba - São Paulo - 1975;
- Organizadora do I Encontro do Campus Avançado da Universidade Federal do Paraná e a Comunidade Maranhense - Imperatriz - Maranhão - 1976;
- XVIII Congresso Internacional de Serviço Social - Porto Rico - Julho de 1976;
- 1ª Jornada Sul Brasileira de Extensão Universitária - Santa Maria - Rio Grande do Sul - 1976;
- Organizadora e Presidente da XX Convenção Nacional da Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social - Belo Horizonte - Minas Gerais - 1977;

04

Social - 1954;

- Membro da Banca Examinadora do Concurso de Títulos para provimento em cargos de Classe inicial da carreira de Assistente Social do Estado do Paraná - 1954;
- Membro da Comissão do Plano de Assistência ao Menor que apresentou bases para um plano de Assistência ao Menor, para o Estado do Paraná - 1955;
- Membro da Comissão que realizou o levantamento na Escola de Pesca Antônio Serafim Lopes - Ilha das Cobras - Paraná - 1955;
- Fundadora e 1ª Presidente da Associação Brasileira de Assistentes Sociais - Seção do Paraná - ABS - 1955;
- Assessora Técnica do Departamento Regional do SESC - Paraná - outubro de 1957 a maio de 1958;
- Diretora Geral do Departamento Regional do SESC Paraná - maio de 1958 a março de 1961;
- Coordenadora da Comissão de Levantamento das Favelas - Curitiba PR - 1961;
- Assistente Social responsável pelo Escritório da Comissão Católica Brasileira de Migrações em Curitiba - 1962 a 1967;
- Assistente Social chefe do Serviço Social do Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Paraná - 1962 a 1971;
- Fiscal do convênio FNBEM/STAS - Paraná - 1968 a 1970;
- Diretora da Escola de Serviço Social da PUC-PR - 1969 a 1975;
- Coordenadora do Curso Intensivo para Docentes de Escolas de Serviço Social e/ou chefes de Serviços de Bem Estar Social da Região Sul - Curitiba PR - 1969;
- Diretora do Departamento de Serviço Social da Secretaria do Trabalho e Assistência do Estado do Paraná - 1971 a 1975;
- Membro do Conselho Estadual do Bem Estar Social - CEBES - 1971 a 1975;
- Membro do Conselho Universitário da PUC PR - 1969 a 1975;
- Membro da Comissão Central do 1º Vestibular Unificado da PUC PR 1973;
- Vice-Presidente da Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social - ABESS - Região Sul - 1973 a 1975;
- Representante da Área Social no Grupo Tarefa Universitária para o Campus Avançado de Imperatriz Maranhão - UFPR 1975;
- Coordenadora do Departamento de Assistência aos Estudantes da PUC PR - 1975 a 1978, quando se aposentou pela PUC PR;
- Coordenadora do Grupo Tarefa Universitária para o Campus Avançado de Imperatriz - Maranhão - UFPR - convênio com a Fundação Projeto Rondon - 1975 a 1980, quando se aposentou pela UFPR;
- Presidente da Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social ABESS - eleita em 1975 a 1977. Reeleita em 1977, em Belo Horizonte, para o biênio 1977/1979;
- Representante da Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social ABESS, na Associação Internacional de Escolas de Serviço Social - 1974 a 1979;
- Correspondente do Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais no Estado do Paraná - 1965 a 1979;
- Diretora e Vice-Presidente da Associação Cristã Feminina de Curitiba;
- Conselheira da ACF de Curitiba junto à Associação Cristã Feminina do Brasil;
- Membro da Diretoria do MIDEPAR - Movimento de Integração do Idoso do Estado do Paraná - 1983;
- Chefe da Comissão Indicadora Nacional da ACF do Brasil eleita em 1985 a 1987;
- Presidente Nacional da Associação Cristã Feminina do Brasil, eleita para o biênio 1991/1992;
- Diretora da ACF de Curitiba e Conselheira da Associação Cristã Feminina do Brasil - 1993 a 1995;
- Presidente da ACF de Curitiba eleita em 1995 e reeleita em abril de 1998;

05

CURSOS:

- Primário: Colégio São José - Curitiba PR;
- Secundário: Colégio Nossa Senhora de Lourdes - Curitiba PR;
- Educação Familiar e Social - Curitiba PR;
- Escola de Serviço Social do Paraná - Pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUC;
- Trabalho de conclusão de curso: Uma experiência de Serviço Social na Creche nº 2. Trabalho defendido diante de Banca Pública, no dia 19.03.1953, no Salão Nobre da Escola de Serviço Social;
- Estágio Teórico-prático de aperfeiçoamento em Serviço Social - Rio de Janeiro e São Paulo;
- Forças de Coesão na Vida Grupal - 1952;
- Fundamentos Históricos do Paraná - 1952;
- Monitoria no Instituto Social do Rio de Janeiro - 1953;
- Organização da Comunidade - 1954;
- Especialização em Serviço Social de Menores - Estados Unidos - julho de 1956 e julho de 1957;
- Serviço Social na Washington University - setembro de 1956 e maio de 1957;
- Recreação - 1958;
- Supervisão em Serviço Social - 1960;
- Treinamento de Pessoal em Washington - EUA - julho a agosto de 1966;
- Treinamento dos Agentes da Reforma Administrativa - Ministério do Planejamento e Coordenação Geral - Curitiba - PR - maio a junho de 1971;
- Planejamento Social - Florianópolis/SC - setembro de 1971;
- Segurança Nacional e Desenvolvimento - Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra - Curitiba PR - 1973;

CARGOS E FUNÇÕES EXERCIDAS:

- Assistente Social da Escola Maternal da Sociedade Socorro aos Necessitados - maio de 1947 a maio de 1948 - Curitiba PR;
- Assistente Social da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Estado do Paraná - 1948 a 1962;
- Professora da Cadeira de Serviço Social de Casos - 1º ano do Curso de Serviço Social da Escola de Serviço Social do Paraná - nomeada - 1948 - Curitiba PR;
- Monitória do 1º ano do Curso de Serviço Social da Escola de Serviço Social do Paraná - 1949 a 1956 - Curitiba PR;
- Diretora do Departamento de Estágio da Escola de Serviço Social do Paraná - 1951 a 1954 - Curitiba PR;
- Concurso Público para Cargo Inicial de Assistente Social;
- Assistente Social da Creche Ana Messias - Janeiro a Julho de 1952 - Curitiba PR;
- Assistente Social e Organizadora da Creche nº 2 do Departamento Estadual da Criança - julho de 1951 a outubro de 1952;
- Assistente Social no Educandário Nossa Senhora das Dores - 1953;
- Supervisora Geral do Serviço Social do Departamento de Serviço Social da Secretaria de Saúde e Assistência Social - 1954;
- Professora de Introdução ao Serviço Social da Escola de Serviço Social do Paraná - 1954;
- Membro do Conselho de Serviço Social - 1954;
- Diretora do Lar Escola Herminia Lupion da Secretaria do Trabalho e Assistência

06

- Como Presidente da ACF do Brasil participou do Conselho Mundial da ACF YWCA em Stavanger, Noruega, 1991;

HOMENAGENS

- Medalha de Mérito Profissional - outorgada pelo Conselho Federal de Assistentes Sociais - CFAS - 1981;
- Moção da Câmara Municipal de Curitiba, Votos de Louvor pelo relevantes serviços prestados à comunidade curitibana, na área do Serviço Social em 1993;
- Em 30 de agosto de 1996, foi homenageada como uma das Pioneiras e Promotoras da Educação Paranaense, promovida pelo Governo do Estado do Paraná, Secretaria do Estado da Educação, Conselho Estadual da Mulher do Paraná e Fundepar;
- Participou até a data do seu falecimento do grupo "Cabeças Brancas" da Secretaria de Estado da Saúde, ocasião em que emprestou sua experiência junto aos projetos para solucionar problemas no Setor Social.
- Em 1980 foi Patrona da 2ª Turma de Assistentes Sociais, diplomadas pela Faculdade de Ciências Humanas e Sociais de Curitiba;
- Em 07/11/1996 por ocasião das comemorações do Jubileu das ABESS (Associação Brasileira das Escolas de Serviço Social) na cidade do Rio de Janeiro, foi homenageada pelo trabalho realizado durante o período em que foi Presidente de 1975 a 1979;
- Esteve na presidência da ACF, até os últimos dias de sua vida, 01/09/2001.

(SEÇÃO DE ARQUIVO E DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA, 2001, fl.02,03, 04, 05 e 06).

LEGISLAÇÃO

ANEXO 35 – PRIMEIRA COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA E REPOSTA DA
SEÇÃO DE ARQUIVO E DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA DA CÂMARA
MUNICIPAL DE CURITIBA¹⁷⁶

Pesquisa de doutorado sobre a nomenclatura de espaços públicos em Curitiba

Caixa de entrada x



Luciana Podlasek <lucianabenario@gmail.com>

20 de mar. de 2023, 17:31



para arquivo ▾

▶ 1:19



Luciana Podlasek <lucianabenario@gmail.com>

sex., 3 de fev., 10:14

Prezados, boa tarde!

Meu nome é Luciana Podlasek, e sou pesquisadora do Núcleo de Estudos Paranaenses (NEP), entidade ligada ao Departamento de Sociologia da Universidade Federal do Paraná. Em minha tese de doutorado, estudo a nomenclatura de alguns espaços públicos de Curitiba, compostos por colégios estaduais, escolas municipais, postos de saúde, praças e ruas. As biografias daqueles que denominam estes espaços são parte fundamental da minha pesquisa. Porém, obter informações sobre as trajetórias daqueles que nomeiam as ruas e praças que fazem parte de meu recorte de investigação tem se mostrado um grande desafio, tendo rendido poucos retornos. Por isso, estou recorrendo ao Arquivo da CMC, na esperança de conseguir maiores informações. A seguir, segue a lista com os homenageados que nomeiam os espaços e integram o recorte de minha tese:

Ruas:

RUA IZAAC FERREIRA DA CRUZ
RUA MÁRIO GASPARIN
RUA IGNEZ DE LOURDES GOMES DE MACEDO
RUA JOÃO CISLINSKY
RUA ROBERT REDZIMSKI
RUA ANTÔNIA MOLINA BELLA
RUA JOAQUIM DE SIQUEIRA CORTES
RUA JAIR COELHO
RUA CYRO CORREIA PEREIRA
R. ANTÔNIO BERTOLDI
RUA EMILIANO PERNETA
RUA REINALDO DE CARVALHO – BOLA
AV. CEL. AUGUSTO DE ALMEIDA GARRET
RUA JOSÉ ANGELO MARTINS
RUA AVELINO MANTOVANI

Praças/largos/jardinetes:

PRAÇA EGYDIO JOSÉ BUSNARDO
PRAÇA CARLOS RAUL HELLER
PRAÇA MARÇAL JUSTEN
PRAÇA JOSÉ SOARES GROBE
PRAÇA ANTONIO ALVES DA ROCHA LOURES
PRAÇA HUMBERTO BERTOLDI
JARDINETE DESEMBARGADOR LUIZ VIEL
PRAÇA JOSÉ BORIO
PRAÇA MATIAS ALENOR MARTINS
PRAÇA PEDRO DE ALMEIDA
PRAÇA ZACARIAS
JARDINETE FRANCISCA TONI MATHIAS
PRAÇA GUILHERME DONATTI
JARDINETE CAPITÃO SHINGO KUBA
JARDINETE CORONEL ALMIR SILVA
PRAÇA HOMERO MORINOBU OGUIDO

Agradeço caso seja possível enviar alguma documentação a respeito dos processos de nomeação destes espaços públicos, ou sinalizar se é necessária pesquisa presencial no acervo da Câmara.
Att,
Luciana Podlasek.

¹⁷⁶ SEÇÃO DE ARQUIVO E DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA. Pesquisa de doutorado sobre a nomenclatura de espaços públicos em Curitiba. Mensagem enviada por lucianabenario@gmail.com. 20 mar. 2023.

ANEXO 36 – RESPOSTA DA SEÇÃO DE ARQUIVO E DOCUMENTAÇÃO
HISTÓRICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA¹⁷⁷.



Jean Rodolfo Fermino <jean.fermino@cmc.pr.gov.br>

para mim ▾

▶ 0:43

21 de mar. de 2023, 14:22



Olá! Temos as biografias sim, estamos providenciando e encaminharemos via e-mail.

Atenciosamente



JEAN RODOLFO FERMINO
Seção de Arquivo e Documentação Histórica
41-3350-4787
www.curitiba.pr.leg.br



De: "Luciana Podlasek" <lucianabenario@gmail.com>

Para: "Arquivo e Documentacao Historica" <arquivo@cmc.pr.gov.br>

Enviadas: Segunda-feira, 20 de março de 2023 17:31:05

Assunto: Pesquisa de doutorado sobre a nomenclatura de espaços públicos em Curitiba

...

¹⁷⁷ SEÇÃO DE ARQUIVO E DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA. Pesquisa de doutorado sobre a nomenclatura de espaços públicos em Curitiba. Mensagem recebida por lucianabenario@gmail.com. 23 mar. 2023.

ANEXO 37 – RESPOSTA DA SEÇÃO DE ARQUIVO E DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA, COM O ENVIO DA DOCUMENTAÇÃO SOLICITADA¹⁷⁸



Jean Rodolfo Fermino <jean.fermino@cmc.pr.gov.br>

para mim ▾

▶ 0:18

29 de mar. de 2023, 16:32



Olá! Segue em anexo as ruas solicitadas. Só não encontrei a biografia referente à Rua Avelino Mantovani, se encontrar encaminho por aqui.

Atenciosamente



JEAN RODOLFO FERMINO
Seção de Arquivo e Documentação Histórica
41-3350-4787
www.curitiba.pr.leg.br



De: "Luciana Podlasek" <lucianabenario@gmail.com>

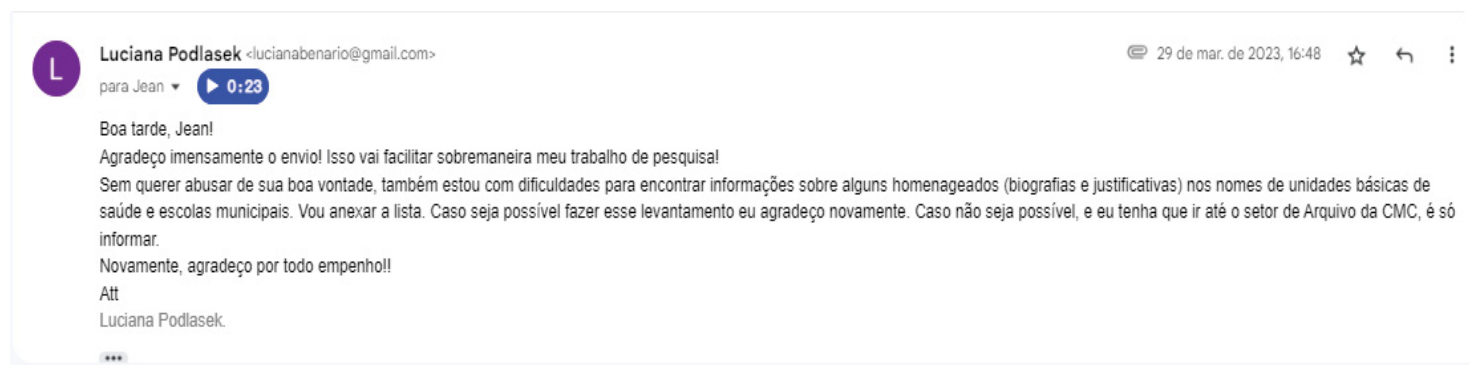
Para: "Jean Rodolfo Fermino" <jean.fermino@cmc.pr.gov.br>

Enviadas: Terça-feira, 21 de março de 2023 15:02:33

Assunto: Re: Pesquisa de doutorado sobre a nomenclatura de espaços públicos em Curitiba

¹⁷⁸ SEÇÃO DE ARQUIVO E DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA. Pesquisa de doutorado sobre a nomenclatura de espaços públicos em Curitiba. Mensagem recebida por lucianabenario@gmail.com. 29 mar. 2023.

ANEXO 38 – SOLICITAÇÃO DE NOVAS INFORMAÇÕES À SEÇÃO DE
ARQUIVO E DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE
CURITIBA¹⁷⁹



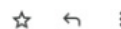
¹⁷⁹ SEÇÃO DE ARQUIVO E DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA. **Pesquisa de doutorado sobre a nomenclatura de espaços públicos em Curitiba.** Mensagem enviada por lucianabenario@gmail.com. 29 mar. 2023.

ANEXO 39 – RESPOSTA DA SEÇÃO DE ARQUIVO E DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA, COM O ENVIO DA DOCUMENTAÇÃO ENCONTRADA NO ACERVO DA CMC¹⁸⁰



Jean Rodolfo Fermino <jean.fermino@cmc.pr.gov.br>

11 de abr. de 2023, 12:35



para mim ▾ **0:16**

Olá! Segue em anexo os que consegui encontrar. Alguns não tem pois denominação de escola, US, CMEI não precisa necessariamente ser por projeto de lei, a própria prefeitura pode denominar via decreto.

Atenciosamente



JEAN RODOLFO FERMINO
Seção de Arquivo e Documentação Histórica
[41-3350-4787](tel:41-3350-4787)
www.curitiba.pr.leg.br



De: "Luciana Podlasek" <lucianabenario@gmail.com>

Para: "Jean Rodolfo Fermino" <jean.fermino@cmc.pr.gov.br>

Enviadas: Quinta-feira, 30 de março de 2023 8:06:24

¹⁸⁰ SEÇÃO DE ARQUIVO E DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA. **Pesquisa de doutorado sobre a nomenclatura de espaços públicos em Curitiba.** Mensagem recebida por lucianabenario@gmail.com. 11 abr. 2023.

ANEXO 40 – SOLICITAÇÃO DE INFORMAÇÕES SOBRE O HISTÓRICO DAS DESIGNAÇÕES DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE, JUNTO AO ARQUIVO GERAL DA SAÚDE DE CURITIBA¹⁸¹

Documentação sobre a nomenclatura das unidades básicas de saúde de Curitiba

Caixa de entrada x

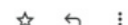


Luciana Podlasek <lucianabenario@gmail.com>

para pladap ▾

▶ 0:35

qua., 12 de mai. de 2021, 10:23



Prezados, Bom dia!

Meu nome é Luciana Podlasek, e sou pesquisadora do Núcleo de Estudos Paranaenses (NEP), ligado ao Departamento de Sociologia da Universidade Federal do Paraná. Em minha pesquisa de doutorado, estudo a nomenclatura de espaços públicos de Curitiba - ruas, praças, escolas municipais e unidades básicas de saúde. No momento, estou fazendo o levantamento histórico da nomeação das unidades de saúde da capital, e precisaria de informações a este respeito:

- Qual o poder responsável por este tipo de nomeação?
- Como ocorre este processo de nomeação?
- Qual o histórico da nomeação das unidades de saúde de Curitiba?

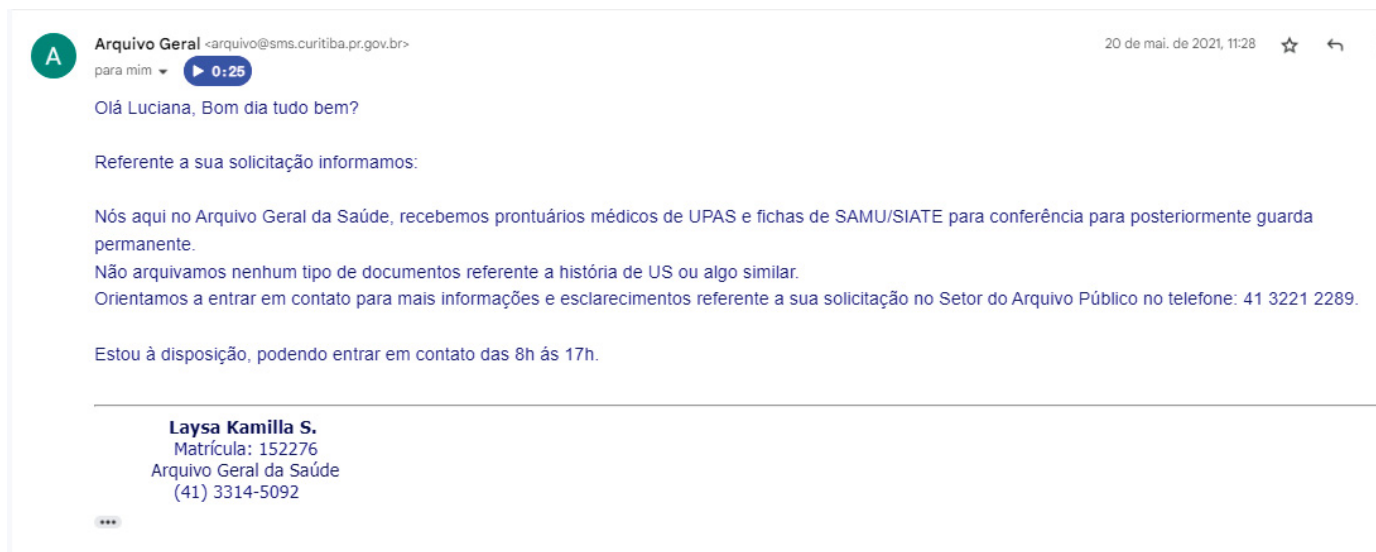
Escrevo na esperança de que o Departamento de Arquivo Público Municipal possua alguma informação neste sentido, e aguardo um pronto retorno.

Att,

Luciana Podlasek.

¹⁸¹ ARQUIVO GERAL. Documentação sobre a nomenclatura das unidades básicas de saúde de Curitiba. Mensagem enviada por lucianabenario@gmail.com. 12 maio 2021.

ANEXO 41 – RESPOSTA RECEBIDA DO ARQUIVO GERAL DA SAÚDE DE CURITIBA¹⁸²



¹⁸² ARQUIVO GERAL. **Documentação sobre a nomenclatura das unidades básicas de saúde de Curitiba.** Mensagem recebida por lucianabenário@gmail.com. 20 maio 2021.